



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1384

Segunda-feira - 09 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

## **Sumário**

### **Municípios**

Água Doce .....	2
Alto Bela Vista .....	2
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta .....	3
Atalanta .....	4
Bela Vista do Toldo .....	5
Biguaçu .....	5
Bom Jesus do Oeste .....	7
Bom Retiro .....	9
Braço do Trombudo .....	15
Caçador .....	20
Camboriú .....	25
Campo Alegre .....	26
Campos Novos .....	33
Canoinhas .....	34
Capinzal .....	35
Catanduvas .....	35
Chapadão do Lageado .....	36
Concórdia .....	37
Cordilheira Alta .....	67
Coronel Freitas .....	73
Coronel Martins .....	111
Correia Pinto .....	123
Curitibanos .....	123
Forquilha .....	123
Fraiburgo .....	126
Garopaba .....	127
Garuva .....	133
Gaspar .....	138
Grão Pará .....	140
Herval d'Oeste .....	141
Ibiam .....	162
Imbituba .....	163
Iomerê .....	269
Ipumirim .....	275
Irineópolis .....	277
Itaiópolis .....	284
Itapoá .....	284
Joaçaba .....	288
Lages .....	297
Lauro Muller .....	297
Lebon Regis .....	298
Leoberto Leal .....	298
Lindóia do Sul .....	300
Luzerna .....	300
Maíra .....	300
Maracajá .....	302
Maravilha .....	308
Massaranduba .....	313

Meleiro .....	315
Modelo .....	318
Monte Carlo .....	319
Morro da Fumaça .....	345
Navegantes .....	345
Nova Trento .....	347
Novo Horizonte .....	348
Orleans .....	358
Ouro Verde .....	358
Palhoça .....	359
Papanduva .....	365
Passo de Torres .....	369
Paulo Lopes .....	378
Pescaria Brava .....	378
Pinheiro Preto .....	378
Porto Belo .....	379
Porto União .....	380
Rio do Sul .....	381
Salto Veloso .....	397
Santa Terezinha do Progresso .....	398
São Bento do Sul .....	399
São Domingos .....	407
São João do Sul .....	469
São José .....	472
São Lourenço do Oeste .....	478
São Pedro de Alcântara .....	482
Schroeder .....	503
Serra Alta .....	513
Siderópolis .....	518
Sombrio .....	519
Timbó .....	521
Três Barras .....	522
Tunápolis .....	528
Vargeão .....	529
Videira .....	530
Vitor Meireles .....	530

### **Associações**

AMARP .....	531
AMOSC .....	532

### **Consórcios**

CIS/AMUREL .....	533
------------------	-----

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 82/2013  
PREGÃO PRESENCIAL 47/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 82/2013, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 47/2013", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição combustíveis para veículos da Prefeitura Municipal de Água Doce e Secretarias para o exercício de 2014, o qual será processado e julgado no dia 19 de dezembro de 2013 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 06 de dezembro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 034/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
Processo de Licitação nº 034/2013  
Pregão nº 015/2013

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, tipo menor preço global, para aquisição de materiais gráficos para os setores da Administração Municipal, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09h00min horas, do dia 18 de dezembro de 2013. Na mesma data, às 09h15min, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, haverá a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e no sítio: [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista (SC), em 06 de dezembro de 2013.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal.

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 475/2013

PORTARIA Nº 475/2013  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, JULIANO DIAS DE OLIVEIRA, do cargo temporário, de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, modalidade Educação Física, a partir de 02 de Dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de dezembro de 2013.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de dezembro de 2013.

#### Portaria Nº 476/2013

PORTARIA Nº 476/2013  
Concede Licença p/tratamento de saude.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora ACT, ANDREA BAUMGARTEN REZENDE, ocupante do cargo de MEDICO - 20H, a contar de 21 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de dezembro de 2013.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de dezembro de 2013.

#### Portaria Nº 477/2013

PORTARIA Nº 477/2013  
Concede Licença por motivo doença em pessoa da família.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo nº 80 da Lei nº 558/92,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMILIA, para o servidor efetivo MARIONE TEREZINHA TRIER-VEILER DOS SANTOS, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, a contar de 19 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de dezembro de 201

### Chamamento Publico Nº 013/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2013

Contratação Temporária de Motorista categoria "D"

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Motorista categoria "D", tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente desta municipalidade, sito a Rua 6 de Novembro, 230, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 10/12/2013, terça - feira, das 07:00h às 13:00h, aos cuidados da Secretária Municipal Marlise Sonntag Mayer, munidos dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho e CNH.

Cargos	Vagas	Forma- ção/Exi- gência	Período de Tra- balho	Carga Horá- ria	Local de Trabalho	Remunera- ção	Prazo	Vín- culo
Moto- rista Catego- ria "D"	01	Alfabe- tizado	Integral	40h	Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC	R\$ R\$1.047,06 (valor bruto, não incluso vale-ali- mentação)	01 ano	Con- trato tem- porá- rio

### CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Motorista Categoria "d":

- 1) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;
- 2) Grau de Escolaridade;
- 3) Idade;
- 4) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 06 de dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA:** Diante da falta de Motorista para conduzir veículo automotor desta municipalidade, mais especificamente caminhão de coleta de lixo, a presente contratação é de caráter urgente, face a indisponibilidade de outro funcionário ocupar a vaga disponível, assim, é medida que se impõe a contratação temporária do profissional motorista para atender a necessidade da população.

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

### Pregão Presencial Nº 0021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº 0021/2013.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHES), MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA AS OFICINAS DO CRAS-CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, consolidadas.

Credenciamento e Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 20/12/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 20/12/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 06 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 0001/2013

TERMO ADITIVO 0001/2013 - AO CONTRATO Nº 0002/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012

PREGÃO Nº 00019/2012

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa TRANSPORTES TOPA TUDO LTDA ME, empresa privada, CNPJ 05.414.716/0001-59, com sede na Linha Santa Bárbara, s/n, no Município de Arroio Trinta - SC, representada neste ato pelo Senhor MOACIR CANÔNICA, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado na Linha Santa Bárbara, S/N, interior, no Município de Arroio Trinta - SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 732.945.949-68 e CI n.º 25- 2.406.735 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, e que se regerá pela Lei Municipal 1.372 de 12 De Janeiro de 2009, Lei Municipal nº 1.522 de 07/02/2011 e pela Lei n 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivada a quantidade de



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

300 (Trezentas) HORAS DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO COM CAMINHÃO TANQUE PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR, em conformidade com o Processo Licitatório nº 0079/2012, Pregão Presencial 0019/2012.

**CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA** - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 04 de dezembro de 2013.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA**  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
**ALCIDIR FELCHILCHER**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**TRANSPORTES TOPA TUDO LTDA ME**  
CNPJ 05.414.716/0001-59  
**MOACIR CANÔNICA**  
Contratada

Testemunhas:  
**TARCÍSIO LIDANI**  
CPF: 613.139.809-78

**MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI**  
CPF: 000.077.349-21

**ARROIO TRINTA - SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2013.**  
**AUTORIZAÇÃO**

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DE 300 HORAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012, PREGÃO PRESENCIAL 0019/2012.

**ALCIDIR FELCHILCHER**  
Prefeito Municipal

**Atalanta**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 1356/2013**

LEI Nº 1356/2013

"Autoriza a Fimar Convênio com Associações de Pais e Amigos de Excepcionais - APAEs e dá Outras Providências."

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com Associações de Pais e Amigos de Excepcionais - APAEs, visando transferência de recursos por parte do Município para a assistência a excepcionais, até o limite mensal de R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais).

Parágrafo Único - O valor Constando do Caput deste artigo objetiva o pagamento de despesas com manutenção do veículo de transporte dos alunos Atalantenses da APAE, custo de motorista, auxílio manutenção da associação.

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a transferir do Orçamento do Município durante o exercício de 2014, atendendo o que dispõe o artigo 1º e Parágrafo Único desta Lei, conforme dotação do ano vigente.

Art. 3º - Mensalmente a referida associação prestará contas, das despesas do art. 1º desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 04 de dezembro de 2013.  
**TARCÍSIO POLASTRI**  
Prefeito Municipal

### **Decreto N.º 090/2013.**

DECRETO N.º 090/2013.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1344 de 16 de outubro de 2013:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 02 de dezembro de 2013.  
**TARCÍSIO POLASTRI**  
Prefeito Municipal

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### Decretos

DECRETO Nº 104/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

"DETERMINA A ANULAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REALIZADO NA DATA DE 25/04/2009, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve pautar-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Súmula 473 do STF dispõe que: "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO que a reformulação dos atos podem ocorrer a qualquer época, desde que acudam ao interesse público;

CONSIDERANDO a recomendação de anulação do Processo Seletivo, feita pelo Ministério Público nos autos da Ação Civil Pública nº 015.09.004970-0, destinado a apurar prováveis irregularidades naquele evento, através do qual se vislumbrou não apenas meras irregularidades, mas nulidades insanáveis, que maculam todo o procedimento, conforme levados aos autos do processo que tramita junto à Segunda Vara Cível da Comarca; e

CONSIDERANDO, por fim, que a providência a ser tomada, além de ser dotada de integral razoabilidade, favorece o acompanhamento da licitude e o caráter competitivo do princípio do Processo Seletivo,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica ANULADO o PROCESSO SELETIVO realizado pelo Município de Bela Vista do Toldo - SC, em data de 25/04/2009; e todos os atos derivados do referido processo.

Art. 2º - Fica determinada a devolução dos valores das inscrições a todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo, os quais deverão ser pleiteados junto à Associação dos Municípios do Planalto Norte - AMPLANORTE, responsável pela realização do evento, a quem foram efetuados diretamente os depósitos das inscrições, conforme os termos contidos no Edital respectivo.

Art. 3º - Que seja dado conhecimento a Douta Promotoria de Justiça desta Comarca do inteiro teor do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de novembro de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 206/2013

DECRETO Nº 206/2013 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas a prestação de serviços com perícia médica.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada; Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos tempos e a dificuldade de reduzir ou suspender serviços;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que os serviços de perícia médica e emissão de laudos técnicos, exames admissionais e atestados é essencial na execução de atos relacionados ao gerenciamento de recursos humanos;

Considerando, que as faturas pendentes de pagamento foram empenhadas na fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, e os pagamentos por esta fonte estão com atraso superior a trinta dias; Considerando, que o contratado formalizou suas dificuldades de manter a execução dos serviços com esse atraso no pagamento; Considerando, que a interrupção desses serviços irá prejudicar o encaminhamento de atos de pessoal inadiáveis com graves consequências na execução de serviços considerados essenciais como saúde e educação,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até esta dada, relativo aos serviços de perícias médicas, prestados pela empresa Clínica Funcionalmed, nos termos do contrato nº 369/2013, quebrando assim, a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

#### Portaria SMS Nº. 11 de 03 de Dezembro de 2013

PORTARIA SMS nº. 11 de 03 de dezembro de 2013

Institui Comissão Especial de Seleção nos termos do Decreto n. 165/2012 e dá outras providências.



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nos termos do Decreto 165/2012, fica instituída a Comissão Especial de Seleção para contratação de Organização Social, composta pelos seguintes membros:

- I - Heron Felício Pereira - Médico Regulador - Presidente;
- II - Bárbara Cristine Manoel - Enfermeira;
- III - Diogo Demarchi Silva - Escriturário.

Art. 2º Compete à Comissão Especial de Seleção:

I- receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;

II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;

III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;

IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de dezembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 135/2013 - FMS**

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK E DEMAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS, NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PROGRAMAS DE SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 09/12/2013, às 14h59min do dia 19/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00min do dia 19/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições

constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 09/12/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 137/2013 - FMS**

**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 17h00min do dia 09/12/2013, às 16h59min do dia 19/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 17h00min do dia 19/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 09/12/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 145/2013 - FMS****AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS SUPERIORES E INFERIORES E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS SUPERIORES E INFERIORES, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 09/12/2013, às 12h59min do dia 19/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 19/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 09/12/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**Extrato Contrato Número 10.203/2013 - Processo: Inexigibilidade Nº 106/213**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.203/2013  
PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº 106/213

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS AO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NECESSÁRIOS PARA ANÁLISE DA COLETA DE ÁGUA.

Contratado: AKFAKIT LTDA EPP

Valor: R\$ 473,62 (QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

Prazo de vigência: Da assinatura até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato Contrato Nº 10.204/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 117/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.204/2013  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 117/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DAS FITAS REAGENTES PARA DETECÇÃO DO NÍVEL DE GLICOSE SANGUÍNEA PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA.  
Valor: R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.003/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 3/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.003/2013  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 3/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA.  
Valor: R\$ 837,50 (oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Bom Jesus do Oeste**

**PREFEITURA**

**Lei Municipal Nr 904/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 904/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CDL - CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BOM JESUS DO OESTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER a todos que a Câmara

Municipal de Vereadores votou aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a CDL - CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BOM JESUS DO OESTE, entidade associativa com objeto social as atividades de organizações associativas patronais e empresariais, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.934.392/0001-78, com sede a Rua Eduardo Sehnem, 408, centro sede no Município de Bom Jesus do Oeste - SC, nos termos da presente LEI.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para realização de evento Natal Bom de Mais, a ser paga em parcela única devendo preencher os requisitos do artigo 3º da presente LEI.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos a entidade deverá atender as disposições da Instrução Normativa nº T.C. 14/2012.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 06 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Lei Municipal Nr 905/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 905/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR GASTOS NA AQUISIÇÃO DE PRESENTES PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO NO FINAL DO ANO.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a efetuar gastos, no montante de até R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), na aquisição de presentes para presentear as crianças do município com idade até 12 anos.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 06 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Lei Municipal Nr 906/13**

LEI MUNICIPAL Nº 906/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR GASTOS PARA CONFRATERNIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS NO FINAL DO ANO.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a efetuar gastos, no montante de até R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), para despesas de confraternização, sonorização e aquisição de brindes para presentear os servidores municipais no final de ano.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 06 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Lei Municipal Nr 907/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 907/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕEM SOBRE O SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO PARA O MUNICÍPIO, PARA APLICAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES, NO ANO DE 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado para o ano de 2014, as edificações residenciais, comerciais e industriais a adotarem o sistema de saneamento básico através da instalação do sistema de fossas sépticas, cuja coleta de resíduos será mecanizada para transporte até a estação de tratamento.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 06 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Lei Municipal Nr 908/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 908/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFINE SUAS COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Assistência Social, que será integrada à estrutura administrativa do Município de Bom Jesus do Oeste, tendo as seguintes competências e atribuições:

- I - Coordenar e organizar o SUAS em âmbito local;
- II - Planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais;
- III - Organizar a rede sócio-assistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- IV - Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;
- V - Realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;
- VI - Promover a articulação inter-setorial dos serviços sócio-assistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- VII - Elaborar projetos sócio-assistenciais;
- VIII - Efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;
- IX - Gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados a Conselhos de Direitos a ela vinculados;
- X - Organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;
- XI - Gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais (auxílio funeral, natalidade e de vulnerabilidade social);
- XII - Elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XIII - Assessorar técnica e administrativamente o conselho municipal de assistência social e conselhos de direitos a ela vinculados;
- XIV - Desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;
- XV - Desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;
- XVI - Desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;
- XVII - Elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH;
- XVIII - Monitorar a qualidade da oferta dos serviços vinculadas ao SUAS.

Art. 2º Lei regulamentadora disporá sobre a estrutura administrativa e funcional da Secretaria de Assistência Social.

Art.3º Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 06 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 267/13 de 05 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA Nº 267/13, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do

Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR contrato de trabalho da Sra. ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS, portadora do CPF sob nº. 036.551.409-83, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que ocupa o cargo de Professor III, com carga horária de 20 horas semanais, nomeada através da portaria nº 150/13 para atendimento a requerimento da Secretaria Municipal de Educação, até o dia 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 05 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### **126.13 - Decreto Prorroga Situação Emergência**

DECRETO No 126/13 de 03 de dezembro de 2013.

Prorroga o Decreto nº 97/13 de 22 de setembro de 2013.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO a continuidade dos efeitos das chuvas intensas que caíram no município entre os dias 20 a 22 de setembro de 2013, ocasionando alagamentos, enxurradas e deslizamento de solo foram registrados os seguintes danos e prejuízos constantes;

CONSIDERANDO a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de emergência, conforme a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto 97/2013 de 22 de setembro de 2013, que declarou em situação de emergência as áreas do Município de Bom Retiro afetadas por enxurradas e deslizamentos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito, 03 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**128.13 - Dec. Nom. Elizabete W. Mateus**

Decreto No 128/13 de 04.12.2013

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

**RESOLVE:**

Nomear Elizabete Werlich Mateus, Brasileira, Casada, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Nível 37 do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar de hoje 04 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Secret. Mun. Administ. e Fazenda

**1046.12.13 - P. Aposentadoria Nilton Soares**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1046/13 de 02.12.13

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC;

**RESOLVE:**

Conceder aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme Benefício 148.814.180-8, Espécie: 42 ao servidor municipal Nilton Soares - ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1047.12.13 - P. Gratif. Nilton C. Santos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1047/13 de 02.12.13

Designa Servidor para Cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro - U. M. C. - Incra e Atribui Gratificação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de

07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Designar Nilton Cesar dos Santos, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6 do Quadro de Pessoal do Município, para além de suas funções normais do cargo, responder pela chefia da Unidade Municipal de Cadastro do INCRA, percebendo uma gratificação mensal de 30% (trinta por cento) do vencimento de seu cargo, a contar do mês de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1048.12.13 - P. Férias Pecunia Fernando Pereira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1048/13 de 02.12.13

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Fernando Pereira, Ocupante do cargo de Motorista Socorrista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 112/2013 de 02 de dezembro de 2013, para gozá-las a contar do dia 02 de dezembro com término no dia 31 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1049.12.13 - P. Férias Pecunia Francisca Ap. Oliveira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1047/13 de 02.12.13

Designa Servidor para Cargo de Chefe da Unidade Municipal de Cadastro - U. M. C. - Incra e Atribui Gratificação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Designar Nilton Cesar dos Santos, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6 do Quadro de Pessoal do Município, para além de suas funções normais do cargo, responder pela chefia da Unidade Municipal de Cadastro do INCRA,

percebendo uma gratificação mensal de 30% (trinta por cento) do vencimento de seu cargo, a contar do mês de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1049/13 de 02.12.13

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ) a funcionária Francisca Aparecida de Oliveira, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I - Nível 03, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 113/2013 de 02 de dezembro de 2013, para gozá-las a contar do dia 02 de dezembro com término no dia 31 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1050.12.13 - P. Lic. Luto Terezinha C. Alves**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1050/13 de 02.12.13

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 114/2013 de 02 de dezembro de 2013 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu esposo Atílio Alves, a contar do dia 28 de novembro de 2013 com término no dia 05 de dezembro de 2013 a funcionária Terezinha Claudio Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1051.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Verlani Possenti**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1051/13 de 03.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 02 de dezembro de 2013, a funcionária Verlani Possenti, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1052.12.13 - Portaria Comissão Processo Seletivo**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 1052/13 de 03.12.13.

Nomeia Substituta da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público Simplificado.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC., no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

ACEITAR o pedido de dispensa, por impedimento, apresentado pelo servidor Olávio Rovaris, Assistente Administrativo, dispensando-o da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, para preenchimento de vagas, por prazo determinado, do quadro de pessoal temporário do magistério do município de Bom Retiro, aberto pelo Edital Nº 001/2013, atribuindo a este o parentesco com a candidata Gabriela Moretti Souza.

DESIGNAR a servidora Marilu de Almeida, Assistente Administrativo, para integrar a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, para preenchimento de vagas, por prazo determinado, do quadro de pessoal temporário do magistério do município de Bom Retiro, aberto pelo Edital Nº 001/2013.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

**1053.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Vera L. P. Ferreira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1053/13 de 04.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 26 de novembro de 2013, a funcionária Vera Lucia Peixer Ferreira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1054.12.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Zilmara G. Rosar**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1054/13 de 04.12.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 02 de dezembro de 2013, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1055.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Luciani P. Schilisting**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1055/13 de 04.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 28 de novembro de 2013, a funcionária Luciani dos Passos Schilisting, ocupante do cargo de Chefe de Serviços - Padrão 1 - Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Intendência de Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1056.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Adriana Z. Capistrano**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1056/13 de 04.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 29 de novembro de 2013, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**1057.12.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Naiara L. Deinani**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1057/13 de 05.12.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar para realização de exames, no dia 04 de dezembro de 2013, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na



Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 05 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 1058.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Ericleia F. Mota

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1058/13 de 06.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 05 de dezembro de 2013, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 125.13 - Decreto Homologação Inscrição

Decreto Nº 125/2013, de 02.12.13.

Homologa as Inscrições do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013, (retificação 01/2013) para admissão de Professores em Caráter Temporário ano letivo de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Bom Retiro e do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013, de 16 de outubro de 2013,

#### D E C R E T A:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013, conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 125/2013, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DEFERIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013

#### ARTES – HABILITADA:

SEQ.	INSC.	NOME
1	039	Jackeline Santos de Abreu

#### EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO:

SEQ.	INSC.	NOME
1	010	Juliano da Cruz
2	030	Moacir Teixeira Junior

#### EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	NOME
1	017	Vanderlei C. de Liz
2	055	Willian Senna Rezende

#### EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E PRÉ – HABILITADO\*:

SEQ.	INSC.	NOME
1	012	Alexandra Neuhaus
2	023	Ana Claudia B. Moretti
3	020	Ariani O. J. Antonio
4	014	Fabiana Andrieza Neto
5	011	Gabriela M. Souza
6	025	Gean K. M. Vieira
7	029	Iara Deucher
8	051	Jacqueline B. Belarmina
9	041	Janete Ap. Paim de Jesus
10	005	Juliana D. Cardoso
11	043	Juliana S. Cruz
12	035	Luciana M. Hoffmann
13	044	Luciana P. de Jesus
14	002	Maicon D. B. Chiquetti
15	047	Mara Rubia Alves Bonin
16	028	Maria L. H. Oliveira
17	009	Mariana Deucher
18	007	Michelli P. Polmann
19	024	Patrícia da Cunha
20	022	Patrícia Michels Hoffmann
21	038	Russiele R. Melo
22	001	Tatiani D. Bernieri
23	004	Tayse T. Serafim
24	019	Terezinha Ap. P. Goedert

#### EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E PRÉ – NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	NOME
1	050	Carla K. de Brida da Rosa
2	016	Dalise Buratto Vaz
3	032	Hingrid M. Alvim Cristoff
4	052	Janaina Cristina Kuntze
5	054	Karolin Barbosa
6	048	Suzi Mara Broering Neckel
7	008	Valéria Moretti Massuchetti

**SÉRIES INICIAIS – HABILITADO\*:**

SEQ.	INSC.	NOME
1	034	Ana C. F. Carvalho
2	053	Ana J. P. Souza
3	049	Angela Maria de Oliveira
4	018	Cristiani Ap. Córdova
5	042	Eliana Ap. Alves
6	03	Eronete Ap. S. Souza
7	027	Helio T. Silveira
8	026	Ivonete Aparecida Xavier
9	037	Magdalena M. Ap. Tavares
10	033	Osni Barbosa
11	015	Sirlei T. Rossini Nunes
12	040	Tatiani Castanheiro
13	046	Vanderli Kraus Manenti

**SÉRIES INICIAIS – NÃO HABILITADO:**

SEQ.	INSC.	NOME
1	013	Adilson dos Passos
2	006	Bruno Sangaletti Cardoso
3	021	Maerli Martinhago
4	036	Sabrina Marian Schutz

**EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE – HABILITADO\* – EMERGENCIAL JANEIRO/2014:**

SEQ.	INSC.	NOME
1	012	Alexandra Neuhaus
2	023	Ana Claudia B. Moretti
3	020	Ariani O. J. Antonio
4	014	Fabiana Andrieza Neto
5	025	Gean K. M. Vieira
6	029	Iara Deucher
7	041	Janete Ap. Paim de Jesus
8	043	Juliana S. Cruz
9	035	Luciana M. Hoffmann
10	044	Luciana P. de Jesus
11	002	Maicon D. B. Chiquetti
12	047	Mara Rubia Alves Bonin
13	009	Mariana Deucher
14	007	Michelli P. Polmann
15	024	Patrícia da Cunha
16	022	Patrícia Michels Hoffmann
17	001	Tatiani D. Bernieri

**EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE – NÃO HABILITADO – EMERGENCIAL JANEIRO/2014:**

SEQ.	INSC.	NOME
1	050	Carla K. de Brida da Rosa
2	016	Dalise Buratto Vaz
3	032	Hingrid M. Alvim Cristoff
4	052	Janaina Cristina Kuntze
5	048	Suzi M. Broering Neckel

\*HABILITADO: Nos cargos de Professor Educação Infantil e Séries Iniciais serão considerados os seguintes certificados: Diploma de conclusão de Graduação em Curso Pedagogia Educação Infantil ou

Séries Iniciais, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério, Cfe. item 3.6 do edital.

**PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:**

Nome do Candidato	Motivo do Indeferimento
045	Requerimento preenchido fora das especificações contidas em edital, item 3.6.
031	Requerimento preenchido fora das especificações contidas em edital, item 3.6.

**HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 - DOADORES DE SANGUE**

Nome do Candidato
Sem Candidatos Inscritos neste Critério

**HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 - CONDIÇÃO HIPOSSUFICIENTE**

Nome do Candidato
Sem Candidatos Inscritos neste Critério

**HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE**

Nome do Candidato
Sem Candidatos Inscritos neste Critério

**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 02 de dezembro de 2013.

**ALBINO GONÇALVES PADILHA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na data supra

**DARIO CESAR DE LINS**  
Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

**127.13 - Dec Cessa Representante Educação**

Decreto No 127/13 de 04.12.2013  
Cessa Efeitos do Decreto N.º 83/13 de 01.08.13

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Cessar dos Efeitos do Decreto n.º 83/13 de 01.08.2013 que nomeou a pessoa da Servidora Elizabete Werlich Mateus ocupante do cargo em Efetivo de Assistente Administrativo - Padrão

I - Nível 06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Secret. Mun. Administ. e Fazenda

#### Aviso de Publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA Nº 01 DA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

O Município de Bom Retiro vem a público retificar a Minuta Edital Pregão Presencial nº 26/2013 de 06/12/2013 cujo objeto é Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica Nova. Alterar na minuta do Edital:

Onde se lê: Abertura dos envelopes será dia 19/13/13 às 14h00min

Leia-se: Abertura dos envelopes será dia 19/12/13 às 14h00min

Bom Retiro, 09 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

#### Aviso de Publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Pregão Presencial nº 27/2013, cujo objeto é fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual no exercício de 2014 dentro dos padrões exigidos por lei. A abertura dos envelopes será dia 20/12/13 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 09 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

#### Errata

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA 01 RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório vem a público retificar Resultado de Habilitação Tomada de Preços Nº 01/2013, do FMS, cujo objeto é Contratação de empresa para construção de Edifício em alvenaria de UBS, projeto padronizado padrão 1 - Ministério da Saúde, incluindo materiais e mão de obra, proposta nº 13697277000113001, Alterar na minuta:

Onde se lê: Bom Retiro, 05 de dezembro de 2012.

Leia-se: Bom Retiro, 05 de dezembro de 2013.

Bom Retiro, 06 de dezembro de 2013.

Comissão de Julgamento de Processo Licitatório

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 82/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 90/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 82/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 10h00 horas do dia 20.12.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 06 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Termo de Homologação 68/2013**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  <b>CNPJ: 95.952.230/0001-67</b> <b>PRACA DA INDEPENDENCIA,25</b> <b>C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 2/2013 - TP</b>  <b>Processo Administrativo: 68/2013</b> <b>Processo de Licitação: 68/2013</b> <b>Data do Processo: 22/10/2013</b>
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Charles Rafael Schwambach, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 68/2013  
b ) Licitação Nr.: 2/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 03/12/2013  
e ) Objeto da Licitação CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, MODELO FNDE, com 743,36 mts² e com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital. Através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e o Município de Braço do Trombudo.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**A.R.G. INDUSTRIAL LTDA EPP (8554)**

1 CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, MODELO FNDE, com 743,36 mts² e com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital, objetivando a execução de ações relativas ao Programa PAC 2 Cobertura de Quadra Grande, conforme Termo de Compromisso PAC2 04796/2013, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e o Município de Braço do Trombudo.	)BRA	1,00	0,0000	244.800,49	244.800,49
---	------	------	--------	------------	------------

**Total do Fornecedor: 244.800,49**

**Total Geral: 244.800,49**

Braço do Trombudo, 3 de Dezembro de 2013.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal



**Ata de Registro de Preços 20/2013 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013**

**Número do Registro de Preços: 20/2013**      **Data do Registro: 05/12/2013**      **Válido até: 05/12/2014**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo de passeio zero km, ano e modelo 2013/2014 fabricação nacional, com as seguintes características mínimas: motor 1.8 16v, bi-combustível, 07 lugares, ar condicionado original de fábrica, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, portas laterais corredeiras, air-bag duplo (motorista e passageiro), ABS com EBD, capacidade mínima do porta mala com 3º fileira rebatível de 650lts, capacidade mínima de 60lts de combustível, faróis de neblina, radio CD MP3, chave com telecomando para abertura e fechamento das portas, pára-choques na cor do veículo, protetor de carter, película autorizada pelo Detran, na cor branca, garantia de 1 (um) ano, equipamentos obrigatório de segurança de acordo com a lei vigente. (3857)	UND	E.J.C. VEICULOS LTDA. (6184)	Fiat	0	62.500,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 05/12/2013****Válido até: 05/12/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Veículos de passeio zero km, ano e modelo 2013/2014, fabricação nacional, com as seguintes características mínimas: motor 1.4, bi-combustível, 05 lugares, quatro portas, ar condicionado, direção hidráulica, retrovisores externos com comando interno mecânico, faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, limpador e lavador do vidro traseiro, vidros e travas elétricas, bolsa porta-objetos nas portas dianteiras, air bag duplo (motorista e passageiro), sistema de freios ABS com EBD, radio CD MP3, barra de proteção nas portas, protetor de carter, película conforme autorizado pelo Detran, garantia de 1 (um) ano, equipamentos obrigatório de segurança de acordo com a lei vigente. (3858)	UND	E.J.C. VEICULOS LTDA. (6184)	Fiat	0	36.000,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 05/12/2013****Válido até: 05/12/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2013****PROCESSO Nº 24/2013**

(6184) - E.J.C. VEICULOS LTDA.

Braço do Trombudo, 5 de Dezembro de 2013.

# Caçador

## PREFEITURA

### **Decreto No 5.829 - Prorroga o Decreto No 5.722, de 23 de Setembro de 2013, Que Declarou Situação Anormal, Caracterizada Como Situação de Emergência.**

DECRETO no 5.829, de 03 de dezembro de 2013.

Prorroga o Decreto no 5.722, de 23 de setembro de 2013, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por enchente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual no 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade e agravado pela continuidade das chuvas no período;

- a solicitação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em virtude da não liberação do Plano de Trabalho encaminhado à Secretaria Estadual de Defesa Civil, do qual se aguarda repasse de verbas para reabilitação dos danos causados pelas enchentes.

#### D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto no 5.722, de 23 de setembro de 2013, que decretou Situação de Emergência afetada por enchente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 19 de dezembro de 2013, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.825**

DECRETO nº 5.825, de 03 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE RECESSO DAS ATIVIDADES DE ESPAÇOS PÚBLICOS VINCULADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais e nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado recesso das atividades da Fundação Municipal de Cultura, e da Fundação Municipal de Esportes no período compreendido de 23 de dezembro de 2013 a 17 de janeiro

de 2014.

Art. 2º. Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 3º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 4º O período decretado de recesso pelo presente Decreto, deverá ser compensado, excepcionalmente, no exercício de 2014, em escala e atividades a serem definidas pela Presidência de cada Fundação.

Parágrafo Único. Aos servidores que possuírem crédito do Banco de Horas, serão programadas as folgas durante o período de recesso, ficando dispensados de compensação posterior.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.826**

DECRETO nº 5.826, de 03 de dezembro de 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 5.616, DE 01 DE JULHO DE 2013, QUE REGULA O DISPOSTO NO ART. 37, § 1º DA LEI 54/83 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INSTITUINDO A NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMITIDA EM MEIO ELETRÔNICO.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições previstas no art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º O inciso X do art. 13 do Decreto nº 5.616, de 01 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13

X - discriminação do serviço e código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.827 - Convoca a 2ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil e Dá Outras Providências.**

DECRETO nº 5.827, de 03 de dezembro de 2013.

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 4º da Portaria nº 482, de



29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional e art. 18 da Lei nº 3007, de 20 de junho de 2013,  
DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 2ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil - 2ª CMPDC, a realizar-se no dia 18.12. 2013 no município de Caçador, com o tema: "Proteção e Defesa Civil: Novos Paradigmas para o Sistema Nacional", como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. A 2ª CMPDC terá como objetivos:

I - Avaliar e apresentar a implementação das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária - 1ª CNDC;

II - Promover, incentivar e divulgar o debate sobre novos paradigmas para a proteção e a defesa civil;

III - Avaliar a ação governamental, em especial quanto à implementação dos instrumentos jurídicos e demais dispositivos trazidos pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

IV - Propor princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

V - Promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

VI - Fortalecer e estabelecer formas de participação e controle social na formulação e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inclusive do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.

Art. 2º. A 2ª CMPDC encaminhará propostas e elegerá delegados para a Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. A 2ª CMPDC será presidida pelo assessor de gabinete Mario Luiz Cachinski, ou, em sua ausência, pelo engenheiro Emerson Schmidt.

Art. 4º. A coordenação da 2ª CMPDC estará sob a responsabilidade do Diretor de Proteção e Defesa Civil, Sergio Eloy Bisotto.

Art. 5º. O Regulamento da 2ª CMPDC será elaborado por comissão a ser indicada por seu Presidente, em observância ao Regimento Interno Nacional e disporá sobre:

I - a organização e o funcionamento da Conferência;

II - o processo democrático de escolha de seus delegados, representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e de Agentes de Defesa Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.

Parágrafo único. O Regulamento a que se refere o caput deverá ser aprovado pelo Presidente da Conferência.

Art. 6º. As despesas com a organização e realização da 2ª CMPDC correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Portaria Nº 050, de 27 de Novembro de 2013.**

PORTARIA nº 050, de 27 de novembro de 2013.

Exonera Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CRISTIANA KUNZEL CORRÊA, do cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 02/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de 02/12/2013, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 27 de novembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA.

### **Portaria Nº 051, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 051, de 02 de dezembro de 2013.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRES TEREZINHA PEREIRA DE MORAES, para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Vilso Soares dos Santos.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor em 03 de dezembro de 2013, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA.

### **Portaria Nº 053, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 053, de 02 de dezembro de 2013.

Prorroga a licença-maternidade pelo período de 60 dias à servidora Fernanda Salamoni Ceccatto.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 114 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias a licença-maternidade da servidora FERNANDA SALAMONI CECCATTO, ocupante do cargo em comissão de Assessora Parlamentar de Gabinete, tendo a prorrogação como termo inicial o dia 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor em 20/12/2013, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 054, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 054, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 20 dias de férias e conversão de 1/3 em abono pecuniário ao servidor Admir José Casagrande.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/09/2012 a 31/08/2013, a serem gozadas no período de 16/12/2013 a 04/01/2014, ao servidor ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados no dia 12/12/2013.

Art. 2º. Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 01/09/2012 a 31/08/2013, com pagamento juntamente com as férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 055, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 055, de 02 de dezembro de 2013.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário à servidora Daniele Alves Schnoor.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da

Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário à servidora DANIELE ALVES SCHNOOR, ocupante do cargo de analista de rh, licitações e compras, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, referente ao período aquisitivo de 01/09/2012 a 31/08/2013, com pagamento dos valores calculados juntamente com a remuneração mensal da competência 12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 056, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 056, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 10 dias de férias à servidora Ilvaita Faoro Baron.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 22/08/2010 a 21/08/2011, a serem gozadas no período de 20/01/2014 a 29/01/2014, à servidora ILVAITA FAORO BARON, ocupante do cargo de contadora, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados no dia 20/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 057, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 057, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 20 dias de férias e conversão de 1/3 em abono pecuniário ao servidor Daniel Heberle.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da

Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013, a serem gozadas no período de 02/01/2014 a 21/01/2014, ao servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com o pagamento mensal da competência 12/2013.

Art. 2º. Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao mesmo período aquisitivo, com pagamento juntamente com as férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 058, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 058, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 20 dias de férias e conversão de 1/3 em abono pecuniário ao servidor Rosane Pirolí.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 01/06/2013, a serem gozadas no período de 06/01/2014 a 25/01/2014, à servidora ROSANE APARECIDA CASSOL PIROLI, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com o pagamento mensal da competência 12/2013.

Art. 2º. Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao mesmo período aquisitivo, com pagamento juntamente com o das férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 059, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 059, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 10 dias de férias e conversão de 1/3 em abono pecuniário à servidora Nilse do Nascimento.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, a serem gozadas no período de 26/12/2013 a 04/01/2014, à servidora NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de diretora geral, do quadro comissionado da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com o pagamento mensal da competência 12/2013.

Art. 2º. Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao mesmo período aquisitivo, com pagamento juntamente com o das férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 060, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 060, de 02 de dezembro de 2013.

Concede 20 dias de férias e conversão de 1/3 em abono pecuniário ao servidor José Ari Lins.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 30/11/2012 a 29/11/2013, a serem gozadas no período de 26/12/2013 a 14/01/2014, ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com o pagamento mensal da competência 12/2013.

Art. 2º. Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao mesmo período aquisitivo, com pagamento juntamente com o das férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 061, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 061, de 02 de dezembro de 2013.

Concede férias e autoriza a conversão de 1/3 em abono pecuniário à servidora Dimaleicy Pereira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013, a serem gozadas no período de 06/01/2014 a 15/01/2014, à servidora DIMALEICY APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, com pagamento dos valores calculados juntamente com a remuneração mensal da competência 12/2013.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao mesmo período aquisitivo, com pagamento juntamente com o das férias.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 063, de 03 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 063, de 03 de dezembro de 2013.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário à servidora Mariana Piacentini.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário à servidora MARIANA PIACENTINI, ocupante do cargo de assessor de comunicação, do quadro comissionado da Câmara Municipal de Caçador, referente ao período aquisitivo de 08/04/2013 a 07/04/2014, com pagamento dos valores calculados juntamente com a remuneração mensal da competência 12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 03 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 52, de 02 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 52, de 02 de dezembro de 2013.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, a servidores efetivos da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 30 de novembro de 2011 a 29 de novembro de 2013, ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de analista legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1020, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência VI-A para VI-B, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 07 de novembro de 2011 a 06 de novembro de 2013, à servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo de advogada, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1010, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência VI-B para VI-C, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

**Portaria Nº 62, de 02 de Dezembro de 2013.**

Portaria nº 62, de 02 de dezembro de 2013.

Concede férias coletivas a servidores da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, na forma do



art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 90 e ss. da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004 e CONSIDERANDO que no mês de janeiro de 2014, em razão do recesso parlamentar, há considerável redução no volume de trabalho desenvolvido pelos Assessores Parlamentares de Gabinete e da Presidência,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER férias coletivas aos servidores comissionados da Câmara Municipal de Caçador abaixo relacionados, na forma de antecipação de gozo de férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2014:

NOME	CARGO
Alessandra Gioppo	Assessor de Gabinete da Presidência
Almir Paulo Dias	Assessor Parlamentar de Gabinete
Charleston Augusto Lopes	Assessor Parlamentar de Gabinete
Daniele Fernandes A. Alves	Assessor Parlamentar de Gabinete
Drieli Pereira	Assessor Parlamentar de Gabinete
Ediane Scheffemacher Ribeiro	Assessor Parlamentar de Gabinete
Francieli Petrykowski	Assessor Parlamentar de Gabinete
Ires T. P. de Moraes	Assessor Parlamentar de Gabinete
Marcos Paulo B. de Souza	Assessor Parlamentar de Gabinete
Moyses A. Machado	Assessor Parlamentar de Gabinete
Raquel Wolinger da Silva	Assessor Parlamentar de Gabinete
Selma Kaul	Assessor Parlamentar de Gabinete

Art. 2º Os dias de férias coletivas serão descontados das férias regulares de cada servidor de acordo com seu respectivo período de aquisição.

Art. 3º Os valores referentes ao adicional de que trata o inciso XVII do art. 7º da CF e § 1º do art. 93 da Lei Complementar nº 56/2004, serão pagos até o dia 20 de dezembro de 2013, também a título de adiantamento de férias, sendo descontados das verbas rescisórias em caso de eventual demissão ou exoneração do servidor que não completar o período aquisitivo respectivo.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
PRESIDENTE

WILSON LUIZ BINOTTO,  
VICE-PRESIDENTE

FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS  
1º SECRETÁRIO

CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR  
2ª SECRETÁRIA

---

**IPASC**

---

**Portaria Nº 654, de 03 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA nº 654, de 03 de dezembro de 2013.

Estabelece recesso administrativo no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, no uso das atribuições legais, e considerando o Decreto nº 5.817, de 26 de novembro de 2013, do Prefeito Municipal de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer recesso administrativo no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, dos dias 23 de dezembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. No período citado funcionarão em regime de plantão os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para encerramento do exercício financeiro.

Art. 2º O período mencionado de recesso administrativo totalizará 48 (quarenta e oito) horas, que deverão ser compensados a partir 06 de janeiro a 30 de abril de 2014.

Parágrafo único. Para compensar os dias devidos, o expediente será cumprido com acréscimo de uma hora na jornada normal de trabalho nos dias úteis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 03 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN  
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

## Camboriú

---

**PREFEITURA**

---

**DI 24/13 - FMAS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 024/2013 - FMS  
Data: 05/12/2013

Objeto: REFERENTE AO ATENDIMENTO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA MENTAL APAE, PRESTADORA CONTRATUALIZADA DA SES - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CONFORME O QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 15/2008, CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ASSINOU PACTO DE GESTÃO, DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 100/2009, PUBLICADO NA PORTARIA GM/MS Nº 2725.

Valor total: R\$ 16.816,52 (Dezesseis Mil Oitocentos e Dezesseis Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CAMBORIÚ - APAE

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XX" e "XXIV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 05 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

**PR 8/13 - Fumpom**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2013-FUMPOM

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA 0KM PARA A 1ª COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.  
**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO ITEM.

**REGIME LEGAL:** Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

**INFORMAÇÕES:** Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### Resultado PR 7/13 - Fumpom

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013-FUMPOM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

## Campo Alegre

### PREFEITURA

### Lei Nº 4.043 de 05 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.043 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO PODER EXECUTIVO E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 303.330,00 (trezentos e três mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

300000.00.509 - Despesas Correntes

330000.00.509 - Outras Despesas Correntes

339000.00.509 - Aplicações Diretas

339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.

300000.00.510 - Despesas Correntes

330000.00.510 - Outras Despesas Correntes

339000.00.510 - Aplicações Diretas

339030.00.510 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 16.000,00

91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família

10.301.0053.2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família

300000.00.120 - Despesas Correntes

330000.00.120 - Outras Despesas Correntes

339000.00.120 - Aplicações Diretas

339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

339047.00.120 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

300000.00.129 - Despesas Correntes

330000.00.129 - Outras Despesas Correntes

339000.00.129 - Aplicações Diretas

339039.00.129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.800,00

400000.00.508 - Despesas de Capital

440000.00.508 - Investimentos

449000.00.508 - Aplicações Diretas

449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 76.330,00

91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.

10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita

300000.00.130 - Despesas Correntes

330000.00.130 - Outras Despesas Correntes

339000.00.130 - Aplicações Diretas

339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 42.000,00

300000.00.120 - Despesas Correntes

330000.00.120 - Outras Despesas Correntes

339000.00.120 - Aplicações Diretas

339032.00.120 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária

10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância em Saúde

300000.00.106 - Despesas Correntes

330000.00.106 - Outras Despesas Correntes

339000.00.106 - Aplicações Diretas

339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

R\$ 3.000,00  
 300000.00.126 - Despesas Correntes  
 330000.00.126 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.126 - Aplicações Diretas  
 339030.00.126 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
 339039.00.126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00  
 300000.00.131 - Despesas Correntes  
 330000.00.131 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.131 - Aplicações Diretas  
 339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.400,00  
 400000.00.126 - Despesas de Capital  
 440000.00.126 - Investimentos  
 449000.00.126 - Aplicações Diretas  
 449052.00.126 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
 91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN  
 10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional  
 300000.00.124 - Despesas Correntes  
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.124 - Aplicações Diretas  
 339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.800,00  
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica  
 10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica  
 300000.00.132 - Despesas Correntes  
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.132 - Aplicações Diretas  
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 2.000,00  
 339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00  
 339047.00.132 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00  
 400000.00.132 - Despesas de Capital  
 440000.00.132 - Investimentos  
 449000.00.132 - Aplicações Diretas  
 449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00  
**TOTAL R\$ 303.330,00**

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Poder Executivo.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 11.02 - Coordenadoria de Turismo  
 15.451.0083.1.050 - Implantação da Sinalização Turística e Lixeiras  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras Instalações R\$ 10.000,00  
 11.03 - Coordenadoria de Esporte e Lazer  
 27.812.0084.1.007 - Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poli - Esportiva  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras Instalações R\$ 20.000,00  
 12.00 - FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.  
 12.01 - Gerenciamento do FHIS.  
 16.482.0081.1.022 - Ampliação de Conjuntos Habitacionais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$

10.000,00  
 339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 100,00  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00  
 449061.00.136 - Aquisições de Imóveis R\$ 100,00  
 16.482.0081.2.132 - Apoio a Regularização de Zonas Especiais de Interesses Social  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 500,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 14.00 - Fundo Municipal de Cultura.  
 14.01 - Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura  
 13.392.0089.2.135 - Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.400,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 700,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00  
 13.392.0089.2.136 - Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 11.000,00  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339031.00.136 - Premiações Culturais, Artíst. Cientif. Desport. e Outros. R\$ 2.000,00  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 445000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 445042.00.136 - Auxílio R\$ 3.000,00  
 15.00 - Fundo Municipal da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 15.01 - Coordenação da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 05.182.0106.2.900 - Fundo Municipal da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00  
 90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.999.0051.2.027 - Reserva de Contingência  
 9.9.99.99.99.00.136 - Reserva de Contingência R\$ 220.000,00  
**TOTAL R\$ 303.300,00**

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 2013.  
**RUBENS BLASZKOWSKI**  
 Prefeito Municipal



LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.066 de 06 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.066 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO CMECA - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do CMECA - Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., de nº 02 e 03 anexas, partes integrantes deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 06/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE - SC.  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA.  
Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92  
Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012  
Dispõe sobre Autorização para Funcionamento de Escola Municipal de Ensino Fundamental, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município e Estado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:  
Constituição Federal de 1988;  
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;  
Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC  
Resolução 01/2012 - CMECA  
Parecer 01/2012 - CMECA

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, da Lei Municipal nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, aprovado em 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 01 - CMECA, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC - CMECA realizada no dia 18 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de oferta do Ensino Fundamental no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO a legalização da Autorização para Funcionamento de Escola Municipal;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar os procedimentos para a Autorização de Funcionamento da EMEF "Profª Marise Neneve Cordeiro", conforme processo elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., e apresentado para análise com verificação "in loco", e Parecer Favorável deste Conselho, para oferta do Ensino obrigatório do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2012.  
BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL  
Presidenta - CMECA.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO  
Secretário Administrativo - CMECA.

MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE - SC.  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA.  
Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92  
Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012  
Dispõe sobre Autorização para Funcionamento de Centro Municipal de Educação Infantil, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município e Estado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:  
Constituição Federal de 1988;  
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;  
Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC  
Resolução 01/2012 - CMECA  
Parecer 01/2012 - CMECA

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, da Lei Municipal nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, aprovado em 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 01 - CMECA, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC - CMECA realizada no dia 18 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de oferta da Educação infantil no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO a legalização da Autorização para Funcionamento de Instituição Municipal para atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os procedimentos para a Autorização de Funcionamento do CMEI "Chapeuzinho Vermelho", conforme processo elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., e apresentado para análise com verificação "in loco", e Parecer Favorável deste Conselho, para oferta da Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade, no Distrito de Bateias de Baixo neste Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2012.  
BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL  
Presidenta - CMECA.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO  
Secretário Administrativo - CMECA.

### **Decreto Nº 8.065 de 05 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 8.065 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO PODER EXECUTIVO E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.043 de 05 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 303.330,00 (trezentos e três mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00  
91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde  
10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.000,00  
300000.00.509 - Despesas Correntes  
330000.00.509 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.509 - Aplicações Diretas  
339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 25.000,00  
10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.  
300000.00.510 - Despesas Correntes  
330000.00.510 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.510 - Aplicações Diretas  
339030.00.510 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00  
400000.00.124 - Despesas de Capital  
440000.00.124 - Investimentos  
449000.00.124 - Aplicações Diretas  
449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 16.000,00  
91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família  
10.301.0053.2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família  
300000.00.120 - Despesas Correntes

330000.00.120 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.120 - Aplicações Diretas  
339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00  
339047.00.120 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00  
91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica  
10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
300000.00.129 - Despesas Correntes  
330000.00.129 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.129 - Aplicações Diretas  
339039.00.129 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.800,00  
400000.00.508 - Despesas de Capital  
440000.00.508 - Investimentos  
449000.00.508 - Aplicações Diretas  
449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 76.330,00  
91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.  
10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita  
300000.00.130 - Despesas Correntes  
330000.00.130 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.130 - Aplicações Diretas  
339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 42.000,00  
300000.00.120 - Despesas Correntes  
330000.00.120 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.120 - Aplicações Diretas  
339032.00.120 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00  
91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária  
10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância em Saúde  
300000.00.106 - Despesas Correntes  
330000.00.106 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.106 - Aplicações Diretas  
339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00  
300000.00.126 - Despesas Correntes  
330000.00.126 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.126 - Aplicações Diretas  
339030.00.126 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
339039.00.126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00  
300000.00.131 - Despesas Correntes  
330000.00.131 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.131 - Aplicações Diretas  
339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.400,00  
400000.00.126 - Despesas de Capital  
440000.00.126 - Investimentos  
449000.00.126 - Aplicações Diretas  
449052.00.126 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN  
10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.800,00  
91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica  
10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica  
300000.00.132 - Despesas Correntes  
330000.00.132 - Outras Despesas Correntes



339000.00.132 - Aplicações Diretas  
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 2.000,00  
 339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00  
 339047.00.132 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00  
 400000.00.132 - Despesas de Capital  
 440000.00.132 - Investimentos  
 449000.00.132 - Aplicações Diretas  
 449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00  
**TOTAL R\$ 303.330,00**

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Poder Executivo.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 11.02 - Coordenadoria de Turismo  
 15.451.0083.1.050 - Implantação da Sinalização Turística e Lixeiras  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras Instalações R\$ 10.000,00  
 11.03 - Coordenadoria de Esporte e Lazer  
 27.812.0084.1.007 - Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poli - Esportiva  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras Instalações R\$ 20.000,00  
 12.00 - FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.  
 12.01 - Gerenciamento do FHIS.  
 16.482.0081.1.022 - Ampliação de Conjuntos Habitacionais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00  
 339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 100,00  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00  
 449061.00.136 - Aquisições de Imóveis R\$ 100,00  
 16.482.0081.2.132 - Apoio a Regularização de Zonas Especiais de Interesses Social  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 500,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 14.00 - Fundo Municipal de Cultura.  
 14.01 - Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura  
 13.392.0089.2.135 - Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.400,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 700,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 7.000,00  
 13.392.0089.2.136 - Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 11.000,00  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339031.00.136 - Premiações Culturais, Artíst. Cientif. Desport. e Outros. R\$ 2.000,00  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 445000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 445042.00.136 - Auxílio R\$ 3.000,00  
 15.00 - Fundo Municipal da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 15.01 - Coordenação da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 05.182.0106.2.900 - Fundo Municipal da Defesa Civil - FUNMDEC.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00  
 90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.999.0051.2.027 - Reserva de Contingência  
 9.9.99.99.99.00.136 - Reserva de Contingência R\$ 220.000,00  
**TOTAL R\$ 303.300,00**

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Resolução Nº 02 de 20 de Dezembro de 2012**

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA

Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92

Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12

### **RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012**

Dispõe sobre Autorização para Funcionamento de Escola Municipal de Ensino Fundamental, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município e Estado.

### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC

Resolução 01/2012 - CMECA

Parecer 01/2012 - CMECA

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, da Lei Municipal



nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, aprovado em 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 01 - CMECA, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC - CMECA realizada no dia 18 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de oferta do Ensino Fundamental no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO a legalização da Autorização para Funcionamento de Escola Municipal;

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovar os procedimentos para a Autorização de Funcionamento da EMEF "Profª Marise Neneve Cordeiro", conforme processo elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., e apresentado para análise com verificação "in loco", e Parecer Favorável deste Conselho, para oferta do Ensino obrigatório do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2012.  
BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL  
Presidenta - CMECA

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO  
Secretário Administrativo - CMECA

**Resolução Nº 03 de 20 de Dezembro de 2012**

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA

Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92

Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012**

Dispõe sobre Autorização para Funcionamento de Centro Municipal de Educação Infantil, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município e Estado.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC

Resolução 01/2012 - CMECA

Parecer 01/2012 - CMECA

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, da Lei Municipal nº 3.897, de 21 de novembro de 2012, pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, aprovado em 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 01 - CMECA, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC - CMECA realizada no dia 18 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de oferta da Educação infantil no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO a legalização da Autorização para Funcionamento de Instituição Municipal para atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar os procedimentos para a Autorização de Funcionamento do CMEI "Chapeuzinho Vermelho", conforme processo elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., e apresentado para análise com verificação "in loco", e Parecer Favorável deste Conselho, para oferta da Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade, no Distrito de Bateias de Baixo neste Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2012.  
BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL  
Presidenta - CMECA

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO  
Secretário Administrativo - CMECA

**Portaria Nº 10.406 de 05 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.406 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 954847, por motivo de doença, pelo período 03 de dezembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 03 de dezembro de 2013 á 17 de dezembro de 2013, já o período de 18 de dezembro de 2013 á 20 de dezembro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 03 de dezembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 05/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Ata Pregão 108/2013

### ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 108/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo Machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 108/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de agendas padronizadas para os alunos do Pré Escolar, alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: GRAFICA EDITORA MORAES LTDA. Passou-se ao credenciamento do licitante sendo Sr. Jairo Brandes representante da única empresa. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO POR ITEM Após julgamento das propostas procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da licitante, obtendo o seguinte resultado:

#### ITEM 01

Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
9,50	9,20	1ª	HABILITADA

#### ITEM 02

Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
12,00	11,60	1ª	HABILITADA

#### ITEM 03

Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
12,00	11,60	1ª	HABILITADA

Considerando a classificação e habilitação da empresa classificada nos Itens, conforme tabela acima, a Pregoeira declara a empresa GRAFICA EDITORA MORAES LTDA vencedora do presente Processo Licitatório. A Pregoeira abriu espaço para manifestação de intenção de recurso. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### Pregão 116/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº. 116/2013

O objeto desta licitação é a aquisição de saibro médio constituído de 50% de rocha abaixo de 1 polegada e material argiloso, para manutenção das Rodovias RM 190, RM 200 e RM 020 deste Município, conforme tabela abaixo.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 19/12/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a

Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	4.400	M³	saibro médio constituído de 50% de rocha abaixo de 1 polegada e material argiloso	26,74	117.656,00

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa – 45 – Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Projeto: 2.023 – Vias Públicas e Logradouros; - Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo.

Recursos provenientes do convênio nº 2013TR0036666, firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Regional de Mafra- SC.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação do mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 116/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### Pregão 28/2013 - Saúde

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 28/2013

O objeto da licitação consiste na Aquisição de veículos para frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	01	Unid.	Veículo 0KM, 1.0, tipo passeio, com 5 lugares. Ano/modelo: 2013 ou 2014. Combustível: Flex (álcool/gasolina), cor: branca, 4 portas. Potência mínima: 75cv. Capacidades mínimas: carga útil: 400kg, tanque de combustível: 48 litros e porta malas: 290 litros. Incluso desembaçador com ar quente e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito.	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00

02	01	Unid.	Veículo 0KM, 7 lugares, 4 portas. Ano/modelo: 2013 ou 2014. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Cor: Branco. Portas laterais deslizantes nos lados do motorista e passageiro. Motor: 1.4 8V. Capacidade mínima do tanque: 60 litros. Distância mínima entre eixos (mm): 2500 mm. Comprimento mínimo: 4250mm. Largura mínima: 1720mm. Potência mínima: 85cv. Transmissão de 5 marchas. Incluso desembaçador com ar quente e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito.	R\$	R\$
				55.000,00	55.000,00

- Critério julgamento: O critério de julgamento será pelo requisito **MENOR PREÇO POR ITEM**.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 19/12/2013, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 19/12/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Ativ. De Assist. Médica e Terapêut.; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 132. Código reduzido: 76.

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.09 – Manutenção das Ativ. Da Vigilância Epidemiológica.; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 508. Código reduzido: 47.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 28/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 09 de dezembro de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Aviso PP 35/2013 Saude

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 19/12/2013 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL EQUIPADO MOTOR, 1.8, 5 (CINCO) PORTAS, 8 VALVULAS, 04 CILINDROS, EM LINHA BI COMBUSTIVEL COM POTÊNCIA MINIMA DE 105 CV, ANO FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 06 de Dezembro de 2.013.

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretario Municipal de Saúde

### SAMAE

#### Ext Pp142013

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844  
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 37/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2013, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE CLORO GÁS, HIPOCLORITO DE SÓDIO, ACIDO FLUOSSILICICO, COAGULANTE A BASE DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO, CARBONATO DE SÓDIO (BARRIHA LEVE, Fórmula química: Na&#8322;CO&#8323; E REMEDIADOR BIOLÓGICO A BASE DE CULTURAS MICROBIANAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, para o exercício de 2014.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09:00hs do dia 19/12/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 260/2013

DECRETO Nº. 260/2013  
DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 25 de dezembro de 2013, "Natal", ficam considerados PONTOS FACULTATIVOS nas repartições administrativas públicas municipais os dias 23 de dezembro de 2013 (segunda-feira) e 24 de dezembro de 2013 (terça-feira).

Art. 2º - O expediente será normal nos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### Decreto Nº. 263/2013

DECRETO Nº. 263/2013  
ESTABELECE TABELA DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE Balsa NOS DISTRITOS DE PAULA PEREIRA, FELIPE SCHIMIDT, NAS LOCALIDADES DE TAUNAY E SANTA LEOCÁDIA

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e os arts. 66 e 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; RESOLVE:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica estabelecida a seguinte tabela de preços para os serviços de Travessia de Balsa nos distritos de Paula Pereira e Felipe Schmidt e nas localidades de Taunay e Santa Leocádia, a partir de 02 de dezembro de 2013:

Animais	R\$ 1,50
Automóvel	R\$ 5,00
Bicicleta	R\$ 2,00
Caminhão Toco Carregado	R\$ 11,00
Caminhão Toco vazio	R\$ 11,00
Caminhão Truck Carregado	R\$ 12,00
Caminhão Truck Vazio	R\$ 12,00
Camionete	R\$ 6,00
Carroça	R\$ 3,00
Máquinas Agrícolas Motorizadas	R\$ 11,00
Motocicleta	R\$ 2,50
Ônibus	R\$ 15,00
Pedestre	R\$ 1,50
Trator	R\$ 7,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de dezembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/12/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### Decreto Nº. 266/2013

DECRETO Nº. 266/2013  
"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SMDR/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologada a inscrição do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Médico Veterinário, para atuar junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Edital nº 02/SMDR/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de dezembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03/12/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Relação das Inscrições Homologadas  
Processo Seletivo para Contratação Temporária  
Nº002/SMDR/2013

Nº Inscrição	Nome do candidato	RG
001	Ana Paula Krzesinsky da Silva	4.871.255 SSP/SC
002	Maria Isabel Basílio	5254602 SSP/SC
003	Fernanda Hoefling Vila Fernandes	5.511.365 SSP/SC
004	Eliciane Fischer	5162909-4 SSP/PR
005	Luis Eduardo Becker	5.511.530-6 SSP/SC
006	Leandro Carlos de Oliveira Piva	2.970.970 SSP/SC
007	Luiz Matheus Trevisani	4.242.677 SSP/SC
008	Karla Fabiane Zielinski	5.447.782 SSP/SC
009	Marcelli Joslin	8.701.769-9 SSP/PR
010	Adriana Chavarski	10.634.224-5 SSP/PR



## Capinzal

### SIMAE

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/41/2013

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/41/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0425/2013

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de serviço de locação mensal, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico de sistema/software de:

- Controle de almoxarifado, compras e licitações, contratos, cadastro de fornecedores, frota (veículos e máquinas) e patrimônio.
- Cadastro e controle de protocolos, processos e documentos do arquivo desativado (arquivo morto).

**TIPO:** Menor Preço Por Item (Locação Mensal).

**PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Até às 09:00 horas, do dia 20 de dezembro de 2013.

**LOCAL:** Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.com.br](mailto:material@simaecao.com.br), [francieli@simaecao.com.br](mailto:francieli@simaecao.com.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 09 de dezembro de 2013.

EDILSON DOS SANTOS VILARINO

Pregoeiro

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.946, de 30 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 1.946/13 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ORIUNDOS DO CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO E PNATE, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12 de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a

SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 30.434,78 (Trinta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2020	Transporte Escolar e Manutenção da Educação		
	161	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Recursos PNATE	R\$	5.000,00
	122	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Transp. Esc. Estado	R\$	25.434,78

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro são oriundos do Convenio do Transporte Escolar do Estado e PNATE (Programa Nacional do Transporte Escolar).

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
	2091	Manutenção da Secretaria de Saúde		
	170/67	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Recursos MPMAC	R\$	50.000,00

	1094	Aquisição de Veículos Equipamentos e Mobiliário em Geral		
	123/54	DESPESAS DE CAPITAL (4490) – Recursos Convênio União	R\$	7.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo são oriundos do Convenio MPMAC e Convenio Ministério da Saúde

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Catanduvas SC, 30 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 30/10/2013.

**Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0087/2013 - Pregão Nº 0054/2013****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2013

PREGÃO Nº 0054/2013

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de prestadora de serviços técnico-especializados para a coordenação e operacionalização de processo seletivo, destinado ao preenchimento, em caráter temporário, de vagas em cargos do quadro de pessoal do poder executivo municipal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas ações e serviços públicos da Secretaria de Educação, Infraestrutura, Saúde, Administração e Assistência Social,

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 19 de dezembro de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de dezembro de 2013 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 06 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 91/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 91/2013

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA SITUADA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, o estabelecido no §2º, do art. 211 da Constituição Federal /1988;

CONSIDERANDO que estar na escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento, conforme preceitua o art. 54, inciso IV da Lei n. 8.069/1990 e o art. 4º, inciso IV da Lei n. 9.394/1996;

CONSIDERANDO, a necessidade de criação e melhoramento dos Centros Educacionais, no intuito de propiciar melhor infraestrutura para a prestação do serviço público educacional aos alunos da Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que os alunos matriculados na Educação Infantil, estão estabelecidos em prédios alugados, gerando maior onerosidade ao ente público;

CONSIDERANDO, que a medida mais econômica e eficiente para atendimento deste serviço prioritário - Educação - é a desapropriação de área para tal finalidade, notadamente para a construção de edifício público;

CONSIDERANDO, que a área a ser desapropriada esta localizada no perímetro urbano e sua declividade é favorável à imediata construção sendo, portanto, de interesse público;

CONSIDERANDO, que o Município desapropriou no exercício de 2011, uma área de terras limítrofes, para construção da Escola Municipal;

CONSIDERANDO, que a área desapropriada anteriormente não será suficiente, após a Municipalização, para abranger os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto - Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e amparado nos arts. 50, XIII e 70, I, d, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, via amigável ou judicial, a área de terra localizada no perímetro urbano deste Município, abaixo descrita:

PROPRIETÁRIOS - EM CONDOMÍNIO - THAIS ALESSANDRA DA SILVEIRA MARQUEZ COM O SENHOR MAITON CRISTIANO MÁRQUEZ (50%) E SENHOR CHARLES ALEXANDRE DA SILVEIRA (50%)

Número da Matrícula do Imóvel: 886 (Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga)

Área Total do Imóvel: 20.914,40 m²

Área Desapropriada: 2.044,50 m²

DESCRIÇÃO: Terreno com área desapropriada de 2.044,50 m² (dois mil, quarenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), devidamente matriculado sob o nº. 886 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, localizado no perímetro urbano do Município de Chapadão do Lageado - SC, com as seguintes medidas e confrontações:

Área: 2.044,50m²

Norte 39,60m com Área Remanescente;

Sul 39,60m com Thais Alessandra da Silveira Marquez (Mat.19.841);

Leste 51,80m com Área Remanescente;

Oeste 51,82m com Rua a Erinete de Souza Machado.

Art. 2º A área a que se refere o art. 1º deste Decreto destina-se a construção de um Centro de Educação Infantil.

Art. 3º A indenização decorrente da efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, fica consignada à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

Projeto/Atividade: 1017 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis  
Elemento de Despesa - 4.4.90.00.00.00.00 - Aquisição de Imóveis

Fonte de Recursos: 118 - Salário Educação

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 05 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 335/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 335/2013

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 90 (noventa) dias compreendendo o período de 04.12.2013 a 03.03.2014.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ZILA DE SOUZA matrícula nº. 2489/02, pelo período de 90 (noventa) dias, conforme Atestado Médico, de 04.12.2013 a 03.03.2014, sendo os primeiros 15 (quinze) dias remunerados pelo Município e os remanescentes pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 04.12.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de dezembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 334/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 334/2013

“INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA COM A FINALIDADE DE AVALIAR UMA ÁREA DE TERRA SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARA CONSTRUÇÃO UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto - lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e com amparo no art. 70, II, alínea c,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação Imobiliária com a finalidade de avaliar uma área de terras de 2.044,50 m², (dois mil, quarenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no perímetro urbano deste Município, declarada de utilidade pública através do Decreto nº 91/2013 de 05.12.2013, de propriedade da Senhora Thais Alessandra da Silveira Marquez com o Senhor Maiton Cristiano Marques e do Senhor Charles Alexandre da Silveira, a qual se destina à construção de um Centro de Educação Infantil.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o caput do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - Antonio Duarte da Silva;

II - Francisco de Assis Lehmkuhl Junior;

III - Alexandre Schaffer;

IV - Adilcio Heinz; e

V - Josir Jacó Kalbuch.

Art. 3º Presidirá a Comissão de Avaliação Imobiliária o Senhor Alexandre Schaffer, o qual designará um membro para secretariar os trabalhos e elaborar Laudo Circunstanciado do valor apurado do imóvel.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

**Lei Nº 4.609**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.609, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Institui o Dia do Leonismo no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Concórdia, o Dia do Leonismo a ser comemorado anualmente no dia 16 de abril.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento do Município de Concórdia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 936/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 936/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora CLEUSA TODESCATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 16 de dezembro de 2013, a licença remunerada para cursar mestrado, concedida pelo Decreto nº 354/2013, de 22 de março de 2013, à servidora CLEUSA TODESCATTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 99104-01 e 99104-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 937/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 937/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 206/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Alex Sandro Vergara Borges	Médico, matrícula 99457-05
2	Angelo Benini Fantin	Agente Administrativo
3	Elenir Granella	Secretário Escolar
4	Eliza Tebaldi Borsatti	Contador

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 937/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 937/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 206/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Alex Sandro Vergara Borges	Médico, matrícula 99457-05
2	Angelo Benini Fantin	Agente Administrativo

3	Elenir Granella	Secretário Escolar
4	Eliza Tebaldi Borsatti	Contador

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 938/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 938/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao caput do inciso I do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais, com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º O caput do inciso I do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais, com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ( )

I - Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDET e de Administração - SEMAD, Gabinete do Prefeito, Assessorias de Planejamento, de Comunicação Social e Jurídica;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo



**Decreto Nº 939/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 939/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Designa a servidora DARLINE NEUMANN para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, no período de 11 a 17 de novembro de 2013, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à servidora, pelo inciso I do art. 3º do Decreto nº 206/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 940/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 940/2013, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor CLAUDIO MERCADO LOBO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CLAUDIO MERCADO LOBO, do cargo de provimento efetivo de Motorista, a partir de 29 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 941/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 941/2013, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Constitui Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial com a finalidade de coordenar a programação e eventos alusivos aos 80 anos de emancipação político-administrativa do Município de Concórdia, na forma abaixo:

I - Comissão Executiva:

- a) Presidente: NEURI ANTONIO SANTHIER;
- b) ANTONIO JOSE BEGNINI;
- c) BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA;
- d) CLELIO IVO DAL PIAZ;
- e) MARNIO ALBERTO CADORE;

II - membros:

- a) ALESSANDRO VERNIZE;
- b) JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO;
- c) CRISTIANE FERNANDA WERLANG;
- d) DIOGENES MARCHESAN;
- e) LEVI ELOI DOS SANTOS;
- f) MAURI MARAN;
- g) RUI MAR SCORTEGAGNA;
- h) SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN;
- i) SANDRA MARA ROMAN;
- j) VILMAR ANTONIO BENTZ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 942/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 942/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia JOSENCLER BRUNETTO RODEM no cargo de Chefe do Departamento de Licitações; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JOSENCLER BRUNETTO RODEM, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Licitações - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 18 de novembro de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora JOSENCLER BRUNETTO RODEM, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial, a partir de 18 de novembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 943/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 943/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Extingue vínculo institucional.  
O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo institucional existente, tendo em vista o falecimento da servidora DIRLEI DE MARCO DAL VESCO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 95117-00, regime estatutário, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 11 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 944/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 944/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora TEREZINHA VENDRUSCOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, à servidora TEREZINHA VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 21 de janeiro de 2007 a 20 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 945/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 945/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora DIRLENE JULIANA THUMS POLINA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de dezembro de 2013 a maio de 2014, à servidora DIRLENE JULIANA THUMS POLINA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 6 (seis) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 3 (três) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2003 a 25 de janeiro de 2008;

II - 3 (três) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 946/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 946/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARINES FATIMA COLOMBO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, à servidora MARINES FATIMA COLOMBO, ocupante do cargo de Professor, código

10.12, matrícula 41092-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2004.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 947/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 947/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NOELI SUHRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.  
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, à servidora NOELI SUHRE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 948/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 948/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor VALDEMAR BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.  
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, ao servidor

VALDEMAR BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 949/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 949/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede abono de permanência à servidora VALCI CERUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora VALCI CERUTTI, ocupante do cargo de Assistente Social, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 8 de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 950/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 950/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988;  
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.  
DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "5" (cinco) o número de vagas para o cargo de Enfermeiro Comunitário, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 951/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 951/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 449/2013, de 26 de abril de 2013 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.809, de 9 de março de 2007 e no Decreto nº 5.215, de 12 de julho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 449/2013, de 26 de abril de 2013 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

VIII - representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) titular: TAYSON SANDER BASEGGIO;

b) suplente: CLEONICE BISON;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 952/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 952/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia ELIZA TEBALDI BORSATTI no cargo de Diretora Financeira; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Contador, para exercer o cargo de Diretora Financeira - Secretaria Municipal de Finanças, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 18 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica revogada, a partir de 18 de novembro de 2013, a gratificação pelo exercício de função de assessoramento, concedida à servidora pelo Decreto nº 300/2013, de 8 de março de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 953/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 953/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor EDSON LUIS GONÇALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EDSON LUIS GONÇALVES, do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, a partir de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto Nº 954/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 954/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia LEVI ELOI DOS SANTOS - Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor LEVI ELOI DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 955/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 955/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e no Decreto nº 5.696, de 10 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 259/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

a) efetivo: VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 956/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 956/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011 e alterações, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas, para os cargos de:

I - Agente Administrativo: 8 (oito) vagas;

II - Professor - Língua Espanhola: 6 (seis) vagas;

III - Professor - História: 2 (duas) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 957/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 957/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, à servidora ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS, ocupante do cargo de Médico, matrícula 103276-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de janeiro de 2008



a 15 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 958/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 958/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NILVA TAPPARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês dezembro de 2013, à servidora NILVA TAPPARO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de abril de 2008 a 31 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 959/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 959/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora DAIANE DO AMARAL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora DAIANE DO AMARAL, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais, a partir de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 960/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 960/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VALQUIRIA WEINGARTNER PEREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 20 de novembro de 2013, à servidora VALQUIRIA WEINGARTNER PEREIRA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102342-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de abril de 2006 a 16 de abril de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 961/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 961/2013, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA MARIA SCHALVINSKI LOCATELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora SANDRA MARIA SCHALVINSKI LOCATELLI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal



BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 962/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 962/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora HAIDE GOSSENHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora HAIDE GOSSENHEIMER, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, a partir de 1º de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 963/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 963/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente da FUMDEMA, senhor LEVI ELOI DOS SANTOS, em conjunto com um dos titulares abaixo relacionados:

I - CESAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural;

II - IVAN ALFONSO SIMON, Encarregado da Seção de Tesouraria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 60/2009, de 2 de janeiro de 2009; 61/2010, de 22 de janeiro de 2010 e 403/2012, de 3 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto Nº 964/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 964/2013, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "g" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 444/2013, de 25 de abril de 2013, que designa membros para integrar os Conselhos Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "g" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 444/2013, de 25 de abril de 2013, que designa membros para integrar os Conselhos Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

g) Secretário Executivo: LEVI ELOI DOS SANTOS, Superintendente da FUMDEMA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Comunicação de Indeferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 131/2013 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Internet com no mínimo 1IP válido e fixo, com garantia de 50% de banda para ser utilizado nas Unidades Escolares Municipais, NTM, Almoxarifado, Sala de Fonoaudiologia e Centros Municipais de Educação Infantil-CMEI's, da rede Municipal para o exercício 2014 conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" do edital.

**COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 05/12/2013 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 29/11/2013, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 05 de dezembro de 2013.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Pregoeira

**Edital de Concurso Público Nº 5/2013**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 5/2013, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, torna pública a homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 5 dias do mês de dezembro de 2013.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

## ANEXO ÚNICO

### GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA – GE

#### Arquivista

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	866	JULIANA SEVERO KIRCHHOF	14/09/1988	3,60	1,60	1,60	0,80	7,60
2.	529	CACIANO COMIN	25/11/1983	3,20	1,20	1,40	0,80	6,60
3.	382	TALYTA SOUZA AMARAL	23/01/1992	3,40	1,40	1,20	0,40	6,40
4.	695	CRISTIANO BORGES DA SILVA	18/06/1987	3,60	0,60	1,40	0,40	6,00

#### Assistente Social

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	142	DEIZEL DAINARA VOSS	30/09/1989	3,80	1,40	1,40	0,40	7,00
2.	126	KELLI SALES SCARIOT HELLER	01/09/1990	3,40	2,00	1,20	0,40	7,00
3.	1038	MARGARET TEREZINHA DE SOUZA	09/11/1981	3,40	1,20	1,20	0,20	6,00
4.	526	SIMONE CRISTINA DALBELLO	28/07/1986	3,00	1,20	1,40	0,40	6,00
5.	1052	DEBORA RUVIARO	28/11/1991	2,80	1,20	1,40	0,60	6,00
6.	1048	LARISSA RUVIARO	26/10/1988	3,00	1,20	1,40	0,20	5,80
7.	818	NEUSA APARECIDA FERRARI DAHMER	12/10/1974	3,00	0,80	1,80	0,20	5,80
8.	490	MARIZETE MULLER	04/06/1969	3,00	1,20	1,00	0,40	5,60
9.	819	MARIA LUIZA ROBAERT	28/11/1989	3,00	1,00	1,40	0,20	5,60
10.	397	LUCAS FARINA ANTUNES MACIEL	19/04/1991	2,80	1,00	1,60	0,00	5,40
11.	1015	RAQUEL DAIANE LOHMANN FRANCESCHINI	31/07/1991	3,00	0,60	1,40	0,20	5,20
12.	244	SANDRA APARECIDA SCUDELLA	14/11/1985	2,80	1,00	1,00	0,40	5,20
13.	513	MARCIA REGINA FONTANA	24/08/1974	2,60	0,80	1,40	0,40	5,20
14.	248	ELENIR DE RAMOS RODRIGUES	29/05/1984	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 2/19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
15.	377	SUSANA STEIL	18/09/1980	2,60	0,80	1,40	0,20	5,00

**Contador**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	473	LEANDRO BOEIRA ZORZAN	24/05/1986	4,00	1,60	1,60	1,00	8,20
2.	597	MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ	12/08/1987	4,00	1,80	1,40	0,80	8,00
3.	737	MARLON DE LAI DENEGA	07/08/1990	4,20	1,40	1,20	1,00	7,80
4.	935	TIAGO FIGUEIREDO BAISCH	04/01/1982	3,80	1,80	1,60	0,60	7,80
5.	936	FABIO DALLE LASTE	03/01/1984	3,80	1,40	1,60	0,80	7,60
6.	3	MARAISE FATIMA DE MARCO	22/03/1985	3,00	1,40	1,60	1,00	7,00
7.	592	VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN	20/12/1973	3,00	1,60	1,40	0,80	6,80
8.	622	FELIPE BRUM SEGANFREDO	15/04/1991	2,60	1,80	1,40	1,00	6,80
9.	710	ELIZANGELA SULZBACH	23/05/1980	4,20	1,00	0,80	0,60	6,60
10.	1108	TALES HENRIQUE MORES	16/04/1992	3,20	1,20	1,40	0,80	6,60
11.	2	JEAN DA SILVA VIEIRA	31/05/1989	3,40	1,20	1,00	0,80	6,40
12.	403	CRISTIANE ZUCCHI	17/10/1980	3,20	1,00	1,20	0,80	6,20
13.	402	CRISTIANE JOANA GANDOLFI TONELLO	14/07/1991	3,00	1,20	1,40	0,60	6,20
14.	394	FABIOLA ZARPELON	23/08/1993	3,00	1,20	1,20	0,80	6,20
15.	151	MAURO FRIGO	04/09/1972	2,80	1,00	1,80	0,60	6,20
16.	375	DEISEL VALANDRO	31/07/1990	2,60	1,20	1,60	0,80	6,20
17.	4	SUSANE DEVENS	07/10/1986	3,80	0,60	1,40	0,20	6,00
18.	744	MARCELO DOS SANTOS	25/08/1970	3,00	1,20	1,00	0,60	5,80
19.	483	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTUCKER MARCON	22/01/1985	2,80	1,40	1,20	0,40	5,80
20.	273	SIDNEI FRANCA DOS SANTOS	09/01/1975	2,60	1,60	1,20	0,40	5,80
21.	494	LEONICE PARIZOTTO CAMARGO	09/06/1975	2,60	1,00	1,40	0,80	5,80
22.	434	CASSIANO RICARDO GONCALVES	12/06/1986	3,20	1,00	1,20	0,20	5,60
23.	343	SUZI VOSS	14/09/1981	3,20	0,80	1,00	0,40	5,40
24.	1114	MATEUS PAZ DE OLIVEIRA MATTIOLO	09/12/1992	2,80	1,00	1,20	0,40	5,40
25.	215	ROBERTO KNEBEL KLEIN	03/05/1988	3,20	0,60	1,00	0,40	5,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 3/19





**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
26.	499	ADEMAR SEGALA	30/04/1974	2,40	1,00	1,20	0,60	5,20
27.	1132	GIORDANA GIACOMIN	08/07/1990	2,40	0,80	1,00	1,00	5,20
28.	624	MARCELO GIOMBELLI	10/10/1977	2,00	0,80	1,60	0,80	5,20

**Engenheiro – Sanitarista**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	767	GIULIAN SARTOR SGANZERLA	21/12/1987	3,80	1,40	1,80	1,00	8,00
2.	314	JORGE MIGUEL VESCOVI	11/03/1988	3,40	1,80	1,40	1,00	7,60
3.	1083	ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA	27/05/1988	3,00	1,60	1,20	1,00	6,80
4.	1040	LEONARDO RHODEN RECH	05/02/1989	3,60	1,00	1,40	0,60	6,60
5.	575	RICARDO JUNIOR DE PARIS	01/06/1989	3,20	1,00	1,80	0,60	6,60
6.	811	ALAN CASSIO BORSUK	12/02/1990	3,20	1,00	1,60	0,80	6,60
7.	354	BRUNO CESAR SCHMITT	20/10/1989	3,00	1,00	1,60	0,40	6,00
8.	168	CARLOS SENGER JUNIOR	12/12/1973	2,80	1,00	1,40	0,80	6,00
9.	1041	MURILLO TURNES ROSA	09/11/1989	2,60	1,20	1,40	0,80	6,00
10.	711	WINICIUS CERCENA	13/12/1986	3,00	0,80	1,40	0,60	5,80
11.	539	JULIANE CRISTINA DASSOW	03/10/1991	2,60	1,40	1,00	0,60	5,60
12.	671	PAULO AFONSO CORBELLINI	07/11/1961	2,40	0,80	1,60	0,60	5,40
13.	451	ANTONIO AUGUSTO CAUMO	23/09/1992	2,00	0,60	1,60	0,80	5,00

**Farmacêutico**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	775	ELLEN MARCELINA SPILLERE	05/03/1988	3,80	2,00	1,60	1,00	8,40
2.	724	LUANA MARA LONGO AGOSTINI	05/10/1991	3,60	1,60	0,80	0,60	6,60
3.	649	ALINE VOLPATO	05/01/1991	3,40	1,20	1,20	0,80	6,60
4.	364	MARINA ANGELA SPERANDIO	16/02/1986	3,00	1,60	1,40	0,60	6,60
5.	702	DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA	01/06/1980	2,80	1,00	1,80	0,80	6,40

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 4/19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
6.	295	FABRICIO RAMOS MERTZ	23/01/1986	2,60	1,60	1,60	0,60	6,40
7.	81	LUALIS EDI DE DAVID	23/09/1988	2,80	1,60	1,20	0,60	6,20
8.	984	PRISCILA ROSA	05/03/1988	2,80	1,40	1,40	0,60	6,20
9.	938	ALYSSARA CLAMER TELES	28/05/1983	2,80	1,40	1,40	0,40	6,00
10.	1149	DANIELE DALL AGNOL	16/06/1992	2,60	1,20	1,60	0,60	6,00
11.	725	VANESSA VOSS	12/11/1991	2,60	1,20	1,40	0,60	5,80
12.	358	MAURICIO CAMILOTTI	05/05/1990	2,40	1,00	1,80	0,60	5,80
13.	1037	GRACE SIMIONI	25/08/1984	3,40	0,60	1,00	0,60	5,60
14.	788	MARIELE CAMILLO	07/01/1988	3,20	1,00	1,00	0,40	5,60
15.	1137	DYONATAN BRAULIO ZAPAROLI	16/04/1989	2,60	1,20	1,40	0,40	5,60
16.	275	KATIA PAULA DE GEUS ZARDO	23/02/1974	2,80	1,40	0,80	0,40	5,40
17.	320	AMANDA S DOS SANTOS MENEGHINI	06/01/1987	2,60	0,80	1,20	0,80	5,40
18.	699	ANDREIA ANGELA BONASSI VARGAS	26/03/1982	2,40	1,00	1,40	0,60	5,40
19.	425	TAISA ALICE CASSOL	08/10/1991	2,20	1,00	1,60	0,60	5,40
20.	965	NAIARA TONELLO	10/06/1986	2,80	0,60	1,60	0,20	5,20
21.	519	LUCAS SILVESTRE LORO	01/09/1990	2,60	0,80	1,20	0,60	5,20
22.	447	VIIVANE PECINATO	20/01/1978	3,00	0,80	0,80	0,40	5,00
23.	89	BENHUR LUIZ ZAMIN	21/01/1965	2,80	0,80	1,00	0,40	5,00
24.	632	MARCELE TAIANE DEMARCO	04/01/1990	2,60	0,80	1,20	0,40	5,00
25.	227	TAISA VANESSA OLDONI	23/12/1986	2,40	0,40	1,60	0,60	5,00
26.	831	LETICIA SANTIAN	21/11/1981	2,00	1,20	1,60	0,20	5,00

**Médico**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1.	263	ALAN ROBERTO MENEGAT	02/10/1985	2,20	1,40	1,40	0,60	5,60	5,00	5,48
2.	65	ANDRESSA MORALES RODRIGUES	25/10/1983	2,00	1,40	1,00	0,60	5,00	1,00	4,20

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### Psicólogo

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	368	ANGELA GOSENHEIMER KROMBAUER	31/05/1986	3,80	1,80	1,40	0,60	7,60
2.	1030	GILIARD LINK	26/08/1983	3,80	0,80	1,60	1,00	7,20
3.	166	JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN	29/04/1981	3,80	1,60	1,40	0,00	6,80
4.	122	LUANA UBERTI	19/04/1991	3,80	0,80	1,20	0,80	6,60
5.	454	CLEIDE ROGOWSKI	13/03/1971	3,60	1,20	1,40	0,20	6,40
6.	911	PATRICIA REGINA OLBERMANN	25/01/1991	3,40	1,20	1,40	0,40	6,40
7.	61	PAULA ROBERTA PALOMBIT	13/11/1988	3,40	1,00	1,20	0,60	6,20
8.	270	MAIANA ROSSI	01/07/1990	2,80	1,40	1,40	0,60	6,20
9.	825	MAURO VOLNEY GIULIATO	13/10/1982	3,40	1,00	1,20	0,40	6,00
10.	886	DIANA MARIA BOVI	02/03/1967	3,20	1,00	1,40	0,40	6,00
11.	305	MARLI DA SILVA	25/05/1984	3,60	0,40	1,60	0,20	5,80
12.	356	ROSANA MARIA SCHWERZ	17/02/1990	3,40	1,20	0,80	0,40	5,80
13.	146	GIZETE GEHRMANN	20/12/1982	3,20	0,80	1,40	0,40	5,80
14.	1010	JUCIANE DOS SANTOS LOPES	12/08/1985	3,00	1,60	1,00	0,20	5,80
15.	510	DAIANE TURMENA	28/11/1982	3,20	1,20	1,00	0,20	5,60
16.	687	GIANFRANCESCO MENEGHINI	02/11/1990	3,00	1,40	1,00	0,20	5,60
17.	1067	FRANCIELI BORTOLOSSI	11/01/1989	3,00	1,00	1,40	0,20	5,60
18.	208	SAMANTHA CASSOL OLIVEIRA	14/03/1988	2,80	1,40	1,20	0,20	5,60
19.	253	DYANE PASOLD DEEKE	05/01/1991	2,80	1,40	1,00	0,40	5,60
20.	797	ELISAMARA DAL MORO	14/04/1989	2,80	1,00	1,00	0,80	5,60
21.	723	MARCIELA POLETTTO	03/01/1980	2,40	1,20	1,20	0,80	5,60
22.	362	GISELA GOSENHEIMER	30/01/1979	2,80	1,20	1,20	0,20	5,40
23.	914	KAUANA MEDEIROS SCHLICK BUSS	03/02/1986	3,20	0,80	1,00	0,20	5,20
24.	1098	RAFAELA COSTA MARTINS	17/01/1990	3,20	0,80	0,80	0,40	5,20
25.	416	ANI CARINA DOSS GIRARDI	08/08/1972	3,00	0,80	1,40	0,00	5,20
26.	999	IVONE LUIZA APARECIDA CAON	04/02/1976	2,60	1,20	0,80	0,60	5,20
27.	842	STEFANIE SCHEILA NEUMANN	28/06/1986	2,40	1,40	1,00	0,40	5,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 6/19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
28.	547	DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI	25/09/1965	3,00	0,60	1,20	0,20	5,00
29.	1068	FRANCIELE LUISA POZZEBON	24/08/1990	2,80	1,00	0,80	0,40	5,00

**GRUPO II – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO – GT****Técnico em Enfermagem**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	930	IVANI FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/10/1973	4,40	0,80	1,20	0,80	7,20
2.	430	PATRICIA LULHIER DEBUS	06/03/1978	3,00	1,60	1,00	0,80	6,40
3.	179	IVAN LUIS BANDEIRA	23/09/1979	3,20	1,20	1,20	0,60	6,20
4.	890	DAIANE USINGER	17/12/1989	3,80	0,80	1,00	0,40	6,00
5.	981	SANDRA MARA DA SILVA PERONDI	03/04/1981	3,60	0,60	1,40	0,40	6,00
6.	269	ZULMIRA DIESEL	01/12/1992	3,20	0,40	1,60	0,60	5,80
7.	390	JUSILENE GELAIN	10/07/1979	2,60	1,00	1,60	0,60	5,80
8.	317	MIRTES CARMEN LORENZETT	15/07/1972	3,40	1,00	0,80	0,40	5,60
9.	1134	ISAURA FREISLEBEN	17/01/1970	3,20	1,20	0,60	0,60	5,60
10.	512	JAQUELINE CISOTTO	07/09/1992	3,20	0,80	1,00	0,60	5,60
11.	429	VANUSA PROVIN	10/07/1989	3,20	0,00	1,40	1,00	5,60
12.	452	ELISIANE RODRIGUES DA SILVA	04/09/1979	2,40	1,40	1,00	0,80	5,60
13.	578	EDIVANIA TONDELLO	24/06/1985	3,00	1,00	0,80	0,60	5,40
14.	123	SIMONE MARIA PROVINELLI SEBEN TITON	25/03/1988	3,00	0,40	1,20	0,80	5,40
15.	572	SELOI MARIA NOGUEIRA FELISBERTO	14/02/1968	2,00	1,20	1,40	0,80	5,40
16.	869	ROSELEI FATIMA FUNEZ	21/10/1972	3,00	1,20	0,60	0,40	5,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 7/19



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
17.	790	LENIR PEREIRA	10/10/1973	2,60	0,60	1,60	0,40	5,20
18.	438	VERA BOURCKHARDT KLEIN	07/09/1974	2,40	0,80	1,40	0,60	5,20
19.	373	CLAUDIA RUECKERT	03/07/1973	2,40	0,60	1,60	0,60	5,20
20.	181	LURDES SACON TICIANI	12/06/1975	2,20	1,40	1,00	0,60	5,20
21.	156	ANGELA MARIA MULINARI	01/05/1968	3,20	0,60	1,00	0,20	5,00
22.	505	RENATA DE LOURDES VOLPINI STORCHIO	17/10/1974	2,80	0,60	1,00	0,60	5,00
23.	808	SILVANA NAIR CESCO	08/06/1992	2,80	0,40	1,20	0,60	5,00
24.	477	RITA LISIANE MENEGATTI	29/11/1982	2,80	0,20	1,40	0,60	5,00
25.	924	ROSELI BERNARDI SCAPINI	25/05/1970	2,40	1,00	1,00	0,60	5,00
26.	679	RODRIGO KIRST	02/08/1983	2,40	0,80	1,20	0,60	5,00
27.	968	SOLANGE PIAZENTINI	13/07/1988	2,00	1,00	1,20	0,80	5,00

GRUPO III – GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL – GF

### Auxiliar de Creche

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	922	EDNA ALINE RENNER	20/07/1993	4,40	1,20	1,00	0,80	7,40
2.	1045	MIRIA MARQUES CUNHA	24/10/1994	4,40	0,80	1,00	1,00	7,20
3.	45	ALANA MARINA ACKERMANN	09/08/1994	4,20	1,40	1,40	0,20	7,20
4.	1143	ANDRESSA PICOLLI	06/05/1991	4,00	0,80	1,60	0,40	6,80
5.	822	SAMARA PETRY	27/06/1993	3,80	1,00	1,40	0,40	6,60
6.	266	FLORACI MARLI JACUBOWSKI HOECKER	05/07/1969	4,60	0,60	1,00	0,20	6,40
7.	1142	JANETE MARIA OLDONI BATAGHIN	04/01/1966	4,40	0,40	0,80	0,80	6,40
8.	557	GRACIOSA GONCALVES DA SILVA	24/10/1994	3,80	1,00	1,40	0,20	6,40
9.	1131	DAIANE BUSATTO DOS SANTOS	27/02/1984	3,60	0,80	1,00	1,00	6,40
10.	44	EULA PAULA MENDONCA GALVAO	10/02/1986	4,40	0,40	1,00	0,40	6,20
11.	589	SOLANGE RENOSTO	30/10/1982	4,00	0,80	1,00	0,40	6,20
12.	763	CLAUDIA MARA MALAKOWSKI VALCARENGHI	05/08/1992	4,00	0,60	1,20	0,40	6,20
13.	442	INGRID GONCALVES	19/08/1994	3,60	0,80	1,40	0,40	6,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 8/19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
14.	114	ELISA WIEDERKEHR	21/12/1985	4,00	0,80	1,00	0,20	6,00
15.	793	EDINILCE FRANCISCON REMOR	12/01/1995	4,00	0,60	0,80	0,60	6,00
16.	693	CASSIA REGINA KOBIS	12/07/1993	4,00	0,40	1,20	0,40	6,00
17.	1027	VANESSA DEMARCO	10/03/1994	3,60	0,80	1,40	0,20	6,00
18.	214	DAYELLE PANAZZOLO	23/02/1991	3,80	0,80	0,80	0,40	5,80
19.	321	MARTA MASSING REINHEIMER	20/03/1979	3,80	0,40	1,40	0,20	5,80
20.	290	VANESSA TERESINHA SCHWARZ	25/01/1990	3,60	0,80	1,00	0,40	5,80
21.	239	MARCIA DENIZE DA SILVA MARTINS DOS ANJOS DEPUBEL	10/02/1976	3,00	1,00	1,40	0,40	5,80
22.	1012	ARIANA GISELLE JUAREZ	19/09/1989	3,80	1,00	0,40	0,40	5,60
23.	196	WALQUIRIA BENETTI ZAVORSKI	11/01/1990	3,60	0,80	0,80	0,40	5,60
24.	261	JOANNA APARECIDA CASON	04/07/1995	3,60	0,00	1,60	0,40	5,60
25.	641	ZENILDA ONETTA PORTELA MENEGHETI	22/01/1980	3,20	1,00	0,80	0,60	5,60
26.	1082	MELANIA BONATO	08/04/1981	3,00	1,20	1,00	0,40	5,60
27.	525	DEBORA CRISTINA ALVES	19/12/1994	3,80	0,40	0,60	0,60	5,40
28.	854	SOLANGE MARIA MAIA	02/08/1993	3,20	0,60	1,20	0,40	5,40
29.	267	JESSICA TAPIA GOMES DE ALMEIDA	30/05/1991	3,00	1,00	1,40	0,00	5,40
30.	119	ELISANGELA MARIA MANFROI BRUNIERA	20/05/1976	4,00	0,20	0,80	0,20	5,20
31.	278	LUANA CRISTINA FRIGO	25/03/1993	2,60	1,20	1,40	0,00	5,20
32.	958	NAIR MARIA LOREZENTTI	13/05/1969	2,60	1,20	1,20	0,20	5,20
33.	644	PATRICIA KAUPEZINSKI	20/11/1994	3,80	0,40	0,80	0,00	5,00
34.	327	LUCINEIA SOARES DOS SANTOS DE GODOY	20/06/1994	3,60	0,40	0,80	0,20	5,00
35.	736	DAGMARA TIEMANN SCHWARZ	01/07/1995	3,20	0,60	0,60	0,60	5,00
36.	509	STEPHANIE BOTH	28/07/1994	3,00	0,40	1,00	0,60	5,00
37.	449	MARIANA KLEIN	01/08/1993	2,60	0,80	1,20	0,20	4,80
38.	188	JUCILIANA TAFFAREL RAHMEIER	09/06/1988	1,80	1,40	1,20	0,40	4,80
39.	229	MARILEI SAGAZ BUSSOLARO	15/10/1994	3,00	0,60	0,80	0,20	4,60
40.	301	DANIELA SANTANA	12/01/1987	2,20	0,80	1,00	0,60	4,60
41.	138	NATALIE DEON	19/07/1986	3,00	0,60	0,40	0,40	4,40
42.	345	IOANNA CAROLINE PORT PREZOTTO	22/06/1994	3,00	0,40	1,00	0,00	4,40

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 9/19



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
43.	714	ANDRINA DE OLIVEIRA SANTOS	06/10/1993	3,00	0,40	0,80	0,00	4,20
44.	117	TAMIRES CAPELARI GUAREZI	12/04/1995	2,40	0,60	0,60	0,40	4,00
45.	479	GISLAINE GONCALVES DA SILVA	19/11/1995	2,00	0,60	1,20	0,20	4,00
46.	158	FRANCIELE APARECIDA CERUTTI DA SILVA	07/10/1988	3,00	0,20	0,40	0,20	3,80

### Secretário Escolar

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1.	985	GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER	23/08/1995	3,60	1,60	1,20	0,80	7,20	8,50	7,59
2.	376	ROSELENE ERLO DAMBROS	07/12/1979	3,60	1,00	1,60	1,00	7,20	7,50	7,29
3.	250	MARCIELE BASTIAN	17/05/1987	3,80	0,60	1,20	0,20	5,80	9,50	6,91
4.	760	NAIR KOPPE VOGT	03/01/1985	3,80	0,80	1,00	1,00	6,60	7,50	6,87
5.	858	MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ	26/07/1994	3,80	0,80	1,20	1,00	6,80	7,00	6,86
6.	729	DANIELE PEGORER FAZZIONI	23/04/1978	3,00	1,60	1,20	1,00	6,80	7,00	6,86
7.	669	DANIELI INES PEDROTTI COLDEBELLA	17/01/1981	3,80	1,00	1,40	0,60	6,80	6,00	6,56
8.	1062	NELDI MARIA BOSCATTO	20/07/1977	2,80	0,40	1,40	0,80	5,40	8,50	6,33
9.	455	ELENICE PANSERA	25/12/1988	3,40	1,00	1,20	0,20	5,80	7,00	6,16
10.	1079	SAMIRA BRESSAN FERREIRA	01/05/1981	3,40	0,80	1,20	1,00	6,40	4,00	5,68
11.	990	ALESSANDRA VALANDRO DE OLIVEIRA	26/11/1975	3,00	1,60	1,00	0,60	6,20	4,00	5,54
12.	923	SILVIANA FARINA KAIBER	21/04/1978	3,40	1,20	0,80	0,80	6,20	3,00	5,24
13.	867	NEIVA DALLA ROSA SULENTA	18/06/1967	3,20	0,80	1,00	0,80	5,80	3,75	5,19
14.	675	VIVIANE CENCI FORMAGINI	17/01/1987	2,60	0,40	1,40	0,60	5,00	5,00	5,00
15.	642	SUSANE SAVOLDI SIEGA	25/10/1978	2,80	0,40	1,20	0,80	5,20	4,50	4,99
16.	716	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER	29/07/1978	2,80	0,60	1,60	0,60	5,60	3,50	4,97
17.	845	MARLI METZ SECCO	08/04/1981	3,80	0,40	1,00	0,40	5,60	3,00	4,82
18.	1023	GISELE EUNICE ESSING SAVI	17/05/1982	3,20	1,40	0,60	0,40	5,60	3,00	4,82
19.	251	VANDA LETICIA ALBIERO	13/05/1996	2,80	1,20	0,80	0,20	5,00	4,00	4,70
20.	1051	INDIANARA PALHANO RENOSTO	19/07/1989	3,40	0,60	0,80	0,20	5,00	3,00	4,40

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 10/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### GRUPO IV – GRUPO OCUPACIONAL BASE – GB

#### Servente Braçal

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF	Apto
1.	784	DOUGLAS PASQUALON	08/05/1981	2,00	2,20	3,00	0,60	7,80	Apto
2.	576	CESAR DHEIN	08/03/1995	1,80	2,20	3,00	0,40	7,40	Apto
3.	259	ELIANA APARECIDA TITON	20/02/1983	1,60	2,00	3,00	0,80	7,40	Apto
4.	862	EDINEI ANTUNES	18/08/1995	1,80	1,80	2,60	0,80	7,00	Apto
5.	682	MARCELIO PEREIRA	24/03/1990	1,80	1,40	2,40	0,80	6,40	Apto
6.	413	JOSUE GALVAO	11/04/1988	1,80	1,20	2,60	0,20	5,80	Apto
7.	1093	TIAGO ANDRES PUTTON	01/10/1992	1,80	1,80	1,40	0,60	5,60	Apto
8.	851	VALDIR VARELA	26/05/1974	1,60	1,60	1,80	0,40	5,40	Apto
9.	713	RONEI ADOLFO PORT	25/01/1975	1,60	1,40	1,80	0,60	5,40	Apto
10.	692	CLEITON SAVI KAIPER	25/01/1993	1,40	1,80	1,40	0,60	5,20	Apto
11.	64	SUELI SEVERINA DE SOUZA	25/03/1976	1,80	1,40	1,20	0,60	5,00	Apto
12.	46	ODAIR ROBERTO GONCALVES	25/08/1976	1,60	1,60	1,60	0,20	5,00	Apto
13.	579	CLAUDEMIR DHEIN	11/05/1970	1,60	1,20	1,60	0,60	5,00	Apto
14.	792	VALDECIR VARELA	19/06/1979	1,40	1,20	1,40	1,00	5,00	Apto
15.	829	EDERVAN ANTUNES	23/09/1991	1,80	1,00	1,80	0,20	4,80	Apto
16.	218	RENATO RAMIRES DA SILVA OLKOSKI	11/04/1991	1,20	0,80	2,00	0,60	4,60	Apto
17.	620	MARCIANO SANTUCHES	08/03/1979	1,20	1,00	1,40	0,20	3,80	Apto

### GRUPO V – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GO

#### Agente de Serviços Gerais (Zelador)

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 11/19



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF	Apto
1.	846	DENIZE MIOLA DE BARBARA	17/06/1977	2,00	3,00	3,20	0,60	8,80	9,66	9,23	Apto
2.	484	JULIANA CRISTINA KUHN	14/09/1982	1,80	3,00	3,20	0,80	8,80	9,66	9,23	Apto
3.	161	ARETUZA HACK FORNARI	08/06/1981	2,00	2,60	2,80	1,00	8,40	10,00	9,20	Apto
4.	264	MARINALVA GASPARETTO	12/04/1988	1,80	3,00	3,00	1,00	8,80	9,50	9,15	Apto
5.	838	JULIANA FRACASSO MACHADO	09/12/1983	1,80	3,00	3,00	0,80	8,60	9,66	9,13	Apto
6.	742	GIOVANI FARINEA	29/03/1981	1,60	2,60	3,00	1,00	8,20	9,83	9,02	Apto
7.	400	JANICE PAULA DE FRANCESCHI GASPERINI	22/03/1979	1,80	2,60	2,80	0,80	8,00	10,00	9,00	Apto
8.	1036	AMARILDO NARCISO CAVASSINI	07/10/1978	2,00	2,40	3,00	1,00	8,40	9,50	8,95	Apto
9.	643	MARCELO JOAO WEIS	03/06/1977	1,80	2,40	2,80	1,00	8,00	9,83	8,92	Apto
10.	478	SOLANGE CAIN BOIANI	01/10/1979	1,80	2,20	3,20	0,80	8,00	9,83	8,92	Apto
11.	174	GIOVANA MAIA	05/02/1987	1,60	2,60	2,80	1,00	8,00	9,83	8,92	Apto
12.	474	FERNANDA BEATRIZ DETOFANO MORESCO	17/12/1986	2,00	2,60	2,60	0,60	7,80	10,00	8,90	Apto
13.	476	ELIZANA DORNELES DA SILVA	25/08/1990	1,40	3,00	2,40	1,00	7,80	10,00	8,90	Apto
14.	1061	ELIANA MARA RECH	03/09/1975	2,00	2,40	3,00	0,80	8,20	9,50	8,85	Apto
15.	717	ISLAINE FATIMA KRAUZE	21/10/1988	1,80	2,60	3,20	0,60	8,20	9,50	8,85	Apto
16.	610	ADELIDES STOCKMANN ENGEL	24/12/1973	1,80	2,20	3,20	1,00	8,20	9,50	8,85	Apto
17.	746	FERNANDO DUNKER	12/08/1986	1,80	2,20	3,20	1,00	8,20	9,50	8,85	Apto
18.	870	VIVIANE DA CRUZ DUARTE	19/03/1982	2,00	2,60	2,60	0,80	8,00	9,66	8,83	Apto
19.	899	ALDREIA PEREIRA MORETTI	09/10/1981	1,60	2,40	2,40	1,00	7,40	10,00	8,70	Apto
20.	1101	NUBIA EVA BURNIER CONTE	15/10/1978	1,40	2,60	2,80	0,60	7,40	10,00	8,70	Apto
21.	666	IVONE MARIZA BOCCOLI	12/07/1967	1,80	2,40	2,80	0,80	7,80	9,50	8,65	Apto
22.	803	PRISCILA CRISTINA GOETZ DAROS	11/04/1992	1,80	2,40	2,60	0,40	7,20	10,00	8,60	Apto
23.	16	MICHELI SAMARA BALBINOTT FRANCESCHINA	23/02/1989	1,80	2,00	3,00	0,60	7,40	9,66	8,53	Apto
24.	110	FATIMA SOARES ZAINER	01/04/1984	1,60	2,40	2,40	1,00	7,40	9,66	8,53	Apto
25.	1097	SONIA CARMEN DOS SANTOS	02/05/1976	1,60	2,40	2,80	0,40	7,20	9,83	8,52	Apto
26.	896	GISLANE BORGES	07/12/1982	1,80	2,60	1,80	0,80	7,00	10,00	8,50	Apto
27.	40	ANA PAULA BONASSI	18/05/1994	1,60	2,40	2,60	0,40	7,00	10,00	8,50	Apto
28.	552	ROSANGELA ALVES DUTRA	17/06/1985	1,60	2,20	2,60	0,60	7,00	10,00	8,50	Apto
29.	1014	ROSELI BRANDT KOEFENDER	11/12/1971	1,80	2,00	2,80	0,60	7,20	9,66	8,43	Apto

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 12/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF	Apto
30.	892	ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA	21/09/1971	2,00	2,40	2,20	0,40	7,00	9,83	8,42	Apto
31.	1011	SANDRA LECI DE SOUZA	30/05/1983	2,00	2,20	2,80	0,60	7,60	9,00	8,30	Apto
32.	670	ELZIRA PAVIANI	05/07/1969	1,80	2,00	3,00	0,80	7,60	9,00	8,30	Apto
33.	1118	LUISA GOLLO	21/07/1963	1,40	2,60	2,20	0,60	6,80	9,66	8,23	Apto
34.	1024	GIOVANA PORTALUPPI	15/11/1983	2,00	1,80	3,00	0,60	7,40	9,00	8,20	Apto
35.	160	SANDRA ELISA FASSBINDER TOMAZ	12/08/1994	1,80	2,60	3,00	0,80	8,20	8,16	8,18	Apto
36.	386	EDILAMAR MACHADO DE LARA	28/08/1972	1,60	2,00	2,00	0,80	6,40	9,83	8,12	Apto
37.	385	SUZAMARA PELLIN	08/10/1990	1,80	2,60	3,20	0,60	8,20	8,00	8,10	Apto
38.	341	SILVANA MARIA SILVA DE LIMA	01/08/1985	1,40	2,20	2,60	0,00	6,20	10,00	8,10	Apto
39.	719	MIRIAN TOIGO	14/01/1992	1,80	2,20	2,20	0,80	7,00	9,16	8,08	Apto
40.	606	ANDREIA SCALCO SIGNOR	08/05/1980	1,40	1,40	2,40	1,20	6,40	9,66	8,03	Apto
41.	489	CLARICE JIACOMONI PAZ MANICA	09/02/1986	1,60	1,40	2,80	0,40	6,20	9,83	8,02	Apto
42.	506	CLARISSE CANOSSA	28/12/1969	2,00	1,80	2,20	0,20	6,20	9,66	7,93	Apto
43.	457	GILSEMARA VALOR	03/09/1984	2,00	1,80	1,80	0,60	6,20	9,66	7,93	Apto
44.	398	EDUARDO EUGENIO STOCKMANN	13/11/1982	1,80	2,60	3,00	1,00	8,40	7,33	7,87	Apto
45.	247	PEDRO ROGERIO OLIVEIRA DOS SANTOS	18/03/1968	1,80	2,20	2,60	0,20	6,80	8,83	7,82	Apto
46.	698	FERNANDO DA SILVA	28/09/1987	1,40	2,00	2,80	0,40	6,60	8,83	7,72	Apto
47.	224	IVANDA LOURDES DE COL PICOLLI	11/02/1971	1,40	2,00	2,20	0,60	6,20	8,66	7,43	Apto
48.	262	LINDACIR SCHNEIDER	04/03/1983	1,60	2,00	2,60	0,40	6,60	8,16	7,38	Apto

### Agente de Alimentação e Nutrição

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF	Apto
1.	296	HILDA GENI ALVES PAIXAO	24/10/1983	4,00	2,00	1,80	1,00	8,80	10,00	9,40	Apto
2.	338	MARISA REMOR	16/01/1969	4,20	1,60	2,00	0,80	8,60	10,00	9,30	Apto
3.	1054	MARIA DO CARMO LEMOS	31/01/1965	3,40	2,00	2,00	0,80	8,20	10,00	9,10	Apto
4.	185	NELI BATISTELLA	01/03/1965	4,20	1,60	2,00	0,60	8,40	9,72	9,06	Apto

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF	Apto
5.	192	JOSIANE LUISE VIEIRA BLOK	10/03/1986	3,60	1,60	1,60	1,00	7,80	10,00	8,90	Apto
6.	934	MARLENE DOS SANTOS DALLE LASTE	21/08/1967	4,00	1,40	1,60	0,60	7,60	10,00	8,80	Apto
7.	920	MARINEI FATIMA VITTO RAMOS	10/08/1970	3,40	1,80	1,60	0,80	7,60	10,00	8,80	Apto
8.	1065	CASSIA LEMOS REIS	07/02/1993	4,00	1,40	1,60	0,80	7,80	9,72	8,76	Apto
9.	691	RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA	12/12/1983	3,80	1,40	1,80	0,40	7,40	10,00	8,70	Apto
10.	586	DILCE HERCI KRAUSE HAUPT	20/06/1971	3,80	1,20	1,60	0,60	7,20	10,00	8,60	Apto
11.	443	ZENAIDE INES DA SILVA	24/09/1975	3,00	1,60	1,60	1,00	7,20	10,00	8,60	Apto
12.	1128	FRANCIELE MARTINAZZO	06/02/1983	3,60	1,20	1,40	0,80	7,00	10,00	8,50	Apto
13.	39	LORIZETE COLETO	10/01/1978	3,40	1,40	1,40	0,80	7,00	10,00	8,50	Apto
14.	617	SAIONARA FATIMA ACADROLI GUEDES DA SILVA	08/09/1973	3,00	1,40	1,60	1,00	7,00	10,00	8,50	Apto
15.	99	NILVA MARIA ZANELLA	04/06/1955	3,60	1,40	1,20	0,60	6,80	10,00	8,40	Apto
16.	1072	SIMONE BEATRIZ DA COSTA	14/12/1974	3,60	1,00	1,40	0,80	6,80	10,00	8,40	Apto
17.	638	CLAUDINEIDE BANDEIRA DE FIGUEIREDO	14/03/1979	4,00	1,00	1,20	0,80	7,00	9,72	8,36	Apto
18.	909	SOLANGE PEREIRA VALCARENGHI	04/06/1981	3,80	1,00	1,80	0,60	7,20	9,44	8,32	Apto
19.	658	LUCILENE DOS SANTOS	16/06/1992	3,20	1,40	1,60	0,40	6,60	10,00	8,30	Apto
20.	284	NADIA ANALIA MULLER	07/12/1980	2,80	1,20	1,80	0,80	6,60	10,00	8,30	Apto
21.	799	RITA ROSSI	26/07/1953	3,00	1,00	1,80	0,60	6,40	10,00	8,20	Apto
22.	7	LARISSA PEDROTTI	23/10/1995	2,80	1,20	1,60	0,80	6,40	10,00	8,20	Apto
23.	626	DIANES PIZZATTO MACHADO	01/09/1982	3,40	1,40	1,00	0,40	6,20	10,00	8,10	Apto
24.	50	PATRICIA CRISTINA DA SILVA SIGNOR	26/08/1979	3,00	1,60	1,60	0,00	6,20	10,00	8,10	Apto
25.	202	SOLANGE FATIMA KOWATSKI	09/11/1983	3,00	1,20	1,20	0,80	6,20	10,00	8,10	Apto
26.	814	IVETE PAULA ZAGO LUNKES	25/01/1972	2,80	1,20	1,80	0,40	6,20	10,00	8,10	Apto
27.	190	ELOISA GROLI	04/04/1985	3,20	1,20	1,60	0,40	6,40	9,72	8,06	Apto
28.	133	LEANDRA DA SILVA FERNANDES	30/08/1977	3,40	1,40	1,00	0,80	6,60	9,16	7,88	Apto
29.	674	ROSITEIA STOLL PEREIRA	21/01/1977	3,00	1,00	0,80	0,80	5,60	10,00	7,80	Apto
30.	70	ANDREIA FERNANDES	21/12/1982	3,40	1,20	1,80	0,80	7,20	8,33	7,77	Apto
31.	611	PRISILA DUTRA DA SILVA	16/05/1986	2,20	1,80	1,40	0,20	5,60	9,72	7,66	Apto
32.	141	NELZI RODRIGUES DA SILVA KERBER	22/04/1977	2,80	1,20	1,40	0,40	5,80	9,44	7,62	Apto

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 14/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF	Apto
33.	806	ANA PAULA DE SENA	28/11/1977	2,40	1,20	1,00	0,60	5,20	10,00	7,60	Apto
34.	722	ANA PAULA DE CONTO	14/02/1989	2,80	1,40	1,40	0,40	6,00	9,16	7,58	Apto
35.	444	TAINA CARLA MARTINAZZO	22/01/1992	2,20	1,60	1,80	0,20	5,80	9,16	7,48	Apto
36.	311	NOELI BACCA	05/02/1973	3,00	1,20	1,00	0,20	5,40	9,44	7,42	Apto
37.	835	ROSILEI RAUBER	07/04/1976	2,60	1,00	1,00	0,80	5,40	9,44	7,42	Apto
38.	112	MACLANE SALETE LAZZARI	28/08/1984	2,40	1,20	1,00	0,80	5,40	9,44	7,42	Apto
39.	199	VANILDE TEREZINHA DA ROSA	04/02/1961	2,40	1,20	1,00	0,20	4,80	10,00	7,40	Apto
40.	747	LINDAIR INES RIBEIRO DE MORAIS	16/08/1959	2,40	1,00	0,80	0,60	4,80	10,00	7,40	Apto
41.	541	CRISTIANE FATIMA FONSECA	19/09/1987	2,80	0,80	1,00	0,80	5,40	9,16	7,28	Apto
42.	173	ADRIANA DIAS	12/03/1980	3,20	1,20	0,60	0,20	5,20	9,16	7,18	Apto
43.	548	PATRICIA FERREIRA DE SOUZA	08/02/1990	2,40	0,80	1,20	0,40	4,80	9,44	7,12	Apto
44.	182	PATRICIA DUTRA DA SILVA RAUBER	02/04/1983	3,40	1,00	1,40	0,20	6,00	8,05	7,03	Apto
45.	893	FABIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	24/12/1987	2,00	1,40	1,00	0,40	4,80	9,16	6,98	Apto
46.	38	ANGELITA FATIMA FRACASSO	17/05/1969	3,20	0,80	1,20	0,40	5,60	8,33	6,97	Apto
47.	653	ADRIANA FRANCISCO DA SILVA WEIRICH	26/03/1977	3,20	0,60	1,00	0,40	5,20	8,61	6,91	Apto
48.	523	SILVANA DE OLIVEIRA	19/03/1982	2,80	1,00	0,80	0,80	5,40	7,22	6,31	Apto
49.	988	SUZANA DALLA COSTA ALTHAUS	06/02/1981	2,20	0,60	1,40	0,60	4,80	7,49	6,15	Apto
50.	1095	PAULA CAROLINE BANDEIRA DE MELHO GREBINSKY	29/12/1988	3,00	1,00	1,00	0,40	5,40	6,66	6,03	Apto
51.	359	LOIRACI CARMEM MAROLI	29/12/1975	3,40	1,20	1,80	0,60	7,00	3,61	5,31	Apto

### Motorista – Veículos Leves

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1.	524	NARCISO MOREIRA	31/10/1951	3,40	1,80	1,40	0,80	7,40	9,80	8,60
2.	967	DALCIR RODRIGUES DE CASTRO	28/11/1977	3,00	1,60	1,80	0,80	7,20	10,00	8,60
3.	405	JUCIMAR AGUSTINI	03/02/1978	3,60	1,60	2,00	1,00	8,20	8,80	8,50
4.	875	ARGEU CLAIR KUNRATH	29/03/1967	3,00	1,60	2,00	1,00	7,60	9,20	8,40

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 15/19



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
5.	1107	FABIO LEONOR BACH	29/03/1977	3,20	1,20	1,80	0,60	6,80	10,00	8,40
6.	584	CARLOS ALBERTO DIOGO DA SILVA	18/08/1971	3,00	1,60	2,00	0,60	7,20	9,40	8,30
7.	171	NILSON JOSE KROMBAUER	17/10/1973	3,20	1,20	1,60	0,40	6,40	9,40	7,90
8.	726	WAGNER PEDRO ENGELMANN	29/06/1982	3,40	1,60	1,80	0,40	7,20	8,40	7,80
9.	1032	MARCIO COLLA	07/09/1985	4,00	1,80	1,60	1,00	8,40	7,00	7,70
10.	533	CEDENIR FARINEA	07/03/1975	2,60	1,20	1,80	1,00	6,60	8,70	7,65
11.	502	LORENI MIGUEL DALLA COSTA	21/12/1986	3,00	1,60	1,20	0,60	6,40	8,50	7,45
12.	372	JONE MORAES	31/10/1969	2,60	1,60	1,80	0,80	6,80	8,00	7,40
13.	326	RODRIGO KERBER	24/10/1980	3,60	1,20	1,60	0,60	7,00	7,60	7,30
14.	801	MARCIONEI MARCOS FINGER	19/07/1984	2,80	1,40	2,00	0,60	6,80	7,80	7,30
15.	8	LEONIR OTAVIO SANTE	24/12/1966	3,00	1,40	1,60	0,60	6,60	7,40	7,00
16.	832	FERNANDA ANTONELLO	03/04/1987	3,00	1,40	2,00	0,60	7,00	6,80	6,90
17.	661	ZADI PEDRO GENTIL CESCO	24/02/1955	3,80	1,40	1,60	1,00	7,80	5,40	6,60
18.	441	ZENILDO BOSCATTO	11/01/1978	3,60	1,20	1,60	0,60	7,00	6,00	6,50

**Motorista – Veículos Pesados**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1.	978	MARCOS PAULO REX	09/12/1977	3,00	1,40	2,00	0,80	7,20	8,95	8,08
2.	733	ANDRE LUIS LORENZETTI	11/10/1975	2,60	1,80	1,60	0,80	6,80	9,25	8,03
3.	678	MARCIO PACHECO	16/06/1984	2,60	1,60	2,00	0,60	6,80	8,50	7,65
4.	605	IVONEI CAZAROTTO	24/08/1974	2,80	1,40	1,60	0,40	6,20	9,10	7,65
5.	445	SIANDRO DE AZEREDO	03/07/1981	3,00	1,40	1,80	0,80	7,00	8,10	7,55
6.	928	ELCIO VITORIO LONGO	06/06/1985	3,40	1,40	2,00	0,80	7,60	6,20	6,90

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 16/19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
7.	387	LUIZ CARLOS TRENTIN	10/12/1960	1,40	0,60	1,80	0,60	4,40	7,95	6,18
8.	749	VANDERLEI TIECHER	16/03/1985	1,20	0,80	1,00	0,40	3,40	8,80	6,10
9.	336	CLAUDEMIR DA SILVA	17/10/1971	1,40	0,40	0,80	0,60	3,20	8,85	6,03
10.	964	ROGERIO PAULO DA SILVA	31/12/1982	4,00	2,00	2,00	0,80	8,80	3,20	6,00
11.	743	CRISTIAN MARCOS PICCININ	15/06/1985	3,00	1,40	1,80	1,00	7,20	4,60	5,90
12.	616	INACIO TOERHORST	03/12/1965	3,40	1,20	1,20	0,60	6,40	4,95	5,68
13.	252	LUIZ FABIANO STOCK	09/01/1978	2,40	1,60	1,40	0,60	6,00	4,75	5,38
14.	102	VALDERES ROBERTO FRANCESCHINA	01/08/1980	3,60	1,20	1,80	0,60	7,20	3,50	5,35
15.	531	AMARILDO ROLDO	15/10/1965	2,20	1,40	1,60	0,80	6,00	4,65	5,33
16.	754	CARLOS VIRMES JUNIOR	27/11/1985	1,20	1,00	1,20	0,60	4,00	6,65	5,33
17.	271	RODINEI ANTONIO DIAS	22/05/1986	2,20	1,20	1,00	0,60	5,00	5,30	5,15
18.	115	EDIELSO BISON	26/08/1975	1,80	1,60	1,60	0,60	5,60	4,50	5,05
19.	131	MARCELO AMADEU POZZOBON	23/04/1983	1,80	0,60	1,40	0,20	4,00	5,30	4,65
20.	598	VALDECIR RESMINI	06/07/1980	2,00	0,40	0,60	0,60	3,60	5,50	4,55
21.	472	FABIANO ZAGO	01/10/1981	2,00	1,20	1,20	0,60	5,00	3,75	4,38
22.	69	MARLOS SALLA	12/10/1987	1,80	1,00	0,40	0,40	3,60	5,00	4,30
23.	880	FABIANO DIAS	13/12/1986	1,40	1,20	1,60	0,80	5,00	3,55	4,28
24.	979	MERLITO RITTA	23/02/1957	1,40	0,80	1,20	0,20	3,60	3,95	3,78

**Operador de Equipamentos (Escavadeira Hidráulica)**

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1.	715	DARLAN BATTISTON	27/05/1991	3,60	1,60	2,00	0,80	8,00	9,70	9,19
2.	162	RODRIGO CARLOS VALCARENGHI	26/01/1974	2,60	1,00	1,80	0,80	6,20	10,00	8,86
3.	1099	CLEBERSON DA SILVA	11/11/1984	3,40	1,40	1,40	0,60	6,80	8,40	7,92

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 17/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
4.	155	JORGE ISMAEL KNOB	22/04/1985	3,20	1,60	1,80	0,80	7,40	7,90	7,75
5.	545	LEANDRO COLLA	09/07/1982	3,40	1,60	1,60	0,60	7,20	7,90	7,69
6.	169	MARCOS VERUCH	12/12/1985	2,40	1,60	1,20	0,80	6,00	7,90	7,33
7.	254	DIRCEU CECIN	03/04/1979	2,80	1,00	1,80	0,80	6,40	7,50	7,17

### PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF

#### Médico Comunitário – Clínico Geral

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	535	DAIANA POSSER APPEL DE BARROS	20/08/1981	3,60	1,00	1,60	0,40	6,60	7,00	6,68
2	35	ALINE DALL AGNOL	11/06/1989	3,60	0,80	1,00	0,60	6,00	0,00	4,80
3	65	ANDRESSA MORALES RODRIGUES	25/10/1983	2,60	1,20	1,20	0,40	5,40	0,00	4,32
4	521	MARCEL SCHIAVINI	29/01/1990	2,60	1,00	1,00	0,80	5,40	0,00	4,32
5	906	THAISE CESCA	28/07/1988	2,00	1,40	1,00	0,80	5,20	0,00	4,16

#### Técnico em Higiene Bucal

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
*Não houve candidatos aprovados para o cargo.								

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 18/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA – GE

#### Administrador

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1.	553	VANESSA DAIANE RIFFEL	18/09/1991	4,40	1,40	1,60	0,80	8,20
2.	487	ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA	22/11/1991	4,00	1,60	1,60	0,60	7,80
3.	569	FABIELE MAIER DUARTE	24/01/1990	4,20	0,80	1,60	0,40	7,00
4.	752	LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN	06/12/1968	3,40	1,40	1,40	0,20	6,40
5.	134	JESSICA MARCHESE FURTADO	27/12/1991	3,40	1,40	1,00	0,60	6,40
6.	280	ELISANGELA MARTA DA SILVA	18/07/1979	3,60	0,80	1,60	0,20	6,20
7.	588	BRUNO EDUARDO FACCIO	03/12/1990	3,40	1,00	1,40	0,40	6,20
8.	1056	DARLINE NEUMANN	08/11/1982	3,00	1,20	1,40	0,60	6,20
9.	433	TATIANE LONGO	19/03/1984	3,20	1,20	1,00	0,60	6,00
10.	232	DAIANE MARIA SCHIAVINI	25/03/1990	3,00	1,20	1,20	0,60	6,00
11.	367	PAULO HENRIQUE BERTICELLI	15/01/1988	2,80	1,20	1,40	0,60	6,00
12.	718	GISLAINE SUHRE	05/10/1992	2,40	1,00	1,60	1,00	6,00
13.	563	PATRICIA PAGNO TRINDADE	07/04/1989	3,60	0,60	1,60	0,00	5,80
14.	276	PAULO ROBERTO BANGEMANN	26/10/1985	3,00	0,60	1,80	0,40	5,80
15.	969	FRANCOISE ELISA MAGRO DECESARO	20/02/1992	3,20	1,00	1,20	0,20	5,60
16.	461	DAIANE ROMANI	20/03/1984	2,80	0,60	1,60	0,60	5,60
17.	904	ADRIANO CABRAL	14/06/1989	2,80	0,20	1,80	0,80	5,60
18.	1090	SANDRA CRISTINA POPP ALTHAUS	16/09/1982	2,60	1,20	1,40	0,40	5,60
19.	857	MARIO MILTON CORREA	03/04/1990	2,60	0,80	1,20	1,00	5,60
20.	395	MARTA MARIA MENIN	20/10/1966	2,40	1,00	1,60	0,60	5,60
21.	350	RICARDO CESAR JANKE	25/09/1992	3,40	0,60	1,00	0,40	5,40
22.	431	MERLI ALINE ALTHAUS	24/02/1990	3,00	1,20	1,20	0,00	5,40
23.	982	LEILA MIGLIORETTO	18/04/1987	2,80	0,80	1,00	0,80	5,40
24.	1138	ANDRE FRANZEN KUCLHRE	21/09/1979	3,60	0,40	0,80	0,40	5,20
25.	894	LINI CRISTINA HARNISCH MAUS	08/06/1986	3,20	0,80	0,80	0,40	5,20

Edital de Concurso Público nº 5/2013 – fls. 19/19

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
26.	745	THIAGO PIOLA SLONGO	28/07/1985	2,60	0,60	1,40	0,60	5,20
27.	1150	LIZANDRA TEREZINHA COLUSSI	25/02/1989	2,60	0,60	1,40	0,60	5,20
28.	887	ANDRESSA ALBIERO	17/10/1989	2,40	1,00	1,20	0,60	5,20
29.	931	EDINEIA GUGEL	24/07/1985	3,00	0,80	1,00	0,20	5,00
30.	706	DALIANA KOWACICZ	03/02/1978	2,40	1,40	0,60	0,60	5,00
31.	19	MICHELE ALINE RIZZI NUNES	16/02/1989	2,40	1,00	1,20	0,40	5,00

\***Insc** = Número de Inscrição;

\***ESP** = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

\***LP** = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

\***CG** = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

\***MAT** = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

\***PE** = Nota da Prova Escrita;

\***PT** = Nota da Prova de Títulos;

\***PP** = Nota da Prova Prática;

\***NF** = Nota Final

\***APTO** = Candidatos aprovados na prova de aptidão física.



## Errata do Aviso de Publicação ao Pregão Eletrônico SRP Nº 4/2013-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

### ERRATA DO AVISO DE PUBLICAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 4/2013-FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social FMAS torna pública a correção do Aviso de licitação do Pregão Eletrônico nº 4/2013 FMAS, na seguinte forma: Onde se lê Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 20/12/2013. Abertura: dia 20/12/2013 08h30min. Leia-se: Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 20/12/2013. Abertura: dia 20/12/2013 08h30min no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Concórdia, SC, 05 de Dezembro de 2013.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Gestora do FMAS

## Errata do Extrato de Publicação do Adendo 01Concorrência 3/2013 PMC (Concessão)

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

### ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADENDO 01 CONCORRÊNCIA 3/2013 PMC (CONCESSÃO)

Na publicação do Adendo 01 ao Edital de Concorrência nº 3/2013 (Concessão), veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1383, pág. 96, na data de 06 de dezembro de 2013, onde lê-se: "Secretária Municipal de Administração"; leia-se: "Secretário Municipal de Urbanismo e Obras".

Concórdia, SC, 06 de dezembro de 2013.  
MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

## Extrato do Edital de Contribuição de Melhoria Nº 5/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 5/2013

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	Custo Total – R\$	Valorização dos Lotes – R\$
Acesso Fioravante Angelo Massolini	MF/PAV ASF/DR/CONT	779.554,82	185.996,17
TOTAL		779.554,82	185.996,17

MF – meio-fio;  
PAV ASF – pavimentação asfáltica;  
DR – drenagem pluvial;  
CONT – contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao

total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 25 dias do mês de novembro de 2013.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

## Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 15/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 15/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito, a título precário, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o GRUPO DE VETERANOS SÓ O AMOR CONSTRÓI, representado pela sua presidenta, senhora SALETE MUNARETTO BURATO.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, ao AUTORIZADO, das instalações da parte inferior do edifício onde funciona a Unidade do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, localizada no Bairro Nossa Senhora da Salete.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2013.

## Extrato do Termo de Cessão de Uso Gratuito Nº 1/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2013

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.670/0001-96, representada pela sua Diretora/ Superintendente, senhora SANDRA MARA ROMAN.

OBJETO: Cessão de Uso Gratuito, à CESSIONÁRIA, da área de terras de 1.085,93m<sup>2</sup>, caracterizada como: partes dos lotes urbanos nºs. 1 e 2, da Quadra "J", situada na Rua Dr. Maruri, nesta cidade, registrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 8.496, Livro nº 2 - "AJ", onde encontra-se edificado 1 (um) prédio, em alvenaria, com 2 (dois) pavimentos, com área construída de 966,08m<sup>2</sup>.

PRAZO: 20 (vinte) anos, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2013.

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 56/2013 -

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 109/2013.

Pregão Presencial n. 56/2013.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (uma) pá carregadeira nova com recursos do Contrato de repasse 1.005.171-27/2013

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 19/12/2013.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 19/12/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 04 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 57/2013 -

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 110/2013.

Pregão Presencial n. 57/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas tais como: colhedoras de forragem, carreta agrícolas, semeadeira, arado subsolador e grade arado, recursos do Contrato de repasse 1.005.168-61/2013.

Entrega dos Envelopes: até às 14:15 horas do dia 19/12/2013.

Abertura dos Envelopes: 14:45 horas do dia 19/12/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 04 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### Extrato Aviso de Licitação - Pregão Presencial N. 58/2013 -

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 111/2013.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 58/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustível para o exercício de 2014.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 20/12/2013.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 20/12/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato Adm. Nº 24/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: As partes de comum acordo resolvem alterar a Subcláusula Primeira da Cláusula Primeira, do Contrato Administrativo nº 017/2013, para prorrogar o prazo de execução pelo período de 60 dias a contar desta data.

VIGÊNCIA: 24/11/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Liani Stoffel Wilbert.

Cordilheira Alta, SC, em 24/09/2013.

### Extrato Contrato Adm. Nº 25/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 016/2013 visando prorrogar o prazo de execução pelo período de 60 dias a contar desta data

VIGÊNCIA: 23/11/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Liani Stoffel Wilbert.

Cordilheira Alta, SC, em 23/10/2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 100/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 100/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$1.914,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Walter Ernest Ahlf.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 101/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 101/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: SCS COMERCIO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$1.104,40.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Thiago André Zanetti.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 102/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 102/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$890,60.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Ivanor De Lima Pinto.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 103/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 103/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: HIGIMAX PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$708,60.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Josué Segat Garcia.  
Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.**Extrato Contrato Adm. Nº 104/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 104/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: EXITO PROJETOS ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.

VALOR: R\$7.840,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.020.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Michael Medeiros.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 105/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 105/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: VIVER DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME.

OBJETO: realização de palestras para a comunidade e capacitação de famílias acolhedoras e conselho com carga horária de 24 horas a serem desenvolvidas para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

VALOR: R\$6.100,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.034.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Patricia Vasconcellos De Azevedo

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 106/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 106/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: CARGA TERRAPLENAGENS E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REFORMA DA CAÇAMBA DO CAMINHÃO PLACAS MGP 7579 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR: R\$11.839,96.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.009.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Silvana Meurer Malfatti.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 107/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 107/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO NOVO COM RECURSOS DO FUNDAM.

VALOR: R\$238.500,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.011.

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Valdir Alcides Boff.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 93/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 93/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: NILO TOZZO E CIA LTDA.

OBJETO: Terceiro termo aditivo a ata de registro de preço 02 visando acréscimo na aquisição do gasolina comum para manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

VALOR: R\$4.320,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.011.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e JAIR PEDRO TOZZO.

Cordilheira Alta, SC, em 07 de outubro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 94/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 94/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: Marcos Andre Annes.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação do espetáculo infantil denominado "Os Peraltas" em comemoração ao dia da criança para alunos da rede municipal de ensino, do município de Cordilheira Alta.

VALOR: R\$5.000,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.368.2506.2.039.

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Marcos Andre Annes.

Cordilheira Alta, SC, em 08 de outubro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 95/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 95/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA.

OBJETO: serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos, visando à alienação de ativos inservíveis do

CONTRATANTE, inclusive no que se refere à divulgação e/ou promoção desses leilões através de seu site específico da rede Internet.

VALOR: 10% do preço da arrematação dos bens a ser pago pelo arrematante.

VIGÊNCIA 09/10/2014.

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Paulo Sergio Scaff de Napoli.

Cordilheira Alta, SC, em 10 de outubro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 96/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 96/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: NEUZA DECORAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE CORTINADOS BEM COMO CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DAS MESMAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR: R\$25.400,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Julia Alves.

Cordilheira Alta, SC, em 31 de outubro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 97/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 97/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: MB CATARINENSE LTDA ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TAIS COMO PROCESSADORES DE ÁGUA, MESA E ARMÁRIOS.

VALOR: R\$4.353,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.019, 2.020, 2.006

Modalidade de Aplicação n. 4449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Leonardo Broetto.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

**Extrato Contrato Adm. Nº 98/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 98/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: FRANCIELI HAIDUK RIGO ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TAIS COMO PROCESSADORES DE ÁGUA, MESA E ARMÁRIOS.

VALOR: R\$4.353,00.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.019, 2.020, 2.006.

Modalidade de Aplicação n. 4449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Rafael Rigo.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.



**Extrato Contrato Adm. Nº 99/2013**

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 99/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: SUPERMERCADO SACHET LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$985,55.

VIGÊNCIA 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.039.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Ivan Antonio Sachet.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de novembro de 2013.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Errata ao Processo Seletivo Edital 007/2013 -****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Celso Tozzo - nº27 - Centro ☐ 89.819-000 ☐ Cordilheira Alta ☐ SC  
CNPJ nº 95.990.198/0001-04 ☐ Fone/Fax: (0\*\*49)3358-9100

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO nº 007/2013****Edital nº 002****RETIFICA E ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL Nº 001 DO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2013, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve, promover adequações e correções no item 4.1.26, referente a distribuição da prova escrita, que passa a ter a redação da seguinte forma:

4.1.26 ☐ Distribuição da prova Escrita, conforme quadros abaixo:

<b>Cargos: Para os candidatos concorrentes a apenas 1 (um) cargo em seleção.</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Nº DE QUESTÕES</b>	<b>PESO</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Português	10	0,30	3,00
Matemática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais/Atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos	10	0,50	5,00
<b>TOTAL GERAL DE PONTOS</b>			<b>10,00</b>

<b>Cargos: Para os candidatos concorrentes a 2 (dois) cargos em seleção.</b>			
<b>Cargo 01</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Nº DE QUESTÕES</b>	<b>PESO</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Português	10	0,30	3,00
Matemática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais/Atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos área 01.	10	0,50	5,00
<b>TOTAL GERAL DE PONTOS</b>			<b>10,00</b>

<b>Cargo 02</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>Nº DE QUESTÕES</b>	<b>PESO</b>	<b>TOTAL DE PONTOS</b>
Português	10	0,30	3,00
Matemática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais/Atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos área 02.	10	0,50	5,00
<b>TOTAL GERAL DE PONTOS</b>			<b>10,00</b>

As demais redações do Edital nº 001 permanecem inalterado e em pleno vigor, na forma como se encontram publicadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC, em 02 de dezembro de 2013.

**ALCEU MAZZIONI**

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### Lei 1960

LEI MUNICIPAL Nº. 1.960, 17 de outubro de 2013.  
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA O PERÍODO DE 2014 a 2017.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

#### CAPITULO I

#### DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURINUAL.

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual do município de Coronel Freitas, para o período de 2014 a 2017 - PPA 2014-2017, em cumprimento ao disposto no § 1º, do artigo 165 da Constituição Federal.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnóstico e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2014-2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2014-2017 terá como diretrizes:

- I - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero;
- II - A ampliação da participação social;
- III - A promoção da sustentabilidade ambiental;
- IV - A valorização da diversidade cultural e identidade;
- V - A excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços a sociedade;
- VI - A garantia da soberania;
- VII - O aumento da eficiência dos gastos públicos;
- VIII - O crescimento econômico sustentável; e
- IX - O estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

#### CAPITULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO.

Art. 5º. O PPA 2014-2017, reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de programas finalístico e de gestão, manutenção e serviços a máquina pública, assim definidos

- I - Programa finalístico que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços a sociedade;
- II - Programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, a gestão e a manutenção da atuação governamental; e
- III - Empreendimentos individualizados.

Art. 6º. O programa finalístico é composto por objetivos, indicadores, valor global e valor de referencia.

§ 1º. O objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas e com atributos:

- I - Órgão responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implantação do objetivo;
- II - Meta: medida de alcance do objetivo, podendo ser de natureza

quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços a sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º. O indicador é uma referencia que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º. O valor global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários a consecução dos objetivos, segregadas as esferas fiscal e da seguridade da esfera de investimento das empresas estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

§ 4º. O valor de referencia é um parâmetro financeiro, estabelecido por programa finalístico, que permitirá identificar, no PPA 2014-2017, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

Art. 7º. Integram o PPA 2014-2017 os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Programas finalísticos e orçamento da receita;
- II - Anexo II - Programas de gestão, manutenção e serviços a máquina pública; e Planilha de despesa por programas e ações;
- III - Anexo III - Empreendimentos individualizados com demonstrativo da consolidação da despesa por programas;
- IV - Anexo III - Compatibilização das fontes com a destinação dos recursos;
- V - Anexo IV - Demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações.

#### CAPITULO III

#### DA INTEGRAÇÃO COM O ORÇAMENTO.

Art. 8º. Os programas constantes no PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º. As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º. As vinculadas das ações orçamentárias constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º. O valor global dos programas, as metas e os enunciados dos objetivos não são limites a programação e a execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2014-2017 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no artigo 4º para o alcance dos objetivos constantes deste plano.

#### CAPITULO IV

#### DA GESTÃO DO PLANO.

##### Seção I

##### Aspectos gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2014-2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis as políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

- I - Dos mecanismos de implantação e integração das políticas públicas; e
- II - Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2014-2017.

Art. 12. A gestão do PPA 2014-2017 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas e objetivos.

## Seção II

### Do Monitoramento e Avaliação

Art. 13. O monitoramento do PPA 2014-2017 é atividade estruturada a partir da implementação de cada programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública municipal.

Art. 14. A avaliação consiste na análise das políticas e dos programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 15. São prioridades da administração pública municipal as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º o artigo 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2014 a 2017, está incluído no valor global do programa.

Parágrafo único - A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 17. Considera-se revisão do PPA 2014-2017 a inclusão, a exclusão ou a alteração de programas.

§ 1º. A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam programa finalístico ou objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º. Considera-se alteração de programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de objetivos e metas.

§ 4º. O Poder executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - Alterar o valor global do programa;

II - Adequar as vinculações entre ações orçamentárias; e

III - Incluir, excluir ou alterar metas.

§ 5º. O Poder executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes tributos:

I - Indicador;

II - Valor de referência;

III - Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária; e

IV - Órgão responsável.

§ 6º. As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

## Lei 1961

LEI MUNICIPAL Nº. 1.961, 25 de outubro de 2013.

Declara utilidade pública as instituições que menciona. E, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública as instituições a seguir mencionadas:

I - Instituto de Ensino Teológico Cristão IETEC - Missão e Vida, inscrito no CNPJ sob o nº. 97.525.921/0001-00, sediada no Município de Coronel Freitas/SC.

II - Associação Educacional Social e Cultural Mão Amiga, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.156.935/0001-48, sediada no Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública confere a entidade descrita no art. 1º desta lei, todos os direitos e vantagens da legislação pertinente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

## Lei 1962

LEI MUNICIPAL Nº. 1.962, 25 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 128.672,71 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.216 - Aquisição de Medicamentos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.058 - Manutenção do CAPS e do NASF

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 1.092 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finança

## Lei 1963

LEI MUNICIPAL Nº. 1.963, 04 de novembro de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

### I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Coronel Freitas, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - e as disposições gerais.

### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2014 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Demonstrativo de Metas Anuais;

II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;

III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IX - Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

X - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XII - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

XIII - Prioridades e Metas para 2014;

XIV - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

### III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;



IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;  
X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º. A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/COG nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de

Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§ 1º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 0,18% (zero vírgula dezoito por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos,

identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2012 (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 0,18% (zero vírgula dezoito por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 3º. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Anexo VI desta lei, não será considerada

para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os



limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Coronel Freitas, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2013 para o exercício de 2014.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finança

#### Lei 1964

LEI MUNICIPAL N. 1.964, 13 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta LEI;

"Parágrafo único - Para atuar na área da educação serão admitidos, na falta de profissionais habilitados em curso de nível superior, profissionais que estejam frequentando curso de nível superior na área específica de atuação"

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de emergência ou estado de calamidade pública;
- II - assistência a emergências em saúde pública;
- III - realização de recenseamentos, coleta de dados ou pesquisas, no âmbito do Município;
- IV - substituir servidor efetivo que não possua substituto no

quadro funcional, e que esteja em:

- a) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- b) licença para atividade política;
- c) licença para desempenho de mandato classista e eletivo;
- d) licença maternidade;
- e) licença à adotante;
- f) licença para capacitação;
- g) licença para tratamento de saúde;
- h) cargo em comissão;
- i) direção de escola;

V - admissão de pesquisadores ou técnicos especializados, nas áreas de pesquisa científica ou tecnológica, obras e serviços de engenharia;

VI - execução de convênios firmados com órgãos públicos ou empresas privadas.

VII - pedido de exoneração de servidor.

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo através de provas, ou provas e títulos.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

I - seis meses, no caso dos incisos I, II e III do art. 2º;

II - doze meses, no caso do inciso VI do art. 2º;

III - Pelo período de afastamento do substituído, no caso da alínea a, b, c, d, e, f, g, h, i, j do inciso IV do art. 2º;

IV - até dois anos, no caso dos incisos V e VI do art. 2º;

V - até um ano, no caso do inciso VII do art. 2º.

Art. 5º. O número total de servidores temporários não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total dos servidores efetivos em exercício no Município de Coronel Freitas.

Parágrafo único: para atuar na área da Educação serão admitidos, na falta de profissionais habilitados em curso de nível superior, profissionais que estejam frequentando curso de nível superior na área específica de atuação.

Art.6º. É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias, exceto quando houver compatibilidade de horários e somente para dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Parágrafo único - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado.

Art. 7º. O vencimento dos profissionais do magistério contratados nos termos desta Lei será aquele constante no seu anexo único. O vencimento dos demais profissionais contratados temporariamente será aquele fixado nos níveis iniciais da tabela de vencimentos do Plano de Carreira e Remuneração correspondente, observada a habilitação exigida para os cargos semelhantes, ou aquele fixado em lei específica, quando se tratar de contratação de pessoal para execução de convênios e programas de interesse público relevantes.

Parágrafo único - O servidor do magistério público municipal, em atividade docente, que esteja ministrando aulas diretamente aos educandos, farão jus a 15% (quinze por cento) de gratificação de incentivo a regência de classe, ou 30% (trinta por cento), em caso de agregação de turmas, calculadas sobre o seu vencimento base.

Art.8º. O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no

respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, ou na nulidade ou declaração de insubsistência do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art.9º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Art.10. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão; e

IV - por iniciativa do Município de Coronel Freitas.

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa do Município de Coronel Freitas, decorrente de conveniência administrativa, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e importará no pagamento ao contratado de férias proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço), saldo de salários, e gratificação natalina proporcional.

Art. 11 - É direito dos contratados nos termos desta LEI:

I - Salário família, observada a legislação do Regime Geral de Previdência Social;

II - décimo terceiro salário, correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração do mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de exercício;

III - Adicional de insalubridade ou de periculosidade, observado o laudo de condições ambientais de trabalho;

IV - adicional por serviços extraordinários, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em relação à hora normal, quando realizados em dias úteis e 100%(cem por cento) quando realizados em sábados, domingos e feriados;

V - adicional noturno, acrescido de 20%(vinte por cento) em relação à hora normal, quando prestados serviços no horário compreendido entre as 22(vinte e duas) horas de um dia e 05(cinco) horas do dia seguinte;

VI - férias integrais após cada período de 12(doze) meses de serviço público municipal e proporcional por ocasião da rescisão ou término do contrato de trabalho;

VII - ausentar-se do serviço sem prejuízo da remuneração nos seguintes casos:

a) 01 (um) dia, a cada 06(seis) meses de serviço público, para doação de sangue;

b) 03 (três) dias consecutivos, em razão de casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos e irmãos;

c) 05 (cinco) dias consecutivos, no caso de nascimento ou adoção de filhos;

d) 02 (duas) horas por dia, sendo 01(uma) pela manhã e 01 (uma) pela tarde, para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses.

Art. 12. Os contratados nos termos desta Lei são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. Em situações não previstas nesta Lei, serão definidas através do Estatuto dos Servidores Públicos de Coronel Freitas.



Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1.188/2001.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 1.964, 13 de novembro de 2013.

#### Anexo I

CARGOS	CARGA HORARIA	VENCIM.
PROFESSOR MAGISTÉRIO	20	768,92
	40	1.537,84
PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	20	1.023,30
	40	2.046,61

#### Lei 1965

LEI MUNICIPAL Nº. 1.965, 13 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS ANEXOS II e IX DA LEI MUNICIPAL N. 1.245/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O vencimento dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivos pertencentes aos Anexos II e IX da Lei Municipal N. 1.245/2001, abaixo descritos, a partir de 01 de janeiro de 2014, passa a vigorar com o seguinte valor:

#### ANEXO II

PISO MÍNIMO DO MUNICÍPIO:		702,24	
NÚMERO ESPECIFICAÇÃO DO GRUPO	NÍVEL	VALOR	HORAS
GRUPO I SERVIÇOS GERAIS – SEG	1	1.002,94	40 hs
	2	1.002,94	40 hs
	3	1.018,50	40 hs
	32	806,96	20 hs
GRUPO II SERVIÇOS OPERACIONAIS – SOP	4	1.002,94	40 hs
	5	1.137,44	40 hs
	6	1.219,36	40 hs
	7	1.452,41	40 hs
	8	1.554,28	40 hs
	9	2.507,30	40 hs
GRUPO III SERVIÇOS AUXILIARES – SAL	10	1.467,90	40 hs
	11	1.445,38	40 hs
	12	1.602,88	40 hs
GRUPO IV TÉCNICO PROFISSIONAL – TEP	13	1.601,77	40 hs
	14	1.927,97	40 hs
	15	2.461,27	40 hs

GRUPO V TÉCNICO CIENTÍFICO – TECN	16	1.570,39	20 hs
	17	2.590,82	40 hs
	18	2.440,82	20 hs
	19	3.157,28	40 hs
	20	3.007,28	20 hs
	21	5.450,24	40 hs
	22	5.450,24	20 hs
	23	10.900,50	40 hs
	24	892,50	20 hs
	25	1.785,00	40 hs
	33	4.881,64	40 hs
	34	1.503,64	20 hs
GRUPO VI - MAGISTÉRIO NÍVEL MÉDIO (MAG)	26	784,30	20 hs
	27	1.568,60	40 hs
GRUPO VII – MAGISTÉRIO NÍVEL SUPERIOR (MAG)	28	580,31	10 hs
	29	1.160,63	20 hs
	30	2.321,25	40 hs
GRUPO VIII –ESPEC. EM ASSUNTOS EDUC. (EAE)	31	2.319,82	40 hs

#### ANEXO IX

Nível Atual	Valor Atual		
1B	1.006,99		
1C	1.011,24		
2C	1.026,35		
4B	1.097,61		
4E	1.161,41		
5F	1.253,88		
6B	1.319,71		
7C	1.430,49		
10D	1.894,87		
10E	1.910,17		
12A	1.956,54		
12C	2.601,05		
17A	2.439,38		

#### TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS DE ACTS

CARGOS	C.HORARIA	VENCIM.		
PROFESSOR MAGISTÉRIO	20	784,30		
	40	1.568,60		
PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	20	1.043,77		
	40	2.087,54		
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	40	1.002,94		
MONITOR SOCIAL	40	1.047,52		
MÉDICO	40	10.900,50		
ODONTÓLOGO	40	6.014,62		

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1966

LEI MUNICIPAL Nº. 1.966, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicional especial por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 259.386,05 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.1.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios Públicos - R\$ 1.386,05

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 93.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 60.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 4.4.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios Públicos - R\$ 26,00

Elemento: 3.3.71.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.260,05

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04 Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programas: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais

Elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 127.000,00

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 106.100,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1967

LEI MUNICIPAL Nº. 1.967, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 187.900,00 (cento e oitenta e sete mil e novecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 - Transportes

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais

Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 37.900,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15- Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública  
 Ação: 2.052- Manutenção do Departamento de serviços Urbanos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 606 - Extensão Rural  
 Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário  
 Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
 Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 15.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.121 - Indenizações e Restituições  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 8.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 601 - Promoção da Produção Vegetal

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário  
 Ação: 2.033 - Lei de Incentivos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.053 - Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 606 - Extensão Rural  
 Programa: 0010 - Agricultura  
 Ação: 1.041 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Patrulha Agrícola  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 Unidade: 11.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Função: 22 - Indústria  
 Sub-função: 334 - Fomento ao Trabalho  
 Programa: 0031 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço  
 Ação: 2.099 - Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00,

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transporte  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
 Ação: 1.055 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15- Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.086 - Asfaltamento de Vias Urbanas, Prioritariamente nas Ruas.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
 Função: 13 - Cultura  
 Sub-função: 695 - Turismo  
 Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
 Ação: 2.020 - Manutenção do Centro de Eventos Municipal  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
 Ação: 1.018 - Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.05 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
 Ação: 2.012 - Administrativo da Educação  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e

Transferências de Impostos R\$ 36.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.030 - Construção de Espaço Esportivos

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 1.029 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.900,00.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

## Lei 1967

LEI MUNICIPAL Nº. 1.967, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 187.900,00 (cento e oitenta e sete mil e novecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 - Transportes

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais

Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 37.900,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.052- Manutenção do Departamento de serviços Urbanos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 15.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.121 - Indenizações e Restituições

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 8.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 601 - Promoção da Produção Vegetal

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.033 - Lei de Incentivos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 544 - Recursos Hídricos

Programa: 0012 - Água Fonte de Vida

Ação: 1.053 - Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0010 - Agricultura

Ação: 1.041 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Patrulha Agrícola

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Unidade: 11.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
Função: 22 - Indústria  
Sub-função: 334 - Fomento ao Trabalho  
Programa: 0031 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço  
Ação: 2.099 - Implantação de Incubadora e Condomínios Empresarial  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00,

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
Função: 26 - Transporte  
Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
Ação: 1.055 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
Função: 15- Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
Ação: 1.086 - Asfaltamento de Vias Urbanas, Prioritariamente nas Ruas.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
Função: 13 - Cultura  
Sub-função: 695 - Turismo  
Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
Ação: 2.020 - Manutenção do Centro de Eventos Municipal  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
Ação: 1.018 - Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
Ação: 2.012 - Administrativo da Educação  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 36.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
Função: 27 - Desporto e Lazer  
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
Ação: 1.030 - Construção de Espaço Esportivos  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
Função: 27 - Desporto e Lazer  
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
Ação: 1.029 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.900,00.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1968

LEI MUNICIPAL Nº. 1.968, 25 de novembro de 2011.  
Declara utilidade pública a instituição que menciona. E, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;  
Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;  
Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a instituição a seguir mencionada:

I - Associação Comunitária do Bairro Passo da Areia, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.142.183/0001-30, sediada no Bairro Passo da Areia, no Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública confere a entidade descrita no art. 1º desta lei, todos os direitos e vantagens da legislação pertinente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1968

LEI MUNICIPAL Nº. 1.968, 25 de novembro de 2011.  
Declara utilidade pública a instituição que menciona. E, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;



Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a instituição a seguir mencionada:

I - Associação Comunitária do Bairro Passo da Areia, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.142.183/0001-30, sediada no Bairro Passo da Areia, no Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública confere a entidade descrita no art. 1º desta lei, todos os direitos e vantagens da legislação pertinente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6598**

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0025 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Ação: 2.081 - Manutenção da Casa do Abrigo

Do elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00.

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6599**

DECRETO Nº. 6.599, 21 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 89/2013 - Pregão Presencial N. 31/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Safra Diesel Ltda, com os itens 2 e 3, no valor de R\$ 484.800,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais); Antônio Vitorio Pelizza - Me, com o item 1, no valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6600**

DECRETO Nº. 6.599, 21 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 6.600, 22 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2013 - Fundo Municipal de Saúde, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 21/2013 - Pregão Presencial N. 08/2013-FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Air Liquide Brasil Ltda, no valor de R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 89/2013 - Pregão Presencial N. 31/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Safra Diesel Ltda, com os itens 2 e 3, no valor de R\$ 484.800,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais); Antônio Vitorio Pelizza - Me, com o item 1, no valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6601**

DECRETO Nº. 6.599, 21 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 6.600, 22 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2013 - Fundo Municipal de Saúde, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 21/2013 - Pregão Presencial N. 08/2013-FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Air Liquide Brasil Ltda, no valor de R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.601, 22 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0025 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Ação: 2.081 - Manutenção da Casa de Abrigo

Elemento: 3.3.90.000000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 2.100,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 89/2013 - Pregão Presencial N. 31/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Safra Diesel Ltda, com os itens 2 e 3, no valor de R\$ 484.800,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais); Antônio Vitorio Pelizza - Me, com o item 1, no valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6602**

DECRETO Nº. 6.602, 24 de outubro de 2013.

A PEDIDO EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Fabiane Dal Chiavon Tressoldi, do cargo de diretora do departamento de administração e finanças, nomeada pelo decreto nº. 6.493/2013, a partir de 24 de outubro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6603**

DECRETO Nº. 6.602, 24 de outubro de 2013.

A PEDIDO EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Fabiane Dal Chiavon Tressoldi, do cargo de diretora do departamento de administração e finanças, nomeada pelo decreto nº. 6.493/2013, a partir de 24 de outubro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.603, 25 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.962/2013;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 128.672,71 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.126 - Aquisição de Medicamentos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.058 - Manutenção do CAPS e do NASF

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 1.092 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finança

### **Decreto 6604**

DECRETO Nº. 6.602, 24 de outubro de 2013.  
A PEDIDO EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;  
DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Fabiane Dal Chiavon Tressoldi, do cargo de diretora do departamento de administração e finanças, nomeada pelo decreto nº. 6.493/2013, a partir de 24 de outubro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.603, 25 de outubro de 2013.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.962/2013;  
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 128.672,71 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0019 - Saúde para Todos  
Ação: 2.126 - Aquisição de Medicamentos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00  
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0019 - Saúde para Todos  
Ação: 2.058 - Manutenção do CAPS e do NASF  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 100.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0019 - Saúde para Todos  
Ação: 1.092 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral  
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.64 - Atenção Básica R\$ 28.672,71

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finança

DECRETO Nº. 6.604, 29 de outubro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 90/2013 - Convite N. 31/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Mauri Antônio Cambruzzi, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.



**Decreto 6605**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

**DECRETA**

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6606**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

**DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos  
R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

**DECRETA**

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em



especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6607**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2013 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Instituto de Ensino Teológico Cristão - IETEC, no valor de R\$ 31.756,00 (trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos  
R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6608**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2013 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Instituto de Ensino Teológico Cristão - IETEC, no valor de R\$ 31.756,00 (trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de novembro de 2013, o cargo de enfermeira, ocupado pela servidora pública municipal Bernardete Heloisa Sordi Signorini, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1613877703, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

**DECRETA**

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº.

674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.  
IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6609**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2013 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Instituto de Ensino Teológico Cristão - IETEC, no valor de R\$ 31.756,00 (trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de

Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de novembro de 2013, o cargo de enfermeira, ocupado pela servidora pública municipal Bernardete Heloisa Sordi Signorini, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1613877703, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.609, 01 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 91/2013 - Convite N. 32/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pública Engenharia e Gestão de Convênios Ltda, no valor de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

**DECRETA**

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6610**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2013 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Instituto de Ensino Teológico Cristão - IETEC, no valor de R\$ 31.756,00 (trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de novembro de 2013, o cargo de enfermeira, ocupado pela servidora pública municipal Bernardete Heloisa Sordi Signorini, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1613877703, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no



Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.609, 01 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 91/2013 - Convite N. 32/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pública Engenharia e Gestão de Convênios Ltda, no valor de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.610, 04 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS ISENÇÕES DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, CONSTANTES DO ART. 58 DA LEI MUNICIPAL DE Nº1.315 DE 24/12/2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 1.315/2002.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido que a partir do exercício de 2014 os contribuintes que possuem imóveis em Coronel Freitas e que se enquadrarem no disposto do Art. 58 da Lei Municipal 1.315 de 24/12/2002, poderão solicitar junto a esta municipalidade o direito de isenção do Imposto predial e territorial urbano - IPTU.

Art. 2º. Fica determinado que os documentos necessários para a solicitação de isenção será feita através do edital de chamamento

n. 02/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos

R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

DECRETA

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.



Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matricula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matricula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matricula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matricula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6611**

DECRETO Nº. 6.611, 12 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 76/2013 - Concorrência N. 03/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Itajui Engenharia de Obras Ltda, no valor de R\$ 9.025.370,10 (nove milhões, vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6613**

DECRETO Nº. 6.605, 29 de outubro de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2013 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Instituto de Ensino Teológico Cristão - IETEC, no valor de R\$ 31.756,00 (trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de novembro de 2013, o cargo de enfermeira, ocupado pela servidora pública municipal Bernardete Heloisa Sordi Signorini, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme benefício nº. 1613877703, e de acordo com o art. 32, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.241/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.609, 01 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 91/2013 - Convite N. 32/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pública Engenharia e Gestão de Convênios Ltda, no valor de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.610, 04 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS ISENÇÕES DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, CONSTANTES DO ART. 58 DA LEI MUNICIPAL DE Nº1.315 DE 24/12/2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 1.315/2002.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido que a partir do exercício de 2014 os contribuintes que possuem imóveis em Coronel Freitas e que se enquadrarem no disposto do Art. 58 da Lei Municipal 1.315 de 24/12/2002, poderão solicitar junto a esta municipalidade o direito de isenção do Imposto predial e territorial urbano - IPTU.

Art. 2º. Fica determinado que os documentos necessários para a solicitação de isenção será feita através do edital de chamamento n. 02/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.611, 12 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 76/2013 - Concorrência N. 03/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Itajui Engenharia de Obras Ltda, no valor de R\$ 9.025.370,10 (nove milhões, vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 6.612, 14 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal Nº 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

Governo Municipal:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Vania Martinelli Alves Pereira - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivonete Sordi Figueiredo - titular.

Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Danice Cheila Sirtuli - titular.

Joraci Pagnussat - suplente.

Bernardo Ibagy Pacheco - titular.

Luiz Carlos Oss - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Junior Batisti - titular.

Valdecir José Giachini - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.

Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente

Representante do Poder Legislativo  
Edenilson José Piva - titular.  
Gilberto Cordazzo - suplente  
Representante da Associação Comunitária  
Milton Peretto - titular.  
Adão Pageski - suplente.  
Representante dos Clubes de Idosos:  
Antonio Conrado - titular.  
Elza Forestti - suplente.  
Representantes dos Clubes de Mães:  
Mari Aschidamini - titular.  
Eloide Grando - suplente.  
Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:  
Karla Zatti Conte - titular.  
Ieda Luiza Gasparin - suplente.  
Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL  
Roberto Carlos Cordazzo - titular.  
Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:  
Adriana Maria Antunes de Souza - titular.  
Adaiano Machado - suplente.  
Representante de Entidades Religiosas:  
Nilvo José Bagio - titular.  
Pedro da Silva - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.477/2013.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Diretora de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.613, 18 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 01 - Departamento de Serviços Urbanos  
Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
Programa: 0017 - Trânsito Seguro  
Ação: 2.049 - Manutenção do Convênio com o Trânsito  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.56 - Convênio Trânsito - Prefeitura - R\$ 2.500,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.56 - Convênio Trânsito - Prefeitura.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar dotação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Sub-função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0019 - Saúde para Todos  
Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Do elemento: 3.3.50.0000000000.01.02 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 22.000,00.  
Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos  
R\$ 22.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

DECRETA

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Junior Batisti - matrícula municipal sob o nº. 1174, CPF nº. 041.552.319-21, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.504/2013.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6618**

DECRETO Nº. 6.617, 19 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Alexandre Luiz Graciani, para o cargo de Diretor do Departamento de Transportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 20 de novembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, o valor de R\$ 56.105,00 (cinquenta e seis mil, cento e cinco reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.00 - Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativo

Sub-função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Poder Legislativo

Ação: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Do elemento: 3.3.90.0000000000.0000 - Recursos ordinários R\$ 56.105,00

Do elemento: 3.3.50.0000000000.0000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - R\$ 2.020,00.

Do elemento: 4.4.90.0000000000.0000 - Recursos Ordinários R\$ 3.975,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.0000 - Recursos ordinários R\$ 62.100,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6619**

DECRETO Nº. 6.617, 19 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Alexandre Luiz Graciani, para o cargo de Diretor do Departamento de Transportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 20 de novembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação



deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, o valor de R\$ 56.105,00 (cinquenta e seis mil, cento e cinco reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.00 - Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativo

Sub-função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Poder Legislativo

Ação: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Do elemento: 3.3.90.0000000000.0000 - Recursos ordinários R\$ 56.105,00

Do elemento: 3.3.50.0000000000.0000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - R\$ 2.020,00.

Do elemento: 4.4.90.0000000000.0000 - Recursos Ordinários R\$ 3.975,00.

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.0000 - Recursos ordinários R\$ 62.100,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.619, 19 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 E MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que

lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0023 - Proteção Social Básica

Ação: 2.071 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.53 - Transferências de Convênio - Assistência Social R\$ 4.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.53 Transferências de Convênios - Assistência Social.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, do FMAS, o valor de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0025 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Ação: 2.081 - Manutenção da Casa de Abrigo

Do elemento: 4.4.90.0000000000.01.53 - Transferências de Convênio - R\$ 1.900,00.

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.53 Transferências de Convênios - R\$ 1.900,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

#### Decreto 6620

DECRETO Nº. 6.620, 20 de novembro de 2013.

A PEDIDO EXONERA TECNICA EM ENFERMAGEM.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

#### DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Traudi Maria Hammerich Andolfatto, ocupante do cargo de técnica em enfermagem, lotada na secretaria municipal de saúde, nomeada pelo decreto nº. 4.544/2008, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 15 de novembro de 2013.



Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6621**

DECRETO Nº. 6.621, 21 de novembro de 2013.  
ESTABELECE TURNO ÚNICO NAS SECRETARIAS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido turno único das 07h00 às 13h00, a partir de 02 de dezembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, nas secretarias de:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças;  
Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;  
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;  
Secretaria Municipal de Assistência Social;  
ESF-I e ESF-II.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar e o Posto Central permanecerá com o horário normal.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6622**

DECRETO Nº. 6.622, 21 de novembro de 2013.  
REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 94/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº. 8.666/93.

Considerando - que nenhum proponente apresentou proposta para o certame - construção de sala para depósito de materiais e reforma de estrutura de concreto e cobertura;

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida a deserção no processo administrativo Nº. 94/2013 - modalidade Convite Nº. 34/2013.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6623**

DECRETO Nº. 6.622, 21 de novembro de 2013.  
REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 94/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº. 8.666/93.

Considerando - que nenhum proponente apresentou proposta para o certame - construção de sala para depósito de materiais e reforma de estrutura de concreto e cobertura;

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida a deserção no processo administrativo Nº. 94/2013 - modalidade Convite Nº. 34/2013.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6624**

DECRETO Nº. 6.624, 25 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Roque Zanon, do cargo de secretário municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pelo decreto n. 6.494/2013, a contar de 27 de novembro de 2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Decreto 6625

DECRETO N. 6.625, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.966/2013;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicional especial por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 259.386,05 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.1.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios Públicos - R\$ 1.386,05

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 93.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 60.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 4.4.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios Públicos - R\$ 26,00

Elemento: 3.3.71.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.260,05

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04 Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programas: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais

Elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 127.000,00

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 106.100,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

### Decreto 6625

DECRETO N. 6.625, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.966/2013;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicional especial por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 259.386,05 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.1.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios

Públicos - R\$ 1.386,05  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 55.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 05 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
 Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 93.000,00  
 Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 05 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
 Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos R\$ 60.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município  
 Elemento: 4.4.71.0000000000.03.00 - transferências A Consórcios Públicos - R\$ 26,00  
 Elemento: 3.3.71.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.260,05

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04 Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programas: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
 Elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 127.000,00  
 Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 106.100,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.  
 MAURI JOSÉ ZUCCO  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
 Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6626**

DECRETO Nº. 6.626, 25 de novembro de 2013.  
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.967/2013;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 187.900,00 (cento e oitenta e sete mil e novecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transportes  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
 Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 37.900,00

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15- Urbanismo  
 Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
 Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública  
 Ação: 2.052- Manutenção do Departamento de serviços Urbanos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 606 - Extensão Rural  
 Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuario  
 Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.004 - Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
 Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 15.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração  
 Sub-função: 123 - Administração Financeira  
 Programa: 0003 - Administração  
 Ação: 2.121 - Indenizações e Restituições  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 8.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 601 - Promoção da Produção Vegetal

Programa: 0011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário  
 Ação: 2.033 - Lei de Incentivos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 544 - Recursos Hídricos  
 Programa: 0012 - Água Fonte de Vida  
 Ação: 1.053 - Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Órgão: 12.00 - Secretaria de Agricultura  
 Unidade: 12.01 - Departamento de Agricultura  
 Função: 20 - Agricultura  
 Sub-função: 606 - Extensão Rural  
 Programa: 0010 - Agricultura  
 Ação: 1.041 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Patrulha Agrícola  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 Unidade: 11.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Função: 22 - Indústria  
 Sub-função: 334 - Fomento ao Trabalho  
 Programa: 0031 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço  
 Ação: 2.099 - Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00,

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras  
 Função: 26 - Transporte  
 Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário  
 Programa: 0013 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais  
 Ação: 1.055 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15- Urbanismo  
 Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana  
 Programa: 0016 - Embelezamento da Cidade  
 Ação: 1.086 - Asfaltamento de Vias Urbanas, Prioritariamente nas Ruas.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
 Função: 13 - Cultura  
 Sub-função: 695 - Turismo  
 Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
 Ação: 2.020 - Manutenção do Centro de Eventos Municipal  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0006 - Cultura - Arte Através da História, Emoção  
 Ação: 1.018 - Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.05 - Departamento de Educação  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-função: 122 - Administração Geral  
 Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola  
 Ação: 2.012 - Administrativo da Educação  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 36.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.030 - Construção de Espaço Esportivos  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes  
 Função: 27 - Desporto e Lazer  
 Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
 Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos  
 Ação: 1.029 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.900,00.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.  
 MAURI JOSÉ ZUCCO  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
 Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6627**

DECRETO Nº. 6.627, 25 de novembro de 2013.  
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA POR SUPERAVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.



O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 11.750,00 (onze mil, setecentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 11.750,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6628**

DECRETO Nº. 6.628, 25 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 E MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.18 - Transferências do FUNDEB - R\$ 210.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.18

- Transferências do FUNDEB.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, do município, o valor de R\$ 11.750,00 (onze mil, setecentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0007 - Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Do elemento: 3.3.90.0000000000.03.00 - Superávit do exercício anterior - R\$ 11.750,00.

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 11.750,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6629**

DECRETO Nº. 6.629, 25 de novembro de 2013.

REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 93/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº. 8.666/93.

Considerando - que nenhum proponente apresentou proposta para o certame - aquisição de luzes natalinas;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica reconhecida a deserção no processo administrativo Nº. 93/2013 - modalidade Pregão Presencial Nº. 32/2013.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6630**

DECRETO Nº. 6.630, 28 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 NO



**ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.19 - Transferências do FUNDEB

- R\$ 85.000,00.

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.19 - Transferências do FUNDEB.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6631**

DECRETO Nº. 6.631, 28 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, o valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 0026 - Atenção Integral a Família

Ação: 2.127 - Gestão Cadiúnico - IGDM

Do elemento: 4.4.90.0000000000.0152 - Outros Transferências de recursos do FNAS R\$ 6.200,00.

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.0152 - Outros Transferências de recursos do FNAS R\$ 6.200,00.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6632**

DECRETO Nº. 6.632, 29 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 02/2013 - Convite N. 02/2013 - FMH, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: D.D.S. Comércio de Lixeiras e Placas Ltda-Me, no valor de R\$ 6.368,00 (seis mil, trezentos e sessenta e oito reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6612**

DECRETO Nº 6.612, 14 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

**DECRETA**

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal Nº 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

Governo Municipal:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Vania Martinelli Alves Pereira - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivone Sordi Figueiredo - titular.

Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Danice Cheila Sirtuli - titular.

Joraci Pagnussat - suplente.

Bernardo Ibagy Pacheco - titular.

Luiz Carlos Oss - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Junior Batisti - titular.

Valdecir José Giachini - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.

Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente

Representante do Poder Legislativo

Edenilson José Piva - titular.

Gilberto Cordazzo - suplente

Representante da Associação Comunitária

Milton Peretto - titular.

Adão Pageski - suplente.

Representante dos Clubes de Idosos:

Antonio Conrado - titular.

Elza Forestti - suplente.

Representantes dos Clubes de Mães:

Mari Aschidamini - titular.

Eloide Grando - suplente.

Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:

Karla Zatti Conte - titular.

Ieda Luiza Gasparin - suplente.

Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

Roberto Carlos Cordazzo - titular.

Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:

Adriana Maria Antunes de Souza - titular.

Adaiano Machado - suplente.

Representante de Entidades Religiosas:

Nilvo José Bagio - titular.

Pedro da Silva - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.477/2013.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

### Decreto 6614

DECRETO Nº 6.612, 14 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

### DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal Nº 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

Governo Municipal:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Vania Martinelli Alves Pereira - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivone Sordi Figueiredo - titular.

Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Danice Cheila Sirtuli - titular.

Joraci Pagnussat - suplente.

Bernardo Ibagy Pacheco - titular.

Luiz Carlos Oss - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Junior Batisti - titular.

Valdecir José Giachini - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.

Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente

Representante do Poder Legislativo

Edenilson José Piva - titular.

Gilberto Cordazzo - suplente

Representante da Associação Comunitária

Milton Peretto - titular.

Adão Pageski - suplente.

Representante dos Clubes de Idosos:

Antonio Conrado - titular.

Elza Forestti - suplente.

Representantes dos Clubes de Mães:

Mari Aschidamini - titular.

Eloide Grando - suplente.

Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:

Karla Zatti Conte - titular.

Ieda Luiza Gasparin - suplente.

Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

Roberto Carlos Cordazzo - titular.

Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:

Adriana Maria Antunes de Souza - titular.

Adaiano Machado - suplente.

Representante de Entidades Religiosas:

Nilvo José Bagio - titular.

Pedro da Silva - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.477/2013.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.  
**MAURI JOSÉ ZUCCO**  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**  
 Diretora de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.614, 19 de novembro de 2013.  
**DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 79/2013 - Concorrência N. 04/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Angelo Alberto Kuhn, com o item 2, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais); Dorvalino Batistela, com o item 1, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.  
**MAURI JOSÉ ZUCCO**  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**  
 Secretária de Administração e Finanças.

#### **Decreto 6615**

DECRETO Nº 6.612, 14 de novembro de 2013.  
**DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

#### DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal Nº 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

Governo Municipal:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Vania Martinelli Alves Pereira - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivone Sordi Figueiredo - titular.

Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Danice Cheila Sirtuli - titular.

Joraci Pagnussat - suplente.

Bernardo Ibagy Pacheco - titular.

Luiz Carlos Oss - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Junior Batisti - titular.

Valdecir José Giachini - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.

Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente

Representante do Poder Legislativo

Edenilson José Piva - titular.

Gilberto Cordazzo - suplente

Representante da Associação Comunitária

Milton Peretto - titular.

Adão Pageski - suplente.

Representante dos Clubes de Idosos:

Antonio Conrado - titular.

Elza Forestti - suplente.

Representantes dos Clubes de Mães:

Mari Aschidamini - titular.

Eloide Grando - suplente.

Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:

Karla Zatti Conte - titular.

Ieda Luiza Gasparin - suplente.

Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

Roberto Carlos Cordazzo - titular.

Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:

Adriana Maria Antunes de Souza - titular.

Adaiano Machado - suplente.

Representante de Entidades Religiosas:

Nilvo José Bagio - titular.

Pedro da Silva - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.477/2013.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**  
 Diretora de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.614, 19 de novembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 79/2013 - Concorrência N. 04/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Angelo Alberto Kuhn, com o item 2, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais); Dorvalino Batistela, com o item 1, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.615, 19 de novembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE PRAZOS PARA ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO DE 2013.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando - a necessidade de definição de datas limites para assim possibilitar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, bem como propiciar a disponibilização de informações contábeis tempestivas para a tomada de decisão:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica definido o cronograma para encerramento do exercício contábil de 2013 com os prazos e procedimentos:

**Cronograma para Fechamento Contábil do Exercício de 2013.**

Eventos	Data Limite
Abertura de créditos adicionais	20/12/2013 (externos)
Emissão de empenhos	13/12/2013 (externos)
Recebimento de notas fiscais	13/12/2013
Emissão de ordens bancárias	30/12/2013
Empenho e pagamento de subvenções sociais	10/12/2013
Prestação de contas de subvenções sociais	20/12/2013
Empenho e pagamento de adiantamento	06/12/2013
Prestação de contas de adiantamento	27/12/2013
Anulação de restos a pagar	30/12/2013

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6616**

DECRETO Nº 6.612, 14 de novembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETO Nº. 6.616, 19 de novembro de 2013.

**DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS EM VIRTUDE DA NECESSIDADE EM MANTER AS CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA NO ÂMBITO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando - que o nível da despesa municipal está em crescimento, já ultrapassando os limites da receita arrecadada;

**DECRETA**

Art. 1º. Todos os secretários municipais e diretores de departamento, que promovem despesas para a administração municipal, devem rever suas metas de aplicação de forma que se obtenha uma redução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do nível de aplicação atual.

Art. 2º. Todas as despesas de custeio só podem ser promovidas existindo margem de fluxo de caixa e com autorização expressa da secretaria responsável pelo controle financeiro do município.

Art. 3º. As despesas de caráter continuado, já estabelecidas e inclusas no fluxo de caixa financeiro, ficarão na dependência para sua liquidação de recursos para sua cobertura.

Art. 4º. Os secretários municipais não poderão promover despesas sem uma ampla discussão com o setor financeiro do município, visando a real necessidade do gasto e a estrutura do fluxo financeiro na absorção do compromisso.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.

**MAURI JOSÉ ZUCCO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETA**

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal Nº 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

**Governo Municipal:**

**Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Vania Martinelli Alves Pereira - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivonete Sordi Figueiredo - titular.



Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.  
 Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:  
 Danice Cheila Sirtuli - titular.  
 Joraci Pagnussat - suplente.  
 Bernardo Ibagy Pacheco - titular.  
 Luiz Carlos Oss - suplente.  
 Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 Junior Batisti - titular.  
 Valdecir José Giachini - suplente.  
 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
 Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.  
 Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente  
 Representante do Poder Legislativo  
 Edenilson José Piva - titular.  
 Gilberto Cordazzo - suplente  
 Representante da Associação Comunitária  
 Milton Peretto - titular.  
 Adão Pageski - suplente.  
 Representante dos Clubes de Idosos:  
 Antonio Conrado - titular.  
 Elza Forestti - suplente.  
 Representantes dos Clubes de Mães:  
 Mari Aschidamini - titular.  
 Eloide Grando - suplente.  
 Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:  
 Karla Zatti Conte - titular.  
 Ieda Luiza Gasparin - suplente.  
 Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL  
 Roberto Carlos Cordazzo - titular.  
 Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:  
 Adriana Maria Antunes de Souza - titular.  
 Adaiano Machado - suplente.  
 Representante de Entidades Religiosas:  
 Nilvo José Bagio - titular.  
 Pedro da Silva - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.477/2013.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.  
**MAURI JOSÉ ZUCCO**  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**  
 Diretora de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.614, 19 de novembro de 2013.  
 DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 79/2013 - Concorrência N. 04/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Angelo Alberto Kuhn, com o item 2, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais); Dorvalino Batistela, com o item 1, no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.  
**MAURI JOSÉ ZUCCO**  
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

**CLARICE ANA TESSARO ZUCCO**  
 Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº. 6.615, 19 de novembro de 2013.  
 DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE PRAZOS PARA ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO DE 2013.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;  
 Considerando - a necessidade de definição de datas limites para assim possibilitar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, bem como propiciar a disponibilização de informações contábeis tempestivas para a tomada de decisão:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica definido o cronograma para encerramento do exercício contábil de 2013 com os prazos e procedimentos:

Cronograma para Fechamento Contábil do Exercício de 2013.

Eventos	Data Limite
Abertura de créditos adicionais	20/12/2013 (externos)
Emissão de empenhos	13/12/2013 (externos)
Recebimento de notas fiscais	13/12/2013
Emissão de ordens bancárias	30/12/2013
Empenho e pagamento de subvenções sociais	10/12/2013
Prestação de contas de subvenções sociais	20/12/2013
Empenho e pagamento de adiantamento	06/12/2013
Prestação de contas de adiantamento	27/12/2013
Anulação de restos a pagar	30/12/2013

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6617**

DECRETO Nº. 6.617, 19 de novembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Alexandre Luiz Graciani, para o cargo de Diretor do Departamento de Transportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 20 de novembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de novembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Cancelamento de Pregão Presencial Nº 34/2013**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE CANCELAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS  
A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO JUNTAMENTE COM A EQUIPE DE APOIO, COMUNICA QUE O PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013 QUE SERIA ABERTO NO DIA 11/12/2013 ÀS 08:30 HRS, FOI CANCELADO.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, através do telefone 49.3347.0322 de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs

Coronel Freitas - SC, 06 de Dezembro de 2013.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

### **Lei Complementar N.038 de 03 de Dezembro de 2013.**

LEI COMPLEMENTAR N.038 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISCIPLINA A ADMISSÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Esta Lei Complementar disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário, para o exercício de atividades de docência nas unidades educacionais da rede pública municipal, bem como nas atividades diversas do Poder Executivo, sempre que exceder à capacidade de servidores efetivos e em atendimento a situações temporárias e de excepcional interesse público definidas nesta Lei Complementar, os quais serão submetidos ao regime administrativo especial ora instituído.

Art. 2º A admissão de pessoal em caráter temporário, dar-se-á nos seguintes casos:

- I - em substituição aos afastamentos legais dos titulares;
- II - em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos;
- III - em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante;
- IV - para atender as necessidades excepcionais e temporárias relacionadas à execução de Projetos e Programas instituídos pelo Município, bem como para execução de objetos de Termos de Convênio ou de Programas realizados em parceria com outro ente da federação;
- V - para atuação em ações e programas operacionalizados pela Secretaria de Educação, reconhecidos pelo Conselho Municipal de Educação, executados no contra-turno escolar, voltados à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- VI - assistência a situações de emergência ou calamidade pública;
- VII - combate a surtos endêmicos;
- VIII - preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos, sempre que houver necessidade de desdobramento de turmas;
- IX - contratação de pesquisador ou técnicos especializados nas áreas de pesquisa científica ou tecnológica, obras e serviços de engenharia;
- X - atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de um ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder;
- XI - suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

Art. 3º A admissão será mediante processo seletivo simplificado, composto por:

- I - para a área do magistério:
  - a) prova escrita e de títulos;
- II - para as demais funções:
  - a) prova escrita; ou
  - b) prova escrita e prática.

§ 1º A prova escrita versará sobre conhecimentos gerais e específicos para o cargo ao qual o candidato está inscrito.

§ 2º O Processo Seletivo será regulado pelo respectivo Edital, bem como poderá ser dispensado nos casos previstos no inciso I do

artigo 2º desta Lei Complementar quando se tratar de afastamento do titular por motivo de doença ou falecimento, bem como nos casos dos incisos VI e VII do mesmo artigo.

§ 3º O prazo de validade do processo seletivo será de até dois anos e as publicações dar-se-ão, no mínimo, em informativo eletrônico e Mural Público.

Art. 4º Para as funções da área do magistério, a classificação, considerados a prova escrita com peso 6 (seis) e a prova de títulos, com peso 4 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos, valorados conforme critérios próprios do respectivo Edital:

I - para os habilitados:

- a) curso de pós-graduação na área da educação ou de ensino, em nível de doutorado, mestrado ou especialização;
- b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena;
- c) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de formação e/ou atuação.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) estar freqüentando no mínimo o 5º (quinto período), em curso de graduação na área ou disciplina que pretende atuar;
- b) ter cursado 02 (dois) anos letivos, pelo menos, na disciplina que pretende atuar;
- c) participação em cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área.

§ 1º Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

§ 2º Somente poderá ser admitido professor em caráter temporário sem participar do processo seletivo, nos casos em que:

- I - o número de vagas for superior ao de candidatos;
- II - a vaga não for escolhida pelos candidatos classificados; ou
- III - a vaga for aberta no decorrer do ano letivo e não tenha candidato aprovado pelo processo seletivo.

Art. 5º São condições para admissão:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da posse;
- III - estar em dia com o serviço militar e eleitoral;
- IV - ter capacidade física e mental;
- V - estar legalmente habilitado para o exercício da função na qual está sendo admitido;
- VI - estar em conformidade com as disposições contidas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal;
- VII - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedida pelo Poder Judiciário.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver candidato que preencha a condição prevista no inciso V deste artigo e em se tratando da função de Professor, admitir-se-á pessoal não habilitado.

Art. 6º O regime de trabalho semanal do servidor admitido em caráter temporário será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme o disposto no edital do processo seletivo.

Parágrafo único. Para atender situações emergenciais, decorrentes de afastamento para tratamento de saúde do Professor titular, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, bem como para substituição do titular afastado para treinamentos por período não superior a 05 (cinco) dias, poderá haver a contratação temporária remunerada por dia ou por hora efetivamente trabalhada, tendo-se por base o vencimento previsto para o respectivo cargo.

Art. 7º A área de ensino ou atuação, as habilitações e os respectivos códigos relacionados à contratação de pessoal admitido em caráter temporário constarão, obrigatoriamente, do Edital de Processo Seletivo de ingresso.

Art. 8º O valor da retribuição pecuniária mensal será acrescido de:

- I - diárias;
- II - salário-família;
- III - gratificação natalina;
- IV - adicional de férias ou conversão das férias, vencidas ou proporcional, em pecúnia por ocasião da extinção do contrato;
- V - regência de classe e hora-atividade extraclasse, quando se tratar de função pertinente ao cargo de Professor.

Parágrafo único. O valor da gratificação natalina será calculado proporcionalmente à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, com base na remuneração correspondente ao último mês trabalhado.

Art. 9º É assegurado ao servidor admitido em caráter temporário o direito à licença remunerada, mediante comprovação médica oficial, para:

- I - repouso à gestante;
- II - tratamento de saúde.

Art. 10. A falta ao serviço por motivo de doença será justificada para fins disciplinares, de anotação no assentamento individual e pagamento, desde que a impossibilidade do comparecimento seja atestada por médico oficial.

Art. 11. Sem prejuízo da remuneração, fica assegurado ao servidor admitido em caráter temporário o abono de faltas ao serviço, por 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data da ocorrência, por motivo de:

- I - casamento;
- II - falecimento de cônjuge ou companheiro, pais, filhos e irmãos;
- e
- III - licença-paternidade.

Art. 12. Durante a licença para tratamento de saúde, o servidor admitido em caráter temporário não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada, sob pena de cancelamento do benefício, com perda de vencimento e rescisão do contrato, sem percepção dos valores indenizatórios.

Art. 13. Ao servidor admitido em caráter temporário poderá ser concedida dispensa nas seguintes hipóteses:

- I - a pedido;
- II - a qualquer tempo, quando a vaga excedente ou vinculada for ocupada por servidor efetivo, ou ainda, em atendimento ao interesse público;
- III - quando ocorrer extinção de escola ou alteração de matrícula proveniente da reenturmação que importe em diminuição do número de aulas em unidade escolar;
- IV - a título de penalidade, resultante de processo disciplinar;
- V - por abandono ao serviço sem justificção, quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados de ausência;
- VI - extinção do Programa ou sua reestruturação, bem como a cessação dos efeitos que deram causa à admissão.

§ 1º A dispensa a pedido deverá ser apresentada pelo interessado à chefia imediata, com 5 (cinco) dias de antecedência para contrato com prazo de até 30 (trinta) dias, e 10 (dez) dias de antecedência para contrato com prazo de vigência superior.

§ 2º Caso a dispensa ocorra nos termos do inciso IV deste artigo, será resguardado ao servidor admitido em caráter temporário o direito à ampla defesa, aplicando-se, subsidiariamente, as regras previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 14. As contratações serão por prazo determinado, observando-se os seguintes prazos máximos:

- I - nos casos previstos nos incisos I, IV e V do artigo 2º desta Lei Complementar, enquanto persistirem os motivos ensejadores da contratação;
- II - nos casos previstos nos incisos II e III do artigo 2º desta Lei Complementar, pelo prazo máximo de um ano;

III - no caso do inciso VIII do artigo 2º desta Lei Complementar, pelo prazo de um ano, podendo haver prorrogação por igual período;

IV - no caso do inciso XI do artigo 2º desta Lei Complementar, pelo prazo de seis meses;

IV - nos demais casos, enquanto persistir o surto endêmico ou a situação de emergência ou calamidade, ou ainda até a execução do serviço especializado mencionado no inciso IX do artigo 2º, não podendo, em qualquer dos casos, ultrapassar a seis meses

Art. 15. O servidor admitido em caráter temporário deverá assumir as suas funções no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da escolha de vagas quando se tratar de membro do magistério, ou do recebimento da convocação nos demais casos, considerando-se somente os dias úteis.

Parágrafo único. O candidato que deixar de assumir as suas funções no prazo de que trata o caput perderá automaticamente o direito à vaga, ficando excluído da listagem do processo seletivo.

Art. 16. O servidor admitido em caráter temporário não poderá se inscrever em novo processo seletivo para vaga temporária, pelo período de 3 (três) anos, quando dispensado com fundamento nos incisos IV e V do art. 13 desta Lei Complementar.

Art. 17. O servidor admitido em caráter temporário fica obrigado a avisar à chefia imediata sobre o não-comparecimento ao serviço, por doença ou força maior, no mesmo dia da ocorrência.

Art. 18. Subsidiariamente e no que couber, estendem-se aos servidores admitidos em caráter temporário as disposições disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 19. As admissões em caráter temporário serão efetuadas mediante contrato administrativo.

Parágrafo único. Os servidores admitidos nos termos desta Lei Complementar, sujeitar-se-ão ao Regime Geral de Previdência Social, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 20. O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente aos níveis de vencimentos iniciais previstos no respectivo Plano de Carreira para o cargo correspondente às funções a serem exercidas pelo contratado, respeitada a carga horária que lhe for atribuída.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos professores não habilitados em nível superior, que serão remunerados da seguinte forma:

I - aos habilitados em nível médio, na modalidade normal, será pago o piso salarial do magistério, fixado pela lei federal n. 11.738, de 16 de julho de 2008;

II - aos que não possuem habilitação em nível médio, na modalidade normal, e que estiverem cursando ensino superior específico na área pretendida, será pago 70% (setenta por cento) do vencimento inicial previsto para o professor habilitado, desde que o candidato esteja cursando no mínimo o 5º período do respectivo curso.

§ 2º Os monitores de programas e projetos, quando necessários para atender as necessidades excepcionais e temporárias relacionadas à execução de Programas e Projetos instituídos pelo Município, bem como para execução de objetos de Termos de Convênio ou de Programas realizados em parceria com outro ente da federação, serão remunerados com o piso salarial profissional do magistério, fixado pela legislação federal, para carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, respeitada a habilitação em nível médio e curso técnico na área específica do projeto a ser desenvolvido.

§ 3º Poderá haver fracionamento da carga horária do pessoal admitido nos termos do § 2º deste artigo, com vencimento proporcional.

Art. 21. Não poderá haver desvio de função do servidor admitido

em caráter temporário, devendo o mesmo exercer apenas as funções inerentes à situação excepcional e temporária que deu motivo à admissão.

Art. 22. O Chefe do Poder Executivo poderá expedir normas complementares à execução da presente Lei Complementar.

Art. 23. Os atuais profissionais admitidos em caráter temporário, em nada serão afetados e cumprirão o prazo de vigência das contratações na forma da legislação em vigor na data das respectivas admissões.

Art. 24. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 25. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 26. Fica revogada a Lei Complementar n. 008, de 11 de julho de 2003, bem como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, em 03 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO,  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

### **Lei Municipal Nº. 614 de 03 de Dezembro de 2013.**

LEI MUNICIPAL Nº. 614 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

#### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa R\$ 9.633.800,00 (nove milhões, seiscentos e trinta e três mil e oitocentos reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

#### **DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 9.024.000,00 (nove milhões e vinte e quatro mil reais); fixada a despesa em R\$ 6.613.800,00 (seis milhões, seiscentos e treze mil e oitocentos reais); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 1.875.200,00 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil e duzentos reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	9.024.000,00
Receita Tributária	R\$	194.500,00
Receita de Contribuições	R\$	12.000,00



Receita Patrimonial	R\$	17.800,00
Receita Agropecuária	R\$	1.000,00
Receita de Serviços	R\$	61.000,00
Transferências Correntes	R\$	8.651.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	86.700,00

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	6.613.800,00
Gabinete do Prefeito	R\$	445.000,00
Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças	R\$	1.019.000,00
Secretaria de Educação	R\$	1.792.000,00
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	R\$	1.512.200,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	610.000,00
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	R\$	88.000,00
Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer	R\$	176.000,00
Encargos Gerais do Município	R\$	252.000,00
Reserva de Contingência	R\$	6.000,00
Fundo Agropecuário	R\$	276.000,00
Fundo da Criança e Adolescência	R\$	15.000,00
Fundo da Assistência Social	R\$	382.600,00
Fundo da Habitação	R\$	40.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 609.800,00 (seiscentos e nove mil e oitocentos reais); fixa a despesa em R\$ 2.485.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 1.875.200,00 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	609.800,00
Receita Tributária	R\$	5.000,00
Receita Patrimonial	R\$	3.800,00
Transferências Correntes	R\$	601.000,00

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	2.485.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$	2.485.000,00

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	535.000,00
Câmara de Vereadores	R\$	535.000,00

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. A partir do exercício financeiro de 2014 a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde ficará na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais: Agropecuário, Criança e Adolescência, Assistência Social e Habitação na forma de Unidade Orçamentária.

Parágrafo Único – No encerramento do exercício financeiro de 2013, os saldos contábeis existentes nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação dos Fundos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescência e Agropecuário serão incorporados à contabilidade geral do Município.

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2014 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2014 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2014 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 03 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

### Lei Municipal Nº. 616 de 06 de Dezembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº. 616 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados a suplementar as seguintes dotações Orçamentárias:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	7	01.0000.0	15.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
10.306.0010.2.022 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	11	01.0000.0	20.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	13	01.0001.0	100.000,00
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	17	01.0001.0	15.000,00

05.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	56	01.0000.0	20.000,00

11.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO RURAL				
20.601.0048.2.040 – Incentivo a Produção Vegetal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	1	01.0000.0	10.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) das dotações orçamentárias:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.00512.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4	01.0002.0	110.000,00

05.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	54	01.0000.0	30.000,00

06.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000.0	40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 06 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

### Lei Municipal Nº.613 de 03 de Dezembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº.613 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos anexos desta LEI.

#### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta LEI.



Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detêm a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forme descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;

- Fundo Municipal de Assistência Social;

- Fundo Municipal da Infância e da Adolescência.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais de Assistência Social e da Infância e Adolescência para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;  
II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;  
III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011 a 2012 e fixada para 2013 e 2014;  
IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;  
V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012;  
VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;  
VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;  
VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2013.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 - Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta LEI.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão

o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta LEI.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2014 e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - O Orçamento para o exercício de 2014 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o

montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e volta-da para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 - Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2014 a preços correntes.

Art. 29 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 30 - Durante a execução orçamentária de 2014 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou

atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta LEI.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.



Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2013.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins SC, 03 de dezembro de 2013.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e Publicada em data supra.

## **Lei Municipal Nº.615, de 03 de Dezembro de 2013** LEI MUNICIPAL Nº.615, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$11.200,00 (onze mil e duzentos reais), no orçamento de 2013 da Câmara Municipal de Vereadores a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0000.2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas  
Categoria Descrição Reduzido Fonte Valor  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 5 01.0000 11.200,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$11.200,00 (onze mil e duzentos reais) de anulação de dotação orçamentária das seguintes programações de despesas:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2.051 - Subsídio dos Vereadores  
Categoria Descrição Reduzido Fonte Valor  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 1 01.0000 11.200,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 03 de dezembro de 2013.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta lei foi registrada e publicada em data supra.

## **Decreto Nº. 218 de 05 de Dezembro de 2013.** DECRETO Nº. 218 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2010/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2013 e art. 6º da Lei Orçamentária Anual nº. 588 de 08/11/2012;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil e setecentos e oitenta



reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
4.4.90.00.00.00	Diretas	82	01.0062	227.780,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil e setecentos e oitenta reais) do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0062 – Outras Transferências de Recursos do FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

### **Decreto Nº. 219, de 06 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº. 219, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 615, de 03/12/2013, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$11.200,00 (onze mil e duzentos reais), no orçamento de 2013 da Câmara Municipal de Vereadores a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
01.031.0000.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	5	01.0000	11.200,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$11.200,00 (onze mil e duzentos reais) de anulação de dotação orçamentária das seguintes programações de despesas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
01.031.0001.2.051 – Subsídio dos Vereadores				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	1	01.0000	11.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 06 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

### **Decreto Nº. 220, de 06 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº. 220, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 616, de 06/12/2013, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados a suplementar as seguintes dotações Orçamentárias:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	7	01.0000.0	15.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
10.306.0010.2.022 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	11	01.0000.0	20.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.026 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	13	01.0001.0	100.000,00
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	17	01.0001.0	15.000,00

05.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	56	01.0000.0	20.000,00

11.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO RURAL				
20.601.0048.2.040 – Incentivo a Produção Vegetal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.3.90.00.00.00	Diretas	1	01.0000.0	10.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) das dotações orçamentárias:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.00512.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	4	01.0002.0	110.000,00

05.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
	Aplicações			
3.1.90.00.00.00	Diretas	54	01.0000.0	30.000,00

06.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000.0	40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 06 de dezembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 028/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 028/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 007/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/02/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 007, de 14 de fevereiro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Quinta do Contrato 007/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS**

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas os demais itens da Cláusula Quinta as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.897.023/0001-90

CONTRATADO: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 029/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 029/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 009, de 18 de fevereiro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Terceira do Contrato 009/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**1- CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e livre acordo entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.806.780/0001-00

CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 030/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 030/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 019/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/03/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 019, de 19 de março de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Terceira do Contrato 019/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.**

O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 028.985.679-57

CONTRATADO: JOSOEL DE OLIVEIRA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 031/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 031/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 020/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/04/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 019, de 19 de março de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**  
A Cláusula Terceira do Contrato 019/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.**

O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 11.588.680/0001-22

**CONTRATADO:** ARTE FACÇÃO LTDA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 032/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 032/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

**MÊS/ANO:** MAIO/2013. **NÚMERO CONTRATO:** 031/2013

**INÍCIO DA VIGÊNCIA:** 15/05/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 031, de 15 de maio de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Sexta do Contrato 031/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2014.

O presente contrato poderá ser prorrogando face ao interesse da Administração, obedecidos aos preceitos legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 11.826.830/0001-99

**CONTRATADO:** VISOLI PRÉ MOLDADOS LTDA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 034/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 034/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

**MÊS/ANO:** JUNHO/2013. **NÚMERO CONTRATO:** 034/2013

**INÍCIO DA VIGÊNCIA:** 07/06/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 034, de 07 de junho de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**  
A Cláusula Quinta do Contrato 034/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**1. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS**

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificados os demais itens da Cláusula quinta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 03.761.454/0001-73

**CONTRATADO:** Teplan LTDA ME

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 035/2013 de Contrato de 02 de Dezembro de 2013**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 035/2013 DE CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

**MÊS/ANO:** SETEMBRO/2013. **NÚMERO CONTRATO:** 003/2013

**INÍCIO DA VIGÊNCIA:** 06/09/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 003, de 06 de setembro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Sexta do Contrato 003/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO**

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 31 de março de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 07.108.829/0001-51

**CONTRATADO:** EMPRESA EMBRASEMEN EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA ME.

**Contrato de 02 de Dezembro de 2013.**

CONTRATO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

**MÊS/ANO:** MAIO/2013. **NÚMERO CONTRATO:** 033/2013

**INÍCIO DA VIGÊNCIA:** 29/05/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 033, de 29 de maio de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Quinta do Contrato 033/2013 passará a vigorar com a seguinte redação:

**1- CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS**

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e termino 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam ratificados os demais itens da Cláusula quinta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

**RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

**TIPO PESSOA(1/2):** 2 CPF/CNPJ: 17.617.428/0001-80

**CONTRATADO:** MAGAIVER FILA - ME

**Correia Pinto**

**PREFEITURA****Rerratificação de Edital de Licitação - Processo 10/2013 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2013

1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS, TRANSFORMADO EM UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 2013TR003356, FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, conforme segue: alteração nos documentos de habilitação, no prazo de entrega e no descritivo do item do anexo I do edital. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 19.12.2013 às 09:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 09 de dezembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES

Pregoeiro Municipal

**Curitibanos****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 296/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO DE SAÚDE E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, DURANTE O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/01/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/01/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 03 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito Municipal

Pregoeiro

**Forquilha****PREFEITURA****Lei Nº 1.928, de 05 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 1.928, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

OBRIGA AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA A MANTER VIGILANTE JUNTO AOS CAIXAS ELETRÔNICOS EXTERNOS.

DIMAS KAMMER, Presidente da Câmara Municipal de Forquilha, faz saber aos habitantes do município que os vereadores, seus legítimos representantes, aprovaram e eu, nos termos do art. 35, §§ 3º e 7º, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam obrigadas as agências bancárias existentes no Município de Forquilha a manter vigilantes junto aos caixas eletrônicos externos, enquanto permanecerem em funcionamento

Parágrafo Único - Cada agência se responsabilizará pela segurança dos usuários de seus caixas eletrônicos.

Art. 2º - As agências bancárias que operam conjuntamente, em consórcio, caixas eletrônicos denominados "banco 24 horas", poderão, através de acordo entre os participantes, manter vigilante durante o período de funcionamento dos mesmos.

Art. 3º - A não observância desta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

a - advertência, dirigida a qualquer dos bancos participantes caso se trate de banco 24 horas;



b - multa equivalente a 100 UFMFs (Unidade Fiscal do Município de Forquilha) por dia que ficar constatada a não existência de vigilante;

c - na reincidência, a lacração do caixa eletrônico, sendo liberado somente após o pagamento da multa aplicada e a presença do vigilante no local.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Forquilha, 05 de dezembro de 2013.

DIMAS KAMMER

Presidente da Câmara Municipal

Publicado e registrado em 05 de dezembro de 2013.

ANDERSON LUIZ WERNKE

Diretor Executivo

### **Decreto Nº 120, de 02 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 120, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL NAS FUNÇÕES DO MAGISTÉRIO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A AMÉLIA TISCOSKI MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 025/2013 e de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial nas funções do magistério com proventos integrais a AMÉLIA TISCOSKI MACHADO, brasileira, viúva, nascida em 05 de setembro de 1958, portadora do CPF nº 682.425.909-82, Carteira de Identidade nº 502.855-8/SSP/SC, CTPS nº 77.280/0019-SC, PASEP 1.704.970.611-4, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 581, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
RENDAMENTO MENSAL INICIAL	R\$ 1.425,00
FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.425,00
TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 08/10/2013	27 anos
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Decreto Nº 121 de 02 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 121 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A NEUSA MARIA CARDOSO DAGOSTIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 030/2013 e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal e art. 31 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição a NEUSA MARIA CARDOSO DAGOSTIM, brasileira, viúva, nascida em 05 de setembro de 1953, portadora do CPF nº 693.790.769-91, Carteira de Identidade nº 1.741.157/SSP/SC, CTPS nº 22132/426, PASEP 106.40562.42.3, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 1572, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
RENDAMENTO MENSAL INICIAL	R\$ 678,00
FATOR DE PROPORCIONALIDADE	33,34%
VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 678,00
TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 11/11/2013	17 anos 7 meses 26 dias
Tipo de Benefício: Aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e art.31 da Lei nº 1325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 167/PMF/2013.**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 167/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de dezembro de 2013 às 08:00 horas. EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 06 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Aviso de Licitação:pregão Presencial Nº. 42/ FMS/2013.**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 42/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de dezembro de 2013 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através dos e-mails: licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 06 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Aviso de Licitação:pregão Presencial Nº. 43/ FMS/2013**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 43/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de dezembro de 2013 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 13:00, ou por e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 06 de dezembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **7º (Sétimo) Termo Aditivo - Correios**

7º (SÉTIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A FORQUILHINHA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT.

#### **CONTRATANTE:**

Razão Social:	
FORQUILHINHA PREFEITURA MUNICIPAL	
CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:
81.531.162/0001-58	ISENTO
Nome Fantasia:	Ramo de Atividade:
PREFEITURA MUNI- CIPAL	0100
Endereço:	
AVENIDA 25 JULHO, 3400 - CENTRO	

Cidade:		UF:	CEP:
FORQUILHINHA		SC	88850-000
Telefone::		FAX:	
48 3463 8100		48 3463 8100	
Endereço Eletrônico:			
processos@forquilha.sc.gov.br			
Nome do Responsável:			
VANDERLEI ALEXANDRE			
Cargo:			
PREFEITO			
MUNICI-	RG:	CPF:	
PAL	2.570.672-1 SSP-SC	705.685.189-04	

#### **CONTRATADA:**

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.	
Nome da Diretoria Regional:	CNPJ/MF/DR:
DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA	34.028.316/0028-23
Endereço:	
Rua Romeu José Vieira, nº 90 – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário	
Cidade:	UF:
São José	SC
CEP:	
88110-906	
Telefone:	FAX:
(48) 3954-4011	48-3954-4084
Endereço Eletrônico:	
scgeven1@correios.com.br	
Gerente de Vendas	
LILIAN PLACHI FERREIRA	
RG:	CPF:
5.152.719-7SSP/SC	908.887.829-34
Gerente de Suporte a Vendas:	
SIMONE REGINA ZANG DE SOUZA CALDERA	
RG:	CPF:
2.780.573-5SSP/SC	018.138.849-94

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avançado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o 7º [SETIMO] TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912237223 (CONTRATO 78/2009), de acordo com as seguintes cláusulas e condições

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto incluir no Contrato Múltiplo nº 9912237223 9CONTRATO PMF 78/2009) o serviço de MALA DIRETA POSTAL DOMICILIÁRIA (MDPD) por meio dos ANEXOS correspondentes, rubricados pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO**

Inclusão do ANEXO nº 10 ao contrato original conforme modelo anexo a este termo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste ANEXO têm seu valor estimado em R\$ 5.000,00



(cinco mil reais)

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 339039 – Serviços de Terceiros Pessoas Jurídica

Projeto/Atividade: 2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

Nº do Empenho:

Data:

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar a partir da data de sua assinatura até o término do Contrato Original.

#### CLÁUSULA QUINTA– DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 9912237223 (CONTRATO PMF 78/2009);

#### CLÁUSULA SÉXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

11 de OUTUBRO de 2013

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

VANDERLEI ALEXANDRE	LILIAN PLACHI FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL	GERENTE DE VENDAS
	SIMONE REGINA ZANG DE SOUZA CALDERA
	GERENTE DE SUPORTE A VENDAS

#### TESTEMUNHAS:

NOME: VALDECIR TISCOSKI

CPF: 577.759.829-34

NOME: ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

CPF: 056.857.019-77

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0366/2013

DECRETO Nº 0366, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 8.952,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais) nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (175) R\$ 3.952,00

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0600 (189) R\$ 5.000,00

Total R\$ 8.952,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (182) R\$ 3.952,00

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0600 (191) R\$ 5.000,00

Total R\$ 8.952,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0367/2013

DECRETO Nº 0367, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.030 - Manutenção das Festividades do Município

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (105) R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4133999 - Outras Receitas de Concessões R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso da Concorrência Pública Nº 0001/2013**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0036/2013 - SANEFRAI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2013 - SANEFRAI

Objeto: Contratação de empresa do ramo de limpeza urbana para execução dos serviços de coleta dos resíduos sólidos domiciliares compactáveis, coleta seletiva dos resíduos recicláveis gerados dentro da área de abrangência prevista do ANEXO XI, transporte dos rejeitos de resíduos sólidos gerados pela Usina de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos até o aterro sanitário municipal, situado a 5,5 Km da cidade de Fraiburgo e serviços de varrição, capina manual e química, limpeza de boca-de-lobo, de acordo com os Projetos, Especificações Técnicas e Quantitativos (ANEXOS ao edital), para o período de 27 de fevereiro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015. Modalidade: Concorrência Pública. Tipo: Menor Preço Global. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 09.01.2014. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000, ramais 3023/3039. Email: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 06 de dezembro de 2013.

ELOI REGALIN

Presidente da SANEFRAI

**Aviso do Pregão Presencial 0031/2013-Rp 0017- Sf**

Aviso do Pregão Presencial nº 0031/2013 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2013 - SANEFRAI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de retroescavadeira traçada 4x4 para prestação de serviços à SANEFRAI durante os meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:30 horas do dia 19.12.2013. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 06 de dezembro de 2013.

ELOI REGALIN

Presidente da SANEFRAI

**Extrato de Edital de Seleção Act Nº 0011/2013 -Sf**  
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0011 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de OPERADOR DE MÁQUINAS-RETROESCAVADEIRA. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 9 de dezembro a 20 de dezembro de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2013.

ELOI REGALIN

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Garopaba**

**PREFEITURA**

**Decreto N.º 173/2013**

DECRETO N.º 173 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 142.218,52 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,



Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 142.218,52 (Cento e quarenta e dois mil e duzentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 110.000,00  
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 100.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00  
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 10.000,00  
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
13.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 10.000,00  
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura 10.000,00  
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas 10.000,00  
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 22.218,52  
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude 2.218,52  
4.4.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas 2.218,52  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 20.000,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 142.218,52 (Cento e quarenta e dois mil e duzentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

### **Decreto N.º 174/2013**

DECRETO N.º 174, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.  
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 024/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que é obrigação do Município planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de sua competência.

Considerando o aumento da demanda por serviços de fiscalização, devido à instalação de comércios, empresas e ambulantes sazonais, na temporada de verão.

Considerando a realização de campanha de fiscalização e arrecadação de tributos municipais, temporada 2014.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de

Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba, nos seguintes termos:

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 024/2013, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de dezembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

### **Errata - Decreto N.º 156/2013**

ERRATA DECRETO Nº 156, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna pública, a alteração na publicação do Decreto Municipal n.º 156/2013, publicado no DOM/SC em 03/10/2013:

No parágrafo inicial do Decreto nº 156 de 04 de novembro de 2013, onde se lê: Lei n.º 1.760 de 30/10/2013 e demais legislação vigente, considerar: Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

Publicado no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

**Errata - Decreto N.º 171/2013**

ERRATA DECRETO Nº 171, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna pública, a alteração na publicação do Decreto Municipal n.º 171/2013, publicado no DOM/SC em 05/12/2013:

1) No artigo 2º, do Decreto n.º 171, de 03 de dezembro de 2013, onde se lê:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 15.000,00  
0412292.005 - Func. E Manutenção da Secretaria de ADM 15.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00  
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA 20.000,00  
04123122.008 - Func. E Manut. Da Secretaria da Fazenda 20.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00  
10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 1.700,00  
15452312.042 - Func.e Manut. Da Sec. Plan. Territ. Meio Amb. 1.700,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.700,00

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

Publicado no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

**Portaria N.º 953/2013**

PORTARIA N.º 953 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS, formada pelos servidores municipais: EDINEI VIEIRA, FERNANDO FERREIRA E RUTH MIQUELETO BAPTISTA, para sob a presidência do primeiro, efetuar o processo de avaliação, referente a débitos do município de Garopaba perante as empresas Tim Celular e Embratel, sua regularidade e efetiva regularização se for o entendimento.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 954/2013**

PORTARIA N.º 954, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 023/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: MARIA EUGÊNIA ALVES, CLEIDE DE SOUZA E MARIA GORETI SOARES DE AMORIM, para sob a presidência da primeira, efetuar o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 023/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Aviso de Licitação Pr032/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2013

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de show pirotécnico a ser realizado em balsa flutuante, neste município, por ocasião do evento revellion 2013/2014, dia 31.12.13, em conformidade com o Projeto Descritivo (Termo de Referência) com prestação de todos os serviços de responsabilidade técnica e fornecimento dos materiais. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 15h55min do dia 20/12/2013.

A sessão se dará a partir das 16h00min do dia 20/12/2013, no endereço citado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

**Aviso Retificação de Edital**

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 094/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que retificou o edital de licitação acima referenciado, que tem por objeto o registro de preços, para aquisição parcelada de uniforme para atender aos alunos da rede municipal de ensino, Polícia Militar de Garopaba e secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba.

O item 04 do Anexo I - Termo de Referência passa a vigorar com a seguinte redação:

“4 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba - SC CEP 888495-000.

4.2. Os uniformes deverão ser entregues no prazo máximo que segue:

4.2.1. Lotes 01 e 02: 30 (trinta) dias;

4.2.2. Lotes 03, 04 e 05: 15 (quinze) dias;”

Considerando que a alteração promovida produz efeito substancial na elaboração das propostas de preço ficam prorrogados os prazos de recebimento de propostas e abertura da sessão pública para as datas que seguem:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 20/12/2013;

SESSÃO PÚBLICA: Às 14h10min do dia 20/12/2013;

\* Horário de Brasília.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

RAFAEL DE SOUZA

Pregoeiro

### Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 24/2013

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 24/2013

Considerando que é obrigação do Município planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de sua competência.

Considerando o aumento da demanda por serviços de fiscalização, devido à instalação de comércio, empresas e ambulantes sazonais, na temporada de verão.

Considerando a realização de campanha de fiscalização e arrecadação de tributos municipais, temporada 2014.

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos das Leis Municipais nºs. 1.000/2005, 993/2005 e 1.773/2013.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 09/12/2013 à 23/12/2013,

das 13h às 18h, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua)
Agente de Fiscalização	Comprovante de Residência.

#### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
Agente de Fiscalização	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau), conhecimentos e prática em informática. Atribuições: Visitas a contribuintes; realização de cadastro e recadastramento; expedição de avisos, notificações relativos à tributação, à fiscalização sanitária, de obras, posturas e transportes públicos.	40HS	R\$ 702,82	14

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

#### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho do cargo ao qual é candidato.

#### 6. DA ENTREVISTA

6.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais dos quadros da Prefeitura Municipal de Garopaba.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

#### 7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. Mais idoso.

#### 8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os(as) candidatos(as) classificados(as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo especial, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a. Classificação no processo seletivo simplificado;
- b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c. Cédula de Identidade;
- d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;
- e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g. Carteira de Trabalho;
- h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria

competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

##### 10.1. DOS RECURSOS

10.2. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.3. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
  - b. Cargo a que concorre;
  - c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
  - d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
  - e. Identificação do candidato.
- 10.4. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.5. A homologação do resultado final será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.6. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 06 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### Agente de Fiscalização

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	5 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 24/2013

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	



Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

### **Extrato de Ata de Registro de Preço Nº81/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2013  
PMG

Ata nº. 81/2013; Processo nº. 197/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação e manutenção diária de sanitários químicos para uso nas praias do município na temporada de Verão 2014. Valor: R\$ 88.000,00;

Data da Assinatura: 09/12/2013.

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº 20/2013**

PORTARIA Nº 20/2013

DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei Municipal Nº 1.534/2011, de 2 de junho de 2011, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, o Senhor LUCAS SANTANA FURTADO, brasileiro, solteiro, CPF 086.655.769-59, RG 6.079.792, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E INFORMÁTICA, conforme Lei Municipal Nº 1.534/2011 Quadro II - Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 02/12/2013.

Art. 2º Fica o Cargo em comissão de Chefe do Departamento de Finanças, Contabilidade e Informática, a perceber os vencimentos correspondentes a Lei Municipal Nº 1.534 de 2 de junho de 2011, Quadro II - Comissionados.

Parágrafo Único - O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.534 de 02 de junho 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 02 de dezembro de 2013.  
ROGÉRIO LINHARES  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO  
Diretor Administrativo  
Câmara Municipal de Garopaba

#### **Portaria Nº 21/2013**

PORTARIA Nº 21/2013

AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rogério Linhares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor LUCAS SANTANA FURTADO, matrícula nº 110, RG 6.079.792 SSP/SC Carteira Nacional de Habilitação nº 04963241258, a conduzir os veículos de placas MKO 6682, e MLB 0212, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme contrato nº 05/2013, para serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais infrações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua direção.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2013.  
ROGÉRIO LINHARES  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO  
Diretor Administrativo  
Câmara Municipal de Garopaba

# Garuva

## PREFEITURA

### Portaria Nº 606/2013

PORTARIA Nº 606 de 06 de dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

#### RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 14:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual

dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);

18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br));

19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));

20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);

21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;

23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.

25) CTPS original

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor a contar de 06 de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### ANEXO I - PORTARIA 606/2013

#### REGIME ESTATUTÁRIO - MAGISTÉRIO

Cargo: Professor - Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300209	Ana Paula Vieira	1º
17300120	Roseli da Conceição Pereira	2º
17300070	Ivanice Regina da Silva	3º
17300072	Anelise Damore Cardoso	4º
17300106	Rosiane Hasselmann	5º
17300062	Dorvalina Edna de Souza Natalli	6º
17300119	Luciana Romanzini	7º
17300052	Elizete Mota dos Santos	8º
17300068	Marli Janing Pohl	9º
17300067	Marcia Zimerman da Veiga Vageleski	10º



17300137	Rafaele Marin Gomes	11º
17300176	Cassia Regina de Castro Terleski	12º
17300150	Vanessa Peixe	13º
17300134	Sirlei Lima Borges de Lima	14º
17300151	Claudete Soares Speck	15º
17300098	Silviane Sampaio	16º
17300076	Geniele Cintia da Silva	17º
17300007	Silmara Soares	18º
17300093	Vanusa Nagel	19º
17300131	Patricia Leite	20º
17300012	Clarice da Silva Oliverio	21º
17300103	Andreia Dias da Silva	22º
17300198	Suzana Regina Teixeira	23º
17300101	Caroline Hickmann	24º
17300032	Lucinéia Leithold	25º
17300094	Rosana Cristina Ferreira do Vales Ribeiro	26º
17300099	Cristina Aparecida Gevieski	27º
17300111	Aline Estela Farias	28º
17300033	Marinetti Esther Vieira	29º
17300083	Geisa Evaristo Mendes	30º

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Aviso de Inexigibilidade

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo PMG nº 067/2013

Objeto: Contratação da empresa João Luiz Produções Artísticas Ltda, para animação da Festa em Comemoração ao Cinquentenário Municipal, com as seguintes apresentações: "Léo Lima", no dia 19/12/2013 às 22:00 horas; "Banda "Reluz", no dia 20/12/2013 às 15:00 horas; "Grupo Explosão", no dia 21/12/2013 às 23:30 horas; e "Grupo Gaitaço", no dia 22/12/2013 às 20:00 horas.

CNPJ: 09.368.326/0001-40  
Valor: R\$ 20.240,00 (vinte mil duzentos e quarenta reais)

Garuva, 05 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação FMS Nº 011/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 011/2013 - Pregão Presencial.  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de móveis, para atender as necessidades das Unidades de Saúde da Família Centro 01 e Centro 02, conforme planilha orçamentária e croquis em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/12/2013 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 06 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação PMG Nº 070/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: PMG nº 70/2013  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição 01 (um) veículo utilitário, 01 (um) equipamento para pintura e 01 (um) mini espargidor, conforme memorial descritivo, com recursos provenientes do programa BADESC CIDADES II.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/12/2013 as 12:00 horas.

A fase de lances ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 06 de dezembro de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Edital de Matrícula Nº 02/2013

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 02/2013/ SME

Dispõe sobre as diretrizes de rematrícula das crianças que já frequentam as Instituições e matrícula das crianças que se encontram na lista de espera de 2013 nas Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária Municipal de Educação, Adriane Beatriz Moecke Galando, no uso de suas atribuições legais, estabelece as diretrizes para rematrícula das crianças já matriculadas nas Instituições em 2013 e matrículas das crianças que se encontram na lista de espera para o ano de 2014, nas Creches Municipais, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

Esclarece-se que, apesar do aumento do número de vagas ofertadas a cada ano, esse número ainda é insuficiente para atender a demanda, sendo necessário o estabelecimento de critérios para o processo de seleção de novas matrículas.

#### 1. Dos Objetivos

1.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar o processo de

rematrícula e matrículas novas das crianças que se encontram na lista de espera em 2013 nas Creches Municipais, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

1.2 O Edital para matrículas novas será lançado no dia 26 de dezembro com início das matrículas no dia 13 de janeiro de 2014.

1.3 O Edital de rematrícula e matrícula tem como objetivos específicos:

1.3.1 Divulgar este Edital à Direção, à Coordenação Pedagógica, aos Docentes, aos funcionários da Instituição, aos pais ou responsáveis sendo extensivo a toda comunidade, para fins de matrícula do público alvo das Creches Municipais.

1.3.2 Garantir a renovação de matrícula das crianças que já frequentam as Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

1.3.3 Garantir que as crianças que foram matriculadas na Creche Maria Corrêa Saad em novembro de 2012 sejam novamente matriculadas pelo critério da rematrícula.

1.3.4 Efetuar a matrícula das crianças que se encontram na lista de espera de 2013 considerando as vagas disponíveis.

1.3.5 Informar à família sobre a responsabilidade de atualizar os dados da Ficha de Pré-Inscrição ou Matrícula quando houver qualquer alteração cadastral (exemplo: renda, endereço, telefone, local de trabalho, condição de saúde da criança etc).

## 2. Das Vagas

2.1 Estão especificadas abaixo as vagas disponíveis para:

2.1.1 Atender a rematrícula;

2.1.2 Atender a lista de espera;

2.1.3 Atender as novas matrículas.

### QUADRO GERAL DE VAGAS

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	-	15	47	50
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	-	45	46	50
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORRÊA SAAD	16 vagas	40	40	40
TOTAL	16 vagas	100 vagas	133 vagas	140 vagas

2.2 Estão especificadas abaixo a quantidade de crianças matriculadas no ano letivo de 2013 e que serão rematriculadas em 2014.

2.2.1 As crianças matriculadas na Creche Maria Corrêa Saad em novembro de 2012, serão rematriculadas em 2014.

2.2.2 As crianças matriculadas no MATERNAL III em 2013, que fazem 4 anos até 31 de março irão para o PRÉ I em 2014, não permanecendo na Creche.

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	-	10	21	58

CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	-	-	39	40
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORRÊA SAAD	-	-	31	20
TOTAL	-	10 rematrículas	91 rematrículas	118 rematrículas

2.3 Estão especificadas no quadro abaixo as vagas disponíveis após rematrícula para atender a lista de espera de 2013.

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	-	5 vagas	26 vagas	-
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	-	45 vagas	7 vagas	2 vagas
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORRÊA SAAD	16 vagas	40 vagas	9 vagas	20 vagas
TOTAL	16 vagas	90 vagas	42 vagas	22 vagas

2.4 Estão especificadas no quadro abaixo a quantidade de crianças que se encontram na lista de espera de 2013:

		MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI		10	24	18
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS		1	13	29
CONSELHO TUTELAR		1	3	3
TOTAL		12 crianças	40 crianças	50 crianças

2.5 Estão especificadas no quadro abaixo o total de vagas disponíveis para matrículas novas após atendimento da lista de espera de 2013:

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
TOTAL	16 vagas	78 vagas	2 vagas	-

2.6 Serão atendidas prioritariamente no Berçário as crianças que se encontram na Casa de Acolhimento;

2.7 O período de atendimento nas Creches municipais, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, será de 4 (quatro) horas para atendimento parcial e no mínimo 7 (sete) horas, quando o período for integral (art. 31, inciso III da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013), devendo permanecer na Instituição por um período máximo de 10 (dez) horas (PNQ – Parâmetros Nacionais de Qualidade Educação Infantil – volume 2 – p. 35).

2.8 Não havendo a possibilidade de disponibilizar o atendimento em período integral, o atendimento será oferecido no período parcial, o qual poderá ser ofertado no turno matutino ou vespertino.

2.9 O atendimento em período integral será ofertado prioritariamente àqueles que atendam aos critérios de seleção previstos no item 3.1 do presente Edital.



2.9 O atendimento em período parcial levará em consideração o horário de trabalho dos pais e/ ou responsáveis e os critérios de seleção previstos no item 3.1 do presente Edital.

2.10 O calendário das Creches e Escolas da rede municipal de ensino será divulgado antes do término do ano letivo de 2013 e seguem as normativas do Ministério da Educação bem como a legislação vigente.

2.11 O processo de preenchimento das vagas das Creches municipais obedecerá as fases/ cronograma expostas no item 3, do presente Edital.

### 3. Das Fases

3.1 Todas as rematrículas e matrículas de crianças que se encontram na lista de espera em 2013 em todas as Creches municipais serão atendidas no Ginásio de Esportes Silvio de Miranda, das 8 às 11h (manhã) e 14 às 17h (tarde) conforme as datas especificadas abaixo:

	FASES	CRONOGRAMA
3.1	Primeira Fase Divulgação dos documentos necessários para matrícula em qualquer uma das fases que compõe este Edital	6 e 9 de dezembro
3.2	Segunda Fase Rematricula das crianças já atendidas em 2013 (Creche Municipal Frei José Bertoldi e Creche Municipal João de Deus) As crianças matriculadas na Creche Municipal Maria Corrêa Saad em novembro de 2012 serão matriculadas novamente pelo critério de rematricula.	10 e 11 de dezembro
3.3	Terceira Fase Prazo para apresentação de documentos das crianças que estão na lista de espera	12 e 13 de dezembro
3.4	Quarta Fase Análise da documentação	13 de dezembro
3.5	Quinta Fase Resultado da Classificação	16 de dezembro
3.6	Sexta Fase Matricula das crianças que se encontram na lista de espera	17 e 18 de dezembro

#### 3.1 PRIMEIRA FASE – Divulgação dos documentos necessários para matrícula

3.1.1 Os pais e/ou responsáveis pela criança deverão apresentar os seguintes documentos na Instituição para realização de rematricula ou análise de documentação para matrícula:

##### 3.1.1.1 Da Documentação da criança

- Declaração de vacina atualizada;
- Cópia da certidão de nascimento ou RG;
- O não comparecimento no prazo estipulado em qualquer uma das fases do item 3 para apresentação da documentação implicará na perda da vaga.

##### 3.1.1.2 Da Documentação dos responsáveis pela criança

- Comprovante de renda atualizado de acordo com o item 3.1.1.3 do presente Edital;
- Declaração de Horário de Trabalho, conforme modelo presente no anexo III, do presente Edital;
- Comprovante de residência (água, luz ou telefone em nome da mãe, pai e/ou responsável e na falta de um destes cópia do

contrato de locação do imóvel);

##### 3.1.1.3 Documentos para comprovação da renda familiar

Para comprovação da Renda Familiar todos os seus integrantes, sejam pais, parentes ou que com eles residem, deverão apresentar os comprovantes abaixo relacionados, conforme cada situação particular:

##### 3.1.1.3.1 Trabalhador Assalariado, com contrato regido pela CLT:

- CTPS – Carteira de Trabalho, cópia das páginas de identificação do trabalhador e último contrato de trabalho.
- Contracheque ou holerite dos últimos 3 (três) meses.

##### 3.1.1.3.2 Aposentado ou pensionista

- Extrato de Benefício da Previdência Social atualizado, disponível no site do Ministério da Previdência Social <http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html> ou do Regime Estatutário caso seja Servidor Público.

##### 3.1.1.3.3 Servidor Público Estatutário

- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) – cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte;
- Contracheque ou holerite dos últimos três meses.

##### 3.1.1.3.4 Profissional Autônomo ou Profissional Liberal

- Guia de recolhimento do INSS dos últimos três meses, caso recolha;
- Declaração informando a renda recebida na atividade que exerce, conforme modelo do anexo IV.

##### 3.1.1.3.5 Proprietário de Empresa

- Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (todas as páginas com recibo de entrega).

##### 3.1.1.3.6 Desempregados e pessoas que não exercem atividade remunerada

- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) – cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte;
- Declaração informando que não exerce atividade remunerada, com assinatura reconhecida em cartório.

##### 3.1.1.3.7 Trabalhador Informal

- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) – cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte;
- Declaração informando o tipo de atividade que exerce: local, renda média mensal, com assinatura reconhecida em cartório, conforme modelo do anexo IV.

### 3.2 SEGUNDA FASE - Rematricula

3.2.1 A criança que frequenta regularmente a Instituição até o final do ano letivo de 2013, será rematriculada para o ano letivo de 2014, desde que seu responsável compareça na Creche Municipal e apresente os documentos no ato da rematricula, no prazo estabelecido na tabela do item 3. O horário para realização das rematrículas será das 8h às 11h e das 14h às 17h.

### 3.3 TERCEIRA FASE - Prazo para apresentação de documentos das crianças que estão na lista de espera

3.3.1 Os pais e/ou responsáveis das crianças que se encontram na lista de espera de 2013 deverão comparecer no Ginásio de Esportes Silvio de Miranda nos dias 12 e 13 de dezembro das 8 às 11h (manhã) e 14 às 17h (tarde) e apresentar os documentos estabelecidos no itens 3.1 e 7 deste edital no prazo estabelecido

na tabela do item 3.

3.3.2 Para matrículas das crianças que se encontram na lista de espera em 2013 serão considerados os critérios de menor renda e trabalho para as vagas de período integral, sendo as demais atendidas em meio período.

### 3.6 QUARTA FASE - Análise da documentação

3.6.1 A análise da documentação será feita pela Comissão de Matrícula que será composta pelos seguintes membros em cada Instituição: Diretora da Instituição, dois representantes da APP – Associação de Pais e Professores, um Professor e um representante da comunidade. A análise da documentação será feita no dia 13 de dezembro das 18 às 22h pela equipe de cada escola acompanhada da Diretora de Ensino.

### 3.5 QUINTA FASE – Resultado da Classificação

3.5.1 O resultado da classificação estará fixado nos seguintes locais públicos:

- 1) Prefeitura de Garuva
- 2) Ginásio de Esportes Sílvio de Miranda (local destinado para realização das rematrículas das Creches e matrículas da lista de espera de 2013)
- 3) Câmara de Vereadores

### 3.6 SEXTA FASE - Matrícula das crianças que se encontram na lista de espera

3.6.1 Os pais e/ou responsáveis das crianças que se encontram na lista de espera de 2013 deverão procurar o Ginásio de Esportes Sílvio de Miranda nos dias 17 e 18 de dezembro das 8 às 11h (manhã) e 14 às 17h (tarde) para verificar o horário de seu filho e assinar a ficha de matrícula no prazo estabelecido na tabela do item 3.

### 4. Fechamento das rematrículas e matrículas das crianças que se encontram na lista de espera de 2013

4.1 As crianças que se encontram na lista de espera de 2013 que não forem matriculadas farão parte da lista de espera de 2014.

### 5. Da Idade

5.1 A idade mínima para inscrição no Sistema de Seleção de Matrículas nas Creches Municipais é de 4 (quatro) meses de vida.

5.2 A criança que completar 4 (quatro) anos até 31 de março de 2014, deverá inscrever-se na Pré-Escola, conforme Lei 12.796, de 4 de abril de 2013.

### 6. Da Divulgação

6.1 A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela divulgação do presente Edital nas Creches Municipais, e locais públicos como: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretaria de Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar.

### 7. Das Disposições Gerais

7.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação/ Diretoria de Ensino.

7.2 A omissão ou falsidade de informações pertinentes à seleção resultará em exclusão do processo seletivo. O artigo 299 do Código Penal dispõe que é crime "omitir", em documento público ou particular, declaração que nele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

STELLA MARIS BARTH WANIS Procuradora	MILEIDY SCHEFFEN Diretora de Ensino
ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO Secretária de Educação	JOSÉ CHAVES Prefeito

### ANEXO I

Turmas	Faixa Etária	Número de Crianças
BERÇÁRIO	4 meses a 1 ano	8 a 12 crianças
MATERNAL I	1 a 2 anos	15 a 20 crianças
MATERNAL II	2 a 3 anos	20 a 25 crianças
MATERNAL III	3 a 4 anos	20 a 25 crianças

\* A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

### ANEXO II – ENDEREÇO DAS INSTITUIÇÕES

Creche Municipal Frei José Bertoldi  
Rua Carlos Borgenhausen, 496 – Centro  
Telefone: 3445- 4034  
e-mail: crechefreijose@hotmail.com

Creche Municipal João de Deus  
Rua XV de novembro, 900 – Centro  
Telefone: 3445-3595  
e-mail: creche\_joaodedeus@hotmail.com

Creche Municipal Maria Corrêa Saad  
Jardim Esperança  
Telefone: 3445-8222 (SME)  
e-mail: mileidy@garuva.sc.gov.br

### ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Declaramos para os devidos fins que (nome) é funcionário desta empresa, cumprindo de segunda a sexta-feira a jornada de trabalho das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas.

### Local e data

Empresa  
Nome/ cargo  
Carimbo da empresa

### ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Eu \_\_\_\_\_ (nome legível do declarante) portador do CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ responsável legal (nome dos filhos):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Declaro que a renda familiar é de \_\_\_\_\_ salários mínimos.

Renda bruta da mãe: R\$ \_\_\_\_\_ referente ao trabalho de: \_\_\_\_\_  
Renda bruta do pai: R\$ \_\_\_\_\_ referente ao trabalho de: \_\_\_\_\_  
Renda bruta do responsável: R\$ \_\_\_\_\_ referente ao trabalho de: \_\_\_\_\_

Outras rendas como (bolsa família, pensão e outros): R\$ \_\_\_\_\_

Declaro ainda que, o valor acima apresentado é verdadeiro e que não trabalho formalmente. Estou ciente de que a omissão de informação ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ ou divergentes poderá acarretar em alteração no processo de seleção da Matrícula na Educação Infantil. As informações constantes nesta declaração são de minha inteira responsabilidade e estão sujeitas a conferência pela Secretaria Municipal de Educação de Garuva e da Comissão de Matrícula de cada Instituição (Creche).

Garuva, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do declarante

Assinatura da testemunha	Assinatura da testemunha
Nome completo:	Nome completo:
CPF:	CPF:
Endereço:	Endereço:
Telefone:	Telefone:

\* A declaração deverá ser reconhecida em cartório.

**Gaspar**

**PREFEITURA**

#### Termo de Ajuste - CMDCA

Termo de Ajuste Aditivo ao Termo de Ajuste publicado no DOM/SC nº 1358 no dia 31/10/13, que entre si celebram, de um lado as CONCEDENTES Secretaria de Desenvolvimento Social de Gaspar/SC e CMDCA - Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC (Fundo da Infância e Adolescência-FIA), de outro lado, a BENEFICIÁRIA Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Gaspar (APAE) para fins de concessão de recursos a título de subvenção.

Conforme Resolução do CMDCA nº15/2013, de 03/12/2013, a Secretaria de Desenvolvimento Social, neste ato representada pela secretária, Sra. Maristela Cizeski e o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, neste ato representado pela presidente Sra. Andresa Donegá, e a APAE neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Flávio Bento da Silva, ambas com sede em Gaspar/SC, acertam e ajustam o presente termo aditivo:

Cláusula primeira: Complementação do valor repassado

Fica ajustado que o valor financeiro já transferido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à APAE referente ao "Projeto: IPT - Iniciação Para o Trabalho", no valor de R\$9.000,00 (nove mil reais) será complementado com o valor de R\$965,29 (novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos) conforme orçamento apresentado pela Entidade, o qual consta no processo nas páginas de número 39 a 42, devendo este valor ser repassado em única parcela no mês de dezembro de 2013. A fonte de recursos utilizada é do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Cláusula Segunda: Foro

Fica eleito o foro da comarca de Gaspar/SC para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo de Ajuste.

E, para validade do que pelas partes ficou pactuado, firmou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Gaspar/SC, 03 de dezembro de 2013.  
Secretaria de Desenvolvimento Social  
Maristela Cizeski  
Secretária Municipal

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
ANDRESA DONEGÁ  
Presidente

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar (APAE)  
FLAVIO BENTO DA SILVA  
Presidente

Testemunhas:  
ROMILDA SCHRAMM  
CPF nº 614.348.769/34  
RG nº 2.028.295-8  
Endereço: rua José flores Ayroso, nº85  
Bairro 7 de Setembro  
Gaspar-SC

JOÃO BATISTA CARDOSO DE AGUIAR  
CPF nº 569.336.739-87  
RG nº 1.896.046  
Endereço: Rua Ignês Hilária Schneider, 244 - Bairro 7 de Setembro  
Gaspar - SC

#### Decreto Nº 5.697, de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.697, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Funcional Programática: 00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO DO SAMAE

Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa Autarquia

Dotação: 1 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Atividade: 2.200114 Coleta de Lixo

Dotação: 4 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 145.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Resolução Nº 15/2013 - CMDCA****RESOLUÇÃO Nº 15/2013**

Altera a Resolução Nº 12/2.013 que dispõe sobre Projetos e inscrições aprovados; quais os valores a serem repassados advindos do FIA; critérios para recebimento dos recursos a serem repassados para as entidades beneficiadas; providências para liberação de responsabilidade do Poder Executivo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, com fundamento na Lei nº 8069/90, na Resolução CONANDA nº 137/10, nos incisos I, XXIV do art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 1432/1993, e conforme deliberado em plenária deste Conselho no dia 03/12/2013, e,

Considerando que o Projeto "Iniciação para o Trabalho" encaminhado pela APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) à este Conselho para custeio com recursos do FIA- edital 02/2013, estava orçado em R\$9.965,29 (nove mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos) conforme orçamento constante no processo sob páginas 39 a 41;

Considerando que a Comissão de Inscrições e Projetos deste Conselho, ao emitir o parecer "Análise dos Projetos das Entidades não governamentais", datado de 04 de junho de 2013, equivocou-se ao digitar o valor a ser repassado para a APAE, tendo posto erroneamente o valor de R\$9.000,00 (nove mil reais) ao invés do valor orçado pela Entidade, no uso de suas competências, Resolve:

Alterar o item 2) do Art.1º da Resolução 12/2.013 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Os projetos e inscrições relacionados nos incisos deste artigo serão beneficiados com recursos do FIA de acordo com os valores informados:

2) APAE (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais, no valor de R\$9.965,29 (nove mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos) para efetivação do "Projeto: IPT - Iniciação Para o Trabalho". A diferença no valor, ou seja, o equivalente a R\$965,29 (novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos) deverá ser repassado em única parcela no mês de dezembro de 2013.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de dezembro de 2013.

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do CMDCA

**Editais de Credenciamento Nº 3/2013**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2013

OBJETO: Credenciamento de INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS para recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional. As interessadas em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a partir das 8h (oito horas) do dia 13 de dezembro de 2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Praça Getúlio Vargas, Gaspar/SC. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), sem custo, ou no Depto. de Compras do Paço Municipal. Dúvidas: (47) 3331-6309 com Jeferson Debus. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 06 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



# Grão Pará

## PREFEITURA

Decreto Df Nº 000053/13 de 6 de Dezembro de 2013

### FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 000053/13 de 6 de Dezembro de 2013

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001936/13 de 3 de Dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

##### 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

(007)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(009)3.3.50.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	35.000,00
(012)3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Aplicacoes Diretas	94.900,00
(050)3.1.71.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Transferências a Consórcios Públicos	100,00
(051)3.3.71.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Transferências a Consórcios Públicos	8.400,00
(052)4.4.71.00.00.00.00.00.2.025-0064 - Transferências a Consórcios Públicos	100,00

**Total Suplementação: 143.500,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

##### 14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

##### 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

(019)3.1.90.00.00.00.00.00.2.039-0064 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
(023)3.1.90.00.00.00.00.00.2.040-0064 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(035)3.1.90.00.00.00.00.00.2.042-0064 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(037)3.3.90.00.00.00.00.00.2.042-0064 - Aplicacoes Diretas	53.500,00
(039)4.4.90.00.00.00.00.00.2.042-0064 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

**Total Anulação: 143.500,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Dezembro de 2013.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 6 de Dezembro de 2013.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Contrato 24/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 9/2013

EDITAL DE CONVITE N. 1/2013-CV, DE 31/10/2013.

Objeto: REFORMA DO MOTOR DE UMA SPRINTER BRANCA 313  
CDI MBB 608 PERKIN FORD MOXION Nº 61198170101156 INTE-  
GRANTE DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

Contratada: - OFICINA SANTA CATARINA EPP.

Valor Homologado: R\$ 11.500,00.

Valor Global Homologado: R\$ 11.500,00.

Data da Homologação e Adjudicação: 07/08/2013.

Grão-Pará/SC, 22 de novembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 24/2013

DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013.

Objeto: REFORMA DO MOTOR DE UMA SPRINTER BRANCA 313  
CDI MBB 608 PERKIN FORD MOXION Nº 61198170101156 INTE-  
GRANTE DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

Contratada: - OFICINA SANTA CATARINA EPP.

Valor Homologado: R\$ 11.500,00.

Valor Global Homologado: R\$ 11.500,00.

Data da Homologação e Adjudicação: 07/08/2013.

Grão-Pará/SC, 22 de novembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

**Lei Complementar Nº 314/2013.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 314/2013.

"ALTERA E CRIA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 291/2011 QUE DISCIPLINA A ADMISSÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O artigo 1º. da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. As funções de magistério, exercidas por professores e supervisor escolar, no desempenho de suas atividades, nas unidades educacionais da rede pública Municipal de Herval d'Oeste, em seus diversos níveis e modalidades, serão exercidas, no caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, por pessoal admitido em caráter temporário, submetido a regime administrativo especial, disciplinado pelas disposições desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica acrescentado o inciso VI no art. 2º. da LC 291/2011 com a seguinte redação:

"VI - Para atuar em oficinas na área da cultura"

Art. 3º Fica revogado o § 4º. do artigo 3º.

Art. 4º O caput do artigo 4º. da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação, ficando revogados os seus parágrafos e criado o parágrafo único:

Art. 4º A classificação dos Supervisores, Professores de Educação Infantil, de Ensino Fundamental Anos Iniciais, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Educação Física, Língua Inglesa, Artes, Ciências e Ensino Religioso, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 5º Ficam criados os seguintes artigos na LC 291/2011:

Art. 4º-A. A classificação dos Professores de Informática, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

- a) Diploma de Pós-Graduação em Informática, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação, com registro no órgão competente, condicionada a Graduação na área da Educação;
- b) Diploma de Licenciatura Plena em Informática, Ciência da Computação ou Sistemas de Informação, com registro no órgão competente;
- c) Diploma de Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação, com registro no órgão competente;
- d) Diploma de Licenciatura na área da Educação, com Certificado de curso(s) de formação continuada em informática totalizando, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente, realizados a qualquer tempo;
- e) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- f) tempo de serviço no magistério;
- g) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) ser estudante de Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação, bem como nas Licenciaturas da área de Educação, a partir da 5ª fase, com Certificado de curso(s) de formação continuada em informática totalizando, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;
- b) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- c) tempo de serviço no magistério;
- d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas



escrita e de títulos.

Art. 4º-B. A classificação dos Professores de Música, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

- a) Diploma de Pós-Graduação em Música, com registro no órgão competente;
- b) Diploma de Licenciatura Plena em Música, com registro no órgão competente;
- c) Diploma de Licenciatura em Artes, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;
- d) Diploma de Licenciatura na área da Educação, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;
- f) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- g) tempo de serviço no magistério;
- h) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) ser estudante da área de Música, Artes ou nas demais Licenciaturas na área de Educação, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;
- b) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- c) tempo de serviço no magistério;
- d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º-C. A classificação dos Professores de Judô, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

- a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Física condicionada a Graduação na mesma área, com registro no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física, mais Registro a uma Entidade gestora deste desporto em seu respectivo Estado/ Federação como, no mínimo, Faixa Preta em Judô;
- b) Diploma de Licenciatura Plena em Educação Física, com registro no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física, mais Registro a uma Entidade gestora deste desporto em seu respectivo Estado/ Federação como Faixa Preta em Judô;
- c) cursos de credenciamento e atualização técnica em Judô, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- d) tempo de serviço no magistério;
- e) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos

que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) ser estudante de Licenciatura Plena em Educação Física, a partir da 5ª fase, acrescido de Registro a uma Entidade gestora deste desporto em seu respectivo Estado/ Federação como, no mínimo, Faixa Preta em Judô;
- b) ) cursos de credenciamento e atualização técnica em Judô, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- c) tempo de serviço no magistério;
- d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º-D. A classificação dos Professores de Dança, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

- a) Diploma de Pós-Graduação em Dança ou em Educação Física condicionada a Graduação na área, com registro no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física;
- b) Diploma de Licenciatura Plena em Dança ou Educação Física, com registro no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física;
- c) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- d) tempo de serviço no magistério;
- e) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

- a) ser estudante de Licenciatura Plena em Dança ou Educação Física, a partir da 5ª fase;
- b) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;
- c) tempo de serviço no magistério;
- d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4ºE. A classificação dos Professores de Tênis de Mesa, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

- a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Física condicionada a Graduação na área, com registro no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física;
- b) Diploma de Licenciatura Plena em Educação Física, com registro

no órgão competente, acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física;  
c) cursos de aperfeiçoamento ou atualização em Tênis de Mesa, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
d) tempo de serviço no magistério;  
e) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante de Licenciatura Plena em Educação Física, a partir da 5ª fase;  
b) cursos de aperfeiçoamento ou atualização em Tênis de Mesa, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
c) tempo de serviço no magistério;  
d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º.F. A classificação dos Professores de Artes Cênicas, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) Diploma de Pós-Graduação em Artes Cênicas, condicionada a Graduação em Artes, com registro no órgão competente;  
b) Diploma de Licenciatura Plena em Artes Cênicas, com registro no órgão competente;  
c) Diploma de Licenciatura em Artes, com registro no órgão competente;  
c) Diploma de Licenciatura em Pedagogia, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Teatro totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;  
d) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Artes Cênicas, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
e) tempo de serviço no magistério;  
f) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante da área de Artes ou em Licenciatura na área de Educação, a partir da 5ª fase, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Artes Cênicas totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente;  
b) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Artes Cênicas, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
c) tempo de serviço no magistério;  
d) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º.-G. A classificação do Segundo Professor de Turma - Educação Especial, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia;  
b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial;  
c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial;  
d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial;  
e) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;  
f) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DM/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
g) tempo de serviço no magistério;  
h) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase;  
b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, contemplando na Grade Curricular disciplina específica de Educação Especial (já cursada), a partir da 5ª fase;  
c) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;  
d) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;  
e) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DM/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;  
f) tempo de serviço no magistério;  
g) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º.H. A classificação do Professor de Educação Especial - AEE Misto/ DM/ DV/ DA, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, mais 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas



para atuar na área da Deficiência Mental;

b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80(oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, mais 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, mais 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, mais 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

e) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, mais 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

f) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DM/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;

g) tempo de serviço no magistério;

h) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, contemplando na Grade Curricular disciplina específica de Educação Especial (já cursada), a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

c) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Visual e 40 (quarenta) horas para atuar na área da Deficiência Mental;

d) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DM/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;

e) tempo de serviço no magistério;

f) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

Art. 4º.-I. A classificação do Professor de Educação Especial / Segundo Professor Bílingue - Libras, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80(oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

e) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

f) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - Deficiência Auditiva / Libras, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;

g) tempo de serviço no magistério;

h) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, contemplando na Grade Curricular disciplina específica de Educação Especial (já cursada), a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

c) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de, no mínimo, 80 (oitenta) horas de formação continuada para atuar na área da Deficiência Auditiva;

d) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - Deficiência Auditiva / Libras, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente;

e) tempo de serviço no magistério;

f) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova

escrita.

**Parágrafo Único** - Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

**Art. 4º.-J.** Os cursos de Pós-Graduação serão considerados apenas para fins de classificação, não incorrendo sobre o vencimento.

**Art. 4º.-K.** A classificação do candidato no processo seletivo terá validade por 02 (dois) anos e será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município.

**Art. 4º.-L.** A classificação do candidato no processo seletivo terá validade por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município.

**Art. 4º.-M.** A admissão em caráter temporário depende da apresentação da documentação exigida no Edital do Processo Seletivo.

**Art. 6º** O inciso VII do art. 5º. Da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação:

VII - estar quite com as suas obrigações eleitorais.

**Art. 7º** Ficam criados os arts. 5º.-A ao 5º.-F com a seguinte redação:

**Art. 5º -A.** Quando convocado ao provimento do cargo, caso o candidato não tenha interesse imediato em assumir, deverá solicitar formalmente junto ao departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste sua reclassificação, ficando no aguardo de nova convocação, se houver.

**Parágrafo Único** - A solicitação formal a que se refere o caput poderá ser requerida somente enquanto o Processo Seletivo estiver vigente.

**Art. 5º.-B.** As convocações, conforme houver necessidade, seguirão a ordem de classificação até o último candidato aprovado.

**§ 1º** Os classificados que já assumiram vaga existente anteriormente e que foram dispensados por término de contrato poderão ser novamente convocados se houver necessidade, no processo de reclassificação.

**§ 2º** Os classificados que assumiram vaga existente com carga horária inferior a 40h semanais poderão ser novamente convocados se houver necessidade, sempre respeitada a ordem classificatória.

**§ 3º** Os candidatos classificados que solicitarem dispensa serão automaticamente eliminados da relação de aprovados.

**Art. 5º.-C.** Somente poderão ser admitidos professores e supervisor escolar, em caráter temporário, sem participar do processo seletivo, nos casos em que:

I - o número de vagas for superior ao de candidatos;

II - a vaga não for escolhida pelos candidatos classificados; ou

III - a vaga for aberta no decorrer do ano letivo e não tenha candidato aprovado pelo processo seletivo.

**Parágrafo Único** - Para suprir as vagas descritas no item I, II e III realizar-se-á Chamada Pública.

**Art. 5º.-D.** A Chamada Pública será expedida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e deverá ser publicada no

Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município.

**§ 1º** No Edital de convocação da Chamada Pública deverá constar o quadro de vagas, por disciplina, com carga horária, unidade escolar, motivo e prazo da contratação.

**§ 2º** Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

I - Havendo dois ou mais professores habilitados será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

II - Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

**Art. 5º.-E.** Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local onde ocorrerá a Chamada Pública, divulgado com antecedência no Edital de convocação, munidos de documentos pessoais e comprovação de sua habilitação, para a escolha das vagas disponíveis, no horário estabelecido.

**Art. 5º.-F.** Ficará impedido de participar do processo seletivo o candidato que tenha perdido cargo público nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à inscrição em razão de falta funcional em processo regular.

**Art. 8º** Os art. 7º. e 8º. Da LC 291/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 7º.** A área de ensino, as habilitações e os respectivos vencimentos relativos à contratação de professor e supervisor escolar, admitidos em caráter temporário estão estabelecidos no Plano de Cargos do Magistério.

**Art. 8º.** Poderão ser pagas ao servidor temporário, além da retribuição pecuniária mensal:

I - Verbas Indenizatórias correspondente a Auxílio-Alimentação e Diárias;

II - Gratificações e Adicionais, correspondente a salário-família, gratificação natalina, adicional de Incentivo ao Magistério e Adicional de férias.

**Parágrafo Único** - O valor da gratificação natalina será calculado proporcionalmente à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, com base na remuneração correspondente ao último mês trabalhado.

**Art. 9º** O Parágrafo Único do art. 10 passa a ter a seguinte redação:

**Parágrafo Único** - O Atestado Médico deverá ser entregue no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas de ausência ao trabalho, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d' Oeste.

**Art. 10.** O art. 12 da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação:

**Art. 12.** À servidora gestante ou adotante admitida em caráter temporário é assegurada licença maternidade nos termos da legislação previdenciária.

**Art. 11.** Ficam revogados os arts. 14 e 15 da LC 291/2011.

**Art. 12.** Os incisos II e III do art. 35 passam a ter a seguinte redação:

II - por 02 (dois) dias em razão do falecimento de sogra(o), avó(ô), cunhado(a) e tio(a), comprovando-se através da apresentação do atestado de óbito, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

III - para a servidora lactante nos moldes do art. 32.

Art. 13. Fica revogado o inciso V e §§ 1º. e 2º. do art. 17 da LC 291/2011, passando a constar o parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo Único: Caso a dispensa ocorra nos termos do inciso IV deste artigo, será resguardado ao servidor admitido em caráter temporário o direito à ampla defesa.

Art. 14. Os arts. 21 e 25 da LC 291/2011 passam a ter a seguinte redação:

Art. 21 O servidor admitido em caráter temporário não poderá se inscrever em novo processo seletivo para vaga temporária, pelo período de 3 (três) anos, quando dispensado com fundamento no inciso IV do art. 17 desta Lei Complementar.

Art. 25 O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente aos níveis de vencimento, e habilitações, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, especificados na Lei Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do quadro do Magistério Público Municipal.

§ 1º A retribuição pecuniária mensal de que trata este artigo é proporcional à carga horária semanal de trabalho.

§ 2º Ao término do Contrato o servidor contratado em caráter temporário fará jus a gratificação natalina e férias proporcionais.

Art. 15. Fica revogado o Anexo Único da LC 291/2011.

Art. 16. Esta lei entra em vigor a partir da data da publicação, produzindo efeitos a partir de 1º. de Janeiro de 2014.

Art. 17. Revogam-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 3.117/2013.

Herval d'Oeste, 03 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.016/2013.**

LEI Nº 3016/2013

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Herval d'Oeste - SC, as Prioridades e Metas da Administração, seus Recursos Financeiros e as bases para elaboração do Orçamento-Programa para o Exercício de 2014.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, apresenta a Câmara Municipal de Vereadores, para devida análise, discussão e votação o seguinte projeto de lei.

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com a Lei Orgânica do Município, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Herval d'Oeste para o exercício de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital;
- II - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração, a execução dos orçamentos do Município e as suas alterações;
- IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do

Município;

VI - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VII - as disposições gerais;

Art. 2º - A presente Lei, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias Gerais para o exercício de 2014, compreende os Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 3º - No projeto de lei do Orçamento para o exercício 2014, os valores da receita serão estimados e os da despesa fixados, onde o Poder Executivo tomará medidas para sua correção e compatibilização de valores, até o limite previsto pela legislação em vigor, podendo para tanto, no decorrer do exercício, abrir Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, observada a autorização específica e os dispositivos da presente LEI.

Art. 4º - A Lei Orçamentária, bem como as suas alterações, não destinarão recursos para a execução de projetos e atividades típicas da Administração Estadual ou Federal, ressaltando-se aquelas autorizadas como cooperação técnica e financeira intergovernamental.

Art. 5º - A Lei Orçamentária incluirá os recursos correspondentes às Receitas e Despesas de todos os órgãos mantidos pelo Município.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 6º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, corroborados com a Lei Orgânica do Município, fica estabelecido que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no ANEXO I - Das Prioridades e Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a Despesa orçada com a Receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 7º - As metas fiscais para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no ANEXO II - Das Metas Fiscais, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 9º - A Lei de Orçamento evidenciará em cada Unidade Gestora a Receita por rubrica e a Despesa por função, subfunção, programa e projeto/atividade, na forma dos seguintes Adendos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções,



Subfunções, programas e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções, conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

VIII - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portarias Interministeriais.

Art. 10 - O orçamento fiscal discriminará a despesa pela unidade orçamentária específica, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, dentro de cada projeto/atividade e de acordo com a origem e destinação dos recursos.

3.1 - Pessoal e Encargos Sociais;

3.2 - Juros e Encargos da Dívida;

3.3 - Outras Despesas Correntes;

4.4 - Investimentos;

4.5 - Inversões Financeiras; e,

4.6 - Amortização da Dívida.

Art. 11 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá informações sobre a execução orçamentária de exercícios anteriores e das previsões para os próximos exercícios.

Art. 12 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, através das suas Unidades, encaminharão ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 30 de setembro de 2011, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária a ser entregue até 31 de outubro de 2011.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2014, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. A elaboração do projeto de lei orçamentária terá como base às previsões da receita, que observarão as normas técnicas e legais, tais como, alterações da legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela em que se referir, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Após a obtenção de previsão das receitas, serão fixadas as despesas de acordo com as programações constantes no Plano Plurianual - PPA e nesta LEI.

Art. 14 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alteração do Plano Plurianual 2014/2017, que tenham sido projetos de lei específicos.

Art. 15 - O Poder Legislativo terá como limites, de despesas correntes e de capital em 2014, até 6% (seis por cento) da receita oriunda de impostos a ser efetivamente arrecadada em 2011.

Art. 16 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 17 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, salvo casos especiais;

III - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 18 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 19 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Art. 20 - Somente poderão ser incluídas na lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito devidamente aprovadas pelo Poder Legislativo, através de Lei específica.

Art. 21 - É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar, esportivas ou recreativas, de interesse comunitário e social;

II - voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas regionais de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º - O Poder Executivo somente poderá repassar recursos de que trata este artigo, mediante aprovação, pelo Poder Legislativo, de Lei específica;

§ 2º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de pleno funcionamento, emitida por duas autoridades locais comprovando o mandato de sua diretoria.

§ 3º - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 22 - A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo, 6% (seis por cento) da receita corrente líquida prevista do orçamento fiscal com exceção a seguridade do Regime Próprio de Previdência Social, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 23 - Constituem passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos no ANEXO III - Dos Riscos Fiscais,



que integra a presente Lei, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - Os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação do exercício corrente e do superávit financeiro do exercício de 2008.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 24 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceder o valor para dispensa de licitação fixada no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2008, o Executivo Municipal, autorizado em Lei específica, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de Crédito Adicional Especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do ANEXO I desta Lei e alterações posteriores.

Art. 26 - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2014, a 10% (dez por cento) da RCL apurada no Exercício de 2011.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 - No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo, observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 28 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, realizar concurso público, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).  
Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento do Município.

Art. 29 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores municipais, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).  
Art. 30 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da LRF:

- I - eliminação das despesas com horas extras;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - eliminação de vantagens concedidas aos servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 31 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização", elemento de despesa 3.1.90.34.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do

Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 32 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 - A Lei que concede ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Parágrafo único - O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Art. 34 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 36 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 37 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - Ocorrendo Assistência Técnica e Cooperação Financeira pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá estruturar-se para:

I - até o exercício de 2014, elaborar o "Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior", previsto no Art. 4º, I, § 4º, I da LRF.

Art. 39 - Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas do equilíbrio financeiro, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação de empenho.

Art. 40 - As receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, poderão ser aplicados para custeio de despesas da previdência social, conforme estabelece o Art. 44 da LRF.

Art. 41 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros de mora pelo eventual atraso no pagamento de compromissos

decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 42 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária. Parágrafo único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 43 - O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento, deverá atender, no prazo máximo previsto na Lei Orgânica Municipal, prorrogável por igual período, desde que solicitado com antecedência ao vencimento deste, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, relativo a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 44 - Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de Dezembro de 2011, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Município;
- III - pagamento de serviço da dívida; e,
- IV - transferências ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 45 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 46 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 47 - Nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, através de Decreto, efetuar suplementações por conta do Excesso de Arrecadação verificado no mês anterior e do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 48 - O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com os Governos Estadual e Federal, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal, para homologação e comprovação da transparência administrativa.

Art. 49 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste.SC, 03 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.017/2013.

LEI 3017/2013

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Herval D'Oeste para o Exercício de 2014.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, faz

saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento do Município de Herval D'Oeste para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 112.718.200,00 (Cento e doze milhões setecentos e dezoito mil e duzentos reais), sendo R\$ 109.498.200,00(Cento e nove milhões quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.220.000,00(Três milhões e duzentos e vinte mil reais ) do Orçamento da Seguridade Social – IPREVI.

### DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 112.718.200,00 (Cento e doze milhões setecentos e dezoito mil e duzentos reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais), em R\$ 87.678.200,00 (Oitenta e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil e duzentos reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 5.363.900,00(Cinco milhões trezentos e sessenta e três mil e novecentos reais) as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Saúde, em R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) as transferências Financeiras ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em R\$ 65.000,00(Sessenta e cinco mil reais) as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Habitação e as transferências financeiras ao Fundo Municipal de Assistência Social em R\$ 1.210.000,00 (Um milhão e duzentos e dez mil reais). O Orçamento para o exercício financeiro de 2014 do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna estima a Receita e Fixa a Despesa R\$ 8.446.900,00 (Oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e novecentos reais).

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal	VALOR
RECEITAS CORRENTES	45.510.700,00
RECEITA TRIBUTARIA	5.118.100,00
IMPOSTOS	3.025.000,00
TAXAS	1.923.100,00
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	170.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	254.000,00
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	249.000,00
RECEITA DE SERVICOS	227.100,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	38.149.100,00
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	37.949.100,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.762.400,00
MULTAS E JUROS DE MORA	429.000,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	660.000,00
RECEITAS DIVERSAS	663.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	56.119.500,00
OPERACOES DE CREDITO	11.360.000,00
ALIENACAO DE BENS	1.000.000,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	5.000,00
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	995.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	43.759.500,00



TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	43.759.500,00
Deduções da Receita	-5.505.100,00
TOTAL	96.125.100,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	R\$	890.000,00
03	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	718.200,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	4.695.000,00
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	R\$	1.531.250,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	24.565.000,00
08	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	1.272.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$	52.161.800,00
10	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE	R\$	1.644.950,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
SUBTOTAL		R\$	87.678.200,00
01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	12.652.000,00
02	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$	114.000,00
03	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$	4.372.000,00
04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.882.000,00
05	IPREVI – HO	R\$	3.220.000,00
06	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$	1.800.000,00
	Reserva de Contingência Fundos	R\$	200.000,00
Sub Total – Fundos e Câmara		R\$	25.040.000,00
TOTAL GERAL		R\$	112.718.200,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO PREFEITURA

04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	5.504.450,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	620.000,00
11	TRABALHO	R\$	1.770.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	16.651.000,00
13	CULTURA	R\$	851.500,00
15	URBANISMO	R\$	23.841.800,00
17	SANEAMENTO	R\$	5.110.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	38.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	1.606.950,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	1.007.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	23.210.000,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	6.397.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	870.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
SOMA		R\$	87.678.200,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		R\$	8.446.900,00
TOTAL GERAL		R\$	96.125.100,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR AÇÃO CONSOLIDADA

Ação	Título	Valor
0001	Serviços da dívida fundada interna.	870.000,00
0002	Amortização e encargos da dívida fundada.	30.000,00
1001	Aquisição de veículo.	
1002	Aquisição de equipamento e material permanente.	18.000,00
1003	Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e veículo.	30.000,00
1004	Aquisição de veículo.	
1005	Aquisição de equipamentos e informatização dos departamentos.	6.250,00
1006	Prover para aquisição e/ou locação de sistemas, equipamentos e rede para implantação de Programa de	520.000,00
1007	Aquisição de brinquedos para parque infantil e manutenção dos já existentes.	45.000,00
1008	Aquisição de material permanente para novas salas de aula.	175.000,00
1009	Aquisição de material permanente relativo ao Ensino Fundamental.	290.000,00
1010	Aquisição de equipamentos para a implementação de laboratórios de informática.	32.000,00
1011	Aquisição de veículo para atividades diversas da Secretaria (van, carro de passeio, ônibus ou microô	320.000,00
1012	Aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para equipar o Centro Cultural	60.000,00
1013	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à prática desportiva e de lazer.	20.000,00
1014	Construção, Reformas e Ampliação de Escolas Municipais	775.000,00
1015	Construção, ampliação e reforma de Creches	225.000,00
1017	Aquisição de imóvel, conservação, ampliação, construção e Reformas de Ginásio de Esportes.	4.400.000,00
1018	Construção de Quadras de Esportes e Cobertura de Quadra existente.	1.225.000,00
1019	Aquisição de imóvel e/ou realização de obras de construção, reforma e ampliação de Centro artístico	1.510.000,00
1020	Aquisição de terrenos para implantação de nova área industrial.	51.000,00
1021	Aquisição de material permanente a fim de equipar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico	11.350,76
1023	Restauração das Instalações da Rede Ferroviária para fins culturais, comerciais e turísticos.	
1024	Construção de 10 (dez) Estações - Via Sacra.	100.000,00
1025	Construção de Mirante e Rampa de Asa Delta	100.000,00
1026	Construção da Estação do Conhecimento.	410.000,00
1027	Sinalização e ordenação do trânsito.	680.000,00
1028	Implantação de Terminal Urbano.	510.000,00
1029	Implantação de abrigos para passageiros nos postos de parada de ônibus urbanos e rurais.	90.000,00
1030	Ampliação, reforma, manutenção e conservação de edificações públicas municipais.	1.150.000,00
1031	Aquisição e locação de veículos, máquinas e equipamentos.	750.000,00
1032	Melhoria de praças, passeios públicos e jardins.	275.000,00
1033	Manutenção e melhorias da Casa Mortuária e Cemitério Público Municipal, bem como aquisição de área p	850.000,00
1034	Construção da 4ª ponte e/ou anel viário e/ou obras estruturantes de mobilidade urbana.	20.100.000,00



1035	Pavimentação e manutenção de vias urbanas e rurais e construção de obras complementares.	16.760.000,00
1036	Construção, reforma e manutenção de pontes e muros de arrimo.	20.000,00
1037	Manutenção e reforma do britador.	10.000,00
1038	Construção e recuperação de escadarias.	35.000,00
1039	Aquisição de equipamentos e lixeiras destinadas a coleta seletiva.	50.000,00
1040	Expansão da rede de esgoto pluvial e sanitário.	4.350.000,00
1041	Expansão da rede de água.	760.000,00
1042	Aquisição de materiais permanentes e equipamentos propícios ao desenvolvimento da Agropecuária.	236.000,00
1043	Expansão, preservação, captação e distribuição de água.	165.000,00
1044	Implantação de Casa do Agricultor para venda de Produtos Coloniais	70.000,00
1045	Aquisição de equipamentos para realização dos exames de Tuberculose.	4.000,00
1046	Aquisição de materiais e insumos para realização dos exames de Brucelose e Tuberculose.	3.200,00
1047	Aquisição de equipamentos permanentes / veículos.	51.000,00
1048	Aquisição de equipamentos e material permanente.	22.000,00
1049	Obras de construção Reforma e ampliação de unidades de saúde.	350.000,00
1050	Aquisição de terreno	80.000,00
1051	Aquisição de equipamentos/ veículos	125.000,00
1052	Reforma e ampliação da Unidade a ser implantada - UPA.	150.000,00
1053	Aquisição de equipamentos e material permanente.	615.000,00
1054	Construção de imóveis e aquisição de equipamentos e material permanente.	200.000,00
1055	Prover a construção de unidades habitacionais isoladas nas áreas rurais.	300.000,00
1056	Prover a construção de unidades habitacionais isoladas nas áreas urbanas.	1.300.000,00
1057	Aquisição de terreno e/ou desapropriação de área para Implantação de Conjunto Habitacional.	190.000,00
1058	Implantação de sistema de abastecimento de água e rede de energia elétrica em loteamentos populares.	645.000,00
1059	Subsidiar a implantação de rede de drenagem pluvial em loteamentos populares	105.000,00
1060	Construção e reforma de banheiros em situação precária ou inexistentes para famílias com padrão mini	55.000,00
1061	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Serviços de Proteção Social Especial de AI	30.000,00
1062	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico destinado ao Serviço.	15.000,00
1063	Aquisição de equipamento e material permanente para Secretaria de Assistência Social	15.000,00
1064	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico da Secretaria de Assistência Social.	5.000,00
1065	Aquisição de equipamento e material permanente para o Conselho Tutelar	6.100,00
1066	Aquisição de equipamentos e material permanente para os serviços de Proteção Social Básica	50.000,00
1067	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico destinados aos serviços de Proteção Social Básic	250.000,00

1068	Atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça e/ou violação de direitos.	25.000,00
1069	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico destinado aos Serviços de Proteção Social Especi	270.000,00
1070	Ações de caráter preventivo visando o desenvolvimento de capacidades e potencialidades, assegurando	30.000,00
1071	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico para o Serviço de Convivência e Fortalecimento d	200.000,00
2001	Manutenção, Encargos e Atividades do Poder Legislativo.	1.800.000,00
2002	Manutenção, encargos e atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.	870.000,00
2003	Contribuições Financeiras e Subvenções Sociais a Entidades.	20.000,00
2004	Manutenção encargos e atividades da Procuradoria Geral.	500.000,00
2005	Qualificação de Recursos Humanos.	100,00
2006	Contratação de serviços especializados para prestação de assessoria e/ou consultoria jurídica.	100,00
2007	Pagamento de precatório movido contra a municipalidade.	200.000,00
2008	Manutenção, encargos e atividades de Apoio Administrativo da Secretaria bem como do Conselho Tutelar	2.120.000,00
2009	Qualificação de Recursos Humanos do Quadro de Pessoal da referida Secretaria.	5.000,00
2010	Contribuições financeiras para manter os trabalhos prestados pela AMMOC e demais entidades represent	160.000,00
2011	Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.	50.000,00
2012	Manutenção de convênio com o Corpo de Bombeiros.	280.000,00
2013	Manutenção de Convênio com a Polícia Civil e Militar.	340.000,00
2014	Contribuição para Formação Patrimônio Servidor - PASEP.	500.000,00
2015	Vale - refeição aos servidores municipais.	340.000,00
2016	Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Planejamento e Coordenação.	880.000,00
2017	Qualificação dos profissionais da Secretaria.	5.000,00
2018	Contratação de estudos, projetos, consultorias, assessoria e outros afins.	120.000,00
2019	Alimentação escolar para Educação Infantil	300.000,00
2020	Manutenção, Encargos e Atividades da Educação Infantil.	5.680.000,00
2021	Qualificação e aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Infantil	22.000,00
2022	Aquisição de material de consumo, escolar e didático - pedagógicos específicos para as crianças de 0	229.000,00
2023	Vale-refeição aos servidores municipais Profissionais da Educação Infantil.	329.000,00
2024	Alimentação escolar para Ensino Fundamental	205.000,00
2025	Manutenção, encargos e atividades do Ensino Fundamental.	5.425.000,00
2026	Prover a aquisição de diversos materiais de consumo, escolar e didático-pedagógicos para o Ensino Fu	205.000,00
2027	Manutenção e ampliação do Sistema de Transporte Escolar.	850.000,00



2028	Qualificação e aperfeiçoamento dos Profissionais do Ensino Fundamental.	55.000,00
2029	Aquisição de material para distribuição gratuita (livros e material escolar).	230.000,00
2030	Assistência a docentes cursando graduação e pós-graduação.	8.000,00
2031	Vale - refeição aos servidores municipais Profissionais do Ensino Fundamental.	336.000,00
2032	Repasse Financeiro para apoio a estudantes de Escola Técnica Agrícola e afins.	5.000,00
2033	Auxílio Financeiro destinado ao transporte gratuito de estudantes de 3º grau residentes em Herval d'	25.000,00
2034	Repasse Financeiro a Entidades de Educação Especial.	40.000,00
2035	Implementação do Acervo Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal.	16.500,00
2036	Manutenção, encargos e atividades do Deptº de Cultura e Biblioteca Pública Municipal.	700.000,00
2037	Contribuição Financeira a entidades que realizam eventos culturais.	35.000,00
2038	Realização de eventos de incentivo ao resgate das tradições do município.	40.000,00
2039	Manutenção, encargos e atividades do departamento de esportes.	590.000,00
2040	Repasse financeiro a Entidades de cunho esportivo, sem fins lucrativos.	75.000,00
2041	Realização de eventos de incentivo ao esporte.	50.000,00
2042	Implementar modalidades esportivas em forma de escolinhas de esporte.	37.500,00
2043	Implantação de infra - estrutura básica em Área Industrial.	9.000,00
2044	Implantação de Projetos voltados ao Desenvolvimento Econômico através de parcerias.	70.000,00
2045	Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico.	122.899,24
2046	Qualificação de Recursos Humanos necessários ao bom desempenho das atividades.	750,00
2047	Implantação de Sinalização Turística nas principais vias de acesso ao Município.	227.000,00
2048	Transferência de recursos a Entidades Representativas (CONTUR/Rota da Amizade/ACIHO/CDL).	10.000,00
2049	Promoção de feiras, exposições, eventos turísticos e/ou impressos turísticos.	55.000,00
2050	Desenvolvimento de Projetos de Parques Temáticos e ecológicos, pólo cultural do município, rotas tur	105.000,00
2051	Manutenção, encargos e atividades do Departamento de Trânsito e da JARI.	60.000,00
2052	Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria.	3.210.000,00
2053	Manutenção, melhoria e ampliação da rede de iluminação pública.	500.000,00
2054	Terceirização da coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos.	510.350,00
2055	Terceirização da disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos, através de Operação e manutenção de A	403.650,00
2056	Terceirização da Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde, com veículo	37.800,00
2057	Manutenção e varrição dos logradouros e aquisição de lixeiras e demais equipamentos a fim de garanti	850.000,00
2058	Implantar a coleta seletiva do lixo de forma gradativa nos bairros do município.	200.000,00

2059	Contratação de estudos, consultorias, assessorias e outros afins.	38.000,00
2060	Manutenção, encargos e atividades do departamento de agricultura.	966.000,00
2061	Transferência de recursos a Entidades de Apoio a Agropecuária.	84.000,00
2062	Qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais da Secretaria, bem como capacitação dos produtores	5.500,00
2063	Aquisição de botijões e nitrogênio para promoção da produção animal.	15.900,00
2064	Apoio à implantação de cisternas de tratamentos de efluentes domésticos.	29.000,00
2065	Apoio à implantação da telefonia e Internet rural.	13.100,00
2066	Apoio à eletrificação rural.	6.000,00
2067	Implantação de núcleos de indústria familiar rural.	5.000,00
2068	Contratação de serviços de laboratório para realização de exames de brucelose.	4.250,00
2069	Aquisição de medicamentos da Farmácia Básica e programas afins.	380.000,00
2070	Distribuição de medicamentos em estabelecimentos credenciados.	60.000,00
2071	Fortalecimento e implementação das ações da gestão	12.000,00
2072	Implementar ações da gestão.	20.000,00
2073	Manutenção e implementação dos atendimentos de média e alta complexidade.	1.150.000,00
2074	Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde - Policlínica Regional	650.000,00
2075	Manutenção e implementação das atividades do CAPS.	302.000,00
2076	Qualificação e aperfeiçoamento profissional.	10.000,00
2077	Manutenção e Implementação dos serviços de Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.	180.000,00
2078	Manutenção e implementação das ações de Promoção de Saúde.	52.000,00
2079	Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Saúde.	6.051.000,00
2080	Qualificação e aperfeiçoamento profissional.	22.000,00
2081	Vale-refeição aos servidores municipais Profissionais da Saúde.	330.000,00
2082	Manutenção e implementação da Unidade de Pronto Atendimento.	2.030.000,00
2083	Desenvolvimento de programas/projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Ad	51.000,00
2084	Desenvolvimento de programas/serviços complementares ou inovadores por tempo determinado, não excede	20.000,00
2085	Desenvolvimento de programas/projetos de estudo, pesquisa elaboração de diagnostico sistema de infor	22.000,00
2086	Desenvolvimento de programas/projetos de comunicação, campanhas educativas, ações de mobilização soc	16.000,00
2087	Manutenção, encargos e atividades do IPREVI.	1.070.000,00
2088	Encargos com inativos e pensionistas.	1.800.000,00
2089	Prover a urbanização e legalização de áreas ocupadas por famílias de baixa renda.	792.000,00
2090	Fornecimento de material de construção para edificações habitacionais e reformas.	930.000,00
2091	Manutenção, encargos e atividades do Serviço de Acolhimento Institucional.	80.000,00

2092	Celebrar convênios e subvenções sociais com outras entidades que prestam serviços de acolhimento ins	25.000,00
2093	Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Assistência Social, bem como da gestão do PAA.	1.315.000,00
2094	Qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social	23.800,00
2095	Manutenção, encargos e atividades para funcionamento e capacitação do Conselho Municipal da Assistên	5.000,00
2096	Gestão descentralizada da Política Municipal de Assistência Social	21.000,00
2097	Prover a concessão dos benefícios eventuais, conforme definição do Conselho Municipal de Assistência	60.000,00
2098	Manutenção e atividades do Conselho Tutelar.	28.100,00
2099	Manutenção, encargos e atividades, para funcionamento e capacitação do Conselho Municipal dos Direit	5.000,00
2100	Manutenção, encargos e atividades dos Serviços de Proteção Social Básica.	110.000,00
2101	Gestão e manutenção das atividades do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.	45.000,00
2102	Manutenção, encargos e atividades Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.	90.000,00
2103	Manutenção, encargos das atividades do Serviço de Convivências e Fortalecimento de Vínculos.	98.000,00
2104	Auxílio-refeição aos servidores municipais.	70.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00
Total		112.718.200,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA PREFEITURA

DESPESAS CORRENTES	R\$	42.778.499,24
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 18.081.800,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$ 10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 24.207.699,24
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	44.699.700,76
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 43.048.700,76
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$ 800.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
SOMA	R\$	87.678.200,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	8.446.900,00
TOTAL GERAL	R\$	96.125.100,00

## DO ORÇAMENTO DO IPREVI

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência – IPREVI – HO para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 3.220.000,00 (Três milhões e duzentos e vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Contribuições estimado para 2014, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.653.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	1.770.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	1.450.000,00
TOTAL	R\$	3.220.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREVI-HO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

28	Previdência Social	R\$	3.070.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	150.000,00
TOTAL GERAL		R\$	3.220.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	2.860.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.570.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 290.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	210.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 210.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 150.000,00
TOTAL GERAL	R\$	3.220.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 7.288.100,00 (Sete milhões duzentos e oitenta e oito mil e cem reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.393.900,00 e fixa as Despesas em R\$ 12.652.000,00 (Doze milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	7.288.100,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	7.900,00
1.3 – Transferências Correntes	R\$	7.150.200,00
1.5 – Outras Receitas Correntes	R\$	130.000,00
1.6 – Operações de Crédito Interna	R\$	0
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS	R\$	5.363.900,00
TOTAL	R\$	12.652.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	R\$	12.312.000,00
11	TRABALHO	R\$	330.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL		R\$	12.652.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	10.978.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.672.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 6.306.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.664.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 1.584.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	R\$ 80.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
TOTAL GERAL	R\$	12.652.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 8.000,00 e fixa as Despesas em R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	106.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	1.000,00
1.3 – Transferências Correntes	R\$	104.000,00
1.4 – Outras Receitas Correntes	R\$	1.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS	R\$	8.000,00
TOTAL	R\$	114.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	109.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	5.000,00
TOTAL GERAL	R\$	114.000,00	

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	59.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 59.000,00
DESPESAS CAPITAL	R\$	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$ 50.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL GERAL	R\$	114.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 4.307.000,00 (Quatro milhões e trezentos e sete mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 65.000,00 e fixa as Despesas em R\$ 4.372.000,00 (Quatro milhões trezentos e setenta e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, Receitas de Capital na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	517.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	5.000,00
1.5 – Outras Receitas Correntes	R\$	512.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.790.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$	0
2.2 – Amortização de Empréstimos	R\$	0
2.3 – Transferências de Capital	R\$	3.790.000,00
Transferências Financeiras	R\$	65.000,00
TOTAL	R\$	4.372.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16	HABITAÇÃO	R\$	4.157.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	160.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	30.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	25.000,00
TOTAL GERAL	R\$	4.372.000,00	

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.912.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$ 30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$ 1.882.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.435.000,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$ 2.245.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$ 190.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$ 25.000,00
TOTAL GERAL	R\$	4.372.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.672.000,00 (Um milhão seiscentos e setenta e dois mil reais), as Transferências

Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.024.000,00 e fixa as Despesas em R\$ 1.210.000,00 (Um milhão, duzentos e dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.672.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0
1.2 – Receita Patrimonial	R\$	4.500,00
1.3 – Transferências Correntes	R\$	1.208.500,00
1.4 – Outras Receitas Correntes	R\$	459.000,00
Transferências Financeiras	R\$	1.210.000,00
TOTAL	R\$	2.882.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.802.000,00
11	TRABALHO	R\$	70.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL	R\$	2.882.000,00	

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		R\$	2.882.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	1.293.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	662.900,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	916.100,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$	916.100,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL		R\$	2.882.000,00

Art. 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, tanto na administração direta e indireta (Fundos, IPREVI e SIMAE).

Art. 09 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada programa tanto na Administração Direta como nos Fundos e SIMAE.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 – As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.14 – Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 15 – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 17 – Fica o Executivo Municipal autorizado a anular e suplementar dotações dentro de um mesmo elemento para outras fontes orçamentárias.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, 03 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.018/2013.

LEI Nº 3018/2013.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO E A ALIENAR A TERCEIROS, MEDIANTE LICITAÇÃO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa no patrimônio e a alienar a terceiros, mediante processo licitatório na modalidade de Leilão, os bens móveis inservíveis para o serviço público municipal abaixo especificados:

I - Automóvel Volkswagen Saveiro, ano/modelo 1995/1995, placas LWU 0612, chassi nr. 9BWZZZ30ZSP004962, Renavam nr. 630265666, com nr. de inscrição no patrimônio municipal 6626;  
II - Trator Valmet, sem nr. de inscrição no patrimônio municipal;  
III - Caminhão Mercedes Benz, 1113, placas LWR 7973, chassi 34404112475864, Renavam nr. 552446289, com nr. de inscrição no



patrimônio municipal 10136;

IV - Carregadeira de esteiras, sem nr. de inscrição no patrimônio municipal;

V - Automóvel Volkswagen Gol, ano/modelo 1995/1995, placas LWZ 0336, chassi nr. 9BWZZZ30ZSP057033, Renavan nr. 636145425, com nr. de inscrição no patrimônio municipal 6690;

VI - Automóvel Volkswagen Parati, ano/modelo 1995/1995, placas LXL 9970, chassi nr. 9BWZZZ30ZRP284212, Renavan nr. 628029683, com nr. de inscrição no patrimônio municipal 6757;

VII - Automóvel Kia Besta GS Grand, ano/modelo 2000/2000, placas MBW 8279, chassi nr. KNHTS732217027530, Renavan nr. 747573859, com nr. de inscrição no patrimônio municipal 6745.

Art. 2º As despesas decorrentes com o cumprimento desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Lei Nº 3.019/2013.

LEI Nº 3019/2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste – SC, inseríveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados:

#### I – Bens localizados na Secretaria Municipal de Saúde:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	00168	01	Amalgamador
02	07668	01	Circulador de Ar Britânia 1100
03	07810	01	Gabinete
04	07540	01	Gabinete
05	07503	01	Gabinete
06	07504	01	Gabinete
07	110429	01	Gabinete Branco (INSS)
08	110429	01	Gabinete Branco (FUNASA)
09	05465	01	Gabinete
10	07771	01	Gabinete
11	07873	01	Gabinete
12	07880	01	Impressora Sharp AL 1551 CS
13	07812	01	Impressora HP 695c
14	07847	01	Impressora Cânon IP 1300
15	05855	01	Impressora Cânon IP 1300
16	05787	01	Impressora Cânon IP 1300

17	00510	01	Máquinas escrever Olivetti ET
18	07958	01	Monitor Proview
19	06084	01	Monitor
20	05466	01	Monitor Philips
21	07365	01	Monitor Samsung 794V
22	07839	01	Monitor Samsung
23	07957	01	Monitor Philips
24	07454	01	Nobreak SMS
25	07947	01	Nobreak
26	07905	01	Nobreak
27	07394	01	Nobreak
28	08095	01	Nobreak
29	07481	01	Nobreak SMS
30	07501	01	Nobreak TS Shara
31	07356	01	Nobreak
32	05644	01	Nobreak
33	07499	01	Nobreak
34	00108	01	Telefone

#### II – Bens localizados no Centro Municipal de Educação Infantil Tio Zezinho:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	01239	01	Berço infantil
02	01241	01	Berço infantil
03	01242	01	Berço infantil
04	01243	01	Berço infantil
05	01244	01	Berço infantil
06	01245	01	Berço infantil
07	01246	01	Berço infantil
08	01247	01	Berço infantil
09	01248	01	Berço infantil
10	01250	01	Berço infantil
11	01085	01	Monitor 15"
12	01261	01	Cadeira fixa estofada corvin
13	01265	01	Carrinho de bebê
14	01181	01	Cadeira pré-escolar fórmica
15	01101	01	Microcomputador Intel 512MB
16	01232	01	Ventilador parede
17	01151	01	Fogão industrial 04 bocas

#### III – Bens localizados no Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	00240	01	Monitor
02	03215	01	Estabilizador
03	00249	01	Impressora Apollo P 2200
04	00223	01	Ventilador de parede

#### IV – Bens localizados no Conselho Tutelar:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	06569	01	Monitor
02	Não ident.	02	Monitor
03	Não ident.	02	Teclado
04	Não ident.	01	Impressora

05	Não ident.	03	CPU
06	Não ident.	01	Ventilador Mondial
07	Não ident.	01	Máquina de escrever Olivetti
08	Não ident.	01	Mesa de computador
09	06573	01	Mesinha de canto
10	Não ident.	04	Aparelhos de telefone

**V – Bens localizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:**

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	06465	01	Computador Philips 107Et9
02	06457	01	Computador LG Flatron F700P
03	06464	01	CPU
04	06434	01	Impressora HO Deskjet
05	06367	01	Microondas Cânsul
06	06486	01	Microondas Cânsul
07	04978	01	Ventilador
08	06489	01	Ventilador
09	06490	01	Ventilador
10	06491	01	Aquecedor

**VI – Bens localizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS:**

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	06308	01	Mesa para refeitório
02	58424/ 17865	01	Frigobar

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de dezembro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Portaria Nº 846/2013**  
PORTARIA Nº 846/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora BEATRIZ AP BENINCA CIARNOSCHI (Matr.1115), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 04 de dezembro de 2013 a 07 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 847/2013**  
PORTARIA Nº 847/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora MARGARET ZANELLA SAUER (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "P", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada pelo artigo 104 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 04 de dezembro de 2013 a 02 de janeiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**1º Termo de Retificação - Pregão Nº 029/2013**

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO Nº 029/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Registro de Preços para a aquisição de Brita Tipo I, para manutenção em estradas do Interior do Município de Herval d'Oeste, através de convênio com o Governo do estado de Santa Catarina.

Pelo presente termo retifica-se o ANEXO I do edital de licitação, no que refere-se ao quantitativo do item nº 001 que passa a vigorar com a seguinte redação :

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado em R\$
1	BRITA I	M3	5.000	51,00

Altera-se a data da sessão pública para o dia 19/12/2013, às 14:00 horas em conformidade com o art. 20, §4º, Lei 8.666/93.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.



Herval d'Oeste (SC), 05 de dezembro de 2013.

RUBENS ANTONIO CORREIA

Pregoeiro Oficial

### **Editais Nº 008/2013/SMECE**

EDITAL Nº 008/2013/SMECE

Abre inscrição por intermédio de requerimento e baixa normas para o concurso de AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Ampliação de Carga Horária aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 286, de 27 de outubro de 2011 e decreto nº 3.118/2013 de 21 de janeiro de 2013 e regulamentação do presente Edital.

#### **1. DO CONCURSO**

1.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estará recebendo no período de 09 a 12 de dezembro de 2013, no horário das 13h às 18h, as inscrições por intermédio de requerimento para Ampliação de Carga Horária, observando os seguintes critérios:

1.2 Poderão participar do Concurso de Ampliação de Carga Horária os ocupantes dos cargos de Professor e de Inspetor Educacional.

1.3 A ampliação da carga horária semanal do profissional da educação em caráter definitivo dar-se-á observando os seguintes critérios:

1.3.1 Somente poderá inscrever-se para ampliação da carga horária o profissional em educação que possuir Licenciatura, de Graduação Plena, com habilitação específica na área de atuação, comprovada mediante certificado com registro no MEC, nos termos da LC 286/2011.

1.3.2 Havendo mais de um interessado na ampliação de carga horária, terá preferência o profissional da educação:

- 1º. Com maior qualificação profissional;
- 2º. Maior tempo de serviço no magistério Público Municipal;
- 3º. Melhor avaliação de desempenho;
- 4º. Em caso de empate, dar-se-á preferência ao mais idoso.

1.4 A ampliação de carga horária deverá ocorrer nos 05 (cinco) anos precedentes à aposentadoria com a contribuição previdenciária correspondente a carga horária exercida de acordo com o Art. 51 da LC 286/2011.

1.5 O servidor do Magistério Público Municipal com carga horária de trabalho inferior a 40(quarenta) horas semanais somente poderá ampliar sua carga horária até 40(quarenta) horas semanais, em vagas de sua área de atuação, desde que haja compatibilidade de horário e turno.

1.6 Não será permitida a mudança de área.

1.7 A opção do candidato deve ser compatível com a sua carga horária de trabalho e com o turno, uma vez que não será permitida remoção por intermédio deste concurso.

#### **2. DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento por meio de modelo próprio.
- b) Original e fotocópia do diploma de Pós-Graduação - Mestrado;
- c) Original e fotocópia do diploma de Pós-Graduação

- Especialização;

d) Original e fotocópia do diploma de Graduação;

e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;

f) Atestado de tempo de serviço na rede municipal de ensino;

g) Declaração de acumulação de cargos, empregos e/ou funções constante no anexo I deste Edital;

h) Procuração, quando for o caso.

2.2 O tempo de serviço solicitado deverá ser apresentado por meio de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de novembro de 2013.

2.3 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo II deste edital.

2.4 O candidato deverá preencher e revisar o requerimento verificando a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, inteiramente responsável pelo mesmo.

2.5 Será admitida inscrição por intermédio de procuração.

#### **3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1 O pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

3.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

3.3 O quadro de vagas disponível para Ampliação de Carga Horária consta no anexo III deste Edital.

3.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão no primeiro dia letivo de 2014, previsto no calendário escolar da respectiva área.

3.5 O professor ou inspetor educacional terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, setor administrativo, das 13h às 18horas.

3.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 18 de dezembro de 2013.

3.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 05 de dezembro de 2013

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU**  
**FUNÇÕES**

**SERVIDOR**

\_\_\_\_\_,  
Nome

\_\_\_\_\_  
CPF

Declaro para os devidos fins e nos termos do artigo 37, inciso XVI, XVII, e Parágrafo 10, da Constituição Federal que:

- ( ) Não ocupo outro cargo, emprego e/ou Função Pública bem como não recebo proventos nas esferas Federal, Estadual e Municipal no âmbito da administração direta, autarquias e fundações.
- ( ) Não apresenta nenhum impedimento ou incompatibilidade que o/a impeça de exercer suas funções junto ao Poder Público Municipal.
- ( ) Sou detentor do cargo/emprego no \_\_\_\_\_  
Órgão na esfera \_\_\_\_\_  
(União, Estado ou Município)
- ( ) Declaração de acumulação, atualizado anualmente fornecido pelo órgão onde exerce a atividade, comprovando; cargo, emprego ou função, data de admissão e horário semanal.

Declaro ainda, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constante desta são expressão da verdade pelas quais me responsabilizo única e exclusivamente.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor

**Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

<http://www.nervaldoeste.sc.gov.br>



## ANEXO II

Ilma Sr<sup>a</sup>**LOURDES FERREIRA BRANDÃO**

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação,  
Cultura e Esportes☐ Pelo Deferimento☐ Pelo Indeferimento

Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_  
(Nome)\_\_\_\_\_, em exercício no(a) \_\_\_\_\_  
(Escola) (Escola)\_\_\_\_\_, localizado(a) no município de Herval  
d'Oeste, SC, com regime de trabalho de \_\_\_\_ horas semanais, no turno  
\_\_\_\_\_ vem requerer **Ampliação de Carga Horária** de  
\_\_\_\_\_ **horas semanais**, na (nas) Unidade(s) Escolar(es).

1ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

2ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

3ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

\_\_\_\_\_  
RequerenteRua Nereu Ramos, 389  
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000  
Fone : (49) 3554 0922 - Fax ( 49) 3554 0132  
CNPJ : 82.939.430/0001-38  
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

**ANEXO III****QUADRO DE VAGAS****Educação Infantil – Pré Escolar**

<b>Unidade Escolar</b>	<b>Turno</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Vagas</b>
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20hs	02
ERM Profº Alcino Fernandes	Vespertino	20hs	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20hs	01
<b>Total</b>			<b>04</b>

**Ensino Fundamental Anos Iniciais**

<b>Unidade Escolar</b>	<b>Turno</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Vagas</b>
EBM Estação Luzerna	Vespertino	20hs	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20hs	02
GEM Nossa Senhora de Fátima	Matutino	20hs	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20hs	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20hs	01
GEM Professor Adolfo Becker	Vespertino	20hs	01
ERM Profº Alcino Fernandes	Vespertino	20hs	02
<b>Total</b>			<b>09</b>

**Educação Física (pré-escolar/anos iniciais do Ensino Fundamental)**

<b>Unidade Escolar</b>	<b>Turno</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Vagas</b>
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	10hs	01
ERM Profº Alcino Fernandes	Vesp	10hs	01
<b>Total</b>			<b>02</b>

**Inspetor Educacional**

<b>Local</b>	<b>Turno</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Vagas</b>
Secretaria Municipal de Educação	Vesp	20hs	01

**Ibiam****PREFEITURA****Editais de PL Nº 53/2013 - TP Nº 02/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de serviços de coleta e destinação final de lixo urbano do Município de Ibiam, para o ano de 2014.

Entrega dos envelopes: 26/12/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 26/12/2013 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas (conforme horário de expediente), na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 06 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Imbituba

## PREFEITURA

### Lei Nº 4287.2013 - Orçamento 2014

Lei nº 4.287, de 27, de novembro de 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2014.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### Do Orçamento do Município

Artigo 1º O Orçamento Geral do Município de IMBITUBA para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 100.030.446,00 (cem milhões, trinta mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), sendo R\$ 100.030.446,00 (cem milhões, trinta mil e quatrocentos e quarenta e seis reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 0,00 ( ) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 79.747.096,00 (setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e sete mil e noventa e seis reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), em R\$ 62.006.675,00 (sessenta e dois milhões, seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 14.540.421,00 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e vinte e um reais) as Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Prevenção de Drogas, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Assistência Social, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Trânsito, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Saneamento, Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Municipal de Habitação.

§ 1º A Receita do Município de Imbituba será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

	RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00
1.2	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00
1.7	TRANSFERENCIAS CORRENTES	62.685.585,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00
9.1	(-) Deduções da Receita	-8.170.834,00

2	RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00
	TOTAL	100.030.446,00

§ 2º A Despesa do Município de Imbituba será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.200.000,00
02	SECRETARIA DE GOVERNO	1.250.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	2.444.500,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	2.895.500,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	21.230.300,00
08	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	12.337.800,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	2.356.025,00
13	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	3.609.800,00
14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.603.596,00
17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	142.500,00
19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.562.600,00
24	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	3.405.550,00
25	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	1.117.000,00
27	FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	417.300,00
28	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	10.700,00
29	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	1.611.350,00
30	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA	10.085.700,00
31	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO IMBITUBA	583.150,00
32	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	26.750,00
33	FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA	6.475,00
34	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA	385.000,00
35	CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO	185.350,00
36	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE	1.485.200,00
37	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL	1.091.400,00
38	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL OESTE	1.076.500,00
39	SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO SUSTENTÁVEL	409.550,00
40	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	3.508.500,00
41	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	1.942.350,00
	TOTAL	100.030.446,00

#### - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALOR
1 Legislativa	3.200.000,00





2	Judiciária	1.611.350,00
4	Administração	9.605.600,00
6	Segurança Pública	1.043.250,00
8	Assistência Social	2.711.575,00
10	Saúde	20.603.596,00
12	Educação	21.230.300,00
13	Cultura	1.942.350,00
15	Urbanismo	12.710.400,00
16	Habitação	385.000,00
17	Saneamento	10.085.700,00
18	Gestão Ambiental	26.750,00
20	Agricultura	2.356.025,00
22	Indústria	87.500,00
23	Comércio e Serviços	3.440.750,00
25	Energia	1.822.000,00
27	Desporto e Lazer	3.508.500,00
28	Encargos Especiais	3.609.800,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>100.030.446,00</b>

#### – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

PROGRAMA	VALOR
0	OPERAÇÕES ESPECIAS
1	PROCESSO LEGISLATIVO
2	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
3	ADMINISTRAÇÃO GERAL
4	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
5	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO
6	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA
7	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO
8	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO
9	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
10	ESPORTE PARA TODOS
11	RESGATANDO A CULTURA
12	SEGURANÇA – FUNREBOM
13	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL
14	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA
15	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE
17	QUALIDADE AO TRÂNSITO
18	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
19	PREVENÇÃO AS DROGAS
20	VIVER BEM
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
	<b>TOTAL</b>

#### Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Artigo 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 79.747.096,00 (setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e sete mil e noventa e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 62.006.675,00 (sessenta e dois milhões, seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais), e Transferências Financeiras a Fundos e

Câmara Municipal de Imbituba em R\$ 17.740.421,00 (dezessete milhões, setecentos e quarenta mil e quatrocentos e vinte e um reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.	RECEITAS CORRENTES	67.971.446,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.007.230,00
1.2.	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	381.550,00
1.6.	RECEITA DE SERVIÇOS	48.150,00
1.7.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.735.860,00
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.147.490,00
9.1.	(-) Deduções da Receita Corrente	-8.170.834,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	11.775.650,00
2.1.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00
2.3.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.690.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>79.747.096,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES		44.098.900,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.058.900,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.340.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		17.857.775,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.557.775,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		50.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		17.740.421,00
TOTAL		79.747.096,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 0,00 ( ), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	142.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>142.500,00</b>

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E ADOLESCENTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	112.350,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.350,00
DESPESAS DE CAPITAL	30.150,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	30.150,00
TOTAL	142.500,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS

Artigo 5º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 0,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.475,00 (seis mil e quatrocentos e setenta e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 6.475,00 (seis mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	6.475,00
---	----------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	5.350,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.350,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.125,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	1.125,00
TOTAL	6.475,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 6º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 8.736.650,00 (oito milhões, setecentos e trinta e seis mil e seiscentos e cinquenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 11.866.946,00 (onze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 20.603.596,00 (vinte milhões, seiscentos e três mil e quinhentos e noventa e seis reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	11.866.946,00
1. RECEITAS CORRENTES	7.807.150,00
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	225.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.582.150,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	929.500,00
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	929.500,00
SOMA	8.736.650,00
TOTAL	20.603.596,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	18.664.996,00
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.622.528,50
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.042.467,50
DESPESAS DE CAPITAL	1.938.600,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	1.938.600,00
TOTAL	20.603.596,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 7º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 383.400,00 (trezentos e oitenta e três mil e quatrocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.179.200,00 (dois milhões, cento e setenta e nove mil e duzentos reais) e fixa Despesas em R\$ 2.562.600,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e seiscentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	2.179.200,00
1. RECEITAS CORRENTES	372.700,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	5.125,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	367.575,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	10.700,00
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.700,00
SOMA	383.400,00
TOTAL	2.562.600,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	2.516.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.737.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	779.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	46.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	46.000,00
TOTAL	2.562.600,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Artigo 8º Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 417.300,00 (quatrocentos e dezessete mil e trezentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 0,00 ( ) fixa as Despesas em R\$ 417.300,00 (quatrocentos e dezessete mil e trezentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o

seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	417.300,00
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	417.300,00
TOTAL	417.300,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	267.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	267.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	149.800,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	149.800,00
TOTAL	417.300,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Artigo 9º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 0,0 as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	10.700,00
---	-----------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	10.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.700,00
TOTAL	10.700,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Artigo 10. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 262.150,00 (duzentos e sessenta e dois mil e cento e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 583.150,00 (quinhentos e oitenta e três mil e cento e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	262.150,00
1. – RECEITAS CORRENTES	321.000,00
1.1 – RECEITA TRIBUTÁRIA	53.500,00
1.9 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES	267.500,00
SOMA	321.000,00

TOTAL	583.150,00
-------	------------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	476.150,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	476.150,00
DESPESAS DE CAPITAL	107.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	107.000,00
TOTAL	583.150,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Artigo 11. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 10.085.700,00 (dez milhões e oitenta e cinco mil e setecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 10.085.700,00 (dez milhões e oitenta e cinco mil e setecentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	10.700,00
---	-----------

1. – RECEITAS CORRENTES	10.000.000,00
1.6 – RECEITA DE SERVIÇOS	10.000.000,00
SOMA	10.000.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL	75.000,00
2.4 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.000,00
SOMA	75.000,00

TOTAL	10.085.700,00
-------	---------------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	7.010.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.010.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.075.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	3.075.000,00
TOTAL	10.085.700,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Artigo 12. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 0,00 ( ), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 26.750,00 (vinte e seis mil e setecentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 26.750,00 (vinte e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	26.750,00
--	-----------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES		26.750,00
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.750,00
TOTAL		26.750,00

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Artigo 13. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS DA PMI	35.000,00
--	-----------

2. RECEITA DE CAPITAL	350.000,00
2.4 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	350.000,00
SOMA	350.000,00

TOTAL	385.000,00
-------	------------

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES		25.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		360.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	360.000,00
TOTAL		385.000,00

**Artigo 14.** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	50.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato

do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Artigo 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar

dotações e recursos de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 16. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Artigo 17.** As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Artigo 18.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Artigo 19.** As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Artigo 20.** Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

**Artigo 21.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Artigo 22.** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 23. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/5

Data: 10/10/2013

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO		0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	2.444.500,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		0,00	0,00	0,00	2.895.500,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.800,00
09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	1.611.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM		0,00	0,00	0,00	185.350,00	0,00	0,00
36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE		0,00	0,00	0,00	1.110.700,00	0,00	0,00
37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL		0,00	0,00	0,00	716.900,00	0,00	0,00
38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE		0,00	0,00	0,00	702.000,00	0,00	0,00
39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES		0,00	0,00	0,00	300.650,00	0,00	0,00
40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.300,00
28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583.150,00
32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>3.200.000,00</b>	<b>1.611.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.605.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.043.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.230.300,00
08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	2.562.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	20.603.596,00	0,00	0,00
30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA		0,00	6.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.711.575,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.603.596,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.230.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	9.948.500,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR		0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL		0,00	0,00	1.117.000,00	0,00	0,00	0,00
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE		0,00	0,00	374.500,00	0,00	0,00	0,00
37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL		0,00	0,00	374.500,00	0,00	0,00	0,00
38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE		0,00	0,00	374.500,00	0,00	0,00	0,00
39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES		0,00	0,00	21.400,00	0,00	0,00	0,00
40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT		1.942.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	10.085.700,00	0,00
31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.750,00
33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	385.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>1.942.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.710.400,00</b>	<b>385.000,00</b>	<b>10.085.700,00</b>	<b>26.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	524.500,00	0,00
09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	2.356.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR		0,00	0,00	0,00	0,00	2.905.550,00	0,00
25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES		0,00	0,00	0,00	87.500,00	0,00	0,00
40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.356.025,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87.500,00</b>	<b>3.440.750,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00
02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.444.500,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.895.500,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.230.300,00
08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		1.822.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.337.800,00
09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.356.025,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	3.609.800,00	0,00	3.609.800,00
14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.405.550,00
25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117.000,00
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.611.350,00
35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.350,00
36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.485.200,00
37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.091.400,00
38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076.500,00
39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.550,00
40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE		0,00	0,00	3.508.500,00	0,00	0,00	3.508.500,00
41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.942.350,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.600,00
17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00
27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.300,00
28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.603.596,00
30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.085.700,00
31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583.150,00
32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.750,00
33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.475,00
34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.822.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.508.500,00</b>	<b>3.609.800,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>100.030.446,00</b>
<b>Total geral:</b>							<b>100.030.446,00</b>

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.200.000,00		3.200.000,00
01.031	Ação Legislativa	3.200.000,00		3.200.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	3.200.000,00		3.200.000,00
02	Judiciária	1.611.350,00		1.611.350,00
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.611.350,00		1.611.350,00
02.062.0005	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	1.611.350,00		1.611.350,00
04	Administração	9.482.450,00	123.150,00	9.605.600,00
04.122	Administração Geral	6.401.600,00	123.150,00	6.524.750,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	1.250.000,00		1.250.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.369.500,00	75.000,00	2.444.500,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	2.782.100,00	48.150,00	2.830.250,00
04.123	Administração Financeira	2.895.500,00		2.895.500,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.895.500,00		2.895.500,00
04.124	Controle Interno	185.350,00		185.350,00
04.124.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	185.350,00		185.350,00
06	Segurança Pública	1.043.250,00		1.043.250,00
06.181	Policimento	583.150,00		583.150,00
06.181.0017	QUALIDADE AO TRANSITO	395.900,00		395.900,00
06.181.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	187.250,00		187.250,00
06.182	Defesa Civil	460.100,00		460.100,00
06.182.0012	SEGURANÇA - FUNREBOM	417.300,00		417.300,00
06.182.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	42.800,00		42.800,00
08	Assistência Social	2.328.175,00	383.400,00	2.711.575,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	352.475,00	186.775,00	539.250,00
08.243.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	203.500,00	186.775,00	390.275,00
08.243.0015	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	142.500,00		142.500,00
08.243.0019	PREVENÇÃO AS DROGAS	6.475,00		6.475,00
08.244	Assistência Comunitária	1.975.700,00	196.625,00	2.172.325,00
08.244.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	1.975.700,00	196.625,00	2.172.325,00
10	Saúde	12.285.696,00	8.317.900,00	20.603.596,00
10.301	Atenção Básica	8.595.000,00	5.637.250,00	14.232.250,00
10.301.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	8.595.000,00	5.637.250,00	14.232.250,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.945.696,00	2.081.750,00	5.027.446,00
10.302.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	2.945.696,00	2.081.750,00	5.027.446,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	407.750,00	214.000,00	621.750,00
10.303.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	407.750,00	214.000,00	621.750,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	12.285.696,00	8.317.900,00	20.603.596,00
10.304	Vigilância Sanitária	337.250,00	384.900,00	722.150,00
10.304.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	337.250,00	384.900,00	722.150,00
12	Educação	6.854.300,00	14.376.000,00	21.230.300,00
12.306	Alimentação e Nutrição	660.000,00	428.150,00	1.088.150,00
12.306.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	660.000,00	428.150,00	1.088.150,00
12.361	Ensino Fundamental	2.264.900,00	11.037.500,00	13.302.400,00
12.361.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	2.264.900,00	11.037.500,00	13.302.400,00
12.362	Ensino Médio	21.400,00	524.300,00	545.700,00
12.362.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	21.400,00	524.300,00	545.700,00
12.363	Ensino Profissional	53.500,00	585.000,00	638.500,00
12.363.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	53.500,00	585.000,00	638.500,00
12.364	Ensino Superior	107.000,00		107.000,00
12.364.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	107.000,00		107.000,00
12.365	Educação Infantil	3.706.850,00	1.801.050,00	5.507.900,00
12.365.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	3.706.850,00	1.801.050,00	5.507.900,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	19.250,00		19.250,00
12.366.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	19.250,00		19.250,00
12.367	Educação Especial	21.400,00		21.400,00
12.367.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	21.400,00		21.400,00
13	Cultura	742.350,00	1.200.000,00	1.942.350,00
13.392	Difusão Cultural	742.350,00	1.200.000,00	1.942.350,00
13.392.0011	RESGATANDO A CULTURA	742.350,00	1.200.000,00	1.942.350,00
15	Urbanismo	9.610.400,00	3.100.000,00	12.710.400,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.656.900,00	3.100.000,00	10.756.900,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	7.656.900,00	2.600.000,00	10.256.900,00
15.451.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO		500.000,00	500.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.953.500,00		1.953.500,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	1.953.500,00		1.953.500,00
16	Habitação	35.000,00	350.000,00	385.000,00
16.482	Habitação Urbana	35.000,00	350.000,00	385.000,00
16.482.0020	VIVER BEM	35.000,00	350.000,00	385.000,00
17	Saneamento	10.010.700,00	75.000,00	10.085.700,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	10.010.700,00	75.000,00	10.085.700,00
17.512.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	10.010.700,00	75.000,00	10.085.700,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	26.750,00		26.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	10.700,00		10.700,00
18.541.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	10.700,00		10.700,00
18.542	Controle Ambiental	16.050,00		16.050,00
18.542.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	16.050,00		16.050,00
20	Agricultura	706.025,00	1.650.000,00	2.356.025,00
20.122	Administração Geral	655.350,00		655.350,00
20.122.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	655.350,00		655.350,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	13.950,00	1.200.000,00	1.213.950,00
20.601.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	13.950,00	1.200.000,00	1.213.950,00
20.602	Promoção da Produção Animal	4.625,00	450.000,00	454.625,00
20.602.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	4.625,00	450.000,00	454.625,00
20.606	Extensão Rural	32.100,00		32.100,00
20.606.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	32.100,00		32.100,00
22	Indústria	50.000,00	37.500,00	87.500,00
22.661	Promoção Industrial	50.000,00	37.500,00	87.500,00
22.661.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	50.000,00	37.500,00	87.500,00
23	Comércio e Serviços	1.012.750,00	2.428.000,00	3.440.750,00
23.122	Administração Geral	320.700,00		320.700,00
23.122.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	320.700,00		320.700,00
23.695	Turismo	692.050,00	2.428.000,00	3.120.050,00
23.695.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	24.500,00	500.000,00	524.500,00
23.695.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	667.550,00	1.928.000,00	2.595.550,00
25	Energia		1.822.000,00	1.822.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.822.000,00	1.822.000,00
25.752.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.822.000,00	1.822.000,00
27	Desporto e Lazer	1.268.500,00	2.240.000,00	3.508.500,00
27.812	Desporto Comunitário	785.700,00	240.000,00	1.025.700,00
27.812.0010	ESPORTE PARA TODOS	673.200,00		673.200,00
27.812.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	112.500,00	240.000,00	352.500,00
27.813	Lazer	482.800,00	2.000.000,00	2.482.800,00
27.813.0010	ESPORTE PARA TODOS	21.400,00		21.400,00
27.813.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	461.400,00	2.000.000,00	2.461.400,00
28	Encargos Especiais	3.609.800,00		3.609.800,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00		3.000.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS	3.000.000,00		3.000.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	3.609.800,00		3.609.800,00
28.846	Outros Encargos Especiais	609.800,00		609.800,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS	609.800,00		609.800,00
99	Reserva de Contingência			50.000,00
99.999	Reserva de Contingência			50.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA			50.000,00
<b>Total:</b>		<b>63.927.496,00</b>	<b>36.102.950,00</b>	<b>100.030.446,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>63.927.496,00</b>	<b>36.102.950,00</b>	<b>100.030.446,00</b>

---

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

---

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

---

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 1/1  
 Data: 09/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	95.060.430,00	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50
RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.685.585,00	INVESTIMENTOS	21.801.150,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.170.834,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.170.834,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
Deficit	13.140.850,00		
Total	100.030.446,00	Total	100.030.446,00
		Deficit do orçamento corrente	13.140.850,00
RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00		
Total	13.140.850,00	Total	13.140.850,00

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00	86,86 %	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	75,86 %
RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13,14 %	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	24,09 %
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,05 %
Total	100.030.446,00	100,00 %	Total	100.030.446,00	100,00 %

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
 Prefeito Municipal

IVAN VITORIO  
 Secretário Municipal da Fazenda

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
 Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 1/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO</b>							<b>1.250.000,00</b>
<b>Unidade: 02.01 - SECRETARIA DE GOVERNO</b>							<b>1.250.000,00</b>
1	2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO MANUTENÇÃO(MES)	A	1	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	700.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	500.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
<b>Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA</b>							<b>2.444.500,00</b>
<b>Unidade: 03.01 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA</b>							<b>2.444.500,00</b>
2	1.002 - AMPLIAÇÃO DO PROJETO IMBITUBA DIGITAL PROJETOS(1)	P	1	04.122.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	60.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	75.000,00
3	2.003 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP MANUTENÇÃO(MES)	A	1	04.122.0003	3.1.70.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.400.000,00
					3.3.70.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	3.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	700.000,00
					4.4.70.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	200.000,00
<b>Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>							<b>2.895.500,00</b>
<b>Unidade: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>							<b>2.895.500,00</b>
4	2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA MANUTENÇÃO(MES)	A	1	04.123.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	2.000.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	250.000,00
					3.3.80.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	8.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 2/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>							<b>2.895.500,00</b>
<b>Unidade: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>							<b>2.895.500,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	600.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	37.500,00
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
5	2.005 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMEN MANUTENÇÃO(MES)	A		12.306.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	215.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0051.000000 Recursos FNDE - PNAE Fundamental	139.250,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0210.000000 Programa mais Educação - PNAE	64.200,00
6	2.145 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - CRECHE MANUTENÇÃO(MES)	A		12.306.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	200.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0372.000000 Recursos FNDE - PNAE Creche	160.500,00
7	2.146 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - PRÉ-ESCOL MANUTENÇÃO(MES)	A		12.306.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	245.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0373.000000 Recursos FNDE - PNAE Pré-Escola	64.200,00
8	1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE UNID. ES ESCOLAS(1)	P		12.361.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	214.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0030.000000 Transferência do Salário Educação	321.000,00
9	1.007 - PROJETO EDUCA-AÇÃO ALUNOS(MES)	P		12.361.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	15.000,00
10	2.006 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ALUNOS(MES)	A		12.361.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	300.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	1.500.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/22  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0030.000000	171.250,00
						Transferência do Salário Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	107.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0030.000000	32.500,00
						Transferência do Salário Educação	
11	2.007 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB ALUNOS(MES)	A	1	12.361.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018.000000	7.704.000,00
						Transferência do FUNDEB - 60%	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	1.823.900,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	70.000,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	42.800,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
12	2.009 - MANUTENÇÃO DO S.O.M.E. MANUTENÇÃO(MES)	A	1	12.361.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	53.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0030.000000	363.800,00
						Transferência do Salário Educação	
13	2.012 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDA ALUNOS(MES)	A	1	12.361.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	21.400,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0052.000000	80.250,00
						Recursos FNDE - PNATE Fundamental	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0384.000000	428.000,00
						Convênio Passe Escolar - Fundamental	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	53.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
14	2.105 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - MEDIO ALUNOS(MES)	A	1	12.362.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	21.400,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0169.000000	492.200,00
						Convênio Passe Escolar - Médio	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 4/22  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0375.000000	32.100,00
						Recursos FNDE - PNATE Médio	
15	2.130 - IMPLEMENTAÇÃO DO PRO-JOVEM ALUNOS(MES)	A	1	12.363.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	53.500,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0389.000000	585.000,00
						Programa PRO-JOVEM	
16	2.037 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR ALUNOS(MES)	A	1	12.364.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	107.000,00
						Recursos Ordinários	
17	1.004 - REEQUIPAMENTO DE CEI'S - CRECHES ESCOLAS(1)	P	1	12.365.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	57.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
18	1.037 - CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES ESCOLAS(1)	P	1	12.365.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	57.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0388.000000	1.500.000,00
						Proinfancia - PAC II - Construção Creches	
19	1.048 - REEQUIPAMENTO DE CEI'S - PRE - ESCOLA ESCOLAS(1)	P	1	12.365.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	50.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
20	1.049 - CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES ESCOLAS(1)	P	1	12.365.0009	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	50.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
21	2.008 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES ALUNOS(MES)	A	1	12.365.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	700.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018.000000	125.000,00
						Transferência do FUNDEB - 60%	
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	450.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	500.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	12.500,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	20.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 5/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>							<b>21.230.300,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	5.000,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
22	2.104 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR -PRÉ-ES ALUNOS(MES)	A	1	12.365.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	5.350,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0374.000000	10.700,00
						Recursos FNDE - PNATE Infantil	
23	2.147 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCO ALUNOS(MES)	A	1	12.365.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	1.600.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0018.000000	125.000,00
						Transferência do FUNDEB - 60%	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	200.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	12.500,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0387.000000	5.350,00
						Dinheiro Direto na Escola - PDDE	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	17.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0019.000000	5.000,00
						Transferências do FUNDEB - 40%	
24	2.011 - CONVENIO ESCOLA BALÉ BOLSHOI ALUNOS(MES)	A	1	12.366.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	19.250,00
						Recursos Ordinários	
25	2.010 - QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESF PROFESSORES(MES)	A	1	12.367.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0001.000000	21.400,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educaç	
<b>Órgão: 08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
<b>Unidade: 08.01 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
26	2.125 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL SERVIÇOS PÚBLICOS(MES)	A	1	06.182.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	32.100,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	10.700,00
						Recursos Ordinários	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 6/22

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação de Despesas Planejadas**

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
<b>Unidade: 08.01 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
27	1.010 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS ESTRADAS(KM)	P	1	15.451.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.000.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0090.000000 Operações de Crédito Interna	1.000.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	600.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000 Transferência de Convênios do Estado	1.000.000,00
28	1.013 - HUMANIZAÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS PRAÇAS E RUAS(1)	P	1	15.451.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
29	2.017 - MANUTENÇÃO DA SEINFRA MANUTENÇÃO(MES)	A	1	15.451.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	2.500.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.500.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
30	2.018 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS ESTRADAS(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	214.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0016.000000 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	127.500,00
31	2.016 - LIMPEZA PÚBLICA LIXO(MES)	A	1	15.452.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.900.000,00
32	1.014 - SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO PLACAS(MES)	P	1	23.695.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	13.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	11.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	500.000,00
33	2.015 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA ILUMINAÇÃO PÚBLICA(MES)	A	1	25.752.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0017.000000 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	1.800.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 7/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
<b>Unidade: 08.01 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>							<b>12.337.800,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0017.000000	22.000,00
						Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	
<b>Órgão: 09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA</b>							<b>2.356.025,00</b>
<b>Unidade: 09.01 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA</b>							<b>2.356.025,00</b>
34	2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA MANUTENÇÃO(MES)	A	1	20.122.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	400.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	250.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
35	1.057 - CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO - MERCADO PÚBLIC CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	20.601.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	800.000,00
36	1.058 - PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA MÁQUINAS(UN)	P	1	20.601.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	400.000,00
37	2.019 - HORTO FLORESTAL CONSCIENTIZAÇÃO(MES)	A	1	20.601.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
38	2.022 - CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA SOLO(MES)	A	1	20.601.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	3.250,00
39	1.015 - IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EQUIPAMENTO(1)	P	1	20.602.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	4.625,00
40	1.059 - CONSTRUÇÃO DE TRAPICHES CONSTRUÇÃO(U)	P	1	20.602.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	300.000,00
41	1.060 - CONSTRUÇÃO, REEQUIP. P/ REFORMA DE EMBARCA CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	20.602.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	150.000,00
42	2.020 - PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES PARCERIAS ENTIDADES(MES)	A	1	20.606.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	32.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 8/22

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>							<b>3.609.800,00</b>
<b>Unidade: 13.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>							<b>3.609.800,00</b>
43	0.001 - ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA CONTRATOS(MES)	O	1	28.843.0000	3.2.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	700.000,00
					4.6.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	2.300.000,00
44	0.002 - ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS CONTRATOS(MES)	O	1	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	609.800,00
<b>Órgão: 14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>							<b>50.000,00</b>
<b>Unidade: 14.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>							<b>50.000,00</b>
45	9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA RESERVA(MES)	R	1	99.999.0099	9.9.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
<b>Órgão: 24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>							<b>3.405.550,00</b>
<b>Unidade: 24.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>							<b>3.405.550,00</b>
46	1.022 - URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA URBANISMO(1)	P	1	15.451.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	500.000,00
47	2.026 - MANUTENÇÃO DA SEDTUR MANUTENÇÃO(MES)	A	1	23.122.0008	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	250.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	60.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
48	1.017 - CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA MONUMENTOS(1)	P	1	23.695.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000 Transferência de Convênios do Estado	1.500.000,00
49	1.019 - CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS/PORTAIS TURÍSTICOS PORTAIS DA CIDADE(1)	P	1	23.695.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	70.000,00
50	2.024 - CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS EVENTOS(MES)	A	1	23.695.0008	3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	160.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 9/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>							<b>3.405.550,00</b>
<b>Unidade: 24.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>							<b>3.405.550,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	268.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.0000000	428.000,00
						Transferência de Convênios do Estado	
51	2.025 - CAMPEONATOS ESPORTIVOS CAMPEONATOS ESPORTIVOS(MES)	A	1	23.695.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	32.100,00
52	2.027 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMBITUBA DIVULGAÇÃO(MES)	A	1	23.695.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	26.750,00
<b>Órgão: 25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL</b>							<b>1.117.000,00</b>
<b>Unidade: 25.01 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL</b>							<b>1.117.000,00</b>
53	2.029 - FISCALIZAÇÃO URBANA FISCALIZAÇÃO(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	32.100,00
54	2.030 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA URBANISMO(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	21.400,00
55	2.031 - MANUTENÇÃO DA SEDURB MANUTENÇÃO(MES)	A	1	15.451.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	900.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	10.000,00
56	2.028 - CADASTRAMENTO IMOBILIARIO GEO-REFERENCIAD CADASTRO IMOBILIARIO(MES)	A	1	15.452.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	53.500,00
<b>Órgão: 29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>							<b>1.611.350,00</b>
<b>Unidade: 29.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>							<b>1.611.350,00</b>
57	2.038 - ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUD SENTEÇA JUDICIAL(MES)	A	1	02.062.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	856.000,00
58	2.039 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL MANUTENÇÃO(MES)	A	1	02.062.0005	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000 Recursos Ordinários	700.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>							<b>1.611.350,00</b>
<b>Unidade: 29.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>							<b>1.611.350,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	5.350,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM</b>							<b>185.350,00</b>
<b>Unidade: 35.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM</b>							<b>185.350,00</b>
59	2.040 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO	A	1	04.124.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	150.000,00
	MANUTENÇÃO(MES)					Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	30.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	5.350,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE</b>							<b>1.485.200,00</b>
<b>Unidade: 36.01 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE</b>							<b>1.485.200,00</b>
60	2.041 - MANUTENÇÃO DA SDR/NORTE	A	1	04.122.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	800.000,00
	MANUTENÇÃO(MES)					Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	300.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	10.700,00
						Recursos Ordinários	
61	2.107 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/NORTE	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	321.000,00
	ESTRADAS(MES)					Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	53.500,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>							<b>1.091.400,00</b>
<b>Unidade: 37.01 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>							<b>1.091.400,00</b>
62	2.042 - MANUTENÇÃO DA SDR/SUL	A	1	04.122.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	600.000,00
	MANUTENÇÃO(MES)					Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	106.200,00
						Recursos Ordinários	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 11/22

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>							<b>1.091.400,00</b>
<b>Unidade: 37.01 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>							<b>1.091.400,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	10.700,00
						Recursos Ordinários	
63	2.108 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/SUL ESTRADAS(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	321.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	53.500,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE</b>							<b>1.076.500,00</b>
<b>Unidade: 38.01 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE</b>							<b>1.076.500,00</b>
64	2.131 - MANUTENÇÃO DA SDR/OESTE MANUTENÇÃO(MES)	A	1	04.122.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	270.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	325.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	107.000,00
						Recursos Ordinários	
65	2.148 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS ESTRADAS(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	321.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	53.500,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>							<b>409.550,00</b>
<b>Unidade: 39.01 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>							<b>409.550,00</b>
66	1.046 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VEÍCULOS(1)	P	1	04.122.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0092.0000000	48.150,00
						Alienação de Bens	
67	2.132 - MANUTENÇÃO DA SEDES MANUTENÇÃO(MES)	A	1	04.122.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	150.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	100.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	2.500,00
						Recursos Ordinários	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 12/22

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>							<b>409.550,00</b>
<b>Unidade: 39.01 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>							<b>409.550,00</b>
68	2.133 - FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL FISCALIZAÇÃO(MES)	A	1	15.451.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	21.400,00
69	1.045 - CONDOMÍNIO INDUSTRIAL OBRAS(1)	P	1	22.661.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0092.000000 Alienação de Bens	37.500,00
<b>Órgão: 40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>							<b>3.508.500,00</b>
<b>Unidade: 40.01 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>							<b>3.508.500,00</b>
70	2.134 - MANUTENÇÃO DA SESPORTE MANUTENÇÃO(MES)	A	1	27.812.0010	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	500.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
71	2.135 - DESTAQUES NO ESPORTE PESSOAS(MES)	A	1	27.812.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	6.000,00
72	2.136 - ESPORTE CIDADÃO PESSOAS(MES)	A	1	27.812.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	31.600,00
73	2.137 - PARTICIPA IMBITUBA PESSOAS(MES)	A	1	27.812.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
74	2.138 - FESTIVAIS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS PESSOAS(MES)	A	1	27.812.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	26.750,00
75	1.052 - CENTRO MUNICIPAL DE ATLETISMO CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	27.812.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	12.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000 Transferência de Convênios da União	120.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 13/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>							<b>3.508.500,00</b>
<b>Unidade: 40.01 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>							<b>3.508.500,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000	120.000,00
						Transferência de Convênios do Estado	
76	1.047 - ESPAÇO ESPORTIVO NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS PRAÇAS (1)	P	1	27.813.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	21.400,00
						Recursos Ordinários	
77	1.011 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIUSO EDIFICAÇÕES(1)	P	1	27.813.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	300.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000	1.000.000,00
						Transferência de Convênios da União	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000	1.000.000,00
						Transferência de Convênios do Estado	
78	1.050 - IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS / CICLOFAIXAS ÁREAS(UN)	P	1	27.813.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	120.000,00
						Recursos Ordinários	
79	2.033 - LAZER, DIREITO DE TODOS PARQUES/PRAÇAS(1)	A	1	27.813.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	21.400,00
						Recursos Ordinários	
<b>Órgão: 41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>							<b>1.942.350,00</b>
<b>Unidade: 41.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>							<b>1.942.350,00</b>
80	1.051 - CENTRO MULTIMEIOS USINA DO SABER CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.000000	1.200.000,00
						Transferência de Convênios da União	
81	2.139 - MANUTENÇÃO DA SECULT MANUTENÇÃO(MES)	A	1	13.392.0011	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	500.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	30.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000	5.350,00
						Recursos Ordinários	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 14/22

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação de Despesas Planejadas**

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>							<b>62.006.675,00</b>
<b>Órgão: 41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>							<b>1.942.350,00</b>
<b>Unidade: 41.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>							<b>1.942.350,00</b>
82	2.140 - RESGATE DA CULTURA IMBITUBENSE PESSOAS(MES)	A	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
83	2.141 - REEQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL POPULAÇÃO(MES)	A	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
84	2.142 - CULTURA INTINERANTE POPULAÇÃO(MES)	A	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
85	2.143 - EVENTOS CULTURAIS POPULAÇÃO(MES)	A	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
86	2.144 - VIVENDO A MELHOR IDADE POPULAÇÃO(MES)	A	1	13.392.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	80.250,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLESC.-IMBITUBA</b>							<b>142.500,00</b>
<b>Órgão: 17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							<b>142.500,00</b>
<b>Unidade: 17.01 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							<b>142.500,00</b>
1	2.052 - MANUTENÇÃO DO FMDCA MANUTENÇÃO(MES)	A	1	08.243.0015	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	69.550,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	8.750,00
2	2.126 - CONSTRUINDO O FUTURO CRIANÇAS E ADOLESCENTES(MES)	A	1	08.243.0015	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	42.800,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	21.400,00
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>							<b>417.300,00</b>
<b>Órgão: 27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>							<b>417.300,00</b>
<b>Unidade: 27.01 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>							<b>417.300,00</b>
1	1.035 - CONSTRUÇÃO DE POSTOS GUARDA VIDAS POSTOS GUARDA VIDAS(1)	P	1	06.182.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	42.800,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 15/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>							<b>417.300,00</b>
<b>Órgão: 27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>							<b>417.300,00</b>
<b>Unidade: 27.01 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>							<b>417.300,00</b>
2	2.086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM MANUTENÇÃO(MES)	A	1	06.182.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	267.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	107.000,00
<b>Entidade: 8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>							<b>10.700,00</b>
<b>Órgão: 28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>							<b>10.700,00</b>
<b>Unidade: 28.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>							<b>10.700,00</b>
1	2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDETUR MANUTENÇÃO(MES)	A	1	23.695.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>							<b>2.562.600,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>							<b>2.562.600,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>							<b>2.562.600,00</b>
1	2.068 - MANUTENÇÃO DO C.R.E.A.S MANUTENÇÃO(MES)	A	1	08.243.0013	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0300.000000 Programa Sentinela	87.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0300.000000 Programa Sentinela	58.000,00
2	2.085 - MANUTENÇÃO DO PETI CRIANÇAS E ADOLESCENTES(MES)	A	1	08.243.0013	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0303.000000 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	20.375,00
3	2.109 - FAMÍLIA ACOLHEDORA CRIANÇAS E ADOLESCENTES(MES)	A	1	08.243.0013	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000 Transferência de Convênios do Estado	10.700,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.000000 Transferência de Convênios do Estado	10.700,00
4	2.067 - MANUTENÇÃO DO C.R.A.S. MANUTENÇÃO(MES)	A	1	08.244.0013	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	45.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 16/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>							<b>2.562.600,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>							<b>2.562.600,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>							<b>2.562.600,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0160.000000 Piso Básico Fixo - Social	78.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0160.000000 Piso Básico Fixo - Social	5.350,00
5	2.070 - ATEND. FAMILIAS SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE : A MANUTENÇÃO(MES)			1 08.244.0013	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	150.000,00
6	2.075 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POPULAÇÃO(MES)	A		1 08.244.0013	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0304.000000 Programa Bolsa Familia	38.525,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0304.000000 Programa Bolsa Familia	5.350,00
7	2.078 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO(MES)	A		1 08.244.0013	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	1.600.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	40.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0302.000000 Piso de Transição de Média Complexidade	20.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	130.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0385.000000 Piso Fixo de Média Complexidade - III MSE	30.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0386.000000 Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0386.000000 Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	13.900,00
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
1	1.023 - CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE : P CONSTRUÇÃO(MES)			1 10.301.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	182.500,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 17/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0127.000000	192.500,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - Estado	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0195.000000	172.750,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - União	
2	1.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS VEÍCULOS(1)	P	1	10.301.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	12.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0195.000000	137.500,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - União	
3	1.025 - REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE EQUIPAMENTO(MES)	P	1	10.301.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0195.000000	64.250,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - União	
4	1.054 - CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	10.301.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	37.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0195.000000	87.500,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - União	
5	1.055 - CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	10.301.0014	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	100.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0127.000000	275.000,00
						Transferências de Convênios p/ SUS - Estado	
6	1.056 - CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSES CONSTRUÇÃO(UN)	P	1	10.301.0014	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	50.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	150.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
7	2.121 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA POPULAÇÃO(MES)	A	1	10.301.0014	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	7.000.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0229.000000	272.300,00
						Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0361.000000	1.191.250,00
						Programa de Saúde da Família - PSF	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0362.000000	200.750,00
						Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF Odont	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 18/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0363.000000	961.250,00
						Agentes Comunitários de Saúde - PACS	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0378.000000	210.000,00
						NASF	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	1.000.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0229.000000	116.700,00
						Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0230.000000	51.000,00
						PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA - PSE	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0360.000000	998.500,00
						Piso de Atenção Básica - PAB	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0363.000000	80.000,00
						Agentes Comunitários de Saúde - PACS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0378.000000	40.000,00
						NASF	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0379.000000	291.500,00
						CO-FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	62.500,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0197.000000	187.500,00
						Gestão do SUS	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0229.000000	42.800,00
						Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0360.000000	42.800,00
						Piso de Atenção Básica - PAB	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0378.000000	21.400,00
						NASF	
8	2.061 - ASSIST. AMBUL. E HOSPITALAR MANUTENÇÃO(MES)	A	1	10.302.0014	3.1.70.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	20.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	153.428,50
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 19/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0369.000000	127.250,00
						Transferências Centro de Especialidades Odontológicas - C	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0370.000000	260.000,00
						Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hos	
					3.3.50.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	150.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.71.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	234.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	2.388.267,50
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0193.000000	35.750,00
						Média e Alta Complexidade - Estado	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0370.000000	1.621.250,00
						Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hos	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0370.000000	37.500,00
						Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hos	
9	2.120 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA POPULAÇÃO(MES)	A	1	10.303.0014	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	214.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0364.000000	214.000,00
						Farmácia Básica - Sus União	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0377.000000	193.750,00
						Farmácia Básica - Estado	
10	2.057 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE MANUTENÇÃO(MES)	A	1	10.304.0014	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	186.550,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0367.000000	39.750,00
						Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.000000	140.000,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0365.000000	183.750,00
						Vigilância Sanitária - Sus União	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0367.000000	40.000,00
						Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 20/22

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>20.603.596,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0002.0000000	10.700,00
						Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0365.0000000	100.000,00
						Vigilância Sanitária - Sus União	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0367.0000000	21.400,00
						Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	
<b>Entidade: 14 - CAMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA</b>							<b>3.200.000,00</b>
<b>Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>							<b>3.200.000,00</b>
<b>Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>							<b>3.200.000,00</b>
1	1.001 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA ÁREAS(4)	P	1	01.031.0001	4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	482.200,00
						Recursos Ordinários	
2	2.001 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA I SESSÕES(MES)	A	1	01.031.0001	3.1.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	2.354.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	310.300,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	53.500,00
						Recursos Ordinários	
<b>Entidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>							<b>10.085.700,00</b>
<b>Órgão: 30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>							<b>10.085.700,00</b>
<b>Unidade: 30.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>							<b>10.085.700,00</b>
1	1.020 - AGUA LIMPA PARA TODOS POPULAÇÃO(1)	P	1	17.512.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	7.000.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	3.000.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0355.0000000	75.000,00
						Transferência de Convênios do Estado	
2	2.050 - MANUTENÇÃO FUNDO SANEAMENTO MANUTENÇÃO(MES)	A	1	17.512.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	10.700,00
						Recursos Ordinários	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 21/22

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>							<b>583.150,00</b>
<b>Órgão: 31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA</b>							<b>583.150,00</b>
<b>Unidade: 31.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA</b>							<b>583.150,00</b>
1	2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO MANUTENÇÃO(MES)	A	1	06.181.0017	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	203.300,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	21.400,00
2	2.045 - CONVENIO POLICIA MILITAR CONVENIOS(MES)	A	1	06.181.0017	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	85.600,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
3	2.046 - CONVENIO POLICIA CIVIL CONVENIOS(MES)	A	1	06.181.0017	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	21.400,00
4	2.047 - CONVENIO RÁDIO PATRULHA CONVENIOS(MES)	A	1	06.181.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	80.250,00
5	2.124 - CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA POPULAÇÃO(MES)	A	1	06.181.0007	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	53.500,00
<b>Entidade: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>							<b>26.750,00</b>
<b>Órgão: 32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>							<b>26.750,00</b>
<b>Unidade: 32.01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>							<b>26.750,00</b>
1	2.036 - CALENDÁRIO ATIVIDADES EDUCAÇÃO AMBIENTAL MANUTENÇÃO(MES)	A	1	18.541.0018	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00
2	2.032 - CONSCIÊNCIA VERDE CONSCIENTIZAÇÃO(4)	A	1	18.542.0018	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	5.350,00
3	2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MEIO AMBIENTE MANUTENÇÃO(MES)	A	1	18.542.0018	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.000000 Recursos Ordinários	10.700,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação de Despesas Planejadas

Página: 22/22

Data: 10/10/2013

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 18 - FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>							<b>6.475,00</b>
<b>Órgão: 33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>							<b>6.475,00</b>
<b>Unidade: 33.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>							<b>6.475,00</b>
1	2.048 - MANUTENÇÃO DO FUNPRED	A	1	08.243.0019	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	5.350,00
	MANUTENÇÃO(MES)					Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	1.125,00
						Recursos Ordinários	
<b>Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>							<b>385.000,00</b>
<b>Órgão: 34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA</b>							<b>385.000,00</b>
<b>Unidade: 34.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA</b>							<b>385.000,00</b>
1	2.043 - VIVER BEM	A	1	16.482.0020	3.3.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	25.000,00
	HABITAÇÃO(1)					Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0000.0000000	10.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	00.01.0354.0000000	350.000,00
						Transferência de Convênios da União	
<b>Total geral:</b>							<b>100.030.446,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: Consolidado						
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	49.431.093,61	55.709.491,94	56.035.505,60	59.183.411,97	75.879.296,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.879.523,77	31.584.657,21	32.154.244,11	32.241.072,58	39.772.428,50
3.3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.420,00	25.000,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	5.275,00	4.221,98	6.000,00	15.000,00	0,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.874.248,77	31.580.435,23	32.148.244,11	32.222.652,58	39.747.428,50
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	244.820,46	98.726,87	76.734,28	1.300.999,00	700.000,00
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	244.820,46	98.726,87	76.734,28	1.300.999,00	700.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.306.749,38	24.026.107,86	23.804.527,21	25.641.340,39	35.406.867,50
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.072.743,67	1.273.842,52	932.927,87	909.064,20	1.070.500,00
3.3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	0,00	0,00	0,00	2.280,00	3.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	49.190,00	167.245,84	151.050,00	234.000,00	234.000,00
3.3.3.80.00.00.00.00.00	Transferencias ao Exterior	2.484,25	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	21.182.331,46	22.585.019,50	22.720.549,34	24.487.996,19	34.091.367,50
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.041.799,62	10.719.734,22	13.675.758,13	14.077.178,24	24.101.150,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	9.473.497,17	10.332.517,32	12.940.443,28	11.077.178,24	21.801.150,00
3.4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	125,00	0,00	0,00	300,00	0,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.473.372,17	10.332.517,32	12.940.443,28	11.076.878,24	21.799.650,00
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.568.302,45	387.216,90	735.314,85	3.000.000,00	2.300.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.568.302,45	387.216,90	735.314,85	3.000.000,00	2.300.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	50.000,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	50.000,00
3.9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Total por entidade:		60.472.893,23	66.429.226,16	69.711.263,73	73.360.590,21	100.030.446,00
Total geral:		60.472.893,23	66.429.226,16	69.711.263,73	73.360.590,21	100.030.446,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	63.526.383,10	72.411.137,38	71.146.279,88	73.047.156,50	95.060.430,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	17.863.521,22	17.520.173,10	14.301.056,97	15.339.000,00	17.703.030,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	16.176.740,22	15.933.688,99	12.590.325,94	13.505.000,00	15.633.350,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.551.766,19	3.566.512,98	3.702.765,83	3.505.000,00	4.633.350,00
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.660.867,24	2.198.417,47	2.461.701,09	2.500.000,00	3.000.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - 60 %	995.862,06	1.319.048,87	1.477.019,70	1.500.000,00	1.800.000,00
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Terr. Urbana	415.825,31	549.603,00	615.424,34	625.000,00	750.000,00
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Terr. Urbana	249.179,87	329.765,60	369.257,05	375.000,00	450.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	333.151,30	315.205,55	475.620,39	405.000,00	433.350,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	316.700,40	305.358,57	454.230,24	400.000,00	428.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF Trabalho - 60%	190.018,97	183.221,10	256.275,71	240.000,00	256.800,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	79.173,97	76.333,47	106.780,83	100.000,00	107.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF Trabalho - 15%	47.507,46	45.804,00	91.173,70	60.000,00	64.200,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	16.450,90	9.846,98	21.390,15	5.000,00	5.350,00
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 60%	9.870,37	5.908,06	12.832,58	3.000,00	3.210,00
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos (Educação)	4.112,57	2.461,55	5.346,84	1.250,00	1.337,50
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 15%	2.467,96	1.477,37	3.210,73	750,00	802,50
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	557.747,65	1.052.889,96	765.444,35	600.000,00	1.200.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - 60%	334.352,36	631.733,81	459.266,21	360.000,00	720.000,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imp. s/Transm Inter Vivos de Bens Im. e Dir (Educ)	139.621,71	263.222,26	191.360,75	150.000,00	300.000,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15%	83.773,58	157.933,89	114.817,39	90.000,00	180.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	13.624.974,03	12.367.176,01	8.887.560,11	10.000.000,00	11.000.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	13.624.974,03	12.367.176,01	8.887.560,11	10.000.000,00	11.000.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.177.759,87	7.421.070,46	5.318.670,66	6.000.000,00	11.000.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00
1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	3.408.784,12	3.091.310,81	2.230.550,75	2.500.000,00	0,00
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.038.430,04	1.854.794,74	1.338.338,70	1.500.000,00	0,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.686.781,00	1.586.484,11	1.710.731,03	1.834.000,00	2.069.680,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	657.576,03	853.528,74	921.594,17	1.060.000,00	1.241.500,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	111.493,88	94.768,31	148.014,33	130.000,00	150.000,00
1.1.2.1.30.00.00.00.00	Tx de Autorização e Funcionamento de Transporte	38.957,84	0,00	0,00	50.000,00	53.500,00
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	29.877,00	65.020,20	69.984,20	50.000,00	53.500,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	477.247,31	693.740,23	703.595,64	830.000,00	984.500,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.029.204,97	732.955,37	789.136,86	774.000,00	828.180,00
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.280,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	480.339,03	538.749,38	595.196,02	650.000,00	695.500,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	548.865,94	194.205,99	193.940,84	120.000,00	128.400,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.453.145,54	1.280.757,10	1.884.169,75	1.500.000,00	1.822.000,00
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.453.145,54	1.280.757,10	1.884.169,75	1.500.000,00	0,00
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	1.453.145,54	1.280.757,10	1.884.169,75	1.500.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC/	0,00	0,00	0,00	0,00	1.822.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	615.352,34	1.272.243,65	687.028,85	476.900,00	386.675,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	13.000,00	25.000,00	30.601,00	40.000,00	42.800,00
1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	13.000,00	25.000,00	30.601,00	40.000,00	42.800,00
1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	13.000,00	25.000,00	30.601,00	40.000,00	0,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	602.352,34	1.247.243,65	656.427,85	436.900,00	343.875,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	602.352,34	1.247.243,65	656.427,85	436.900,00	343.875,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	159.736,40	644.515,80	287.757,24	136.900,00	22.875,00
1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Royalties	0,00	23.861,80	6.494,41	0,00	250,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	46.328,48	139.517,21	94.482,15	110.000,00	5.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60%	27.797,11	83.710,34	56.689,33	0,00	3.750,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. Remun. FUNDEB 40%	18.531,37	55.806,87	37.792,82	0,00	1.250,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	7.600,29	216.501,33	77.213,34	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.01	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - PAB	0,00	99.141,34	33.086,09	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.02	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - PSF	0,00	6.957,74	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.03	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - S BUCAL	0,00	1.174,27	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.04	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - PACS	5.343,25	5.571,78	19.808,31	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.05	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - FARM BAS	0,00	5.376,72	1.848,46	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.06	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - VIG SAN	0,00	6.109,53	8.423,45	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.08	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - DST	2.257,04	5.577,47	4.892,90	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.09	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - FAEC/SIA	0,00	6.620,35	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.11	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - PLENA	0,00	29.984,13	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.12	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - NASF	0,00	1.635,59	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.13	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - CO FINAN	0,00	42.556,26	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.14	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - CEO EST	0,00	404,15	2.799,10	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03.00.00.15	Rec. Remun. Dep. Banc Rec Vinc F Saude - FARM EST	0,00	5.392,00	6.355,03	0,00	0,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Receita Remuneração de Depósitos Bancários - MDE	14.787,10	7.111,92	10.969,98	14.400,00	11.250,00
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNAE	961,86	1.598,87	770,26	2.250,00	3.750,00
1.3.2.5.01.05.01.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Creche	311,79	522,18	236,72	1.300,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.01.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Fundamental	476,92	821,50	533,54	800,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.01.03.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE	173,15	255,19	0,00	150,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Infantil	923,77	1.191,46	718,17	1.950,00	3.750,00
1.3.2.5.01.05.02.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE Fundam	2,04	140,84	19,66	150,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.02.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Médio	871,45	909,89	432,76	1.500,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.02.03.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - SAL EDUCAÇÃO	50,28	140,73	265,75	300,00	1.250,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PDDE	12.901,47	4.128,68	9.403,01	10.000,00	2.500,00
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	0,00	192,91	78,54	200,00	1.250,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	2.172,01	4.416,50	2.187,45	3.700,00	1.250,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Bolsa Família	5.255,23	9.783,82	4.772,10	8.800,00	5.125,00
1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - Piso Básico	1.128,79	1.009,12	436,82	1.000,00	875,00
1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc-Média Complexidade	1.597,72	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.01.10.03.00.00		90,99	584,81	381,95	1.000,00	1.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.3.2.5.01.10.04.00.00	Remuneração de Depósitos - Sentinela	1.757,76	3.098,05	1.438,20	3.000,00	850,00
1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Fixo III MSE	679,97	3.591,85	1.061,12	2.300,00	1.250,00
1.3.2.5.01.10.06.00.00	Remuneração de Depósitos - Piso Fixo III MSE	0,00	1.499,99	1.392,04	1.500,00	400,00
1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - PETI	0,00	0,00	61,97	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. Outros Dep. Banc. Recursos Vinculados	24.762,08	104.349,74	39.929,72	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Rem Outros Dep Bancários Vinculados -Calam Pub	2.337,28	5.642,63	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec. Remuneração Dep. Banc. - COSIP	13.745,46	30,28	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc - Convenio	2.038,05	12.530,25	3.377,25	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. Remuneração Dep. Banc. - ALIENACAO	3.044,52	104.153,33	31.555,59	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. Remuneração Dep. Banc. - FEP	11.361,71	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV. ESTADO	16.747,23	15.859,04	12.429,34	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CONV FEDERAL	108,74	757,95	741,33	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec. Remuneração Dep. Banc. Vinc - OUTROS	9.448,22	0,00	3.604,58	0,00	0,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	442.615,94	602.727,85	368.670,61	300.000,00	321.000,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	442.615,94	602.727,85	368.670,61	300.000,00	321.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	25.290,00	45.000,00	10.048.150,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	0,00	0,00	25.290,00	45.000,00	48.150,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	0,00	25.290,00	45.000,00	48.150,00
1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00
1.6.0.0.41.00.00.00.99	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.702.361,71	48.665.068,74	51.502.023,95	53.428.256,50	62.685.585,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.870.030,13	47.643.931,41	50.477.300,67	52.461.548,80	61.586.885,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	18.391.213,79	21.909.886,20	23.109.648,45	25.360.348,80	28.081.235,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	12.301.166,47	14.983.607,32	15.417.130,66	16.806.000,00	18.756.420,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.296.228,62	14.976.974,00	15.410.012,71	16.800.000,00	18.750.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - 60%	7.377.737,16	8.986.184,38	9.246.007,59	10.080.000,00	11.250.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Part. dos Municípios (Educ)	3.074.057,17	3.744.243,53	3.852.503,18	4.200.000,00	4.687.500,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15%	1.844.434,29	2.246.546,09	2.311.501,94	2.520.000,00	2.812.500,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.937,85	6.633,32	7.117,95	6.000,00	6.420,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.962,66	3.979,94	4.270,77	3.600,00	3.852,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.234,50	1.658,37	1.779,49	1.500,00	1.605,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	740,69	995,01	1.067,69	900,00	963,00
1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	149.874,52	81.282,78	61.127,74	80.000,00	0,00
1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	149.874,52	81.282,78	61.127,74	80.000,00	0,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	207.652,56	260.572,83	294.641,55	287.000,00	307.090,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	61.824,35	72.005,96	67.890,47	67.000,00	71.690,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	145.828,21	188.566,87	226.751,08	220.000,00	235.400,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.501.343,54	5.229.020,45	5.835.821,68	6.475.484,60	7.061.150,00
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	4.228.750,00
1.7.2.1.33.01.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041.300,00
1.7.2.1.33.01.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.187.450,00
1.7.2.1.33.01.02.01.00	Saúde da Família (ESF)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.250,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.7.2.1.33.01.02.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041.250,00
1.7.2.1.33.01.02.03.00	Saúde Bucal - SB	0,00	0,00	0,00	0,00	200.750,00
1.7.2.1.33.01.02.04.00	Núcleo Apoio Família - NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	271.400,00
1.7.2.1.33.01.02.05.00	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	431.800,00
1.7.2.1.33.01.02.06.00	Programa Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Atenção de MAC - Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.000,00
1.7.2.1.33.02.01.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.000,00
1.7.2.1.33.02.01.01.00	Teto Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	1.918.750,00
1.7.2.1.33.02.01.03.00	CEO-Centro de Especialidades Odontológicas	0,00	0,00	0,00	0,00	127.250,00
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	384.900,00
1.7.2.1.33.03.03.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	101.150,00
1.7.2.1.33.03.03.01.00	Incentivo HIV AIDS e outras DST	0,00	0,00	0,00	0,00	101.150,00
1.7.2.1.33.03.04.00.00	Vigilância e Promoção da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	283.750,00
1.7.2.1.33.03.04.01.00	Vigilância em Saúde - PFVPS - Piso Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	283.750,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	214.000,00
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	214.000,00
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	214.000,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00
1.7.2.1.33.05.01.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00
1.7.2.1.33.05.01.01.00	Gestão de Políticas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	240.000,00	264.700,00	240.000,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.08.00.00.00	Co-Financiamento da Atenção Básica	57.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	3.879.457,96	0,00
1.7.2.1.33.11.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	931.821,96	0,00
1.7.2.1.33.11.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	2.947.636,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.01.00	Saúde Família - SF	0,00	0,00	0,00	1.112.280,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0,00	0,00	0,00	972.036,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.03.00	Saúde Bucal - SB	0,00	0,00	0,00	187.320,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.04.00	Núcleo Apoio Família - NASF	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.05.00	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	0,00	0,00	0,00	396.000,00	0,00
1.7.2.1.33.11.02.06.00	Programa Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
1.7.2.1.33.12.00.00.00	ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	1.870.828,44	0,00
1.7.2.1.33.12.01.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	1.720.828,44	0,00
1.7.2.1.33.12.01.01.00	Teto Financeiro	0,00	0,00	0,00	1.155.628,44	0,00
1.7.2.1.33.12.01.02.00	Samu - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
1.7.2.1.33.12.01.03.00	CEO - Centro de Especialidades Odontológicas	0,00	0,00	0,00	79.200,00	0,00
1.7.2.1.33.12.01.04.00	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	336.000,00	0,00
1.7.2.1.33.12.02.00.00	Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
1.7.2.1.33.12.02.01.00	Mamografia para Rastreamento	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.00.00.00	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	352.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.01.00.00	Piso de Vigilância Sanitária - PFVISA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.01.01.00	Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.7.2.1.33.13.01.02.00	Piso Estratégico - Gerenciamento de Risco de VS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.02.00.00	Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde -	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.02.01.00	Incentivo HIV/DST	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.03.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.03.01.00	Incentivo HIV AIDS e outras DST	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.03.02.00	Centro de Zoonoses	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.04.00.00	Vigilância e Promoção da Saúde	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
1.7.2.1.33.13.04.01.00	Vigilância em Saúde - PFVPS - Piso Fixo	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
1.7.2.1.33.14.00.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	0,00	0,00	198.298,20	0,00
1.7.2.1.33.14.01.00.00	Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	198.298,20	0,00
1.7.2.1.33.14.01.01.00	Componente Básico de Assistência farmacêutica	0,00	0,00	0,00	198.298,20	0,00
1.7.2.1.33.15.00.00.00	GESTÃO DO SUS	0,00	0,00	0,00	174.900,00	0,00
1.7.2.1.33.15.01.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	174.900,00	0,00
1.7.2.1.33.15.01.01.00	Gestão de Políticas de Saúde	0,00	0,00	0,00	174.900,00	0,00
1.7.2.1.33.20.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	695.256,00	801.783,50	910.118,97	0,00	0,00
1.7.2.1.33.21.00.00.00	Programa de Saúde da Família - PSF	1.004.800,00	1.021.800,00	988.560,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.22.00.00.00	Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF O	164.600,00	190.800,00	273.730,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.23.00.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	742.903,00	974.529,95	1.025.237,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.24.00.00.00	Farmácia Básica - Sus União	202.385,29	214.823,05	198.298,20	0,00	0,00
1.7.2.1.33.25.00.00.00	Vigilância Sanitária - Sus União	92.472,75	133.762,25	6.269,29	0,00	0,00
1.7.2.1.33.26.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD	51.485,32	7.419,37	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.27.00.00.00	Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	86.495,32	84.145,65	84.145,66	0,00	0,00
1.7.2.1.33.29.00.00.00	Transferências Centro de Especialidades Odontológi	39.600,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.30.00.00.00	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1.123.529,86	1.453.856,68	1.631.879,21	0,00	0,00
1.7.2.1.33.32.00.00.00	Piso Fixo Vigilância em Saúde	0,00	0,00	135.053,35	0,00	0,00
1.7.2.1.33.33.00.00.00	Gestão do SUS	0,00	55.000,00	309.700,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.34.00.00.00	Programa Saude na Escola - PSE	0,00	0,00	32.830,00	0,00	0,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	211.095,07	274.858,51	212.092,89	301.264,20	356.875,00
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferências do FNAS - Programa Sentinela	69.000,00	96.600,00	70.600,00	109.200,00	143.750,00
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Piso Básico de Transição	3.049,94	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transferências do FNAS - PETI	18.073,57	19.735,14	18.064,20	18.064,20	20.375,00
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET	28.500,00	21.000,00	18.000,00	19.000,00	43.000,00
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo	29.471,56	22.152,85	29.718,91	40.000,00	82.500,00
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Méd. Compl. III MSE	0,00	0,00	0,00	0,00	28.750,00
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transferências do FNAS - IGD SUAS	63.000,00	75.970,52	63.000,00	75.600,00	18.500,00
1.7.2.1.34.08.00.00.00	Piso Fixo de Média Complexidade - III MSE	0,00	39.400,00	2.200,00	26.400,00	0,00
1.7.2.1.34.09.00.00.00	IGD - SUAS	0,00	0,00	10.509,78	13.000,00	0,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	939.921,99	1.002.472,67	1.216.323,05	1.335.600,00	1.433.850,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	605.379,15	656.862,48	851.607,86	820.000,00	886.050,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE refer. ao PDDE - Infantil	3.188,40	7.162,20	0,00	4.800,00	4.100,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	237.240,00	244.956,00	271.968,00	397.750,00	424.400,00
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE Fundamen	114.660,00	101.196,00	113.548,00	128.700,00	159.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE Creche	87.600,00	89.040,00	115.244,00	149.200,00	62.950,00
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE Pré-Esco	34.980,00	30.120,00	43.176,00	59.850,00	138.000,00
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - Alim. Escolar - Mais EF	0,00	24.600,00	0,00	60.000,00	64.200,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	94.114,44	93.491,99	92.747,19	113.050,00	119.300,00
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Infantil	6.846,95	13.112,96	746,96	29.850,00	9.450,00
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	75.938,90	71.083,79	63.117,89	73.500,00	79.000,00
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Médio	11.328,59	9.295,24	28.882,34	9.700,00	30.850,00
1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas FNDE - PAR - PLANO AÇÃO ARTICULADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.06.01.00.00	Transf Diretas FNDE - PAR - PLANO AÇÃO ARTICULADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.159,64	78.071,64	72.510,88	75.000,00	80.250,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	48.095,76	46.842,96	43.506,54	45.000,00	48.150,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	20.039,88	19.517,88	18.127,72	18.750,00	20.062,50
1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Desoneracao - 15%	12.024,00	11.710,80	10.876,62	11.250,00	12.037,50
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	85.600,00
1.7.2.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	85.600,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	15.706.546,21	17.957.760,93	18.835.186,49	18.201.200,00	23.584.950,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	14.719.740,12	16.636.407,40	17.283.728,67	16.815.000,00	22.143.750,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	12.402.816,03	13.939.799,79	14.341.420,77	14.000.000,00	18.500.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - 60%	7.441.689,27	8.363.879,55	8.604.852,10	8.400.000,00	11.100.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS (Educação)	3.100.704,31	3.484.950,25	3.585.355,47	3.500.000,00	4.625.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15%	1.860.422,45	2.090.969,99	2.151.213,20	2.100.000,00	2.775.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.946.864,74	2.303.289,96	2.654.670,79	2.450.000,00	3.250.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.168.118,54	1.381.973,66	1.592.802,16	1.470.000,00	1.950.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	486.716,43	575.822,75	663.667,99	612.500,00	812.500,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15%	292.029,77	345.493,55	398.200,64	367.500,00	487.500,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	273.326,09	278.455,47	226.978,70	250.000,00	267.500,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - 60%	163.995,58	167.073,21	136.187,13	150.000,00	160.500,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	68.331,56	69.613,92	56.744,73	62.500,00	66.875,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - 15%	40.998,95	41.768,34	34.046,84	37.500,00	40.125,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	96.733,26	114.862,18	60.658,41	115.000,00	126.250,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	298.673,37	616.943,53	805.051,82	526.200,00	521.000,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Estado - Farmácia Básica	116.646,00	251.300,01	180.900,00	180.900,00	193.750,00
1.7.2.2.33.02.00.00.00	Trasnf. SUS - Estado - CEO	48.840,00	26.400,00	67.350,00	39.600,00	0,00
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	103.950,00	218.700,00	313.986,50	272.400,00	291.500,00
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Média e Alta Complexidade - Estado	0,00	11.542,23	0,00	33.300,00	35.750,00
1.7.2.2.33.06.00.00.00	Média e Alta Complexidade - Estado	29.237,37	109.001,29	242.815,32	0,00	0,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	688.132,72	704.410,00	746.406,00	860.000,00	920.200,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	920.200,00
1.7.2.2.99.01.01.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	428.000,00
1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	492.200,00
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Convenio Passe Escolar - Estado	688.132,72	704.410,00	746.406,00	860.000,00	0,00
1.7.2.2.99.02.01.00.00	Convenio Passe Escolar - Médio	0,00	403.528,00	421.901,67	460.000,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.7.2.2.99.02.02.00.00	Convenio Passe Escolar - Fundamental	0,00	300.882,00	324.504,33	400.000,00	0,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.772.270,13	7.776.284,28	8.532.465,73	8.900.000,00	9.920.700,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.772.270,13	7.776.284,28	8.532.465,73	8.900.000,00	9.920.700,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos FUNDEB 60%	4.063.362,12	4.665.770,60	5.119.459,34	7.200.011,00	7.950.250,57
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40 %	2.708.908,01	3.110.513,68	3.413.006,39	1.699.989,00	1.970.449,43
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0,00	10.000,00	72.981,00	10.000,00	0,00
1.7.3.0.00.01.00.00.00	Programa VIA - Apoio Estatuto Criança Adolescente	0,00	0,00	66.981,00	0,00	0,00
1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	10.000,00	6.000,00	10.000,00	0,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	3.100,00	3.500,00	4.500,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	829.231,58	1.007.637,33	947.242,28	956.707,70	1.098.700,00
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	9.750,00	0,00	0,00	546.707,70	660.000,00
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	546.707,70	585.000,00
1.7.6.1.02.00.01.00.00	PROJOVEM	0,00	0,00	0,00	546.707,70	0,00
1.7.6.1.02.01.00.00.00	Programa PRO-JOVEM	0,00	0,00	0,00	0,00	585.000,00
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	9.750,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
1.7.6.1.99.00.00.00.01	União - Imbituba Digital	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	819.481,58	1.007.637,33	947.242,28	410.000,00	438.700,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	819.481,58	1.007.637,33	947.242,28	410.000,00	438.700,00
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Estado - Calendário Anual de Eventos	0,00	0,00	0,00	0,00	428.000,00
1.7.6.2.99.02.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.892.002,29	3.672.894,79	2.746.710,36	2.258.000,00	2.414.990,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	822.381,67	986.147,48	1.354.111,19	1.048.000,00	1.120.290,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	78.170,96	207.227,90	131.576,81	217.000,00	232.190,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora	27.353,92	31.880,38	30.672,93	50.000,00	53.500,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 60%	222,27	0,00	84,45	30.000,00	32.100,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	92,60	0,00	35,19	12.500,00	13.375,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 15%	27.039,05	31.880,38	30.553,29	7.500,00	8.025,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	32.048,95	158.183,11	82.857,70	160.000,00	171.200,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 60%	9.303,62	0,00	0,00	96.000,00	102.720,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	20.419,41	158.183,11	82.857,70	40.000,00	42.800,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 15%	2.325,92	0,00	0,00	24.000,00	25.680,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	18.768,09	17.164,41	18.046,18	7.000,00	7.490,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.490,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	464.232,59	566.081,66	922.275,31	580.000,00	620.600,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	313.367,12	370.063,02	492.284,47	400.000,00	428.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 60%	306.029,90	370.063,02	492.284,47	240.000,00	256.800,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	4.585,77	0,00	0,00	100.000,00	107.000,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 15%	2.751,45	0,00	0,00	60.000,00	64.200,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	42.918,78	38.696,03	277.749,61	80.000,00	85.600,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	42.681,55	38.696,03	189.999,79	48.000,00	51.360,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS (Educação)	148,26	0,00	54.843,64	20.000,00	21.400,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 15%	88,97	0,00	32.906,18	12.000,00	12.840,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	107.946,69	157.322,61	152.241,23	100.000,00	107.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	279.978,12	212.837,92	300.259,07	251.000,00	267.500,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	279.978,12	212.837,92	300.012,67	250.000,00	267.500,00
1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	246,40	1.000,00	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	600,00	0,00	10.000,00	10.700,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	600,00	0,00	10.000,00	10.700,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	600,00	0,00	10.000,00	10.700,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.023.726,96	1.105.105,65	1.334.848,33	1.150.000,00	1.230.500,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.023.726,96	1.105.105,65	1.334.848,33	1.150.000,00	1.230.500,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	642.068,37	659.522,94	802.027,54	700.000,00	749.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 60%	625.445,22	659.522,94	802.027,54	420.000,00	449.400,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	11.421,35	0,00	0,00	175.000,00	187.250,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.201,80	0,00	0,00	105.000,00	112.350,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	134.247,80	140.398,98	256.097,15	150.000,00	160.500,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Divida Ativa ISS - 60%	133.845,68	140.398,98	196.968,98	90.000,00	96.300,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	251,32	0,00	36.955,11	37.500,00	40.125,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Divida Ativa ISS - 15%	150,80	0,00	22.173,06	22.500,00	24.075,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	247.410,79	305.183,73	276.723,64	300.000,00	321.000,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00	300.000,00	321.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	45.893,66	1.581.041,66	57.750,84	50.000,00	53.500,00
1.9.9.0.02.00.00.00.00	Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	1.860,52	139,36	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	1.860,52	139,36	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	44.033,14	1.580.902,30	57.750,84	50.000,00	53.500,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.864.837,58	1.922.969,70	8.428.676,35	7.029.633,71	13.140.850,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	484.996,48	10.156,52	5.429.641,43	0,00	1.000.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	484.996,48	10.156,52	5.429.641,43	0,00	1.000.000,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	484.996,48	10.156,52	5.429.641,43	0,00	1.000.000,00
2.1.1.9.01.00.00.00.00	Outras Oper. Cred. Interna - Pavimentação de Vias	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.436.333,77	1.318.960,00	846.054,48	100.000,00	85.650,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	79.135,00	0,00	0,00	0,00	85.650,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	79.135,00	0,00	0,00	0,00	85.650,00
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.357.198,77	1.318.960,00	846.054,48	100.000,00	0,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	1.357.198,77	1.318.960,00	846.054,48	100.000,00	0,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.943.507,33	593.853,18	2.152.980,44	6.929.633,71	12.055.200,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	318.875,70	0,00	937.339,74	1.448.633,71	2.779.500,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	937.339,74	1.448.633,71	2.312.000,00
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	462.000,00
2.4.2.1.01.01.00.00.00	União - Constr., Ampl. e Reforma Unidades de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	172.750,00
2.4.2.1.01.02.00.00.00	União - Aquisição de Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	137.500,00
2.4.2.1.01.03.00.00.00	União - Reequipamento Unidades de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	64.250,00
2.4.2.1.01.04.00.00.00	União - Centro de Referência em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	0,00	0,00	937.339,74	1.448.633,71	1.500.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
2.4.2.1.02.00.01.00.00	PAC II - Proinfancia - Construção de Creches	0,00	0,00	289.726,74	1.448.633,71	0,00
2.4.2.1.02.00.02.00.00	PAR - Plano de Ação Articulado	0,00	0,00	647.613,00	0,00	0,00
2.4.2.1.02.01.00.00.00	Proinfancia - PAC II - Construção de Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.1.99.01.00.00.00	União - Programa Viver Bem	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados	318.875,70	0,00	0,00	0,00	467.500,00
2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	318.875,70	0,00	0,00	0,00	467.500,00
2.4.2.2.01.01.00.00.00	Constr., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	192.500,00
2.4.2.2.01.02.00.00.00	Construção da Secretaria Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.624.631,63	593.853,18	1.215.640,70	5.481.000,00	9.275.700,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	19.640,00	195.000,00	0,00	2.691.000,00	5.570.000,00
2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	691.000,00	0,00
2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transferências de Convênios p/ SUS - União	0,00	0,00	0,00	691.000,00	0,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	19.640,00	195.000,00	0,00	2.000.000,00	5.570.000,00
2.4.7.1.99.02.00.00.00	União - Pavimentação de Vias Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
2.4.7.1.99.03.00.00.00	União - Sinalização para o Trânsito Turístico	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
2.4.7.1.99.04.00.00.00	União - Urbanização da Orla Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
2.4.7.1.99.05.00.00.00	União - Centro Multimeios Usina do Saber	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
2.4.7.1.99.06.00.00.00	União - Construção Centro de Multiuso	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.4.7.1.99.07.00.00.00	União - Centro Municipal de Atletismo	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
2.4.7.1.99.09.00.00.00	União - Centro de Comercialização-Mercado Público	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
2.4.7.1.99.10.00.00.00	União - Patrulha Mecanizada Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
2.4.7.1.99.11.00.00.00	União - Construção de Trapiches	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.4.7.1.99.12.00.00.00	União - Constr. Reequip. Reforma de Embarcações	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
2.4.7.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	19.640,00	195.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.604.991,63	398.853,18	1.215.640,70	2.790.000,00	3.705.700,00
2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	200.000,00	251.250,00	180.000,00	0,00
2.4.7.2.01.01.00.00.00	Transferências de Convênios p/ SUS - Estado	0,00	200.000,00	251.250,00	180.000,00	0,00
2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.604.991,63	198.853,18	964.390,70	2.610.000,00	3.630.700,00
2.4.7.2.99.01.00.00.00	Estado - Pavimentação de Vias Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.4.7.2.99.02.00.00.00	Estado - Construção do Santuário de Santa Paulina	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
2.4.7.2.99.03.00.00.00	Estado - Construção do Centro de Multiuso	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
2.4.7.2.99.04.00.00.00	Estado - Centro Municipal de Atletismo	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
2.4.7.2.99.06.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
2.4.7.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	2.604.991,63	198.853,18	964.390,70	2.610.000,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.316.946,35	-6.259.034,06	-6.413.660,71	-6.716.200,00	-8.170.834,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.316.946,35	-6.239.170,06	-6.413.660,71	-6.716.200,00	-8.170.834,00
9.1.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-15.255,27	-49.659,18	-3.643,94	0,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-13.437,96	-48.375,36	-3.643,94	0,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-3.751,90	-2.260,84	-1.100,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Deduções da Receita de IPTU	-1.991,90	-260,84	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução Receita I.T.B.I	-1.760,00	-2.000,00	-1.100,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-9.686,06	-46.114,52	-2.543,94	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	-9.686,06	-46.114,52	-2.543,94	0,00	0,00
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE TAXAS	-1.817,31	-1.283,82	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO TX P/ EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-995,00	-1.152,06	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Dedução Outras Taxas Ex. Poder Polícia	-995,00	-1.152,06	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Dedução Tx pela Prestação de Serviços	-822,31	-131,76	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Dedução Tx de Lipeza Pública	-822,31	-131,76	0,00	0,00	0,00
9.1.3.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita Patrimonial	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita de Valores Mobiliários	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Dedução Receita de Remuneração Depósitos Bancários	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Dedução Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Ded. Rec. Rem. Outros Dep. Banc Rec. Vinculados	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Ded. Rem. Dep. Banc. Vinc Conv ESTADO	0,00	-174,53	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.297.941,54	-6.189.328,71	-6.409.388,96	-6.716.200,00	-8.170.834,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.297.941,54	-6.189.328,71	-6.409.388,96	-6.716.200,00	-8.170.834,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.373.343,01	-2.885.021,66	-2.966.980,20	-3.376.200,00	-3.767.334,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.357.311,13	-2.869.407,38	-2.952.478,10	-3.361.200,00	-3.751.284,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-2.356.323,67	-2.868.080,82	-2.951.054,56	-3.360.000,00	-3.750.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	-2.951.054,56	-3.360.000,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - ITR	-987,46	-1.326,56	-1.423,54	-1.200,00	-1.284,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - ITR	0,00	0,00	-1.423,54	-1.200,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-16.031,88	-15.614,28	-14.502,10	-15.000,00	-16.050,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - LC 87/96	0,00	0,00	-14.502,10	-15.000,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.924.598,53	-3.304.307,05	-3.442.408,76	-3.340.000,00	-4.403.500,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.924.598,53	-3.304.307,05	-3.442.408,76	-3.340.000,00	-4.403.500,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	-2.480.562,17	-2.787.958,93	-2.866.080,97	-2.800.000,00	-3.700.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - ICMS	0,00	0,00	-2.866.080,97	-2.800.000,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução da Receita p/ Formação FUNDEB - IPVA	-389.371,91	-460.657,05	-530.932,09	-490.000,00	-650.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	-530.932,09	-490.000,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-54.664,45	-55.691,07	-45.395,70	-50.000,00	-53.500,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - IPI Exp.	0,00	0,00	-45.395,70	-50.000,00	0,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Outras Receitas Correntes	-3.749,54	-7,64	-627,81	0,00	0,00
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros	0,00	-7,64	-627,81	0,00	0,00
9.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Dedução Multa e Juros Mora	0,00	-7,64	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros Mora	0,00	-5,52	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multa/Juros de Mora IPTU	0,00	-5,52	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	-2,12	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Dedução Multas de Outras Origens	0,00	0,00	-627,81	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Dedução Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	-627,81	0,00	0,00
9.1.9.3.0.00.00.00.00.00	DEDUTORA DA DÍVIDA ATIVA	-3.749,54	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Dedução Receita Dívida Ativa Tributária	-3.749,54	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 11/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Dívida Ativa IPTU	-3.749,54	0,00	0,00	0,00	0,00
9.2.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita Alienação Imóveis	0,00	-19.864,00	0,00	0,00	0,00
9.2.2.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita Alienação Imóveis	0,00	-19.864,00	0,00	0,00	0,00
9.2.2.2.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita Alienação Imóveis	0,00	-19.864,00	0,00	0,00	0,00
9.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Dedução Receita Alienação Imóveis	0,00	-19.864,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total geral:</b>		<b>63.074.274,33</b>	<b>68.075.073,02</b>	<b>73.161.295,52</b>	<b>73.360.590,21</b>	<b>100.030.446,00</b>

---

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

---

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

---

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**Página: 1/1  
Data: 10/10/2013**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
2 Judiciária	62 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 Suporte Profilático e Terapêutico
	304 Vigilância Sanitária
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	363 Ensino Profissional
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
	542 Controle Ambiental
20 Agricultura	122 Administração Geral
	601 Promoção da Produção Vegetal
	602 Promoção da Produção Animal
	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	122 Administração Geral
	695 Turismo
25 Energia	752 Energia Elétrica
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
	813 Lazer
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalIVAN VITORIO  
Secretário Municipal da FazendGEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/1

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		75.879.296,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		39.772.428,50	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	25.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	39.747.428,50		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		700.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	700.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		35.406.867,50	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.070.500,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	3.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	234.000,00		
3.3.80.00.00.00.00.00	Transferencias ao Exterior	8.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	34.091.367,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		24.101.150,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		21.801.150,00	
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	1.500,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	21.799.650,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.300.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.300.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>100.030.446,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>100.030.446,00</b>

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/5

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		44.098.900,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		25.058.900,00	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	5.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.053.900,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		700.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	700.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		18.340.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	860.000,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernament. Nacionais	3.000,00		
3.3.80.00.00.00.00.00	Transferencias ao Exterior	8.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.469.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		17.857.775,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.557.775,00	
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernament. Nacionais	1.500,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.556.275,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.300.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.300.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>62.006.675,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>62.006.675,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLESC.-IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		112.350,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		112.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	112.350,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		30.150,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.150,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.150,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>142.500,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>142.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/5

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		267.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		267.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	267.500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		149.800,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		149.800,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	149.800,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>417.300,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>417.300,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		10.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.700,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.700,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>10.700,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>10.700,00</b>
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.516.600,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.737.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.737.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		779.600,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	60.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	719.100,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		46.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		46.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	46.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>2.562.600,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>2.562.600,00</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		18.664.996,00	

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.622.528,50	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	20.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.602.528,50		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.042.467,50	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	150.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	234.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.658.467,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.938.600,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.938.600,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.938.600,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>20.603.596,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>20.603.596,00</b>
<b>Entidade: 14 - CAMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.664.300,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.354.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.354.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		310.300,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	310.300,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		535.700,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		535.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	535.700,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>3.200.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>3.200.000,00</b>
<b>Entidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		7.010.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.010.700,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.010.700,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		3.075.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.075.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.075.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>10.085.700,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>10.085.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		476.150,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		476.150,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	476.150,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		107.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		107.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	107.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>583.150,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>583.150,00</b>
<b>Entidade: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		26.750,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.750,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.750,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>26.750,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>26.750,00</b>
<b>Entidade: 18 - FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		5.350,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.350,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.125,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.125,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.125,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>6.475,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>6.475,00</b>
<b>Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		25.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		25.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		360.000,00	

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/5

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
--------	---------------	----------	------------------	---------------------

**Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA**

## DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		360.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	360.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>385.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>385.000,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>100.030.446,00</b>

---

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

---

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

---

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 01.00</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>	<b>482.200,00</b>	<b>2.717.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.200.000,00</b>
<b>Unidade: 01.01</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>	<b>482.200,00</b>	<b>2.717.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.200.000,00</b>
01	Legislativa	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
01.031	Ação Legislativa	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
01.031.0001.1.001	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA	482.200,00			482.200,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA		2.717.800,00		2.717.800,00
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>SECRETARIA DE GOVERNO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>
<b>Unidade: 02.01</b>	<b>SECRETARIA DE GOVERNO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>
04	Administração		1.250.000,00		1.250.000,00
04.122	Administração Geral		1.250.000,00		1.250.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		1.250.000,00		1.250.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO		1.250.000,00		1.250.000,00
<b>Órgão: 03.00</b>	<b>SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>135.000,00</b>	<b>2.309.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.444.500,00</b>
<b>Unidade: 03.01</b>	<b>SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>135.000,00</b>	<b>2.309.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.444.500,00</b>
04	Administração	135.000,00	2.309.500,00		2.444.500,00
04.122	Administração Geral	135.000,00	2.309.500,00		2.444.500,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	2.309.500,00		2.444.500,00
04.122.0003.1.002	AMPLIAÇÃO DO PROJETO IMBITUBA DIGITAL	135.000,00			135.000,00
04.122.0003.2.003	APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP		2.309.500,00		2.309.500,00
<b>Órgão: 04.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.500,00</b>
<b>Unidade: 04.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.500,00</b>
04	Administração		2.895.500,00		2.895.500,00
04.123	Administração Financeira		2.895.500,00		2.895.500,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.895.500,00		2.895.500,00
04.123.0004.2.004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2.895.500,00		2.895.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>2.264.000,00</b>	<b>18.966.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>2.264.000,00</b>	<b>18.966.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.230.300,00</b>
12	Educação	2.264.000,00	18.966.300,00		21.230.300,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.088.150,00		1.088.150,00
12.306.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		1.088.150,00		1.088.150,00
12.306.0009.2.005	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMENTAL		418.450,00		418.450,00
12.306.0009.2.145	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - CRECHE		360.500,00		360.500,00
12.306.0009.2.146	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - PRÉ-ESCOLA		309.200,00		309.200,00
12.361	Ensino Fundamental	550.000,00	12.752.400,00		13.302.400,00
12.361.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	550.000,00	12.752.400,00		13.302.400,00
12.361.0009.1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES - FUNDAMENTAL	535.000,00			535.000,00
12.361.0009.1.007	PROJETO EDUCA-AÇÃO	15.000,00			15.000,00
12.361.0009.2.006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.111.250,00		2.111.250,00
12.361.0009.2.007	MANUTENÇÃO DO FUNDEB		9.640.700,00		9.640.700,00
12.361.0009.2.009	MANUTENÇÃO DO S.O.M.E.		417.300,00		417.300,00
12.361.0009.2.012	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL		583.150,00		583.150,00
12.362	Ensino Médio		545.700,00		545.700,00
12.362.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		545.700,00		545.700,00
12.362.0009.2.105	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - MEDIO		545.700,00		545.700,00
12.363	Ensino Profissional		638.500,00		638.500,00
12.363.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		638.500,00		638.500,00
12.363.0009.2.130	IMPLEMENTAÇÃO DO PRO-JOVEM		638.500,00		638.500,00
12.364	Ensino Superior		107.000,00		107.000,00
12.364.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		107.000,00		107.000,00
12.364.0009.2.037	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		107.000,00		107.000,00
12.365	Educação Infantil	1.714.000,00	3.793.900,00		5.507.900,00
12.365.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	1.714.000,00	3.793.900,00		5.507.900,00
12.365.0009.1.004	REEQUIPAMENTO DE CEI'S - CRECHES	57.000,00			57.000,00
12.365.0009.1.037	CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES-CRECHES	1.557.000,00			1.557.000,00
12.365.0009.1.048	REEQUIPAMENTO DE CEI'S - PRE - ESCOLA	50.000,00			50.000,00
12.365.0009.1.049	CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES - PRE-ESCOLA	50.000,00			50.000,00
12.365.0009.2.008	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES		1.812.500,00		1.812.500,00
12.365.0009.2.104	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR -PRÉ-ESCOLA		16.050,00		16.050,00
12.365.0009.2.147	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA		1.965.350,00		1.965.350,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		19.250,00		19.250,00
12.366.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		19.250,00		19.250,00
12.366.0009.2.011	CONVENIO ESCOLA BALÉ BOLSHOI		19.250,00		19.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>2.264.000,00</b>	<b>18.966.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.230.300,00</b>
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>2.264.000,00</b>	<b>18.966.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.230.300,00</b>
12	Educação	2.264.000,00	18.966.300,00		21.230.300,00
12.367	Educação Especial		21.400,00		21.400,00
12.367.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		21.400,00		21.400,00
12.367.0009.2.010	QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		21.400,00		21.400,00
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>	<b>4.178.000,00</b>	<b>8.159.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.337.800,00</b>
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>	<b>4.178.000,00</b>	<b>8.159.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.337.800,00</b>
06	Segurança Pública		42.800,00		42.800,00
06.182	Defesa Civil		42.800,00		42.800,00
06.182.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		42.800,00		42.800,00
06.182.0007.2.125	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL		42.800,00		42.800,00
15	Urbanismo	3.653.500,00	6.295.000,00		9.948.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.653.500,00	4.395.000,00		8.048.500,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	3.653.500,00	4.395.000,00		8.048.500,00
15.451.0007.1.010	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	3.600.000,00			3.600.000,00
15.451.0007.1.013	HUMANIZAÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS	53.500,00			53.500,00
15.451.0007.2.017	MANUTENÇÃO DA SEINFRA		4.053.500,00		4.053.500,00
15.451.0007.2.018	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS		341.500,00		341.500,00
15.452	Serviços Urbanos		1.900.000,00		1.900.000,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.900.000,00		1.900.000,00
15.452.0007.2.016	LIMPEZA PÚBLICA		1.900.000,00		1.900.000,00
23	Comércio e Serviços	524.500,00			524.500,00
23.695	Turismo	524.500,00			524.500,00
23.695.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	524.500,00			524.500,00
23.695.0007.1.014	SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO	524.500,00			524.500,00
25	Energia		1.822.000,00		1.822.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.822.000,00		1.822.000,00
25.752.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.822.000,00		1.822.000,00
25.752.0007.2.015	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.822.000,00		1.822.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 09.00</b>	<b>SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA</b>	<b>1.654.625,00</b>	<b>701.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.356.025,00</b>
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA</b>	<b>1.654.625,00</b>	<b>701.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.356.025,00</b>
20	Agricultura	1.654.625,00	701.400,00		2.356.025,00
20.122	Administração Geral		655.350,00		655.350,00
20.122.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA		655.350,00		655.350,00
20.122.0006.2.021	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		655.350,00		655.350,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	1.200.000,00	13.950,00		1.213.950,00
20.601.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	1.200.000,00	13.950,00		1.213.950,00
20.601.0006.1.057	CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO - MERCADO PÚBLICO	800.000,00			800.000,00
20.601.0006.1.058	PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA	400.000,00			400.000,00
20.601.0006.2.019	HORTO FLORESTAL		10.700,00		10.700,00
20.601.0006.2.022	CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA		3.250,00		3.250,00
20.602	Promoção da Produção Animal	454.625,00			454.625,00
20.602.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	454.625,00			454.625,00
20.602.0006.1.015	IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	4.625,00			4.625,00
20.602.0006.1.059	CONSTRUÇÃO DE TRAPICHES	300.000,00			300.000,00
20.602.0006.1.060	CONSTRUÇÃO, REEQUIP. P/ REFORMA DE EMBARCAÇÕES	150.000,00			150.000,00
20.606	Extensão Rural		32.100,00		32.100,00
20.606.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA		32.100,00		32.100,00
20.606.0006.2.020	PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES		32.100,00		32.100,00
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.609.800,00</b>	<b>3.609.800,00</b>
<b>Unidade: 13.01</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.609.800,00</b>	<b>3.609.800,00</b>
28	Encargos Especiais			3.609.800,00	3.609.800,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000.0.001	ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			609.800,00	609.800,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS			609.800,00	609.800,00
28.846.0000.0.002	ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS			609.800,00	609.800,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 14.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Unidade: 14.01</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				50.000,00
99.999	Reserva de Contingência				50.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA				50.000,00
99.999.0099.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				50.000,00
<b>Órgão: 15.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>1.462.000,00</b>	<b>19.141.596,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.603.596,00</b>
<b>Unidade: 15.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	<b>1.462.000,00</b>	<b>19.141.596,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.603.596,00</b>
10	Saúde	1.462.000,00	19.141.596,00		20.603.596,00
10.301	Atenção Básica	1.462.000,00	12.770.250,00		14.232.250,00
10.301.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	1.462.000,00	12.770.250,00		14.232.250,00
10.301.0014.1.023	CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE	547.750,00			547.750,00
10.301.0014.1.024	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	150.000,00			150.000,00
10.301.0014.1.025	REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE	64.250,00			64.250,00
10.301.0014.1.054	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE	125.000,00			125.000,00
10.301.0014.1.055	CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	375.000,00			375.000,00
10.301.0014.1.056	CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSES	200.000,00			200.000,00
10.301.0014.2.121	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		12.770.250,00		12.770.250,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.027.446,00		5.027.446,00
10.302.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		5.027.446,00		5.027.446,00
10.302.0014.2.061	ASSIST. AMBUL. E HOSPITALAR		5.027.446,00		5.027.446,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		621.750,00		621.750,00
10.303.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		621.750,00		621.750,00
10.303.0014.2.120	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA		621.750,00		621.750,00
10.304	Vigilância Sanitária		722.150,00		722.150,00
10.304.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		722.150,00		722.150,00
10.304.0014.2.057	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE		722.150,00		722.150,00
<b>Órgão: 17.00</b>	<b>FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>142.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.500,00</b>
<b>Unidade: 17.01</b>	<b>FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>142.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.500,00</b>
08	Assistência Social		142.500,00		142.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		142.500,00		142.500,00
08.243.0015	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE		142.500,00		142.500,00
08.243.0015.2.052	MANUTENÇÃO DO FMDCA		78.300,00		78.300,00
08.243.0015.2.126	CONSTRUINDO O FUTURO		64.200,00		64.200,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 19.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.562.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.562.600,00</b>
<b>Unidade: 19.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.562.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.562.600,00</b>
08	Assistência Social		2.562.600,00		2.562.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		390.275,00		390.275,00
08.243.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL		390.275,00		390.275,00
08.243.0013.2.068	MANUTENÇÃO DO C.R.E.A.S		195.000,00		195.000,00
08.243.0013.2.085	MANUTENÇÃO DO PETI		73.875,00		73.875,00
08.243.0013.2.109	FAMÍLIA ACOLHEDORA		121.400,00		121.400,00
08.244	Assistência Comunitária		2.172.325,00		2.172.325,00
08.244.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL		2.172.325,00		2.172.325,00
08.244.0013.2.067	MANUTENÇÃO DO C.R.A.S.		128.350,00		128.350,00
08.244.0013.2.070	ATEND. FAMILIAS SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL		150.000,00		150.000,00
08.244.0013.2.075	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		43.875,00		43.875,00
08.244.0013.2.078	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.850.100,00		1.850.100,00
<b>Órgão: 24.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>	<b>2.170.000,00</b>	<b>1.235.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.405.550,00</b>
<b>Unidade: 24.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>	<b>2.170.000,00</b>	<b>1.235.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.405.550,00</b>
15	Urbanismo	500.000,00			500.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	500.000,00			500.000,00
15.451.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	500.000,00			500.000,00
15.451.0008.1.022	URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA	500.000,00			500.000,00
23	Comércio e Serviços	1.670.000,00	1.235.550,00		2.905.550,00
23.122	Administração Geral		320.700,00		320.700,00
23.122.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO		320.700,00		320.700,00
23.122.0008.2.026	MANUTENÇÃO DA SEDTUR		320.700,00		320.700,00
23.695	Turismo	1.670.000,00	914.850,00		2.584.850,00
23.695.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	1.670.000,00	914.850,00		2.584.850,00
23.695.0008.1.017	CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA	1.600.000,00			1.600.000,00
23.695.0008.1.019	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS/PORTAIS TURÍSTICOS	70.000,00			70.000,00
23.695.0008.2.024	CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS		856.000,00		856.000,00
23.695.0008.2.025	CAMPEONATOS ESPORTIVOS		32.100,00		32.100,00
23.695.0008.2.027	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMBITUBA		26.750,00		26.750,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 25.00</b>	<b>SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.117.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.117.000,00</b>
<b>Unidade: 25.01</b>	<b>SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.117.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.117.000,00</b>
15	Urbanismo		1.117.000,00		1.117.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.063.500,00		1.063.500,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.063.500,00		1.063.500,00
15.451.0007.2.029	FISCALIZAÇÃO URBANA		32.100,00		32.100,00
15.451.0007.2.030	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA		21.400,00		21.400,00
15.451.0007.2.031	MANUTENÇÃO DA SEDURB		1.010.000,00		1.010.000,00
15.452	Serviços Urbanos		53.500,00		53.500,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		53.500,00		53.500,00
15.452.0007.2.028	CADASTRAMENTO IMOBILIARIO GEO-REFERENCIADO		53.500,00		53.500,00
<b>Órgão: 27.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>	<b>42.800,00</b>	<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>417.300,00</b>
<b>Unidade: 27.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS</b>	<b>42.800,00</b>	<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>417.300,00</b>
06	Segurança Pública	42.800,00	374.500,00		417.300,00
06.182	Defesa Civil	42.800,00	374.500,00		417.300,00
06.182.0012	SEGURANÇA - FUNREBOM	42.800,00	374.500,00		417.300,00
06.182.0012.1.035	CONSTRUÇÃO DE POSTOS GUARDA VIDAS	42.800,00			42.800,00
06.182.0012.2.086	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM		374.500,00		374.500,00
<b>Órgão: 28.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>
<b>Unidade: 28.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>
23	Comércio e Serviços		10.700,00		10.700,00
23.695	Turismo		10.700,00		10.700,00
23.695.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO		10.700,00		10.700,00
23.695.0008.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR		10.700,00		10.700,00
<b>Órgão: 29.00</b>	<b>PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.611.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.611.350,00</b>
<b>Unidade: 29.01</b>	<b>PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.611.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.611.350,00</b>
02	Judiciária		1.611.350,00		1.611.350,00
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.611.350,00		1.611.350,00
02.062.0005	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO		1.611.350,00		1.611.350,00
02.062.0005.2.038	ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		856.000,00		856.000,00
02.062.0005.2.039	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL		755.350,00		755.350,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 30.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>	<b>10.075.000,00</b>	<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.085.700,00</b>
<b>Unidade: 30.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>	<b>10.075.000,00</b>	<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.085.700,00</b>
17	Saneamento	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
17.512.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
17.512.0007.1.020	AGUA LIMPA PARA TODOS	10.075.000,00			10.075.000,00
17.512.0007.2.050	MANUTENÇÃO FUNDO SANEAMENTO		10.700,00		10.700,00
<b>Órgão: 31.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>583.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>583.150,00</b>
<b>Unidade: 31.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>583.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>583.150,00</b>
06	Segurança Pública		583.150,00		583.150,00
06.181	Policimento		583.150,00		583.150,00
06.181.0017	QUALIDADE AO TRANSITO		395.900,00		395.900,00
06.181.0017.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO		224.700,00		224.700,00
06.181.0017.2.045	CONVENIO POLICIA MILITAR		96.300,00		96.300,00
06.181.0017.2.046	CONVENIO POLICIA CIVIL		74.900,00		74.900,00
06.181.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		187.250,00		187.250,00
06.181.0007.2.047	CONVENIO RÁDIO PATRULHA		80.250,00		80.250,00
06.181.0007.2.124	CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA		107.000,00		107.000,00
<b>Órgão: 32.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>
<b>Unidade: 32.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>
18	Gestão Ambiental		26.750,00		26.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		10.700,00		10.700,00
18.541.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		10.700,00		10.700,00
18.541.0018.2.036	CALENDÁRIO ATIVIDADES EDUCAÇÃO AMBIENTAL		10.700,00		10.700,00
18.542	Controle Ambiental		16.050,00		16.050,00
18.542.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		16.050,00		16.050,00
18.542.0018.2.032	CONSCIÊNCIA VERDE		5.350,00		5.350,00
18.542.0018.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MEIO AMBIENTE		10.700,00		10.700,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 33.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475,00</b>
<b>Unidade: 33.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475,00</b>
08	Assistência Social		6.475,00		6.475,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		6.475,00		6.475,00
08.243.0019	PREVENÇÃO AS DROGAS		6.475,00		6.475,00
08.243.0019.2.048	MANUTENÇÃO DO FUNPRED		6.475,00		6.475,00
<b>Órgão: 34.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>385.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>385.000,00</b>
<b>Unidade: 34.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA</b>	<b>0,00</b>	<b>385.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>385.000,00</b>
16	Habitação		385.000,00		385.000,00
16.482	Habitação Urbana		385.000,00		385.000,00
16.482.0020	VIVER BEM		385.000,00		385.000,00
16.482.0020.2.043	VIVER BEM		385.000,00		385.000,00
<b>Órgão: 35.00</b>	<b>CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM</b>	<b>0,00</b>	<b>185.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>185.350,00</b>
<b>Unidade: 35.01</b>	<b>CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM</b>	<b>0,00</b>	<b>185.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>185.350,00</b>
04	Administração		185.350,00		185.350,00
04.124	Controle Interno		185.350,00		185.350,00
04.124.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		185.350,00		185.350,00
04.124.0003.2.040	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO		185.350,00		185.350,00
<b>Órgão: 36.00</b>	<b>SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE</b>	<b>0,00</b>	<b>1.485.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.485.200,00</b>
<b>Unidade: 36.01</b>	<b>SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE</b>	<b>0,00</b>	<b>1.485.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.485.200,00</b>
04	Administração		1.110.700,00		1.110.700,00
04.122	Administração Geral		1.110.700,00		1.110.700,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.110.700,00		1.110.700,00
04.122.0007.2.041	MANUTENÇÃO DA SRD/NORTE		1.110.700,00		1.110.700,00
15	Urbanismo		374.500,00		374.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		374.500,00		374.500,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		374.500,00		374.500,00
15.451.0007.2.107	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/NORTE		374.500,00		374.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 37.00</b>	<b>SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.091.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.091.400,00</b>
<b>Unidade: 37.01</b>	<b>SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.091.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.091.400,00</b>
04	Administração		716.900,00		716.900,00
04.122	Administração Geral		716.900,00		716.900,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		716.900,00		716.900,00
04.122.0007.2.042	MANUTENÇÃO DA SRD/SUL		716.900,00		716.900,00
15	Urbanismo		374.500,00		374.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		374.500,00		374.500,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		374.500,00		374.500,00
15.451.0007.2.108	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/SUL		374.500,00		374.500,00
<b>Órgão: 38.00</b>	<b>SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE</b>	<b>0,00</b>	<b>1.076.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.076.500,00</b>
<b>Unidade: 38.01</b>	<b>SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE</b>	<b>0,00</b>	<b>1.076.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.076.500,00</b>
04	Administração		702.000,00		702.000,00
04.122	Administração Geral		702.000,00		702.000,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		702.000,00		702.000,00
04.122.0007.2.131	MANUTENÇÃO DA SDR/OESTE		702.000,00		702.000,00
15	Urbanismo		374.500,00		374.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		374.500,00		374.500,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		374.500,00		374.500,00
15.451.0007.2.148	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS		374.500,00		374.500,00
<b>Órgão: 39.00</b>	<b>SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>	<b>135.650,00</b>	<b>273.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>409.550,00</b>
<b>Unidade: 39.01</b>	<b>SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>	<b>135.650,00</b>	<b>273.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>409.550,00</b>
04	Administração	48.150,00	252.500,00		300.650,00
04.122	Administração Geral	48.150,00	252.500,00		300.650,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	48.150,00	252.500,00		300.650,00
04.122.0007.1.046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	48.150,00			48.150,00
04.122.0007.2.132	MANUTENÇÃO DA SEDES		252.500,00		252.500,00
15	Urbanismo		21.400,00		21.400,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		21.400,00		21.400,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		21.400,00		21.400,00
15.451.0007.2.133	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		21.400,00		21.400,00
22	Indústria	87.500,00			87.500,00
22.661	Promoção Industrial	87.500,00			87.500,00
22.661.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	87.500,00			87.500,00
22.661.0007.1.045	CONDOMÍNIO INDUSTRIAL	87.500,00			87.500,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 11/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 39.00</b>	<b>SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>	<b>135.650,00</b>	<b>273.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>409.550,00</b>
<b>Unidade: 39.01</b>	<b>SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES</b>	<b>135.650,00</b>	<b>273.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>409.550,00</b>
22	Indústria	87.500,00			87.500,00
22.661	Promoção Industrial	87.500,00			87.500,00
22.661.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	87.500,00			87.500,00
22.661.0007.1.045	CONDOMÍNIO INDUSTRIAL	87.500,00			87.500,00
<b>Órgão: 40.00</b>	<b>SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>	<b>2.813.900,00</b>	<b>694.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.508.500,00</b>
<b>Unidade: 40.01</b>	<b>SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE</b>	<b>2.813.900,00</b>	<b>694.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.508.500,00</b>
27	Desporto e Lazer	2.813.900,00	694.600,00		3.508.500,00
27.812	Desporto Comunitário	352.500,00	673.200,00		1.025.700,00
27.812.0010	ESPORTE PARA TODOS		673.200,00		673.200,00
27.812.0010.2.134	MANUTENÇÃO DA SESPORTE		555.350,00		555.350,00
27.812.0010.2.135	DESTAQUES NO ESPORTE		6.000,00		6.000,00
27.812.0010.2.136	ESPORTE CIDADÃO		31.600,00		31.600,00
27.812.0010.2.137	PARTICIPA IMBITUBA		53.500,00		53.500,00
27.812.0010.2.138	FESTIVAIS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS		26.750,00		26.750,00
27.812.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	352.500,00			352.500,00
27.812.0007.1.052	CENTRO MUNICIPAL DE ATLETISMO	352.500,00			352.500,00
27.813	Lazer	2.461.400,00	21.400,00		2.482.800,00
27.813.0010	ESPORTE PARA TODOS	21.400,00			21.400,00
27.813.0010.1.047	ESPAÇO ESPORTIVO NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS	21.400,00			21.400,00
27.813.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	2.440.000,00	21.400,00		2.461.400,00
27.813.0007.1.011	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIUSO	2.300.000,00			2.300.000,00
27.813.0007.1.050	IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS / CICLOFAIXAS	140.000,00			140.000,00
27.813.0007.2.033	LAZER, DIREITO DE TODOS		21.400,00		21.400,00
<b>Órgão: 41.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>642.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.942.350,00</b>
<b>Unidade: 41.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>642.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.942.350,00</b>
13	Cultura	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392	Difusão Cultural	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392.0011	RESGATANDO A CULTURA	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392.0011.1.051	CENTRO MULTIMEIOS USINA DO SABER	1.300.000,00			1.300.000,00
13.392.0011.2.139	MANUTENÇÃO DA SECULT		535.350,00		535.350,00
13.392.0011.2.140	RESGATE DA CULTURA IMBITUBENSE		5.350,00		5.350,00
13.392.0011.2.141	REEQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL		10.700,00		10.700,00
13.392.0011.2.142	CULTURA INTINERANTE		5.350,00		5.350,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Órgão: 41.00</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>642.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.942.350,00</b>
<b>Unidade: 41.01</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>642.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.942.350,00</b>
13	Cultura	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392	Difusão Cultural	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392.0011	RESGATANDO A CULTURA	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392.0011.2.143	EVENTOS CULTURAIS		5.350,00		5.350,00
13.392.0011.2.144	VIVENDO A MELHOR IDADE		80.250,00		80.250,00
<b>Total geral:</b>					<b>100.030.446,00</b>

---

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

---

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

---

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
01.031	Ação Legislativa	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	482.200,00	2.717.800,00		3.200.000,00
02	Judiciária		1.611.350,00		1.611.350,00
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.611.350,00		1.611.350,00
02.062.0005	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO		1.611.350,00		1.611.350,00
04	Administração	183.150,00	9.422.450,00		9.605.600,00
04.122	Administração Geral	183.150,00	6.341.600,00		6.524.750,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		1.250.000,00		1.250.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	2.309.500,00		2.444.500,00
04.122.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	48.150,00	2.782.100,00		2.830.250,00
04.123	Administração Financeira		2.895.500,00		2.895.500,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.895.500,00		2.895.500,00
04.124	Controle Interno		185.350,00		185.350,00
04.124.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		185.350,00		185.350,00
06	Segurança Pública	42.800,00	1.000.450,00		1.043.250,00
06.181	Policiamento		583.150,00		583.150,00
06.181.0017	QUALIDADE AO TRANSITO		395.900,00		395.900,00
06.181.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		187.250,00		187.250,00
06.182	Defesa Civil	42.800,00	417.300,00		460.100,00
06.182.0012	SEGURANÇA - FUNREBOM	42.800,00	374.500,00		417.300,00
06.182.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		42.800,00		42.800,00
08	Assistência Social		2.711.575,00		2.711.575,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		539.250,00		539.250,00
08.243.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL		390.275,00		390.275,00
08.243.0015	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE		142.500,00		142.500,00
08.243.0019	PREVENÇÃO AS DROGAS		6.475,00		6.475,00
08.244	Assistência Comunitária		2.172.325,00		2.172.325,00
08.244.0013	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL		2.172.325,00		2.172.325,00
10	Saúde	1.462.000,00	19.141.596,00		20.603.596,00
10.301	Atenção Básica	1.462.000,00	12.770.250,00		14.232.250,00
10.301.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	1.462.000,00	12.770.250,00		14.232.250,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.027.446,00		5.027.446,00
10.302.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		5.027.446,00		5.027.446,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	1.462.000,00	19.141.596,00		20.603.596,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		621.750,00		621.750,00
10.303.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		621.750,00		621.750,00
10.304	Vigilância Sanitária		722.150,00		722.150,00
10.304.0014	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA		722.150,00		722.150,00
12	Educação	2.264.000,00	18.966.300,00		21.230.300,00
12.306	Alimentação e Nutrição		1.088.150,00		1.088.150,00
12.306.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		1.088.150,00		1.088.150,00
12.361	Ensino Fundamental	550.000,00	12.752.400,00		13.302.400,00
12.361.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	550.000,00	12.752.400,00		13.302.400,00
12.362	Ensino Médio		545.700,00		545.700,00
12.362.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		545.700,00		545.700,00
12.363	Ensino Profissional		638.500,00		638.500,00
12.363.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		638.500,00		638.500,00
12.364	Ensino Superior		107.000,00		107.000,00
12.364.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		107.000,00		107.000,00
12.365	Educação Infantil	1.714.000,00	3.793.900,00		5.507.900,00
12.365.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	1.714.000,00	3.793.900,00		5.507.900,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		19.250,00		19.250,00
12.366.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		19.250,00		19.250,00
12.367	Educação Especial		21.400,00		21.400,00
12.367.0009	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		21.400,00		21.400,00
13	Cultura	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392	Difusão Cultural	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
13.392.0011	RESGATANDO A CULTURA	1.300.000,00	642.350,00		1.942.350,00
15	Urbanismo	4.153.500,00	8.556.900,00		12.710.400,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.153.500,00	6.603.400,00		10.756.900,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	3.653.500,00	6.603.400,00		10.256.900,00
15.451.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	500.000,00			500.000,00
15.452	Serviços Urbanos		1.953.500,00		1.953.500,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.953.500,00		1.953.500,00
16	Habitação		385.000,00		385.000,00
16.482	Habitação Urbana		385.000,00		385.000,00
16.482.0020	VIVER BEM		385.000,00		385.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
17.512.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	10.075.000,00	10.700,00		10.085.700,00
18	Gestão Ambiental		26.750,00		26.750,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		10.700,00		10.700,00
18.541.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		10.700,00		10.700,00
18.542	Controle Ambiental		16.050,00		16.050,00
18.542.0018	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		16.050,00		16.050,00
20	Agricultura	1.654.625,00	701.400,00		2.356.025,00
20.122	Administração Geral		655.350,00		655.350,00
20.122.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA		655.350,00		655.350,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	1.200.000,00	13.950,00		1.213.950,00
20.601.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	1.200.000,00	13.950,00		1.213.950,00
20.602	Promoção da Produção Animal	454.625,00			454.625,00
20.602.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	454.625,00			454.625,00
20.606	Extensão Rural		32.100,00		32.100,00
20.606.0006	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA		32.100,00		32.100,00
22	Indústria	87.500,00			87.500,00
22.661	Promoção Industrial	87.500,00			87.500,00
22.661.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	87.500,00			87.500,00
23	Comércio e Serviços	2.194.500,00	1.246.250,00		3.440.750,00
23.122	Administração Geral		320.700,00		320.700,00
23.122.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO		320.700,00		320.700,00
23.695	Turismo	2.194.500,00	925.550,00		3.120.050,00
23.695.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	524.500,00			524.500,00
23.695.0008	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	1.670.000,00	925.550,00		2.595.550,00
25	Energia		1.822.000,00		1.822.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.822.000,00		1.822.000,00
25.752.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO		1.822.000,00		1.822.000,00
27	Desporto e Lazer	2.813.900,00	694.600,00		3.508.500,00
27.812	Desporto Comunitário	352.500,00	673.200,00		1.025.700,00
27.812.0010	ESPORTE PARA TODOS		673.200,00		673.200,00
27.812.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	352.500,00			352.500,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	2.813.900,00	694.600,00		3.508.500,00
27.813	Lazer	2.461.400,00	21.400,00		2.482.800,00
27.813.0010	ESPORTE PARA TODOS	21.400,00			21.400,00
27.813.0007	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	2.440.000,00	21.400,00		2.461.400,00
28	Encargos Especiais			3.609.800,00	3.609.800,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.000.000,00	3.000.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			609.800,00	609.800,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAS			609.800,00	609.800,00
99	Reserva de Contingência				50.000,00
99.999	Reserva de Contingência				50.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA				50.000,00
<b>Total:</b>		<b>26.713.175,00</b>	<b>69.657.471,00</b>	<b>3.609.800,00</b>	<b>100.030.446,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>26.713.175,00</b>	<b>69.657.471,00</b>	<b>3.609.800,00</b>	<b>100.030.446,00</b>

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			76.142.280,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		17.007.230,00	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		15.633.350,00	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.633.350,00		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.000.000,00		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - 60 %	1.800.000,00		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25%	750.000,00		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - 15%	450.000,00		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	433.350,00		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	428.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF Trabalho - 60%	256.800,00		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF Trabalho - 25%	107.000,00		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF Trabalho - 15%	64.200,00		
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	5.350,00		
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 60%	3.210,00		
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 25%	1.337,50		
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 15%	802,50		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.200.000,00		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - 60%	720.000,00		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - 25%	300.000,00		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15%	180.000,00		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - 60%	6.600.000,00		
1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25%	2.750.000,00		
1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15%	1.650.000,00		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.373.880,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	545.700,00		
1.1.2.1.30.00.00.00.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	53.500,00		
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	492.200,00		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	828.180,00		
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	4.280,00		
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	695.500,00		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	128.400,00		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.822.000,00	
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.822.000,00	

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/10

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		381.550,00	
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		42.800,00	
1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	42.800,00		
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		338.750,00	
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	338.750,00		
1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	17.750,00		
1.3.2.5.01.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Royalties	250,00		
1.3.2.5.01.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	5.000,00		
1.3.2.5.01.02.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60%	3.750,00		
1.3.2.5.01.02.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 40%	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	11.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNAE	3.750,00		
1.3.2.5.01.05.01.01	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Creche	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.02	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Pré Escolar	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.03	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Fundamental	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNATE	3.750,00		
1.3.2.5.01.05.02.01	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Infantil	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.02	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Fundamental	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.03	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Médio	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - SAL. EDUCAÇÃO	2.500,00		
1.3.2.5.01.05.05.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PDDE	1.250,00		
1.3.2.5.01.09.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	1.250,00		
1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração Depósitos de Recursos não Vinculados	321.000,00		
1.3.2.5.02.99.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	321.000,00		
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		48.150,00	
1.6.0.0.13.00.00.00	Serviços Administrativos	48.150,00		
1.6.0.0.13.01.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	48.150,00		
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		54.735.860,00	
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		53.647.860,00	
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	20.663.210,00		
1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	18.756.420,00		
1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	18.750.000,00		
1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60%	11.250.000,00		
1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	4.687.500,00		
1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	2.812.500,00		
1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.420,00		
1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - 60%	3.852,00		
1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - 25%	1.605,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15%	963,00		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	307.090,00		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	71.690,00		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	235.400,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.433.850,00		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	886.050,00		
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	4.100,00		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	424.400,00		
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Creche	159.250,00		
1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Pré-Escola	62.950,00		
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Fundamental	138.000,00		
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Programa Mais Educação	64.200,00		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	119.300,00		
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00		
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Fundamental	79.000,00		
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Médio	30.850,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.250,00		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Desoneracao - 60%	48.150,00		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Desoneracao - 25%	20.062,50		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Desoneracao - 15%	12.037,50		
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00		
1.7.2.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	23.063.950,00		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	22.143.750,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	18.500.000,00		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - 60%	11.100.000,00		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25%	4.625.000,00		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15%	2.775.000,00		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.250.000,00		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - 60%	1.950.000,00		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25%	812.500,00		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15%	487.500,00		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	267.500,00		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - 60%	160.500,00		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - 25%	66.875,00		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - 15%	40.125,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	126.250,00		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	920.200,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	920.200,00		
1.7.2.2.99.01.01.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Fundamental	428.000,00		
1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Médio	492.200,00		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.920.700,00		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.920.700,00		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.950.250,57		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	1.970.449,43		
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		1.088.000,00	
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	660.000,00		
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	585.000,00		
1.7.6.1.02.01.00.00.00	Programa PRO-JOVEM	585.000,00		
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	75.000,00		
1.7.6.1.99.00.00.00.01	União - Imbituba Digital	75.000,00		
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	428.000,00		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	428.000,00		
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Estado - Calendário Anual de Eventos	428.000,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>		2.147.490,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		852.790,00	
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	232.190,00		
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	53.500,00		
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 60%	32.100,00		
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 25%	13.375,00		
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 15%	8.025,00		
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	171.200,00		
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 60%	102.720,00		
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 25%	42.800,00		
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 15%	25.680,00		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	7.490,00		
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	7.490,00		
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	620.600,00		
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	428.000,00		
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 60%	256.800,00		
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 25%	107.000,00		
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 15%	64.200,00		
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	85.600,00		
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 60%	51.360,00		
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 25%	21.400,00		
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 15%	12.840,00		



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/10

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	107.000,00		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.700,00	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.700,00		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	10.700,00		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		1.230.500,00	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.230.500,00		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	749.000,00		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 60%	449.400,00		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 25%	187.250,00		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Divida Ativa IPTU - 15%	112.350,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	160.500,00		
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Divida Ativa ISS - 60%	96.300,00		
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Divida Ativa ISS - 25%	40.125,00		
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Divida Ativa ISS - 15%	24.075,00		
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa de Outros Tributos	321.000,00		
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Divida Ativa de Outros Tributos - Princ	321.000,00		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		53.500,00	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	53.500,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			11.775.650,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000.000,00	
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000.000,00	
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.000.000,00		
2.1.1.9.01.00.00.00.00	Outras Oper. Cred. Interna - Pavimentação de Vias	1.000.000,00		
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		85.650,00	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		85.650,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	85.650,00		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		10.690.000,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.500.000,00	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.500.000,00		
2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	1.500.000,00		
2.4.2.1.02.01.00.00.00	Proinfancia - PAC II - Construção de Creches	1.500.000,00		
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		9.190.000,00	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.570.000,00		
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	5.570.000,00		
2.4.7.1.99.02.00.00.00	União - Pavimentação de Vias Públicas	600.000,00		
2.4.7.1.99.03.00.00.00	União - Sinalização para o Trânsito Turístico	500.000,00		
2.4.7.1.99.04.00.00.00	União - Urbanização da Orla Marítima	500.000,00		
2.4.7.1.99.05.00.00.00	União - Centro Multimeios Usina do Saber	1.200.000,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.7.1.99.06.00.00.00	União - Construção Centro de Multiuso	1.000.000,00		
2.4.7.1.99.07.00.00.00	União - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00		
2.4.7.1.99.09.00.00.00	União - Centro de Comercialização-Mercado Público	800.000,00		
2.4.7.1.99.10.00.00.00	União - Patrulha Mecanizada Agrícola	400.000,00		
2.4.7.1.99.11.00.00.00	União - Construção de Trapiches	300.000,00		
2.4.7.1.99.12.00.00.00	União - Constr. Reequip. Reforma de Embarcações	150.000,00		
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	3.620.000,00		
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.620.000,00		
2.4.7.2.99.01.00.00.00	Estado - Pavimentação de Vias Públicas	1.000.000,00		
2.4.7.2.99.02.00.00.00	Estado - Construção do Santuário de Santa Paulina	1.500.000,00		
2.4.7.2.99.03.00.00.00	Estado - Construção do Centro de Multiuso	1.000.000,00		
2.4.7.2.99.04.00.00.00	Estado - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-8.170.834,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-8.170.834,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-8.170.834,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.767.334,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.751.284,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.750.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.284,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-16.050,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-3.700.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-650.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-53.500,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>79.747.096,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>79.747.096,00</b>
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			417.300,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		417.300,00	
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		417.300,00	
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	417.300,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	417.300,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>417.300,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>417.300,00</b>
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			372.700,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.125,00	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		5.125,00	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.125,00		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	5.125,00		
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS	5.125,00		
1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Bolsa Família	875,00		
1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Média Complexidade	500,00		
1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Sentinela	1.250,00		
1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Básico Fixo	850,00		
1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Fixo III MSE	1.250,00		
1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - IGD-SUAS	400,00		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		367.575,00	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		356.875,00	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	356.875,00		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	356.875,00		
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferências do FNAS - Programa Sentinela	143.750,00		
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Transição Média Comp	20.000,00		
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transferências do FNAS - PETI	20.375,00		
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferências do FNAS - Bolsa Família	43.000,00		
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo	82.500,00		
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Méd. Compl. III MSE	28.750,00		
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transferências do FNAS - IGD SUAS	18.500,00		
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		10.700,00	
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	10.700,00		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.700,00		
1.7.6.2.99.02.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			10.700,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		10.700,00	
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		10.700,00	
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	10.700,00		
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.700,00		

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/10

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.7.2.99.06.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>383.400,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>383.400,00</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			7.807.150,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		225.000,00	
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		225.000,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	225.000,00		
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00		
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	75.000,00		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.582.150,00	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		7.582.150,00	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.061.150,00		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.061.150,00		
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Atenção Básica	4.228.750,00		
1.7.2.1.33.01.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.041.300,00		
1.7.2.1.33.01.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	3.187.450,00		
1.7.2.1.33.01.02.01.00	Saúde da Família (ESF)	1.191.250,00		
1.7.2.1.33.01.02.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.041.250,00		
1.7.2.1.33.01.02.03.00	Saúde Bucal - SB	200.750,00		
1.7.2.1.33.01.02.04.00	Núcleo Apoio Família - NASF	271.400,00		
1.7.2.1.33.01.02.05.00	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	431.800,00		
1.7.2.1.33.01.02.06.00	Programa Saúde na Escola	51.000,00		
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Atenção de MAC - Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00		
1.7.2.1.33.02.01.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00		
1.7.2.1.33.02.01.01.00	Teto Financeiro	1.918.750,00		
1.7.2.1.33.02.01.03.00	CEO-Centro de Especialidades Odontológicas	127.250,00		
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilância em Saúde	384.900,00		
1.7.2.1.33.03.03.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	101.150,00		
1.7.2.1.33.03.03.01.00	Incentivo HIV AIDS e outras DST	101.150,00		
1.7.2.1.33.03.04.00.00	Vigilância e Promoção da Saúde	283.750,00		
1.7.2.1.33.03.04.01.00	Vigilância em Saúde - PFVPS - Piso Fixo	283.750,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Básico da Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Gestão do SUS	187.500,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.1.33.05.01.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	187.500,00		
1.7.2.1.33.05.01.01.00	Gestão de Políticas de Saúde	187.500,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	521.000,00		
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	521.000,00		
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Estado - Farmácia Básica	193.750,00		
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	291.500,00		
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Estado - Média e Alta Complexidade	35.750,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			929.500,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		929.500,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		929.500,00	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	462.000,00		
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	462.000,00		
2.4.2.1.01.01.00.00.00	União - Constr., Ampl. e Reforma Unidades de Saúde	172.750,00		
2.4.2.1.01.02.00.00.00	União - Aquisição de Veículos	137.500,00		
2.4.2.1.01.03.00.00.00	União - Reequipamento Unidades de Saúde	64.250,00		
2.4.2.1.01.04.00.00.00	União - Centro de Referência em Saúde	87.500,00		
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	467.500,00		
2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	467.500,00		
2.4.2.2.01.01.00.00.00	Constr., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	192.500,00		
2.4.2.2.01.02.00.00.00	Construção da Secretaria Municipal de Saúde	275.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>8.736.650,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>8.736.650,00</b>
<b>Entidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			10.000.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		10.000.000,00	
1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00		
1.6.0.0.41.00.00.00.99	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			75.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		75.000,00	
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		75.000,00	
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	75.000,00		
2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	75.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>10.075.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>10.075.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/10

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			321.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		53.500,00	
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		53.500,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	53.500,00		
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	53.500,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		267.500,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		267.500,00	
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	267.500,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	267.500,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>321.000,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>321.000,00</b>
<b>Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			350.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		350.000,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		350.000,00	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	350.000,00		
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	350.000,00		
2.4.2.1.99.01.00.00.00	União - Programa Viver Bem	350.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>350.000,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>350.000,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>100.030.446,00</b>

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			95.060.430,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		17.703.030,00	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		15.633.350,00	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.633.350,00		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.000.000,00		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - 60 %	1.800.000,00		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25%	750.000,00		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - 15%	450.000,00		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	433.350,00		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	428.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF Trabalho - 60%	256.800,00		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF Trabalho - 25%	107.000,00		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF Trabalho - 15%	64.200,00		
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	5.350,00		
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 60%	3.210,00		
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 25%	1.337,50		
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - 15%	802,50		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.200.000,00		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - 60%	720.000,00		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - 25%	300.000,00		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15%	180.000,00		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.000.000,00		
1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - 60%	6.600.000,00		
1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25%	2.750.000,00		
1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15%	1.650.000,00		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		2.069.680,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.241.500,00		
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00		
1.1.2.1.30.00.00.00.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	53.500,00		
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	53.500,00		
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	984.500,00		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	828.180,00		
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	4.280,00		
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	695.500,00		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	128.400,00		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.822.000,00	
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.822.000,00	

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		386.675,00	
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		42.800,00	
1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	42.800,00		
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		343.875,00	
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	343.875,00		
1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	22.875,00		
1.3.2.5.01.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Royalties	250,00		
1.3.2.5.01.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	5.000,00		
1.3.2.5.01.02.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60%	3.750,00		
1.3.2.5.01.02.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 40%	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	11.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNAE	3.750,00		
1.3.2.5.01.05.01.01	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Creche	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.02	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Pré Escolar	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.01.03	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Fundamental	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNATE	3.750,00		
1.3.2.5.01.05.02.01	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Infantil	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.02	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Fundamental	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.02.03	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Médio	1.250,00		
1.3.2.5.01.05.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - SAL. EDUCAÇÃO	2.500,00		
1.3.2.5.01.05.05.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PDDE	1.250,00		
1.3.2.5.01.09.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	1.250,00		
1.3.2.5.01.10.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS	5.125,00		
1.3.2.5.01.10.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Bolsa Família	875,00		
1.3.2.5.01.10.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Média Complexidade	500,00		
1.3.2.5.01.10.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Sentinela	1.250,00		
1.3.2.5.01.10.04.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Básico Fixo	850,00		
1.3.2.5.01.10.05.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Fixo III MSE	1.250,00		
1.3.2.5.01.10.06.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - IGD-SUAS	400,00		
1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração Depósitos de Recursos não Vinculados	321.000,00		
1.3.2.5.02.99.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	321.000,00		
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		10.048.150,00	
1.6.0.0.13.00.00.00	Serviços Administrativos	48.150,00		
1.6.0.0.13.01.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	48.150,00		
1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00		
1.6.0.0.41.00.00.99	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00		
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		62.685.585,00	
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		61.586.885,00	
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	28.081.235,00		
1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	18.756.420,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	18.750.000,00		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - 60%	11.250.000,00		
1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25%	4.687.500,00		
1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15%	2.812.500,00		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.420,00		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - 60%	3.852,00		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25%	1.605,00		
1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15%	963,00		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	307.090,00		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	71.690,00		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	235.400,00		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.061.150,00		
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Atenção Básica	4.228.750,00		
1.7.2.1.33.01.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.041.300,00		
1.7.2.1.33.01.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	3.187.450,00		
1.7.2.1.33.01.02.01.00	Saúde da Família (ESF)	1.191.250,00		
1.7.2.1.33.01.02.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.041.250,00		
1.7.2.1.33.01.02.03.00	Saúde Bucal - SB	200.750,00		
1.7.2.1.33.01.02.04.00	Núcleo Apoio Família - NASF	271.400,00		
1.7.2.1.33.01.02.05.00	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	431.800,00		
1.7.2.1.33.01.02.06.00	Programa Saúde na Escola	51.000,00		
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Atenção de MAC - Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00		
1.7.2.1.33.02.01.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00		
1.7.2.1.33.02.01.01.00	Teto Financeiro	1.918.750,00		
1.7.2.1.33.02.01.03.00	CEO-Centro de Especialidades Odontológicas	127.250,00		
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilância em Saúde	384.900,00		
1.7.2.1.33.03.03.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	101.150,00		
1.7.2.1.33.03.03.01.00	Incentivo HIV AIDS e outras DST	101.150,00		
1.7.2.1.33.03.04.00.00	Vigilância e Promoção da Saúde	283.750,00		
1.7.2.1.33.03.04.01.00	Vigilância em Saúde - PFVPS - Piso Fixo	283.750,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Básico da Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	214.000,00		
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Gestão do SUS	187.500,00		
1.7.2.1.33.05.01.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	187.500,00		
1.7.2.1.33.05.01.01.00	Gestão de Políticas de Saúde	187.500,00		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	356.875,00		
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferências do FNAS - Programa Sentinela	143.750,00		
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Transição Média Comp	20.000,00		
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transferências do FNAS - PETI	20.375,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferências do FNAS - Bolsa Família	43.000,00		
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo	82.500,00		
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Méd. Compl. III MSE	28.750,00		
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transferências do FNAS - IGD SUAS	18.500,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.433.850,00		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	886.050,00		
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	4.100,00		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	424.400,00		
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Creche	159.250,00		
1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Pré-Escola	62.950,00		
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Fundamental	138.000,00		
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Programa Mais Educação	64.200,00		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	119.300,00		
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00		
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Fundamental	79.000,00		
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Médio	30.850,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.250,00		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Desoneracao - 60%	48.150,00		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Desoneracao - 25%	20.062,50		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Desoneracao - 15%	12.037,50		
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00		
1.7.2.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	23.584.950,00		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	22.143.750,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	18.500.000,00		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - 60%	11.100.000,00		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25%	4.625.000,00		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15%	2.775.000,00		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.250.000,00		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - 60%	1.950.000,00		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25%	812.500,00		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15%	487.500,00		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	267.500,00		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - 60%	160.500,00		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - 25%	66.875,00		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - 15%	40.125,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	126.250,00		
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	521.000,00		
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Estado - Farmácia Básica	193.750,00		
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	291.500,00		



**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Estado - Média e Alta Complexidade	35.750,00		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	920.200,00		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	920.200,00		
1.7.2.2.99.01.01.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Fundamental	428.000,00		
1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Médio	492.200,00		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.920.700,00		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.920.700,00		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.950.250,57		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	1.970.449,43		
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		1.098.700,00	
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	660.000,00		
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	585.000,00		
1.7.6.1.02.01.00.00.00	Programa PRO-JOVEM	585.000,00		
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	75.000,00		
1.7.6.1.99.00.00.00.01	União - Imbituba Digital	75.000,00		
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	438.700,00		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	438.700,00		
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Estado - Calendário Anual de Eventos	428.000,00		
1.7.6.2.99.02.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.414.990,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.120.290,00	
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	232.190,00		
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	53.500,00		
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 60%	32.100,00		
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 25%	13.375,00		
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - IPTU - 15%	8.025,00		
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	171.200,00		
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 60%	102.720,00		
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 25%	42.800,00		
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora - ISS - 15%	25.680,00		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	7.490,00		
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	7.490,00		
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	620.600,00		
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	428.000,00		
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 60%	256.800,00		
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 25%	107.000,00		
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa IPTU - 15%	64.200,00		
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	85.600,00		
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 60%	51.360,00		
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 25%	21.400,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas Juros de Mora Div. Ativa ISS - 15%	12.840,00		
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	107.000,00		
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	267.500,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	267.500,00		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.700,00	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.700,00		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	10.700,00		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.230.500,00	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.230.500,00		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	749.000,00		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dívida Ativa IPTU - 60%	449.400,00		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dívida Ativa IPTU - 25%	187.250,00		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dívida Ativa IPTU - 15%	112.350,00		
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	160.500,00		
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Dívida Ativa ISS - 60%	96.300,00		
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Dívida Ativa ISS - 25%	40.125,00		
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Dívida Ativa ISS - 15%	24.075,00		
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	321.000,00		
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	321.000,00		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		53.500,00	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	53.500,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			13.140.850,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000.000,00	
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000.000,00	
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.000.000,00		
2.1.1.9.01.00.00.00.00	Outras Oper. Cred. Interna - Pavimentação de Vias	1.000.000,00		
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		85.650,00	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		85.650,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	85.650,00		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		12.055.200,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		2.779.500,00	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.312.000,00		
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	462.000,00		
2.4.2.1.01.01.00.00.00	União - Constr., Ampl. e Reforma Unidades de Saúde	172.750,00		
2.4.2.1.01.02.00.00.00	União - Aquisição de Veículos	137.500,00		
2.4.2.1.01.03.00.00.00	União - Reequipamento Unidades de Saúde	64.250,00		
2.4.2.1.01.04.00.00.00	União - Centro de Referência em Saúde	87.500,00		
2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	1.500.000,00		
2.4.2.1.02.01.00.00.00	Proinfancia - PAC II - Construção de Creches	1.500.000,00		
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	350.000,00		

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 7/8

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
2.4.2.1.99.01.00.00.00	União - Programa Viver Bem	350.000,00		
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	467.500,00		
2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	467.500,00		
2.4.2.2.01.01.00.00.00	Constr., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	192.500,00		
2.4.2.2.01.02.00.00.00	Construção da Secretaria Municipal de Saúde	275.000,00		
2.4.7.0.00.00.00.00.00	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>		9.275.700,00	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.570.000,00		
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	5.570.000,00		
2.4.7.1.99.02.00.00.00	União - Pavimentação de Vias Públicas	600.000,00		
2.4.7.1.99.03.00.00.00	União - Sinalização para o Trânsito Turístico	500.000,00		
2.4.7.1.99.04.00.00.00	União - Urbanização da Orla Marítima	500.000,00		
2.4.7.1.99.05.00.00.00	União - Centro Multimeios Usina do Saber	1.200.000,00		
2.4.7.1.99.06.00.00.00	União - Construção Centro de Multiuso	1.000.000,00		
2.4.7.1.99.07.00.00.00	União - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00		
2.4.7.1.99.09.00.00.00	União - Centro de Comercialização-Mercado Público	800.000,00		
2.4.7.1.99.10.00.00.00	União - Patrulha Mecanizada Agrícola	400.000,00		
2.4.7.1.99.11.00.00.00	União - Construção de Trapiches	300.000,00		
2.4.7.1.99.12.00.00.00	União - Constr. Reequip. Reforma de Embarcações	150.000,00		
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	3.705.700,00		
2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	75.000,00		
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.630.700,00		
2.4.7.2.99.01.00.00.00	Estado - Pavimentação de Vias Públicas	1.000.000,00		
2.4.7.2.99.02.00.00.00	Estado - Construção do Santuário de Santa Paulina	1.500.000,00		
2.4.7.2.99.03.00.00.00	Estado - Construção do Centro de Multiuso	1.000.000,00		
2.4.7.2.99.04.00.00.00	Estado - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00		
2.4.7.2.99.06.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			
9.1.0.0.0.00.00.00.00	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			-8.170.834,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>		-8.170.834,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-8.170.834,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.767.334,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.751.284,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.750.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.284,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-16.050,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-3.700.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-650.000,00		

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 8/8

Data: 10/10/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-53.500,00		
				<b>Total das receitas: 100.030.446,00</b>
				<b>Total geral: 100.030.446,00</b>

---

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

---

IVAN VITORIO  
Secretário Municipal da Fazend

---

GEORGE WILIAM DOS SANTOS  
Contador - CRC/SC 020478

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**  
**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Página: 1/12  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						3.200.000,00
Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						3.200.000,00
Proj./Ativ.: 1.001 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA			Localizador: Imbituba			
1	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	482.200,00
<b>Total:</b>						<b>482.200,00</b>
Proj./Ativ.: 2.001 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA			Localizador: Imbituba			
2	01.031.1	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.354.000,00
2	01.031.1	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	310.300,00
2	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>2.717.800,00</b>
Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO						1.250.000,00
Unidade: 02.01 - SECRETARIA DE GOVERNO						1.250.000,00
Proj./Ativ.: 2.002 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			Localizador: Imbituba			
1	04.122.2	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	700.000,00
1	04.122.2	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
1	04.122.2	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.250.000,00</b>
Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA						2.444.500,00
Unidade: 03.01 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA						2.444.500,00
Proj./Ativ.: 1.002 - AMPLIAÇÃO DO PROJETO IMBITUBA DIGITAL			Localizador: Imbituba			
2	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
2	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	75.000,00
<b>Total:</b>						<b>135.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.003 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP			Localizador: Imbituba			
3	04.122.3	3.1.70.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Consórc	Não	Não	Não	5.000,00
3	04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.400.000,00
3	04.122.3	3.3.70.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Mul	Não	Não	Não	3.000,00
3	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	700.000,00
3	04.122.3	4.4.70.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf a Instituicoes Mult	Não	Não	Não	1.500,00
3	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.309.500,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA						2.895.500,00
Unidade: 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA						2.895.500,00
Proj./Ativ.: 2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA			Localizador: Imbituba			
4	04.123.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.000.000,00
4	04.123.4	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	250.000,00
4	04.123.4	3.3.80.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias ao Exteric	Não	Não	Não	8.000,00
4	04.123.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	600.000,00
4	04.123.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	37.500,00
<b>Total:</b>						<b>2.895.500,00</b>
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Proj./Ativ.: 1.004 - REEQUIPAMENTO DE CEI'S - CRECHES			Localizador: Imbituba			
17	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>57.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES - FUNDAMENTAL			Localizador: Imbituba			
8	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0030.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	321.000,00
8	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	214.000,00
<b>Total:</b>						<b>535.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.007 - PROJETO EDUCA-AÇÃO			Localizador: Imbituba			
9	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.037 - CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES-CRECHES			Localizador: Imbituba			
18	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0388.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.500.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)

Página: 2/12  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Proj./Ativ.: 1.037 - CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES-CRECHES			Localizador: Imbituba			
18	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.557.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.048 - REEQUIPAMENTO DE CEI'S - PRE - ESCOLA			Localizador: Imbituba			
19	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.049 - CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES - PRE-ESCOLA			Localizador: Imbituba			
20	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.005 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMENTAL			Localizador: Imbituba			
5	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0051.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	139.250,00
5	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0210.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	64.200,00
5	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	215.000,00
<b>Total:</b>						<b>418.450,00</b>
Proj./Ativ.: 2.006 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			Localizador: Imbituba			
10	12.361.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	300.000,00
10	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0030.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	171.250,00
10	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.500.000,00
10	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	107.500,00
10	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0030.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	32.500,00
<b>Total:</b>						<b>2.111.250,00</b>
Proj./Ativ.: 2.007 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB			Localizador: Imbituba			
11	12.361.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	7.704.000,00
11	12.361.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	1.823.900,00
11	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	70.000,00
11	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	42.800,00
<b>Total:</b>						<b>9.640.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.008 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES			Localizador: Imbituba			
21	12.365.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	125.000,00
21	12.365.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	700.000,00
21	12.365.9	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Transferencias a Instituic	Sim	Não	Não	450.000,00
21	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	500.000,00
21	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	12.500,00
21	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
21	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.812.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO S.O.M.E.			Localizador: Imbituba			
12	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0030.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	363.800,00
12	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>417.300,00</b>
Proj./Ativ.: 2.010 - QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL			Localizador: Imbituba			
25	12.367.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>21.400,00</b>
Proj./Ativ.: 2.011 - CONVENIO ESCOLA BALÉ BOLSHOI			Localizador: Imbituba			
24	12.366.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	19.250,00
<b>Total:</b>						<b>19.250,00</b>
Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL			Localizador: Imbituba			
13	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	21.400,00
13	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0384.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	428.000,00
13	12.361.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	80.250,00
13	12.361.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>583.150,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**  
**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Página: 3/12  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Unidade: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						21.230.300,00
Proj./Ativ.: 2.037 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR			Localizador: Imbituba			
16	12.364.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>107.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.104 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR -PRÉ-ESCOLA			Localizador: Imbituba			
22	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0374.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.700,00
22	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>16.050,00</b>
Proj./Ativ.: 2.105 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - MEDIO			Localizador: Imbituba			
14	12.362.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0169.000000.01.06.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	492.200,00
14	12.362.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
14	12.362.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0375.000000.01.03.96 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	32.100,00
<b>Total:</b>						<b>545.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.130 - IMPLEMENTAÇÃO DO PRO-JOVEM			Localizador: Imbituba			
15	12.363.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
15	12.363.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0389.000000.01.06.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	585.000,00
<b>Total:</b>						<b>638.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.145 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - CRECHE			Localizador: Imbituba			
6	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
6	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0372.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	160.500,00
<b>Total:</b>						<b>360.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.146 - SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - PRÉ-ESCOLA			Localizador: Imbituba			
7	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	245.000,00
7	12.306.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0373.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	64.200,00
<b>Total:</b>						<b>309.200,00</b>
Proj./Ativ.: 2.147 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA			Localizador: Imbituba			
23	12.365.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	1.600.000,00
23	12.365.9	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	125.000,00
23	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0387.000000.01.03.98 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.350,00
23	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	12.500,00
23	12.365.9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
23	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
23	12.365.9	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	17.500,00
<b>Total:</b>						<b>1.965.350,00</b>
Órgão: 08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA						12.337.800,00
Unidade: 08.01 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA						12.337.800,00
Proj./Ativ.: 1.010 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			Localizador: Imbituba			
27	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
27	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	600.000,00
27	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
27	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0090.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.600.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.013 - HUMANIZAÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS			Localizador: Imbituba			
28	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>53.500,00</b>
Proj./Ativ.: 1.014 - SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO			Localizador: Imbituba			
32	23.695.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	13.000,00
32	23.695.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
32	23.695.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.500,00
<b>Total:</b>						<b>524.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.015 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA			Localizador: Imbituba			
33	25.752.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.800.000,00
33	25.752.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	22.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.822.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 4/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 08.00 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA						12.337.800,00
Unidade: 08.01 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA						12.337.800,00
Proj./Ativ.: 2.016 - LIMPEZA PÚBLICA			Localizador: Imbituba			
31	15.452.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.900.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.900.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.017 - MANUTENÇÃO DA SEINFRA			Localizador: Imbituba			
29	15.451.7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.500.000,00
29	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500.000,00
29	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>4.053.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS			Localizador: Imbituba			
30	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	214.000,00
30	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0016.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	127.500,00
<b>Total:</b>						<b>341.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.125 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL			Localizador: Imbituba			
26	06.182.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.100,00
26	06.182.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>42.800,00</b>
Órgão: 09.00 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA						2.356.025,00
Unidade: 09.01 - SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA						2.356.025,00
Proj./Ativ.: 1.015 - IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL			Localizador: Imbituba			
39	20.602.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.625,00
<b>Total:</b>						<b>4.625,00</b>
Proj./Ativ.: 1.057 - CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO - MERCADO PÚBLICO			Localizador: Imbituba			
35	20.601.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	800.000,00
<b>Total:</b>						<b>800.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.058 - PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA			Localizador: Imbituba			
36	20.601.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	400.000,00
<b>Total:</b>						<b>400.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.059 - CONSTRUÇÃO DE TRAPICHES			Localizador: Imbituba			
40	20.602.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
<b>Total:</b>						<b>300.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.060 - CONSTRUÇÃO, REEQUIP. P/ REFORMA DE EMBARCAÇÕES			Localizador: Imbituba			
41	20.602.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.019 - HORTO FLORESTAL			Localizador: Imbituba			
37	20.601.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.020 - PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES			Localizador: Imbituba			
42	20.606.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.100,00
<b>Total:</b>						<b>32.100,00</b>
Proj./Ativ.: 2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			Localizador: Imbituba			
34	20.122.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	400.000,00
34	20.122.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
34	20.122.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>655.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.022 - CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA			Localizador: Imbituba			
38	20.601.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.250,00
<b>Total:</b>						<b>3.250,00</b>
Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						3.609.800,00
Unidade: 13.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						3.609.800,00
Proj./Ativ.: 0.001 - ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA			Localizador: Imbituba			
43	28.843.0	3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	700.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**  
**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Página: 5/12  
 Data: 10/10/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						3.609.800,00
Unidade: 13.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						3.609.800,00
Proj./Ativ.: 0.001 - ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA			Localizador: Imbituba			
43	28.843.0	4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.300.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.000.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.002 - ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS			Localizador: Imbituba			
44	28.846.0	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	609.800,00
<b>Total:</b>						<b>609.800,00</b>
Órgão: 14.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						50.000,00
Unidade: 14.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						50.000,00
Proj./Ativ.: 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			Localizador: Imbituba			
45	99.999.99	9.9.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTING	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Órgão: 24.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR						3.405.550,00
Unidade: 24.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR						3.405.550,00
Proj./Ativ.: 1.017 - CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA			Localizador: Imbituba			
48	23.695.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500.000,00
48	23.695.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.600.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.019 - CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS/PORTAIS TURÍSTICOS			Localizador: Imbituba			
49	23.695.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>70.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.022 - URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA			Localizador: Imbituba			
46	15.451.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>500.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.024 - CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS			Localizador: Imbituba			
50	23.695.8	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	160.000,00
50	23.695.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	268.000,00
50	23.695.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	428.000,00
<b>Total:</b>						<b>856.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.025 - CAMPEONATOS ESPORTIVOS			Localizador: Imbituba			
51	23.695.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.100,00
<b>Total:</b>						<b>32.100,00</b>
Proj./Ativ.: 2.026 - MANUTENÇÃO DA SEDTUR			Localizador: Imbituba			
47	23.122.8	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
47	23.122.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
47	23.122.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>320.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.027 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMBITUBA			Localizador: Imbituba			
52	23.695.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.750,00
<b>Total:</b>						<b>26.750,00</b>
Órgão: 25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL						1.117.000,00
Unidade: 25.01 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL						1.117.000,00
Proj./Ativ.: 2.028 - CADASTRAMENTO IMOBILIARIO GEO-REFERENCIADO			Localizador: Imbituba			
56	15.452.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>53.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.029 - FISCALIZAÇÃO URBANA			Localizador: Imbituba			
53	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.100,00
<b>Total:</b>						<b>32.100,00</b>
Proj./Ativ.: 2.030 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA			Localizador: Imbituba			
54	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>21.400,00</b>
Proj./Ativ.: 2.031 - MANUTENÇÃO DA SEDURB			Localizador: Imbituba			
55	15.451.7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	900.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 6/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 25.00 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL						1.117.000,00
Unidade: 25.01 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL						1.117.000,00
Proj./Ativ.: 2.031 - MANUTENÇÃO DA SEDURB			Localizador: Imbituba			
55	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
55	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.010.000,00</b>
Órgão: 29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						1.611.350,00
Unidade: 29.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						1.611.350,00
Proj./Ativ.: 2.038 - ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			Localizador: Imbituba			
57	02.062.5	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	856.000,00
<b>Total:</b>						<b>856.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.039 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL			Localizador: Imbituba			
58	02.062.5	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	700.000,00
58	02.062.5	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
58	02.062.5	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>755.350,00</b>
Órgão: 35.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM						185.350,00
Unidade: 35.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM						185.350,00
Proj./Ativ.: 2.040 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO			Localizador: Imbituba			
59	04.124.3	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	150.000,00
59	04.124.3	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
59	04.124.3	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>185.350,00</b>
Órgão: 36.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE						1.485.200,00
Unidade: 36.01 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE						1.485.200,00
Proj./Ativ.: 2.041 - MANUTENÇÃO DA SRD/NORTE			Localizador: Imbituba			
60	04.122.7	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	800.000,00
60	04.122.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
60	04.122.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>1.110.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.107 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/NORTE			Localizador: Imbituba			
61	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	321.000,00
61	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>374.500,00</b>
Órgão: 37.00 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL						1.091.400,00
Unidade: 37.01 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL						1.091.400,00
Proj./Ativ.: 2.042 - MANUTENÇÃO DA SRD/SUL			Localizador: Imbituba			
62	04.122.7	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	600.000,00
62	04.122.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	106.200,00
62	04.122.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>716.900,00</b>
Proj./Ativ.: 2.108 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/SUL			Localizador: Imbituba			
63	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	321.000,00
63	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>374.500,00</b>
Órgão: 38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE						1.076.500,00
Unidade: 38.01 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE						1.076.500,00
Proj./Ativ.: 2.131 - MANUTENÇÃO DA SDR/OESTE			Localizador: Imbituba			
64	04.122.7	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	270.000,00
64	04.122.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	325.000,00
64	04.122.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>702.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.148 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS			Localizador: Imbituba			
65	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	321.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 7/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 38.00 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE						1.076.500,00
Unidade: 38.01 - SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE						1.076.500,00
Proj./Ativ.: 2.148 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS						Localizador: Imbituba
65	15.451.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>374.500,00</b>
Órgão: 39.00 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES						409.550,00
Unidade: 39.01 - SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES						409.550,00
Proj./Ativ.: 1.045 - CONDOMÍNIO INDUSTRIAL						Localizador: Imbituba
69	22.661.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	37.500,00
69	22.661.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>87.500,00</b>
Proj./Ativ.: 1.046 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO						Localizador: Imbituba
66	04.122.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.150,00
<b>Total:</b>						<b>48.150,00</b>
Proj./Ativ.: 2.132 - MANUTENÇÃO DA SEDES						Localizador: Imbituba
67	04.122.7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	150.000,00
67	04.122.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
67	04.122.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
<b>Total:</b>						<b>252.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.133 - FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL						Localizador: Imbituba
68	15.451.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>21.400,00</b>
Órgão: 40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE						3.508.500,00
Unidade: 40.01 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE						3.508.500,00
Proj./Ativ.: 1.011 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIUSO						Localizador: Imbituba
77	27.813.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
77	27.813.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
77	27.813.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.300.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.047 - ESPAÇO ESPORTIVO NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS						Localizador: Imbituba
76	27.813.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>21.400,00</b>
Proj./Ativ.: 1.050 - IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS / CICLOFAIXAS						Localizador: Imbituba
78	27.813.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
78	27.813.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.052 - CENTRO MUNICIPAL DE ATLETISMO						Localizador: Imbituba
75	27.812.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.500,00
75	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
75	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
75	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>352.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.033 - LAZER, DIREITO DE TODOS						Localizador: Imbituba
79	27.813.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>21.400,00</b>
Proj./Ativ.: 2.134 - MANUTENÇÃO DA SESPORTE						Localizador: Imbituba
70	27.812.10	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	500.000,00
70	27.812.10	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
70	27.812.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>555.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.135 - DESTAQUES NO ESPORTE						Localizador: Imbituba
71	27.812.10	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
<b>Total:</b>						<b>6.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 8/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 40.00 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE						3.508.500,00
Unidade: 40.01 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE						3.508.500,00
Proj./Ativ.: 2.136 - ESPORTE CIDADÃO			Localizador: Imbituba			
72	27.812.10	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	31.600,00
<b>Total:</b>						<b>31.600,00</b>
Proj./Ativ.: 2.137 - PARTICIPA IMBITUBA			Localizador: Imbituba			
73	27.812.10	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>53.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.138 - FESTIVAIS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS			Localizador: Imbituba			
74	27.812.10	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.750,00
<b>Total:</b>						<b>26.750,00</b>
Órgão: 41.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT						1.942.350,00
Unidade: 41.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT						1.942.350,00
Proj./Ativ.: 1.051 - CENTRO MULTIMEIOS USINA DO SABER			Localizador: Imbituba			
80	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
80	13.392.11	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.200.000,00
80	13.392.11	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.300.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.139 - MANUTENÇÃO DA SECULT			Localizador: Imbituba			
81	13.392.11	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	500.000,00
81	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
81	13.392.11	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>535.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.140 - RESGATE DA CULTURA IMBITUBENSE			Localizador: Imbituba			
82	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>5.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.141 - REEQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL			Localizador: Imbituba			
83	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
83	13.392.11	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.142 - CULTURA INTINERANTE			Localizador: Imbituba			
84	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>5.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.143 - EVENTOS CULTURAIS			Localizador: Imbituba			
85	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>5.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.144 - VIVENDO A MELHOR IDADE			Localizador: Imbituba			
86	13.392.11	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.250,00
<b>Total:</b>						<b>80.250,00</b>
Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						2.562.600,00
Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						2.562.600,00
Proj./Ativ.: 2.067 - MANUTENÇÃO DO C.R.A.S.			Localizador: Imbituba			
4	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
4	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0160.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	78.000,00
4	08.244.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0160.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>128.350,00</b>
Proj./Ativ.: 2.068 - MANUTENÇÃO DO C.R.E.A.S			Localizador: Imbituba			
1	08.243.13	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0300.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	87.000,00
1	08.243.13	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
1	08.243.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0300.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>195.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.070 - ATEND. FAMILIAS SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL			Localizador: Imbituba			
5	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 9/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						2.562.600,00
Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						2.562.600,00
Proj./Ativ.: 2.075 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			Localizador: Imbituba			
6	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0304.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	38.525,00
6	08.244.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0304.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>43.875,00</b>
Proj./Ativ.: 2.078 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			Localizador: Imbituba			
7	08.244.13	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.600.000,00
7	08.244.13	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	40.000,00
7	08.244.13	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0302.000000.04.03.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	20.500,00
7	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
7	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0386.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
7	08.244.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0385.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
7	08.244.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0386.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	13.900,00
7	08.244.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>1.850.100,00</b>
Proj./Ativ.: 2.085 - MANUTENÇÃO DO PETI			Localizador: Imbituba			
2	08.243.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
2	08.243.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0303.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.375,00
<b>Total:</b>						<b>73.875,00</b>
Proj./Ativ.: 2.109 - FAMÍLIA ACOLHEDORA			Localizador: Imbituba			
3	08.243.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
3	08.243.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
3	08.243.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>121.400,00</b>
Órgão: 17.00 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						142.500,00
Unidade: 17.01 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						142.500,00
Proj./Ativ.: 2.052 - MANUTENÇÃO DO FMDCA			Localizador: Imbituba			
1	08.243.15	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	69.550,00
1	08.243.15	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	8.750,00
<b>Total:</b>						<b>78.300,00</b>
Proj./Ativ.: 2.126 - CONSTRUINDO O FUTURO			Localizador: Imbituba			
2	08.243.15	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	42.800,00
2	08.243.15	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>64.200,00</b>
Órgão: 27.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS						417.300,00
Unidade: 27.01 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS						417.300,00
Proj./Ativ.: 1.035 - CONSTRUÇÃO DE POSTOS GUARDA VIDAS			Localizador: Imbituba			
1	06.182.12	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	42.800,00
<b>Total:</b>						<b>42.800,00</b>
Proj./Ativ.: 2.086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM			Localizador: Imbituba			
2	06.182.12	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	267.500,00
2	06.182.12	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>374.500,00</b>
Órgão: 28.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO						10.700,00
Unidade: 28.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO						10.700,00
Proj./Ativ.: 2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDETUR			Localizador: Imbituba			
1	23.695.8	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Proj./Ativ.: 1.023 - CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			Localizador: Imbituba			
1	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	182.500,00
1	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0127.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	192.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 10/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Proj./Ativ.: 1.023 - CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			Localizador: Imbituba			
1	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0195.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	172.750,00
<b>Total:</b>						<b>547.750,00</b>
Proj./Ativ.: 1.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			Localizador: Imbituba			
2	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	12.500,00
2	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0195.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	137.500,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.025 - REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE			Localizador: Imbituba			
3	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0195.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	64.250,00
<b>Total:</b>						<b>64.250,00</b>
Proj./Ativ.: 1.054 - CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE			Localizador: Imbituba			
4	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	37.500,00
4	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0195.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	87.500,00
<b>Total:</b>						<b>125.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.055 - CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			Localizador: Imbituba			
5	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
5	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0127.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	275.000,00
<b>Total:</b>						<b>375.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.056 - CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSES			Localizador: Imbituba			
6	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
6	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>200.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.057 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE			Localizador: Imbituba			
10	10.304.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0367.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	39.750,00
10	10.304.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	186.550,00
10	10.304.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0365.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	183.750,00
10	10.304.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	140.000,00
10	10.304.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0367.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
10	10.304.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.700,00
10	10.304.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0367.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	21.400,00
10	10.304.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0365.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>722.150,00</b>
Proj./Ativ.: 2.061 - ASSIST. AMBUL. E HOSPITALAR			Localizador: Imbituba			
8	10.302.14	3.1.70.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferencias a Consórc	Não	Sim	Sim	20.000,00
8	10.302.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	153.428,50
8	10.302.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0369.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	127.250,00
8	10.302.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0370.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	260.000,00
8	10.302.14	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Sim	150.000,00
8	10.302.14	3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferências a Consórc	Não	Não	Sim	234.000,00
8	10.302.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	2.388.267,50
8	10.302.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0193.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	35.750,00
8	10.302.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0370.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.621.250,00
8	10.302.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0370.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	37.500,00
<b>Total:</b>						<b>5.027.446,00</b>
Proj./Ativ.: 2.120 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			Localizador: Imbituba			
9	10.303.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0377.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	193.750,00
9	10.303.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	214.000,00
9	10.303.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0364.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	214.000,00
<b>Total:</b>						<b>621.750,00</b>
Proj./Ativ.: 2.121 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA			Localizador: Imbituba			
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0361.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	1.191.250,00
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0378.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	210.000,00
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	7.000.000,00
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0362.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	200.750,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 11/12  
 Data: 10/10/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

**Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Unidade: 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						20.603.596,00
Proj./Ativ.: 2.121 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA			Localizador: Imbituba			
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0363.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	961.250,00
7	10.301.14	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0229.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	272.300,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.000.000,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0379.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	291.500,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0378.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0363.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	80.000,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0360.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	998.500,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0230.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	51.000,00
7	10.301.14	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0229.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	116.700,00
7	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0360.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	42.800,00
7	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0229.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	42.800,00
7	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0197.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	187.500,00
7	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	62.500,00
7	10.301.14	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0378.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>12.770.250,00</b>
Órgão: 30.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA						10.085.700,00
Unidade: 30.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA						10.085.700,00
Proj./Ativ.: 1.020 - AGUA LIMPA PARA TODOS			Localizador: Imbituba			
1	17.512.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000.000,00
1	17.512.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0355.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	75.000,00
1	17.512.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.075.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.050 - MANUTENÇÃO FUNDO SANEAMENTO			Localizador: Imbituba			
2	17.512.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Órgão: 31.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA						583.150,00
Unidade: 31.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA						583.150,00
Proj./Ativ.: 2.044 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO			Localizador: Imbituba			
1	06.181.17	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	203.300,00
1	06.181.17	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>224.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.045 - CONVENIO POLICIA MILITAR			Localizador: Imbituba			
2	06.181.17	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	85.600,00
2	06.181.17	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>96.300,00</b>
Proj./Ativ.: 2.046 - CONVENIO POLICIA CIVIL			Localizador: Imbituba			
3	06.181.17	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
3	06.181.17	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.400,00
<b>Total:</b>						<b>74.900,00</b>
Proj./Ativ.: 2.047 - CONVENIO RÁDIO PATRULHA			Localizador: Imbituba			
4	06.181.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.250,00
<b>Total:</b>						<b>80.250,00</b>
Proj./Ativ.: 2.124 - CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA			Localizador: Imbituba			
5	06.181.7	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
5	06.181.7	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.500,00
<b>Total:</b>						<b>107.000,00</b>
Órgão: 32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA						26.750,00
Unidade: 32.01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA						26.750,00
Proj./Ativ.: 2.032 - CONSCIÊNCIA VERDE			Localizador: Imbituba			
2	18.542.18	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
<b>Total:</b>						<b>5.350,00</b>





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 12/12  
 Data: 10/10/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação da Proposta da Despesa (Consolidado)

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Órgão: 32.00 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA						26.750,00
Unidade: 32.01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA						26.750,00
Proj./Ativ.: 2.036 - CALENDÁRIO ATIVIDADES EDUCAÇÃO AMBIENTAL			Localizador: Imbituba			
1	18.541.18	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Proj./Ativ.: 2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MEIO AMBIENTE			Localizador: Imbituba			
3	18.542.18	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.700,00
<b>Total:</b>						<b>10.700,00</b>
Órgão: 33.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA						6.475,00
Unidade: 33.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA						6.475,00
Proj./Ativ.: 2.048 - MANUTENÇÃO DO FUNPRED			Localizador: Imbituba			
1	08.243.19	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.350,00
1	08.243.19	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.125,00
<b>Total:</b>						<b>6.475,00</b>
Órgão: 34.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA						385.000,00
Unidade: 34.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA						385.000,00
Proj./Ativ.: 2.043 - VIVER BEM			Localizador: Imbituba			
1	16.482.20	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
1	16.482.20	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0354.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	350.000,00
1	16.482.20	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>385.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>100.030.446,00</b>

**Resolução Comed 002.2013**

RESOLUÇÃO Nº 002/COMED/2013

Dispõe sobre a inserção de alunos da Rede Municipal de Ensino no Programa REAPRENDER - 2013/2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei nº 3.889 de 03 de maio de 2011, em seu art. 2º, inciso VI,

**RESOLVE:**

Art. 1º O aluno da 8ª série do Ensino Fundamental de 08 anos, com rendimento inferior a média 05 (cinco), no 1º bimestre e, que apresente dificuldade de aprendizagem e de domínio das capacidades e habilidades na leitura, na escrita e no cálculo será submetido ao Programa REAPRENDER, implantado em agosto de 2013, na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º As dificuldades de aprendizagem por aluno serão analisadas e caracterizadas pelo Conselho de Classe, com registro em Ata para fins de inserção no programa REAPRENDER.

Parágrafo Único - a inserção e a permanência no Programa REAPRENDER será deliberada conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas Básicas da Rede Municipal.

Art. 3º O aluno matriculado na 8ª série do Ensino Fundamental de 08 anos, inclusive o que frequentará o Programa REAPRENDER, será matriculado na 1ª série do Ensino Médio em 2014, exceto:

- 1) Aquele aluno que submetido a avaliação final, homologada em Ata do Conselho de Classe não lograr êxito na aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo;
- 2) Aquele aluno que apresentar frequência inferior a mínima exigida em todas as disciplinas.

Parágrafo Único - O aluno matriculado na 8ª série do Ensino Fundamental de 08 anos, deverá ser submetido à avaliação de aprendizagem nos termos regulamentado pela Resolução nº 158/08/CEE/SC.

Art. 4º O aluno inserido nas exceções do Art. 3º, no ano Letivo de 2014, será matriculado no último ano do ensino fundamental de 9 anos de implantação gradativa desde o ano de 2007, na Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de dezembro de 2013.

RONALDO AUGUSTO PIRES

Presidente Conselho Municipal de Educação de Imbituba

**Resolução PMI Secult Nº 01.2013**

RESOLUÇÃO PMI/SECULT Nº 01, de 26 de novembro de 2013.

Regulamenta a inscrição de Projetos Culturais no Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba - PROCULT e dá outras providências.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA:**

No uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 9º da Lei Municipal nº 4.276 de 05 de novembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º A apresentação de Projeto Incentivado, no âmbito do Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba – PROCULT, observará formulário de inscrição específico, conforme Anexo I desta Resolução, o qual deverá ser preenchido corretamente pelo

Proponente Cultural.

Parágrafo único. Juntamente com o formulário, deverão ser anexados os seguintes documentos comprobatórios:

I – Quando o Proponente Cultural for pessoa física:

cópia de documento de identificação, com foto;

certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

currículo, contendo as atividades culturais desenvolvidas pelo mesmo nos últimos 2 (dois) no município de Imbituba, devidamente comprovadas;

comprovante relativo ao domicílio no município de Imbituba por no mínimo 02(dois) anos;

declaração informando que não é agente político, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

declaração acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

II – quando o Proponente Cultural for pessoa jurídica:

cópia do estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrado, acompanha da ata ou ato de constituição da direção;

certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, contendo atividade cultural registrada no campo "Código e descrição da atividade econômica principal" ou "Código e descrição da atividade econômica secundária";

comprovante de estar sediada no município de Imbituba por no mínimo 02(dois) anos;

declaração do seu dirigente máximo informando que nenhum dos seus dirigentes é agente político, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

declaração do seu dirigente máximo acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

cópia de documento de identificação, com foto, do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Cultural, se não forem os mesmos;

certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Cultural, se não forem os mesmos;

portfólio, contendo as atividades culturais desenvolvidas pela mesma nos últimos 2 (dois) no município de Imbituba, devidamente comprovadas.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Imbituba, 26 de novembro de 2013.

VALÉRIA FABIANA CORREA RODRIGUES

Secretária Municipal de Cultura

Registre-se e publique-se.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

MÁRCIA APARECIDA DA SILVA LUIZ

Técnico Contabilidade

**ANEXO I**

RESOLUÇÃO PMI/SECULT Nº 01, de 26 de novembro de 2013.

IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO



## 37 – OBSERVAÇÕES:

## DECLARAÇÃO

38 - A inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.276 de 05/11/2013 da Secretaria Municipal de Cultura de Imbituba.

As informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

39. Data:	40. Assinatura do Proponente Cultural:
-----------	--

## CONFORMIDADE

(não preencher – para uso interno da SECULT)

41. Nome do Servidor:	42. Matrícula:
-----------------------	----------------

43. Data:	44. Assinatura:
-----------	-----------------

45. Aferição:

### Portaria PMI/Seduc N.º 004, de 03 de Dezembro de 2013.

PORTARIA PMI/SEDUC N.º 004, de 03 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 19283/2013,

## RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEDUC nº 003, de 31 de outubro de 2013, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS  
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ISRAEL PEDROSO ROCHA  
Controlador Geral do Município

### Extrato de Publicação de Concorrência Nº 02/2013 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SANEAMENTO

PROCESSO Nº 06/2013

CONCORRÊNCIA Nº 02/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Saneamento comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 16 de janeiro de 2014, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a gestão dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelo Município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência

Imbituba, 09 de dezembro de 2013.

EDUARDO DOS PASSOS NUNES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 84/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 130/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais e mão de obra para construção de casa de madeira autoclavada no centro municipal de educação infantil localizado no bairro de Nova Brasília - Imbituba/sc.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de dezembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 85/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 131/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço móvel pessoal - smp no estado de santa catarina, por intermédio de 100 (cem) códigos de acesso, com o fornecimento das 100 (cem) estações móveis, associados a um plano pós-pago de serviço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br).

sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de dezembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ato da Presidência Nº 057/13

Ato da Presidência nº 057/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 42ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 09 de dezembro de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
147	PL nº 4.469/2013	05/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Coral Santa Terezinha de Nova Brasília, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
139	PL nº 4.470/2013	05/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2013, e abre Crédito Especial para o Orçamento de 2013 do Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2013.

Luís Antônio Dutra Presidente	Luiz Cláudio Carvalho de Souza Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário



## Iomerê

## PREFEITURA

## Decreto 1478

DECRETO Nº. 1478 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013  
Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0005/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

## DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0005/2013:

Nome	CPF	Cargo	Títulos
Andressa Aguiar Fantinel Zarpellon	034.969.739-60	Agente Comunitário de Saúde	-
Cristiane Peretti	073.716.289-93	Agente Comunitário de Saúde	-
Irene Oss Barichello	645.692.509-63	Agente Comunitário de Saúde	-
Iva Perosa Pelle	867.381.949-00	Agente Comunitário de Saúde	-
Ivanir Perosa Pelle	658.811.259-91	Agente Comunitário de Saúde	-
Leonilde Ferronato Faccin	837.758.469-72	Agente Comunitário de Saúde	-
Maiara Guedes	099.042.959-80	Agente Comunitário de Saúde	-
Maria Inês Colombo Oltramari	944.530.209-53	Agente Comunitário de Saúde	-
Jordana Vigolo	060.635.899-45	Agente de Serviços Gerais	-
Laurindo de Araújo	914.327.319-04	Agente de Serviços Gerais	-
Célia Antunes Cordeiro Conte	579.235.159-72	Faxineira - 40 horas	-
Débora Ferreira de Souza	008.455.269-79	Faxineira - 40 horas	-
Dorilde Rossoni	949.620.909-25	Faxineira - 40 horas	-
Vera Lúcia Corrêa Ribeiro	032.551.149-77	Faxineira - 40 horas	-
Eronita Walendorff	028.440.339-38	Merendeira - 20 horas	-
Marilde Toldo Bridi	649.351.759-15	Merendeira - 20 horas	-
Adriana Piran	055.455.809-21	Merendeira - 40 horas	-
Silvia Deluchi	006.276.709-70	Merendeira - 40 horas	-
Adriano Fantinel	010.093.949-08	Motorista de Caminhão	-
Gustavo Crestani Franco	072.370.319-10	Motorista de Caminhão	-
Marildo Fantinel	753.164.049-04	Motorista de Caminhão	-
Odir Pagno	765.790.939-00	Motorista de Caminhão	-
Valdemar José Bortolozo	400.706.629-91	Motorista de Caminhão	-
Alexa Raquel Di Domenico	776.588.339-91	Professor de Artes - Habilitado - 40 horas	-
Fabiana Kopp Benque	041.104.099-50	Professor de Artes - Habilitado - 40 horas	0,70
Eliane Cristina Antunes Salles	016.388.729-29	Professor de Artes - Não Habilitado - 40 horas	-

Rafaella Irene Carpenedo Cavon	047.477.889-48	Professor de Artes - Não Habilitado - 40 horas	-
Geni Falchetti Cossul	789.462.209-53	Professor de Artes 20 horas	0,10
Angela Maria Soares	022.435.849-99	Professor de Artes 20 horas - Não Habilitado	-
Giovana Ariati Zaccaron	062.416.199-42	Professor de Ciências - Não Habilitado	0,75
Gislei Sagais Zornitta	052.530.299-90	Professor de Educação Física - Área de Dança - Habilitado	0,65
Débora Turmina	078.910.269-20	Professor de Educação Física - Xadrez - Habilitado	0,20
Marina Elena Buss	081.237.829-69	Professor de Educação Física - Xadrez - Habilitado	-
Monica Lopes Schneider	949.613.289-87	Professor de Geografia - Habilitado	-
Nelci Salete Severino Dalmolin	332.437.009-49	Professor de Geografia - Habilitado	0,25
Vanderlei Pires	009.031.859-54	Professor de Geografia - Habilitado	0,55
Carlos Egidio Scortegagna Alberti	051.733.289-24	Professor de História - Habilitado	0,10
Christiane Oliveira de Jesus	009.866.149-39	Professor de História - Habilitado	0,55
Evandro Bogonika	075.590.309-98	Professor de História - Não Habilitado	-
Josias Favarin	010.501.279-35	Professor de História - Não Habilitado	0,10
Mateus Henrique Torcatto	051.935.559-85	Professor de História - Não Habilitado	-
Rafael Ascari	038.674.529-38	Professor de História - Não Habilitado	0,05
Tatiana Alves Martins Bonfim	271.293.168-88	Professor de História - Não Habilitado	-
Marta Maria Falchetti	927.790.269-87	Professor de Língua Portuguesa - Habilitado	0,55
Emanuel Sipp	016.050.439-23	Professor de Matemática - Habilitado	-
Danieli Juliane Berti Panigaz	050.684.219-36	Professor I - Educação Infantil/ Creche/ 20 horas	0,05
Edinéia Alberti	051.320.219-64	Professor I - Educação Infantil/ Creche/ 40 horas	0,30
Francieli Camargo da Silva	050.354.529-56	Professor I - Educação Infantil/ Creche/20 horas	-
Natalia Palhoza	088.409.009-42	Professor I - Educação Infantil/ Creche/20 horas	-
Eliane Osmarini	038.977.289-58	Professor I - Educação Infantil/ Creche/40 horas	-
Giseli da Silva	068.679.709-40	Professor I - Educação Infantil/ Creche/40 horas	-
Sara Cristina Paganini	056.461.509-90	Professor I - Educação Infantil/ Creche/40 horas	-
Ana Sipp	949.657.659-15	Professor I - Ensino Fundamental 20 horas	-
Jéssica Zuffo Hackbarth	080.552.319-74	Professor I - Ensino Fundamental 20 horas	0,60
Margarete Serighelli Tasca	049.409.219-05	Professor I - Ensino Fundamental 20 horas	0,05
Marisa Maria da Silva Amora Hofstatter	950.249.489-04	Professor I - Ensino Fundamental 20 horas	0,10
Sibele Munaro	008.422.319-78	Professor I - Ensino Fundamental 20 horas	0,05
Adriane Grigolo Zanini	007.667.529-76	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,25

Carolina Sipp Zardo	051.839.219-89	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,15
Cibeli de Oliveira Vilela Pavesi	976.750.830-91	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	-
Fernanda Consoni	007.601.189-57	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,55
Marcelina Falchetti Peretti	949.649.719-53	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,35
Rachel Simone Meneguzzi Manenti	006.829.979-60	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,85
Sirlei Aparecida Denardi	077.787.139-42	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,25
Talita Pellicoli	079.997.409-93	Professor III - Educação Infantil/ Creche/20 horas	0,50
Drieli Finger Moresco	049.580.919-55	Professor III - Educação Infantil/ Creche/40 horas	0,15
Fabiana Carniel Rigo	053.500.289-01	Professor III - Educação Infantil/ Creche/40 horas	0,35
Marina Abati	065.058.519-41	Professor III - Educação Infantil/ Creche/40 horas	1,45
Rosa Cristina Alves de Mello Rech	776.570.719-15	Professor III - Educação Infantil/ Creche/40 horas	0,05
Cristiane de Freitas Casagrande	066.260.919-05	Professor III - Ensino Fundamental	-
Fabiane Sovrani Fernandes	049.016.529-07	Professor III - Ensino Fundamental	0,10
Sandra Zamboni Locatelli	021.177.159-74	Professor III - Ensino Fundamental	0,10
Sirléia Maria Passoni	047.757.979-56	Professor III - Ensino Fundamental	1,55
Solange Aparecida Dias de Campos	029.365.539-11	Professor III - Ensino Fundamental	0,45
Suéli Daiane Arnold Ansiliero	078.811.059-41	Professor III - Ensino Fundamental	1,15
Maudinês Locatelli	018.497.169-19	Psicóloga	0,10
Michele Réus Elias	005.552.479-61	Psicóloga	-
Priscila Luvison	067.838.319-73	Psicóloga	0,20
Rochana Mendes	005.204.729-69	Psicóloga	0,35
Thaís Andressa Hepp	069.401.849-02	Psicóloga	0,15
Maria Aparecida de Oliveira de Araújo	573.698.449-00	Segundo Professor ou Professor Auxiliar - Habilitado	0,35
Angela Maria Mazureck Rabuske	006.257.459-06	Segundo Professor ou professor auxiliar 20 horas - Habilitado	0,30
Sandi Paula Chaiscoski	095.544.309-14	Segundo Professor ou professor auxiliar 20 horas - Não Habilitado	-

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 06 de dezembro de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Art 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

## Pregão Presencial Nº 29/2013 MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0029/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0029/2013 para aquisição de óleo lubrificante e graxa. A abertura das propostas se dará no dia 19/12/2013 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 05 de dezembro de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

### Contrato Ct13/92

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA

CT13/92

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 14.563.006/0001-81, com endereço na Rua XV de Novembro, nº 1168, neste ato representada pela Sra. Céres Regina Perondi, denominada de CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de óleo diesel S10 para abastecimento do caminhão novo placas MLH6548 da frota do Município de Iomerê para o período de novembro à dezembro de 2013, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
1	300	2,43	Óleo diesel S10	Shell	729,00

Valor do contrato é de R\$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais).

Fazem parte deste instrumento, independente de transcrição, todos os termos e especificações constantes do Edital referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 0053/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos durante o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, observado o prazo de pagamento praticado pelo Município, em relação a todos os seus credores/fornecedores.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0053/2013, modalidade de Dispensa nº 0003/2013, para todos os efeitos legais e jurídicos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013.

Órgão	06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade	06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	2059 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Comp. Elemento	33.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
	RECURSOS VINCULADOS
Fonte	FEP

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as

normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê (SC), 26 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PASQUAL  
OAB.SC 16.164

#### Contrato Ct13/93

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES NOVOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - CT13/93.

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod. SC 453 Km 55, na cidade de Videira SC., inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.689/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato para fornecimento do objeto descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/02 e demais disposições de Direito aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– O presente contrato tem como objeto o fornecimento de 03(três) caminhões novos, conforme descrição abaixo, decorrente de processo licitatório, pregão presencial n. 0026/2013:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO NOVO	IvecoTector 260E28	3	216.333,33	648.999,99
TOTAL					648.999,99

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – O valor a ser pago pelo Contratante será de R\$ 648.999,99 (seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme proposta efetuada no Pregão Presencial nº 0026/2013, onde a Contratada restou vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento do objeto da presente licitação será feito em

parcela única em favor da Contratada, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento dos caminhões, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, Termo de Garantia e liberação dos recursos do programa FUNDAM – Fundo de Apoio aos Municípios, convênio nº 2013TR003326.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade	06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	2059 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS
Órgão	05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	05.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	1047 – PATRULHA AGRÍCOLA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 28.11.2013, com duração enquanto vigentes as obrigações decorrentes do Edital de Processo Licitatório n. 0026-2013, de ciência e assumidas pela Contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0052/2013 – Pregão Presencial nº 0026/2013.

#### CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado na proposta;
- oferecer assistência técnica homologada pelo fabricante a uma distância de no máximo 80 km do município;
- demais obrigações previstas no item 5.1 do Edital do Pregão vinculado à Cláusula oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 28 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

CARBONI DISTRIB. DE VEÍCULOS LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PAULA PASQUAL

Oab.sc 16.164

#### Contrato Ct13/94

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS CAÇAMBAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MANOS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA – CT13/94.

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MANOS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod. SC 303 Km 03, na cidade de Videira SC., inscrita no CNPJ sob o nº 81.856.510/0001-67, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato para fornecimento do objeto descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/02 e demais disposições de Direito aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de três caçambas sobre chassi, conforme descrição abaixo, decorrente de processo licitatório, pregão presencial n. 0026/2013:



ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAÇAMBA SOBRE CHASSI	Manos	3	33.900,00	101.700,00
TOTAL					101.700,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1 – O valor a ser pago pela CONTRATANTE será de R\$ 101.700,00 (cento e um mil e setecentos reais), conforme proposta efetuada no Pregão Presencial nº 0026/2013, onde a Contratada restou vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal, Termo de Garantia e liberação dos recursos do programa FUNDAM – Fundo de Apoio aos Municípios, convênio nº 2013TR003326.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade	06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	2059 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS
Órgão	05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	05.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	1047 – PATRULHA AGRÍCOLA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS

**CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de

qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

7.1 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 28.11.2013, com duração enquanto vigentes as obrigações decorrentes do Edital de Processo Licitatório n. 0026/2013, de ciência e assumidas pela Contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

8.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0052/2013 – Pregão Presencial nº 0026/2013.

**CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado na proposta;
- oferecer assistência técnica homologada pelo fabricante a uma distância de no máximo 80 km do município;
- demais obrigações previstas no item 5.1 do Edital do Pregão vinculado à Cláusula oitava deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

10.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 28 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MANOS IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

PAULA PASQUAL  
OAB.SC 16.164

**Contrato Ct13/95**

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE PNEU NOVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ – COOTAN – CT13/95.

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado





pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Francisco Nardi, nº 1760 na cidade de Tangará SC., inscrita no CNPJ sob o nº 05.948.057/0011-02, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato para fornecimento do objeto descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/02 e demais disposições de Direito aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de um trator de pneu novo, conforme descrição abaixo, decorrente de processo licitatório, pregão presencial n. 0026/2013:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	TRATOR DE PNEU	Agrale 5085	1	100.000,00	100.000,00
TOTAL					100.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – O valor a ser pago pela CONTRATANTE será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme proposta efetuada no Pregão Presencial nº 0026/2013, onde a Contratada restou vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal, Termo de Garantia e liberação dos recursos do programa FUNDAM – Fundo de Apoio aos Municípios, convênio nº 2013TR003326.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade	06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	2059 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS
Órgão	05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	05.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	1047 – PATRULHA AGRÍCOLA
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	RECURSOS ESTADUAIS

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções: a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 28.11.2013, com duração enquanto vigentes as obrigações decorrentes do Edital de Processo Licitatório n. 0026/2013, de ciência e assumidas pela Contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0052/2013 – Pregão Presencial nº 0026/2013.

#### CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado na proposta;
- oferecer assistência técnica homologada pelo fabricante a uma distância de no máximo 80 km do município;
- demais obrigações previstas no item 5.1 do Edital do Pregão vinculado à Cláusula oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 28 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

COOPERATIVA AGROPEC. TANGARÁ - COOTAN  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

PAULA PASQUAL  
OAB.SC 16.164

# Ipumirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 506/2013 de 03 de Dezembro de 2013**  
NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE AMOSTRAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 056/2013 e 057/2013.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA,

Diane Favretto, Ivanete Siebeneichler Locatelli e Vanderson Cerutti, para comporem a Comissão Municipal de Análise de Amostras de Gêneros Alimentícios para o programa nacional de alimentação escolar, conforme processo licitatório nº. 056/2013 e 057/2013. Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Dezembro de 2013.

Ipumirim, 03 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 509/2013 de 03 Dezembro de 2013.**  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E TRIENAL DA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA

Os seguintes membros para compor a Comissão de Avaliação Anual de desempenho do Estágio Probatório conforme Art. 41 da Lei Complementar 001/2002, e da avaliação trienal da Progressão Funcional por Desempenho, conforme art. 14 da Lei Complementar nº 002/2002:

I - Secretaria de Administração:

- Jucilene Goldoni Caliar - Efetiva - Auxiliar Administrativa.
- Laudecir Francio - Efetivo - Escriturário.
- Paulo R. de Bortoli - Efetivo - Agente de Recursos Humanos.

II - Secretaria da Saúde:

- Mariana da Silveira. - Efetiva - Farmacêutica.
- Fabiane Farina - Efetiva - Psicóloga.
- Paulo R. de Bortoli - Efetivo - Agente de Recursos Humanos.

III - Secretaria de Educação:

- Marineide Pick Pilatti - Efetiva - Professora
- Ivanete Siebeneichler Locatelli - Efetiva - Professora.
- Ione Farina - Efetiva - Professora.

IV - Secretaria de Agricultura

- Gerson Mario Wildner - Efetivo - Técnico Agrícola
- Gilmar Antonio da Rosa - Efetivo - Eng. Agrônomo.
- Paulo R. de Bortoli -Efetivo- Agente de Recursos Humanos
- V - Departamento Municipal de Estradas e Rodagens (DMER) e Departamento Municipal de Urbanismo (DMU).

- Laudecir Francio - Efetivo - Escriturário.
- Claudimir Antonio Accadrolli - Efetivo - Almoxarife
- Paulo R. De Bortoli -Efetivo- Agente de Recursos Humanos

VI - Secretária de Habitação e Assistência Social.

- Andressa Lucia Cesco - Efetiva - Assistente Social.
- Paulo R. de Bortoli - Efetivo - Agente de Recursos Humanos
- Roseli S. Z. Bonissoni - Efetiva - Auxiliar Administrativa -

Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº.510/2013 de 03 de Dezembro de 2013.**  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ANUAL E PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA

Os seguintes membros para compor a Comissão de Avaliação trienal da Progressão Funcional por Desempenho, conforme art. 14 da Lei Complementar nº 002/2002, para os seguintes funcionários: Laudecir Francio, Jucilene Goldoni Caliar, Paulo Roberto de Bortoli, Mariana da Silveira, Fabiane Farina, Gerson Mario Wildner, Gilmar Antonio da Rosa, Claudimir Antonio Accadrolli e Andressa Lucia Cesco.

- Adriana Giombelli Bordinhon - Efetiva - Administradora Escolar.
- Juliano Babinski- Efetivo - Contador.
- Suzana Giombelli - Efetiva - Cadastrista

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 505/2013 de 03 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VIVIANE PEROSIN, Matrícula 2190-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.531 e do CPF 052.684.819-75, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 400/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 507/2013 de 03 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO  
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

MARIANA CANTON, Matrícula 2074-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.719 e do CPF 046.195.199-10, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 003/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 508/2013 de 03 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO  
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, Matrícula 2072-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, com nomeação para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 001/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 511/2013 de 05 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO  
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

CLARISETE BAUER, Matrícula 2073-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.134.276 e do CPF 079.953.739-02, com nomeação para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria

002/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 05 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 512/2013 de 05 de Dezembro de 2013.**  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO  
E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA LINS, Matrícula 2183-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.637 e do CPF 060.411.649-76, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 329/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 05 de dezembro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 2013.50.7159 de 05 de Dezembro de 2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 50/2013

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2013, do PROCESSO Nº 50/2013, homologado aos 04 de outubro de 2013, cujo objeto é aquisição de camisetas destinados as equipes participantes dos JAI- Jogos Abertos de Ipumirim edição 2013., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Nº 2013.50.7159 de 05 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: MASSOCCO CONFECÇÕES E ART. ESPORTIVOS LTDA EEP, situada na RUA Dr. MARURI, 1145, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.264.539/0001-00 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.428.200, representado pelo Senhor MARCOS MENEGAT, CPF: 041.862.189-60.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Camiseta branca 100% poliester ( Dray)	UN	250,00	WEPLAY	11,30	2.825,00
Valor Total Registrado					R\$ 2.825,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Lei N.º 1756/2013

Lei nº 1.756/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a anular parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais).

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários da Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (35) Aplicações Diretas

R\$ 14.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (37) Aplicações Diretas

R\$ 24.000,00

**T O T A L R\$ 38.000,00**

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.036 - Manutenção do Programa de Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (40) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0251 (44) Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

**T O T A L R\$ 22.000,00**

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do Samu

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (45) Aplicações Diretas

R\$ 21.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (47) Aplicações Diretas

R\$ 28.000,00

**T O T A L R\$ 49.000,00**

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.051 - Contribuição ao Cis-Amurc

3.3.71.00.00.00.00.00.01.0251 (56) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

**T O T A L R\$ 20.000,00**

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (08) Aplicações Diretas

R\$ 129.000,00

**T O T A L R\$ 129.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1.757/2013

Lei nº 1.757/2013

“Dispõe sobre o Plano Plurianual - 2014 a 2017, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Irineópolis e dá outras providências.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art. 1º - Fica estabelecido para o período de 2014 a 2017, o Plano Plurianual expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Programáticos anuais serão elaborados segundo esta Lei, observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º - Em decorrência da execução programática, o plano de trabalho e demais normas estabelecidas nesta lei, poderão ser revistos anualmente por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual ou através de leis especiais, quando do surgimento de motivos que assim exigem.

Art. 4º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá:

- I. ações prioritárias, objetivos e metas da administração pública municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. políticas de aplicação dos Fundos, Fundações e Autarquias; da seguridade social.

Art. 5º - Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança dos tributos e da dívida ativa.

Art. 6º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e normas para a elaboração e execução do orçamento programa, estabelecerá as políticas de pessoal relacionadas a implantação de planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, reajuste salarial e concernente ao aumento do número de vagas no quadro funcional das administrações direta e indireta, identificará as ações,



programas e projetos novos e considerará os efeitos das expansões e ou aperfeiçoamento dos serviços municipais.

Art. 7º - As ações prioritárias, objetivos e metas para o período de 2014 a 2017, a serem observados e executados pelas unidades das administrações diretas e indiretas, estão consolidados nos Anexos desta LEI.

Art. 8º - A programação das receitas e despesas previstas para consecução do programa de trabalho estabelecido no artigo anterior, está definida nos Anexos.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 05 de Dezembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## Lei Nº 1.758/2013

LEI N.º 1.758/2013

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IRINEÓPOLIS para o Exercício de 2014 e contém outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI Do Orçamento do Município

Artigo 1.º - O Orçamento Geral do Município de IRINEOPOLIS, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquia, para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 26.399.770,00(vinte e seis milhões, trezentos e noventa e nove mil e setecentos e setenta reais), discriminados nos anexos integrantes desta LEI.

Do Orçamento das Unidades Gestoras

Artigo 2.º - O Orçamento Consolidado para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 26.399.770,00(vinte e seis milhões, trezentos e noventa e nove mil e setecentos e setenta reais), e fixa a Despesa em 26.399.770,00(vinte e seis milhões, trezentos e noventa e nove mil e setecentos e setenta reais), sendo R\$ 5.898.500,00 (cinco milhões oitocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) as transferências financeiras recebidas e concedidas.

§ 1.º - A Receita da Prefeitura, Fundos e Autarquias, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

### 4. RECEITAS

26.399.770,00

4.1. RECEITAS CORRENTES 22.909.070,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 3.068.700,00

4.7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 422.000,00

TOTAL GERAL 26.399.770,00

§ 2.º - A Despesa Consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Poder Legislativo 1.100.000,00

02 - Poder Executivo

17.515.370,00

03 - Hospital Municipal Bom Jesus

1.061.900,00

04 - Fundo Municipal de Saúde 6.404.500,00

05 - Fundo Municipal de Assistência Social 200.000,00

99 - Reserva de Contingência 118.000,00

TOTAL GERAL 26.399.770,00

### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 1.100.000,00

04 - Administração 2.070.870,00

06 - Segurança Pública 58.700,00

08 - Assistência Social 850.550,00

10 - Saúde 7.466.400,00

12 - Educação 9.056.550,00

13 - Cultura 52.000,00 15 - Urbanismo 2.227.700,00

16 - Habitação 165.000,00

17 - Saneamento 2.000,00

20 - Agricultura 1.019.500,00

22 - Indústria 201.500,00

23 - Comércio e Serviços 21.000,00

25 - Energia 200.000,00

26 - Transporte 1.790.000,00

99 - Reserva de Contingência 118.000,00

TOTAL GERAL 26.399.770,00

### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo 1.100.000,00

0007 - Administração 1.103.870,00

0008 - Administração Financeira 385.000,00

0018 - Promoção e Extensão Rural 1.019.500,00

0030 - Segurança Pública 58.700,00

0041 - Educação Infantil 1.210.000,00

0042 - Ensino Fundamental 7.324.050,00

0044 - Ensino Superior 101.000,00

0045 - Ensino Supletivo 10.000,00

0046 - Educação Física e Desportos 106.000,00

0047 - Assistência a Educandos 22.000,00

0048 - Cultura 52.000,00

0049 - Educação Especial 42.500,00

0051 - Energia Elétrica 200.000,00

0057 - Habitação 165.000,00

0058 - Urbanismo 2.227.700,00

0062 - Indústria 201.500,00

0065 - Turismo 21.000,00

0075 - Saúde 7.462.900,00

0076 - Saneamento 2.000,00

0081 - Assistência 850.550,00

0084 - PASEP 235.000,00

0088 - Transporte 1.790.000,00

0099 - Reserva de Contingência 118.000,00

0100 - Gestão Administrativa Superior 347.000,00

0102 - Despesas Gerais em Educação 151.000,00

0103 - Despesas Gerais em Saúde 3.500,00

0105 - Programa Caminho na Escola 90.000,00

TOTAL GERAL 26.399.770,00

### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 21.894.820,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 12.774.000,00

3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 214.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 8.906.820,00

DESPESAS DE CAPITAL 4.386.950,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 3.953.950,00

4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 300.500,00

4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 132.500,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 118.000,00

9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 118.000,00



TOTAL GERAL 26.399.770,00

## Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis

Artigo 3.º - O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 23.513.870,00(vinte e três milhões, quinhentos e treze mil e oitocentos e setenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.898.500,00 (cinco milhões oitocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais)e fixa a Despesa em R\$ 17.615.370,00(dezessete milhões seiscentos e quinze mil e trezentos e setenta reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

## 4. RECEITAS

23.513.870,00

4.1. RECEITAS CORRENTES 20.459.170,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 3.054.700,00

TOTAL GERAL 23.513.870,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 1.100.000,00

04 - Administração 2.070.870,00

06 - Segurança Pública 58.700,00

08 - Assistência Social 850.550,00

10 - Saúde 7.466.400,00

12 - Educação 9.056.550,00

13 - Cultura 52.000,00

15 - Urbanismo 2.227.700,00

16 - Habitação 165.000,00

17 - Saneamento 2.000,00

20 - Agricultura 1.019.500,00

22 - Indústria 201.500,00

23 - Comércio e Serviços 21.000,00

25 - Energia 200.000,00

26 - Transporte 1.790.000,00

99 - Reserva de Contingência 118.000,00

SOMA 26.399.770,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 21.894.820,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 12.774.000,00

3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 214.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 8.906.820,00

DESPESAS DE CAPITAL 4.386.950,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 3.953.950,00

4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 300.500,00

4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 132.500,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 118.000,00

9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 118.000,00

SOMA 26.399.770,00

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

5.898.500,00

SOMA

26.399.770,00

## Do Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus

Artigo 4.º - O Orçamento da entidade Hospital Municipal Bom Jesus para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 468.900,00(Quatrocentos e sessenta e oito mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 600.000,00 (seiscientos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.068.900,00(Um milhão e sessenta e oito mil e novecentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

## 4. RECEITAS

468.900,00

4.1. RECEITAS CORRENTES 35.900,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 11.000,00

4.7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 422.000,00

SOMA 468.900,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 600.000,00

TOTAL GERAL 1.068.900,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Hospital Municipal Bom Jesus será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 1.061.900,00

99 - Reserva de Contingência 7.000,00

TOTAL GERAL 1.068.900,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 996.900,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 550.000,00

3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 1.500,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 445.400,00

DESPESAS DE CAPITAL 65.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 61.000,00

4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 4.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 7.000,00

9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 7.000,00

TOTAL GERAL 1.068.900,00

## Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Artigo 5.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 2.233.000,00(Dois milhões, duzentos e trinta e três mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.181.500,00 (quatro milhões, cento e oitenta e um mil e quinhentos reais)e fixa a Despesa em R\$ 6.414.500,00(seis milhões, quatrocentos e quatorze mil e quinhentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 2.233.000,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 2.230.000,00  
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 3.000,00  
  
 SOMA 2.233.000,00  
 TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 4.181.500,00  
  
 TOTAL GERAL 6.414.500,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 6.404.500,00  
 99 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL 6.414.500,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 6.156.000,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 3.920.500,00  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros Encargos Dívida 7.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 2.228.500,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 248.500,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 248.500,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL GERAL 6.414.500,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Artigo 6.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 184.000,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 184.000,00  
  
 SOMA 184.000,00  
 TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 17.000,00

TOTAL GERAL 201.000,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 200.000,00  
 99 - Reserva de Contingência 1.000,00  
 TOTAL GERAL 201.000,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 186.500,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos 0.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 186.500,00

DESPESAS DE CAPITAL 13.500,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 13.500,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1.000,00  
 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 1.000,00

TOTAL GERAL 201.000,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Irineópolis

Artigo 7.º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2014 estima a Transferência Financeira do Tesouro Municipal em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2.º - A Despesa da Entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 1.100.000,00  
 TOTAL GERAL 1.100.000,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 950.000,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 750.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras despesas correntes 200.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 150.000,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 150.000,00

TOTAL GERAL 1.100.000,00

Artigo 8.º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1.º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2.º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3.º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2.º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservados para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 09 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 12 - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta LEI.

Artigo 13 - O Chefe do Poder Executivo poderá movimentar dotações orçamentárias na forma que dispõe o artigo 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Artigo 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 16 - No decorrer do exercício de 2014 se a variação do IGPM-FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulada a partir de 01 de janeiro de 2014 atingir 5% (cinco por cento), fica a Administração Municipal autorizada a promover a atualização monetária dos valores constantes das Propostas Orçamentárias aprovadas por essa Lei, procedendo da mesma maneira posteriormente, até o encerramento do exercício, em cada oportunidade que esta variação atingir cumulativamente mais de 05% (cinco por cento), bem como, utilizar-se dos termos do art. 7º da Lei Federal nº4.320/64, conforme as disposições do art. 43 da referida LEI.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 17 - Esta Lei atualiza as metas estabelecidas no PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, para as receitas e despesas de todas as unidades gestoras que compõe o Orçamento Municipal.

Artigo 18 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1.º de Janeiro de 2014 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 2516/2013

Decreto nº 2516/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1756 de 29 de novembro de 2013,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais).

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários da Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (35) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (37) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

T O T A L R\$ 38.000,00

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.036 - Manutenção do Programa de Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (40) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0251 (44) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do Samu

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (45) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (47) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

T O T A L R\$ 34.000,00

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.051 - Contribuição ao Cis-Amurc

3.3.71.00.00.00.00.00.01.0251 (56) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

T O T A L R\$ 20.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

#### 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (08) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

T O T A L R\$ 107.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 2521/2013

Decreto nº 2.521/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1754 de 20 de novembro de 2013,



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (03) Aplicações Diretas

R\$ 55.000,00

**T O T A L R\$ 55.000,00**

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (24) Aplicações Diretas

R\$ 55.000,00

**T O T A L R\$ 55.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de dezembro de 2013.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Decreto N.º 2522/2013**

Decreto nº 2.522/2013.

**DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1747 de 25 de outubro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a anular parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal de Irineópolis dotação orçamentária no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

**03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS****01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS**

2.028 - Manutenção do Hospital Municipal Bom Jesus

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0247.0 (2) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

**T O T A L R\$ 100.000,00**

Art. 2º - Amparado em recursos apontados no artigo precedente, fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde:

**04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

**T O T A L R\$ 100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de dezembro de 2013.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2523/2013**

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 13.000,00 ( Treze mil reais.)

**02 - PODER EXECUTIVO****02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0194(46) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**02 - PODER EXECUTIVO****02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0100(14) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

**T O T A L R\$ 13.000,00**

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

**02 - PODER EXECUTIVO****02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.6.90.00.00.00.00.00.0100(16) Aplicações Diretas R\$ 498,07

3.3.90.00.00.00.00.00.0100(12) Aplicações Diretas R\$ 2.501,93

**02 - PODER EXECUTIVO****02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0194(52) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**T O T A L R\$ 13.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de dezembro de 2013.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Extrato Dispensa de Licitação - Concurso**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 84/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93, consolidada e com o objetivo de contratar instituição de ensino superior, destinada a realização de Concurso Publico no âmbito do município, bem como os atos complementares, declarou a dispensa de licitação, para a celebração do contrato com a Fundação Municipal Centro Universitário da cidade de União da Vitória - UNIUV. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem



como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 03 de dezembro de 2013.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### Justificativa Dispensa de Licitação - Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATORIO Nº 84/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: Considerando a necessidade de realização de concurso publico para o preenchimento de vagas na esfera municipal, realizaremos a contratação de instituição de Ensino Superior responsável pela elaboração dos editais, aplicação e correção de provas, divulgação do gabarito e resultado final, análise dos eventuais recursos, bem como todos os demais atos necessários a completa realização do certame.

Razão da escolha: para essa finalidade foi indicado a instituição UNIUV - Fundação Municipal Centro Universitário da cidade de União da Vitória, entidade de Ensino Superior, a qual possui entre os seus objetivos estatutários exatamente a realização de concursos públicos para outros órgãos.

Do preço e sua justificativa: a Instituição se propõe a realizar o Concurso Publico, sem custo para o município, apenas tendo como contraprestação o valor arrecadado com as inscrições, estimadas em um total de 300 (trezentas).

Do fundamento legal: a contratação encontra respaldo legal nos termos do artigo 24, inciso XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos" (redação dada pela Lei nº. 8.883, de 8.6.94).

Dotação orçamentária: não haverá necessidade de dotação.  
É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 03 de dezembro de 2013.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### Extrato Ata de Registro de Preços - Vale Alim.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATORIO 50/2013  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 25/2013  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 50/2013, Pregão Presencial nº 25/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr Fabiano Fagundes- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas,

verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas da empresa que se apresentou para o certame: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, a qual segue classificada para a fase de lance e julgamento das propostas. A empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Não houve manifestação de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Em 06/12/2013, o valor permanece sem alteração, conforme quadro abaixo:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	240	R\$170,00	R\$ 40.800,00	R\$ 489.600,00
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01% (um centésimo por cento)		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 489.648,96 (Quatrocentos e oitenta e nove mil e noventa e seis centavos)		

Total Mensal: R\$ 40.804,08 (Quarenta mil oitocentos e quatro reais e oito centavos)

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 50/2013, Pregão Presencial nº 25/2013, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr Fabiano Fagundes- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 02/2013. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, onde a mesma HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## Itaiópolis

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Aviso de Chamada Publica

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Chamada Pública nº 04/2013 - Objeto: Habilitar pessoas jurídicas para a prestação de Serviços de Atendimento Pré Hospitalar Móvel de Salvamento e Resgate para a SMS, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Período de inscrição: 11 à 27 de dezembro de 2013; Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30 de dezembro de 2013 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

Itaiópolis, 06/12/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

#### Aviso de Chamada Publica - Exames de Ultrassonografia

Chamada Pública nº 06/2013 - Objeto: Habilitar pessoas jurídicas para a prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografia para a SMS, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Período de inscrição: 11 à 27 de dezembro de 2013; Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 30 de dezembro de 2013 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

Itaiópolis, 06/12/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

#### Aviso de Chamada Publica - Exames Laboratoriais

Chamada Pública nº 05/2013 - Objeto: Habilitar pessoas jurídicas para a prestação de Serviços de Exames Laboratoriais, para a SMS, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Período de inscrição: 11 à 27 de dezembro de 2013; Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 30 de dezembro de 2013 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

Itaiópolis, 06/12/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Ata do Pregão Nº60/2013 Proc 124/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2013

ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 05/12/2013, a partir das 11:00, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000060/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR/PROTETORES DE 1º LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

#### Empresas Participantes (Credenciadas)

JK PNEUS LTDA

DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA

TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

MODELO PNEUS LTDA

RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI ME

#### Representantes (Credenciados)

SANDRO KLAUCIO GERHARDT

DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA

LEANDRO DA SILVEIRA MARQUES

YAGO PEREIRA VIEIRA

NATAN DOUGLAS MELLO

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s): JOAO VALMIR JAREK & CIA LTDA ME, pois não apresentou o contrato social, conforme o item 5.1.1 alínea a. Nessa fase, a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos foi anulado o item 01 do edital, haja vista terem observado um item incorreto neste lote. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:



Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
2	RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LU	4.370,0000	0,0000
3	JK PNEUS LTDA	71.860,0000	0,0000
4	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	4.600,0000	0,0000
5	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	2.960,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA apresentou a certidão de falência e concordata em formato diferente do habitual, dessa forma será feita diligência para verificar a procedência. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
JK PNEUS LTDA	71.860,0000
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	7.560,0000
RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	4.370,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado da empresa RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES manifestou interesse em interpor recurso pelo motivo da não utilização da Lei Complementar nº 123. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 05/12/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALERIO PACHECO
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Assinantes	
Representantes	Assinatura
JK PNEUS LTDA	
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	
MODELO PNEUS LTDA	
RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LU	

### Ata do Pregão Presencial Nº 58/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2013

ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 06/12/2013, a partir das 10:00, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 58/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS ORIGINAIS PARA ATENDER À DEMANDA DE IMPRESSÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR, CENTRO DE PREPARAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E UNIDADES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
MONICA ELISANGELA REMENHUK
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
NEW DALBRA MAT. DE ESCRITÓRIO LTDA
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME
COMERCIAL ONIX LTDA EPP
PAPELARIA ERICSON LTDA ME

#### Representantes (Credenciados)

RAFAEL FERREIRA
BRUNO SANTOS
CLAUDIO JOSÉ DALLEDONE
SEBASTIAO MORI
ANDRE FABRIS BRANCO
NELTON RUBENS EDUARDO

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas as empresas: CANETO COMERCIAL LTDA que descumpriu os itens 5.1.2 e 5.1.3 e a empresa OBJETIVA COM. DE BRINQUEDOS E ART RECR LTDA que descumpriu o item 5.7.1 do edital. Nessa fase a empresa PAPELARIA ERICSON LTDA ME apresentou o Contrato Social com algumas folhas sem autenticação, o que causou estranhamento. No entanto, apresentou o original sendo verificado em sessão a veracidade do documento. Mesmo assim será feito diligência junto ao cartório acerca do fato. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Nessa fase, foi dado o prazo de 20 minutos para as empresas que apresentaram o CD com problemas no arquivo. Nesse tempo, os arquivos corretos vieram por e-mail em tempo hábil. Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo

de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MONICA ELISANGELA REMENHUK	129,0000	0,0000
2	MONICA ELISANGELA REMENHUK	129,0000	0,0000
3	MONICA ELISANGELA REMENHUK	129,0000	0,0000
4	MONICA ELISANGELA REMENHUK	129,0000	0,0000
5	COMERCIAL ONIX LTDA EPP	18,4000	0,0000
6	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	54,0000	0,0000
7	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	54,0000	0,0000
8	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	54,0000	0,0000
9	MONICA ELISANGELA REMENHUK	45,0000	0,0000
10	MONICA ELISANGELA REMENHUK	45,0000	0,0000
11	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	40,5000	0,0000
12	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	53,0000	0,0000
13	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	37,0000	0,0000
14	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	90,0000	0,0000
15	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	37,0000	0,0000
16	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	32,0000	0,0000
17	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	32,0000	0,0000
18	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	44,5000	0,0000
19	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	123,5000	0,0000
20	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	126,0000	123,5000
21	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	127,0000	123,5000
22	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	126,9000	123,5000
23	COMERCIAL ONIX LTDA EPP	114,5000	0,0000
24	MONICA ELISANGELA REMENHUK	107,0000	0,0000
25	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	119,0000	0,0000
26	COMERCIAL ONIX LTDA EPP	113,5000	0,0000
27	TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	119,5000	0,0000
28	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	35,0000	0,0000
29	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	50,4000	0,0000
30	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	115,0000	0,0000
31	PAPELARIA ERICSON LTDA ME	160,0000	0,0000
32	MONICA ELISANGELA REMENHUK	156,0000	0,0000

Nessa fase, a empresa MONICA ELISANGELA REMENHUK pediu desclassificação no item 12 e a empresa NEW DALBRA MAT. DE ESCRITÓRIO LTDA pediu desclassificação no item 11. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
MONICA ELISANGELA REMENHUK	82.430,0000
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	17.648,0000

TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	46.980,0000
COMERCIAL ONIX LTDA EPP	8.179,0000
PAPELARIA ERICSON LTDA ME	9.172,5000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. A empresa PAPELARIA ERICSON LTDA ME terá o prazo da lei complementar 123/2006 para apresentar a Certidão Negativa Municipal. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 06/12/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALERIO PACHECO
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
MONICA ELISANGELA REMENHUK	
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	
NEW DALBRA MAT. DE ESCRITÓRIO LTDA	
TIAGO ALEXANDRE BOEGER-SHAUSEN-ME	
COMERCIAL ONIX LTDA EPP	
PAPELARIA ERICSON LTDA ME	

### Extrato Ata de Registro de Preço Nº 73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: empresa MARCELO JACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.774.132/0001-97 e Inscrição Estadual: 90515462-18, com sede à Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 140, Portão, CEP: 81.070-090, na cidade de Curitiba/PR, representada neste ato por sócio, o Sr. MARCELO JACOB, portador do CNPF/MF nº 026.131.759-82 e do CI.RG nº 6.758.981-5 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013-PROCESSO Nº 121/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, unidades básicas de saúde (PSF), pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 69.576,60 (Sessenta e nove mil quinhentos e setenta





e seis reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 74/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JOAO DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.374.051/0001-58, com sede à Rua Estephano Perreto Sobrinho, 295- Fundos, Bom Jesus, na cidade de Rio Negro-PR CEP: 83.880-000, representada neste ato por sócio, o Sr. JOÃO DE OLIVEIRA, portador do CNPJ/MF nº 754.153.999-68 e do CI.RG nº 46994248 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013-PROCESSO Nº 121/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, unidades básicas de saúde (PSF), pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações do Anexo V do Edital.  
VALOR R\$: 26.278,00 (Vinte e seis mil duzentos e setenta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 75/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JP DE LIMA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.785.417/0001-20 inscrição estadual: 254.612.903, Rua Treze de maio, nº 400 - Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul/SC CEP: 89255-400, representada neste ato por sócio, o Sr. JULIANO DOS SANTOS, portador do CNPJ/MF nº 849.371.309-00 e do CI.RG nº 2980394-2.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013-PROCESSO Nº 121/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, unidades básicas de saúde (PSF), pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 25.086,60 (Vinte e cinco mil oitenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 76/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMERCIO DE MATERIAIS D INFORMATICA E SERV. LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.314.098/0001-38 com Inscrição Estadual 255.171.978, com sede à Av. Cel. Procópio gomes, nº 1510, Bucarein, CEP: 89.202-300, na cidade de Joinville/SC, representada neste pelo procurador, o Sr. José Manoel Duarte, portador do CNPJ/MF nº 791.943.039-91 e do CI.RG nº 303824 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013-PROCESSO Nº 121/2013

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, unidades básicas de saúde (PSF), pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 26.536,10 (Vinte e seis mil quinhentos e trinta e seis reais e dez centavos).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 77/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.220.022/0001-43, com sede à Rua Bento Gonçalves, 186, Bairro Glória, CEP: 89.216-110, na cidade de Joinville SC, representada neste ato pelo procurador, o Sr. SILVIO CRISPIM, portador do CNPJ/MF nº 557.597.269-00 e do CI.RG nº 1.800.596-9.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013-PROCESSO Nº 121/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, unidades básicas de saúde (PSF), pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 26.809,00 (Vinte e seis mil oitocentos e nove reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Extrato Edital de Pregão Presencial Nº 62/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013

PROCESSO Nº 131/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09:00 estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09:30 do dia 19 de DEZEMBRO de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de danças a fim de atender o Projeto verão 2013/2014 - Itapoá 40 graus, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 06 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Editais de Pregão Presencial Nº 032013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032013

PROCESSO Nº 04/2013

A Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Decreto Legislativo nº 24 de 2013, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min do dia 18 de dezembro de 2013 estará recebendo o protocolo dos envelopes na recepção da Câmara, e que às 09h30min do dia 18 de dezembro de 2013, no plenário da Câmara Municipal de Itapoá, o Pregoeiro Oficial da Câmara Sr. Francisco Xavier Soares Filho, fará a abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 03/2013, em que inicialmente fará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a contratação de 01 (um) posto de trabalho para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 115, município de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.camaraitapoa.sc.gov.br](http://www.camaraitapoa.sc.gov.br) no banner "Licitações", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou diretamente na Recepção da Câmara Municipal de Itapoá das 07h45min às 13h45min.

Itapoá, 04 de dezembro de 2013.

OSNI OCKER

Câmara Municipal de Itapoá-SC

Presidente da Mesa Diretora

**Joaçaba****PREFEITURA****Decreto Nº 4.468 de 02 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social, de que trata a Lei nº 2.399/96 e alterações, fica assim constituído:

**I - GOVERNAMENTAL:****REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**

Sandrine Cristina Pizoni – Titular

Irene Moreira da Silva – Titular

Ediles Frey de Giacometti – Suplente

Maria Elisa Monteiro – Suplente

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Sandra Pacheco Pinheiro – Titular

Ricardo Altenburger – Suplente

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Danusa de Britto Oliveira – Titular

Sonia Aparecida Zabot – Suplente

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – GERÊNCIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Ademir Lamb – Titular

Luci Terezinha Heberle – Suplente

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Juliana Dartora Besbati – Titular

Pedro Dorli Belotto – Suplente

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

Lourdes Correia de A'Vila – Titular

Júlio Cesar Bissani – Suplente

**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:****REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Centro Social Marista Joaçaba	Tatiane da Costa – Titular
Centro de Integração Empresa-Escola SC – CIEE	Edgar José Zamboni – Suplente
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Daniela Bernardi Bortoli – Titular
	Melissa Lemos Schlindein – Suplente
	Cibele Klaumann – Titular
	Sonia Dorini Pinto – Suplente

**REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DO SETOR E DA DEFESA DOS DIREITOS E DA CIDADANIA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Associação de Profissionais de Serviço Social do Meio Oeste de Santa Catarina – APROSSMOSC	Samara Leorato – Titular
	Gislaine Ferreira Coutinho Soares – Suplente

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Centro de Referência Especializa- do de Assistência Social	Aline Aparecida Schmidt Dambrós – Titular Marcelino Zuffo – Suplente
---	--

#### REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES E/OU REPRESENTANTES DE USUÁRIOS

Usuário(a) do Grupo Centro Social Marista Joaçaba	Ana Claudia Zamoner – Titular
Usuário(a) de Grupos de Idosos do CRMI	Dorvalina Lange – Titular
Usuário(a) do Grupo Centro Social Marista Joaçaba	Kelen Zanela – Suplente
Usuário(a) de Grupos de Idosos do CRMI	Eva Terezinha Baratieri Leal – Su- plente

Art. 2º O exercício do cargo no Conselho Municipal de Assistência Social é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município, de acordo com o artigo 8º da Lei 2.340/96.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 02 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Decreto Nº 4.474 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.474 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS N. 4.367/2013 E 4.410/2013, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto nº 4.367/2013, dispõe sobre a limitação de empenhos e despesas objetivando o equilíbrio das contas públicas; e o Decreto n. 4.410/2013, que altera decreto nº 4.367 de 09 de agosto de 2013 que dispõe sobre a limitação de empenhos e despesas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 04 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Decreto Nº 4.475 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.475 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art.1º É considerado Ponto Facultativo nos dias 23,24, 26, 27, 30 e 31 de dezembro de 2013, nas Repartições Públicas Municipais (órgãos e entidades da Administração Direta e Fundacional), ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial, especialmente na área da Saúde e o Abrigo Frei Bruno.

§1º O Ponto Facultativo no âmbito das Autarquias Municipais SI-MAE e PLASS, será considerado para os dias 23,24 e 30, 31 de dezembro de 2013.

§2º Para os serviços de competência da Secretaria Municipal de

Saúde, será considerado Ponto Facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 04 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Portaria Nº 1550

PORTARIA Nº 1.550 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os (as) servidores (as) Srs. (as) TAIZA CRISTINA CORDAZZO DE ALMEIDA e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVISAN para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 05/2013/FUNREBOM - 128/2013/PMJ - 39/2013/FMS - 09/2013/FMCE - 32/2013/FMAS, proveniente do Processo Licitatório n.º 116/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 66/2013/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

#### Aditivo 108/2012 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 108/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, com sede administrativa na Rua MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-3.808.914 e CPF nº 026.240.709/40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 108/2013/PMJ, firmado em 26/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 60/2013 - PMJ - Edital CC nº 2/2013 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de complementação do prédio do Novo Terminal Rodoviário, localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos que se fizeram necessários, devidamente revisados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com a Planilha de Ajuste de Serviços em anexo.

Diante das adequações, os serviços de que trata o objeto do contrato deverão ser executados de acordo os Memoriais Descritivos, Projetos e demais informações constantes no Anexo I (CD) do Edital CC nº 2/2013/PMJ, incluindo-se os serviços detalhados na planilha complementar, em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude das adequações descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato original fica acrescido em R\$ 13.958,80 (treze mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), correspondentes a 10,19% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo R\$ 6.901,80 referentes ao material e meio mecânico e, R\$ 7.057,00 referentes à mão de obra.

#### CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 05 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº 108/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, com sede administrativa na Rua MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-3.808.914 e CPF nº 026.240.709/40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 108/2013/PMJ, firmado em 26/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 60/2013 - PMJ - Edital CC nº 2/2013 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de complementação do prédio do Novo Terminal Rodoviário, localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos que se fizeram

necessários, devidamente revisados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com a Planilha de Ajuste de Serviços em anexo.

Diante das adequações, os serviços de que trata o objeto do contrato deverão ser executados de acordo os Memoriais Descritivos, Projetos e demais informações constantes no Anexo I (CD) do Edital CC nº 2/2013/PMJ, incluindo-se os serviços detalhados na planilha complementar, em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude das adequações descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato original fica acrescido em R\$ 13.958,80 (treze mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), correspondentes a 10,19% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo R\$ 6.901,80 referentes ao material e meio mecânico e, R\$ 7.057,00 referentes à mão de obra.

#### CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 05 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

#### Edital de Notificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos § 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados da suspensão no cadastro municipal de contribuintes por não estarem mais em funcionamento no local cadastrado. Os mesmos deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizarem sua situação.

Nome	CMC	Intimação nº
Mari Terezinha Lima de Cordeiro MEI	89550	330/2013
Maria da Silva Zambiazzi	51675	268/2013
Grando Comunicação EIRELI	89584	262/2013
Arine Isabela Hoffmann Benjamin ME	89114	307/2013
Exclusive Border Bordados Ltda.	88718	118/2013
Laury Antonio Tetzlaff	78204	295/2013
Marcelo Ciepielewski MEI	89528	310/2013
Valdecir de Oliveira MEI	89569	207/2013

Marcos Emilio Scheufele	88750	305/2013
Nara Regina Moraes Medeiros ME	89058	180/2013
Ricardo Luiz Zorzi & Cia Ltda.	89260	258/2013
Ricardo Luiz Zorzi ME	87782	215/2013
Einir Osvaldo da Costa	87059	193/2013
Nilce Pronner Gaglietti Confeções Ltda.	88759	243/2013
G3 Gestão Ambiental Ltda.	87803	198/2013
Bem Bom Móveis Ltda.	88573	247/2013
América Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	89376	183/2013
Irmãos Kuhl Ltda.	79650	190/2013
Comércio e Indústria de Confeções BF Ltda.	87218	271/2013
Camila Ester Franco ME	89028	253/2013
GDO Comércio de Autopeças Ltda.	87624	214/2013
Nilton Siqueira	88895	203/2013
Eoledir Maciel	86088	238/2013
Simone Meier	87752	196/2013
SPZOM Creative Group Comunicação Ltda.	89039	281/2013
Katschor Comércio e Representações Ltda	87733	345/2013
Agroret Dois Irmãos Ltda.	89693	312/2013
Biografix Tatoo e Piercing e Com. Ltda.	87731	301/2013
Zabott & Zanella Ltda.	87918	346/2013
JAZ Serviços Industriais Ltda.	88880	202/2013
Tramak Tratores Máquinas Kafer Ltda.	58963	337/2013

Considera-se feita a notificação, 10 (dez) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 05 de dezembro de 2013.

TATIANE MARATEU BORGES

Fiscal de Tributos Municipais

Matrícula 7.274

## SIMAE

### Pregão JHL 0058/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0076/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2013

PROTOCOLO JHL 3482/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0058/2013 - Licitação 0076/2013, TIPO MENOR PREÇO, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CARROCERIA METÁLICA GRANELEIRA COM PLATAFORMA DE DERIVAÇÃO DE CARGA, A SER INSTALADA EM VEICULO RENAULT MASTER DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 19/12/2013 às 09:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/12/2013 às 09:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 06/12/2013 a 19/12/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 09 de dezembro DE 2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

### Ata Registro de Preços - Escavação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2013

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0048/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/12/2013, RESOLVE registrar os preços da empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matacões de valas onde executar redes de água e esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0048/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Quantidade – 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado – Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$165,00 (Cento e sessenta e cinco reais);

Item 02 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO – Quantidade: 100 - Unidade de medida - HORAS.

1º. Colocado – Empresa: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, no valor de R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos serviços de escavadeira hidráulica, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0048/2013 e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).



**VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

**DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO**

4.1 O Serviço de Escavadeira Hidráulica deverá ser executado conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Fornecimento e /ou Nota de Empenho.

4.2 Após o recebimento da AF-Autorização de Fornecimento e/ou NE-Nota Empenho, por parte do fornecedor, o serviço deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na AF e /ou NE.

4.2.1 Serão solicitados serviços na área urbana ou rural dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 Cada AF e/ou NE deverá conter no mínimo:

- a) Data de Expedição;
- b) Indicação de Local ou dos locais onde serão prestados os serviços;
- c) Tipos de serviços que serão prestados.

4.4 Após a conclusão dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal / Fatura correspondente à quantidade de horas trabalhadas, que será submetida à aprovação do Gerente responsável pela solicitação dos serviços.

4.5 Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:

- a) provisoriamente: A recepção provisória dos serviços será feita por responsável, designado pelo SIMAE, sendo que deverá verificar se os serviços foram executados adequadamente "in loco";
- b) definitivamente: A recepção definitiva dos serviços será feita por servidor designado, que será incumbido da fiscalização direta do contrato após vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados e assinatura do Comprovante de Inspeção comprovando que a empresa executou os serviços e liberando o pagamento (se for o caso), em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias após apresentação da nota fiscal.

4.5.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do serviço, cujo pagamento se dará em até 5 (cinco) dias após a liberação do pagamento.

4.6 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, por conta e risco da mesma, sem qualquer ônus ao SIMAE.

4.7 Se os serviços não forem realizados no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas no Edital de Pregão Presencial JHL 0048/2013, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

**DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes da contratação dos Serviços de

Escavadeira Hidráulica, a fim de auxiliar a Autarquia SIMAE, na retirada de rochas e matações de valas onde executar redes de água e esgoto correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1051 e 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

**6 RESPONSABILIDADES**

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

**7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS**

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Manter, durante toda a vigência da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na Licitação (art.55, XII da Lei 8.666/93);
- e) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução dos serviços;
- f) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;
- g) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

**8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e

justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b-1)- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b-2)- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 05 de Dezembro de 2013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeira

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESA

RODRIGO SECCHI

SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

## Ata Registro de Preços - Oficinas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2013

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0046/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

## DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresas para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de veículos e máquinas

da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2014.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis;

b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

ITEM	EMPRESA	Valor Unitário	Valor Total	QDE	UN	SERVIÇO
01	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	4.000,00	250	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1
02	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	2.040,00	120	HR	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1
03	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	570,00	30	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1
04	MECANICA SPIER LTDA - ME	28,50	1.425,00	50	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1
05	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	4.000,00	250	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
06	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00	60	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
07	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	1.140,00	60	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
08	MECANICA SPIER LTDA - ME	28,50	2.280,00	80	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
09	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	640,00	40	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3

10	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	340,00	20	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
11	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	380,00	20	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
12	CESAR AUGUSTO SILOCHI	29,00	580,00	20	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
13	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	19.800,00	330	HR	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4



14	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	21.000,00	300	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4
15	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	5.600,00	80	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4
16	CESAR AUGUSTO SILOCHI	32,00	5.760,00	180	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4
17	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	12.000,00	200	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
18	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	7.900,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
19	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	3.500,00	50	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
20	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	2.100,00	60	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
21	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	4.200,00	70	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
22	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	3.950,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6 -
23	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	2.800,00	40	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
24	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	875,00	25	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
25	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	3.000,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
26	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	3.950,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
27	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	2.800,00	40	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
28	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	875,00	25	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10

29	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	6.000,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
30	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	6.320,00	80	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
31	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	3.500,00	50	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
32	CESAR AUGUSTO SILOCHI	32,00	3.200,00	100	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
33	DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME	97,00	29.100,00	300	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
34	LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME	110,00	27.500,00	250	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
35	DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME	87,00	13.050,00	150	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
36	LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME	82,00	8.200,00	100	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
37	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	21,00	3.150,00	150	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
38	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	23,00	2.300,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
39	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	21,00	840,00	40	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
40	CESAR AUGUSTO SILOCHI	30,00	600,00	20	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
41	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	4.400,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9
42	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	7.040,00	80	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 9
43	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	1.760,00	20	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9

44	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	1.320,00	15	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 9
----	---	-------	----------	----	----	---

1.3 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0046/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

#### DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEICULOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do veículo e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;
- c) prazo para realização dos serviços;

d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após veículos estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

- a) 3 (três) mil quilômetros para serviços prestados;
- b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão; e
- c) 3 (três) mil quilômetros para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

#### DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa

da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);

d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

a) De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b) De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 03 de Dezembro de 2013.

PREGOEIRO OFICIAL

ANA PAULA PEREIRA

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Ligia Adriane Darold da Silva

Representantes Credenciados:

VARMO SPIER

NEUSA ANGELINA G.V.LOBUS

Mecânica Spier Ltda – ME

Auto Mecânica Rogecar Ltda ME

LUIZ CARLOS FERREIRA BRANDÃO

Dalmass Comércio de Peças Ltda

Brandão Moto Peças Ltda ME

Nicson Frison

Guindasul Com. De Guindastes Ltda

Locomaq Com. E Loc. De Máq. E Equip. Ltda  
SILVIO PINTO AIRES  
ÁLVARO JOSÉ GONÇALVES

CESAR AUGUSTO SILOCHI  
CESAR AUGUSTO SILOCHI

## Lages

### PREFEITURA

#### PP 90/2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 90-2013 PML

Objeto: Aquisição de Móveis, Equipamentos, Colchões e outros para o CEIM Valéria Guimarães Góss  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 19/12/2013 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 33.634,15

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de dezembro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Edital de Pregao N°01/2014 - FMS

EDITAL DE PREGAO N°01/2014 - FMS  
PROCESSO N°01/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 19 de dezembro de 2013 às 11 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível para exercício 2014 através do Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 05 de Novembro de 2013.  
ALAN CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

#### Edital de Pregao N°01/2014 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO N°01/2014 - PMLM  
PROCESSO N°01/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 19 de dezembro de 2013 às 10 h e 30 mim (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível e lubrificante para exercício de 2014. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 05 de Novembro de 2013.  
ALAN CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

#### Edital de Pregao N°05/2014 - Hmhl

EDITAL DE PREGAO N°05/2014 - HMHL  
PROCESSO N°05/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 19 de dezembro de 2013 às 10 h e 00 mim (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível para exercício ano de 2014 para o Hospital Municipal Henrique Lage. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 05 de Novembro de 2013.  
ALAN CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

#### Prorrogação Edital de Pregao N°34/2013 - FMS

Prorrogação Edital de Pregao N°34/2013 - FMS  
EDITAL DE PREGAO N°34/2013 - FMS  
PROCESSO N°45/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o seguinte edital fica prorrogado para o dia no dia 17 de Dezembro de 2013 às 15h e 30 min (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber proposta para aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 05 de dezembro de 2013.  
ALAN JUNG CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

#### Comunicado 08/2013

COMUNICADO 08/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 312 e Art. 4º, inciso II da Lei nº 1.549/2008 - Plano Diretor, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 19:00 horas do dia 18 de Dezembro de 2013, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina,



para discussão sobre as mudanças do Plano Diretor Participativo que foram aprovadas pelo Conselho Municipal da Cidade .

Lauro Müller - SC, 4 de dezembro de 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Lei Municipal Nº 1.451/2012

LEI MUNICIPAL Nº 1451/2013, 05 de dezembro de 2013.  
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA BARRA E REGIÃO."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a "Associação Dos Agricultores da Barra e Região" jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 14.357.298/0001-04 com sede e foro nesta cidade, com atividades de organizações associativas voltadas ao interesses dos associados.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Lebon Régis (SC), 05 de dezembro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

#### Lei Municipal Nº 1.453/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1453/2013, 05 de dezembro de 2013.  
"Altera a Lei Municipal número 1.441/2013 e dá outras providências"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Art. 1º Lei nº 1.441/2013 de 16 de outubro de 2013, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º "Fica o Município de Lebon Régis, através de seu Poder Executivo, autorizado a ceder uso do bem imóvel de sua propriedade ao Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O imóvel objeto desta cessão é um terreno urbano, de propriedade do município de Lebon Régis, localizado na Rua Julio Vieira Gonsalves, centro de Lebon Régis - SC, (antiga estrada estadual Lebon Régis - Curitiba), denominada em 7/12/2012 pela Lei Municipal nº 1409/2012, sendo uma área de 573,00 m² (quinhentos e setenta e três metros quadrados) pertencente a uma área maior de 6.415,31 m² (seis mil, quatrocentos e quinze metros e trinta e um centímetros quadrados), matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lebon

Regis - SC, sob o nº 2.223, com a finalidade de construção pela cessonária de uma unidade de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme projeto padrão da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDS.

Art. 2º. O Art. 2º da Lei nº 1.441/2013 de 16 de outubro de 2013, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.A cessão de uso de bem imóvel será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período por interesse de ambas as partes."

Art. 3º. O Art. 3º da Lei nº 1.441/2013 de 16 de outubro de 2013, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3ºAs condições e obrigações resultantes da cessão são as constantes do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, em anexo, a qual passa a fazer parte integrante e inseparável da presente Lei".

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 05 de dezembro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

#### Homologação de Processo Licitatório

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2013  
HOMOLOGAÇÃO: 05/12/2013  
CONTRATADO: C & C - EVENTOS LTDA - ME  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente dispensa de licitação visa a contratação de show musical para apresentação no dia 19/12/2013 em comemoração ao aniversário de emancipação do Município, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 05/12/13  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 104/2013

DECRETO Nº 104, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VINGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.



**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.000,00
Função	04	Administração	9.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	9.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>			<b>9.000,00</b>

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.000,00
Função	04	Administração	9.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	9.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.000,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>			<b>9.000,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e

**Decreto N.º 105/2013**

DECRETO Nº 105, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	5.194,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	5.194,00
Função	04	Administração	5.194,00
Sub-Função	122	Administração Geral	5.194,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	5.194,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.194,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.194,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.194,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.194,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.194,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>			<b>5.194,00</b>

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	5.194,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	5.194,00

Função	04	Administração	5.194,00
Sub-Função	122	Administração Geral	5.194,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	5.194,00
Projeto/Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.194,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	350,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	350,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	350,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	350,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.844,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.844,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.844,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.844,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			5.194,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de dezembro de 2013.

BRUNA PRIM

Prefeita Municipal e.e

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato TP 11/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa de engenharia e ou construção civil para execução do projeto do refeitório do Centro de Educação Infantil Roselene Fatima Bussolaro, no dia 02 de janeiro de 2014, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Tomada de Preço - PL 080.2013 - TP 002.2013 - Reforma da Escola Municipal São Francisco - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 080/2013 - PML

Edital de Tomada de Preço nº 002/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma de 95,00m² (noventa e cinco metros quadrados) correspondentes à reforma de cobertura, rampas de acesso, escadas de acesso, banheiros e esquadrias, na Escola Municipal São Francisco, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 23 de dezembro de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 23 de dezembro de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## Mafra

### PREFEITURA

#### Extrato de Dispensa de Licitação Nº 595/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 595/2013.

FORNECEDOR: ALTA DEFINIÇÃO ESTAMPARIA LTDA - ME.

CNPJ: 14.090.197/0001-01.

VALOR: R\$ 6.110,00 (Seis mil cento e dez reais)

FORNECEDOR: CORSUL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DO SUL LTDA.

CNPJ: 85.179.240/0003-10.

VALOR: R\$ 110,00,00 (Cento e dez reais)

OBJETO: Aquisição de uniformes para merendeiras e zeladoras das unidades escolares do município, através da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 06 de dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 613/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 613/2013.  
FORNECEDOR: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.  
CNPJ: 83.262.923/0010-30.

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 70.000 km do veículo Ford Fiesta placa MKG 7492, pertencente à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 632,50 (Seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

Mafra, (SC) 06 de dezembro de 2.013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 614/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 614/2013.

FORNECEDOR: MARCOS FRANCISCO HENRIQUE.  
CPF: 420.864.859-72.

OBJETO: Locação de imóvel para hospedagem dos médicos do "Programa Mais Médicos" do Ministério da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso X, com alterações posteriores.

VALOR MENSAL: R\$ 970,00 (Novecentos e setenta reais).

Mafra, (SC) 06 de dezembro de 2.013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Retificação - Edital de Credenciamento Nº 001/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013  
(RETIFICAÇÃO DO EDITAL)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos no período de 03 de dezembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 06 de dezembro de 2013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Cronologia de Pagamentos**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 04.724.865/0001-05

MORRO REDONDO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA.

Nota Fiscal nº. 16211 R\$ 1.433,70

Nota Fiscal nº. 16231 R\$ 2.301,75

Nota Fiscal nº. 16227 R\$ 2.289,60

Nota Fiscal nº. 16220 R\$ 2.326,05

Nota Fiscal nº. 16414 R\$ 2.305,80

Nota Fiscal nº. 16409 R\$ 1.464,75

Nota Fiscal nº. 16412 R\$ 2.309,85

Nota Fiscal nº. 16711 R\$ 2.286,90

Nota Fiscal nº. 16722 R\$ 2.272,05

Nota Fiscal nº. 16705 R\$ 1.478,25

Nota Fiscal nº. 16577 R\$ 1.483,65

Nota Fiscal nº. 16718 R\$ 2.296,35

Nota Fiscal nº. 16999 R\$ 1.278,45

Nota Fiscal nº. 16934 R\$ 1.560,60

Nota Fiscal nº. 16936 R\$ 2.398,95

Nota Fiscal nº. 16938 R\$ 2.278,80

Nota Fiscal nº. 16942 R\$ 2.363,85

Valor Total: 34.129,35

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 09 de dezembro de 2013  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretario Municipal da Fazenda e Planejamento

**Cronologia de Pagamentos**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 05.594.264/0001-34

MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA

Nota Fiscal nº. 094 Valor R\$ 15.531,10

Valor Líquido Total: R\$ 15.531,10

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo aerolevanteamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas, elaboração da planta de valores genéricos, visando a modernização da

administração tributária e otimização do atendimento ao cidadão, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 09 de dezembro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretário da Fazenda e Planejamento

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 22/2013

RESOLUÇÃO Nº 22/13

4 de dezembro de 2013

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI ALUGUEL DE PEDREIRA

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Vicente de Paulo Bezerra Saliba, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º - Fica prorrogado até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2013, o prazo para a conclusão dos trabalhos relativos para apreciação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 13 de 11.7.2013, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 3.12.2013.

ART. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 4 de dezembro de 2013.

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

Maracajá

## PREFEITURA

### Decreto 93/2013

DECRETO Nº 93 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO DE ESTUDOS E PREPARO DA PLANTA DE VALORES DOS IMÓVEIS SITUADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 04 de 27 de dezembro de 2002 que trata do Código Tributário do Município de Maracajá,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores Micheline Costa Francisco, Francisco Demétrio da Rocha, Bruna dos Santos e Vanderlei Martins, para comporem, sob a presidência do primeiro, Comissão Especial de Estudos e avaliação dos bens imóveis situados no perímetro urbano do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A comissão elaborará planta com os valores dos imóveis avaliados para apreciação do Poder Legislativo.

Art. 3º - Para avaliação dos imóveis, a Comissão poderá consultar o mercado imobiliário e, inclusive, convidar representantes do setor para integrar os trabalhos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 03 de Dezembro de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em, 03 de Dezembro de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### Decreto 94/2013

DECRETO Nº 94 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a o artigo 264 da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Maracajá, para o exercício de 2014, está fixado da seguinte forma:

I - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços:

a) parcela única até 28 de Fevereiro de 2014.

II - Imposto Predial, Territorial Urbano e Taxas decorrentes da Utilização de Serviços Públicos:

a) pagamento em parcela única ou em 03 (três) parcelas;	
b) vencimento da parcela única	15/05/2014;
c) vencimento da primeira parcela	15/05/2014;
d) vencimento da segunda parcela	15/06/2014;
e) vencimento da terceira parcela	15/07/2014;
f) vencimento da quarta parcela	15/08/2014;
g) vencimento da quinta parcela	15/09/2014;

Art. 2º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Dezembro de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 04 de Dezembro de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração



**Resultado do Julgamento da Habilitação**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do julgamento da Habilitação

Licitação nº 39/2013 - Tomada de Preços

Objeto: Execução das obras de construção da quadra coberta poliesportiva com vestiários, com área de 980,40m<sup>2</sup>, na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem, localizada na rua Antonio Manoel da Rocha - Espigão Grande, no município de Maracajá/SC, (Termo de Compromisso PAC204533/2013).

Empresas participantes: CAMILO & GHISI LTDA e CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA.

A Comissão Permanente de Licitação decidiu por unanimidade pela: **HABILITAÇÃO** da empresa CAMILO & GHISI LTDA, por não apresentar irregularidades na documentação, estando de acordo com o instrumento convocatório, e **INABILITAÇÃO** da empresa CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA por apresentar atestado de capacidade técnica em desacordo com o item 4.1, letra "I" do edital. Ficam os interessados intimados da presente decisão para, querendo, no prazo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, interpirem recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

ITAIONARA TRAMONTIN RECCO

Presidente da CPL.

**Conselho Municipal de Educação - Parecer Nº 001/2013**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Aprovação da Resolução 01/2013 em que define as diretrizes da Educação Infantil do Sistema Municipal de Educação de Maracajá.

Relatores: Lúcio Vânio Moraes, Josiane Eugênio Pereira.

Consultoria: Claudio Junior Lima da Rocha

	Data de Entrada:	Aprovado Em:
Processo: 01/2013	29/10/2013	19/11/2013

Parecer CME No: 01/2013

**I – Relatório**

O Conselho Municipal de Educação de Maracajá realizou reunião técnica nos dias 29 de outubro e 19 de novembro de 2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, com a participação de Conselheiros, Diretor de Departamento de Educação e Cultura e Consultor, com o intuito deliberar a resolução 01/2013 que define as diretrizes da Educação Infantil.

Durante as reuniões técnicas deste conselho foi analisada a proposta de resolução da Educação Infantil, sendo realizadas diversas propostas de mudanças e inclusão de assuntos reativos a características próprias do município de Maracajá.

As alterações deliberadas com os seguintes assuntos: divisão de aluno por turma, profissionais por sala, faixa-etária por caracterização de turma, formação de profissionais, inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais e assuntos relativo à autorização de funcionamento das instituições de ensino que ofertam educação infantil.

Para elaboração e adequações da Resolução de Educação Infantil teve como base a seguinte legislação:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996;

Lei de Sistema Municipal de Ensino do Município de Maracajá, nº 945 de 12 de setembro de 2013;

Lei do Conselho Municipal de Educação, nº 941 de 28 de agosto

de 2013;

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

Resolução do CNE/CEB N. 05 de 17 de dezembro de 2009;

Resolução CNE/CEB N. 06 de 20 de outubro de 2010;

Resolução CNE/CEB N. 04 de 13 de julho de 2010;

Resolução CNE/CES N. 09 de 04 de outubro de 2007.

**II - Voto dos Relatores:**

A vista do exposto, nos termos deste Parecer, os relatores da matéria sob título de Resolução da Educação Infantil apresenta em anexo a Resolução que fixa as diretrizes da educação infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Maracajá.

**III– Decisão do Conselho Municipal de Educação:**

O conselho Municipal em Seção plenária realizado no dia 19 de novembro de 2013, nas dependências do departamento Municipal de Educação e Cultura, aprova por unanimidade a Resolução da Educação Infantil.

Aprovado por unanimidade em Sessão Plenária realizada no dia 19 de Novembro de 2013.

**Conselheiros:**

Andréia Eli Machado

Suzana Garcia da Rosa

Elinéia Acordi Dordet

Auridéia Réus Cardoso Moraes

Fátima da Iria Medeiros

Cristiano Florêncio

Rosinéia Aparecida Goçalves

LÚCIO VÂNIO MORAES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

JOSIANE EUGÊNIO PEREIRA

Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação

**Conselho Municipal de Educação - Parecer Nº 02/2013 CME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Comissão Especial

Parecer n.º 02/2013 CME

Processo n.º 02/2013

Autoriza o funcionamento da Creche Municipal Vila Beatriz.

O Conselho Municipal de Educação, no uso das prerrogativas que lhe confere a Lei n.º 941 de 28 de agosto de 2013, recebeu da Secretaria Municipal de Educação - Processo n.º 02/2013 para autorização de funcionamento da Creche Municipal Vila Beatriz, situada na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Bairro Vila Beatriz, em Maracajá, conforme determina a Resolução nº 001 do CME de 19 de Novembro de 2013.

Instruem o processo, dentre outros, os seguintes documentos:

Requerimento dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;

Identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;

Planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;

Relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação;

Previsão de crianças a serem atendidas com demonstrativo da organização de grupos;

Proposta pedagógica;

Alvará de inspeção sanitária expedida pela Vigilância Sanitária;

Atestado de vistoria de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;



Comprovação da propriedade do imóvel;  
Relação de mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;  
Regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de educação infantil;

Da análise do processo a Comissão Especial destaca

A comissão especial designada na seção plenária do dia 19 de novembro de 2013, com a função de realizar a vistoria "in loco" para fins de autorização de funcionamento da Creche Municipal Vila Beatriz, foi realizada no dia 26 de Novembro de 2013 e seus documentos analisados por esta comissão delibera sobre os seguintes assuntos:

Planta Baixa;

Previsão Criança Por Turma/ m2;

Proposta Pedagógica;

Regimento;

Instalações

Veto

Durante a vistoria "in loco" foi diagnosticados os seguintes problemas a serem resolvidos no prazo de 120 dias: número de criança por turma atualmente está excedendo o permitido, a estrutura do prédio necessita de reparos e é necessário a construção de um novo Projeto Pedagógico e Regimento Escolar.

Resultado:

Diante do exposto, com base na legislação vigente e na análise dos documentos e informações constantes no processo n.º 02/2013, a Comissão Especial propõe a este Colegiado que autorize, por cinco anos, da Creche Municipal Vila Beatriz Escola, localizada Avenida Nossa Senhora da Conceição no município de Maracajá. Aprova o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, com o veto, ressalvadas as possíveis incorreções, devendo ser atendidas as recomendações deste Parecer.

Comissão Especial:

Andréia Eli Machado

Rosinéia Aparecida Goçalves

Josiane Eugênio Pereira

Aprovado por unanimidade em Sessão Plenária realizada no dia 26 de Novembro de 2013.

LÚCIO VÂNIO MORAES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

JOSIANE EUGÊNIO PEREIRA

Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação

### **Conselho Municipal de Educação - Resolução 01/2013**

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARACAJÁ

Resolução 01/2013

Fixa normas para o funcionamento da Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Maracajá.

O Conselho Municipal de Educação de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, e conforme estabelece o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº9394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Sistema Municipal de Ensino do Município de Maracajá, nº 945 de 12 de setembro de 2013, Lei do Conselho Municipal de Educação, nº 941 de 28 de agosto de 2013, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, resolução do CNE/CEB 05 de 17 de dezembro de 2009, Resolução CNE/CEB 06 de 20 de outubro de 2010 e

Resolução 04 de 13 de julho de 2010, tendo em vista a deliberação da sessão plenária do dia 19 de Novembro de 2013:

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 1º - A Educação Infantil, é a primeira etapa da Educação Básica, constitui o direito da criança de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos, sendo atendida em instituições de Educação Infantil.

Parágrafo Único -No âmbito desta Resolução, criança de 06 (seis) anos é aquela que completa 06(seis) anos após o dia 31 de março do ano letivo.

Art. 2º - A Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social bem como educar e cuidar da criança de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos em complementariedade a ação da família, considerando-a sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas e culturais.

§1º - Consideradas as particularidades do desenvolvimento da criança de 04 (quatro) meses a 06(seis) anos, a educação infantil cumpre duas funções indissociáveis – Educar e Cuidar.

§2º - Provenientes de diferentes e singulares contextos socioculturais, socioeconômicos e éticos das crianças, devem ter a oportunidades de serem acolhidas e respeitadas pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

§3º -Independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, de religião, entre outras, as relações sociais e intersubjetivas no espaço escolar, requerem a atenção intensiva dos profissionais de educação, durante o tempo de desenvolvimento das atividades pelas crianças, pois este é o momento em que a curiosidade deve ser estimulada.

§4º - Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social, devem iniciar na educação infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo de toda a educação básica.

§5º - Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de educação infantil, sejam dotadas de condições para acolher as crianças em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos.

§6º - A gestão da convivência e as situações em que se torna necessária a solução de problemas individuais e coletivos das crianças, devem ser previamente programadas, com foco nas motivações estimuladas e orientadas pelos profissionais da educação e de outras de áreas pertinentes, respeitados os limites, as potencialidades e os vínculos com a família.

Art. 3º A autorização de funcionamento e a supervisão das Instituições Públicas e Privadas de Educação Infantil, que atuam na educação de crianças de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos serão regulamentadas pelas normas desta Resolução.

§1º Entende-se por Instituições Públicas de Educação Infantil as criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal.

§2º Entende-se por Instituições Privadas de Educação Infantil, as mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, enquadradas nas categorias:

I - particular, aquela instituída e mantida por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que não apresente as características dos incisos abaixo;

II - comunitária, aquela instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que inclua, na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessional, aquela instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, que atende a orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópica, a que ofereça gratuitamente serviços educacionais,

a pessoas carentes e atende aos demais requisitos previstos em lei.

§3º As Instituições Privadas de Educação Infantil poderão atender de 0 (zero) meses a 06 (seis) anos.

Art. 4º - A Educação Infantil será oferecida em todas instituições, que atendem diretamente crianças de 4 (quatro) meses a 6 (seis) anos, independente de denominação e regime de funcionamento.

Art. 5º - A Educação Infantil será oferecida em:

I – Creche, para atendimento de crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos e 11(onze) meses;

II – Pré-escolar para crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos;

III – Centro de Educação Infantil, para Crianças de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos;

IV – Escola de Educação Básica, instituição que atende a educação infantil e outros níveis de ensino.

§1º - A criança com necessidades educacionais especiais, serão preferencialmente atendidas na rede regular da Educação infantil, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, por profissionais capacitados para a execução desta função.

§2º - A criança poderá frequentar instituições de Educação Infantil, por período integral ou parcial.

## CAPÍTULO II

### DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 6º - A Proposta pedagógica da instituição de educação infantil, na forma de lei, tem garantia de fundamentação, no pluralismo de ideias e na consequente concepção pedagógica.

§1º - A proposta pedagógica por meio de projetos pedagógicos deverá estar fundamentada numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento, social e histórico marcado pelo meio em que se desenvolve e que também o marca.

§2º - A proposta pedagógica, respeitando as diversidades, deverá garantir a participação das crianças, professores, famílias e comunidade

Art. 7º - Compete às Instituições de Educação Infantil, respeitar a legislação vigente, elaborar e executar sua proposta pedagógica que deverá explicitar:

I – Fins e objetivos da proposta;

II – Concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem que a fundamenta;

III – Características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;

IV – Regime de Funcionamento;

V – Espaço físico, instalações e equipamentos;

VI – Relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade, com previsão de atualização e aperfeiçoamento;

VII – Organização de grupos e relações professor/criança;

VIII – Formas e propostas de organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

IX – Proposta de articulação da instituição de educação infantil com a família, comunidade e Instituição de Ensino Fundamental em qual, os alunos serão atendidos posteriormente;

X – Proposta de Avaliação do desenvolvimento da criança;

XI – Proposta de planejamento geral e avaliação institucional;

XII – Proposta de articulação da educação infantil com o ensino fundamental;

XIII – Formas de capacitação contínua dos profissionais;

XIV – A História da Instituição.

Art. 8º - O regime de funcionamento das Instituições de Educação Infantil atenderá as necessidades da comunidade, podendo ser ininterrupto no ano civil, respeitando os direitos trabalhistas e estatutários dos profissionais que nelas exercem atividades.

§1º - Para fins de comprimento do caput deste artigo, fica definido o atendimento das crianças com idade de 04(quatro) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses;

§2º - As Instituições de Educação Infantil mantidas pelo Poder

Público Municipal, paralisarão suas atividades no período de 20 (vinte) de dezembro a 10 (dez) de janeiro para fins de pequenos reparos, reformas e dedetização;

§3º - As Instituições de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal, durante o recesso escolar referente ao período de Julho e Janeiro a Fevereiro atenderão com atividades diferenciadas do cotidiano escolar, sendo estas atividades deverão estar prevista no Projeto Pedagógico aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;

§4º - As crianças com a idade de 04 (quatro) a 06 (seis) anos seguirão o calendário do Ensino Fundamental e terão o seu atendimento suspenso durante os períodos de recesso e férias escolares.

Art. 9º - As Instituições de Educação Infantil, devem criar procedimentos para realizar o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa da educação, não tendo como função a seleção/promoção e não constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

§1º - A avaliação na educação infantil deverá possibilitar a identificação dos avanços, possibilidades, dificuldades dos educandos, educadores, do coletivo de profissionais da instituição e de cada criança em relação a sua aprendizagem e desenvolvimento;

§2º - A avaliação das crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses será semestralmente através de parecer descritivo, contendo o registro do desenvolvimento da criança;

§3º - A avaliação das crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos será trimestralmente, através de parecer descritivo contendo o registro do desenvolvimento da criança;

§4º - O Registro deverá ocorrer em sistema informatizado e deverá ser arquivado na instituição de Educação infantil;

§5º - A instituição de Ensino deverá padronizar os itens de avaliação e deverão estar contidos no Projeto pedagógico e deverão conter os seguintes itens obrigatórios:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças como: relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.;

A continuidade dos processos de aprendizagens, por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança;

Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças, os processos de desenvolvimento e a aprendizagem da criança na Educação Infantil;

§6º - As instituições de Ensino deverão manter um registro diário de cada turma, para fins de auxiliar no processo avaliativo.

Art. 10 - A relação do número de crianças e profissionais por período não poderá exceder a seguinte tabela:

Denominação das Turmas	Faixa etária	Divisão de Turmas	Nº de crianças	Professor	Auxiliar de sala por período
Creche I	04 meses até 18 meses	04 meses até 12 meses	Até 12	01 (um)	01 (um)
		12 meses até 18 meses	Até 16		
Creche II	18 meses até 03 anos	18 meses até 02 anos e 02 meses	Até 16	01 (um)	01 (um)
		02 anos e 02 meses até 03 anos	Até 20		
Creche III	03 até 04 anos	-----	Até 20	01 (um)	01 (um)
Pré-Escolar	04 até 06 anos	04 até 05 anos	Até 25	01 (um)	---
		05 até 06 anos	Até 25	01 (um)	---

§1º - Fica facultado a forma diversa de organização, desde que, a estrutura física e humana, mantida pela instituição garanta o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social, respeitado o previsto no caput deste artigo;  
§2º - Em casos da existência de crianças com deficiências, se incluirá mais um auxiliar de sala quando diagnosticado a efetiva necessidade a ser regulamentado pela resolução da educação especial;  
§3º - A data de referência para as idades citadas acima é de 31 de março.

### CAPÍTULO III DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 11. - As Instituições de Educação Infantil deveram possuir um quadro básico de profissionais com formação específica, coerente com a proposta pedagógica, com as características do espaço físico e com o número e características das crianças atendidas.

Art. 12 - A Gestão/Direção da Instituição de Educação Infantil será exercida por profissional formado em Licenciatura em Pedagogia.

Art. 13. - O docente Titular da Educação Infantil deve ter habilitação de nível superior, licenciatura em pedagogia, com habilitação em Educação Infantil conforme os critérios do Art. 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de numero 9394 de 1996 e resolução do Conselho Nacional da Educação de número 009 de 2007.

Art. 14. - O docente das disciplinas específicas da Educação Infantil deverá ter habilitação de nível superior, licenciatura na disciplina específica. Admite-se como formação mínima a 3ª fase do curso de nível superior na possibilidade de não haver profissional de nível superior.

Art. 15. - Aos professores em exercício da docência será garantido 33% da jornada de trabalho, tempo reservado para os estudos, avaliação, planejamento e outras atividades.

Art. 16. - O Auxiliar de Ensino da Educação Infantil deverá ter habilitação de nível superior, em Pedagogia, admite-se como formação mínima Nível Médio Magistério na possibilidade de não haver profissional de nível superior.

Art. 17. - O profissional da Educação Infantil responsável pela coordenação pedagógica, deverá ter curso superior com licenciatura plena em pedagogia.

Art. 18. - As instituições que oferecem Educação Infantil deverão dispor de assessoria e acompanhamento de equipe multiprofissional: pediatra, nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo e outros visando ações complementares as atividades educativas no atendimento dos educandos.

### CAPÍTULO IV DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

Art. 19 - Os espaços serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição de educação infantil a fim, de favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos, respeitando a capacidade, necessidades e características.

Parágrafo único. Em se tratando de turmas de Educação Infantil em instituições que ofertam outros níveis de ensino, devem-se assegurar espaços de uso exclusivo às crianças de 04 (quatro) meses a 06(seis) anos, podendo outros serem compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que asseguradas condições de segurança e em conformidade com a proposta pedagógica.

Art. 20. Na construção, adaptação, reforma ou ampliação das edificações destinadas à Educação Infantil Pública e Privada, deverão ser garantidas as condições de localização, acessibilidade, segurança, salubridade e saneamento.

§1º - Todo imóvel destinado à Educação Infantil Pública e Privada dependerá de aprovação do órgão oficial competente;

§2º - O prédio deverá adequar-se ao fim a que se destina e atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente;

§3º - O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 21. Os espaços internos deverão atender as diferentes funções da Instituição de Educação Infantil e conter uma estrutura básica que contemple:

I - Espaços para recepção, administração e apoio;

II - Sala para professores;

III -Biblioteca e/ou Brinquedoteca;

IV-Sala de Informática;

V - Sala para coordenação pedagógica;

VI - Salas de aula para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;

VII - Instalações e equipamentos para o preparo e oferta de alimentos, que atendam as exigências de saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

VIII -Instalações sanitárias suficientes e apropriadas para uso das crianças e dos adultos;

IX - O berçário deverá ter espaço adequado para o sono e descanso das crianças, área livre para a movimentação, locais para a amamentação, higienização, com balcão trocador, pia, chuveiro, e espaço específico para o banho de sol;

X - Área coberta para atividades externas compatíveis com a capacidade de atendimento, por turno da instituição.

Parágrafo único - As Salas de Aula deverão possuir proporção mínima de 1,3 m2 por criança, sendo permitida a ocupação máxima correspondente a 80% (oitenta por cento) da área física;

Art. 22 - As áreas ao ar livre devem possibilitar as atividades de expressão física, artísticas e de lazer, contemplando também áreas verdes e parques.

Art. 23 - Em se tratando de turmas de pré-escola em instituições de ensino que ofertam outros níveis de ensino, o banheiro e a sala de atividades deverão ser de uso exclusivo das crianças de pré-escola, podendo outros serem compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que a ocupação se dê em horários diferenciados, respeitando a proposta pedagógica da escola.

### CAPÍTULO V DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 24 - Entende-se por criação o ato próprio pelo qual o mantenedor formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de Educação Infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do Sistema Municipal de Ensino.

§1º - O ato de criação se efetiva para as instituições de Educação Infantil, mantidas pelo poder público, por ato governamental e para a iniciativa privada, por manifestação expressa do mantenedor em ato jurídico ou declaração própria.

§2º - O ato de criação que se refere o parágrafo primeiro deste artigo, não autoriza o funcionamento, que depende da aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 25 - A autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil é de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação, através de parecer conclusivo e sua homologação é realizada através de Portaria de Autorização de Funcionamento emitido pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 26 - A Secretaria Municipal de Educação cabe emitir:

I - Parecer Técnico constituído de análise da documentação e visita 'in loco';

II - Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 27 - Ao Conselho Municipal de Educação cabe:

I - emitir parecer conclusivo;

II - encaminhar a Secretaria Municipal de Educação parecer relativo à autorização de funcionamento.

Art. 28 - O Processo para autorização de funcionamento será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido a Presidência do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade



mantenedora;

II - registro da entidade mantenedora, se da iniciativa privada, junto aos órgãos competentes: Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III - documentação que possibilite verificar a capacidade de autofinanciamento e prova de idoneidade econômica financeira da entidade mantenedora e de seus sócios, consistindo de certidão negativa do cartório de distribuição pertinente, com validade na data de apresentação do processo;

IV - identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;

V - planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;

VI - relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação;

VII - previsão de crianças a serem atendidas com demonstrativo da organização de grupos;

VIII - proposta pedagógica;

IX - Alvará de inspeção sanitária expedida pela Vigilância Sanitária;

X - Atestado de vistoria de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;

XI - Comprovação da propriedade do imóvel ou de sua locação ou cessão, por prazo não inferior a 03 (três) anos;

XII - Relação de mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;

XIII - Regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de educação infantil;

XIV - Alvará Expedido por órgão próprio da prefeitura municipal;

XV - Outros que venham a ser exigidos por lei.

§ 1º O Processo de que trata este artigo será analisado pelo Conselho Municipal de Educação e encaminhará para Secretaria Municipal de Educação para que seja emitido o parecer técnico.

§ 2º Recebido este Processo, a Secretaria Municipal de Educação, terá o prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar o processo com parecer técnico ao Conselho Municipal de Educação.

§ 3º O Conselho Municipal de Educação, após recebimento do respectivo Processo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar Parecer Conclusivo à Secretaria Municipal de Educação, para esta expedir e publicar Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 29 - A Instituição de Educação Infantil só poderá funcionar mediante a Portaria de Autorização de Funcionamento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30 - Na hipótese de suspensão, interrupção e cassação do direito de funcionamento da instituição educacional, e/ou simulação de fraude e falsidade ideológica do instrumento - Portaria de Autorização de Funcionamento, será aplicado ao responsável legal ou ao seu preposto as penalidades previstas em lei sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, e ainda fazendo-se remessa do Processo Administrativo ao Órgão do Ministério Público.

Art. 31 - O Ato de Autorização para o funcionamento deverá ser renovado a cada 05 (cinco) anos.

## CAPÍTULO VI

### DA MUDANÇA DE MANTENEDORA, DE SEDE E DENOMINAÇÃO

Art. 32 - As modificações que alteram a organização de estabelecimentos autorizados e reconhecidos em relação a mantenedor, sede ou denominação deverão ser submetidas ao Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação, em processo, instruído de:

I - Quanto à mudança de mantenedor(a), atender ao disposto nos incisos I, II, III e VIII do Art. 28, da presente Resolução;

II - Quanto à mudança de denominação, atender ao disposto nos incisos I e II do Art. 28, da presente Resolução;

III - Quanto à mudança de sede o (a) mantenedor (a) deverá atender o disposto nos incisos I, V, VII, IX, X, XI, XII, XIV e XV no Art. 28, da presente Resolução.

§ 1º Nos casos de mudança de mantenedora ou de sede de

estabelecimento já reconhecido, deverá haver manifestação formal do Conselho Municipal de Educação;

§ 2º A aprovação da mudança de mantenedor, de sede ou de denominação, obriga o estabelecimento a fazer as adaptações regimentais e de escrituração escolar correspondente e, inclusive, estatutária, quando couber;

Art. 33 - A Secretaria Municipal de Educação examinará os processos referentes à mudança de mantenedor de sede e de denominação julgando-os em conformidade com esta resolução e os encaminhará à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

## CAPÍTULO VII

### DA DESATIVAÇÃO E REATIVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 34 - A desativação das atividades educacionais de estabelecimentos de Educação Infantil, autorizados a funcionar ou reconhecidos, poderá ocorrer:

I - Por decisão da entidade mantenedora, entendida como voluntária;

II - Por determinação da autoridade competente, entendida como desativação compulsória;

Parágrafo único - A desativação das atividades, em ambas as formas previstas neste artigo, poderá ocorrer em caráter temporário ou definitivo.

Art. 35 - A Secretaria Municipal de Educação poderá desativar temporária ou definitivamente, as atividades escolares das instituições de educação infantil reconhecidas ou não, se for verificada a inobservância dos preceitos legais administrativos e pedagógicos do Sistema Municipal de Ensino, apurada de acordo com as disposições desta resolução nos seus capítulos IV e V.

Art. 36 - A desativação de atividades por iniciativa do Poder Público, só poderá ser aplicada pelo Secretário Municipal de Educação, mediante parecer aprovado pela Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único - O parecer referido no caput, deste artigo tomará por base as informações contidas no Parecer Conclusivo, exarado por comissão especialmente constituída para essa finalidade.

Art. 37- Para a desativação voluntária de atividades, o mantenedor encaminhará, no prazo prévio de 90 (noventa) dias o processo próprio a Secretaria Municipal de Educação constituído de:

I - Justificativa;

II - Cronograma de desativação;

III - Descrição dos procedimentos relativos a continuidade da oferta de atendimento até a desativação;

IV - Garantia da regularidade de escrituração escolar e arquivo;

V - Cópia da ata de reunião de comunicação aos pais e responsáveis quando à desativação;

§ 1º A regularidade do processo de desativação será verificada in loco por comissão especial, designada para este fim pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Após a efetiva formalização do processo de desativação, cabe a Secretaria Municipal de Educação, expedir a portaria e comunicar ao Conselho Municipal de Educação.

§ 3º Do ato de desativação compulsória caberá pedido de reconsideração a autoridade que o determinar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação.

Art. 38 - A desativação de atividades educacionais por qualquer motivo, importará na revogação da autorização para funcionamento e/ou de reconhecimento por ato expresso da Secretaria Municipal de Educação.

Paragrafo único - No caso de desativação definitiva e total, a documentação escolar será recolhida pela Secretaria Municipal de Educação, para efeito de arquivamento.

Art. 39 - A reativação de estabelecimento de Ensino independente da causa da desativação, dependerá de nova autorização.

**CAPÍTULO VIII  
DA SUPERVISÃO**

Art. 40 - A supervisão que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento da Instituição de Educação Infantil, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe a observância das leis de ensino e as decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 41 - Compete aos órgãos específicos da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, definir e implementar procedimentos da supervisão, Avaliação e Controle das Instituições de Educação Infantil, promovendo a cooperação técnica na perspectiva de aprimoramento da qualidade do processo educacional.

Art. 42 - A supervisão compete:

I – acompanhar e avaliar:

o cumprimento da legislação educacional;

a execução da proposta pedagógica;

condições de matrícula e permanência das crianças na Instituição de Educação infantil;

a qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e a adequação às suas finalidades;

a regularidade dos registros de documentação e arquivo.

o processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição de educação infantil e o disposto na regulamentação vigente;

a oferta e execução de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde nas instituições de educação infantil, mantidas pelo poder público;

articulação das instituições de educação infantil com a família e a comunidade

II – propor às autoridades competentes:

a) o cessar efeitos dos atos de autorização;

b) a cessação temporária ou permanente das atividades, quando comprovadas irregularidades que comprometem o seu funcionamento.

**CAPÍTULO IX****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 43. As Instituições de Educação Infantil públicas e privadas, em funcionamento, deverão ajustar-se às disposições desta Resolução no período de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Os órgãos executivos do sistema, conjugarão esforços, junto as diferentes instâncias municipais envolvidas no atendimento a criança de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos, visando à integração das Instituições de Educação Infantil ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 44. O Conselho Municipal de Educação poderá, a partir do parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação, designar conselheiros para verificar in loco o cumprimento dos requisitos legais à concessão da autorização de funcionamento.

Art. 45. A Secretaria Municipal de Educação, poderá baixar instruções complementares necessárias ao cumprimento dessa Resolução.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Art. 47. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Ficam revogadas as disposições, em contrário, em especial a esta resolução.

Maracajá, 19 de Novembro de 2013.

LÚCIO VÂNIO MORAES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

**Projeto FIA Insc. 008/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

PROJETO FIA INSC. 008/2013

O Projeto Brinquedoteca foi aprovado no dia 21/06/2013 pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) tem a idéia de criar uma brinquedoteca na Creche para oportunizar um espaço lúdico pedagógico, aquelas crianças que não tem condições do espaço assistido de brincar, buscando o envolvimento da comunidade (interna e externa), nas ações da brinquedoteca, visando o desenvolvimento da personalidade da criança através de jogos e brinquedos. Criar esse espaço é uma necessidade. Para contribuir pelo FIA, pessoa física 6% do imposto e pessoa jurídica 1% sob o imposto do lucro real.

FIA MARACAJÁ

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

CNPJ: 18.987.626/0001-83

BANCO DO BRASIL

AG. 5326-0

C.C 9000-X

**Maravilha****PREFEITURA****Processo Administrativo**

Autos n. 001/2013

Ação: Processo Administrativo

Contratante: Município de Maravilha, SC

Contratada: W.a.a.r. Construtora Ltda Me

Vistos para decisão.

W.A.R.R. CONSTRUTORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.836.528/0001-00, estabelecida na Av. Sete de Setembro, 333, Maravilha, SC, representada neste ato pelo Senhor AYRTON ROMAN, inscrito no Cadastro da Pessoa Física sob o n. 047.451.269-05 residente e domiciliado na Travessa das Rosas, 295, nessa Cidade e Comarca de Maravilha, SC, celebrou Contrato Administrativo n. 070/2013, com o Município de Maravilha, SC, para execução de obra denominada "Ampliação e reforma da Unidade de Saúde Noeli Berger Diehl", a ser executada no Lote Urbano n. 088, Quadra n.67, no Município de Maravilha, SC.

A Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas, nomeada pelo Decreto Municipal n. 088, de 02 de setembro de 2013, consoante Laudo Técnico, atestou a ocorrência de irregularidades durante a execução da referida obra.

Diante do ocorrido, mediante Despacho n. 001/2013 (fls.06), foi determinado a nomeação de Comissão Municipal para instrução de Processo Administrativo, conforme Decreto Municipal n. 124, de 07 de novembro de 2013, para apurar mediante contraditório e ampla defesa, as irregularidades apontadas no Laudo Técnico inicial da Comissão de Fiscalização.

Nesse contexto, através de Notificação Extrajudicial, datada de 07 de novembro de 2013, mediante intimação pessoal realizada através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, do Município de Maravilha, localizado na Avenida Anita Garibaldi, 279, centro, foi intimado no dia 11 de novembro de 2013, o Senhor Ayrton Roman, Sócio Administrador da Empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me.



Nesse passo, através da Notificação Extrajudicial, onde consta, em tese, as possíveis irregularidades cometidas pela empresa durante a execução da obra, devidamente fundamentadas na Lei Federal n. 8.666/1993 e Contrato Administrativo n. 070/2013, foi oportunizado o contraditório e ampla defesa, de acordo com o disposto no Art. 5º, LV, da CRFB de 1988.

No dia quatorze de novembro de 2013, tempestivamente, a empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me, protocolizou na Prefeitura do Município de Maravilha, contra notificação extrajudicial.

Sustentou a contratada, que o Município de Maravilha leve em consideração que a empresa passava por algumas dificuldades financeiras, estas já sanadas.

Que a realizou a concretagem da laje, que restam ainda três meses para a conclusão da obra, comprometendo-se a entregar a obra no prazo e mantendo um efetivo compatível com a obra, e que fornecerá todos os equipamentos de proteção individual a seus funcionários, que já efetuou a compra da laje e concreto do pavimento da cobertura.

Pugna, pela autorização para continuar os serviços.

Verifica-se manifestação expressa do Departamento Jurídico do Município de Maravilha, através de Parecer Jurídico exarado pelo Procurador Geral do Município de Maravilha, (fls. 16).

Eis o relatório.  
Passo a decidir.

Trata-se de Processo Administrativo para apurar possíveis irregularidades durante a execução de obra denominada "Ampliação e reforma da Unidade de Saúde Noeli Berger Diehl", onde figura como contratante o Município de Maravilha, SC e a empresa W.a.r.r. Construtora Ltda - Me.

Inicialmente, destaca-se que foi oportunizado o contraditório e ampla defesa a empresa notificada, em respeito ao disposto na CRFB.

No mérito, em nenhum momento e quesito a empresa contratada impugnou as irregularidades apontadas na Notificação Extrajudicial, oriundas do Laudo da Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas do Município de Maravilha, que atesta as seguintes inconformidades:

- a) A obra encontra-se iniciada e sem movimentação (paralisada) não encontrando-se nenhum funcionário trabalhando na respectiva obra, no momento da fiscalização;
- b) Que a empresa contratada não apresentou junto a contratante os documentos necessários para o bom acompanhamento e fiscalização da obra;
- c) Que de acordo com vistoria in loco, observou-se que na obra não havia funcionários, mas, conforme informações obtidas com moradores nas proximidades da obra, os funcionários que iniciaram os serviços não seriam da empresa, ora notificada e que os mesmos não utilizavam os equipamentos de proteção individual;

Outrossim, em contra notificação, a empresa contratada alega apenas que já comprou alguns materiais e que finalizará a obra no prazo legal, não contesta em momento algum as inconformidades relatadas na Notificação Extrajudicial.

Ora, evidente que a empresa não finalizará a obra no prazo legal, a mesma está paralisada e a empresa não deu garantia alguma de que finalizará a obra no prazo contratual, sendo que a mesma violou o disposto no Art. 78, V, da Lei Federal n. 8.666/1993, in verbis:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração".

Registra-se ainda a afronta ao disposto na Cláusula Décima, inciso I, IV e VI, do Contrato Administrativo n. 070/2013, literis:

"CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

"I - O contratado submete-se aos termos do presente contrato, da legislação pertinente a matéria, especialmente as normas da Lei 8.666/93 republicada e nos termos do Processo Licitatório ao qual este Contrato está vinculado".

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários".

VII - Manter o Município sempre informado sobre o andamento da obra"

Não observou o disposto no item 9.1, do Edital de Tomada de Preços n. 002/2013, in verbis:

"9.1 - A CONTRADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização da obra, causados a esta Municipalidade ou a terceiros".

Verifica-se ainda, o descumprimento do disposto no Art. 78, I, II, VI, da Lei Federal n. 8.666/93, literis:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato".

Nota-se ainda, o descumprimento item 10.2.3, alínea "a", "b", "c", "e" e "f" do Edital de Tomada de Preços n. 002/2013, in verbis:

"Item 10.2.3 - Constituem motivos para a rescisão do contrato:

a) O Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d)

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A sub-contratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato" (grifo nosso).

Ante o exposto, considerando os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da indisponibilidade do interesse público, DECIDO pela adoção dos seguintes procedimentos:

a) A rescisão unilateral do Contrato Administrativo n. 070/2013, com amparo legal no Art. 79, I, da Lei Federal n. 8.666/1993, Contrato Administrativo n. 070/2013 e Edital de Tomada de Preços

n. 002/2013;

b) Aplicação de multa contratual, conforme Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo n. 070/2013 e item 12.1.2, alínea "a", do Edital de Tomada de Preços n. 002/2013, no percentual de 5% do valor do contrato, o que totaliza o montante de R\$ 10.205,00 (dez mil duzentos e cinco reais), devendo ser liquidado no prazo de 10 dias após a intimação da presente decisão, sob pena de lançamento em dívida ativa não tributária;

c) A suspensão temporária de contratar com o Município de Maravilha pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a administração, conforme Art. 80, IV, da Lei Federal n. 8.666/1993;

e) A assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

f) Adoção de todos os meios administrativos e judiciais visando à proteção do interesse público.

A empresa W.a.r.r. Construtora Ltda Me, deverá depositar no prazo de 10 dias, após a intimação e publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, o valor correspondente a multa aplicada, na Conta Corrente n. 69-8, Agência 0858-3, Banco do Brasil, de titularidade do Município de Maravilha, SC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Maravilha, SC, 04 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

### Processo Administrativo

Autos n. 002/2013

Ação: Processo Administrativo

Contratante: Município de Maravilha, SC

Contratada: W.a.a.r. Construtora Ltda Me

Vistos para decisão.

W.A.R.R. CONSTRUTORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.836.528/0001-00, estabelecida na Av. Sete de Setembro, 333, Maravilha, SC, representada neste ato pelo Senhor AYRTON ROMAN, inscrito no Cadastro da Pessoa Física sob o n. 047.451.269-05 residente e domiciliado na Travessa das Rosas, 295, nessa Cidade e Comarca de Maravilha, SC, celebrou Contrato Administrativo n. 040/2012, com o Município de Maravilha, SC, para execução de obra denominada "Pavimentação com pedras irregulares de basalto nos trechos I,II,III, da Rua Iguaçu", no Município de Maravilha, SC.

A Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas, nomeada pelo Decreto Municipal n. 088, de 02 de setembro de 2013, consoante Laudo Técnico, atestou a ocorrência de irregularidades durante a execução da referida obra.

Diante do ocorrido, mediante Despacho n. 002/2013 (fls.06), foi determinado a nomeação de Comissão Municipal para instrução de Processo Administrativo, conforme Decreto Municipal n. 124, de 07 de novembro de 2013, para apurar mediante contraditório e ampla defesa, as irregularidades apontadas no Laudo Técnico inicial da Comissão de Fiscalização.

Nesse contexto, através de Notificação Extrajudicial, datada de 07 de novembro de 2013, mediante intimação pessoal realizada através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas

Jurídicas, do Município de Maravilha, localizado na Avenida Anita Garibaldi, 279, centro, foi intimado no dia 11 de novembro de 2013, o Senhor Ayrton Roman, Sócio Administrador da Empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me.

Nesse passo, através da Notificação Extrajudicial, onde consta, em tese, as possíveis irregularidades cometidas pela empresa durante a execução da obra, devidamente fundamentadas na Lei Federal n. 8.666/1993 e Contrato Administrativo n. 040/2012, foi oportunizado o contraditório e ampla defesa, de acordo com o disposto no Art. 5º, LV, da CRFB de 1988.

No dia quatorze de novembro de 2013, tempestivamente, a empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me, protocolizou na Prefeitura do Município de Maravilha, contra notificação extrajudicial.

Sustentou a contratada, que o Município de Maravilha leve em consideração que a empresa passava por algumas dificuldades financeiras, estas já sanadas.

Que a empresa solicitou a fabricação de meio fio no Município de São Miguel do Oeste, SC, sendo que toda a mão de obra já está programada para a referida obra;

Pugna, pela autorização para continuar os serviços, pois se compromete a entregar a obra até o final de novembro de 2013.

Verifica-se manifestação expressa do Departamento Jurídico do Município de Maravilha, através de Parecer Jurídico exarado pelo Procurador Geral do Município de Maravilha, (fls. 14).

Eis o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de Processo Administrativo para apurar possíveis irregularidades durante a execução de obra denominada Pavimentação com pedras irregulares de basalto nos trechos I,II,III, da Rua Iguaçu", onde figura como contratante o Município de Maravilha, SC e a empresa W.a.r.r. Construtora Ltda - Me.

Inicialmente, destaca-se que foi oportunizado o contraditório e ampla defesa a empresa notificada, em respeito ao disposto na CRFB.

No mérito, em nenhum momento e quesito a empresa contratada impugnou as irregularidades apontadas na Notificação Extrajudicial, oriundas do Laudo da Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas do Município de Maravilha, que atesta as seguintes inconformidades:

a) A obra encontra-se iniciada nos três trechos, não possuindo nenhum trecho concluído e sem movimentação (paralisada) não encontrando-se nenhum funcionário trabalhando na respectiva obra, no momento da fiscalização;

b) Que o prazo para conclusão da obra, consoante Contrato Administrativo, expirou em 15/06/2013;

c) Que apresenta vários pontos com defeito, principalmente em relação a qualidade da mão de obra aplicada na execução dos serviços, e devido a não conclusão e com a liberação do tráfego estão surgindo pontos em que estão sujeitos a acidentes, devido a situação local de abandono, já comprometendo a qualidade final da obra;

d) Que de acordo com vistoria in loco, observou-se que na obra não havia funcionários, mas, conforme informações obtidas com moradores nas proximidades da obra, os funcionários que iniciaram os serviços não seriam da empresa, ora notificada e que os mesmos não utilizavam os equipamentos de proteção individual;

Outrossim, em contra notificação, a empresa contratada alega

apenas que já solicitou a fabricação de meio-fio no Município de São Miguel do Oeste, SC, e que finalizará a obra até o final do mês de novembro de 2013, não contesta em momento algum, as inconformidades relatadas na Notificação Extrajudicial.

Ora, evidente que a empresa não finalizará a obra no prazo legal, a mesma está paralisada e o prazo contratual para execução já expirou, sendo que a mesma violou o disposto no Art. 78, V, da Lei Federal n. 8.666/1993, in verbis:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração".

Registra-se ainda a afronta ao disposto na Cláusula Oitava, do Contrato Administrativo n. 040/2013, literis:

"CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

"Pelo atraso injustificado ou pela inexecução parcial ou total do contrato, a contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimentos de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro nos artigos 86 e 87, da Lei n. 8.666/93".

Não observou o disposto no item 8.4 e 8.5, do Edital de Tomada de Preços n. 007/2012, in verbis:

"8.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovadas por esta municipalidade.

8.5 - O diário de obras deverá ser em duas vias, sendo que a primeira destinada a fiscalização do Município e a segunda a empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município".

Verifica-se ainda, o descumprimento do disposto no Art. 78, I, II, VI, da Lei Federal n. 8.666/93, literis:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato".

Ante o exposto, considerando os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da indisponibilidade do interesse público, DECIDO pela adoção dos seguintes procedimentos:

a) A rescisão unilateral do Contrato Administrativo n. 040/2012, com amparo legal no Art. 79, I, da Lei Federal n. 8.666/1993, Contrato Administrativo n. 040/2012 e Edital de Tomada de Preços n. 007/2012;

b) Aplicação de multa contratual, conforme Cláusula Oitava do Contrato Administrativo n. 040/2012 e item 10.2.2, do Edital de Tomada de Preços n. 007/2012, no percentual de 10% do valor do contrato, o que totaliza o montante de R\$ 13.758,31 (treze mil setecentos e cinquenta e oito reais com trinta e um centavos), devendo ser liquidada no prazo de 10 dias após a intimação da

presente decisão, sob pena de lançamento em dívida ativa não tributária;

c) A suspensão temporária de contratar com o Município de Maravilha pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a administração, conforme Art. 80, IV, da Lei Federal n. 8.666/1993;

e) A assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

f) Adoção de todos os meios administrativos e judiciais visando à proteção do interesse público.

A empresa W.a.r.r. Construtora Ltda Me, deverá depositar no prazo de 10 dias, após a intimação e publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, o valor correspondente a multa aplicada, na Conta Corrente n. 69-8, Agência 0858-3, Banco do Brasil, de titularidade do Município de Maravilha, SC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Maravilha, SC, 04 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha

### Processo Administrativo

Autos n. 003/2013

Ação: Processo Administrativo

Contratante: Município de Maravilha, SC

Contratada: W.a.a.r. Construtora Ltda Me

Vistos para decisão.

W.A.R.R. CONSTRUTORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.836.528/0001-00, estabelecida na Av. Sete de Setembro, 333, Maravilha, SC, representada neste ato pelo Senhor AYRTON ROMAN, inscrito no Cadastro da Pessoa Física sob o n. 047.451.269-05 residente e domiciliado na Travessa das Rosas, 295, nessa Cidade e Comarca de Maravilha, SC, celebrou Contrato Administrativo n. 061/2012, com o Município de Maravilha, SC, para execução de obra denominada "Casa Mortuária", a ser executada na Avenida Orlando Zawadski, no Município de Maravilha, SC.

A Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas, nomeada pelo Decreto Municipal n. 088, de 02 de setembro de 2013, consoante Laudo Técnico, atestou a ocorrência de irregularidades durante a execução da referida obra.

Diante do ocorrido, mediante Despacho n. 003/2013 (fls.06), foi determinado a nomeação de Comissão Municipal para instrução de Processo Administrativo, conforme Decreto Municipal n. 124, de 07 de novembro de 2013, para apurar mediante contraditório e ampla defesa, as irregularidades apontadas no Laudo Técnico inicial da Comissão de Fiscalização.

Nesse contexto, através de Notificação Extrajudicial, datada de 07 de novembro de 2013, mediante intimação pessoal realizada através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, do Município de Maravilha, localizado na Avenida Anita Garibaldi, 279, centro, foi intimado no dia 11 de novembro de 2013, o Senhor Ayrton Roman, Sócio Administrador da Empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me.

Nesse passo, através da Notificação Extrajudicial, onde constava,



em tese, as possíveis irregularidades cometidas pela empresa durante a execução da obra, devidamente fundamentadas na Lei Federal n. 8.666/1993 e Contrato Administrativo n. 061/2013, foi oportunizado o contraditório e ampla defesa, de acordo com o disposto no Art. 5º, LV, da CRFB de 1988.

No dia quatorze de novembro de 2013, tempestivamente, a empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me, protocolizou na Prefeitura do Município de Maravilha, contra notificação extrajudicial.

Sustentou a contratada, que o Município de Maravilha leve em consideração que a empresa passava por algumas dificuldades financeiras, estas já sanadas.

Que a execução da obra denominada "Casa Mortuária", encontra-se em fase final de execução, comprometendo-se a entregar a obra até o final do mês de novembro.

Pugna, encarecidamente pela liberação para continuar os serviços e realizar os devidos reparos, alega grande interesse em concluir a obra.

Verifica-se manifestação expressa do Departamento Jurídico do Município de Maravilha, através de Parecer Jurídico exarado pelo Procurador Geral do Município de Maravilha, (fls. 14).

Eis o relatório.  
Passo a decidir.

Trata-se de Processo Administrativo para apurar possíveis irregularidades durante a execução de obra denominada "Casa Mortuária", onde figura como contratante o Município de Maravilha, SC e a empresa W.a.r.r. Construtora Ltda - Me.

Inicialmente, destaca-se que a obra deveria ser finalizada ainda em dezembro de 2012, no entanto, a referida empresa até o presente momento não conclui a mesma.

No mérito, em nenhum momento e quesito a empresa contratada impugnou as irregularidades apontadas na Notificação Extrajudicial, oriundas do Laudo da Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento de Obras Públicas do Município de Maravilha, que atesta as seguintes inconformidades:

- a) A obra encontra-se em andamento, estando na fase de acabamentos, sendo constatado que a mesma esta em ritmo muito lento, ficando grande parte do tempo sem ninguém trabalhando na mesma;
- b) Que a empresa não executou a obra no prazo contratual;
- c) Que a qualidade da obra, na fase de acabamentos é considerada ruim, apresentado vários problemas, como acabamentos nos detalhes construtivos, desalinhamento no acabamento de vigas, desnivelamento do piso interno, infiltrações, rachaduras, cerâmicas quebradas, devido à colocação de forma incorreta, simplesmente pontecendo alguns pontos dela com argamassa e não passando na sua totalidade com o uso de desempenadeira de dentes, limpeza da obra, inclusive com parte da textura aplicada na fachada frontal já apresentando pontos em que está deslocando da parede. Constatando-se assim que a qualidade final da obra já esta comprometida.
- d) Que no momento da fiscalização, estava trabalhando apenas um funcionário, e que o mesmo relatou não ser funcionário da empresa W.a.a.r. Construtora Ltda Me.

Outrossim, em contra notificação a empresa contratada alega que finalizará a obra até o final do mês de novembro de 2013, mas, deveria ter concluído a mesma aproximadamente a dez meses atrás.

Ora, evidente que a empresa não finalizará a obra, sendo que

a mesma violou o disposto no Art. 78, II e III, da Lei Federal n. 8.666/1993, in verbis:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

Violou ainda o disposto na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo n. 061/2012, literis:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo de execução dos serviços, objeto desta licitação é de 180 dias a contar da assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame licitatório".

Não observou o disposto no item 10.2.3, alínea "b" e "c", do Edital de Tomada de Preços n. 012/2012, in verbis:

"10.2.3 - Constituem motivos para a rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos".

Ante o exposto, considerando os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da indisponibilidade do interesse público, DECIDO pela adoção dos seguintes procedimentos:

- a) A rescisão unilateral do Contrato Administrativo n. 061/2012, com amparo legal no Art. 79, I, da Lei Federal n. 8.666/1993, Contrato Administrativo n. 061/2012 e Edital de Tomada de Preços n. 012/2012;
- b) Aplicação de multa contratual, conforme Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo n. 061/2012 e item 12.1.2, alínea "a", do Edital de Tomada de Preços n. 012/2012, no percentual de 5% do valor do contrato, o que totaliza o montante de R\$ 10.278,48 (dez mil duzentos e setenta e oito reais com quarenta e oito centavos), devendo ser liquidada no prazo de 10 dias após a intimação da presente decisão, sob pena de lançamento em dívida ativa não tributária;
- c) A suspensão temporária de contratar com o Município de Maravilha pelo período de 02 (dois) anos, a partir da publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a administração, conforme Art. 80, IV, da Lei Federal n. 8.666/1993;
- e) A assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- f) Adoção de todos os meios administrativos e judiciais visando à proteção do interesse público.

A empresa W.a.r.r. Construtora Ltda Me, deverá depositar no prazo de 10 dias, após a intimação e publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, o valor correspondente a multa aplicada, na Conta Corrente n. 69-8, Agência 0858-3, Banco do Brasil, de titularidade do Município de Maravilha, SC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Maravilha, SC, 04 de dezembro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha

**Termo de Rescisão de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Termo de Rescisão Unilateral de Contrato Administrativo n. 061/2012  
Empresa: Warr Construtora Ltda Me

Objeto: Execução de Obra denominada "Casa Mortuária".  
A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu unilateralmente o Contrato Administrativo n. 061/2012, celebrado com a empresa Waar Construtora Ltda Me, de acordo com o Processo Administrativo n. 003/2013. Qualquer informação poderá ser obtida no Departamento Jurídico do Município de Maravilha, SC, no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 05 de dezembro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Termo de Rescisão Unilateral de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Termo de Rescisão Unilateral de Contrato Administrativo n. 070/2013  
Empresa: Warr Construtora Ltda Me

Objeto: Execução de Obra denominada "Ampliação e reforma da Unidade de Saúde Noeli Berger Dihel".  
A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu unilateralmente o Contrato Administrativo n. 070/2013, celebrado com a empresa Waar Construtora Ltda Me, de acordo com o Processo Administrativo n. 001/2013. Qualquer informação poderá ser obtida no Departamento Jurídico do Município de Maravilha, SC, no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 05 de dezembro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Termo de Rescisão Unilateral de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Termo de Rescisão Unilateral de Contrato Administrativo n. 040/2012  
Empresa: Warr Construtora Ltda Me

Objeto: Execução de Obra denominada "pavimentação com pedras irregulares de basalto na Rua Iguaçu".  
A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu unilateralmente o Contrato Administrativo n. 040/2012, celebrado com a empresa Waar Construtora Ltda Me, de acordo com o Processo Administrativo n. 002/2013. Qualquer informação poderá ser obtida no Departamento Jurídico do Município de Maravilha, SC, no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 05 de dezembro de 2013.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

**Lei Nº 1564/2013**

LEI Nº 1564/2013

Autoriza o ingresso do Município de Massaranduba no Consórcio Público denominado de Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - CIGAMVALI, e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Massaranduba no Consórcio Público denominado de Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - CIGAMVALI, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo, que passa a fazer parte integrante da legislação municipal para todos os fins.

Parágrafo Único O Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - CIGAMVALI, anteriormente designado de Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Vale do Itapocu, passa a vigor sob as regras estabelecidas no Protocolo de Intenções em anexo, após a ratificação por Lei de pelo menos cinco dos municípios que o subscrevem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 06 de Dezembro de 2013  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**Decreto Nº 2821 de 06 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 2821 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova a Instrução Normativa da Controladoria nº 005/2013, que Dispõe sobre controle de horas para pagamento aos Serviços Terceirizados.

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa da Controladoria nº 005/2013, que estabelece a obrigatoriedade do preenchimento da ficha de controle de horas, quando da contratação de serviços com remuneração por hora.

Art. 2º - A Instrução Normativa a que se refere o artigo anterior deve ser observada e adotada por todas as Secretarias Municipais.

Art. 3º - Caberá à Controladoria Municipal prestar orientações às situações não contempladas pela Instrução, devendo as mesmas serem de observância obrigatória para o servidor responsável pelo setor em questão.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações previstas na Instrução implicará ao servidor as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.



Art. 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA 06 DE DEZEMBRO DE 2013  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **Decreto Nº. 2820 de 04 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº. 2820 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara utilidade pública a área de terras para fins de desapropriação e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com base no art. 70, inciso I, alínea "d" da Lei Orgânica c/c art. 9º, §1º, inciso V da Lei 1286/2011):

CONSIDERANDO, a limitação da área do terreno onde se localiza a construção do Posto de Saúde - Unidade Centro;

CONSIDERANDO, a necessidade da ampliação da área de estacionamento de veículos em citado Posto de Saúde, para proporcionar uma melhor recepção aos munícipes que necessitam de tratamento de saúde;

CONSIDERANDO, que a Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba tem sua sede no atual prédio da Prefeitura Municipal de Massaranduba;

CONSIDERANDO, a necessidade da Prefeitura Municipal de Massaranduba ampliar seu espaço físico em favor de sua administração, para tanto, necessita do espaço hoje utilizado pela Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO a necessidade, bem como a necessidade de a Câmara de Vereadores construir sua sede própria.

CONSIDERANDO, finalmente, a viabilidade técnica e a localização do imóvel, objeto da presente desapropriação;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado de utilidade pública, para fins de desapropriação judicial ou amigável, o imóvel matriculado junto ao cartório de Registro de Imóveis de Guaramirim, sob nº 16.174 de propriedade do Sr. Aldo Wagner, localizado na Rua Ervino Seifert esquina com a Rua Osmar Rode, Bairro Centro, Massaranduba - SC, tendo acesso pelas ruas 11 de Novembro, Luis Kreis e 25 de Julho, conforme descrição constante na matrícula in verbis:

I - Uma área de terras de 1.586,77 m2 (Hum mil quinhentos e oitenta e seis metros quadrados e setenta e sete centímetros) sem benfeitorias localizado no lado impar da Rua VL-18, distante 50,20 metros da esquina com a Rua 11 de Novembro, fazendo frente em 59,65 metros da esquina com a Rua VL-18 coincidindo com o alinhamento predial, travessão dos fundos em 40,48 com terras de Marcos Ferreira Sell: extrema do lado direito em 39,74 metros com terras de Oscar Henrique Gorisch e do lado esquerdo em 28,73 metros com o lado para da Rua VL-5, coincidindo com o alinhamento predial.

Parágrafo Único Integra ao presente decreto cópia da Avaliação de Imóvel Urbano, aprovado pela Comissão de Avaliação instituída

pela Portaria nº. 275/2013, de 31/10/2013, o qual de forma conclusiva apresenta o importe financeiro de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a ser pago pela Administração Municipal pela área desapropriada, valor este ratificado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A desapropriação da área de terras, descrita no artigo anterior, tem por finalidade:

I - em parte, em uma área de 500,00 m2, (Quinhentos metros quadrados), servir de estacionamento para o novo Posto de Saúde construído na mesma quadra.

II - o remanescente, que compreende uma área de 1.086,77 m² (um mil e oitenta e seis metros quadrados e setenta e sete centímetros), será destinado para a construção da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba - SC, e estacionamento mútuo do Poder Legislativo e Posto de Saúde.

Art. 3º. O imóvel a que se refere o art. 1º representado no Laudo de Avaliação anexo, passara a integrar o Patrimônio Público Municipal na Categoria de bem de uso público especial.

Art. 4º. Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, o imóvel objeto deste Decreto.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 04 de Dezembro de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **Licitação 85.2013 PP 40.2013 Fornecimento e Instalação de Piso Vinílico No Cei Pe. Aldolino Guesser**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 85/2013 - PM  
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 40/2013

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação pelo total geral, visando a aquisição e instalação de piso laminado no CEI Pe. Aldolino Guesser .

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 19/12/2013  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 19/12/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 06 de Dezembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria N.º 012/2013

PORTARIA n.º 012/2013

TRATA DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO - SAMAE QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de Dezembro de 2013, resolve:

#### ENQUADRAR

Art. 1º Os servidores públicos do Samae relacionados no Anexo Único desta Portaria, considerando o Término e a Aprovação do Estágio Probatório, e a conseqüente Efetivação, conforme a Tabela Salarial dos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 037/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/11/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 012/2013

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NIVEL/ REFERÊNCIA
Daiane de Luca	Química	20	14/03/2006	1H
Juliano Fernandes	Operador de Estação (ETA/ETE)	40	08/05/2009	4E
Mônica Grazieli Búrigo	Agente Administrativa	40	20/07/2009	4E

Meleiro, 06 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria N.º 449/2013

PORTARIA n.º 449/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 063/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria N.º 450/2013

PORTARIA n.º 450/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIA DE FÁTIMA DA SILVA ANSELMO, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 064/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria N.º 451/2013

PORTARIA n.º 451/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 346/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 452/2013**

PORTARIA n.º 452/2013  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora GLADIS SANDRA COLOMBO MACHADO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 031/2012 e nº 034/2012.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 453/2013**

PORTARIA n.º 453/2013  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhorita RAIZA MILIOLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 067/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 454/2013**

PORTARIA n.º 454/2013  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora SANTINA MANOEL FERNANDES, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 065/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 455/2013**

PORTARIA n.º 455/2013  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

##### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora VERIDIANA DA SILVA HERMENEGILDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 084/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 456/2013**

PORTARIA n.º 456/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhorita TAYSE CONTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 086/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 457/2013**

PORTARIA n.º 457/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora LELIANI PURUCHI SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 134/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 458/2013**

PORTARIA n.º 458/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 325/2013 e nº 357/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 459/2013**

PORTARIA n.º 459/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora SIMONE SILVA DA SILVA PAGNAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 145/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



**Portaria N.º 460/2013**

PORTARIA n.º 460/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora CHAIANE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2013.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 066/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria N.º 461/2013**

PORTARIA n.º 461/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora IVANIR COSTA DE SOUZA PETERLE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/12/2013.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 167/2013.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Modelo****PREFEITURA****Decreto N.º 247/2013**

DECRETO Nº 247/2013 DE 29.11.2013

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE PROFESSORES ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1960/2010, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando o cumprimento dos dias letivos e programação de encerramento das atividades escolares e da docência no dia 13.12.2013, conforme o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam rescindidos a partir de 13.12.2013, os contratos de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, dos Professores abaixo nominados:

NOME	VIGÊNCIA / DECRETO ANTERIOR	NOVA VIGÊNCIA DECRETO Nº 247/2013
DIANA CENTA	20.12.2013 – 072/2013	13.12.2013
DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	20.12.2013 – 066/2013	13.12.2013
EDIVANIA BOTTEGA	20.12.2013 – 075/2013	13.12.2013
ELIANE FATIMA HANAUER CHAVES	20.12.2013 – 058/2013	13.12.2013
GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	20.12.2013 – 059/2013	13.12.2013
GLACI BALDIN	20.12.2013 – 061/2013	13.12.2013
JANETE TEREZINHA EBERHARDT	20.12.2013 – 074/2013	13.12.2013
MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	20.12.2013 – 064/2013	13.12.2013
MAGALI CARMEN SIGNOR	20.12.2013 – 062/2013	13.12.2013
MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN	20.12.2013 – 105/2013	13.12.2013
MIRIAM FREY CECATTO	20.12.2013 – 065/2013	13.12.2013
RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA	20.12.2013 – 071/2013	13.12.2013
ROSANE CRISTINA JACOB	20.12.2013 – 067/2013	13.12.2013
ROSANE VALENTE FREY	20.12.2013 – 060/2013	13.12.2013
ROSANGELA KNORST DEOTTI	20.12.2013 – 068/2013	13.12.2013
SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	20.12.2013 – 070/2013	13.12.2013
SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	20.12.2013 – 069/2013	13.12.2013
VIVIANE BALDIN	20.12.2013 – 063/2013	13.12.2013

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 29 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data Supra:



GILDO BATTISTI  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### Decreto Nº 248/2013

DECRETO Nº 248/2013 DE 29.11.2013

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE EDUCADORES SOCIAIS ACT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011, 2.079/2013 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando o cumprimento dos dias letivos e programação de encerramento das atividades escolares e atividades desenvolvidas pelo PETI no dia 13.12.2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam rescindidos a partir de 13.12.2013, os contratos de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, dos Educadores Sociais abaixo nominados:

NOME	VIGÊNCIA / DECRETO ANTERIOR	NOVA VIGÊNCIA
DECRETO Nº 248/2013		
JAQUELINE SELIG GERHARDT	20.12.2013 - 097/2013	13.12.2013
LÚCIA EUZÉBIO	20.12.2013 - 081/2013	13.12.2013
SIMONE SPIER	20.12.2013 - 123/2013	13.12.2013

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 29 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data Supra:

GILDO BATTISTI  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### Extrato de Licitação

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 911/2013 - Modalidade Pregão Presencial  
n. 020/2013

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 020/2013, para prestação de serviços para realização de processo seletivo e concurso, para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação, e da administração do município de Modelo - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10520/2002, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 19/12/2013, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. . Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou por solicitação através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Modelo (SC), 06 de Dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### PREFEITURA

### Decreto Nº 101/2013 de 02 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 101/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA O ART. 284, §1º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2010 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA FINS DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, INCIDENTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a tabela de valores unitários de construção de que trata o §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 45/2010 – Código Tributário Municipal, para efeito de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devido pela mão de obra na construção civil, de acordo com a planilha em anexo deste Decreto, como segue:

Tipo de Edificação	Valor do metro quadrado	Percentual do valor da obra correspondente à mão de obra
Alvenaria	R\$ 873,05	30%
Mista	R\$ 873,05	25%
Madeira	R\$ 873,05	20%
Pré-moldado	R\$ 873,05	22%
Reforma	R\$ 873,05	20%

Art. 2º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devido pela mão de obra na construção civil, deverá ser recolhido à vista ou parcelado, conforme disposições do Código Tributário Municipal, antecipadamente à emissão do Alvará de Habite-se, calculado por estimativa conforme tabela prevista no Artigo 1º.

Art. 3º. A atualização da tabela de valores constante no Artigo 1º deste Decreto, ocorrerá nos mesmos termos da correção monetária anual da Unidade Fiscal do Município □ UFM.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 02 de dezembro de 2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Monte Carlo, 03 de dezembro de 2013.

### TABELA DE PORCENTAGEM DE MÃO DE OBRA SOBRE EDIFICAÇÕES DIVERSAS

Planilha com os valores em m² e porcentagem correspondente ao tipo de edificação. Esses valores foram feitos considerando as condições atuais dos moradores do nosso município. O CUB de Santa Catarina está muito alto, e os valores abaixo estão

coerentes com planilhas que a Caixa Econômica Federal aprova os financiamentos em nossa cidade, que também corresponde aos valores de mercado.

Tipo de Edificação	Valor do metro quadrado	Percentual do valor da obra correspondente à mão de obra
Alvenaria	R\$873,05	30%
Mista	R\$873,05	25%
Madeira	R\$873,05	20%
Pré-moldado	R\$873,05	22%
Reforma	R\$873,05	20%

ELIZA BULLA - ENG<sup>a</sup> CIVIL  
CREA/SC 119586-0

**Decreto Nº 101/2013 de 02 de Dezembro de 2013.**  
DECRETO Nº 101/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA O ART. 284, §1º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2010 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA FINS DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, INCIDENTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica instituída a tabela de valores unitários de construção de que trata o §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 45/2010 – Código Tributário Municipal, para efeito de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devido pela mão de obra na construção civil, de acordo com a planilha em anexo deste Decreto, como segue:

Tipo de Edificação	Valor do metro quadrado	Percentual do valor da obra correspondente à mão de obra
Alvenaria	R\$ 873,05	30%
Mista	R\$ 873,05	25%
Madeira	R\$ 873,05	20%
Pré-moldado	R\$ 873,05	22%
Reforma	R\$ 873,05	20%

Art. 2º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devido pela mão de obra na construção civil, deverá ser recolhido à vista ou parcelado, conforme disposições do Código Tributário Municipal, antecipadamente à emissão do Alvará de Habite-se, calculado por estimativa conforme tabela prevista no Artigo 1º.

Art. 3º. A atualização da tabela de valores constante no Artigo 1º deste Decreto, ocorrerá nos mesmos termos da correção monetária anual da Unidade Fiscal do Município □ UFM.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 02 de dezembro de 2013.  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**

Monte Carlo, 03 de dezembro de 2013.

**TABELA DE PORCENTAGEM DE MÃO DE OBRA SOBRE EDIFICAÇÕES DIVERSAS**

Planilha com os valores em m<sup>2</sup> e porcentagem correspondente ao tipo de edificação. Esses valores foram feitos considerando as condições atuais dos moradores do nosso município. O CUB de Santa Catarina está muito alto, e os valores abaixo estão coerentes com planilhas que a Caixa Econômica Federal aprova os financiamentos em nossa cidade, que também corresponde aos valores de mercado.

Tipo de Edificação	Valor do metro quadrado	Percentual do valor da obra correspondente à mão de obra
Alvenaria	R\$873,05	30%
Mista	R\$873,05	25%
Madeira	R\$873,05	20%
Pré-moldado	R\$873,05	22%
Reforma	R\$873,05	20%

ELIZA BULLA - ENG<sup>a</sup> CIVIL  
CREA/SC 119586-0

**Processo Licitatório 46/2013**

PROCESSO LICITAÇÃO Nº XX/2013

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013

REGISTRO DE PREÇOS

OMUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado.

TIPO: Menor preço por item.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 25 de Novembro de 2013 até às 09:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2013.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até às 12:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2013.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br) ou 049/3546.0194

As condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**1 – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de HIDRÔMETROS para manutenção do DMAE de Monte Carlo durante o período de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

**2 – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar dada a recebimentodaautorizaçãodefornecimento,queseráenviado por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

### 3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do sistema de pregão na forma eletrônica (licitações) do portal “cidadecompras”.

3.2 – Os trabalhos serão conduzidos pela Administração do Município de Monte Carlo, pelo seu pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos dos aplicativos constantes na página eletrônica: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

3.3 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

3.4 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

3.4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.5.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.6 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar, especificações e normas contidas no presente Edital.

3.8 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.9 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.10 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais constem em seu quadro social servidor público do município de Monte Carlo.

3.11 – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio.

3.12 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.13 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.13.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.14 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa física ou jurídica terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.15 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.16 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.17 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

### 4 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

4.1.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, como auxílio de equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;



e) desclassificar propostas indicando os motivos;  
f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;  
g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;  
h) declarar o vencedor;  
i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;  
j) elaborar a ata da sessão;  
k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorizar a contratação;  
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

4.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

4.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

#### 5 – DA ETAPA DE LANCES

5.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

5.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

5.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

5.3 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor unitário por unidade de cada item, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.5 - Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

5.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.7 - É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

5.8 - Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá ser desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

5.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

5.10 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

5.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 9.5, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 9.5, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

5.13 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.15 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

5.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

5.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

#### 6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

6.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço:

Rodovia SC/452 Km24 nº 1551 – Centro CEP 89618000 – MONTE CARLO-SC.

6.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 6.1, para o número (49) 3546-0194, ou digitalizado em PDF para o e-mail [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br).

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

- b) Prova de Inscrição no Cadastro Contribuinte Estadual se houver.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Contribuinte Municipal se houver.
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- h) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

#### 7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar os produtos solicitados nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

7.3 - Entregar os produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7.7 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

7.8 - Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

#### 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão

do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 - Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 - Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

#### 9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de procedimentos, conforme disposto no Capítulo 4.

#### 9.2 - PROPOSTA EM SISTEMA ELETRÔNICO

9.2.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO II) O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira suas propostas e lances.

9.2.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas e modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. Não inserção



de arquivos eletrônicos, bem como proposta eletrônica, propostas de acordo com edital ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados, implicará na desclassificação imediata da empresa, face à ausência de informações suficientes para a classificação da proposta.

9.2.3 – Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones etc., o descumprimento do mesmo acarretará a desclassificação prévia da Empresa.

9.3 – Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação de marca/modelo (quando necessários) ou com mais de uma marca/modelo.

9.4 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.5 – Na hipótese de o licitante ser ME/EPP, será necessário a informação de se regime fiscal no campo próprio dentro do sistema eletrônico do pregão, sob pena de o licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

9.6 – As propostas deverão ser formuladas em formato de texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

9.7 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 6 deste Edital.

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo representante legal.

c) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

d) o prazo de validade da proposta de preços quando não puder ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

e) conter discriminado o prazo de validade da proposta em reais e centavos;

f) conter discriminado o prazo de validade da Ata de 01 de Janeiro de 2014 à 30 de Junho de 2014.

g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 08 (oito) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

h) Especificação, marca/modelo completado produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito neste Edital;

i) Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

j) Dados Bancários conforme ANEXO III;

9.8 – Atendida todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO-POR ITEM.

9.9 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

#### 11 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br>, pelos licitantes que não o fizerem até a data limite, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 - Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

11.3 - Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

11.4 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

#### 12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços de 01/Jan/2014 até o dia 30/Jun/2014.

12.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração

a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### 14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo conforme item 12.2 a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e da Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 -A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA- 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	1	Por ocorrência
8	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 -O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;  
II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e  
III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e  
II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 -Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;  
II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;  
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
IV - tiver presentes razões de interesse público;  
V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  
VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### 17 – DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega dos objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

17.2 – Ó órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### 18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela entrega dos produtos, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507,



art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6 deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – No ato do envio das propostas, empresa licitante deverá obrigatoriamente apresentar as seguintes declarações:

19.1.1 - “Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação”, conforme modelo (ANEXO IV).

19.1.2 - No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente e todos os demais documentos pertinentes à habilitação (jurídica e técnica), inclusive certidões fiscais, ainda que vencidas ou positivas de débito, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

19.1.3 – Declaração de que o licitante não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física, não seja, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.4 - Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7da Constituição Federal(“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.5 - Declaração, devidamente datada e assinada que não há fato impeditivo à sua habilitação para participar desta Licitação, em especial, de que não foi declarada inidônea perante o Poder Público, bem como de que está ciente de que deverá declará-la quando ocorrida durante o processo licitatório e ou a vigência do contrato, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.6 - Declaração de que após a emissão dos documentos relativos à habilitação preliminar não ocorreu fato que impeça a Licitante de participar da presente licitação, conforme disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.2 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

19.2.1 – a) Alvará de Licença para Localização,  
b) Certidão negativa de falência e concordata.

19.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.4.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.4.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.  
19.5 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.6 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.7 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.8 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.9 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3546 0194, ramal 231, ou pessoalmente (Rod. SC 452 Km 24, nº 1551 – centro – Município de Monte Carlo-SC), ou ainda pela Home Page [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

19.10 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:  
a) ANEXO I – Procuração;  
b) ANEXO II – Proposta de Preços;  
c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;  
d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;  
e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);  
f) ANEXO VI – Modelo da Ata.  
g) ANEXO VII – Relação de produtos e quantidades aproximadas do registro de preços.

## h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.

Monte Carlo - SC, 13 de Novembro 2013.  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
DIRETORA DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_\_\_\_, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_<NOME COMPLETO, RG, CPF>\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação \_\_\_\_<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>\_\_\_\_, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

\_\_\_\_<Cidade/Estado>\_\_\_\_, \_\_\_\_<data>\_\_\_\_

\_\_\_\_<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>\_\_\_\_

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_CEP: \_\_\_\_\_ Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal \_\_\_\_\_

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Prazo de validade da Ata: 01.Janeiro 2014 a 31.Dezembro.2014

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento

integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

Continua

ANEXO II- continuação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1					
2	1,00	UND	???????		?????

Monte Carlo (SC), .....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa  
Carimbo CNPJ:

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:



## ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013  
REGISTRO DE PREÇOSDECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), \_\_\_\_ < DATA > \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

## ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

## ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2013

Aos ....dias do mês de ..... do ano de ....., presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, abaixo-assinado, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de HIDRÔMETROS para manutenção do DMAE de Monte Carlo durante o período de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados,

que serão adquirido parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar dada a recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização local indicada pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com a entrega correrão por conta do Fornecedor.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ \_\_\_\_\_ pelo item nº .....

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar os produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

#### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxx, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 -A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	1	Por ocorrência
8	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar reposição complementar	2	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado

da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega dos combustíveis objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 – Ó órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº xx/2013, Pregão Eletrônico nº xx/2013 – Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01 de Janeiro de 2014 até a data de 31 de Dezembro de 2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 -O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de ..... de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA Órgão Gerenciador	EMPRESA XXXXX Representante Fornecedor
---	--

Testemunhas:

1ª -
2ª -

**ANEXO VII**

RELAÇÃO DE PRODUTOS, QUANTIDADES APROXIMADAS DE CONSUMO E PREÇOS MÁXIMOS PARA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. MÁXIMO
1	500	UND	HIDRÔMETRO (39679) multijato para água fria, com transmissão magnética, vazão nominal de 1,5 m3/hora, vazão máxima de 3,0 m3/hora, vazão transição 0,120 m3/hora, vazão mínima de 0,03 m3/hora, diâmetro nominal de 1/2", rebojaria seca, orientável com giro de até 360° e inclinada a 45°, leitura direta, carcaça em liga metálica com no mínimo 60% de cobre, com conexões metálicas, atendendo as especificações da classe metrológica B, cúpula de policarbonato, comprimento de 165mm, conforme as normas NBR NM 212/99 e NBR 8194 da ABNT e portaria 246 de 17/10/2000 do INMETRO.	77,00

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Ref. Processo Licitatório nº xx/2013

Litante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxdeclara, sob as penas da lei, o que segue:

Que até a presente data não há fato impeditivo à sua habilitação. Que após a emissão dos documentos relativos a habilitação preliminar não ocorreu fato que a impeça de participar da presente Licitação, conforme disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993. Que não foi declarada inidônea perante o Poder Público. Que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato. Que observa rigorosamente o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal. Que não possui sócio ou procurador que seja servidor público do Município de Monte Carlo.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

\_\_\_\_\_  
(nome/representante legal)

**Processo Licitatório 47/2013**

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 47/2013

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013

REGISTRO DE PREÇOS

OMUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado.



TIPO: Menor preço por item.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 09 de Dezembro de 2013 até às 09:00 horas do dia 24 de Dezembro de 2013.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até às 12:00 horas

do dia 24 de Dezembro de 2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 24 de

Dezembro de 2013.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br) ou 049/3546.0194

As condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR durante o período de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

#### 2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do fornecedor.

#### 3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do sistema de pregão na forma eletrônica (licitações) do portal "cidade compras".

3.2 – Os trabalhos serão conduzidos pela Administração do Município de Monte Carlo, pelo seu pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos dos aplicativos

constantes na página eletrônica: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

3.3 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

3.4 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

3.4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.5.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.6 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar, especificações e normas contidas no presente Edital.

3.8 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.9 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.10 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais constem em seu quadro social servidor público do município de Monte Carlo.

3.11 – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio.

3.12 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.13 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.13.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.



3.14 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa física ou jurídica terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.15 -Estrangeiras que não funcionem no País.

3.16 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.17 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

#### 4 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

4.1.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, como auxílio de equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- acompanhar o trabalho da equipe de apoio;
- responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- abrir as propostas;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- desclassificar propostas indicando os motivos;
- conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta de menor preço;
- verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- declarar o vencedor;
- receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- elaborar a ata da sessão;
- encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorizar a contratação;
- abrir o processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

4.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

4.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

#### 5 – DA ETAPA DE LANCES

5.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

5.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

5.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

5.3 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor unitário por unidade de cada item, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.5 - Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

5.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.7 - É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

5.8 - Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá ser desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

5.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

5.10 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

5.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 9.5, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 9.5, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

5.13 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.15 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre

a sua aceitação.

5.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

5.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

#### 6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

6.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço:  
Rodovia SC/452 Km24 nº 1551 – Centro CEP 89618000 – MONTE CARLO-SC.

6.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 6.1, para o número (49) 3546-0194, ou digitalizado em PDF para o e-mail [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br).

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Contribuinte Estadual se houver.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Contribuinte Municipal se houver.
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- h) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

#### 7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar o produtos solicitados nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

7.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido

no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7.7 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

7.8 - Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

#### 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

#### 9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de procedimentos, conforme disposto no Capítulo 4.

#### 9.2 - PROPOSTA NOS SISTEMAS ELETRÔNICO

9.2.1 – O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO II) O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme a verdade das suas propostas e lances.

9.2.2 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas e modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. Não é inserção de arquivos eletrônicos, bem como proposta eletrônica, proposta em desacordo com o edital ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos no campo solicitados, implicará na desclassificação imediata da empresa, face à ausência de informações suficientes para a classificação da proposta.

9.2.3 – Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

9.3 – Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação de marca/modelo (quando necessários) ou com mais de uma marca/modelo.

9.4 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.5 – Na hipótese de licitante ser ME/EPP será necessário a informação de se registra fiscal no campo próprio dentro do sistema eletrônico do pregão, sob pena de licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

9.6 – As propostas deverão ser formuladas em formato de texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

9.7 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 6 deste Edital.

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo representante legal.

c) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

d) O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

e) conter discriminado o preço de cada item nacional dos preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

f) conter discriminado o prazo de validade da Ata de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 08 (oito) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

h) Especificação, marca/modelo completado do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito neste Edital;

i) Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

j) Dados Bancários conforme ANEXO III;

9.8 – Atendido todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO-POR ITEM.

9.9 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

#### 11 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br> licitantes que não o fizerem até a data limite, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 - Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

11.3 - Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

11.4 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão



resposta, sob nenhuma justificativa.

#### 12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços de 01/Janeiro/2014 até o dia 31/Dezembro/2014.

12.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### 14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do

objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo conforme item 12.2 a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e da Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 -A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6

estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA- 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	1	Por ocorrência
8	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar reposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 -O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 -Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.



16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### 17 – DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega dos objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

17.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### 18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela entrega dos produtos, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6 deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – No ato do envio das propostas, empresa licitante deverá obrigatoriamente apresentar as seguintes declarações:

19.1.1 - “Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação”, conforme modelo (ANEXO IV).

19.1.2 - No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente e todos os demais documentos pertinentes à habilitação (jurídica e técnica), inclusive certidões fiscais, ainda que vencidas ou positivas de débito, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

19.1.3 – Declaração de que o licitante não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física, não seja, servidor público

efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.4 - Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.5 - Declaração, devidamente datada e assinada que não há fato impeditivo à sua habilitação para participar desta Licitação, em especial, de que não foi declarada inidônea perante o Poder Público, bem como de que está ciente de que deverá declará-la quando ocorrida durante o processo licitatório e ou a vigência do contrato, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.1.6 - Declaração de que após a emissão dos documentos relativos à habilitação preliminar não ocorreu fato que impeça a Licitante de participar da presente licitação, conforme disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo VIII.

19.2 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

19.2.1 – a) Alvará de Licença para Localização,  
b) Certidão negativa de falência e concordata.

19.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.4.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.4.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.  
19.5 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.6 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.7 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.8 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.9 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3546 0194, ramal 231, ou pessoalmente (Rod. SC 452 Km 24, nº 1551 – centro – Município de Monte Carlo-SC), ou ainda pela Home Page [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

19.10 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação de produtos e quantidades aproximadas do registro de preços.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.

Monte Carlo - SC, 13 de Novembro 2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
DIRETORA DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_\_\_\_, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_<NOME COMPLETO, RG, CPF>\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação \_\_\_\_<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>\_\_\_\_, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

\_\_\_\_<Cidade/Estado>\_\_\_\_, \_\_\_\_<data>\_\_\_\_

\_\_\_\_<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>\_\_\_\_

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

## PROPOSTA DE PREÇOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_CEP: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

### 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Prazo de validade da Ata: 01.Janeiro 2014 a 31.Dezembro.2014

### 3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

Continua

ANEXO II- continuação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

### PROPOSTA DE PREÇOS

#### 4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1					
.					
.					
.					
.	1,00	UND	???????	?????	?????

Monte Carlo (SC), .....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa  
Carimbo CNPJ:

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013

REGISTRO DE PREÇOS

#### 1. DADOS BANCÁRIOS:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOSDECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), \_\_\_\_ &lt; DATA&gt; \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.189/0001-45	Marcos Nei Correa Siqueira

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013  
REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2013

Aos ....dias do mês de ..... do ano de ....., presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes abaixo-assinado, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR durante o período de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 – A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar dada a recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.1 – O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização local indicada pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.6 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do Fornecedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 –Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ \_\_\_\_\_ pelo item nº .....

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Editais, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Entregar os materiais na sede do município sem custo adicional.

6.3 - Entregar o produtos solicitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por este.

6.4 -Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

6.5 -Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.7 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações.

6.8 - Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições

estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxx, como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 -A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento



dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA – 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal na forma eletrônica no ato do abastecimento	1	Por ocorrência
8	Entregar produto sem autorização formal do encarregado da frota municipal	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço ou entregar produto incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega dos combustíveis objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 47/2013, Pregão Eletrônico nº 7/2013 – Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01 de Janeiro de 2014 até a data de 31 de Dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que

não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de ..... de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	EMPRESA XXXXX
Marcos Nei Correa Siqueira	Representante
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Testemunhas:

1ª -
2ª -

#### ANEXO VII

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013

RELAÇÃO DE PRODUTOS, QUANTIDADES APROXIMADAS DE CONSUMO E PREÇOS MÁXIMOS PARA JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

ITEM	QTDAD	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. MÁXIMO
1	15	CXA	FILME PARA RX 13X18 - CXA C/ 100 FOLHAS(141584)	41,70
2	24	CXA	FILME PARA RX 18X24 - CXA C/ 100 FOLHAS(141585)	76,90
3	24	CXA	FILME PARA RX 24X30 - CXA C/ 100 FOLHAS(141586)	128,20
4	24	CXA	FILME PARA RX 30X40 - CXA C/ 100 FOLHAS(141587)	213,60
5	15	CXA	FILME PARA RX 35X35 - CXA C/ 100 FOLHAS(141588)	223,10
6	24	CXA	FILME PARA RX 35X43 - CXA C/ 100 FOLHAS(141589)	270,90
7	15	CXA	FILME PARA RX 15X40 - CXA C/ 100 FOLHAS(141590)	106,80
8	15	GALÃO	FIXADOR AUTOMÁTICO – GALÃO C/38 LTS(141591)	115,00



9	15	GALÃO	REVELADOR AUTOMÁTICO – GALÃO C/38 LTS(141592)	230,00
---	----	-------	---	--------

## ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2013

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ref. Processo Licitatório nº 47/2013

Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxdeclara, sob as penas da lei, o que segue:

Que até a presente data não há fato impeditivo à sua habilitação. Que após a emissão dos documentos relativos a habilitação preliminar não ocorreu fato que a impeça de participar da presente Licitação, conforme disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993. Que não foi declarada inidônea perante o Poder Público.

Que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.

Que observa rigorosamente o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Que não possui sócio ou procurador que seja servidor público do Município de Monte Carlo.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

\_\_\_\_\_  
(nome/representante legal)

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Registro de Preços Nº 051/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DO SAMU, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 19/12/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.  
MICHEL ANTONIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 011/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

E PAPELARIA UTILIZADOS PELA EQUIPE DO CREAMS, NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIÁRIAS, BEM COMO NAS OFICINAS DE ARTES E DEMAIS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM OS USUÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 19/12/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 19/12/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 06/12/13.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

#### Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 175/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 175/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CURSO DE ATUALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO (FORMAÇÃO CONTINUADA) PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATUANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES /SC. Data da entrega dos envelopes: dia 08/01/2014 até às 08:50 hs . Abertura envelopes: dia 08/01/2014 às 09:00 hs O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 06/12/13.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

#### Extrato Contratual Nº 220/2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 220/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 188/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA "OS CANTORES DA PAZ".

VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DO GRUPO FOLCLÓRICO "OS CANTORES DA PAZ", A SER REALIZADO NO DIA 05 DE JANEIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

#### Extrato Contratual Nº 226/2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 226/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 196/2013.

VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: DESTAK DO SAMBA - THIAGO FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW DO GRUPO MUSICAL DESTAK DO SAMBA, PARA APRESENTAÇÃO NOS DIAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 27 DE JANEIRO DE 2014, RESPECTIVAMENTE, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 196/2013.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

VALOR: R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais).  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

#### **Extrato Contratual Show**

EXTRATO CONTRATUAL Nº 223/2013.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2013  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: M.L. PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL TORRE DE BABEL, PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 179/2013.

VALOR: R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 221/2013.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 194/2013  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: SANDRO RONCATO - ME  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA BANDA MUSICAL NEGÓ JOE, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 04 DE JANEIRO, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014 NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 188/2013.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 178/2013  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 03/01/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO CHIMARRUTS A SER REALIZADO NO DIA 03 DE JANEIRO DE 2014 EM PRAÇA PÚBLICA NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 178/2013.

CONTRATADO: CHIMARRUTS - GRUPO MUSICAL LTDA - ME  
VALOR: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 224/2013.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 186/2013  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: CHIQUITO & BORDONEIO LTDA - ME.  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

VALOR: R\$ 10.600,00 (dez mil seiscentos reais).  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 219/2013.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 187/2013  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: DANY E RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA MUSICAL "DANY E RAFA" A SER REALIZADO NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2014 EM PRAÇA PÚBLICA NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2014, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 222/2013.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 193/2013  
VIGÊNCIA: 29/11/2013 - 27/02/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: MARCELO HERMENEGILDO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR ISRAEL LUCERO A SER REALIZADO EM 11 DE JANEIRO, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 29 de novembro de 2013.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 227/2013  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 192/2013  
VIGÊNCIA: 02/12/2013 - 02/03/2014.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS DO CANTOR RODRIGO VALENTIM, A SEREM REALIZADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 26 DE JANEIRO DE 2014, EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2014, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

CONTRATADO: MARCELO HERMENEGILDO  
VALOR: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)  
RECURSOS: 2.060 3.3.90.00.00.00.00.00.00.  
Navegantes, 02 de dezembro de 2013.

#### **Carta de Convocação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de dezembro de 2013

Ilmo Sr  
EDUARDO TOREZAN ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de VETERINÁRIO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de dezembro de 2013

Ilmo Sr  
SAMUEL PAULO MULLER ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de FARMACEUTICO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de dezembro de 2013

Ilma Sra  
DENISE DA SILVA VIEIRA PISKE ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Ata de Registro de Preços Nº 039/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2013

PROCESSO Nº 117/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2013

Aos treze dias do mês de dezembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente Pregão. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por ITEM, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios, respectivamente: A Licitante registrada para os materiais cotados é:

SÃO LUCAS ECOMAX – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA. (04.101.755/0002-14)

Item	Qtde.	Unid.	EXAMES	Valor Unit.	Valor Total
02	12	UNID	DENSITOMETRIA OSSEA	58,00	696,00
09	60	UNID	RESSONANCIA MAGNETICA SEM ANESTESIA E SEM CONTRASTE	295,00	17.700,00
11	10	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO SEM CONTRASTE	132,00	1.320,00
12	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA SEM CONTRASTE	132,00	1.056,00
13	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE LOMBO SACRA SEM CONTRASTE	132,00	1.056,00
14	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL SEM CONTRASTE	132,00	1.056,00
21	10	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO COM CONTRASTE	297,00	2.970,00
22	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA COM CONTRASTE	297,00	2.376,00



23	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE LOMBO SACRA COM CONTRASTE	297,00	2.376,00
24	8	UNID	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE	297,00	2.376,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 32.982,00

DIAGNOSTICOS DA AMERICA S/A (61.486.650/0295-99)

Item	Qtde.	Unid.	EXAMES	Valor Unit.	Valor Total
03	24	UNID	ECODOPPLERCARDIOGRAMA	143,00	3.432,00
07	10	UNID	TRANSTORACICO	119,90	1.199,00
10	120	UNID	HOLTER 24 H	107,80	12.936,00
18	10	UNID	TESTE DE ESFORÇO/ TESTE ERGOMÉTRICO	473,00	4.730,00
19	36	UNID	COLONOSCOPIA COM BIÓPSIA E OU CITOLOGIA COM ANESTESIA	319,00	11.484,00
20	60	UNID	ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM ANESTESIA	625,63	37.537,80
			RESSONANCIA MAGNETICA COM ANESTESIA E COM CONTRASTE		

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 71.318,80

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo estipulado em edital.

Nova Trento, 05 de dezembro de 2013.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

**Novo Horizonte**

**PREFEITURA**

**Extrato Edital Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2013**  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013.

ELI MARIOTT, Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que se acham abertas inscrições para Processo Seletivo Simplificado que se regerá pelas regras determinadas no edital.

CARGOS: Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de História, Professor de Geografia, Professor de Educação Física, Professor de Informática, Professor de Língua Estrangeira (inglês), Professor de Artes Professor de Ensino Religioso, Professor de Educação Especial.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 06 a 19/12/2013, na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, no horário

das 7:30h às 11:30h e das 13h30min às 17h30min.

As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações no sitio [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br), na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Rua José Fabro, nº01, Centro, Município de Novo Horizonte, atendimento nos dias úteis, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, Telefone: 49 33620024

Novo Horizonte, SC, 06 de dezembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina

**Extrato Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2013**  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2013.

ELI MARIOTT, Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que se acham abertas inscrições para Processo Seletivo simplificado que se regerá pelas regras determinadas no edital.

CARGOS: Técnico em Enfermagem; Assistente Social; Psicólogo; Motorista (Cadastro reserva) e, Operador de Máquina (cadastro reserva).

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 06 a 19/12/2013, na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, no horário das 7:30h às 11:30h e das 13h30min às 17h30min.

As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações no sitio [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Rua José Fabro, nº01, Centro, Município de Novo Horizonte, atendimento nos dias úteis, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, Telefone: 49 33620024

Novo Horizonte, SC, 06 de dezembro de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito do Município de Novo Horizonte - Santa Catarina

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Lei Orçamentária Anual Novo Horizonte****MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****LEI nº 489/2013****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****'Do Orçamento do Município '**

**Artigo 1º:** O Orçamento Geral do Município de NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 11.170.230,00 (onze milhões, cento e setenta mil e duzentos e trinta reais) e fixa a Despesa em R\$ 11.170.230,00 (onze milhões, cento e setenta mil e duzentos e trinta reais), sendo R\$ 7.511.816,00 (sete milhões, quinhentos e onze mil e oitocentos e dezesseis reais) do Orçamento Fiscal , R\$ 3.658.414,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e quatorze reais) do Orçamento da Seguridade Social .

**Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal**

**Artigo 2º:** O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 11.170.230,00 (onze milhões, cento e setenta mil e duzentos e trinta reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em (555.000,00), em (7.285.816,00) a Despesa da Prefeitura Municipal e em 2.268.410,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e dez reais) as transferências financeiras a TFC - CÂMARA DE VEREADORES,TFC - TRANSF.FIN.CONCEDIDA F.M.SAUDE,TFC - F.M.D.C.A..

**§ 1º -** A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

<b>4.RECEITAS</b>	<b>11.170.230,00</b>
4.1.RECEITAS CORRENTES	10.840.205,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	25,00
4.7.CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	330.000,00
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	 2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

**§ 2º -** A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

20.00 - GABINETE DO PREFEITO	412.000,00
30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	1.206.000,00
40.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	2.776.011,00
50.00 - SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE	2.557.805,00
60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	329.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	2.145.414,00

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

10.00 - CÂMARA DE VEREADORES	555.000,00
<b>Total:</b>	<b>11.170.230,00</b>
TRANSF. FINANC. A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa	555.000,00
04 - Administração	1.605.000,00
05 - Defesa Nacional	1.000,00
06 - Segurança Pública	12.000,00
08 - Assistência Social	349.000,00
09 - Previdência Social	1.184.000,00
10 - Saúde	2.250.414,00
12 - Educação	2.370.004,00
13 - Cultura	101.004,00
15 - Urbanismo	140.005,00
16 - Habitação	56.002,00
20 - Agricultura	1.332.006,00
22 - Indústria	15.001,00
26 - Transporte	1.014.791,00
27 - Desporto e Lazer	180.003,00
99 - Reserva de Contingência	5.000,00
<b>Total:</b>	<b>11.170.230,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

**III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

31 - Ação Legislativa	555.000,00
122 - Administração Geral	1.605.000,00
181 - Policiamento	10.000,00
182 - Defesa Civil	3.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00
244 - Assistência Comunitária	329.000,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	1.184.000,00
301 - Atenção Básica	2.125.414,00
306 - Alimentação e Nutrição	125.000,00
361 - Ensino Fundamental	1.927.003,00
362 - Ensino Médio	185.001,00
364 - Ensino Superior	65.000,00
365 - Educação Infantil	127.000,00
367 - Educação Especial	66.000,00
392 - Difusão Cultural	101.004,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	40.002,00
452 - Serviços Urbanos	100.003,00
481 - Habitação Rural	56.002,00
544 - Recursos Hídricos	17.000,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	7.000,00
602 - Promoção da Produção Animal	65.000,00
606 - Extensão Rural	1.221.005,00

**III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

752 - Energia Elétrica	5.001,00
782 - Transporte Rodoviário	1.014.791,00
812 - Desporto Comunitário	180.003,00
999 - Reserva de Contingência	5.000,00
<b>Total:</b>	<b>11.170.230,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

**IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

1 - PROCESSO LEGISLATIVO	555.000,00
10 - DESPORTO A LAZER	180.003,00
11 - OBRAS E SERVIÇOS	140.005,00
12 - HABITAÇÃO	56.002,00
13 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	15.001,00
14 - TRANSPORTES	1.014.791,00
15 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.332.006,00
16 - SAÚDE PÚBLICA	2.125.414,00
17 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	329.000,00
18 - ASSISTENCIA SOCIAL	20.000,00
19 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
2 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	412.000,00
20 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	2.000,00
3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.204.000,00
4 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL	1.184.000,00
5 - CRIANÇA NA ESCOLA	2.179.003,00
6 - ENSINO MÉDIO	185.001,00
7 - ENSINO SUPERIOR	65.000,00
8 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	66.000,00
9 - CULTURA	101.004,00
<b>Total:</b>	<b>11.170.230,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESA</b>	<b>11.170.230,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	9.392.202,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	869.028,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	909.000,00
<b>Total:</b>	<b>11.170.230,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>13.438.640,00</b>

## Do Orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

**Artigo 3º -** O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 9.554.226,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.268.410,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e dez reais) e fixa as Despesas em R\$ 7.285.816,00 (sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e dezesseis reais).

**§ 1º -** A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

<b>4.RECEITAS</b>	<b>9.554.226,00</b>
4.1.RECEITAS CORRENTES	9.554.204,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	22,00
<b>Total:</b>	<b>9.554.226,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>9.554.226,00</b>

**§ 2º -** A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

04 - Administração	1.605.000,00
05 - Defesa Nacional	1.000,00
06 - Segurança Pública	12.000,00
08 - Assistência Social	329.000,00
10 - Saúde	125.000,00
12 - Educação	2.370.004,00
13 - Cultura	101.004,00
15 - Urbanismo	140.005,00
16 - Habitação	56.002,00
20 - Agricultura	1.332.006,00
22 - Indústria	15.001,00
26 - Transporte	1.014.791,00
27 - Desporto e Lazer	180.003,00
99 - Reserva de Contingência	5.000,00
<b>Total:</b>	<b>7.285.816,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>9.554.226,00</b>

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESA</b>	<b>7.285.816,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	6.725.791,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	555.025,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
<b>Total:</b>	<b>7.285.816,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.268.410,00
<b>Total:</b>	<b>2.268.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>9.554.226,00</b>

**Do Orçamento do(a) FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE**

**Artigo 4º** - O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**§ 1º** - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

<b>4.RECEITAS</b>	<b>2.000,00</b>
4.1.RECEITAS CORRENTES	2.000,00
<b>Total:</b>	<b>2.000,00</b>
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	 18.000,00
<b>Total:</b>	<b>18.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>20.000,00</b>

**§ 2º** - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 - Assistência Social	20.000,00
<b>Total:</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>20.000,00</b>

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESA</b>	<b>20.000,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	20.000,00
<b>Total:</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>20.000,00</b>



**Do Orçamento do(a) FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

**Artigo 5º -** O Orçamento da entidade FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 430.004,00 (quatrocentos e trinta mil e quatro reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.125.414,00 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e quatorze reais).

**§ 1º -** A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

<b>4.RECEITAS</b>	<b>430.004,00</b>
4.1.RECEITAS CORRENTES	430.001,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	3,00
<b>Total:</b>	<b>430.004,00</b>
 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	 1.695.410,00
<b>Total:</b>	<b>1.695.410,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>2.125.414,00</b>

**§ 2º -** A Despesa da entidade FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - Saúde	2.125.414,00
<b>Total:</b>	<b>2.125.414,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>2.125.414,00</b>

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESA</b>	<b>2.125.414,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	1.995.411,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	130.003,00
<b>Total:</b>	<b>2.125.414,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>2.125.414,00</b>

**Do Orçamento do(a) IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE**

**Artigo 6º -** O Orçamento da entidade IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.184.000,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.184.000,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil reais).

**§ 1º -** A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

<b>4.RECEITAS</b>	<b>1.184.000,00</b>
4.1.RECEITAS CORRENTES	854.000,00
4.7.CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	330.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>1.184.000,00</b>

**§ 2º -** A Despesa da entidade IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

09 - Previdência Social	1.184.000,00
<b>Total:</b>	<b>1.184.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>1.184.000,00</b>

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESA</b>	<b>1.184.000,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	280.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	904.000,00
<b>Total:</b>	<b>1.184.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>1.184.000,00</b>

### Do Orçamento do(a) CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

**Artigo 7º -** O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ ( ) e fixa as Despesas em R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).

**§ 1º -** A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	555.000,00
<b>Total:</b>	<b>555.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>555.000,00</b>

**§ 2º -** A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	555.000,00
<b>Total:</b>	<b>555.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>555.000,00</b>

#### V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

<b>DESPESA</b>	<b>555.000,00</b>
3.3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	371.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	184.000,00
<b>Total:</b>	<b>555.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>555.000,00</b>

**Artigo 8º -** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

**§ 1º -** A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

**§ 2º -** Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

**§ 3º -** Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

**Artigo 9º -** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

**Artigo 10º -** O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.



**Paragrafo único:** Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Artigo 11º -** As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Artigo 12º -** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Artigo 13º -** As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Artigo 14º -** Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

**Artigo 15º -** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Artigo 16º -** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

**Artigo 17º -** A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

**NOVO HORIZONTE/SC, em 28 de Novembro de 2013.**

**ELI MARIOTT**  
PREFEITO MUNICIPAL

## Orleans

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Nº 135.2013 Pá Carregadeira e Escavadeira

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL 135/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA E UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. Recebimento das Propostas: até o dia 19/12/2013 às 15:45m.

Abertura das Propostas: dia 19/12/2013, as 16h:00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 06 de Dezembro de 2013.

TATIANA VERAN BUSSOLO  
Pregoeira

#### Aviso de Licitação Saúde Nº 45/2013- Combustíveis

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Recebimento das Propostas: até o dia 19/12/2013 às 13h: 15m.

Abertura das Propostas: dia 19/12/2013, às 13h: 30m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)

ORLEANS, 06 de Dezembro de 2013.

TATIANA VERAN BUSSOLO  
Pregoeira.

#### Extratos Contratos de Licitações Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 44/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada: HOFFMANN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Valor: 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 02/12/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2013

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 35.224,83

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL COMUN PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA DE SAUDE DE ORLEANS  
Orleans, 6 de Dezembro de 2013

Contrato Nº.: 25/2013-1

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada: FRANCISCO PEDRO CARDOZO & CIA LTDA

Valor: 3.120,00 (três mil cento e vinte reais)

Vigência: Início: 15/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2013

Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 1.356.133,95

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2013 QUE ADITIVA O VALOR DO MESMO.

Orleans, 6 de Dezembro de 2013

#### Extratos de Homologação Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/13

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/13

CONTRATADO: HOFFMANN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL COMUN PARA OS

VEICULOS DA SECRETARIA DE SAUDE DE ORLEANS

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais)

DATA: 06/12/13 - HIRANIA MARIA CASCAES NAZARIO -  
Secretaria De Saude.

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Decreto N.2414

DECRETO N.º 2414/2013

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE TRABALHO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Determinada a entrada em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2013, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme especifica:

TURNOS:

ÚNICO: das 07:00 às 13:00 hs., e com plantões das 13:00 às 17:00 hs., e em finais de semana e feriados.

§ 1.º Fica terminantemente proibida a realização de Horas Extras em qualquer dos setores ou departamentos objeto da redução da jornada de trabalho, decorrente do Turno Único de serviços ora implantado.

§ 2.º Constatada a necessidade de modificação do horário de trabalho para outros setores da Administração Pública Municipal, a qualquer tempo o Poder Executivo Municipal baixará ato determinando as devidas alterações.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de novembro de 2013

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal



O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-Prefeito Municipal

## Palhoça

### PREFEITURA

**Ato Nº. 950/2013.**  
ATO Nº. 950/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ADELIR JOSÉ DE FREITAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar 04/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 951/2013.**  
ATO Nº. 951/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MARAISA MELO FARIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, com efeitos a contar de 30/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 952/2013.**  
ATO Nº. 952/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ELISANGELA SCHNEIDER, para ocupar o

cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Unidade de Saúde do Rio Grande, Nível AD-CH-8, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, com efeitos a contar de 30/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 953/2013.**  
ATO Nº. 953/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ELIZABETE ZIMERMANN, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Unidade de Saúde do Frei Damião, Nível AD-CH-8, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, com efeitos a contar de 30/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 954/2013.**  
ATO Nº. 954/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ALBERTO PRIM, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 955/2013.**

ATO Nº. 955/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JOSE HENRIQUE FRANCISCO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento Regional do Sul, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a con-tar de 14/11/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 956/2013.**

ATO Nº. 956/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LIDIANE POZZOBON, do cargo de Provi-mento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 11/11/2013.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 957/2013.**

ATO Nº. 957/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CECILIO VIEIRA, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comis-são de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, com efeitos a contar de 13/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 958/2013.**

ATO Nº. 958/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR RODRIGO TENFEN LEGAT, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Assessor II, Nível AD-ASS-2, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Ato Nº. 959/2013.**

ATO Nº. 959/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO RUHAN SCHMITT DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva, com efeitos a contar de 19/11/2013.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº 3509/2013**

PORTARIA Nº 3509/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES REGINALDO, matrícula nº. 300157, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 29/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 03 (três) meses.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3500/2013.**  
PORTARIA Nº. 3500/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SHIRLEY MAGALHÃES NOVAES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 11/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3501/2013.**  
PORTARIA Nº. 3501/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SADI D LUZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 11/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3502/2013.**  
PORTARIA Nº. 3502/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO BIANCA EVA COELHO, para ocupar o

cargo da categoria funcional de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 002/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 11/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3503/2013.**  
PORTARIA Nº. 3503/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ALESSANDRA CRISTINA DAMO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Frei Damião da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 11/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3504/2013.**  
PORTARIA Nº. 3504/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2783 de 03 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA LUCIA GORGES FLORINDO, para ocupar o cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/10/2013 a 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3505/2013.**  
PORTARIA Nº. 3505/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Angela Maria da Silva Sell	Merendeira	40	25/09/13	I – M 75-1
Claudia Maria Wein-gartner	Professor	90	18/09/13	I – F 32-3
Claudiceia Dantas Costa Oliveira	Professor	90	26/10/13	I – F 31-9
Cleusa Cristina Ro-manski	ASG	04	02/10/13	I – M 22-4, II – M 24-4
Cleusa Cristina Ro-manski	ASG	30	07/10/13	I – M 22-4, II – M 24-4
Dioni Liberato	Operador de Maquinas	60	14/10/13	I – M 25-5
Fatima Teixeira de Medeiros	Professor	30	30/09/13	I – Z 76-3
Felipe Koerich	Professor	07	02/10/13	I – Z 54-0
Fernando Schneider	Enfermeiro	20	01/10/13	I – F 41-2
Franciele de Lourdes Costa	ACS	04	01/10/13	I – Z 76-3
Gabriel Gondin	Técnico em Agri-mensura	90	02/10/13	I – S 80
Gean Pedro Hames	Fisioterapeuta	07	03/10/13	I – S 93-4
Gracielle F. D. Piccoli	Monitor	30	21/10/13	I – M 65-9
Iraci da Luz Fernan-des	ASG	60	26/10/13	I – Z 54-0
Irene Olindina da Silveira	Agente Adminis-trativo Auxiliar	15	05/10/13	
Irene Olindina da Silveira	Agente Adminis-trativo Auxiliar	05	14/10/13	I – I 82-7
Irene Olindina da Silveira	Agente Adminis-trativo Auxiliar	15	29/10/13	I – M 25-5
Ivani Adelaide Silva	ASO	45	07/10/13	I – M 75-1
Jandira Maria Ca-margo	Professor	90	30/09/13	I – F 41-2
Julia Divani Ferreira Leão	Professor	30	04/10/13	I – F 41-1, II – I 10
Juliana Graciele Belke	Técnico em Enfermagem	04	28/09/13	I – Z 54-0
Laureana Campos de Bem	Médico	15	11/09/13	I – Z 76-3
Lucelia Ap. Postai Barcelos	ASG	04	01/10/13	I – M 25, II – J 11, III – F 41
Lucelia Ap. Postai Barcelos	ASG	03	16/10/13	I – M 25, II – J 11, III – F 41

Luciana Lenir Martins	Merendeira	15	03/10/13	I – M 52, II – M 75-1
Luciana Lenir Martins	Merendeira	20	21/10/13	I – M 52, II – M 75-1
Marcos Moser	Orientador Edu-cacional	60	03/10/13	I – Z 54-0
Margarete Inacio	ASG	30	30/09/13	I – Z 76-3
Maria da Lapa Lima Scheidt	Professor	90	04/09/13	I – M 80-1, II – M 79, III – F 32
Maria Eni Valente da Silva	ASO	60	23/09/13	I – Z 54-0
Maria Fernanda Depizolatti	Fonoaudióloga	90	24/09/13	I – F 31-6
Maria Gloria M. Silveira	ASO	30	02/10/13	I – Z 54-0
Maria Lucia Ramos da Silva	Professor	180	03/10/13	I – Z 33
Nizete Alves	ASG	120	18/10/13	I – M 54-2
Odete Maria Virgilio	ASG	90	08/10/13	I – M 25-5, II – M 79
Paulo Cesar da Silva Gonçalves	Enfermeiro	07	05/10/13	I – S 05, II – S 40
Renato de Lima Lourenço	Professor	30	08/10/13	I – F 32, II – F 41-1
Roberta de Andrade Emerenciano	Professor	04	01/10/13	I – O 20, II – Z 33
Roberta de Andrade Emerenciano	Professor	15	07/10/13	I – O 20, II – Z 33
Roberta de Andrade Emerenciano	Professor	180	22/10/13	I – O 20, II – Z 33
Roberto Theodoro-vicz	Médico	45	30/09/13	I – M 52, II – M 51-1
Roselaine Marli Martins	Merendeira	60	01/10/13	I – Z 54-0
Rosilene da Silva Kuhnen	Assistente Admi-nistrativo	07	16/10/13	I – C 73
Sandra Lucia Silveira Souza	Professor	80	30/09/13	I – Z 54-0
Scheila Schmied	Professor	180	07/10/13	I –
Sidnei Davi Carvalho	Motorista	10	01/10/13	I – M 54-5
Silvana Adelia M. Flor	ACE	10	04/10/13	I – Z 76-3
Simone Rodrigues	ACS	08	07/10/13	I – M 25-5, II – Z 54-0
Simone Rodrigues	ACS	10	14/10/13	I – M 25-5, II – Z 54-0
Simone Rodrigues	ACS	90	28/10/13	I – M 25-5, II – Z 54-0
Solange da Rosa	ASG	10	09/10/13	I – Z 76-3
Sonia Adriano Car-doso	ASO	15	07/10/13	I – S 52-5
Sonia Adriano Car-doso	ASO	40	21/10/13	I – S 52-5
Sueli Lucia da Silveira	ASG	30	13/09/13	I – Z 76-3
Thatiana Regis	Técnico Enferma-gem	40	30/09/13	I – F 43, II – F 41-3
Veroni Costa	ASO	07	21/08/13	I – F 43
Wiser Pisa	Assistente Admi-nistrativo	05	01/10/13	I – M 54-4, II – M 54-5, III – M 51-1
Wiser Pisa	Assistente Admi-nistrativo	15	07/10/13	I – M 54-4, II – M 54-5, III – M 51-1



Wiser Pisa	Assistente Administrativo	30	02/10/13	I – M 54-4, II – M 54-5, III – M 51-1
------------	---------------------------	----	----------	---

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº. 3506/2013.**

PORTARIA Nº. 3506/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ISONAR AUGUSTA CORREA, matrícula nº. 500226, titular do cargo de Arquiteta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2001 a 01/11/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/01/2014 à 06/02/2014.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº. 3507/2013.**

PORTARIA Nº. 3507/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELITA FATIMA LIMA, matrícula nº. 801232, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Até o final do ano, a contar de 02/10/2013, de acordo com às folhas 31, 32.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### **Errata 001 Pregão Presencial Nº 224/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 20/12/2013, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e abertura das propostas, e para o dia 23/12/2013, às 14:00hs, a sessão de lances do Pregão Presencial nº 224/2013. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de dezembro de 2013.  
A PREGOEIRA.

#### **Pregão Presencial 238/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 238/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de dezembro de 2013, às 9:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa para fornecimento de Calhas devidamente instaladas na sede do Corpo de Bombeiros. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de dezembro de 2013.  
PREGOEIRA.

#### **Pregão Presencial 239/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 239/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de dezembro de 2013, às 16:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa para Instalação de um Abrigo de Taxi localizado na Praça 7 de Setembro, Centro Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de dezembro de 2013.  
PREGOEIRA.



**Extrato de Contato N.º097/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º097/2013 - Dispensa de licitação n.º054/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física JULIANA DA SILVA. OBJETO: Locação e um imóvel, localizado a Rua José Afonso Harger n.º170, para funcionamento do Serviço de Referência em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes - CAPSi. R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais) mensais DATA: 02/12/2013 a 31/05/2014.

**Extrato de Prorrogação de Prazo N.º098/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º098/2013, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 015/2013 - Tomada de Preços n.º064/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias o prazo contratual. DATA: 05/15/2013.

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º004/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º004/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
1	150	cx	Actos 30mg, caixa com 15 comp.	Actos	R\$ 37,74	R\$ 5.661,00
35	24	fr	Cosopt, frasco com 5ml	Cosopt	R\$ 51,30	R\$ 1.231,20
38	50	cx	Depakote ER 500mg, caixa com 30 comp.	Depakote	R\$ 38,85	R\$ 1.942,50
39	15	cx	Dicetel 100mg, caixa com 20 comp.	Dicetel	R\$ 37,19	R\$ 557,85
73	300	fr	Oleo Dersani, frasco com 200mL	Dersani	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
81	100	cx	Ritmonorm 300mg, caixa com 30 comprimidos	Ritmonorm	R\$ 5,16	R\$1.516,00
92	150	cx	Vytorin 10/20mg, caixa com 28 comp.	Vytorin	R\$ 58,84	R\$ 8.826,00
						R\$27.234,55

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º001/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º001/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

ITEM	Quant.	Un.	Medicamento	Marca	Valor Un.	Valor Total
49	15.000	frs	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.	Prati Donaduzzi	R\$2,365	R\$35.475,00
89	300	frs	Travatan colírio	Alcon	R\$ 35,30	R\$ 10.590,00
						R\$46.065,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º002/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º002/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
4	120	cx	Alprazolam 1mg, caixa com 30 comp.	Germes	R\$ 8,802	R\$1.056,24
5	80	cx	Alprazolam 2mg, caixa com 30 comp.	Germes	R\$ 16,35	R\$1.308,00
6	200	frs	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml	Hipolador	R\$1,85	R\$370,00
12	30	fr	Bromazepam 6mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 1,71	R\$51,30
14	100	cx	Carvedilol 25mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,438	R\$343,80
15	200	cx	Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 2,148	R\$429,60
23	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg, caixa com 50 comp.	E.M.S	R\$ 5,675	R\$ 397,25
24	20	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg, caixa com 50 comp.	Teuto	R\$ 5,00	R\$100,00
27	100	cx	Cloridrato de paroxetina 20mg, caixa com 30 comp.	Aurobindo	R\$ 6,879	R\$687,90
29	30	cx	Cloridrato de sertralina 50mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,87	R\$116,10
31	100	cx	Cloridrato de tramadol 50mg, caixa com 10 comp.	Teuto	R\$ 1,433	R\$143,30
32	500	cx	Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$15,03	R\$7.515,00
33	30	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$10,74	R\$322,20
45	100	tb	Finasterida 5mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 10,32	R\$1.032,00
63	60	cx	Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$6,939	R\$416,34

64	30	cx	Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 6,06	R\$ 181,80
66	30	cx	Losartana 100mg, caixa com 30 comp.	Prati Dona-duzzi	R\$ 6,837	R\$ 205,11
67	100	cx	Losartana 25mg, caixa com 28 comp.	Torrent	R\$ 3,192	R\$ 319,20
74	90	fr	Oleo mineral, frasco com 100mL	Mariol	R\$1,64	R\$147,60
78	120	cx	Oxcarbazepina 600mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$19,353	R\$2.322,36
84	500	frs	Solução de manitol 20%, frasco com 250ml	Equiplex	R\$3,15	R\$1.575,00
86	2000	AMP.	Sulfato de Morfina, 10 mg	Hipolabor	R\$0,7168	R\$1.433,60
R\$20.473,70						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º003/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º003/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
17	120	cx	Citalopram 20mg, caixa com 28 comp.	Torrent	R\$3,05	R\$366,00
21	80	fr	Cloridrato de Bupropiona 150mg, caixa com 60 comp.	Glaxo	R\$45,00	R\$3.600,00
77	100	cx	Oxcarbazepina 300mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$8,30	R\$830,00
93	100.000	cp	Ácido valpróico 250 mg	Biolab	R\$0,1999	R\$19.990,00
R\$24.786,00						

**Extrato de Termo Aditivo N.º096/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º096/2013, PRIMEIRO TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2013 - Pregão Presencial n.º 001/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S/A. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), referente ao item 61 (levodopa benzerazida 100 25mg), correspondente ao percentual de 25% do valor do medicamento registrado. DATA: 27/11/2013.

**Extrato de Termo de Transferencia N.º094/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE TRANSFERENCIA N.º094/2013, PRIMEIRO TERMO DE TRANSFERÊNCIA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2013

- Pregão Presencial n.º027/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Fica transferido o item 48 (bitilbrometo de escopolamina frs com 20 ml), com a justificativa de que o valor cotado em desacordo com a especificação do edital tornando assim inviável a sua entrega. DATA: 04/11/2013.

**Extrato de Termo de Transferência N.º095/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE TRANSFERENCIA N.º095/2013, PRIMEIRO TERMO DE TRANSFERÊNCIA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 072/2013 - Pregão Presencial n.º027/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIO CLARENSE LTDA. OBJETO: 2ª colocada no Pregão Presencial manifestou interesse em fornecer o item 48 - (bitilbrometo de escopolamina frs com 20 ml). DATA: 04/11/2013.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Errata do Pregão Presencial 47/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2013**

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração na nos itens 08, 09, 10, 11, 12 e 13 do Anexo I do edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2013, ficando apazado nova data para o dia 19 de dezembro de 2013, às 13:30 horas, recebimento dos envelopes das propostas e documentações e abertura das propostas, e no dia 27 de dezembro de 2013, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 05 de dezembro de 2013.

ROSIMERI HILDA COELHO

Presidenta da CPL Sec. de Saúde

**Papanduva****PREFEITURA****Lei N. 1992, de 2 de Dezembro de 2013.**

Lei n. 1992, de 2 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a preservação da qualidade do ar, a proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores e pela redução da exposição à fumaça ambiental do tabaco no Município de Papanduva, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de

Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte,

#### LEI

Art. 1º. Fica proibido fumar cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo, narguilé e outros produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco, em qualquer espaço de uso coletivo, público ou privado, fechado ou parcialmente fechado com telhado e divisórias, onde ocorra trânsito ou permanência de pessoas, mediante a afixação de avisos indicativos da mencionada proibição.

Art. 2º. Os locais sujeitos à proibição do cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo, narguilé e outros derivados de fumo, conforme as características elencadas no artigo anterior são:

I - instituições de saúde;

II - instituições educacionais de todos os níveis;

III - interior de veículos de transporte público, comerciais e profissionais, como táxis, veículos de transporte de passageiros e veículos oficiais;

IV - garagens de prédios comerciais, residenciais e industriais;

V - terminal de transporte rodoviário;

VI - centros comerciais, hotéis e similares;

VII - casas noturnas e congêneres;

VIII - praças desportivas e auditórios públicos;

IX - bares, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, refeitórios, cantinas e congêneres;

X - outros estabelecimentos de acesso público não especificado;

e

XI - outros estabelecimentos que empreguem trabalhadores remunerados ou voluntários.

Art. 3º. Os bares, restaurantes, hotéis, as churrascarias, lanchonetes e os estabelecimentos afins abrangidos por esta Lei poderão dispor de espaço destinado exclusivamente aos fumantes, desde que com equipamentos de exaustão e ventilação, sem comunicação aberta com o restante do estabelecimento e não contará com a circulação de funcionários.

§1º. O espaço das salas ou recintos destinados exclusivamente aos fumantes deverá ter um tamanho máximo de doze metros quadrados, sendo proibida a comercialização de alimentos ou bebidas e a entrada de crianças e adolescentes neste espaço.

§2º. A inexistência dessa área significa a proibição de fumar em qualquer outro lugar do ambiente.

Art. 4º. Os hotéis, pousadas ou similares poderão reservar quartos ou apartamentos exclusivamente para fumantes, no limite máximo de trinta por cento da capacidade do estabelecimento e de preferência no mesmo andar.

Parágrafo único. Os espaços referidos no caput deste artigo não poderão ter acesso aberto aos demais espaços do estabelecimento.

Art. 5º. Fica proibida a comercialização de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo, narguilé e outros derivados de fumo em eventos realizados pelo Poder Público Municipal ou por este incentivado, de qualquer modo.

Art. 6º. Fica proibida a comercialização e o consumo dos produtos referidos no caput do artigo anterior dentro dos estabelecimentos escolares da rede de ensino pública e privada.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, consideram-se infratores aqueles que comercializam diretamente, bem como os responsáveis pelo estabelecimento de ensino, quando houver ciência e anuência destes à comercialização ou consumo.

Art. 7º. Não será permitida a venda de cigarros ou bebidas alcoólicas nas empresas que trabalham com locação de computadores e máquinas para acesso à internet, utilização de programas e de

jogos eletrônicos em rede, também conhecidos como cyber-cafés ou lan-houses.

Parágrafo único. Na hipótese de ser permitido o consumo de cigarros, esses estabelecimentos deverão ter uma área específica isolada para fumantes, nos termos do art. 3º e seus §§.

Art. 8º. Os infratores do disposto nesta Lei sujeitar-se-ão à multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) dobrando em cada reincidência, devendo este valor ser reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

§1º. Na hipótese da quinta reincidência será suspenso o alvará de funcionamento do estabelecimento pelo prazo de trinta dias.

§2º. Na hipótese da sexta reincidência será cassado alvará de funcionamento.

§3º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se infratores os fumantes e os estabelecimentos por ela abrangidos, nos limites da responsabilidade que lhe é atribuída.

Art. 9º. A fiscalização será de responsabilidade da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Papanduva, podendo ter apoio de todos os outros órgãos municipais para tal.

Art. 10. Para efeito desta Lei e como medida educativa, as penalidades previstas nos artigos anteriores somente poderão ser aplicadas depois de o infrator receber uma advertência por escrito.

§ 1º Decorridos cento e oitenta dias contados da entrada em vigor desta Lei, a Câmara Municipal de Papanduva, promoverá audiência pública sobre o tema a fim de esclarecer os aspectos de saúde, educacionais e jurídicos adotados para o correto cumprimento desta lei.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá realizar campanha educativa e publicitária contra o tabagismo.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar essa Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor, gerando efeitos válidos, no prazo de noventa dias.

Município de Papanduva, 2 de dezembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

#### Lei Nº 1993, de 6 de Dezembro de 2013

Lei nº 1993, de 6 de dezembro de 2013.

Concede Subvenção Social à Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de

Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte

#### **L E I**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião deste Município, visando a manutenção da Entidade, conforme minuta do Convênio que fica fazendo parte integrante desta lei.

Parágrafo único. A subvenção de que trata este artigo será na importância de até R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) mensais, de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º. A aplicação dos recursos serão fiscalizados pela Secretaria Municipal da Saúde, Conselho Municipal da Saúde e Câmara de Vereadores.

Art. 3º. A Associação Hospitalar prestará contas dos recursos repassados pelo município ao final de 60 (sessenta) dias, contados após a liberação de cada parcela.

Parágrafo único. O descumprimento dos objetivos desta Lei acarretará na suspensão do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 4º. Para fazer face às despesas da aplicação desta Lei, serão usados recursos do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 6 de dezembro de 2013.

**DARIO SCHICOVSKI**

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

**FÁBIO JOSÉ PADILHA**

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### **CONVÊNIO Nº009, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina e sua Secretaria Municipal da Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde e a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião.

O Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, DARIO SCHICOVSKI, e a Secretaria Municipal da Saúde, gestora do Fundo Municipal da Saúde, representada neste ato pelo Secretário Municipal da Saúde, Odair José Leandro Dias, estabelecida na Rua Jacob Schadeck nº 1207, esquina com a Rua José Zadorosny, Papanduva/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.533/0001-01, e a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.145.052/0001-83, estabelecido à Rua Jorge Lacerda nº 845, nesta cidade de Papanduva/SC, representada pelo Senhor IZEO PITT, doravante denominados MUNICÍPIO/SECRETARIA/FMS e HOSPITAL, celebram o presente CONVÊNIO, sujeitando-se os convenientes, no que couber, aos termos da Lei Municipal nº 1993, de 6 de dezembro de 2013, mediante as seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA = DO OBJETO**

O objeto do presente convênio destina-se a estabelecer mecanismos para o repasse de recursos financeiros pelo Município ao Hospital para manutenção da Entidade.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA = DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Convênio tem seu fundamento legal, os termos da Lei Municipal nº 1993, de 6 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA = DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO /SMS**  
I - Efetuar o repasse do numerário estabelecido pela Lei Municipal nº 1993, de 6 de dezembro de 2013, em seu Art. 1º, parágrafo único, na importância de até R\$ 50.000,00 mensais, de janeiro a dezembro/2014;

II - O repasse é destinado exclusivamente para a manutenção da Entidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA = DAS OBRIGAÇÕES DO HOSPITAL**

I - O hospital assume o compromisso de utilizar os recursos provenientes da presente subvenção na manutenção da Entidade;

II - Prestar contas dos recursos repassados à Secretaria Municipal da Saúde ao final de 60 (sessenta dias), contados após a liberação de cada parcela;

III - Permitir e facilitar à Secretaria Municipal da Saúde e Câmara de Vereadores, o acesso às informações, bem como, a verificação "in loco" do cumprimento do objeto do presente convênio;

IV - Fornecer a documentação exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme orientação através da Instrução Normativa N.TC -14/2012.

#### **CLÁUSULA QUINTA = DA RESCISÃO**

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito, no caso de infração a qualquer das cláusulas ou condições nele estipulada ou denunciado por qualquer dos convenientes, a qualquer tempo, pelo seu descumprimento.

#### **CLÁUSULA SEXTA = DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO**

O prazo de vigência do presente convênio é de janeiro a dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, mediante aprovação de nova lei e de acordo entre as partes, através da formalização de novo convênio.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA = DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro desta Comarca de Papanduva.

Município de Papanduva, 6 de dezembro de 2013.

**DARIO SCHICOVSKI**

Prefeito Municipal

**ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS**

SECRETÁRIO DA SAÚDE

**IZEO PITT**

PRESIDENTE DO HOSPITAL

**TESTEMUNHAS:**

**ESTELA MARI FERENS**

CPF: 861.450.109-91

**FÁBIO JOSÉ PADILHA**

CPF: 030.911.539-67

#### **Lei Nº 1994, de 6 de Dezembro de 2013**

Lei nº 1994, de 6 de dezembro de 2013.

Autoriza o Poder Legislativo Municipal a utilizar imóvel de propriedade do Município de Papanduva para construção de sua sede própria e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e Ele sanciona a seguinte



**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a utilizar o imóvel sediado na Rua Simeão Alves de Almeida, inscrito na matrícula nº 8.122, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, pertencente ao patrimônio público municipal, para a construção de sua sede própria.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste artigo, fica, igualmente, autorizada a realização de todos os registros contábeis patrimoniais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 06 de dezembro de 2013.  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA  
Secretário da Administração

**1º Termo de Retificação - Processo Licitatório Nº 158/2013 Convite Para Obras e Serviços de Engenharia**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2013 CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil para a construção de muros com colocação de grades de ferro galvanizado, portões de ferro galvanizado e a confecção de calçadas em paver com colocação de meio fio, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos. Tipo: Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: até às 08:30hs do dia 16 de dezembro de 2013; Início da Sessão Pública: dia 16/12/2013 às 08:45hs. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 06 de dezembro de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 155/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2013. Objeto: Aquisição de 01 automóvel, novo, zero km, para o uso da Secretaria Municipal de Educação. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até às 08:30hs do dia 19 de dezembro de 2013; Início da Sessão Pública: dia 19/12/2013 às 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 06 de dezembro de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 159/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2013. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços médicos, destinada à manutenção dos Serviços de saúde do Pronto Atendimento Municipal 24 horas, situado no Hospital São Sebastião Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: 19 de dezembro de 2013 às 10:40hs; Início da Sessão Pública: 19/12/2013 - 10:55hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 06 de dezembro de 2013  
ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Retificação ao Extrato Publicado Em 26/11/2013 - Dispensa de Licitação Nº 153/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Retificação ao extrato publicado em 26/11/2013  
Dispensa de Licitação nº 153/2013. Objeto Contratação de serviços médicos clínico geral, para a manutenção dos serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva. Contratado: ISRAEL OLEGARIO DE SOUZA MOREIRA. Justificativa Trata-se da contratação de serviços médicos de clinico geral, destinada à manutenção dos Serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde, sendo o profissional indispensável para o programa ESF na localidade de Rodeiozinho, como também para acesso dos munícipes a unidade de saúde básica e a falta destes serviços colocará em risco a saúde e a vida dos cidadãos. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá duração entre 06 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013 ou até a realização de processo seletivo ou licitatório, o que acontecer primeiro Valor total: R\$ 9.732,40 (nove mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Papanduva, 06 de dezembro de 2013  
ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde





# Passo de Torres

## PREFEITURA

**Extrato de Termo de Contrato Nº 144/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 144/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Rodrigo Agostinho Pacheco

Objeto: prestação de serviços para Aulas de musicas com flautas para os alunos que freqüentam o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, do Município de Passo de Torres  
Valor: R\$ 1.952,00  
Vigência: 31/12/2013  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Dotação Orçamentária:  
(81) 2.010.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 01 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 145/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 145/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Luzia Correa Steffen

Objeto: locação de imóvel para instalação da Gppm Grupamento Policia Militar para manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Policia Militar, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 036/2012  
Valor: R\$ 2.990,00  
Vigência: 31/12/2013  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Dotação Orçamentária:  
(139) 2.050 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 01 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 146/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 146/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Everton Borba Teixeira

Objeto: Prestação De Serviços Para Implantação Do Serviço De Inspeção Municipal - Sim  
Valor: R\$ 2.330,00  
Vigência: 31/12/2013  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Dotação Orçamentária:  
(91) 2.043 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 01 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 147/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 147/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Deverci Pereira,

Objeto: Aulas de guirlandas, para adultos e jovens, através da iniciativa de enfeitar alguns pontos turísticos da cidade, trabalhando nesta perspectiva a solidariedade a auto-estima, a promoção da cultura local e a valorização do próprio município, conforme Projeto "Natal 2013".  
Valor: R\$ 448,00  
Vigência: 31/12/2013  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93  
Dotação Orçamentária:  
(81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 08 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 148/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 148/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Albino E Cia Ltda

Objeto: Recuperação De Pavimento Com Pedra Irregular Nas Ruas Estrela Do Mar, Rua Do Polvo, Rua Siri E Rua Leão Marinho, Localizadas Na Praia Bellatorres No Município De Passo De Torres/Sc. Totalizando Uma Área De 704,00 M².  
Valor: R\$ 25.027,20  
Vigência: 31/12/2013  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic.CV 75/2013  
Dotação Orçamentária:  
(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 010

Passo de Torres, 13 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 149/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 149/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratada: Aclive Arquitetura E Engenharia Ltda Epp

Objeto: Contratação De Obra De Ampliação De 3 (Três) Salas De Aulas Nas Dependências Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Vila Nova, Localizada Na Praia Rosa Do Mar Do Município De Passo De Torres/Sc, Com Área Total De 258,39 M².  
Valor: R\$ 171.367,84  
Vigência: 28/02/2014  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic.TP 74/2013  
Dotação Orçamentária:  
(20) 1.009 4.4.90.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 20 de novembro de 2013  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 150/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 150/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Trans-Am Limpeza Urbana Ltda Epp

Objeto: Prestação De Serviço Para Contratação  
De Serviços De Limpeza De Ruas No Perimetro  
Urbano E Praias No Periodo De Novembro De 2013  
A Março De 2014.

Valor: R\$ 78.960,00

Vigência: 31/03/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic.CV 76/2013

Dotação Orçamentária:

(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 20 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 151/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 151/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Litoral Sul Consultoria Projetos De Eng. Eireli,

Prestação De Serviço Para Elaboração

Do Projeto De Pavimentação De Ruas. Conforme

Programa Do Fundo De Apoio Aos Municípios (Fundam).

Valor: R\$ 28.300,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic.CV 78/2013

Dotação Orçamentária:

(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 21 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 152/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 152/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Luciano Bitencourt Batista - Me

Objeto: Aquisição De Materiais Para Reforma  
Da Ponte Pênsil Do Município De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 6.103,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic.DL 82/2013

Dotação Orçamentária:

(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 25 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 153/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 153/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Lidineia Ferraz Zeferino Justo

Objeto: Prestação de serviços para Aulas para confecção  
de Presépio de natal com taboa, para adultos e jovens,  
através da iniciativa de enfeitar alguns pontos turísticos  
da cidade, trabalhando nesta perspectiva a solidariedade a  
auto-estima, a promoção da cultura local e a valorização  
do próprio município, conforme Projeto "Natal 2013".

Valor: R\$ 448,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 25 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 154/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 154/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Atraente Moveis E Decorações Ltda - Me

Objeto:Aquisição De Móveis E Eletrodoméstico

Para Uso Da Policia Militar, Conforme Convenio

Transito E Radio Patrulha.

Valor: R\$ 2.119,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 79/2013

Dotação Orçamentária:

(110) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0095

(139) 2.050 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 26 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 155/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 155/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: W.A. Industria E Comercio De Moveis Ltda - Me

Objeto:Aquisição De Móveis E Eletrodoméstico

Para Uso Da Policia Militar, Conforme Convenio

Transito E Radio Patrulha.

Valor: R\$ 7.360,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 79/2013

Dotação Orçamentária:

(110) 2.048 3.3.90.00.00.00.00 0095

(139) 2.050 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 26 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 156/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 156/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: E.M.S Materiais Elétricos Ltda

Objeto:Aquisição De Material Eletrico Para Manutenção

Da Iluminação Publica Do Município De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 12.040,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 80/2013

Dotação Orçamentária:

(115) 2.049 3.3.90.00.00.00.00 0117

Passo de Torres, 26 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**Extrato de Termo de Contrato Nº 157/2013**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 157/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Napoly Comercial De Veículos Ltda

Objeto: Aquisição De Um Veículo Minibus Zero Km Com Capacidade Para 14 À 16 Passageiros Ar Condicionado Central Equipado Com Motor Turbo A Diesel 04 Cilindro Em Linha Sistema De Injeção Eletronica Potencia De 121cv À 147cv Sistema Embreagem Hidraulico Cambio 05 Marchas Computador De Bordo Tacografo Diario Poltronas Reclinaveis Porta Lateral Janelas Vidros Corrediço Desembaciador Para-Brisa Ar Natural Na Cor Branca. Para Uso Dos Alunos Da Rede Municipal De Ensino Basico.

Valor: R\$ 130.000,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. PR 77/2013

Dotação Orçamentária:

(24) 1.013 4.4.90.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 26 de novembro de 2013

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Anexos I, II, III-Iv-V, VI Ldo, Anexo II Ppa****MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**  
**Consolidado****Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias**  
**de Caráter Continuado**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXECUTADA EXERCÍCIO 2012</b>	<b>PROJETADA EXERCÍCIO 2013</b>	<b>EXPANSÃO</b>
Despesa Pessoal e Encargos	6.635.524,19	4.568.509,45	(2.067.014,74)
Outras Despesas de Custeio	4.458.621,45	4.186.620,81	(272.000,64)
<b>TOTAIS</b>	<b>11.094.145,64</b>	<b>8.755.130,26</b>	<b>(2.339.015,38)</b>

## MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES  
ANEXO II - 14

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2014						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
<b>PROGRAMA 14</b>						
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
<b>DIAGNÓSTICO</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
<b>DIRETRIZES</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
<b>OBJETIVOS</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
61	Reserva de Contingência da Prefeitura	Diversos			40.000,00	0.1.00
62	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde	Diversos			14.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>					<b>54.000,00</b>	

**Legenda Destinação de Recursos:**

\* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

**Legenda de Produto:****Diversos: Ação 01 e 02**

\* Passivos Contingentes;

\* Eventos Fiscais Imprevistos;

\* Riscos Fiscais;

\* Dotações Orçadas a Menor e/ou não Orçadas.



## MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

## Anexo III - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>PREFEITURA MUNICIPAL</b>		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	40.000,00
<b>1. Passivos Contingentes</b>	<b>5.000,00</b>		
1.1. Processo de Desapropriação	5.000,00		
<b>2. Outros Riscos Fiscais</b>	<b>35.000,00</b>		
2.1. Intempéries	10.000,00		
2.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	0,00		
2.3. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	25.000,00		
<b>3. Eventos Fiscais Imprevistos</b>	<b>0,00</b>		
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	0,00		
<b>SOMA</b>	<b>40.000,00</b>	<b>SOMA</b>	<b>40.000,00</b>
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	14.000,00
<b>1. Outros Riscos Fiscais</b>	<b>14.000,00</b>		
1.1. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	9.000,00		
1.2. Campanhas de Saúde	5.000,00		
<b>2. Outros Riscos Fiscais</b>	<b>0,00</b>		
2.1. Intempéries	0,00		
<b>SOMA</b>	<b>14.000,00</b>	<b>SOMA</b>	<b>14.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>54.000,00</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>54.000,00</b>

Anexo VI.

**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES****ANEXO VI  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES										
CÓDIGO PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
					PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
1		PROCESSO LEGISLATIVO						3.750.000	900.000	
	1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade				3.600.000	877.500	
	2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Equipamento	Unidade				150.000	22.500	
2		GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						2.600.000	525.000	
	3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos					1.600.000	325.000	
	4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				150.000	30.000	
	5	Aquisição de Area e Construção da Sede Administrativa	Diversos					850.000	170.000	
3		ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						7.380.000	1.618.000	
	6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade				180.000	38.000	
	7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos					7.000.000	1.540.000	
	8	Manutenção das Ações de Desesa Civil						200.000	40.000	
4		CRIANÇA NA ESCOLA						31.100.000	6.778.000	
	9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²				1.550.000	310.000	
	10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos					20.950.000	4.748.000	
	11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.750.000	350.000	
	12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.900.000	380.000	
	13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade				700.000	140.000	
	14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²				1.050.000	210.000	
	15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equiptos.	Unidade				300.000	60.000	
	16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos				700.000	140.000	
	17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos				700.000	140.000	
	18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2				700.000	140.000	
	19	Manutenção das Creches	Diversos					800.000	160.000	
5		ESPORTE AMADOR						1.600.000	300.000	
	20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos					600.000	120.000	
	21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra					300.000	60.000	
	22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos					200.000	40.000	
	23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade				400.000	60.000	
	24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				100.000	20.000	
6		TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						2.700.000	520.000	
	25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade				550.000	90.000	
	26	Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos					800.000	160.000	
	27	Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos				200.000	40.000	
	28	Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2				900.000	180.000	
	29	Manutenção dos Eventos Municipais						250.000	50.000	

Página 1

## Anexo VI.

7		<b>SAÚDE AO CIDADÃO</b>						<b>18.100.000</b>	<b>3.620.000</b>	
	30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade				1.050.000	210.000	
	31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²				650.000	130.000	
	32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade				2.500.000	500.000	
	33	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos					12.850.000	2.570.000	
	34	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos					1.050.000	210.000	
8		<b>PROTEÇÃO SOCIAL</b>						<b>2.600.000</b>	<b>520.000</b>	
	35	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade				70.000	14.000	
	36	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos				830.000	166.000	
	37	Construção Cras						300.000	60.000	
	38	Manut. Fundo Municipal dos Direitos Criança/Adolescente	Diversos	Diversos				500.000	100.000	
	39	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação						100.000	20.000	
	40	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares						700.000	140.000	
	41	Formação e Capacitação Profissional	Aluno					100.000	20.000	
9		<b>ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO</b>						<b>1.300.000</b>	<b>260.000</b>	
	42	Aplicação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m²				400.000	80.000	
	43	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade				350.000	70.000	
	44	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m³				550.000	110.000	
10		<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>						<b>3.000.000</b>	<b>675.000</b>	
	45	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico						250.000	50.000	
	46	Aquis.Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.	Unidade				300.000	60.000	
	47	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos					300.000	150.000	
	48	Manutenção da Secretaria da Pesca						900.000	200.000	
	49	Infraestrutura para a Pesca						130.000	26.000	
	50	Manutenção do Depto. Des.Econômico						850.000	100.000	
	51	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente						270.000,00	89.000	
11		<b>SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>						<b>14.300.000</b>	<b>2.860.000</b>	
	52	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras						12.000.000	2.400.000	
	53	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade				1.350.000	270.000	
	54	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos				950.000	190.000	
12		<b>INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES</b>						<b>7.300.000</b>	<b>1.520.000</b>	
	55	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade				2.600.000	520.000	
	56	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²				3.900.000	860.000	
	57	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²				650.000	110.000	
	58	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²				50.000	10.000	
	59	Construção de Casa Mortuária e Ampl.Cemitérios	Área	m²				100.000	20.000	
13		<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>						<b>1.000.000</b>	<b>250.000</b>	
	60	Manutenção dos Encargos Gerais						1.000.000	250.000	
14		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						<b>270.000</b>	<b>54.000</b>	
	61	Reserva de Contingência da Prefeitura						200.000	40.000	
	62	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde						70.000	14.000	
Página 2										
TOTAL CONSOLIDADO								<b>97.000.000</b>	<b>20.400.000</b>	

**MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES**  
**DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES**  
**ANEXO II - 14**

PLANO PLURIANUAL 2014/2017						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
<b>PROGRAMA 14</b>						
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
<b>DIAGNÓSTICO</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
<b>DIRETRIZES</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
<b>OBJETIVOS</b>						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
61	Reserva de Contingência da Prefeitura	Diversos			200.000,00	0.1.00
62	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde	Diversos			70.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>					<b>270.000,00</b>	

**Legenda Destinação de Recursos:**

\* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

**Legenda de Produto:**

**Diversos: Ação 01 e 02**

- \* Passivos Contingentes;
- \* Eventos Fiscais Imprevistos;
- \* Riscos Fiscais;
- \* Dotações Orçadas a Menor e/ou não Orçadas.

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### Aviso Dispensa de Licitação 56/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PULO LOPES  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua Santa Catarina, nº. 196, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso V do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 56/2013; DL nº. 56/2013; Contratada: PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA; CNPJ: 03.341.777/0001-08; Objeto: Aquisição de veículo tipo pick-up para uso da Secretaria Municipal de Educação. Valor: R\$ 33.000,00 (Trinta e Três mil reais).

Data da Assinatura: 05/12/2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

## Pescaria Brava

### PREFEITURA

#### Lei Nº 45/2013

LEI Nº 045, de 11 de setembro de 2013.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e, ele, sanciona a seguinte LEI:  
Art. 1º Esta Lei tem por finalidade regulamentar a concessão de Utilidade Pública Municipal a entidades filantrópicas, associações comunitárias, de moradores, instituições religiosas, educativas, sindicais, clubes de serviços e outras congêneres.

Art. 2º São requisitos indispensáveis para a concessão de Utilidade Pública Municipal:

- I - que a entidade seja constituída no Município de Pescaria Brava;
- II - que tenha personalidade jurídica;
- III - que seja de caráter assistencial, sem fins lucrativos e que possua previsão de dissolução com a destinação dos bens a entidades congêneres;
- IV - que esteja em efetivo e contínuo funcionamento nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido de concessão.
- V - que não remunere, por qualquer forma, os cargos da diretoria, e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
- VI - que comprovadamente, promova a educação artística, cultural e/ou desportiva e filantrópica de caráter geral ou indiscriminado; e,
- VII - que a sua Diretoria seja constituída, em no mínimo de 50% de moradores de Pescaria Brava, devidamente comprovadas através de comprovante de residência.

Art. 3º São documentos necessários que devem acompanhar o

processo de concessão de Utilidade Pública Municipal;  
I - certidão de registro civil das pessoas jurídicas onde a entidade está registrada;  
II - exemplar do órgão oficial do Município ou imprensa local onde foi publicado o Estatuto ou o próprio Estatuto;  
III - certidão Negativa de Tributos Federal, Estadual e Municipal;  
IV - ata da eleição e posse da atual diretoria;  
V - declaração de que os cargos de direção não são remunerados;  
VI - relação dos bens patrimoniais e respectivos valores;  
VII - declaração firmada pela diretoria de atender as solicitações do Poder Público nas suas promoções de caráter cívico, educacional, cultural e assistencial;  
VIII - atestado de autoridade municipal sobre o funcionamento e os serviços prestados pela entidade;  
IX - certidão de registro junto a Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; e,  
X - Relatório circunstanciado das atividades realizadas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido, discriminando em número os serviços prestados, gratuitamente ou não, para caracterizar a filantropia ou verificar os fins e a natureza predominante da entidade.

Art. 4º. A entidade que for concedida Utilidade Pública Municipal fica obrigada a publicar anualmente a demonstração de receita e da despesa realizada do exercício anterior, assinada por contador devidamente habilitado e registrado.

Art. 5º. Acompanhará o processo de concessão de Utilidade Pública Municipal, quadro demonstrativo de receita e de despesa realizadas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido, sem prejuízo da apresentação dos documentos mencionados nesta LEI.

Art. 6º O não cumprimento do disposto nesta Lei, fica impedido o reconhecimento da concessão de Utilidade Pública Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 11 setembro de 2013.  
ANTÔNIO AVELINO HORORATO FILHO  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3.916 de 05 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3.916 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013  
DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Orçamentária Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo  
0203 Secretaria de Educação e Cultura  
0203.12 Educação  
0203.12.365 Ensino Infantil



0203.12.365.1201 Ensino para Todos  
0203.12.365.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil  
3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
Fonte de Recursos 0119

Art. 2º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais):

02 Poder Executivo  
0203 Secretaria de Educação e Cultura  
0203.12 Educação  
0203.12.365 Ensino Infantil  
0203.12.365.1201 Ensino para Todos  
0203.12.365.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil  
3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
Fonte de Recursos 0119

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Edital de Licitação Nº 041/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2013  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 20/12/2013, licitação modalidade Pregão Presencial nº 041/2013. Objeto: Aquisição de Pedra Brita para a Secretaria de Transportes e Obras para exercício de 2014.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/12/2013, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2013  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Edital de Licitação Nº 040/2013**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2013  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 20 de dezembro de 2013, licitação modalidade Pregão Presencial n. 040/2013, visando à contratação de empresa para prestar serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo, do quadro de pessoal da Administração Direta

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/12/2013, até as 09:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço

nesta mesma data, às 09:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Lei 2.115 de 05 de Dezembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.115, DE 05 DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de infraestrutura nas Avenidas Atílio Fontana e Almirante Fonseca Neves.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 2.500.000,00( Dois Milhões e quinhentos Mil Reais)

Parágrafo Unico. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 05 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

#### Decreto Nº 1.158/2013

DECRETO Nº 1.158, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA O INCISO IX DO ARTIGO 61 DA LEI 718/1993 COM REDAÇÃO CONSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.092, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Regulamenta o inciso IX do artigo 61 da Lei Municipal 718/1993 com redação constituída pela Lei municipal nº 2.092 de 15 de outubro de 2013, criando critérios objetivos para a concessão de gratificações.

Art. 2º - As referidas gratificações terão valor fixo mensal, conforme estabelecidos na referida Lei, vedada a sua acumulação.

Parágrafo Único - O servidor que participar de mais de uma comissão, perceberá a gratificação de maior valor remuneratório.

Art. 3º - O Presidente da Comissão deverá elaborar mensalmente, relatório dos trabalhos efetuados, devendo após a anuência do Secretário, Presidente de Fundação ou Procurador Geral ao qual a Comissão é subordinada, encaminhá-lo ao setor de Recursos Humanos para pagamento em folha.

Parágrafo único - A hierarquia entre a comissão e o respectivo chefe imediato é meramente para fins de fiscalização do exercício das atribuições da comissão, ausente qualquer poder de ingerência no livre convencimento da comissão quanto ao mérito dos assuntos analisados.

Art. 4º - O servidor que deixar de comparecer a qualquer reunião ou deixar de colaborar com os demais atos prescindíveis ao andamento dos procedimentos, além de poder ser substituído a qualquer tempo por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo, perderá o direito ao recebimento da gratificação, devendo para tanto, ser emitido relatório pelo Presidente da Comissão, justificando o cancelamento do pagamento, instruindo-o com a ata da reunião em que esteve ausente o membro ou em que negligenciou o exercício da função remetendo-a ao superior hierárquico.

Parágrafo Único - É responsabilidade do superior hierárquico, fiscalizar o bom e eficiente desenvolvimento dos trabalhos das comissões.

Art. 5º - O servidor não fará jus à gratificação durante quaisquer afastamentos no exercício de suas atribuições, mesmo que justificada por qualquer instrumento, exceto se designado por superior hierárquico para realizar outras funções inerentes ao cargo que será por ele informado quando da anuência do relatório mensal da Comissão e se concomitantemente possuir uma única falta no mês.

Art. 6º - Subordina-se a Procuradoria Geral do Município a Comissão de Sindicância, a Comissão de Processo Seletivo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 7º - Subordina-se a Secretaria Municipal de Administração o Pregoeiro, a Comissão de Licitação, a Comissão de Baixa de Bens, a Comissão de Avaliação e Desempenho.

Art. 8º - Subordina-se a Secretaria Municipal da Fazenda a Comissão de análise de isenções de tributos, Comissão de avaliação imobiliária.

Art. 9º - As Comissões reunir-se-ão sempre que houver necessidade funcional, cabendo ao superior hierárquico a definição dos dias e horários de reunião da respectiva comissão.

Art. 10 - As gratificações estabelecidas na Lei Municipal nº 2.092 de 15 de outubro de 2013, não incorporaram a remuneração dos servidores para fins de aposentadoria.

Art. 11 - Os servidores farão jus à gratificação de que trata a Lei ora regulamentada, somente no mês de efetivo exercício da Comissão comprovado mediante relatório de que trata o artigo 3º que deverá ser arquivado no setor de Recursos Humanos.

Art. 12 - O pregoeiro e o servidor investido no exercício de função deverá encaminhar relatório mensal de suas atividades com anuência do superior hierárquico ao Setor de Recursos Humanos para a percepção da respectiva gratificação.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**Aviso de Licitação - Pregão - Registro de Preço 037/2013 PMPB - 028/2013 - Fmeduca**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço 037/2013 PMPB - 028/2013 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de cartuchos, toners e demais suprimentos, para impressoras de marcas diversas, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste edital.

Recebimento e abertura das Propostas: Até 14:00 horas do dia 19/12/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 05 de Dezembro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato Aditivo 054/2013 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 054/2013 - FAS

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 051/2012 - FAS

Partes: Município de Porto União e Úrsula Waldruff - EPP

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o aludido contrato superior o valor de R\$ 939,75 (novecentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 25 %(vinte e cinco por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 02 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 3.757

DECRETO Nº 3.757, 06 de dezembro de 2013.

“REGULAMENTA REGRAS PARA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS ELETRÔNICAS - NFS-E.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

CONSIDERANDO as dificuldades operacionais encontradas pelos prestadores de serviços do município, e as necessárias adequações para o uso das novas ferramentas dos atuais softwares de gestão pública municipal.

CONSIDERANDO que a gestão municipal tem o dever de estabelecer prazo para as adequações acima mencionadas, sem causar prejuízo ao erário público e aos prestadores de serviços do município.

CONSIDERANDO o grande número de relações de prestação de serviços que ocorre diariamente no município e que a consignação destes em documentos fiscais deve acontecer de maneira ágil e desburocratizada.

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido o prazo até a data limite de 30/06/2014 para adequação de infraestrutura e software de informática atualmente utilizados pelos prestadores de serviço do município na integração/emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônicas.

Art. 2º- Os prestadores de serviço do Município ficam autorizados até a data limite definida no art. 1º a emitir as Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas com assinatura digital efetivada mediante utilização de certificado digital válido, somente no documento entrega da declaração mensal de serviços.

Parágrafo único - Fica autorizado o contador do prestador de serviço a efetuar a assinatura digital mencionada neste artigo, mediante poderes específicos outorgados em procuração digital ou instrumento particular com firma reconhecida a qual deverá ser apresentada no órgão fazendário do município.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
06 de dezembro de 2013.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Portaria Nº 1.370/2013

PORTARIA Nº. 1.370/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso

III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, ao servidor público municipal ROBSON DA SILVA, matrícula nº 3191701, portador do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I (em extinção) exercendo as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura, no período de 28/11/2013 até 04/12/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 1.424/2013

PORTARIA Nº. 1.424/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora FERNANDA VARGAS RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA (20H), conforme certidão de nascimento n.º 30 0042597 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de SOFIA VARGAS RODRIGUES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

### Portaria Nº 1.439/2013

PORTARIA Nº. 1.439/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, a servidora pública municipal PATRICIA SENS DE OLIVEIRA, matrícula nº 35134001, portador do cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, no período de 16/11/2013 até 22/11/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 1419/RH

PORTARIA Nº 1419/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 13/11/2013 a 12/03/2014, a servidora municipal FERNANDA VARGAS RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1420/RH**

PORTARIA Nº 1420/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 08/11/2013 a 07/03/2014, a servidora municipal MICHELE KARINA BERNARDINO CANTARELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1421/RH**

PORTARIA Nº 1421/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 15/11/2013 a 13/01/2014, a servidora municipal SHIRLEI APARECIDA WARMLING, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1426/RH**

PORTARIA Nº 1426/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 11/11/2008 a 09/11/2013 a servidora municipal ALZIRA HEESCH DORNER ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1427/RH**

PORTARIA Nº 1427/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 13/10/2008 a 11/10/2013 a servidora municipal CRISTIANE MARILI FRONZA STEDILE ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro Obstétrico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1428/RH**

PORTARIA Nº 1428/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 02/12/2008 a 30/11/2013 ao servidor municipal HEITOR LONGO ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS



**Portaria Nº 1429/RH**  
PORTARIA Nº 1429/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 15/11/2008 a 13/11/2013 a servidora municipal LEONITA BERLANDA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1430/RH**  
PORTARIA Nº 1430/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 16/11/2008 a 14/11/2013 a servidora municipal MARCIA APARECIDA BRANCO ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1431/RH**  
PORTARIA Nº 1431/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 03/11/2008 a 01/11/2013 a servidora municipal RAQUEL MARIA MAY ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1432/RH**  
PORTARIA Nº 1432/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 14/11/2008 a 12/11/2013 ao servidor municipal VALDIR ANTONIO POSTAI ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1433/RH**  
PORTARIA Nº 1433/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal LEONITA BERLANDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1434/RH**  
PORTARIA Nº 1434/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, ao servidor municipal HEITOR LONGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS



**Portaria Nº 1445/RH**  
**PORTARIA Nº 1445/RH**

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/11/2013 a 20/12/2013 condida por meio da Portaria n. 1326/RH de 04/11/2013 a servidora municipal SANDRA FIGUEREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1446/RH**  
**PORTARIA Nº 1446/RH**

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/11/2013 a 25/01/2014 concedida por meio da Portaria n. 1106/RH de 09/09/2013 ao servidor municipal LUIZ GONZAGA MACANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Dezembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Extrato de Edital 51/2013 FMS**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2013 FMS**

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando o registro de preços para aquisição de material de higiene, limpeza e cozinha para atender necessidade da Secretaria de Saúde.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 19/12/2013 às 09:30 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 19/12/2013 às 09:30 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 19/12/2013 às 09:30 horas.

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437  
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

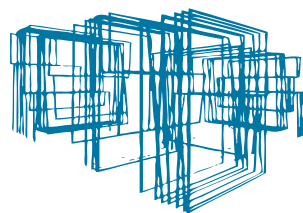
LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"  
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Registro de preços para aquisição de material de higiene, limpeza e cozinha para atender necessidade da Secretaria de Saúde.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 04 de dezembro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde



Programa de  
Gestão de Obras



**Programa de Gestão de Obras:**  
**um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

## Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 41/2013 FMS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2013

Data do registro 19/11/2013

Válido até: 12 meses

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de medicamentos da Rede Básica e psicotrópicos para a Secretaria de Saúde e para a Atenção Básica.

Fornecedor: 357600 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LT.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Agua destilada 5ml ampola plastica	Amp.	ISOFARMA	1.200,00000	R\$0,1300	R\$156,0000
47	estriol - 1mg cr vg (ovestriom) 50gr	Tbo.	HYPERMARCAS/ BRAINFARMA	1.200,00000	R\$5,6980	R\$6.837,6000
67	mebendazol 20mg/ml frasco 30ml	FR	Natulab	2.000,00000	R\$0,6050	R\$1.210,0000
86	Óleo Mineral Líquido 100 ml.	FR	Natulab	3.500,00000	R\$1,5490	R\$5.421,5000
153	BUTILBROMETO DE ESCOP. + DIPIRONA SODICA 500 MG AMP 5 ML	Amp.	HIPOLABOR	500,00000	R\$1,0000	R\$500,0000
155	BUTILBROMETO DE ESCOP. 20 MG/ML AMP 1 ML	FR	HIPOLABOR	100,00000	R\$0,8700	R\$87,0000
159	Fosfato dissodico de dexametasona 4mg/ml inj	Amp.	HIPOLABOR	100,00000	R\$0,8750	R\$87,5000
165	glicose 25% 10ml	Amp.	SAMTEC	1.000,00000	R\$0,1340	R\$134,0000
Total do Fornecedor:						R\$14.433,6000
Fornecedor: 359084 - ANB FARMA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
97	Propatinitrato 10mg (ref. sustrate)	Compr	SUSTRATE/ FARMOQUIMICA	400.000,00000	R\$0,2477	R\$99.080,0000
Total do Fornecedor:						R\$99.080,0000
Fornecedor: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Amicacina 500 mg ampola	Amp.	TEUTO	500,00000	R\$1,1800	R\$590,0000
14	Anlodipino 10 mg cp	Compr	TEUTO	200.000,00000	R\$0,0310	R\$6.200,0000
19	beclometazona pó 200mg (sifab) ref. miflosona capsula	Cps.	Novartis	15.000,00000	R\$0,3660	R\$5.490,0000
30	Cinarizina 25 mg.	Compr	NEO QUIMICA	300.000,00000	R\$0,0920	R\$27.600,0000
36	Dexametasona 4mg compr. (ref. Decadron)	Compr	TEUTO	6.500,00000	R\$0,1320	R\$858,0000
38	Diltiazem 60mg cp	U	TEUTO	250.000,00000	R\$0,0940	R\$23.500,0000
50	Furosemida 40mg. (SIFAB)	Compr	HIPOLABOR	400.000,00000	R\$0,0243	R\$9.720,0000
59	isoflavona 30mg	Compr	VITAMED	25.000,00000	R\$0,2591	R\$6.477,5000
66	maleato de timolol 0,5% col 5ml (ref timolol)	FR	TEUTO	2.500,00000	R\$0,9400	R\$2.350,0000
72	Metoclopramida 4mg/ml 10ml	FR	Mariol	4.000,00000	R\$0,4567	R\$1.826,8000
104	Sulfametoxazol + trimetropina 200mg + 40mg/5ml 100ml	FR	TEUTO	1.500,00000	R\$1,0200	R\$1.530,0000
114	Biperideno 5mg/ml ampola 1ml.	Amp.	CRISTALIA	20,00000	R\$2,2500	R\$45,0000
121	Tramadol 50mg/ml 01ml injetavel	Amp.	HIPOLABOR	100,00000	R\$0,8630	R\$86,3000
128	diazepan 10mg - injetável caps	Amp.	TEUTO	100,00000	R\$0,9270	R\$92,7000
131	Fenitoina 250mg. inj. 5ml.	U	TEUTO	100,00000	R\$0,8890	R\$88,9000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
134	Fenobarbital inj. 200mg / 01ml	Amp.	TEUTO	100,00000	R\$1,0200	R\$102,0000
139	Lorazepan 2 mg.	Compr	TEUTO	50.000,00000	R\$0,0950	R\$4.750,0000
141	Nortriptilina 50 mg cp	Compr	TEUTO	10.000,00000	R\$0,1710	R\$1.710,0000
143	Risperidona 1 mg	Compr	TORRENT	80.000,00000	R\$0,1350	R\$10.800,0000
146	ranitidina 25mg - antak injetável 2ml	Amp.	TEUTO	200,00000	R\$0,4670	R\$93,4000
147	Adrenalina 1ml inj.	U	HIPOLABOR	500,00000	R\$1,1400	R\$570,0000
149	Aminofilina inj. 0,24gr. 10ml.	U	TEUTO	100,00000	R\$1,0200	R\$102,0000
152	Sulfato de Terbutalina inj. 0,5mg. 1ml.	U	HIPOLABOR	200,00000	R\$2,0800	R\$416,0000
162	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA DIMENIDRINATO 50 MG/ML AMP 1 ML	Amp.	UNIAO QUIMICA	100,00000	R\$1,4300	R\$143,0000
178	Tenoxican injetavel 40mg ampola 2ml	Amp.	UNIAO QUIMICA	500,00000	R\$6,5900	R\$3.295,0000
Total do Fornecedor:						R\$108.436,6000

**Fornecedor: 362930 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
26	Cefalexina 250mg/ 5ml. sup. 60ml. (sifab)	U	TEUTO	3.200,00000	R\$2,6000	R\$8.320,0000
56	hioscina + dipirona buscopam composto injetavel ampola 5ml	Amp.	HIPOLABOR	500,00000	R\$1,0000	R\$500,0000
74	metronidazol 100mg creme vaginal - tubo 50g SIFAB	Tbo.	SOBRAL	2.600,00000	R\$2,4600	R\$6.396,0000
83	Nistatina 25.000 UI creme vag 50gr sifab	Tbo.	PRATI	3.500,00000	R\$3,5000	R\$12.250,0000
113	Biperideno 2MG CAPS	Compr	CRISTALIA	100.000,00000	R\$0,1680	R\$16.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$44.266,0000

**Fornecedor: 364169 - PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
101	Salbutamol 100MCG Spray /AR(asma/ renite)	FR	HIPOLABOR	4.000,00000	R\$1,4378	R\$5.751,2000
103	Sulfadiazina 500 mg.	Compr	SOBRAL	12.000,00000	R\$0,1170	R\$1.404,0000
124	Clorpromazina 25mg. inj. 5ml.	U	UNIAO QUIMICA	100,00000	R\$1,0750	R\$107,5000
132	Fenobarbital 100mg.	Compr	TEUTO	100.000,00000	R\$0,0550	R\$5.500,0000
168	DINITRATO DE ISSORBIDA 5 MG	Compr	SIGMA PHARMA	300,00000	R\$0,0510	R\$15,3000
Total do Fornecedor:						R\$12.778,0000

**Fornecedor: 370053 - CENTERMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
23	Benzilpenicilina 400.000 inj.	Amp.	NOVAFARMA	500,00000	R\$0,8500	R\$425,0000
25	Carbonato de calcio 500 mg. comp.em cartela	Compr	VITAMED	500.000,00000	R\$0,0290	R\$14.500,0000
91	Permetrina 10mg/ml Locao (sifab)	FR	IFAL	2.000,00000	R\$0,9790	R\$1.958,0000
100	Sais de Reidratação Oral	Env.	IFAL	12.000,00000	R\$0,3890	R\$4.668,0000
122	Clorpromazina 100mg (sifab)	Compr	UNIAO QUIMICA	100.000,00000	R\$0,1820	R\$18.200,0000
Total do Fornecedor:						R\$39.751,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 405841 - LICIMED DIS.MED. CORR. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
18	beclo metasona 250mcg, spray AR, isento de gases propolentes do tipo clorofluorcarbonos	FR	CLENIL HFA 250MCG/CHIESI	800,00000	R\$30,2700	R\$24.216,0000
20	Beclo metasona 50MCG Spray AR	FR	CLENIL HFA 50MCG/CHIESI	700,00000	R\$27,2650	R\$19.085,5000
110	Ácido Valproico 300 mg.	Compr	TORVAL 300MG/TORRENT	4.000,00000	R\$0,4430	R\$1.772,0000
Total do Fornecedor:						R\$45.073,5000

**Fornecedor: 405990 - MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARM; LTDA.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Acido folico 5 mg. SIFAB	Compr	TKS	120.000,00000	R\$0,0159	R\$1.908,0000
13	ANLIDIPINA 5MG	U	VITAPAN	450.000,00000	R\$0,0199	R\$8.955,0000
24	Captopril 25 mg. SIFAB/HD	Compr	MEDQUIMICA	1.200.000,00000	R\$0,0159	R\$19.080,0000
27	Cefalexina 500mg. (sifab)	Compr	TEUTO	100.000,00000	R\$0,1230	R\$12.300,0000
34	Complexo B - fornecido em cartelas	Compr	VITAMED	65.000,00000	R\$0,0386	R\$2.509,0000
35	Dexametazona 1mg/ g 10g cr	Tbo.	TEUTO	10.000,00000	R\$0,5000	R\$5.000,0000
37	Digoxina 0,25mg. sifab/hd	Compr	PHARLAB	90.000,00000	R\$0,0389	R\$3.501,0000
43	enalapril 10mg	Compr	MEDQUIMICA	1.100.000,00000	R\$0,0420	R\$46.200,0000
44	enalapril 20mg (sifab)	Compr	TEUTO	1.300.000,00000	R\$0,0500	R\$65.000,0000
48	Estrógenos Conjugados 0,625 mg. sifab	Compr	CIFARMA	35.000,00000	R\$0,5490	R\$19.215,0000
53	Hidrocortizida 25 mg. sifab/hd	Compr	MEDQUIMICA	1.700.000,00000	R\$0,0159	R\$27.030,0000
54	Hidróxido de Alumínio + Magnésio Susp 35,6mg+37mg (sifab)	FR	SOBRAL	4.500,00000	R\$1,1200	R\$5.040,0000
55	Hioscina 10 mg. (SIFAB)	Compr	BELFAR	100.000,00000	R\$0,1454	R\$14.540,0000
64	Loratadina 10 mg. (sifab)	Compr	GEOLAB	40.000,00000	R\$0,0440	R\$1.760,0000
70	Metildopa 250 mg. SIFAB/HD	Compr	TKS	450.000,00000	R\$0,0910	R\$40.950,0000
71	Metoclopramida 10 mg. SIFAB	Compr	BELFAR	60.000,00000	R\$0,0480	R\$2.880,0000
76	Metronidazol 400mg.	Compr	TEUTO	10.000,00000	R\$0,2840	R\$2.840,0000
85	Norfloxacin 400mg.	Compr	MULTILAB	50.000,00000	R\$0,1060	R\$5.300,0000
89	Paracetamol 200mg. gotas sol. 10 ml. sifab	FR	SOBRAL	7.000,00000	R\$0,4700	R\$3.290,0000
96	prometazina 25mg - comprimidos sifab	Compr	TEUTO	150.000,00000	R\$0,0780	R\$11.700,0000
99	Ranitidina 150 mg. sifab	Compr	MEDQUIMICA	70.000,00000	R\$0,0540	R\$3.780,0000
130	Fenitoina 100mg. cpr. (sifab)	Compr	TEUTO	50.000,00000	R\$0,0450	R\$2.250,0000
135	fluoxetina 20mg cp	Compr	TEUTO	1.500.000,00000	R\$0,0520	R\$78.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$383.028,0000

**Fornecedor: 406007 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	AAS 100 Mg - Comprimido (SIFAB)	Compr	IMEC	1.500.000,00000	R\$0,0090	R\$13.500,0000
8	Amiodarona 200mg.	Compr	GEOLAB	150.000,00000	R\$0,1920	R\$28.800,0000
42	enalapril 5mg - comp (sifab)	Compr	CIMED	250.000,00000	R\$0,0400	R\$10.000,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 406007 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
57	Ibuprofeno 50mg/ml gts 30ml	FR	Natulab	12.000,00000	R\$0,6900	R\$8.280,0000
111	Ácido Valpróico 500 mg. SIFAB	Compr	Abbott	100.000,00000	R\$0,4370	R\$43.700,0000

Total do Fornecedor: R\$104.280,0000

**Fornecedor: 433420 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	Aminofilina 100 mg.	Compr	HIPOLABOR	250.000,00000	R\$0,0330	R\$8.250,0000
22	Benzilpenicilina 600.000 (sifab)	Amp.	TEUTO	800,00000	R\$0,5200	R\$416,0000
29	Cetoprofeno 50mg/ml 2ml. inj	Amp.	UNIAO QUIMICA	3.000,00000	R\$1,5799	R\$4.739,7000
52	Gliclazida 80mg cp	Compr	CIFARMA	100.000,00000	R\$0,1550	R\$15.500,0000
60	Levodopa + Carbidopa 250/25mg cp (sifab)	Compr	NEO Q/ HYP/ BRAIN	75.000,00000	R\$0,2660	R\$19.950,0000
81	nimesulida 100mg sifab	Compr	VITAPAN	400.000,00000	R\$0,0363	R\$14.520,0000
84	nitrofurantoina 100mg (sifab)	Compr	TEUTO	30.000,00000	R\$0,0988	R\$2.964,0000
92	Polivitamínico em Cartela ref. cabaldoze	Compr	BIONATUS	120.000,00000	R\$0,1200	R\$14.400,0000
98	Propanolol 40 mg.	Compr	SANVAL	800.000,00000	R\$0,0146	R\$11.680,0000
108	Sulfato ferroso 25mg/ml sol. 30ml	FR	HIPOLABOR	1.600,00000	R\$0,5605	R\$896,8000
112	Amitriptilina 25MG SIFAB	Compr	TEUTO	1.500.000,00000	R\$0,0459	R\$68.850,0000
116	Carbamazepina 200 mg.	Compr	SANVAL	500.000,00000	R\$0,0715	R\$35.750,0000
118	Carbonato de lítio 300 mg (sifab)	Compr	HIPOLABOR	150.000,00000	R\$0,0960	R\$14.400,0000
123	Clorpromazina 25 mg. (sifab)	Compr	CRISTALIA	50.000,00000	R\$0,1799	R\$8.995,0000
127	Diazepan 10 mg.	Compr	SANTISA	500.000,00000	R\$0,0388	R\$19.400,0000
129	Diazepan 5mg. (sifab)	Compr	SANTISA	500.000,00000	R\$0,0400	R\$20.000,0000
133	Fenobarbital 4% gts 20ml (sifab)	FR	SANVAL	500,00000	R\$2,2400	R\$1.120,0000
137	Haloperidol Decanoato 70,52mg/ml ampola	Amp.	CRISTALIA	1.000,00000	R\$5,7800	R\$5.780,0000
145	valproato de sodio xarope	FR	HIPOLABOR	1.000,00000	R\$1,8800	R\$1.880,0000
151	Sulfato de atropina 0,25 mg. inj. 1 ml.	U	ISOFARMA	500,00000	R\$0,2240	R\$112,0000
157	CETOPROFENO 100 MG EV (PO PARA SOL. INJET.)	U	UNIAO QUIMICA	100,00000	R\$3,5500	R\$355,0000
170	Omeprazol pó lífilo - 40mg INJ	Amp.	ARISTON/BLAU	50,00000	R\$4,9900	R\$249,5000
171	Cloridrato de Prometazina 25. amp 2 ml	Amp.	SANVAL	500,00000	R\$0,9000	R\$450,0000

Total do Fornecedor: R\$270.658,0000

**Fornecedor: 443450 - WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
45	Espiramicina 500 mg (ref. Rovamicina) cp	Compr	Sanofi-Aventis	4.000,00000	R\$2,2780	R\$9.112,0000
142	Pipotiazida L4 25mg/ml	Amp.	Sanofi-Aventis	1.000,00000	R\$10,5600	R\$10.560,0000

Total do Fornecedor: R\$19.672,0000





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 452173 - ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
172	Soro fisiológico 0,9% 100 ml para infusão	U	BAXTER	1.500,00000	R\$1,5000	R\$2.250,0000
173	Soro fisiológico 0,9% 250 ml para infusão	U	BAXTER	1.500,00000	R\$1,6000	R\$2.400,0000
174	Soro fisiológico 0,9% 500 ml para infusão	U	BAXTER	1.500,00000	R\$2,0000	R\$3.000,0000
175	Soro glicosado 5% 250 ml para infusão	U	BAXTER	500,00000	R\$1,7900	R\$895,0000
176	Soro glicosado 5% 500 ml para infusão	U	BAXTER	500,00000	R\$2,3000	R\$1.150,0000
177	Soro ringer lactato 500 ml para infusão	FR	BAXTER	1.000,00000	R\$2,0000	R\$2.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$11.695,0000

**Fornecedor: 452220 - TRIADE FARMACEUTICA LTDA - EPP**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
51	Glibenclamida 5mg. cpr. sifab/hd	Compr	MEDQUIMICA	850.000,00000	R\$0,0158	R\$13.430,0000
Total do Fornecedor:						R\$13.430,0000

**Fornecedor: 561983 - NUNESFARMA DISTR DE PROD FARMAC LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Amoxicilina + Acido Clavulanico 50/12,5mg.	FR	SANDOZ	2.000,00000	R\$3,9500	R\$7.900,0000
61	levotiroxina 100mcg comp.	U	ACHE	180.000,00000	R\$0,1000	R\$18.000,0000
62	levotiroxina 25mcg comp.	Compr	ACHE	400.000,00000	R\$0,1000	R\$40.000,0000
63	Levotiroxina 50 mcg comprimido	Compr	ACHE	500.000,00000	R\$0,1000	R\$50.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$115.900,0000

**Fornecedor: 1966480 - PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Albendazol 400 mg. sifab	Compr	PRATI DONADUZZI	5.000,00000	R\$0,3000	R\$1.500,0000
5	Albendazol 40mg/ml suspensao oral	FR	PRATI DONADUZZI	3.000,00000	R\$0,7150	R\$2.145,0000
9	Amoxicilina 250 mg/5ml susp. 60ml. (SIFAB)	FR	PRATI DONADUZZI	5.500,00000	R\$0,9879	R\$5.433,4500
10	Amoxicilina 500 mg. (SIFAB)	Compr	PRATI DONADUZZI	120.000,00000	R\$0,0690	R\$8.280,0000
15	Atenolol 50 mg.	Compr	PRATI DONADUZZI	800.000,00000	R\$0,0229	R\$18.320,0000
16	azitromicina 40mg/ml susp. 15ml	FR	PRATI DONADUZZI	3.000,00000	R\$1,9800	R\$5.940,0000
17	Azitromicina 500 mg. (sifab)	Compr	PRATI DONADUZZI	30.000,00000	R\$0,2900	R\$8.700,0000
28	Cetoconazol 200mg.	Compr	PRATI DONADUZZI	20.000,00000	R\$0,0880	R\$1.760,0000
31	Ciprofloxacino 500mg. cpr	Compr	PRATI DONADUZZI	45.000,00000	R\$0,1199	R\$5.395,5000
33	Clotrimazol creme 20 gr.	Tbo.	PRATI DONADUZZI	1.200,00000	R\$2,0000	R\$2.400,0000
39	Dipirona 500 mg. (sifab)	Compr	PRATI DONADUZZI	300.000,00000	R\$0,0497	R\$14.910,0000
58	Ibuprofeno 600 mg cp	Compr	PRATI DONADUZZI	300.000,00000	R\$0,0650	R\$19.500,0000
65	Loratadina 1mg/ml xarope (sifab)	FR	PRATI DONADUZZI	1.000,00000	R\$1,2800	R\$1.280,0000
68	Metformina 500 mg. (SIFAB)	Compr	PRATI DONADUZZI	600.000,00000	R\$0,0419	R\$25.140,0000
69	Metformina 850 mg. SIFAB/HD	Compr	PRATI DONADUZZI	1.000.000,00000	R\$0,0443	R\$44.300,0000
75	Metronidazol 250 mg	Compr	PRATI DONADUZZI	45.000,00000	R\$0,0539	R\$2.425,5000
77	Metronidazol 40 mg/ml 100ml	FR	PRATI DONADUZZI	500,00000	R\$1,3200	R\$660,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 1966480 - PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
78	Miconazol creme vaginal	Tbo.	PRATI DONADUZZI	3.000,00000	R\$3,1900	R\$9.570,0000
82	Nistatina 100.000 UI susp. 50ml. sifab	FR	PRATI DONADUZZI	1.000,00000	R\$1,1000	R\$1.100,0000
87	Omeprazol 20 mg. (sifab)	Compr	PRATI DONADUZZI	2.000.000,00000	R\$0,0380	R\$76.000,0000
90	Paracetamol 500mg. (sifab)	Compr	PRATI DONADUZZI	650.000,00000	R\$0,0350	R\$22.750,0000
93	Prednisolona 3mg/ml sol oral	U	PRATI DONADUZZI	6.000,00000	R\$2,1800	R\$13.080,0000
94	prednisona 5mg - comprimidos	Compr	PRATI DONADUZZI	80.000,00000	R\$0,0500	R\$4.000,0000
95	Prednisona 20MG	Compr	PRATI DONADUZZI	80.000,00000	R\$0,0800	R\$6.400,0000
102	salbutamol 2mg/5ml fco 100ml	FR	PRATI DONADUZZI	10.000,00000	R\$0,7900	R\$7.900,0000
105	Sulfametoxazol + trimetropina comprimido - 400 + 80 mg	Compr	PRATI DONADUZZI	24.000,00000	R\$0,0560	R\$1.344,0000
106	Sulfametoxazol + trimetropina 800mg + 160mg.	Compr	PRATI DONADUZZI	20.000,00000	R\$0,1390	R\$2.780,0000
107	Sulfato Ferroso 40 mg. em cartela	Compr	PRATI DONADUZZI	250.000,00000	R\$0,0289	R\$7.225,0000
Total do Fornecedor:						R\$320.238,4500

**Fornecedor: 2776456 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
21	Benzilpenicilina G Benz 1.200.000 amp (sifab)	Amp.	TEUTO	1.000,00000	R\$0,6380	R\$638,0000
40	Dipirona 500 mg/ml Sol. Oral 10 ml.	FR	FARMACE	8.000,00000	R\$0,4650	R\$3.720,0000
41	Dipirona ampola	FR	TEUTO	700,00000	R\$0,5600	R\$392,0000
49	estrogenos conjugados 0,625mg creme vaginal (sifab)	U	Wyeth	1.600,00000	R\$27,9700	R\$44.752,0000
73	metoclopramida 5mg/ml ampola 2ml	Amp.	ISOFARMA	2.400,00000	R\$0,1950	R\$468,0000
88	Ondansetrona 8 mg	Compr	CRISTALIA	6.000,00000	R\$2,9500	R\$17.700,0000
115	Bromazepam 6 MG	Compr	TEUTO	1.000.000,00000	R\$0,0550	R\$55.000,0000
119	Cipionato de Testosterona Sol.Inj. 100mg/ml	U	GERMED	100,00000	R\$17,3600	R\$1.736,0000
120	C L O N A Z E P A M 2,5MG 20ML GTS	FR	HIPOLABOR	500,00000	R\$1,5700	R\$785,0000
125	Clorpromazina 4% gotas 20 ml.	Tbo.	CRISTALIA	100,00000	R\$4,8800	R\$488,0000
126	CODEINA 30MG COMP	Compr	CRISTALIA	50.000,00000	R\$0,8770	R\$43.850,0000
136	Haloperidol 5 mg cp	Compr	UNIAO QUIMICA	100.000,00000	R\$0,0710	R\$7.100,0000
138	Haloperidol 5mg/ml 1ml. inj.	Amp.	TEUTO	100,00000	R\$0,4000	R\$40,0000
148	Agua destilada de 10ml	Amp.	SAMTEC	1.500,00000	R\$0,1040	R\$156,0000
150	CLORIDRATO DE AMIODARONA 150MG/ML AMP 3 ML IV	U	HIPOLABOR	100,00000	R\$1,9900	R\$199,0000
154	BUTILBROMETO DE ESCOP. + DIPIRONA SOD. 6,7MG FRASCO 20 ML	FR	PRATI	15,00000	R\$2,2500	R\$33,7500
156	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML AMP 2 ML	Amp.	UNIAO QUIMICA	100,00000	R\$1,5000	R\$150,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 2776456 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
158	Cloreto de Sódio 0,9% 10ml Injetável	Amp.	FARMACE	1.000,00000	R\$0,1350	R\$135,0000
160	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML AMP 3 ML	Amp.	FARMACE	500,00000	R\$0,7600	R\$380,0000
161	Dipirona sodica 500mg/ml inj. 2ml.	Amp.	TEUTO	1.000,00000	R\$0,5800	R\$580,0000
164	Furosemida 10mg/ml ampola	Amp.	TEUTO	500,00000	R\$0,3800	R\$190,0000
166	Glicose 50% 10ml. inj.	Amp.	FARMACE	1.000,00000	R\$0,1350	R\$135,0000
167	Succinato sodio de hidrocortizona 500 mg. inj.	U	TEUTO	500,00000	R\$5,9800	R\$2.990,0000
169	Cloridrato de metoclopramida 10mg. inj. 2ml.	U	ISOFARMA	1.000,00000	R\$0,1960	R\$196,0000

Total do Fornecedor: R\$181.813,7500

**Fornecedor: 2776480 - GESSER MEDICAL LTDA. EPP.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
12	Amoxicilina + Acido Clavulanico 500/125mg cp	Compr	E.M.S	40.000,00000	R\$0,5490	R\$21.960,0000
32	clopidogrel 75mg (ref. plavix)	Compr	E.M.S	120.000,00000	R\$0,2500	R\$30.000,0000
46	Espironolactona 25 mg.	Compr	E.M.S	200.000,00000	R\$0,0920	R\$18.400,0000
144	Sertralina 50 mg	Compr	E.M.S	1.500.000,00000	R\$0,0969	R\$145.350,0000
163	DENIDRINATO 3 MG/ML + PIRIDOXINA 5 MG/ML + GLICOSE 100 MG + FRUTOSE 100 MG	Amp.	TAKEDA	500,00000	R\$5,0000	R\$2.500,0000

Total do Fornecedor: R\$218.210,0000

**Fornecedor: 2776510 - INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
117	Carbamezapina 2% mg. 100 ml.	FR	MEDLEY	1.000,00000	R\$6,0800	R\$6.080,0000
140	Nortriptilina 25mg	Compr	EUROFARMA	20.000,00000	R\$0,2444	R\$4.888,0000

Total do Fornecedor: R\$10.968,0000

**Fornecedor: 2776537 - PRODIET FARMACEUTICA S.A.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
80	Neomicina + Bacitracina 10 gr. Pomada	Tbo.	MULTILAB	5.000,00000	R\$0,7290	R\$3.645,0000
109	varfarina sodica 5 mg. (marevan).	Compr	Farmoquimica	80.000,00000	R\$0,0700	R\$5.600,0000

Total do Fornecedor: R\$9.245,0000

**Fornecedor: 2776545 - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MED E PROD HOSPITALARES**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
79	Mononitrato de isossorbida 40 mg	Compr	Zydus	45.000,00000	R\$0,1106	R\$4.977,0000

Total do Fornecedor: R\$4.977,0000

Total Geral dos Itens: R\$2.027.933,9000

Rio do Sul, 19 de novembro de 2013.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 43/2013 FMS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2013

Data do registro 01/11/2013

Válido até: 12 meses

**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de medicamentos para o Programa de Atenção ao Idoso e para a Atenção Básica da Secretaria de Saúde.

Fornecedor: 278432 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA. EPP.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	Carbonato de Calcio 600mg + vitamina D em cartela (ref. fixacal)	Compr	VITAMED	950.000,00000	R\$0,0588	R\$55.860,0000
Total do Fornecedor:						R\$55.860,0000
Fornecedor: 357600 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LT.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
32	glimepirida 2mg (ref. bioglic)	Compr	NEO QUIMICA	32.000,00000	R\$0,0599	R\$1.916,8000
49	sinvastatina 20mg. fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	SANDOZ	1.500.000,00000	R\$0,0490	R\$73.500,0000
50	Sinvastatina 40 mg fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	SANDOZ	800.000,00000	R\$0,0890	R\$71.200,0000
Total do Fornecedor:						R\$146.616,8000
Fornecedor: 359084 - ANB FARMA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
28	Formoterol + Budesonida 12/400 Mcg - Aerossol	U	FORASEG / NOVARTIS	270.000,00000	R\$0,9000	R\$243.000,0000
34	hidralazina 50mg (ref. apressolina)	Compr	APRESOLINA / NOVARTIS	60.000,00000	R\$0,2300	R\$13.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$256.800,0000
Fornecedor: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	carvedilol 12,5mg (ref. divelol)	Compr	TORRENT	500.000,00000	R\$0,0840	R\$42.000,0000
11	carvedilol 25mg (ref. divelol) fornecido em cartela com 15 comprimidos	Compr	TORRENT	180.000,00000	R\$0,1110	R\$19.980,0000
12	carvedilol 3,125mg (ref. divelol)	Compr	TORRENT	140.000,00000	R\$0,0680	R\$9.520,0000
13	carvedilol 6,25mg (ref. divelol) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	TORRENT	500.000,00000	R\$0,0680	R\$34.000,0000
47	ramipril 2,5mg (naprix)	Compr	TORRENT	5.000,00000	R\$0,3400	R\$1.700,0000
48	ramipril 5mg (ref. naprix)	Compr	TORRENT	10.000,00000	R\$0,4202	R\$4.202,0000
64	Rosuvastatina 20mg	U	TORRENT	1.000,00000	R\$0,9500	R\$950,0000
65	Montelucaste sodio 10mg	Compr	Zydus	1.000,00000	R\$0,8400	R\$840,0000
66	Citalopram 20 mg	Compr	TORRENT	1.000,00000	R\$0,1513	R\$151,3000
Total do Fornecedor:						R\$113.343,3000
Fornecedor: 362930 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	alendronato de sodio 70mg (ref. osteoform)	Compr	DELTA	45.000,00000	R\$0,3600	R\$16.200,0000
5	atorvastatina 10mg (ref. citalor) fornecido em cartelas com 10 ou 15 cp	Compr	EMS SIGMA	35.000,00000	R\$0,4090	R\$14.315,0000
Total do Fornecedor:						R\$30.515,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 370053 - CENTERMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
19	colchicina 0,5mg fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	MULTILAB	12.000,00000	R\$0,1400	R\$1.680,0000

Total do Fornecedor: R\$1.680,0000

**Fornecedor: 405841 - LICIMED DIS.MED. CORR. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
14	Cilostazol 100 mg cartela com 10 ou 15 cp	Compr	VASATIV 100MG/ EUROFARMA	160.000,00000	R\$0,3020	R\$48.320,0000
25	finasterida 5mg (ref. finalop) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	FINASTERIDA 5MG/ EUROFARMA	150.000,00000	R\$0,1450	R\$21.750,0000
31	Glicosamina + condroitina 1,5/1,2g - sachê	Env.	CONDROFLEX 1,5+1,2/ ZODIAC	50.000,00000	R\$3,0500	R\$152.500,0000
33	glipepirida 4mg (ref. bioglic) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	BETES 4MG/ EUROFARMA	30.000,00000	R\$0,1040	R\$3.120,0000
42	METOTREXATO 2,5 MG COMP	U	TECNOMET 2,5MG/ ZODIAC	15.000,00000	R\$0,6360	R\$9.540,0000
69	Olanzapina 10mg	Compr	ZAP 10MG/ EUROFARMA	1.500,00000	R\$0,7500	R\$1.125,0000

Total do Fornecedor: R\$236.355,0000

**Fornecedor: 405990 - MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARM; LTDA.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
26	flunarizina 10mg	Compr	VITAPAN	25.000,00000	R\$0,0390	R\$975,0000

Total do Fornecedor: R\$975,0000

**Fornecedor: 406007 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
43	mononitrato de isossorbida 20mg fornecido em cartela com 10 ou 15 comprimidos	Compr	Zydus	450.000,00000	R\$0,0749	R\$33.705,0000

Total do Fornecedor: R\$33.705,0000

**Fornecedor: 429864 - HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
45	pilocarpina 2% col fco 10ml	FR	ALLERGAN	50,00000	R\$12,6802	R\$634,0100
57	Trisorb 15ml (Dextrana + Hipromelose + Glicerol) col	FR	ALCON	150,00000	R\$12,2400	R\$1.836,0000

Total do Fornecedor: R\$2.470,0100

**Fornecedor: 433420 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	brimonidina 0,2% colírio	FR	NEO Q/ HYP/ BRAIN	600,00000	R\$9,5000	R\$5.700,0000
8	brinzolamida colírio	FR	ALCON	300,00000	R\$36,2800	R\$10.884,0000
20	cumarina + troxerrutina 15/90mg (ref. Venalot)	Compr	CIFARMA	120.000,00000	R\$0,1433	R\$17.196,0000
21	diosmina + hesperidina 450/50mg fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	NEO Q/ HYP/ BRAIN	240.000,00000	R\$0,2090	R\$50.160,0000

Total do Fornecedor: R\$83.940,0000

**Fornecedor: 436755 - 1000 MEDIC DISTR. IMP EXP DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	acido acetil salicílico - 100mg - tamponada	Compr	EMS	720.000,00000	R\$0,0890	R\$64.080,0000





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 436755 - 1000 MEDIC DISTR. IMP EXP DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
53	Tiamazol 10mg	Compr	BIOLAB	30.000,00000	R\$0,3119	R\$9.357,0000
Total do Fornecedor:						R\$73.437,0000

**Fornecedor: 443450 - WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
67	Insulina glargina 10ml	FR	Sanofi-Aventis	500,00000	R\$243,9600	R\$121.980,0000
Total do Fornecedor:						R\$121.980,0000

**Fornecedor: 452220 - TRIADE FARMACEUTICA LTDA - EPP**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
38	Metildopa 500 mg.	Compr	LABORIS	68.000,00000	R\$0,1559	R\$10.601,2000
Total do Fornecedor:						R\$10.601,2000

**Fornecedor: 561983 - NUNESFARMA DISTR DE PROD FARMAC LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
23	ezetimibe 10mg (ref. ezetrol)	Compr	BAYER	35.000,00000	R\$2,9300	R\$102.550,0000
27	formoterol 12mcg (ref. flur) fornecido em cartelas com 10 comprimidos	Compr	BIOSINTETICA	90.000,00000	R\$0,4000	R\$36.000,0000
30	Glicosamina Condroitina 500/400mg frasco c/ 30 caps	Compr	ACHE	680.000,00000	R\$0,9000	R\$612.000,0000
35	levodopa benzerazida 200/50mg	Compr	ACHE	30.000,00000	R\$1,2800	R\$38.400,0000
44	oxibutina 5mg (ref. retemic)	Compr	APSEN	420.000,00000	R\$0,4699	R\$197.358,0000
63	Ranibizumabe	U	Novartis	24,00000	R\$2.889,3800	R\$69.345,1200
Total do Fornecedor:						R\$1.055.653,1200

**Fornecedor: 1966480 - PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Alopurinol 100mg cp (ref. zylocio), fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	prati, donaduzzi	100.000,00000	R\$0,0347	R\$3.470,0000
4	Alopurinol 300 mg cp (ref. zyloric) fornecido em cartela com 10 ou 15 comprimidos	Compr	prati, donaduzzi	45.000,00000	R\$0,1125	R\$5.062,5000
37	losartan potassico 50mg (ref. aradois) fornecido em cartela com 10 ou 15 comprimidos	Compr	prati, donaduzzi	970.000,00000	R\$0,0485	R\$47.045,0000
Total do Fornecedor:						R\$55.577,5000

**Fornecedor: 2776456 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
22	doxazosina 2mg (ref. unoprost)	Compr	EMS	350.000,00000	R\$0,0598	R\$20.930,0000
46	propafenona 300mg (ref. ritmonorm)	Compr	Abbott	25.000,00000	R\$2,0450	R\$51.125,0000
59	valsartan 80mg (ref. diovan) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	EMS	40.000,00000	R\$0,2320	R\$9.280,0000
Total do Fornecedor:						R\$81.335,0000

**Fornecedor: 2776480 - GESSER MEDICAL LTDA. EPP.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
62	Enoxaparina 60mg ampola	Amp.	BLAU	500,00000	R\$12,0500	R\$6.025,0000
Total do Fornecedor:						R\$6.025,0000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 2776510 - INOVAMED COM DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
52	telmisartan 80mg (ref. micardis)	Compr	RANBAXY	1.000,00000	R\$1,2469	R\$1.246,9000
58	valsartan 160mg (ref. diovan) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	GERMED	80.000,00000	R\$0,3001	R\$24.008,0000

Total do Fornecedor: R\$25.254,9000

**Fornecedor: 2776537 - PRODIET FARMACEUTICA S.A.**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
60	Rituximab 500mg (mabthera)	Amp.	ROCHE	50,00000	R\$4.140,3091	R\$207.015,4550
61	Rituximabe 100 mg (10 ml) - mabthera	FR	ROCHE	50,00000	R\$1.062,1350	R\$53.106,7500

Total do Fornecedor: R\$260.122,2050

**Fornecedor: 2776545 - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MED E PROD HOSPITALARES**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	bimatoprost colirio 3ml (ref. lumigan)	FR	GERMED	1.500,00000	R\$22,4100	R\$33.615,0000

Total do Fornecedor: R\$33.615,0000

**Fornecedor: 2776553 - DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELE - ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
39	Metoprolol 100mg cp (ref. Selozok)	Compr	MULTILAB	11.000,00000	R\$0,2700	R\$2.970,0000

Total do Fornecedor: R\$2.970,0000

**Fornecedor: 2776570 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	clortalidona 12,5mg (ref. higraton) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	EMS	34.000,00000	R\$0,0770	R\$2.618,0000
18	clortalidona 25mg (ref. higraton) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	VITAPAN	35.000,00000	R\$0,0565	R\$1.977,5000
29	ginko biloba 80mg fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	CIMED	350.000,00000	R\$0,1330	R\$46.550,0000
55	tibolona 2,5mg (ref. livolon)	Compr	MABRA	3.000,00000	R\$0,3150	R\$945,0000

Total do Fornecedor: R\$52.090,5000

**Fornecedor: 2776596 - EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (GOIANIA)**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
16	clonidina 0,200mg (ref. atensina) fornecido em cartelas com 10 ou 15 comprimidos	Compr	ATENSINA	60.000,00000	R\$0,2000	R\$12.000,0000
24	fenoterol + ipratropio (duovent) spray 15ml	FR	DUOVENT	1.600,00000	R\$9,2600	R\$14.816,0000

Total do Fornecedor: R\$26.816,0000

**Fornecedor: 2776600 - GRAMS & GRAMS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Cilostazol 50 mg cartela com 10 ou 15 cp	Compr	EUROFARMA	115.000,00000	R\$0,1800	R\$20.700,0000
36	latanoprost col 2,5ml (ref. xalatan)	FR	EMS	50,00000	R\$28,0000	R\$1.400,0000
40	metoprolol 25mg cp, fornecido em cartela com 10 ou 15 comprimidos	Compr	Astrazeneca	10.000,00000	R\$0,5400	R\$5.400,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

RUA TUIUTI - 154 | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000

Fone: (47) 3531-1437 | CNPJ: 10.469.199/0001-55

e-mail: sau.contabilidade@riodosul.sc.gov.br

**Fornecedor: 2776600 - GRAMS & GRAMS LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
41	Metoprolol 50mg cp, fornecido em cartela com 10 ou 15 cp	Compr	Astrazeneca	45.000,00000	R\$1,0000	R\$45.000,0000
51	tansulosina 0,4mg - omnic	Compr	MEDLEY	7.000,00000	R\$1,4000	R\$9.800,0000
54	Tiamazol 5mg (ref. topazol)	Compr	BIOLAB	30.000,00000	R\$0,1640	R\$4.920,0000
56	Ticlodipina 250 mg.	Compr	EMS	20.000,00000	R\$0,2000	R\$4.000,0000
68	Insulina Lispro 10ml	FR	LILLY	500,00000	R\$90,0000	R\$45.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$136.220,0000
Total Geral dos Itens:						R\$2.903.957,5350

Rio do Sul, 1 de novembro de 2013.

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato Carta Convite Nº 01/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC  
CARTA CONVITE Nº 01/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2013

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através da Comissão Especial Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 689, de 17 de janeiro de 2013, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade CARTA CONVITE, no dia 16/12/2013, às 09h00min, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, 2º andar - Bairro Centro, Rio do Sul - SC, visando aquisição de 01 (um) Veículo Zero Quilometro, Cor Branca, Capacidade para 07 lugares, com no mínimo as seguintes características: Motor 1.8, Bicombustível (gasolina e álcool), Airbag duplo, Freios ABS, Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Trava Elétrica nas 04 portas, Vidro Elétrico nas portas dianteiras, Limpador e Desembaçador traseiro, Ano de Fabricação 2013 - Modelo 2014, para atender ao poder legislativo de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07h30min às 12h00min na Câmara Municipal de Rio do Sul, no endereço acima, pelo site: ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2013.  
ROBERTO ANDRADE BASTOS  
Presidente da Comissão

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA  
Presidente

**Salto Veloso****PREFEITURA****Lei Nº 1.499**

LEI Nº 1499/2013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:  
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 287.500,00 (Duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.005 - MNT.ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS N E FINANCEIRAS  
Categoria Econômica: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 100.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.046 - MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 20.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO  
Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 102.500,00  
Fonte: 01.01.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 3.024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO  
Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 65.000,00  
Fonte: 01.19.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.025 - MNT. ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL  
Categoria Econômica: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 01.18.00000  
Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.028 - MNT. DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Categoria Econômica: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 35.000,00  
Fonte: 01.18.00000  
Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.044 - MNT. DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
Categoria Econômica: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 172.500,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS  
Categoria Econômica: 2 ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 50.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 06 de dezembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.500**

LEI Nº 1.500/2013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO ATUARIAL DO IPRESVEL, NA FORMA DE APOORTE FINANCEIRO.

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Salto

Veloso, autorizado a realizar financiamento do Resultado Atuarial apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2012, na forma de aporte financeiro mensal ao Regime Próprio de Previdência Social, administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL.

Art. 2º O Plano de Amortização disposto nesta Lei visa garantir o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL e as normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social para os RPPS.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Avaliação Atuarial: estudo técnico desenvolvido por atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário;

II - Atuário: profissional técnico com formação acadêmica em ciências atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão;

III - Resultado Atuarial: obtido pela diferença entre o Ativo Real Líquido, que representa os recursos garantidores do plano de benefícios, e a Provisão Matemática, que se refere ao montante atualmente necessário para fazer jus aos benefícios futuros cobertos pelo Plano;

IV - Provisão matemática: montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras;

V - Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro; e

VI - Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo.

Art. 4º O valor total do Resultado Atuarial apurado em 31/12/2012 é de R\$ 601.384,14 (seiscentos e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos).

Art. 5º A amortização do resultado atuarial definido no artigo anterior será realizada adotando-se o parcelamento por meio do Sistema Francês de Amortização - PRICE, em 420 (quatrocentos e vinte) aportes mensais, atualizados monetariamente pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

§ 1º - A taxa de juros utilizada no financiamento para apuração das parcelas devidas será de 6% ao ano ou a sua equivalente mensal.

§ 2º - A taxa de juros citada no parágrafo anterior e o índice definido no caput devem ser aplicados no período de diferimento entre a data da apuração do resultado atuarial em 31/12/2012 até o mês do pagamento da primeira parcela do aporte mensal.

§ 3º - A partir da definição do valor mensal da parcela, os aportes serão corrigidos mensalmente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Art. 6º As parcelas de amortização e encargos monetários serão apurados no último dia de cada mês, com vencimento até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, sem encargos adicionais,

iniciando a primeira parcela no mês de aprovação desta lei.

Art. 7º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal serão cobrados juros pro-rata dia, correspondente a 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 8º Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPRESVEL.

Art. 9º Se os critérios do financiamento previstos nesta Lei resultarem em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do IPRESVEL, estes deverão ser objeto de repactuação com base em Parecer Atuarial.

Art. 10 Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo, seguindo as orientações estabelecidas na Avaliação Atuarial e respectivo Parecer.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 06 de dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Decreto Nº288

DECRETO Nº 288/2013

ALTERA A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2013 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Doblo Placa MGG-4779

Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico:  
Sem lotação de veículos.

Secretaria Municipal de Educação:

Ônibus Placa LHX-0366

Ônibus Placa LBE-9266

Ônibus Placa LCC-3142

Ônibus Placa MHJ-3781

Micro Ônibus MGC-5389



Micro Ônibus MKW 6886  
Kombi Placa MCN-2580  
Kombi Placa LZQ-9676  
Fiorino Placa AIU-2301

Secretaria Municipal de Saúde Pública:  
Palio Weekend MJM 8733  
Ducato Placa MGC-0247  
Ambulância Placa MHM-0646  
Sanderó Placa MHX-6135  
Fiat Doblo MJZ-3892  
Fiat Uno MLF-1217

Secretaria Municipal de Infraestrutura:  
Caminhão Placa LYT-1023  
Logan Placa MHK-8759  
Caminhão Placa MBI-3024  
Motoniveladora  
Motoniveladora New Holland RG140B  
Logan Placa MIR-2067  
Pá Carregadeira  
Trator de Pneu John Deer nº 01  
Caminhão MGK-3928  
Caminhão MGK-3988  
Caminhão Truck ATE-2422

Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Gol Placa HSA-4843

Secretaria Municipal de Agricultura:  
Uno Placa MGB-1114  
Gol Placa DEE-6726  
Moto Placa MDC-5595  
Trator de Pneu TL 75 E (com concha) nº 02  
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605 nº 03  
Trator de Pneu TL 75 E nº 04  
Trator de Pneu TL 65 E nº 05  
Trator de Pneu John Deer nº 06  
Escavadeira Hidráulica Doosan  
Motoniveladora Cat Caterpillar  
Retroescavadeira Randon RD-406(1)  
Retroescavadeira Randon RD-406(2)  
Retroescavadeira Caterpillar

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 241/2013

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 29 de Novembro de 2013.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI  
Secretário de Gestão e Des. Econômico  
Matricula nº 1157/6

### Edital 921

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 921/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE VEICULO PASSEIO NOVO MOTOR 1.4 8V FLEX (GASOLINA E ETANOL) NA COR VERMELHA, 5 PORTAS, COM AR CONDICIONADO, VIDROS

ELETRICOS, PARABRISA DEGRADADO, PORTA MALAS ILUMINADO, RODA LIGA LEVE R15, FREIO ABS, AIRBAG DUPLO, TRAVAS ELÉTRICAS, FAROIS DE NEBLINA, COMPUTADOR DE BORDO, ALERTA LIMITE VELOCIDADE, CONTA GIRO, CINTO SEGURANÇA 3 PONTOS, ENCOSTO CABEÇA NOS BANCOS COM REGULAGEM PARA O CRAS -(CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL).. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 20/12/13, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:05 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 05/12/13.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal.

### Edital 922

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 922/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO NOVO, FABRICAÇÃO NACIONAL, COR VERMELHA, 04 CILINDROS, MOTOR MINIMO 1.4, POTÊNCIA MINIMA DE 085 CV, COMBUSTIVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA). CAPACIDADE DE NO MINIMO 4 PASSAGEIROS, ANO: 2013, MODELO: 2014, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRAULICA, AIR-BAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO), FREIOS ABS, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, BRAK-LITE, FAROIS DE NEBLINA, CALOTAS, RADIO USB COM MP3, CAPACIDADE MINIMA DE 680 LITROS, PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA., CONFORME CONVENIO Nº3703/2013.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 16:00 horas do dia 20/12/13, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:01 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 05/12/13.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

### Decreto Nº 380/2013

DECRETO Nº 0380, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS. FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$

40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos - IPRESBS e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

(11) 3.3.90.39.00.00.00.00.0203 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0203 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 381/2013

DECRETO Nº 0381, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente do SAMAE, e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(9) 3.3.90.14.00.00.00.00.0200 - Diárias - Civil

R\$ 2.500,00

(17) 3.3.90.46.00.00.00.00.0200 - Auxílio-Alimentação

R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(4) 3.1.90.13.00.00.00.00.0200 - Obrigações Patronais

R\$ 2.500,00

(18) 3.3.90.47.00.00.00.00.0200 - Obrig. Tributária e Contributivas R\$ 1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 382/2013

DECRETO Nº 0382, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 120.000,00

(12) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

(2) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais

R\$ 10.000,00

(3) 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 1.500,00

(5) 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil

R\$ 3.000,00

(6) 3.3.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis

R\$ 4.900,00

(7) 3.3.90.18.00.00.00.00.0100 - Aux. Financ. Estudantes

R\$ 1.900,00

(8) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo

R\$ 3.000,00

(9) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção

R\$ 10.000,00

(10) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 13.000,00

(11) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 38.000,00

(14) 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tribut. Contributivas R\$ 9.500,00

(16) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações

R\$ 29.200,00

(17) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 383/2013**

DECRETO Nº 0383, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

(60) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100- Outros Serv. Terc. - PJ

R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

(62) 3.3.90.91.00.00.00.00.0100- Sentenças Judiciais

R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3905/2013**

PORTARIA Nº 3905, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 013/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

ELVIS WIGANDO BAUM - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

EDRIANGELA MARTINS WIGGERS GALKOWSKI - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

SANDRA PETERS - Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Anulação Edital de Pregão Nº 75/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

**ANULAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2013**

O Município de São Bento do Sul, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, ANULAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2013 destinado a: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E/OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS - MAIOR DESCONTO POR PARTE DO FORNECEDOR SOBRE O CATÁLOGO DO FABRICANTE, PARA OS VEÍCULOS E MOTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO, vem através deste comunicar que, devido à questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes anula-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2013.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**Aviso de Dispensa de Licitação Nº 219/2013**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2013

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino do município de São Bento do Sul, pelo período de 06 (seis) semanas conforme calendário da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luis Brunetto - Cooperdotchi.

VALOR: R\$ 101.151,29

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 359/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 359/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 20 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PREGÃO COM REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PEQUENOS REPAROS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS E SEMED, MATERIAIS ELÉTRICOS, PINTURA, CONSTRUÇÃO GERAL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de

Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

#### **Aviso de Licitação - Pregão Nº 361/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 361/2013

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 20 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE ELETRICISTA PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

#### **Aviso de Licitação - Pregão Nº 88/2013 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA O CENTRO DE ZOONOSES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DESCRITIVO QUANTITATIVO E QUALITATIVO EM ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2013.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

#### **Justificativa Dispensa de Licitação Nº 219/2013**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com Dispensa de licitação.

I - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) SEMANAS, CONFORME CALENDÁRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

II - Contratado: COOPERATIVA REG. IND. COM.DOLCIMAR LUIS BRUNETTO - Cooperdotchi

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação para o fornecimento das mercadorias se funda no inciso IV do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e se justifica diante do fato da necessidade do cumprimento do cardápio da alimentação escolar - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e CAFI's - totalizando mais de 21.000 refeições diárias. O município de São Bento do Sul fornece alimentação à: 18 CEIM's - Centro de Educação Infantil, 6 PEM's - Pré Escola Municipal, 25 EBM's - Escola Básica Municipal, 1 EMEJA - Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, 3 CAFI's - Centro de Apoio e Formação Infanto e a APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional. A publicação da nova resolução nº 26 do Programa de Alimentação Escolar, conforme o Art. 26, § 1, exige que os editais das chamadas públicas deverão permanecer abertos para o recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias. Diante do exposto, justifica-se a dispensa pelo período de 06 (seis) semanas afim de que possamos imediatamente efetuar a compra dos gêneros supracitados, agindo assim com a cautela e precaução necessária, por tratar-se das refeições diárias de aproximadamente 10.500 alunos matriculados na rede municipal de ensino.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada, Cooperativa Reg. Ind. Com. Dolcimar Luis Brunetto - Cooperdotchi foi a única a apresentar os preços nas quantidades requisitadas, bem como sua qualidade e entregas em todas as unidades escolares, conforme calendário da Secretaria de Educação.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 101.151,29 para o número de refeições a serem servidas para os alunos é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

#### **Extrato de Contrato Nº 296/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para implantação de atividades do projeto de Trabalho Social - Programa Minha Casa Minha Vida - Loteamento Alpestre I e II, conforme convênio padrão - TTS - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Recursos FAR, conforme Tomada de Preços 200/2013, constante do lote 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

DO VALOR: R\$ 166.502,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2013.



ASS: RITA MARIA DUMS, como Secretário de Assistência Social do Município.  
CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 297/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para implantação de atividades do projeto de Trabalho Social - Programa Minha Casa Minha Vida - Loteamento Alpestre I e II, conforme convênio padrão - TTS - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Recursos FAR, conforme Tomada de Preços 200/2013, constante do lote 01 e 03.

DO VALOR: R\$ 24.200,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, como Secretário de Assistência Social do Município.

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 298/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa M MÓBILE EIRELI.

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para implantação de atividades do projeto de Trabalho Social - Programa Minha Casa Minha Vida - Loteamento Alpestre I e II, conforme convênio padrão - TTS - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Recursos FAR, conforme Tomada de Preços 200/2013, constante do lote 16.

DO VALOR: R\$ 2.882,16 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, como Secretário de Assistência Social do Município.

M MÓBILE EIRELI, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 353/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para serviços de software de Operação e Gestão da Política de Assistência Social sendo licença de uso, período de novembro a março/14, conforme descrição e exigências anexa, conforme Pregão Presencial nº 286/2013

DO VALOR: R\$ 15.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretária de Assistência Social do

Município.

PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, como Locadora.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 304/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 304/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Cargas de nº 080/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA, em 25 de fevereiro de 2013, conforme Convite nº 60/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 080/2013, que consiste no fornecimento de cargas de gás P-13 para preparo da alimentação escolar nas unidades escolares de ensino;

Considerando que a quantidade de cargas de gás P-13 é insuficiente até o término da vigência do Contrato nº 080/2013 em 31 de dezembro de 2013, faz-se necessário aditar o valor no referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 5.089,50 (cinco mil, oitenta e nove reais e cinquenta centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 28 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretária de Educação do Município.

MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 313/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 313/2013

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público e Prestação de Serviços com Fornecimento de Materiais de nº 275/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 08 de SETEMBRO de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 245/2011.

Considerando o objeto de Contrato nº 275/2011, que consiste na escolha de permissionária para utilização de espaço público, vinculada a prestação de serviços e entrega de material de fotocópias, encadernações, plotagem, impressão a laser e cópia de segurança em CD Room, conforme projeto básico anexo ao Edital nº 245/2011;

Considerando o término de Contrato nº 275/2011 no dia 30 de setembro de 2013, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de outubro de 2013 e com término em 28 de fevereiro de 2014.

Permanece o valor do Contrato para o período prorrogado em R\$ 50.470,55 (cinquenta mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos) para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de setembro de 2011, Termo Aditivo nº 259/2012 de 19 de julho de 2012, Termo Aditivo nº 281/2012 de 01 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 319/2012 de 03 de setembro de 2012, Termo Aditivo nº 349/2012 de 01 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 073/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo nº 161/2013 de 22 de maio de 2013, permanecem inalteradas.



São Bento do Sul, 27 de setembro de 2013.  
Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.  
WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

## IPRESBS

### Portaria IPRESBS Nº 439/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 439/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 29/11/2013 a 30/04/2014, concedido a servidora ANA MARCIA MOROSCKO ROHRBACHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 006/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2013

São Bento do Sul, 05/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### Portaria IPRESBS Nº 440/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 440/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/12/2013 a 16/01/2014, à servidora ANGELA ALEXANDRINA STIPP DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/11/2013 a 02/12/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2013.

São Bento do Sul, 05/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### Portaria IPRESBS Nº 441/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 441/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116

e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/11/2013 a 03/01/2014, à servidora MARIA CLARICE KOZORIZ KUBICHEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/11/2013 a 20/11/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/11/2013.

São Bento do Sul, 05/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### Portaria IPRESBS Nº 442/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 442/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/12/2013 a 31/12/2013, à servidora DANIELE MARIA WEDDERHOFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/11/2013 a 02/12/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2013.

São Bento do Sul, 05/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### Portaria IPRESBS Nº 443/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 443/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 29/11/2013 a 31/12/2013, concedido ao servidor VALENTIM RAFAEL WOLFF CELESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Fundação Cultural, através da Portaria IPRESBS nº. 346/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2013

São Bento do Sul, 05/12/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 444/2013**  
PORTARIA IPRESBS Nº. 444/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 01/12/2013 a 28/02/2014, concedido a servidora ANIZIA TARACHUK VILMIZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 077/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2013

São Bento do Sul, 05/12/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 445/2013**  
PORTARIA IPRESBS Nº 445/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/12/2013 a 28/02/2014, à servidora ROSELI SOUZA XAVIER DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/11/2013 a 09/12/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/12/2013.

São Bento do Sul, 05/12/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Retificação Portaria 431/2013**  
RETIFICAÇÃO

Na Portaria 431/2013, de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 26 de novembro de 2013.

Onde se lê:

"Art. 1º. ( ) lotada na Secretaria Municipal de Educação ( )."

Leia-se:

"Art. 1º. ( ) lotada na Secretaria Municipal de Administração ( )."

São Bento do Sul, 06/12/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

---

**SAMAE**

---

**Justificativa de Dispensa de Licitação**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 52/2013

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do Art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, que adquiriu por dispensa de licitação:

Terreno com área de 412,27 m2 (quatrocentos e doze metros e vinte e sete decímetros quadrados) para regularização de espaço cedido a este SAMAE para implantação de uma estação de tratamento de esgoto compacta, localizada no bairro Lençol.

Conforme Autorização de Fornecimento nº 1214/2013.

DO VALOR: R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) total.

FORNECEDOR: IMPLANTEC INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2013.  
OSMAR TELMA  
DIRETOR PRESIDENTE

**Extrato do Contrato Nº 80/2013**

Contrato nº ..:80/2013

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada : LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

Valor :R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) total.

Vigência :Início:02/12/2013 Término:02/12/2014.

Licitação :Tomada de Preços nº 46/2013 - Processo nº 46/2013

Recursos :Dotação: 13 - 2.063 - 3.3.90.35.00.00, do exercício vigente

Objeto : SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA EM JUÍZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

São Bento do Sul, 5 de dezembro de 2013.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**Extrato do Contrato Nº 81/2013**

Contrato nº ..: 81/2013 - 6º T.A. ao Contrato nº 46/2010

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada:TERRAPLANAGEM CHAVES LTDA - ME

Valor: R\$ 6.979,10 (seis mil novecentos e setenta e nove reais e dez centavos) mensais.

Vigência :Início:15/12/2013 Término:15/08/2014

Licitação :Pregão Presencial nº 46/2010

Recursos:Dotação: 39-3.3.90.39.00.00.00.00 (12)

Objeto:LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO, COM CAPACIDADE DE 06m³, INCLUSO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, OPERADOR E DEMAIS DESPESAS.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2013

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

### Extrato do Contrato Nº 82/2013

Contrato nº ...82/2013 - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2012.

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada : NEJE SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA

Valor : R\$20.222,01 (vinte mil duzentos e vinte e dois reais e um centavo) total.

Vigência : Início: 03/12/2013 Término: 03/01/2014.

Licitação : Pregão Presencial nº 57/2012 - Processo nº 57/2012

Recursos: Dotação: 38-3.3.90.37.00.00.00.00 (03), 60-3.3.90.37.00.00.00.00(03)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, VESPERTINA/NOTURNA, NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, DIARIAMENTE NOS POSTOS: - NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA; - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, CENTRO E - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, BAIRRO BRASILIA.

São Bento do Sul, 5 de dezembro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

### Extrato do Contrato Nº 83/2013

Contrato nº ...83/2013

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada : FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. EPP.

Valor : R\$39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) total.

Vigência : Início: 04/12/2013 Término: 04/12/2014.

Licitação : Pregão Presencial nº. 49/2013 - Processo nº 49/2013

Recursos : Dotação: 61-2.065.3.3.90.39.00 do exercício vigente

Objeto : SERVIÇOS DE ANÁLISES DE EFLUENTES DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DOS CORPOS RECEPTORES (RIOS) CONFORME LOCAIS E FREQUÊNCIA INDICADOS POR ESTE SAMAE.

São Bento do Sul, 5 de dezembro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

### Extrato do Contrato Nº 84/2013

Contrato nº ...84/2013

Contratante.: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada : LABORATORIO BECKHAUSER & BARROS LTDA.- EPP.

Valor : R\$7.900,00 (sete mil e novecentos reais) total.

Vigência : Início: 04/12/2013 Término: 04/12/2014.

Licitação : Pregão Presencial nº. 49/2013 - Processo nº 49/2013

Recursos : Dotação: 61-2.065.3.3.90.39.00 do exercício vigente

Objeto : SERVIÇOS DE ANÁLISES DE EFLUENTES DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DOS CORPOS RECEPTORES (RIOS) CONFORME LOCAIS E FREQUÊNCIA INDICADOS POR ESTE SAMAE.

São Bento do Sul, 5 de dezembro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

#### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**São Domingos**

**PREFEITURA**

Anexos da Lei Nº 1729, de 04 de Dezembro de 2013



# **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

## **2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

Página: 1 / 1  
Data:04/12/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2014**

**ANEXOS**

	Páginas
Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Economicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 2 - Receita por Categoria Economica (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	7
Anexo 3 - Natureza da Despesa por Categorias Economicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	2
Anexo 4 - Funcao e Subfuncao de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 5 - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei 4.320/64)	7
Anexo 6 - Programa de Trabalho, Dem. Funcao, Subfuncao, Programas... (Anexo 7 da Lei 4.320/64)	3
Anexo 7 - Demonstrativo da Despesa por Funcao, Subfuncao e Programas... (Anexo 8 da Lei 4.320/64)	3
Anexo 8 - Demonstrativo da despesas por Orgao e Funcao (Anexo 9 da Lei 4.320/64)	20
Anexo 9 - Demonstrativo da Evolucao da Receita (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	2
Anexo 10 - Demonstrativo da Evolucao da Despesa (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	2
Anexo 11 - Relacao da Proposta da Receita	3
Anexo 12 - Relacao da Proposta da Despesa	7
	58



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Data: 04/12/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	22.444.833,33	DESPESAS CORRENTES	18.843.806,33		
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.053.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.723.472,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	36.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	253.833,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.084.334,33		
RECEITA AGROPECUÁRIA	40.000,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.578.500,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	319.500,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.787.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.787.000,00				
		Superavit	814.027,00		
Total	19.657.833,33	Total	19.657.833,33		
Superavit do orçamento corrente	814.027,00				
RECEITAS DE CAPITAL	35.708.001,00	DESPESAS DE CAPITAL	36.507.028,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.898.000,00	INVESTIMENTOS	36.411.028,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.810.001,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	96.000,00		
Deficit	799.027,00				
Total	36.507.028,00	Total	36.507.028,00		
Resumo					
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.787.000,00	-5,03 %	DESPESAS CORRENTES	18.843.806,33	34,04 %
RECEITAS CORRENTES	22.444.833,33	40,54 %	DESPESAS DE CAPITAL	36.507.028,00	65,94 %
RECEITAS DE CAPITAL	35.708.001,00	64,49 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,03 %
Total	55.365.834,33	100,00 %	Total	55.365.834,33	100,00 %

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

Página: 1/7  
Data: 04/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.075.333,33
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.043.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.407.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	567.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	275.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00	IPTU - Ordinário	165.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00	IPTU - 25% Educação	68.750,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00	IPTU - 15% Saúde	41.250,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	120.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	120.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF - Ordinário	72.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF - 25% Educação	30.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF - 15% Saúde	18.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	172.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI - Ordinário	103.200,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI - 25% Educação	43.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI - 15% Saúde	25.800,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	840.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	840.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	840.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00	ISS - Ordinário	504.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00	ISS - 25% Educação	210.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00	ISS - 15% Saúde	126.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		336.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	234.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	86.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	10.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	6.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	132.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	102.000,00		
4.1.1.2.2.29.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	18.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	52.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	32.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		300.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	300.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		185.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		185.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		242.833,33	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		242.833,33	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	242.833,33		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	22.833,33		
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	1.333,33		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	500,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	16.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	220.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	220.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		40.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		40.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		15.000,00	
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	15.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.230.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		16.870.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.025.000,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.934.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.920.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	3.552.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	1.480.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	888.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	14.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	8.400,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	3.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15% Saúde	2.100,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	566.000,00		
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	480.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	86.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	160.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	160.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	334.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	198.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	54.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	82.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	31.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	18.600,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	7.750,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.650,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	7.995.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.995.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	ICMS - Ordinários	7.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	4.200.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	1.750.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	1.050.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	870.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	522.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	217.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	130.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	60.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	25.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	25.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.850.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.295.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	555.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		360.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	360.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	360.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.15.00.00	Prog de Apoio Transp Escolar Educ. Básica	360.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		319.500,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		22.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários	600,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	250,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	150,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.40.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	600,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	250,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	150,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	18.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	4.200,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.750,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	1.050,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	600,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	250,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	150,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	10.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		21.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	20.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	20.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		46.500,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	46.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	20.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	12.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	5.000,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	3.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.500,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinários	900,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	375,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	225,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	25.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	25.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		230.000,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	230.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			30.558.001,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.898.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		5.898.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.898.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.898.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		24.660.001,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		24.660.001,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	24.510.001,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	3.100.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	3.100.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	7.500.000,00		
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	7.500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	13.910.001,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	150.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	150.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-2.787.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.787.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.787.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.193.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.186.800,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.184.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Fundeb - FPM 25% Educação	-1.184.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.800,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.200,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.200,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.594.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.594.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.400.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-174.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-20.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>47.846.334,33</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>47.846.334,33</b>

Página: 6/7  
Data: 04/12/2013

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/7  
Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC/Estado	28.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.150.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.150.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		5.150.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.150.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	5.150.000,00		
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	5.150.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>7.519.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>7.519.500,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>55.365.834,33</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			42.616.934,33
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		11.592.906,33	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.429.472,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.426.472,00		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		36.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	36.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.127.434,33	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	95.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.028.434,33		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		31.009.028,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.913.028,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.912.028,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		96.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	96.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>42.616.934,33</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			11.987.500,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		6.499.500,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.694.000,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.694.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.805.500,00	
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	180.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.625.500,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		5.488.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.488.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.488.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.488.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>11.987.500,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>11.987.500,00</b>
<b>Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			761.400,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		751.400,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		600.000,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	600.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		151.400,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	9.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	142.400,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>761.400,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>761.400,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>55.365.834,33</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 04/12/2013

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	122 Administração Geral
4 Administração	122 Administração Geral
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	368 Educação Básica
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
27 Desporto e Lazer	695 Turismo
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito MunicipalELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/7  
 Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>105.000,00</b>	<b>656.777,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.777,00</b>
<b>Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>105.000,00</b>	<b>656.777,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.777,00</b>
04	Administração		656.777,00		656.777,00
04.122	Administração Geral		656.777,00		656.777,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		656.777,00		656.777,00
04.122.1002.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito		656.777,00		656.777,00
08	Assistência Social	105.000,00			105.000,00
08.244	Assistência Comunitária	105.000,00			105.000,00
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO	105.000,00			105.000,00
08.244.1002.1.037	IMPLANTACAO DA COORDENADORIA POLITICA DAS MULHERES	105.000,00			105.000,00
<b>Órgão: 03.00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		<b>260.000,00</b>	<b>2.825.446,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.085.446,00</b>
<b>Unidade: 03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>260.000,00</b>	<b>2.825.446,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.085.446,00</b>
03	Essencial à Justiça		400.000,00		400.000,00
03.122	Administração Geral		400.000,00		400.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		400.000,00		400.000,00
03.122.1003.2.035	Realização de Eventos Comemorativos Municipais		400.000,00		400.000,00
04	Administração	260.000,00	2.425.446,00		2.685.446,00
04.122	Administração Geral	260.000,00	2.425.446,00		2.685.446,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	260.000,00	2.425.446,00		2.685.446,00
04.122.1003.1.034	Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento	260.000,00			260.000,00
04.122.1003.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda		2.425.446,00		2.425.446,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		<b>3.230.000,00</b>	<b>4.425.334,33</b>	<b>0,00</b>	<b>7.655.334,33</b>
<b>Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO</b>		<b>2.860.000,00</b>	<b>4.225.333,33</b>	<b>0,00</b>	<b>7.085.333,33</b>
12	Educação	200.000,00	4.225.333,33		4.425.333,33
12.361	Ensino Fundamental		114.000,00		114.000,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		114.000,00		114.000,00
12.361.1005.2.009	Manutenção da Alimentação Escolar		114.000,00		114.000,00
12.364	Ensino Superior		25.000,00		25.000,00
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		25.000,00		25.000,00
12.364.1005.2.008	Auxílio ao Ensino Superior		25.000,00		25.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/7  
 Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		<b>3.230.000,00</b>	<b>4.425.334,33</b>	<b>0,00</b>	<b>7.655.334,33</b>
<b>Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO</b>		<b>2.860.000,00</b>	<b>4.225.333,33</b>	<b>0,00</b>	<b>7.085.333,33</b>
12	Educação	200.000,00	4.225.333,33		4.425.333,33
12.368	Educação Básica	200.000,00	4.086.333,33		4.286.333,33
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00	4.086.333,33		4.286.333,33
12.368.1005.1.035	Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica	200.000,00			200.000,00
12.368.1005.2.042	Manutenção das Atividades da Educação Básica		4.086.333,33		4.086.333,33
27	Desporto e Lazer	2.660.000,00			2.660.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.660.000,00			2.660.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	2.660.000,00			2.660.000,00
27.812.1011.1.022	Construção e Ampliação da Rede Física da Educação Básica	2.660.000,00			2.660.000,00
<b>Unidade: 04.02 DEPARTAMENTO DE ESPORTES</b>		<b>370.000,00</b>	<b>125.001,00</b>	<b>0,00</b>	<b>495.001,00</b>
27	Desporto e Lazer	370.000,00	125.001,00		495.001,00
27.812	Desporto Comunitário	370.000,00	125.001,00		495.001,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	370.000,00	125.001,00		495.001,00
27.812.1011.1.032	Construção de Unidades Desportivas no Município	370.000,00			370.000,00
27.812.1011.2.010	Manutenção das Atividades Desportivas		125.001,00		125.001,00
<b>Unidade: 04.03 DEPARTAMENTO DE CULTURA</b>		<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>
13	Cultura		75.000,00		75.000,00
13.392	Difusão Cultural		75.000,00		75.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		75.000,00		75.000,00
13.392.1012.2.025	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura		75.000,00		75.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>668.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.858.750,00</b>
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>668.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.858.750,00</b>
15	Urbanismo	275.000,00			275.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	275.000,00			275.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	275.000,00			275.000,00
15.451.1009.1.005	Construir Portais de Acesso à Cidade	275.000,00			275.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>668.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.858.750,00</b>
<b>Unidade: 06.01 DEPARTAMENTO DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>668.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.858.750,00</b>
22	Indústria	915.000,00			915.000,00
22.661	Promoção Industrial	915.000,00			915.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	915.000,00			915.000,00
22.661.1014.1.001	Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial	915.000,00			915.000,00
27	Desporto e Lazer		668.750,00		668.750,00
27.695	Turismo		668.750,00		668.750,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		668.750,00		668.750,00
27.695.1009.2.033	Implantação de Sinalização Turística e Urbana		600.000,00		600.000,00
27.695.1009.2.034	Manutenção da Sec. de Industria, Comércio e Turismo		68.750,00		68.750,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>3.639.101,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.919.101,00</b>
<b>Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>3.639.101,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.919.101,00</b>
06	Segurança Pública		110.000,00		110.000,00
06.181	Policimento		110.000,00		110.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		110.000,00		110.000,00
06.181.1009.2.039	Manutenção das Atividades da Polícia Civil		30.000,00		30.000,00
06.181.1009.2.040	Manutenção das Atividades da Polícia Militar		30.000,00		30.000,00
06.181.1009.2.041	Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros		50.000,00		50.000,00
15	Urbanismo	8.670.000,00	3.529.101,00		12.199.101,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.670.000,00			8.670.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	8.670.000,00			8.670.000,00
15.451.1009.1.014	Pavimentação de Vias Públicas	8.220.000,00			8.220.000,00
15.451.1009.1.016	Construção e Revitalização de Praças Públicas	260.000,00			260.000,00
15.451.1009.1.019	Construção de Abrigos de Passageiros	110.000,00			110.000,00
15.451.1009.1.026	Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico	80.000,00			80.000,00
15.452	Serviços Urbanos		3.519.101,00		3.519.101,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.519.101,00		3.519.101,00
15.452.1009.2.013	Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos		3.519.101,00		3.519.101,00
15.782	Transporte Rodoviário		10.000,00		10.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		10.000,00		10.000,00
15.782.1009.2.050	Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões		10.000,00		10.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>3.639.101,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.919.101,00</b>
<b>Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>3.639.101,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.919.101,00</b>
17	Saneamento	7.090.000,00			7.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	7.090.000,00			7.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	7.090.000,00			7.090.000,00
17.512.1009.1.003	Saneamento Básico Municipal	6.070.000,00			6.070.000,00
17.512.1009.1.010	Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	1.020.000,00			1.020.000,00
27	Desporto e Lazer	520.000,00			520.000,00
27.812	Desporto Comunitário	520.000,00			520.000,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	520.000,00			520.000,00
27.812.1009.1.010	Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo	520.000,00			520.000,00
<b>Órgão: 08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>502.000,00</b>	<b>502.000,00</b>
<b>Unidade: 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>502.000,00</b>	<b>502.000,00</b>
28	Encargos Especiais			502.000,00	502.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			502.000,00	502.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			502.000,00	502.000,00
28.846.0000.0.001	Dívida Fundada Interna			132.000,00	132.000,00
28.846.0000.0.002	Aposentados e Pensionistas			110.000,00	110.000,00
28.846.0000.0.003	Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais			90.000,00	90.000,00
28.846.0000.0.004	Obrigações Tributárias e Contributivas			170.000,00	170.000,00
<b>Órgão: 09.00 RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Unidade: 09.01 RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
99.999.1013.9.999	Reserva de Contingência				15.000,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>2.205.500,00</b>	<b>1.231.026,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.436.526,00</b>
<b>Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>2.205.500,00</b>	<b>1.231.026,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.436.526,00</b>
08	Assistência Social	2.205.500,00	1.231.026,00		3.436.526,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		72.000,00		72.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		72.000,00		72.000,00
08.243.1007.2.038	Manutenção do Conselho Tutelar		72.000,00		72.000,00
08.244	Assistência Comunitária	2.205.500,00	1.159.026,00		3.364.526,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.205.500,00	1.159.026,00		3.364.526,00
08.244.1007.1.004	Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso	975.500,00			975.500,00
08.244.1007.1.011	Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais	1.230.000,00			1.230.000,00
08.244.1007.2.015	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		1.054.026,00		1.054.026,00
08.244.1007.2.049	Auxílio na Edificação e Recuperação de Unidades Habitacionais		105.000,00		105.000,00
<b>Órgão: 12.00 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL</b>		<b>1.775.000,00</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.295.000,00</b>
<b>Unidade: 12.01 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL</b>		<b>1.775.000,00</b>	<b>1.520.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.295.000,00</b>
04	Administração	525.000,00			525.000,00
04.122	Administração Geral	525.000,00			525.000,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	525.000,00			525.000,00
04.122.1010.1.018	Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet	525.000,00			525.000,00
20	Agricultura	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00
20.606	Extensão Rural	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00
20.606.1010.1.028	Implantação de Equipamentos Públicos	1.250.000,00			1.250.000,00
20.606.1010.2.014	Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		1.520.000,00		1.520.000,00
<b>Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>2.065.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.065.000,00</b>
<b>Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>2.065.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.065.000,00</b>
16	Habitação		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482	Habitação Urbana		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482.1008.2.017	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		2.065.000,00		2.065.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/7  
 Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>		<b>25.045.500,00</b>	<b>17.054.434,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>
<b>Órgão: 14.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>
<b>Unidade: 14.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>
08	Assistência Social		22.000,00		22.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		22.000,00		22.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		22.000,00		22.000,00
08.243.1007.2.016	Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		22.000,00		22.000,00
<b>Órgão: 15.00</b>	<b>COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Unidade: 15.01</b>	<b>COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>
05	Defesa Nacional		1.000,00		1.000,00
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
05.182.1015.2.044	Manutenção das Atividades da Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>		<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
<b>Órgão: 10.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>	<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
<b>Unidade: 10.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>	<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
10	Saúde	5.074.000,00	6.913.500,00		11.987.500,00
10.301	Atenção Básica	4.974.000,00	6.450.000,00		11.424.000,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.974.000,00	6.450.000,00		11.424.000,00
10.301.1006.1.027	Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde	4.150.000,00			4.150.000,00
10.301.1006.1.038	CONSTRUCAO DE CAPS I	824.000,00			824.000,00
10.301.1006.2.027	Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal		5.956.000,00		5.956.000,00
10.301.1006.2.031	Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral		260.000,00		260.000,00
10.301.1006.2.045	Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica		50.000,00		50.000,00
10.301.1006.2.046	Manutenção da Atenção Básica - Estado		140.000,00		140.000,00
10.301.1006.2.048	Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado		44.000,00		44.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	393.000,00		493.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	393.000,00		493.000,00
10.302.1006.1.036	Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital	100.000,00			100.000,00
10.302.1006.2.043	Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC		393.000,00		393.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		42.500,00		42.500,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		42.500,00		42.500,00
10.304.1006.2.028	Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde		42.500,00		42.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/7  
 Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>		<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
<b>Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>		<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
<b>Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE</b>		<b>5.074.000,00</b>	<b>6.913.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>
10	Saúde	5.074.000,00	6.913.500,00		11.987.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		28.000,00		28.000,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		28.000,00		28.000,00
10.305.1006.2.047	Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado		28.000,00		28.000,00
<b>Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS</b>		<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>
<b>Órgão: 01.00 CÂMARA DE VEREADORES</b>		<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>
<b>Unidade: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES</b>		<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>
01	Legislativa		761.400,00		761.400,00
01.031	Ação Legislativa		761.400,00		761.400,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		761.400,00		761.400,00
01.031.1001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo		751.400,00		751.400,00
01.031.1001.2.037	MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM		10.000,00		10.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>55.365.834,33</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
 Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		761.400,00		761.400,00
01.031	Ação Legislativa		761.400,00		761.400,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL		761.400,00		761.400,00
03	Essencial à Justiça		400.000,00		400.000,00
03.122	Administração Geral		400.000,00		400.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		400.000,00		400.000,00
04	Administração	785.000,00	3.082.223,00		3.867.223,00
04.122	Administração Geral	785.000,00	3.082.223,00		3.867.223,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO		656.777,00		656.777,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	260.000,00	2.425.446,00		2.685.446,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	525.000,00			525.000,00
05	Defesa Nacional		1.000,00		1.000,00
05.182	Defesa Civil		1.000,00		1.000,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública		110.000,00		110.000,00
06.181	Policimento		110.000,00		110.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		110.000,00		110.000,00
08	Assistência Social	2.310.500,00	1.253.026,00		3.563.526,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		94.000,00		94.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		94.000,00		94.000,00
08.244	Assistência Comunitária	2.310.500,00	1.159.026,00		3.469.526,00
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO	105.000,00			105.000,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.205.500,00	1.159.026,00		3.364.526,00
10	Saúde	5.074.000,00	6.913.500,00		11.987.500,00
10.301	Atenção Básica	4.974.000,00	6.450.000,00		11.424.000,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.974.000,00	6.450.000,00		11.424.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	393.000,00		493.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	393.000,00		493.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		42.500,00		42.500,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		42.500,00		42.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	5.074.000,00	6.913.500,00		11.987.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		28.000,00		28.000,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		28.000,00		28.000,00
12	Educação	200.000,00	4.225.333,33		4.425.333,33
12.361	Ensino Fundamental		114.000,00		114.000,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		114.000,00		114.000,00
12.364	Ensino Superior		25.000,00		25.000,00
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		25.000,00		25.000,00
12.368	Educação Básica	200.000,00	4.086.333,33		4.286.333,33
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	200.000,00	4.086.333,33		4.286.333,33
13	Cultura		75.000,00		75.000,00
13.392	Difusão Cultural		75.000,00		75.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA		75.000,00		75.000,00
15	Urbanismo	8.945.000,00	3.529.101,00		12.474.101,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.945.000,00			8.945.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	8.945.000,00			8.945.000,00
15.452	Serviços Urbanos		3.519.101,00		3.519.101,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		3.519.101,00		3.519.101,00
15.782	Transporte Rodoviário		10.000,00		10.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		10.000,00		10.000,00
16	Habitação		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482	Habitação Urbana		2.065.000,00		2.065.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE		2.065.000,00		2.065.000,00
17	Saneamento	7.090.000,00			7.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	7.090.000,00			7.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	7.090.000,00			7.090.000,00
20	Agricultura	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00
20.606	Extensão Rural	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.250.000,00	1.520.000,00		2.770.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
22	Indústria	915.000,00			915.000,00
22.661	Promoção Industrial	915.000,00			915.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	915.000,00			915.000,00
27	Desporto e Lazer	3.550.000,00	793.751,00		4.343.751,00
27.695	Turismo		668.750,00		668.750,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		668.750,00		668.750,00
27.812	Desporto Comunitário	3.550.000,00	125.001,00		3.675.001,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	520.000,00			520.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	3.030.000,00	125.001,00		3.155.001,00
28	Encargos Especiais			502.000,00	502.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			502.000,00	502.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			502.000,00	502.000,00
99	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999	Reserva de Contingência				15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
<b>Total:</b>		<b>30.119.500,00</b>	<b>24.729.334,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>55.365.834,33</b>
<b>Total geral:</b>		<b>30.119.500,00</b>	<b>24.729.334,33</b>	<b>502.000,00</b>	<b>55.365.834,33</b>

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	761.400,00		761.400,00
01.031	Ação Legislativa	761.400,00		761.400,00
01.031.1001	PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	761.400,00		761.400,00
03	Essencial à Justiça	150.000,00	250.000,00	400.000,00
03.122	Administração Geral	150.000,00	250.000,00	400.000,00
03.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	150.000,00	250.000,00	400.000,00
04	Administração	2.442.223,00	1.425.000,00	3.867.223,00
04.122	Administração Geral	2.442.223,00	1.425.000,00	3.867.223,00
04.122.1002	GABINETE DO PREFEITO	656.777,00		656.777,00
04.122.1003	ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	1.760.446,00	925.000,00	2.685.446,00
04.122.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	25.000,00	500.000,00	525.000,00
05	Defesa Nacional	1.000,00		1.000,00
05.182	Defesa Civil	1.000,00		1.000,00
05.182.1015	COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD	1.000,00		1.000,00
06	Segurança Pública	110.000,00		110.000,00
06.181	Policimento	110.000,00		110.000,00
06.181.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	110.000,00		110.000,00
08	Assistência Social	1.155.526,00	2.408.000,00	3.563.526,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00		94.000,00
08.243.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	94.000,00		94.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.061.526,00	2.408.000,00	3.469.526,00
08.244.1002	GABINETE DO PREFEITO	5.000,00	100.000,00	105.000,00
08.244.1007	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.056.526,00	2.308.000,00	3.364.526,00
10	Saúde	4.473.000,00	7.514.500,00	11.987.500,00
10.301	Atenção Básica	4.365.000,00	7.059.000,00	11.424.000,00
10.301.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4.365.000,00	7.059.000,00	11.424.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	393.000,00	493.000,00
10.302.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	393.000,00	493.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	8.000,00	34.500,00	42.500,00
10.304.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.000,00	34.500,00	42.500,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		28.000,00	28.000,00
10.305.1006	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA		28.000,00	28.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 2/3  
 Data: 04/12/2013

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.375.000,00	3.050.333,33	4.425.333,33
12.361	Ensino Fundamental	60.000,00	54.000,00	114.000,00
12.361.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	60.000,00	54.000,00	114.000,00
12.364	Ensino Superior	25.000,00		25.000,00
12.364.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	25.000,00		25.000,00
12.368	Educação Básica	1.290.000,00	2.996.333,33	4.286.333,33
12.368.1005	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	1.290.000,00	2.996.333,33	4.286.333,33
13	Cultura	75.000,00		75.000,00
13.392	Difusão Cultural	75.000,00		75.000,00
13.392.1012	MAIS CULTURA	75.000,00		75.000,00
15	Urbanismo	1.813.600,00	10.660.501,00	12.474.101,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	245.000,00	8.700.000,00	8.945.000,00
15.451.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	245.000,00	8.700.000,00	8.945.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.558.600,00	1.960.501,00	3.519.101,00
15.452.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	1.558.600,00	1.960.501,00	3.519.101,00
15.782	Transporte Rodoviário	10.000,00		10.000,00
15.782.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	10.000,00		10.000,00
16	Habitação	65.000,00	2.000.000,00	2.065.000,00
16.482	Habitação Urbana	65.000,00	2.000.000,00	2.065.000,00
16.482.1008	HABITAÇÃO DIREITO E DIGNIDADE	65.000,00	2.000.000,00	2.065.000,00
17	Saneamento	90.000,00	7.000.000,00	7.090.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	90.000,00	7.000.000,00	7.090.000,00
17.512.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	90.000,00	7.000.000,00	7.090.000,00
20	Agricultura	1.030.000,00	1.740.000,00	2.770.000,00
20.606	Extensão Rural	1.030.000,00	1.740.000,00	2.770.000,00
20.606.1010	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1.030.000,00	1.740.000,00	2.770.000,00
22	Indústria	15.000,00	900.000,00	915.000,00
22.661	Promoção Industrial	15.000,00	900.000,00	915.000,00
22.661.1014	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	15.000,00	900.000,00	915.000,00
27	Desporto e Lazer	298.751,00	4.045.000,00	4.343.751,00
27.695	Turismo	83.750,00	585.000,00	668.750,00
27.695.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	83.750,00	585.000,00	668.750,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Página: 3/3

Data: 04/12/2013

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	298.751,00	4.045.000,00	4.343.751,00
27.812	Desporto Comunitário	215.001,00	3.460.000,00	3.675.001,00
27.812.1009	DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	20.000,00	500.000,00	520.000,00
27.812.1011	ESPORTE É VIDA	195.001,00	2.960.000,00	3.155.001,00
28	Encargos Especiais	502.000,00		502.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	502.000,00		502.000,00
28.846.0000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	502.000,00		502.000,00
99	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999	Reserva de Contingência			15.000,00
99.999.1013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00
<b>Total:</b>		<b>14.372.500,00</b>	<b>40.993.334,33</b>	<b>55.365.834,33</b>
<b>Total geral:</b>		<b>14.372.500,00</b>	<b>40.993.334,33</b>	<b>55.365.834,33</b>

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	656.777,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	400.000,00	2.685.446,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>3.867.223,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>110.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.425.333,33
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	3.436.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>3.563.526,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.425.333,33</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	12.199.101,00	0,00	7.090.000,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	2.065.000,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.474.101,00</b>	<b>2.065.000,00</b>	<b>7.090.000,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	915.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	2.770.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.770.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>915.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/15

Data: 04/12/2013

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	761.777,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.085.446,00
04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	3.155.001,00	0,00	0,00	7.655.334,33
06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	668.750,00	0,00	0,00	1.858.750,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		0,00	0,00	520.000,00	0,00	0,00	19.919.101,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	502.000,00	0,00	502.000,00
09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436.526,00
12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.295.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.065.000,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.343.751,00</b>	<b>502.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>42.616.934,33</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	11.987.500,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/15

Data: 04/12/2013

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.987.500,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.987.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		761.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>761.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/15

Data: 04/12/2013

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/15

Data: 04/12/2013

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/15

Data: 04/12/2013

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/15

Data: 04/12/2013

**Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CÂMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	761.400,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>761.400,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>55.365.834,33</b>

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	17.940.100,03	19.181.395,02	22.826.740,19	41.094.747,05	50.633.334,33
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	15.090.431,74	16.628.267,79	16.839.725,45	18.466.447,05	20.075.333,33
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	2.455.105,48	1.863.145,03	1.369.419,04	1.650.109,38	2.043.000,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	2.173.463,40	1.609.572,04	1.115.133,55	1.217.653,75	1.407.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	439.998,53	505.178,57	461.682,44	523.253,75	567.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	177.391,52	183.796,68	204.092,09	266.253,75	275.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	106.410,59	110.277,50	122.442,64	159.752,25	165.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	44.362,35	45.948,70	51.029,94	66.563,44	68.750,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saude	26.618,58	27.570,48	30.619,51	39.938,06	41.250,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	127.984,94	176.993,17	129.309,54	124.000,00	120.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	127.984,94	173.947,64	129.309,54	124.000,00	120.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Ordinário	76.771,38	104.368,89	77.585,63	74.400,00	72.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	32.008,64	43.486,84	32.327,47	31.000,00	30.000,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saude	19.204,92	26.091,91	19.396,44	18.600,00	18.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	0,00	3.045,53	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 60%	0,00	1.827,30	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 25%	0,00	761,40	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 15%	0,00	456,83	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	134.622,07	144.388,72	128.280,81	133.000,00	172.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinário	80.773,18	86.633,13	76.968,38	79.800,00	103.200,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Educação	33.655,46	36.097,12	32.070,12	33.250,00	43.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - Saude	20.193,43	21.658,47	19.242,31	19.950,00	25.800,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	1.733.464,87	1.104.393,47	653.451,11	694.400,00	840.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.733.464,87	1.104.393,47	653.451,11	694.400,00	840.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.040.004,59	662.679,77	392.345,18	416.640,00	840.000,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25% Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15% Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	433.384,73	276.070,15	163.190,34	173.600,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	ISQN - Saude	260.075,55	165.643,55	97.915,59	104.160,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	242.192,06	246.128,76	253.911,52	364.100,63	336.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	133.246,60	144.105,22	156.279,87	228.493,13	234.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	1.865,08	0,00	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	63.891,98	76.060,73	78.866,69	86.821,88	86.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	2.793,70	3.403,60	3.628,67	11.576,25	10.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Tx de Aprovação do Projeto de Construção Civil	7.657,54	3.750,34	5.710,57	6.615,00	6.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	58.903,38	60.890,55	66.208,86	123.480,00	132.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	108.945,46	102.023,54	97.631,65	135.607,50	102.000,00
4.1.1.2.2.29.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	15.196,74	15.801,13	17.090,31	0,00	18.000,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	42.003,87	44.278,28	48.035,99	99.225,00	52.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	51.744,85	41.944,13	32.505,35	36.382,50	32.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	39.450,02	7.444,23	373,97	68.355,00	300.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	39.450,02	7.444,23	373,97	68.355,00	300.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	172.289,71	189.209,95	184.724,52	210.000,00	185.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	172.289,71	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	172.289,71	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	189.209,95	184.724,52	210.000,00	185.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	126.735,35	211.720,74	96.685,80	216.360,17	242.833,33
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	126.735,35	211.720,74	96.685,80	216.360,17	242.833,33
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	126.735,35	211.720,74	96.685,80	216.360,17	242.833,33
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	45.322,36	88.387,46	62.303,52	36.575,44	22.833,33
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	0,00	305,35	0,00	2.315,25	2.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	8.883,18	5.744,93	5.784,79	1.543,50	1.333,33
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. Rem. de Dep. Banc. FUNDEB 60%	5.329,92	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rendimento Fundeb 40%	3.553,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	2.212,29	23.825,20	20.189,78	3.472,88	3.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	708,45	9.021,81	300,26	578,81	500,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	2.959,58	3.068,70	1.825,39	2.205,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Rem de Dep Bancários Rec Vinc. - COSIP	0,00	0,00	13,40	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	30.558,86	46.421,47	34.189,90	26.460,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	81.412,99	123.333,28	34.382,28	179.784,73	220.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	81.412,99	123.333,28	34.382,28	179.784,73	220.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	44.927,00	45.500,45	34.249,68	46.305,00	40.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	44.927,00	45.500,45	34.249,68	46.305,00	40.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	12.523,51	13.207,48	12.924,83	18.900,00	15.000,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serv. de Fornecimento de Água	12.523,51	13.207,48	12.924,83	18.900,00	15.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.083.571,19	14.140.192,51	14.732.018,52	15.748.169,37	17.230.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.829.531,74	13.808.142,97	14.354.114,43	15.241.669,37	16.870.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	5.220.853,15	6.141.728,13	6.086.903,96	6.586.349,75	7.025.000,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.115.862,49	5.006.397,60	4.932.095,37	5.693.096,75	5.934.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.098.742,85	4.992.324,67	4.918.424,87	5.676.890,00	5.920.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinario	2.459.245,71	2.995.394,75	2.951.054,88	3.406.134,00	3.552.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - Educação	1.024.685,71	1.248.081,22	1.229.606,25	1.419.222,50	1.480.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	614.811,43	748.848,70	737.763,74	851.533,50	888.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	17.119,64	14.072,93	13.670,50	16.206,75	14.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	10.271,74	8.443,74	8.202,28	9.724,05	8.400,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota Parte IPTR - Educação	4.279,94	3.518,26	3.417,64	4.051,69	3.500,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota Parte IPTR - Saude	2.567,96	2.110,93	2.050,58	2.431,01	2.100,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	607.293,33	676.809,18	425.119,98	398.310,00	566.000,00
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	558.683,93	613.953,55	349.536,30	316.080,00	480.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	48.609,40	62.855,63	75.583,68	82.230,00	86.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	183.186,81	151.316,50	152.921,26	159.690,00	160.000,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	PBVII - PBT	0,00	11.000,00	12.000,00	159.690,00	160.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PBF - CRAS	0,00	55.000,00	58.500,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PTMC - PPD	7.297,20	7.905,30	7.297,20	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	PBVJ - Projovem	42.000,00	27.008,25	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Piso Basico de Transição PBT	17.523,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	PVMC - PETI	0,00	40.500,00	36.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - IGD	62.365,81	9.902,95	39.124,06	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	CRAS	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	230.684,55	244.173,83	302.082,22	302.482,00	334.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	104.902,49	123.428,79	151.552,51	165.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	2.058,00	1.752,00	1.944,20	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	35.160,00	32.100,00	51.948,00	52.902,00	54.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	88.564,06	86.893,04	84.581,53	84.580,00	82.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	0,00	0,00	12.055,98	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	30.625,32	30.880,44	30.625,22	32.771,00	31.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	18.375,12	18.528,24	18.375,02	19.662,60	18.600,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Educação	7.656,36	7.720,08	7.656,36	8.192,75	7.750,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Traf.Fin.ICMS - Desoner - L.C.Nº 87/96 - Saude	4.593,84	4.632,12	4.593,84	4.915,65	4.650,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	53.200,65	32.150,58	244.059,91	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da FEX	25.427,09	32.150,58	25.813,85	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Transferencia Compl. FPM 1%	27.773,56	0,00	218.246,06	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.496.623,42	6.410.548,86	6.810.739,07	7.118.429,62	7.995.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.491.023,42	6.396.688,86	6.810.739,07	7.118.429,62	7.995.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.791.691,30	5.598.102,80	5.960.916,14	6.153.250,00	7.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinario	2.875.014,37	3.358.861,22	3.576.549,42	3.691.950,00	4.200.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	1.197.923,10	1.399.526,00	1.490.229,28	1.538.312,50	1.750.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saude	718.753,83	839.715,58	894.137,44	922.987,50	1.050.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	571.053,14	663.508,56	736.971,26	840.000,00	870.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	342.631,61	398.104,72	442.181,27	504.000,00	522.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	142.763,52	165.877,51	184.243,83	210.000,00	217.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saude	85.658,01	99.526,33	110.546,16	126.000,00	130.500,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.475,30	110.142,20	95.865,58	96.239,00	100.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinario	60.285,13	66.084,04	57.518,11	57.743,40	60.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	25.118,87	27.536,38	23.967,20	24.059,75	25.000,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saude	15.071,30	16.521,78	14.380,27	14.435,85	15.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	27.803,68	24.935,30	16.986,09	28.940,62	25.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	5.600,00	13.860,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferencias dos Estados - FUMAS	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Demais Transferências dos Estados	0,00	13.860,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.99.01.00.00	Demais Transf. dos Estados - SUAS MAC	0,00	13.860,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.112.055,17	1.255.865,98	1.456.471,40	1.536.890,00	1.850.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.112.055,17	1.255.865,98	1.456.471,40	1.536.890,00	1.850.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	667.231,89	753.519,20	873.881,60	1.075.823,00	1.295.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	444.823,28	502.346,78	582.589,80	461.067,00	555.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	254.039,45	332.049,54	377.904,09	506.500,00	360.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	19.640,00	40.000,00	0,00	100.000,00	360.000,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
4.1.7.6.1.02.00.15.00.00	Prog de Apoio Transp Escolar Educ. Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	19.640,00	40.000,00	0,00	100.000,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	234.399,45	292.049,54	377.904,09	406.500,00	0,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	234.399,45	292.049,54	373.851,09	325.500,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	0,00	4.053,00	81.000,00	0,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convenio Benefícios Eventuais	0,00	0,00	4.053,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.279,50	165.291,63	409.703,06	576.603,13	319.500,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	70.620,39	79.553,40	84.478,08	66.310,11	22.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	11.956,87	16.040,25	32.139,66	3.472,86	3.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.640,39	3.267,11	1.905,32	1.157,62	1.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinário	983,86	1.959,92	1.142,71	694,57	600,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	409,70	816,39	475,92	289,40	250,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saude	246,83	490,80	286,69	173,65	150,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	3.445,65	6.930,83	24.848,39	1.157,62	1.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	2.066,88	4.158,14	14.909,70	694,57	600,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	860,92	1.732,30	6.211,18	289,40	250,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	517,85	1.040,39	3.727,51	173,65	150,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	6.870,83	5.842,31	5.385,95	1.157,62	1.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	10.838,60	20.326,50	18.759,46	20.837,25	18.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.484,59	6.539,99	7.887,96	8.103,38	7.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	2.690,45	3.923,58	4.764,24	4.862,03	4.200,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/IPTU - Educação	1.120,83	1.634,61	1.951,49	2.025,84	1.750,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/IPTU - Saude	673,31	981,80	1.172,23	1.215,51	1.050,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	410,65	3.325,56	2.448,25	1.157,62	1.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	246,38	1.995,27	1.469,63	694,57	600,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	102,64	831,28	611,47	289,40	250,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	61,63	499,01	367,15	173,65	150,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	5.943,36	10.460,95	8.423,25	11.576,25	10.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	47.824,92	43.186,65	33.578,96	42.000,00	1.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	47.824,92	43.186,65	33.578,96	42.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	63.470,82	976,27	267.230,68	24.310,12	21.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	2.863,24	26,60	45.420,00	1.157,62	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	2.863,24	26,60	45.420,00	1.157,62	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	60.607,58	949,67	221.810,68	23.152,50	20.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	60.607,58	949,67	221.810,68	23.152,50	20.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	38.466,92	59.334,52	50.918,31	53.829,56	46.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	38.466,92	59.334,52	50.918,31	53.829,56	46.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	15.617,18	15.472,97	20.392,82	23.152,50	20.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	9.370,00	9.283,37	12.329,22	13.891,50	12.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	3.904,07	3.867,93	5.038,95	5.788,13	5.000,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saude	2.343,11	2.321,67	3.024,65	3.472,87	3.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.956,74	14.484,51	8.369,08	1.736,44	1.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinario	1.174,04	8.690,66	5.029,31	1.041,86	900,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	489,18	3.621,09	2.087,19	434,11	375,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	293,52	2.172,76	1.252,58	260,47	225,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	20.893,00	29.377,04	22.156,41	28.940,62	25.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	22.721,37	25.427,44	7.075,99	432.153,34	230.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	22.721,37	25.427,44	7.075,99	432.153,34	230.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.849.668,29	2.553.127,23	5.987.014,74	22.628.300,00	30.558.001,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	161.000,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	161.000,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	161.000,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	161.000,00	0,00	0,00	0,00	5.898.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	134.300,00	646.188,84	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	84.300,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	0,00	84.300,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	50.000,00	646.188,84	0,00	0,00
4.2.2.2.4.00.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Rurais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Adquir com Recur não Vinc	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.7.01.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Recur não Vinc - Prainha	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	646.188,84	0,00	0,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	7.123,22	8.452,38	0,00	0,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos	0,00	7.123,22	8.452,38	0,00	0,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	0,00	7.123,22	8.452,38	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.688.668,29	2.411.704,01	5.332.373,52	22.628.300,00	24.660.001,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.688.668,29	2.411.704,01	5.332.373,52	22.628.300,00	24.660.001,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.441.168,29	2.411.704,01	5.305.097,52	22.628.300,00	24.510.001,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	988.409,66	1.441.823,89	1.810.000,00	3.100.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	988.409,66	0,00	0,00	3.100.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00
4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf. da União p/ Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	2.441.168,29	1.423.294,35	3.863.273,63	20.818.300,00	13.910.001,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	247.500,00	0,00	27.276,00	0,00	150.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	247.500,00	0,00	27.276,00	0,00	150.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.887.631,80	-2.239.367,60	-2.350.711,28	-2.563.071,35	-2.787.000,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-1.887.631,80	-2.239.367,60	-2.350.711,28	-2.563.071,35	-2.787.000,00
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	-148,48	0,00	0,00
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	-148,48	0,00	0,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	-148,48	0,00	0,00
9.1.1.2.1.17.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	-148,48	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-1.887.631,80	-2.239.367,60	-2.350.562,80	-2.563.071,35	-2.787.000,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.887.631,80	-2.239.367,60	-2.350.562,80	-2.563.071,35	-2.787.000,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-794.989,85	-965.017,25	-992.543,66	-1.145.173,55	-1.193.000,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-788.864,81	-958.841,21	-986.418,62	-1.138.619,35	-1.186.800,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-785.440,98	-956.026,71	-983.684,60	-1.135.378,00	-1.184.000,00
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Fundeb - FPM 25% Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.184.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-3.423,83	-2.814,50	-2.734,02	-3.241,35	-2.800,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.125,04	-6.176,04	-6.125,04	-6.554,20	-6.200,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-6.125,04	-6.176,04	-6.125,04	-6.554,20	0,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.200,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.092.641,95	-1.274.350,35	-1.358.019,14	-1.417.897,80	-1.594.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução de Receita	-1.092.641,95	-1.274.350,35	-1.358.019,14	-1.417.897,80	-1.594.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-958.337,24	-1.119.619,62	-1.191.530,36	-1.230.650,00	-1.400.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - IPVA	-114.209,57	-132.700,74	-147.315,78	-168.000,00	-174.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - IPI	-20.095,14	-22.029,99	-19.173,00	-19.247,80	-20.000,00
	Total por entidade:	16.052.468,23	16.942.027,42	20.476.028,91	38.531.675,70	47.846.334,33
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	1.313.510,00	1.471.161,56	2.186.260,81	8.759.530,75	7.519.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.087.010,00	1.401.161,56	1.756.860,81	2.114.530,75	2.369.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	14.220,28	10.724,01	0,00	10.500,00	10.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	14.220,28	10.724,01	0,00	10.500,00	10.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	14.220,28	10.724,01	0,00	10.500,00	10.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	14.220,28	10.724,01	0,00	10.500,00	10.000,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS						
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	18.939,41	18.870,50	15.088,50	13.560,75	11.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	18.939,41	18.870,50	15.088,50	13.560,75	11.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	18.939,41	18.870,50	15.088,50	13.560,75	11.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	17.291,28	18.870,50	15.088,50	13.560,75	11.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	11.722,95	14.268,08	10.047,40	6.945,75	6.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	5.568,33	4.602,42	3.322,38	6.615,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.86.00.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. ESTADUAL	0,00	0,00	26,35	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.87.00.00.00	Remun. Depósitos - ASS. FARM. FEDERAL	0,00	0,00	18,90	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.88.00.00.00	Remun. Depósitos - VIG EM SAÚDE	0,00	0,00	188,11	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.90.00.00.00	Remun. Depósitos - SIA/MAC	0,00	0,00	126,18	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.91.00.00.00	Remun. Depósitos - NASF	0,00	0,00	45,89	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.92.00.00.00	Remun. Depósitos - ESF/ESTADO	0,00	0,00	197,59	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.93.00.00.00	Remun. Depósitos - PACS	0,00	0,00	22,95	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.94.00.00.00	Remun. Depósitos - ESF/FEDERAL	0,00	0,00	26,19	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.95.00.00.00	Remun. Depósitos - SB	0,00	0,00	235,81	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.96.00.00.00	Remun. Depósitos - PMAQ	0,00	0,00	567,65	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.97.00.00.00	Remun. Depósitos - PSE	0,00	0,00	95,05	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.98.00.00.00	Remun. Depósitos - PAB	0,00	0,00	168,05	0,00	0,00
4.1.3.2.5.06.00.00.00.00	Remuneração Outros Depositos Bancarios	1.648,13	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.053.850,31	1.371.567,05	1.741.772,31	2.090.470,00	2.348.500,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.053.850,31	1.371.567,05	1.741.772,31	2.090.470,00	2.348.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	876.600,75	1.142.908,29	1.499.894,16	1.891.170,00	2.136.500,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	876.600,75	1.142.908,29	1.499.894,16	1.891.170,00	2.136.500,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	173.013,00	192.647,25	213.495,72	240.000,00	220.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	307.200,00	302.800,00	349.880,00	367.500,00	345.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	44.000,00	51.400,00	54.740,00	78.720,00	84.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	182.574,00	233.025,00	265.500,00	252.000,00	270.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	44.040,02	53.100,84	49.016,16	55.200,00	50.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Indemias	0,00	0,00	0,00	36.750,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	10.534,45	0,00	0,00	0,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfvs (Ex-	20.412,45	28.564,81	24.557,84	32.200,00	15.500,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	94.826,83	281.370,39	295.744,44	331.800,00	393.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	25.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.33.11.01.00.00	Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Programa Saúde na Escola	0,00	0,00	18.760,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	0,00	0,00	196.200,00	76.000,00	144.000,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	0,00	0,00	32.000,00	396.000,00	528.000,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/8

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS						
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	177.249,56	228.658,76	241.878,15	199.300,00	212.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	177.249,56	228.658,76	241.878,15	199.300,00	212.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Basica	43.249,56	47.732,00	42.732,00	45.800,00	44.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	PSF/Estado	54.000,00	60.000,00	89.300,00	97.800,00	110.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saude da Familia - NASF	80.000,00	96.000,00	87.500,00	31.400,00	30.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC/Estado	0,00	24.926,76	22.346,15	24.300,00	28.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	226.500,00	70.000,00	429.400,00	6.645.000,00	5.150.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	226.500,00	70.000,00	429.400,00	6.645.000,00	5.150.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	226.500,00	70.000,00	429.400,00	6.645.000,00	5.150.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	150.000,00	70.000,00	341.400,00	6.555.000,00	5.150.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	150.000,00	70.000,00	341.400,00	6.555.000,00	5.150.000,00
4.2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transf. de Conv.p/SUS-Const Unid.Saúde Vila Milani	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.150.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	76.500,00	0,00	88.000,00	90.000,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	76.500,00	0,00	88.000,00	90.000,00	0,00
4.2.4.7.2.01.01.00.00.00	Transf. de Conv. do Estado SUS - RX	76.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.313.510,00	1.471.161,56	2.186.260,81	8.759.530,75	7.519.500,00
Total geral:		17.365.978,23	18.413.188,98	22.662.289,72	47.291.206,45	55.365.834,33

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	13.283.528,09	15.347.125,93	14.488.543,96	34.768.890,70	42.616.934,33
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.087.806,36	9.812.755,44	9.795.511,71	11.074.668,90	11.592.906,33
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.175.323,01	4.671.919,53	5.264.239,96	5.611.138,25	6.429.472,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.175.323,01	4.671.919,53	5.264.239,96	5.608.138,25	6.426.472,00
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	71.114,40	11.484,29	4.125,22	12.000,00	36.000,00
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	71.114,40	11.484,29	4.125,22	12.000,00	36.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.841.368,95	5.129.351,62	4.527.146,53	5.451.530,65	5.127.434,33
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	60.897,20	69.701,20	71.450,18	100.045,49	95.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.780.471,75	5.059.650,42	4.455.696,35	5.347.485,16	5.028.434,33
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.195.721,73	5.534.370,49	4.693.032,25	23.689.221,80	31.009.028,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.523.654,99	5.291.722,92	4.644.203,53	23.629.221,80	30.913.028,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.523.654,99	5.291.722,92	4.644.203,53	23.628.221,80	30.912.028,00
3.4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	38.928,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	633.138,74	242.647,57	48.828,72	60.000,00	96.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	633.138,74	242.647,57	48.828,72	60.000,00	96.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00
Total por entidade:		13.283.528,09	15.347.125,93	14.488.543,96	34.768.890,70	42.616.934,33
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	4.150.713,24	5.041.924,57	5.423.886,80	11.822.315,75	11.987.500,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.569.663,53	4.539.497,89	4.983.199,15	5.034.215,75	6.499.500,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.363.568,65	2.885.604,50	3.140.462,53	2.609.150,00	3.694.000,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.600,00	4.800,00	6.000,00	10.000,00	0,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.359.968,65	2.880.804,50	3.134.462,53	2.599.150,00	3.694.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.206.094,88	1.653.893,39	1.842.736,62	2.425.065,75	2.805.500,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	123.250,60	262.229,80	255.435,31	150.000,00	180.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.028.844,28	1.391.663,59	1.587.301,31	2.275.065,75	2.625.500,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	581.049,71	502.426,68	440.687,65	6.788.100,00	5.488.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	581.049,71	502.426,68	440.687,65	6.788.100,00	5.488.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	581.049,71	502.426,68	440.687,65	6.788.100,00	5.488.000,00
Total por entidade:		4.150.713,24	5.041.924,57	5.423.886,80	11.822.315,75	11.987.500,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2

Data: 04/12/2013

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS						
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	329.491,67	384.911,26	396.397,65	420.000,00	0,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	4.800,00	5.400,00	6.000,00	10.000,00	0,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	278.700,23	292.582,86	276.890,76	215.000,00	0,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	32.104,11	535,00	12.809,00	55.000,00	0,00
Total por entidade:		645.096,01	683.429,12	692.097,41	700.000,00	0,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	0,00	0,00	0,00	0,00	761.400,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	751.400,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	151.400,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	142.400,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	0,00	761.400,00
Total geral:		18.079.337,34	21.072.479,62	20.604.528,17	47.291.206,45	55.365.834,33

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Receita

Página: 1/3  
 Data: 04/12/2013

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					<b>47.846.334,33</b>
1 4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	165.000,00
2 4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	68.750,00
3 4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	41.250,00
4 4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	72.000,00
5 4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	30.000,00
6 4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	18.000,00
7 4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	103.200,00
8 4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	43.000,00
9 4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	25.800,00
10 4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	504.000,00
11 4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	210.000,00
12 4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	126.000,00
13 4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	86.000,00
14 4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
15 4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	6.000,00
16 4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	132.000,00
17 4.1.1.2.2.29.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	18.000,00
18 4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	52.000,00
19 4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	32.000,00
20 4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	300.000,00
21 4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	0.1.0017.000000.00.00.00	Não	Não	185.000,00
86 4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rendimento Fundeb 60%	0.1.0018.000000.01.02.01	Sim	Não	2.000,00
87 4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimento Fundeb 40%	0.1.0019.000000.01.02.03	Sim	Não	1.333,33
88 4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	0.1.0058.000000.01.01.00	Sim	Não	3.000,00
89 4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0.1.0016.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
91 4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	16.000,00
92 4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	220.000,00
22 4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	40.000,00
23 4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
24 4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	3.552.000,00
25 4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	1.480.000,00
26 4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	888.000,00
27 4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	8.400,00
28 4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	3.500,00
29 4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	2.100,00
30 4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	480.000,00
31 4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	86.000,00
97 4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0.1.0052.000000.00.00.00	Não	Não	160.000,00
33 4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0.1.0058.000000.01.03.01	Sim	Não	198.000,00
34 4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0.1.0060.000000.01.03.95	Sim	Não	54.000,00
35 4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0.1.0061.000000.01.03.95	Sim	Não	82.000,00
36 4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	18.600,00
37 4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	7.750,00
38 4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	0.1.0002.000000.00.00.00	Não	Não	4.650,00
39 4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - Ordinários	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	4.200.000,00
40 4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	1.750.000,00
41 4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	1.050.000,00
42 4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	522.000,00
43 4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	217.500,00
44 4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	130.500,00
45 4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI Exportação - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
46 4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI Exportação - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	25.000,00
47 4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI Exportação - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	15.000,00
48 4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	0.1.0016.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
95 4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	0.1.0018.000000.01.02.01	Sim	Não	1.295.000,00
96 4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	0.1.0019.000000.01.01.00	Sim	Não	555.000,00
51 4.1.7.6.1.02.00.15.00.00	Prog de Apoio Transp Escolar Educ. Básica	0.1.0022.000000.01.06.01	Sim	Não	360.000,00
52 4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinários	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	600,00
53 4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	250,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Receita

Página: 2/3  
 Data: 04/12/2013

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>					<b>47.846.334,33</b>
54 4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	150,00
55 4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	600,00
56 4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	250,00
57 4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	150,00
58 4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
99 4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	4.200,00
100 4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	1.750,00
101 4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	1.050,00
62 4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	600,00
63 4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	250,00
64 4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	150,00
65 4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
66 4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
67 4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
68 4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	20.000,00
69 4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	12.000,00
70 4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	5.000,00
71 4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	3.000,00
72 4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinários	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	900,00
73 4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	375,00
74 4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	225,00
75 4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
76 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	230.000,00
77 4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0.1.0083.000000.04.03.00	Não	Não	5.898.000,00
93 4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0.1.0022.000000.01.06.01	Sim	Não	3.100.000,00
94 4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	0.1.0024.000000.04.03.00	Não	Não	7.500.000,00
78 4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0.1.0024.000000.04.03.00	Não	Não	13.910.001,00
79 4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0.1.0024.000000.04.03.00	Não	Não	150.000,00
98 9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Fundeb - FPM 25% Educação	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	-1.184.000,00
81 9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0.1.0001.000000.00.00.00	Não	Não	-2.800,00
102 9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	-6.200,00
83 9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	-1.400.000,00
84 9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	-174.000,00
85 9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	-20.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>					<b>7.519.500,00</b>
1 4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0.1.0066.000000.02.04.00	Não	Sim	10.000,00
2 4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	6.000,00
3 4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	5.000,00
4 4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	220.000,00
5 4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Saúde Da Família - SF	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	345.000,00
6 4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Saúde Bucal - SB	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	84.000,00
7 4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	270.000,00
8 4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	0.1.0067.000000.02.04.00	Não	Sim	50.000,00
9 4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Agente de Combate em Indemias	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	30.000,00
10 4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	0.1.0066.000000.02.04.00	Não	Sim	9.000,00
11 4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - TfvS (Ex-	0.1.0066.000000.02.04.00	Não	Sim	15.500,00
12 4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	0.1.0065.000000.02.04.00	Não	Sim	393.000,00
13 4.1.7.2.1.33.11.01.00.00	Saúde na Escola	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	12.000,00
14 4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	144.000,00
15 4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	528.000,00
16 4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	36.000,00
17 4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Basica	0.1.0067.000000.02.04.00	Não	Sim	44.000,00
18 4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Cofinanciamento Atenção Básica	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	110.000,00
19 4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Nucleo de Atendimento da Saude da Familia - NASF	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	30.000,00
20 4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC/Estado	0.1.0065.000000.02.04.00	Não	Sim	28.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
Relação da Proposta da Receita

Página: 3/3  
Data: 04/12/2013

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>					<b>7.519.500,00</b>
21	4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0.1.0023.000000.02.06.00	Não Sim	5.150.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>55.365.834,33</b>

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/7  
 Data: 04/12/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>42.616.934,33</b>
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						761.777,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO						761.777,00
Proj./Ativ.: 1.037 - IMPLANTACAO DA COORDENADORIA POLITICA DAS MULHERES			Localizador: Município			
2	08.244.1002	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
2	08.244.1002	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>105.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito			Localizador: Localizador gerado pela impor			
1	04.122.1002	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	465.000,00
1	04.122.1002	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
1	04.122.1002	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	41.777,00
<b>Total:</b>						<b>656.777,00</b>
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA						3.085.446,00
Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						3.085.446,00
Proj./Ativ.: 1.034 - Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento			Localizador: São Domingos			
4	04.122.1003	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110.000,00
4	04.122.1003	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>260.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda			Localizador: Centro Administrativo Municipi			
5	04.122.1003	3.3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórci	Não	Não	Não	3.000,00
5	04.122.1003	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	892.446,00
5	04.122.1003	3.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituico	Não	Não	Não	70.000,00
5	04.122.1003	3.3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórci	Não	Não	Não	4.000,00
5	04.122.1003	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	650.000,00
5	04.122.1003	3.4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórci	Não	Não	Não	1.000,00
5	04.122.1003	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	775.000,00
5	04.122.1003	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.425.446,00</b>
Proj./Ativ.: 2.035 - Realização de Eventos Comemorativos Municipais			Localizador: Município			
3	03.122.1003	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
3	03.122.1003	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>400.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						7.655.334,33
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO						7.085.333,33
Proj./Ativ.: 1.022 - Construção e Ampliação da Rede Física da Educação Básica			Localizador: Município			
10	27.812.1011	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.99.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	2.600.000,00
10	27.812.1011	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.660.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.035 - Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica			Localizador: São Domingos			
8	12.368.1005	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>200.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.008 - Auxílio ao Ensino Superior			Localizador: Município			
7	12.364.1005	3.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituico	Não	Não	Não	5.000,00
7	12.364.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>25.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.009 - Manutenção da Alimentação Escolar			Localizador: Município			
6	12.361.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	54.000,00
6	12.361.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>114.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.042 - Manutenção das Atividades da Educação Básica			Localizador: Município			
9	12.368.1005	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.297.000,00
9	12.368.1005	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	500.000,00
9	12.368.1005	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	720.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/7  
 Data: 04/12/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>42.616.934,33</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						7.655.334,33
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO						7.085.333,33
Proj./Ativ.: 2.042 - Manutenção das Atividades da Educação Básica			Localizador: Município			
9	12.368.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	150.000,00
9	12.368.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	350.000,00
9	12.368.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.99.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	360.000,00
9	12.368.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	82.000,00
9	12.368.1005	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	56.333,33
9	12.368.1005	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	51.000,00
9	12.368.1005	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
9	12.368.1005	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.01.99.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.086.333,33</b>
Unidade: 04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						495.001,00
Proj./Ativ.: 1.032 - Construção de Unidades Desportivas no Município			Localizador: Município			
11	27.812.1011	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
11	27.812.1011	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	360.000,00
<b>Total:</b>						<b>370.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.010 - Manutenção das Atividades Desportivas			Localizador: Município			
12	27.812.1011	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	65.000,00
12	27.812.1011	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
12	27.812.1011	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>125.001,00</b>
Unidade: 04.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						75.000,00
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura			Localizador: Município			
13	13.392.1012	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
13	13.392.1012	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>75.000,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO						1.858.750,00
Unidade: 06.01 - DEPARTAMENTO DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO						1.858.750,00
Proj./Ativ.: 1.001 - Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial			Localizador: Município			
15	22.661.1014	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
15	22.661.1014	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	700.000,00
15	22.661.1014	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>915.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.005 - Construir Portais de Acesso à Cidade			Localizador: Município			
14	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
14	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>275.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.033 - Implantação de Sinalização Turística e Urbana			Localizador: Município			
16	27.695.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	285.000,00
16	27.695.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
16	27.695.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
<b>Total:</b>						<b>600.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.034 - Manutenção da Sec. de Industria, Comércio e Turismo			Localizador: Município			
17	27.695.1009	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
17	27.695.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
17	27.695.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.750,00
<b>Total:</b>						<b>68.750,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS						19.919.101,00
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS						19.919.101,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Saneamento Básico Municipal			Localizador: Município			
28	17.512.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/7  
 Data: 04/12/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>42.616.934,33</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS						19.919.101,00
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS						19.919.101,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Saneamento Básico Municipal			Localizador: Município			
28	17.512.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>6.070.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.010 - Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo			Localizador: São Domingos			
29	17.512.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
29	17.512.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
30	27.812.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
30	27.812.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.540.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.014 - Pavimentação de Vias Públicas			Localizador: Município			
21	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.100.000,00
21	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
21	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>8.220.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas			Localizador: Município			
22	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
22	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>260.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.019 - Construção de Abrigos de Passageiros			Localizador: Município			
23	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
23	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>110.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.026 - Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico			Localizador: Município			
25	15.451.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
<b>Total:</b>						<b>80.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.013 - Man. das Atividades da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos			Localizador: Município			
26	15.452.1009	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	900.000,00
26	15.452.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	588.600,00
26	15.452.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
26	15.452.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.500,00
26	15.452.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
26	15.452.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
26	15.452.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.750.000,00
26	15.452.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.519.101,00</b>
Proj./Ativ.: 2.039 - Manutenção das Atividades da Polícia Civil			Localizador: Município			
18	06.181.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
18	06.181.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>30.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.040 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar			Localizador: Município			
19	06.181.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
19	06.181.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>30.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros			Localizador: Município			
20	06.181.1009	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
20	06.181.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.050 - Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões			Localizador: São Domingos			
27	15.782.1009	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 4/7  
 Data: 04/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>42.616.934,33</b>
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						502.000,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						502.000,00
Proj./Ativ.: 0.001 - Dívida Fundada Interna			Localizador: Centro Administrativo Municipa			
31	28.846.0000	3.3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	36.000,00
31	28.846.0000	3.4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	96.000,00
<b>Total:</b>						<b>132.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.002 - Aposentados e Pensionistas			Localizador: Centro Administrativo Municipa			
32	28.846.0000	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110.000,00
<b>Total:</b>						<b>110.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.003 - Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais			Localizador: Centro Administrativo Municipa			
33	28.846.0000	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
33	28.846.0000	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
<b>Total:</b>						<b>90.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.004 - Obrigações Tributárias e Contributivas			Localizador: Centro Administrativo Municipa			
34	28.846.0000	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
<b>Total:</b>						<b>170.000,00</b>
Órgão: 09.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA						15.000,00
Unidade: 09.01 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA						15.000,00
Proj./Ativ.: 9.999 - Reserva de Contingência			Localizador: Centro Administrativo Municipa			
35	99.999.1013	3.9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGE	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						3.436.526,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						3.436.526,00
Proj./Ativ.: 1.004 - Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso			Localizador: São Domingos			
37	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	27.500,00
37	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	750.000,00
37	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	198.000,00
<b>Total:</b>						<b>975.500,00</b>
Proj./Ativ.: 1.011 - Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais			Localizador: Município			
38	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
38	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.200.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.230.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			Localizador: Município			
39	08.244.1007	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	714.026,00
39	08.244.1007	3.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituico	Não	Não	Não	10.000,00
39	08.244.1007	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000000.04.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	146.000,00
39	08.244.1007	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	160.000,00
39	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000000.04.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
39	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.054.026,00</b>
Proj./Ativ.: 2.038 - Manutenção do Conselho Tutelar			Localizador: Município			
36	08.243.1007	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.000,00
36	08.243.1007	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
36	08.243.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000,00
<b>Total:</b>						<b>72.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.049 - Auxilio na Edificação e Recuperação de Unidades Habitacionais			Localizador: São Domingos			
40	08.244.1007	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
40	08.244.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>105.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/7  
 Data: 04/12/2013

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA</b>						<b>42.616.934,33</b>
Órgão: 12.00 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL						3.295.000,00
Unidade: 12.01 - FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL						3.295.000,00
Proj./Ativ.: 1.018 - Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet			Localizador: São Domingos			
41	04.122.1010	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
41	04.122.1010	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
41	04.122.1010	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>525.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.028 - Implantação de Equipamentos Públicos			Localizador: Município			
42	20.606.1010	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
42	20.606.1010	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
42	20.606.1010	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.230.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.250.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente			Localizador: Município			
43	20.606.1010	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	600.000,00
43	20.606.1010	3.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituico	Não	Não	Não	10.000,00
43	20.606.1010	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	380.000,00
43	20.606.1010	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
43	20.606.1010	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
43	20.606.1010	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.520.000,00</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.065.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						2.065.000,00
Proj./Ativ.: 2.017 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social			Localizador: Município			
44	16.482.1008	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
44	16.482.1008	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
44	16.482.1008	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
44	16.482.1008	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.065.000,00</b>
Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						22.000,00
Unidade: 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						22.000,00
Proj./Ativ.: 2.016 - Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência			Localizador: Município			
45	08.243.1007	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
45	08.243.1007	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>22.000,00</b>
Órgão: 15.00 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						1.000,00
Unidade: 15.01 - COMDEC - COM. MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD						1.000,00
Proj./Ativ.: 2.044 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil			Localizador: Município			
46	05.182.1015	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>						<b>11.987.500,00</b>
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						11.987.500,00
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						11.987.500,00
Proj./Ativ.: 1.027 - Edificação/Ampliação/Reforma de Equipamentos de Saúde			Localizador: Município			
1	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
1	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	4.100.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.036 - Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital			Localizador: Município			
8	10.302.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>100.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.038 - CONSTRUCAO DE CAPS I			Localizador: Município			
2	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	24.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Página: 6/7  
 Data: 04/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS</b>						<b>11.987.500,00</b>
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						11.987.500,00
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE						11.987.500,00
Proj./Ativ.: 1.038 - CONSTRUCAO DE CAPS I			Localizador: Município			
2	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	800.000,00
<b>Total:</b>						<b>824.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal			Localizador: Município			
3	10.301.1006	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.100.000,00
3	10.301.1006	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	524.000,00
3	10.301.1006	3.3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Transferências a Consórci	Não	Não	Não	180.000,00
3	10.301.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.045.000,00
3	10.301.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
3	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	106.000,00
3	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.956.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde			Localizador: Município			
10	10.304.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
10	10.304.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	19.500,00
10	10.304.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	15.000,00
10	10.304.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>42.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.031 - Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral			Localizador: Município			
4	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	250.000,00
4	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>260.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC			Localizador: Município			
9	10.302.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	393.000,00
<b>Total:</b>						<b>393.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.045 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica			Localizador: Município			
5	10.301.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção da Atenção Básica - Estado			Localizador: Município			
6	10.301.1006	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	70.000,00
6	10.301.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
6	10.301.1006	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.047 - Manutenção da Média e Alta complexidade - Estado			Localizador: Município			
11	10.305.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	28.000,00
<b>Total:</b>						<b>28.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.048 - Manutenção da Assistência Farm. Básica - Estado			Localizador: Município			
7	10.301.1006	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	44.000,00
<b>Total:</b>						<b>44.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS</b>						<b>761.400,00</b>
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES						761.400,00
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES						761.400,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo			Localizador: São Domingos			
1	01.031.1001	3.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	600.000,00
1	01.031.1001	3.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituico	Não	Não	Não	9.000,00
1	01.031.1001	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	132.400,00
1	01.031.1001	3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>751.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Página: 7/7  
Data: 04/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor	
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMIGOS						761.400,00	
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES						761.400,00	
Unidade: 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES						761.400,00	
Proj./Ativ.: 2.037 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA JOVEM			Localizador: São Domingos				
2	01.031.1001	3.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		Não	Não	Não	10.000,00
Total:						10.000,00	
Total Geral:						55.365.834,33	

\_\_\_\_\_  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal\_\_\_\_\_  
ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI  
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

**Lei Nº 1729, de 04 de Dezembro de 2013.**

LEI Nº 1729, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação federal e Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Domingos para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 55.365.834,33 (cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

Art. 2º Para o exercício financeiro de 2014, a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde será organizada na forma de Unidade Gestora e os demais Fundos Municipais como Unidade Orçamentária dentro da contabilidade da Prefeitura Municipal.

**Seção I**  
**DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art. 3º É estimada a receita em R\$ 47.846.334,33 (quarenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos); fixada a despesa em R\$ 42.616.934,33 (quarenta e dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 4.468.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 761.400,00 (setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte Classificação Institucional:

**Seção II**  
**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 7.509.500,00 (sete milhões, quinhentos e nove mil e quinhentos reais); fixa a despesa em R\$ 11.987.500,00 (onze milhões, novecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 4.468.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	11.987.500,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$	11.987.500,00

**Seção III**  
**DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Art. 5º O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 761.400,00 (setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais).

Parágrafo único. As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	761.400,00
Câmara de Vereadores	R\$	761.400,00

**CAPÍTULO II**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada Fonte de Recurso, através de ato do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal;

V – abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2014, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fontes de recursos o superávit financeiro apurado em balanço de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64;

VI – abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2013, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fonte o excesso de arrecadação, de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 10 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, bem como do Poder Judiciário.

Art. 11 Durante o exercício de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, bem como Poder Judiciário, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.



Art. 13 Os anexos da Lei Orçamentária foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos SC, 04 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### Decreto Nº 1384, de 05 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal nº 1.710 de 22/01/13; \* Considerando a solicitação do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, protocolada sob o n. 2173/2013;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores dentro das seguintes modalidades de aplicação e fontes de recursos:

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

Da Classificação Orçamentária:				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	4	01.0000	45.000,00
Para Classificação Orçamentária:				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	2	01.0000	45.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

## São João do Sul

### PREFEITURA

### Lei Nº. 1.704 de 04 de Dezembro 2013.

LEI Nº. 1.704 DE 04 DE DEZEMBRO 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São João do Sul para o exercício financeiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São João do Sul para o exercício financeiro de 2014, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Fundo Municipal de Saúde, no montante de R\$ 31.044.000,00 (trinta e um milhões e quarenta e quatro mil reais).

Art. 2º As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	14.465.000,00
- Receita Tributária	438.863,00
- Receitas de Contribuições	67.217,00
- Receita Patrimonial	20.049,00
- Transferências Correntes	13.721.290,00
- Outras Receitas Correntes	217.581,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	16.579.000,00
- Operações de Crédito	800.000,00
- Transferências de Capital	15.779.000,00
TOTAL	31.044.000,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da Administração Direta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º A despesa fixada, detalhada em anexos a esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, esta assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I – DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 – CÂMARA MUNICIPAL VEREADORES	800.000,00
2 – PREFEITURA MUNICIPAL	27.190.939,00
3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.053.061,00
TOTAL	31.044.000,00
II – DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	12.975.974,20
Pessoal e Encargos Sociais	7.727.660,00
Juros e Encargos da Dívida	144.500,00
Outras Despesas Correntes	5.103.814,20
DESPESAS DE CAPITAL	18.036.025,80
Investimentos	17.519.025,80
Amortização da Dívida	517.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.000,00
TOTAL	31.044.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros



riscos e eventos fiscais imprevistos, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar dotações de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recursos para outra, observado o equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento total do Município, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos parágrafos 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II – o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos, alienação de bens e outras receitas de realização extraordinária somente serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º As Receitas de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 04 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### Licitação Nº 093/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 093/2013

Modalidade - Tomada de Preços nº 005/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES SÓLIDOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS PRODUZIDOS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08:15 horas

do dia 24/12/2013.

A entrega do Edital e anexos deverá ser efetuada necessariamente na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 13:00 as 19:00 horas de segundas a quintas feiras e das 07:00 as 13:00 as sextas feiras, informações pelo Fone: (0\*\*48) 3539-0113 e pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 09 de Dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### Resumo de Homologação e Adjudicação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2013-FMS - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013-FMS DE 16/10/2013.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE NO CENTRO DE SÃO JOÃO DO SUL, NUM TOTAL DE 302,63M² DE ÁREA A SER CONSTRUÍDA, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com o menor preço global de R\$ 438,549,49 (Quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados.

São João do Sul, 05 de Dezembro de 2013.

REJANE ELIBIO DOS SANTOS

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

### Extratos dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário Março 2013

EXTRATOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATO Nº 115/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SILVANA DOS SANTOS RODRIGUES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2013 a 31/03/2013

VALOR MENSAL: R\$ 678,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Ordinária Municipal nº. 1616/2011.

CONTRATO Nº 116/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS BARROS FELISBINO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aula no Pré Escolar Cantinho Alegre EEB. Sertão do Piritú e no Pré Escolar Rosa de Neve da EEB. Glorinha, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/03/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 392,02

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 117/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** PAULO CARDOSO CONSTANTE

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas no CEJA (Centro Educacional de Jovens e Adultos) Vereadora Rita Quadros, com carga horária de 10h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 392,02

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 118/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** AMADEU CARDOSO CONSTANTE JUNIOR

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aula nas Oficinas Pedagógicas da EEB. Caetano Lummertz, com carga horária de 30h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 940,86

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 119/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** LUCIANE LUMMERTZ AGUIAR

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aula nas Oficinas Pedagógicas da EEB. Glorinha EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco, com carga horária de 20h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 627,04

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 120/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** ANDREIA LIMA ROCHA

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA (Centro Educacional de Jovens e Adultos) Vereadora Rita Quadros, com carga horária de 10h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 392,02

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 121/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** ELIETE MACHADO

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na CEI. (Centro Educacional Infantil) Paraíso da Criança e no Pré Escolar Cirandinha da EEB. Vila Velha II, com carga horária de 20h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 784,05

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 122/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** RAFAEL DEWES BAUER

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, com carga horária de 20h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 784,05

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 123/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** ROBERTO SCANDOLARA MAGNUS

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, com carga horária de 20h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 04/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 784,05

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 124/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** ALEXANDRA SOMBRIO CARDOSO

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Psicóloga, na rede municipal de ensino da Secretaria de Educação e Cultura, com carga horária de 20h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 06/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 1.058,28

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 125/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** FRANCISCA ROMANA BARROS

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA (Centro Educacional de Jovens e Adultos) Vereadora Rita Quadros, com carga horária de 10h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 07/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 392,02

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

**CONTRATO Nº 126/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** PATRICIA FONTANA PIA

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 11/03/2013 a 31/03/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 678,00

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Ordinária Municipal nº.1616/2011.

**CONTRATO Nº 127/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** VENCESLAU VARGAS EUGENIO

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Operador de equipamentos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

**VIGÊNCIA:** de 11/03/2013 a 20/12/2013

**VALOR MENSAL:** R\$ 876,89

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Ordinária Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº 006 /2012.

**CONTRATO Nº 128/2013**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
**CONTRATADO:** FERNANDA SOUZA

**OBJETO:** Prestação de serviços na função de Assistente Social, executando atividades no CRAS (Centro de Referência de Assistência

Social) na Secretaria Municipal de desenvolvimento Social, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 15/03/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 1.058,28

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

CONTRATO Nº 129/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DANIEL BAUER ROXO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Enfermeiro, na secretaria Municipal de Saúde neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 15/03/2013 a 31/03/2013

VALOR MENSAL: R\$ 2.536,44

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

CONTRATO Nº 130/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VANI DA SILVA MATOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: 15/03/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 855,14

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Complementar Municipal nº 006/2012.

CONTRATO Nº 131/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JULIANA DA ROSA COSTA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 15/03/2013 a 31/03/2013

VALOR MENSAL: R\$ 678,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Ordinária Municipal nº.1616/2011.

CONTRATO Nº 132/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: REGINA SCHIMIDT LOTTHAMMER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEJA (Centro Educacional de Jovens e Adultos) Vereadora Rita Quadros, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 313,62

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## São José

### PREFEITURA

#### Lei N.º 5.357, de 05 de Dezembro de 2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS A ENTREPÓSITOS LOGÍSTICOS QUE SE INSTALAREM OU AMPLIAREM SUAS INSTALAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - O Município de São José concederá incentivos fiscais a empresas de entrepostos logísticos que, até 31/12/2016, venham a se instalar e iniciem suas atividades empresariais ou que ampliem suas instalações neste Município, observadas as condições estabelecidas em LEI.

Art. 2º - Considera-se entreposto logístico para os efeitos desta Lei o estabelecimento destinado à armazenagem para posterior distribuição no território nacional, de mercadorias produzidas no Brasil ou importadas, bem como as centrais de distribuição de comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios e de lojas de departamentos e magazines e que se enquadrem nas condições abaixo:

I - que o empreendimento gere, no mínimo, 1.000 (mil) empregos diretos e indiretos quando em plena operação, dando preferência à contratação de mão-de-obra local; e

II - que tenha, no mínimo, 3.000.000 de URM de faturamento anual no Município.

Art. 3º - Os incentivos fiscais concedidos pelo prazo de 10 (dez) anos às empresas mencionadas por esta Lei serão os seguintes:

I - quanto ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), será concedido na forma de isenção do referido imposto incidente sobre o imóvel de propriedade da empresa beneficiária, locado ou arrendado para desempenho das atividades descritas no artigo 2º desta Lei;

II - quanto ao imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), referente às operações de aquisição pela empresa beneficiária dos imóveis para implementação do empreendimento, será concedido através da redução de 70% (setenta por cento) da base de cálculo do referido imposto, aplicando-se-lhe as alíquotas previstas no Código Tributário Municipal;

III - quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) será concedida redução para 2% (dois por cento) da alíquota do referido imposto, incidente sobre quaisquer serviços que, sendo tributados pelo Município, sejam prestados ou tomados pela empresa beneficiária;

IV - isenção do pagamento das taxas de fiscalização para localização e funcionamento de estabelecimento relativos aos procedimentos administrativos tendentes a sua inscrição municipal; e

V - isenção da taxa de fiscalização de obras particulares referente aos procedimentos administrativos necessários para a regularização da empresa beneficiária junto aos órgãos técnicos municipais da Administração Direta, de suas Autarquias e de suas Fundações do respectivo projeto de construção, reforma e ampliação do estabelecimento onde serão desenvolvidas as atividades mencionadas no artigo 2º desta Lei.

§ 1º - O disposto no inciso I inicia-se no exercício fiscal subsequente àquele em que protocolizado o requerimento à autoridade municipal competente.

§ 2º - O deferimento dos incentivos fiscais mencionados nos incisos II e III deste artigo terá efeito financeiro a partir da data de protocolização do requerimento.

§ 3º - Quando na condição de tomadora dos serviços, a empresa



beneficiária assumirá a condição de responsável tributária pelo imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso II, do Código Tributário Municipal.

§ 4º - Os incentivos fiscais para as empresas beneficiárias já instaladas se aplicarão, exclusivamente, sobre a movimentação econômica decorrente da ampliação de suas atividades no Município.

§ 5º - Os incentivos de que trata esta Lei não são extensivos à taxa de coleta de resíduos sólidos e demais tributos não expressamente mencionados neste artigo.

Art. 4º - Para fazer jus à concessão dos incentivos desta Lei a interessada e os imóveis envolvidos no projeto não podem ter débitos frente aos cofres do Município de São José, o que deverá ser comprovado na forma das normas regulamentares.

Art. 5º - A concessão dos incentivos fiscais estabelecidos por esta Lei deverá ser requerida pela interessada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º - O requerimento apresentado na forma do caput deverá ser acompanhado, no mínimo, da seguinte documentação:

I - da qualificação da empresa:

- a) cópia do ato constitutivo, contrato social ou estatuto e última alteração, registrados no órgão competente;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
- c) comprovante de inscrição municipal, se exigida.

II - da qualificação do signatário:

- a) cópia de documento de identidade e CPF/MF;
- b) original ou cópia autenticada de procuração, com outorga expressa de poderes ao procurador, para representar os interesses da empresa junto à Administração Pública Municipal de São José.

III - da regularidade fiscal:

- a) certidões negativas de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa referentes à Dívida Ativa do Município de São José;
- b) certidões negativas de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa referentes aos débitos imobiliários do imóvel em que se estabelecer.

§ 2º - Para requerer os incentivos referentes ao IPTU, a interessada deverá apresentar, além da documentação solicitada no § 1º deste artigo, os seguintes documentos referentes ao imóvel, objeto do incentivo fiscal:

I - demonstrativo do último lançamento do IPTU;

II - comprovante de propriedade ou de compromisso de compra e venda do imóvel, registrado no Cartório de Registro de Imóveis ou Contrato de Locação ou Arrendamento que comprove a transferência do encargo tributário ao locatário ou arrendatário, com firma reconhecida; e

III - cópia do projeto de construção ou acréscimo à edificação existente aprovada pela autoridade municipal competente.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico emitirá parecer sobre o pedido e encaminhará para análise da Secretaria Municipal da Receita.

Art. 6º - O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Secretário Municipal da Receita decidirão, em ato conjunto, após ouvida a Procuradoria Geral do Município, sobre o pedido de concessão dos incentivos fiscais e o encaminhará aos órgãos competentes para as providências pertinentes.

Parágrafo Único - Cabe pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias contra a decisão denegatória do benefício.

Art. 7º - O deferimento de enquadramento aos benefícios previstos nesta Lei será objeto de decreto da Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria Municipal da Receita ou a Procuradoria Geral do Município poderão, a qualquer tempo, notificar a interessada para que comprove, por meio de documentação hábil, o cumprimento das

condições que a habilitaram ao recebimento dos incentivos e que permitam sua continuidade na forma desta Lei.

Parágrafo Único - O não atendimento às notificações no prazo estipulado acarretará na exclusão do incentivo fiscal e na exigência dos tributos devidos que tenham sido dispensados.

Art. 9º - Os pedidos deverão ser analisados e ter sua decisão publicada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da protocolização de toda documentação descrita no artigo 5º.

Art. 10 - A outorga de qualquer incentivo fiscal não dispensará o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 11 - Os incentivos fiscais instituídos por esta Lei não poderão ser usufruídos cumulativamente com outros da mesma natureza previstos em lei anterior ou superveniente.

Art. 12 - Restando comprovado que a empresa beneficiária, ou terceiro em benefício daquela, agiu com dolo, fraude ou simulação, com o objetivo de obter, por meio desta Lei, a concessão de incentivo fiscal a que não faria jus, o incentivo fiscal será cancelado e estará a responsável sujeita às penalidades previstas na legislação tributária municipal, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Art. 13 - A Chefe do Poder Executivo regulamentará, mediante Decreto, os procedimentos para concessão e fiscalização dos incentivos fiscais instituídos pela presente Lei no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de dezembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Secretário Municipal de Receita

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário Municipal de Finanças

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador Geral do Município

PEDRO FRANCISCO DA SILVA ROSA

Secretário Municipal de Projetos Especiais

## **Decreto Nº 1.724/2013/Sf**

DECRETO Nº 1724/2013/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.755.562,02 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e dois centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0204.2.455 - Funcionamento e Manutenção da Chefe de Projeto Especiais



28 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade R\$ 20.000,00  
Total do Órgão R\$ 20.000,00

#### 08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

##### 08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.362.0203.2.037 - Funcionamento e Manutenção do Programa De Ensino Médio

305 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade R\$ 4.000,00

08.01.12.363.0203.2.042 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

#### F. 02 DO Decreto nº 1724/2013

321 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 35.000,00  
Total desta Atividade R\$ 35.000,00

08.01.12.365.0203.2.201 - Funcionamento e Manutenção das Entidades Filantrópicas - EI

381 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade R\$ 10.000,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

261 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação, Recursos Ordinários - Educação R\$ 460.000,00  
243 - 3.1.90.13.00.00.0099 - Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério - 40% R\$ 62.000,00  
246 - 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 341.000,00  
237 - 3.1.90.04.00.00.0098 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 1.114.732,02  
240 - 3.1.90.11.00.00.0098 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos da Valorização do Magistério - 40% R\$ 3.680.000,00  
248 - 3.3.90.05.00.00.0098 - Outros Benefícios Previdenciários, Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 4.830,00  
Total desta Atividade R\$ 5.662.562,02  
Total do Órgão R\$ 5.711.562,02

#### 10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0210.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

560 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 16.000,00  
Total desta Atividade R\$ 16.000,00

10.01.08.243.0210.2.438 - Funcionamento e Manutenção dos Conselhos (CMDCA, Cons. Tutelar)

#### F. 03 DO Decreto nº 1724/2013

560 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 3.000,00  
Total desta Atividade R\$ 3.000,00  
Total do Órgão R\$ 19.000,00

#### 14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

##### 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0211.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

790 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade R\$ 5.000,00  
Total do Órgão R\$ 5.000,00  
Total da Suplementação R\$ 5.755.562,02

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 5.755.562,02 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e dois centavos), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.03 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0204.2.451 - Funcionamento e Manutenção da Chefia de Comunicação Social

240 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade R\$ 20.000,00  
Total do Órgão R\$ 20.000,00

#### 08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

##### 08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.362.0203.2.037 - Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

299 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade R\$ 4.000,00

#### F. 04 DO Decreto nº 1724/2013

08.01.12.365.0203.2.201 - Funcionamento e Manutenção das Entidades Filantrópicas - EI

375 - 3.1.90.04.00.00.0081 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Ordinários - Educação R\$ 45.000,00  
Total desta Atividade R\$ 45.000,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

252 - 3.3.90.30.00.00.0081 - Material de Consumo, Recursos Ordinários - Educação R\$ 360.000,00

239 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 100.000,00

262 - 3.3.90.46.00.00.0098 - Auxílio - Alimentação, Recursos da Valorização do Magistério 60% R\$ 207.830,33  
244 - 3.1.90.16.00.00.0098 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos da Valorização do Magistério 60% R\$ 45.000,00  
263 - 3.3.90.46.00.00.0099 - Auxílio - Alimentação, Recursos Valorização do Magistério - 40% R\$ 79.240,77  
242 - 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 150.000,00  
238 - 3.1.90.04.00.00.0099 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Valorização do Magistério - 40% R\$ 42.222,78  
241 - 3.1.90.11.00.00.0099 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos Valorização do Magistério - 40% R\$ 20.000,00  
Total desta Atividade R\$ 1.004.293,88

08.01.12.365.0203.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

344 - 3.1.90.04.00.00.0098 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos da Valorização Magistério 60% R\$ 2.437.259,37  
 346 - 3.1.90.11.00.00.0098 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos da Valorização Magistério 60% R\$ 329.026,34  
 354 - 3.3.90.05.00.00.0098 - Outros Benefícios Previdenciários,  
 Recursos da Valorização Magistério 60% R\$ 34.430,98  
 368 - 3.3.90.46.00.00.0098 - Auxílio Alimentação,  
 Recursos da Valorização Magistério 60% R\$ 115.685,00

#### F. 05 DO Decreto nº 1724/2013

348 - 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais  
 Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 1.139.855,15  
 350 - 3.1.90.16.00.00.0098 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, Recursos da Valorização Magistério 60% R\$ 35.304,80  
 352 - 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais  
 Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 566.706,50  
 Total desta Atividade R\$ 4.658.268,14  
 Total do Órgão R\$ 5.711.562,02

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.02.08.241.0210.4.132 - Funcionamento e Manutenção do Centro de Apoio a Terceira Idade  
 530 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 19.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 19.000,00  
 Total do Órgão R\$ 19.000,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0211.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
 781 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 5.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 5.000,00  
 Total do Órgão R\$ 5.000,00  
 Total da Anulação R\$ 5.755.562,02

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2013.  
 ADELIANA DAL PONT  
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
 Secretário de Finanças

#### Portaria Nº 028/2013/Sf

PORTARIA Nº 028/2013/SF  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº 980/2013, de 28 de maio de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
 18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.0812.0206.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
 5 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 4.000,00

18.01.27.812.0206.2.087 - Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades - FUNESJ  
 20 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 50.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00  
 Total deste Órgão R\$ 54.000,00  
 Total da Suplementação R\$ 54.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a seguir especificadas:

P. 02 da Portaria nº 028/2013/SF

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
 18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.0812.0206.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

7 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção,  
 Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
 9 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 14.000,00

18.01.27.812.0206.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa Desportos Comunitário e Rendimentos - FUNESJ  
 24 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
 Recursos Próprios R\$ 40.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 40.000,00  
 Total deste Órgão R\$ 54.000,00  
 Total da Redução R\$ 54.000,00

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Finanças em São José (SC), 03 de dezembro de 2013  
 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
 Secretário de Finanças

#### Portaria Nº 029/2013/Sf

PORTARIA Nº 029/2013/SF  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto nº 980/2013, de 28 de maio de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 36.162,00 (trinta e seis mil, cento e sessenta e dois reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0204.2.455 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Projetos Especiais

33 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção, Recursos Próprios R\$ 5.385,00  
35 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 777,00  
Total desta Atividade R\$ 6.162,00  
Total deste Órgão R\$ 6.162,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0202.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social  
476- 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recursos Próprios R\$ 30.000,00  
Total desta Atividade R\$ 30.000,00  
Total deste Órgão R\$ 30.000,00  
Total da Suplementação R\$ 36.162,00

P. 02 da Portaria nº 29/2013/SF

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 36.162,00 (trinta e seis mil, cento e sessenta e dois reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.18.541.0212.3.905 - Recuperação do Mangue da Beira Mar de São José

51 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 6.162,00  
Total desta Atividade R\$ 6.162,00  
Total deste Órgão R\$ 6.162,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.26.782.0208.1.099 - Viabilizar a Rodoviária Interestadual

507 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, Recursos Próprios R\$ 30.000,00  
Total desta Atividade R\$ 30.000,00  
Total deste Órgão R\$ 30.000,00  
Total da Redução R\$ 36.162,00

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Finanças em São José (SC), 05 de dezembro de 2013.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Errata ao Resultado da Dispensa de Licitação Nº 078/2013**

ERRATA AO RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2013 - Processo nº 341/2013.- A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras e equipe de apoio, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 27/11/2013, ONDE SE LÊ: "Valor: R\$ 44.651,54 (quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). " LEIA-SE: "Valor: R\$ 31.965,80 (trinta e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)."

**Resultado da Concorrência Nº 004/2013**

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2013 - Processo nº 230/2013 Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção em ruas com pavimentação asfáltica no Município de São José. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª Radial Engenharia, Construções e Drenagens LTDA; 2ª GMC - Gerson Matos Construções LTDA; e 3ª SETEP Construções SA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente/CPL.

**Resultado do Pregão Eletrônico 037/2013**

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 037/2013 - Processo nº 248/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de suprimentos de informática para atender as unidades de ensino do Município de São José conveniadas com o programa PROINFO do Governo Federal / Ministério da Educação x Município de São José. Contratado: Escrimate Comercial e Serviços de Informática LTDA. Valor Total: R\$ 110.099,40 (cento e dez mil, noventa e nove reais e quarenta centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 104/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 104/2013 - Processo nº 261/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças, em bombas de incêndio, tanques de água nos veículos de combate a incêndios e reboques que compõe a frota da 1ª CIA de Bombeiros Militares de São José/SC. Contratado: Domingo Martins Auto Center Peças LTDA (Lote 01, 02 e 03). Valor Máximo por Lote (para mão de obra / para peças): Lote 01, 02 e 03 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) / R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 105/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 105/2013 - Processo nº 259/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças, nas sinalizações de emergência e equipamentos de radiocomunicação dos veículos que compõe a frota da 1ª CIA de Bombeiros Militares de São José/SC.. Contratado: ACN Com. De Produtos de Trânsito LTDA (Lote 01). Valor Máximo (para peças / para mão de obra): R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) / R\$ 10.666,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e seis reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 116/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 116/2013 - Processo nº 300/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos de arquitetura, engenharia e complementares para estabelecimentos assistenciais de saúde do Município de São José/SC. Contratado: Mosaico Projetos e Construções LTDA ME. Valor Total: R\$ 349.998,00 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 122/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 122/2013 - Processo nº 318/2013: Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de documentos de cobrança (carnês) de imposto predial e territorial urbano (IPTU), para o exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de São José/SC. Contratado: POSTMIX Soluções Gráficas LTDA. Valor Total: R\$ 47.080,00 (quarenta e sete mil e oitenta reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Convocação de Servidora**

A Prefeitura de São José, através da Secretaria de Saúde, convoca a senhora Elizabeth Ribeiro dos Santos a comparecer no Setor de Gestão de Pessoas, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de perda de cargo.

Atenciosamente,

VALDIR COELHO JUNIOR  
Coordenador de Gestão de Pessoas/RH

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 172/2013**

PORTARIA Nº 172/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR - A Servidora ALESSANDRA LUIZ VILELA, do cargo em comissão de ASSESSORA PARLAMENTAR, lotada no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro 2013.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS.  
PRESIDENTE

Registrada em \_ / \_ /  
Publicada em \_ / \_ /

**Portaria Nº 173/2013**

PORTARIA Nº 173/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR - O Servidor LUIZ CESAR DOS SANTOS VIEIRA, do cargo em comissão de OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR, lotado no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro 2013.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS.  
PRESIDENTE

Registrada em \_ / \_ /  
Publicada em \_ / \_ /

**Portaria Nº 174/2013**

PORTARIA Nº 174/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor ARTUR MARQUES, para exercer o cargo em comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar, lotado no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro de 2013.  
SANDERSON ALEMECI DE JESUS  
PRESIDENTE

Registrada em  
Publicada em

**Portaria Nº 175/2013**

PORTARIA Nº 175/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR - O Servidor Thiago Antonio Pereira Knoll, do cargo em comissão de OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no gabinete da Vereadora Meri Terezinha De Melo Hang conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro 2013.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS.  
PRESIDENTE

Registrada em \_ / \_ /  
Publicada em \_ / \_ /



**Portaria Nº 176/2013**  
PORTARIA Nº 176/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - A Senhora EDUARDO KAHL, para exercer o cargo em comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar I, lotado no gabinete do Vereador Telmo Pedro Vieira, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro de 2013.

SANDERSON ALEMECI DE JESUS  
PRESIDENTE

Registrada em  
Publicada em

**SJPREV**

**Designação**

PORTARIA Nº 04, de 05 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 11 da Lei Complementar nº 05/2002,

CONSIDERANDO, a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

CONSIDERANDO, a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

CONSIDERANDO, que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC);

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam designados como pregoeiros: CAROLINE MARAFIGO MELO, E EDUARDO DE LEMOS MACIEL.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio dos pregoeiros os servidores: CAROLINE MARAFIGO MELO, EDUARDO DE LEMOS MACIEL E SABRINA FREDERICO ARES.

Art.3º - Fica concedido aos pregoeiros, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2013, para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art.4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

São José, 05 de dezembro de 2013.  
CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**São Lourenço do Oeste**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 4.775, de 06 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.775, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 383.000,00 (trezentos e oitenta e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.091.4503.2.008 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 24  
Aplicação Direta R\$ 13.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0018 32  
Aplicação Direta R\$ 250.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0018 50  
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00

SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 85  
Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.00

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.091.4503.2.008 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 23



Aplicação Direta R\$ 13.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 155

Aplicação Direta R\$ 250.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 52

Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.00

SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 87

Aplicação Direta R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 169/2013, PR Nº 115/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 20/12/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, PARQUE DE MÁQUINAS MUNICIPAL, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE E CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº 305/2013, de 20 de Novembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2013, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 034/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: aditar o item 1, reajustar e prorrogar a vigência do Contrato nº 126/2012, de 30/03/2012, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o ano de 2014.

Valor Aditado: R\$ 2.211,45 (dois mil, duzentos e onze reais e

quarenta e cinco centavos).

Valor após Reajuste: R\$ 1.759,45 (um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) mensais.

Data de Assinatura: 20/11/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza Júnior - pela Contratada.

#### **Retificação do Extrato do Contrato Nº 299/2013, de 14 de Novembro de 2013.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 299/2013, de 14/11/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 29/11/2013 - edição 1378 - pag. 541, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 116/2009, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 09/2009.

Locatário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locador: Mario Luiz Deon, CPF nº 515.974.549-15.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 200/2009, de 07/12/2009 (originário do Processo Licitatório nº 116/2009, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 09/2009, cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BEUX SOBRINHO, Nº 680, BAIRRO BRASÍLIA, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), até a data de 07/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de locação do imóvel para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, pela locação do imóvel, o valor mensal de R\$ 2.235,42 (dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), referente ao período de 31/12/2013 a 30/11/2014, e R\$ 521,60 (quinhentos e vinte e um reais e sessenta centavos) referente ao período de 1º a 07/12/2014, totalizando o valor de R\$ 25.111,22 (vinte e cinco mil, cento e onze reais e vinte e dois centavos), até 07 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 14/11/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 07/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mario Luiz Deon - pela Contratada.

#### **Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 1155, de 25 de Junho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1155, DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 401010376, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: MARLI GONÇALVES, CPF nº 051.404.499-35.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1155, de 25/11/2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645W7E, com registro no

patrimônio do Município sob o nº 10563, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e MARLI GONÇALVES - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 384, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 384, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302274561, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: IVANIA MARIA LUCHETA RAVARENA, CPF nº 033.192.249-56.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 384, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD7V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7427, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e IVANIA MARIA LUCHETA RAVARENA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 385, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302233580, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: JANDIRA MARTINS MARIA, CPF nº 025.393.369-22.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 385, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KF17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7428, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e JANDIRA MARTINS MARIA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 387, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 387, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302274650, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: ROSALINA GOBI BERTOTTO, CPF nº 001.019.719-23.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 387, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KG3K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7430, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ROSALINA GOBI BERTOTTO - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 390, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 390, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1000445264, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: VALDIR NEZZI, CPF nº 894.494.109-25.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 390, de 22/09/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH5X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7433, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e VALDIR NEZZI - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 392, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 392, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 200766619, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: JUSTINA SECCO COSTA, CPF nº 069.954.689-37.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 392, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KJ3T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7435, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e JUSTINA SECCO COSTA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 394, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 394, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500425019, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: LEOMAR BURILLE, CPF nº 079.385.989-17.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 394, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KK1M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7437, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e LEOMAR BURILLE - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 395, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 395, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº

83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302274626, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: ZÉLIA GOBBI, CPF nº 069.954.689-37.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 395, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KK56, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7438, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ZÉLIA GOBBI - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 396, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 396, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302274553, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: CLAUDECIR COMPANHONI, CPF nº 734.196.999-72.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 396, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KL2U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7439, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e CLAUDECIR COMPANHONI - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 397, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300396180, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: INÊS DALMAGO SANTIN, CPF nº 915.610.439-15.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 397, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 7440, com registro no patrimônio do Município sob o nº 1A393KM5C, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e INÊS DALMAGO SANTIN - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 413, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 413, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 300395981, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: ELENIR MILAN, CPF nº 063.589.279-06.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 413, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KY2X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7456, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ELENIR MILAN - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 475, de 04 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 475, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302233547, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: NOELI APARECIDA CHAGAS GRESKI, CPF nº 046.314.419-84.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 475, de 04/09/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KQ5O, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7443 com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro e 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e NOELI APARECIDA CHAGAS GRESKI - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 213, de 1º de Abril de 2013.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 213, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 213, de 1º/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393K89Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7466, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 214, de 1º de Abril de 2013.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 214, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 214, de 1º/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KR86, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7445, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 389, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 389, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº



83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 389, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH1D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7432, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 391, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 391, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 391, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH9H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7434, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 393, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 393, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 393, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KJ7D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7436, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

#### **Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 410, de 22 de Setembro de 2011.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 410, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 410, de 22/09/2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KW6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7453, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 22/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### **Lei Complementar Nº 93, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera os Percentuais de Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP - Definidos no Art. 2º da Lei Complementar nº31/2004, Alterada pela Lei Complementar nº50/2008".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Os percentuais constantes do Art. 2º da Lei Complementar nº31/2004 e alterados pela Lei Complementar nº50/2008, referentes à Classe Primários, passam a vigorar com os seguintes valores, cuja redação é abaixo definida.

CLASSE PRIMÁRIOS	
FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	75,00
2.001 a 5.000	100,00
5.001 a 10.000	125,00
10.001 a 15.000	150,00
15.001 a 20.000	1.000,00
20.001 a 25.000	2.000,00
25.001 a 30.000	3.000,00
Acima de 30.001	4.000,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

#### **Lei Complementar Nº 94, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera o §3º do Artigo 91 da Lei Complementar nº05/1997 para Autorizar o Poder Executivo Municipal a Conceder Férias Coletivas".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O §3º do Artigo 91 da Lei Complementar nº05/1997 passa a ter a seguinte redação:

§3º As férias anuais não poderão ser fracionadas salvo:

- I - em caso de férias coletivas, regulamentadas por ato do chefe do poder executivo;
- II - em caso de Recesso de final de ano, regulamento por Ato do Chefe do Poder Executivo;
- III - por motivo de calamidade pública, comoção interna, guerra, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por comprovado motivo de interesse público.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 798, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 798, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera a Planilha das Receitas Por Categoria Econômica, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Prioridades das Despesas Próprias em Saúde, o Demonstrativo das Prioridades e despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, o Demonstrativo de Resultado Primário, o Demonstrativo I das Metas Anuais, o Demonstrativo III das Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores e as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais da Lei 785/2013 - LDO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha das Receitas por Categoria Econômica no valor total, o Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Prioridades das despesas Próprias em Saúde, o Demonstrativo das Prioridades e despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, o Demonstrativo do Resultado Primário, o Demonstrativo I das Metas Anuais, o Demonstrativo III das Metas Anuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores e a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais abaixo identificadas em seu valor:

- 1 - Ação 2.009 - Aquisição de um terreno para área industrial alterando o valor total para R\$ 350.000,00;
  - 2 - Ação 2.048 - Projeto de Iluminação Natalina alterando o valor total para R\$ 0,00;
  - 3 - Ação 2.067 - Construção de Praças e Parques alterando o valor total para R\$ 350.000,00;
  - 4 - Ação 2.083 - Construção de Pontes alterando o valor total para R\$ 700.000,00;
  - 5 - Ação 2.073 - Construção de um Muro alterando o valor para R\$ 0,00;
  - 6 - Ação 2.069 - Pavimentação de Ruas a Asfalto alterando o valor para R\$ 1.300.000,00;
  - 7 - Ação 2.068 - Pavimentação de Ruas a Lajota alterando o valor para R\$ 700.000,00;
  - 8 - Ação 2.064 - Implantação de uma Base do Samu alterando o valor para R\$ 0,00
- Segue em anexo as planilhas alteradas.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 799, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 799, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, Instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Plano Municipal de Saneamento Básico, como

instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem como diretrizes respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 2º. Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I - a universalização, a integralidade e a disponibilidade;
- II - preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- III - a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV - a articulação com outras políticas públicas;
- V - a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- VI - a utilização de tecnologias apropriadas;
- VII - a transparência das ações;
- VIII - controle social;
- IX - a segurança, qualidade e regularidade;
- X - a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 3º. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de São Pedro de Alcântara

Parágrafo Único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do presente Plano:

- I - Garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
- II - Implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
- III - Criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- IV - Estimular a conscientização ambiental da população e
- V - Atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 4º. Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I - Abastecimento de Água;
- II - Esgotamento Sanitário;
- III - Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e
- IV - Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.

Art. 5º. Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara deverá respeitar o que determina a Lei Municipal nº 795 de 18 de novembro de 2013, que estabelece a Política Municipal de Saneamento, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que integra o Anexo I desta lei.

§ 1º. A revisão de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de São Pedro de Alcântara.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:



I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 4º. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de São Pedro de Alcântara estiver inserido, se houver.

Art. 6º. A gestão dos serviços de saneamento básico terão como instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 7º. A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Executivo Municipal, independente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º. Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º. A administração municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 8º. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, às infrações ao disposto nessa Lei e seus instrumentos acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I - advertência, com prazo para a regularização da situação;

II - multa simples ou diária;

III - interdição.

Parágrafo único. Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

Art. 9º. Na aplicação da penalidade da multa, a autoridade levará em conta sua intensidade e extensão.

§ 1º. No caso de dano ambiental, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a autoridade levará em consideração a degradação ambiental, efetiva ou potencial, assim como a existência comprovada de dolo.

§ 2º. A multa pecuniária será graduada entre R\$ 150,00 e R\$ 150.000,00.

§ 3º. O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei nº 795 de 18 de novembro de 2013 e suas alterações.

Art. 10. A penalidade de interdição será aplicada:

I - Em caso de reincidência;

II - quando da infração resultar:

a) contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;

b) degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas;

c) risco iminente à saúde pública.

Art. 11. Os Programas, Projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

Parágrafo Único. Os Regulamentos comporão anexos do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de

Alcântara e deverão ser identificados por número romano, na ordem de sua disposição.

Art. 12. Constitui órgão superior do presente Plano, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico, constituído com base no artigo 28 da Lei Municipal nº 795 de 18 de novembro de 2013.

Art. 13. Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara o documento anexo a esta LEI.

Art. 14. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 800, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 800, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera o Elemento de Despesa do Projeto 1023-Implantação de uma Base do SAMU da Lei nº797 de 26 de novembro de 2013."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alterar o elemento de despesa do projeto 1023 - Implantação de uma Base do SAMU da Lei 797/2013.

Onde lê-se 4.4.90.00.0.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas

o correto é 3.3.90.00.0.00.00.00.0.1.0002- Aplicações Diretas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir novembro de 2013.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 801, de 02 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 801, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Regulamenta o Pagamento das Contribuições Previdenciárias Incidentes Sobre a Remuneração de Servidores de Outros Entes da Federação Cedidos ao Município de São Pedro de Alcântara e dá Outras Providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Município de São Pedro de Alcântara, ao receber servidor de outro ente da federação para ocupar cargo na condição de agente político e que optar pela remuneração deste, será o responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Próprio de Previdência Social a que o servidor cedido estiver vinculado.

§1º O encargo da contribuição previdenciária devida ao Regime Próprio de Previdência Social a que o servidor cedido estiver vinculado, parte patronal, é de responsabilidade do tesouro do Município de São Pedro de Alcântara.

§2º A contribuição previdenciária devida ao Regime Próprio de

Previdência Social pelo segurado, será descontada da sua remuneração quando do seu pagamento.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação fixada na Lei Orçamentária Anual, nos respectivos centros de custos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013.

São Pedro de Alcântara, 03 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

## Palnilha da Lei 798/2013

### Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1  
Data: 14/11/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	9.825.870,00	11.166.749,00	13,650	12.570.226,00	12,570	15.259.742,00	21,400	15.845.614,00	3,840	16.121.038,00	1,740
Receitas Primárias (I)	9.529.720,00	10.804.874,00	13,380	12.299.196,00	13,830	14.830.186,00	20,580	12.429.100,00	(16,190)	12.693.198,00	2,120
Despesa Total	9.825.870,00	11.166.749,00	13,650	12.570.226,00	12,570	15.259.742,00	21,400	15.845.614,00	3,840	16.121.038,00	1,740
Despesas Primárias (II)	9.771.782,00	11.122.749,00	13,830	12.404.226,00	11,520	15.159.742,00	22,210	12.599.730,00	(16,890)	12.725.914,00	1,000
Resultado Primário III = (I-II)	(242.062,00)	(317.875,00)	31,320	(105.030,00)	(66,960)	(329.556,00)	213,770	(170.630,00)	(48,220)	(32.716,00)	(80,830)
Resultado Nominal	384.705,00	980.115,00	154,770	1.783.630,00	81,980	25.674,00	(98,560)	27.630,00	7,620	27.713,00	0,300
Dívida Pública Consolidada	30.705,00	10.820,00	(64,760)	994.450,00	9.090,850	819.370,00	(17,610)	747.000,00	(8,830)	674.713,00	(9,680)
Dívida Consolidada Líquida	1.969.295,00	989.180,00	(49,770)	794.450,00	(19,690)	680.630,00	(14,330)	653.000,00	(4,060)	625.287,00	(4,240)

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	11.301.715,00	11.948.421,00	5,720	12.570.226,00	5,200	14.317.097,00	13,900	14.147.870,00	(1,180)	13.535.716,00	(4,330)
Receitas Primárias (I)	10.961.083,00	11.561.215,00	5,480	12.229.196,00	5,780	13.940.375,00	13,990	11.097.411,00	(20,390)	10.657.597,00	(3,960)
Despesa Total	11.301.715,00	11.948.421,00	5,720	12.570.226,00	5,200	14.317.097,00	13,900	14.147.870,00	(1,180)	13.535.716,00	(4,330)
Despesas Primárias (II)	11.239.503,00	11.901.341,00	5,310	12.404.226,00	4,230	14.250.157,00	14,880	11.249.759,00	(21,060)	10.684.331,00	(5,030)
Resultado Primário III = (I-II)	(278.420,00)	(340.126,00)	22,160	(175.030,00)	(48,540)	(309.782,00)	76,990	(152.348,00)	(50,820)	(26.734,00)	(82,450)
Resultado Nominal	442.487,00	1.048.723,00	137,010	1.783.630,00	70,080	24.221,00	(98,640)	24.670,00	1,850	23.269,00	(5,680)
Dívida Pública Consolidada	35.316,00	11.577,00	(67,220)	994.450,00	8.489,880	772.991,00	(22,270)	666.964,00	(13,720)	566.510,00	(15,060)
Dívida Consolidada Líquida	2.265.083,00	1.058.422,00	(53,270)	794.450,00	(24,940)	642.104,00	(19,180)	583.036,00	(9,200)	0,00	(100,000)

## Planilha da Lei 798/2013

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 14/11/2013

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	8.545.676,00	10.053.013,00	11.888.424,00	12.353.685,00	12.279.100,00	12.749.198,00
Receita Tributária	714.863,00	747.025,00	799.832,00	916.368,00	946.100,00	999.642,00
Receita de Contribuição	332.897,00	508.066,00	1.084.455,00	1.029.132,00	1.030.000,00	1.035.000,00
Receita Patrimonial	256.150,00	502.539,00	675.030,00	343.500,00	350.000,00	356.000,00
Aplicações Financeiras (II)	256.150,00	502.539,00	675.030,00	343.500,00	350.000,00	356.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	6.603.366,00	7.568.299,00	8.307.800,00	9.144.202,00	9.230.000,00	9.663.556,00
Demais Receitas Correntes	638.400,00	727.084,00	1.021.307,00	920.483,00	723.000,00	695.000,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	8.289.526,00	9.550.474,00	11.213.394,00	12.010.185,00	11.929.100,00	12.393.198,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	995.000,00	675.000,00	800.000,00	3.040.000,00	550.000,00	400.000,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	40.000,00	150.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Transferência de Capital	955.000,00	525.000,00	700.000,00	2.820.000,00	500.000,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	955.000,00	525.000,00	700.000,00	2.820.000,00	500.000,00	300.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	9.244.526,00	10.075.474,00	11.913.394,00	14.830.185,00	12.429.100,00	12.693.198,00
DESPESAS CORRENTES (X)	6.931.612,00	8.182.819,00	10.171.166,00	9.983.242,00	10.469.730,00	10.480.914,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.717.963,00	4.114.528,00	5.543.286,00	5.187.292,00	5.519.730,00	5.850.914,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.213.649,00	4.068.291,00	4.627.880,00	4.795.950,00	4.950.000,00	4.630.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	6.931.612,00	8.182.819,00	10.171.166,00	9.983.242,00	10.469.730,00	10.480.914,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.778.100,00	2.916.854,00	2.676.060,00	5.123.500,00	2.100.000,00	2.200.000,00
Investimentos	2.741.100,00	2.876.854,00	2.520.060,00	4.673.500,00	2.000.000,00	2.120.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	37.000,00	40.000,00	156.000,00	100.000,00	100.000,00	80.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	2.741.100,00	2.876.854,00	2.520.060,00	5.023.500,00	2.000.000,00	2.120.000,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	6.270,00	4.850,00	15.000,00	53.000,00	30.000,00	25.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	92.798,00	98.225,00	98.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	9.771.780,00	11.162.748,00	12.804.226,00	15.159.742,00	12.599.730,00	12.725.914,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(527.254,00)	(1.087.274,00)	(890.832,00)	(329.557,00)	(170.630,00)	(32.716,00)

**Planilha da Lei 798/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA****Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014  
DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS**

R\$ 1.000,00

LRF, art. 4º, §1º

Especificação	Metas para 2014			Metas para 2015			Metas para 2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (N/A)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)
Receita Total	15.259.742,00	14.317.097,48		15845.614,00	14.147.869,64		16.121.038,00	13.535.716,20	
Receita Primária (I)	14.830.186,00	13.940.374,84		12.429.100,00	11.097.410,71		12.693.198,00	10.657.596,97	
Despesa Total	15.259.742,00	14.317.097,48		15.845.614,00	14.147.869,64		16.121.038,00	13.535.716,20	
Despesa Primária (II)	15.159.742,00	14.250.157,48		12.599.730,00	11.249.758,92		12.725.914,00	10.684.330,81	
Resultado PrimárioIII = (I-II)	(329.556,00)	(309.782,64)		(170.630,00)	152.348,21		(32.716,00)	(27.469,35)	
Resultado Nominal	25.674,00	24.220,75		27.630,00	24.669,64		27.713,00	23.268,68	
Dívida Pública Consolidada	819.370,00	772.990,56		747.000,00	666.964,28		674.713,00	566.509,65	
Dívida Consolidada Líquida	(680.630,00)	(642.103,77)		(653.000,00)	(583.035,71)		(625.287,00)	(525.010,07)	

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MUNICIPIO SAUDAVEL	0009

Objetivo do programa:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONOMICAS QUE VISEM A REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	2 A	IMPLANTAÇÃO DE UMA BASE DO SAMU.	ANO (UND)	1,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

IMPLANTAÇÃO DE UMA BASE DO SAMU.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.1.0002 - RECURSO ORDINARIO - 15% SF	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010

Objetivo do programa:

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS PUBLICOS E AS OBRAS DE FORMA GERAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.073	2 A	CONSTRUÇÃO DE UM MURO	ANO (UND)	1,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE UM MURO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

LRF, Art 12, §3º da Lei Complementar nº 101/2000.

<b>Especificação</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
RECEITAS CORRENTES(I)	13.588.520,40	14.332.612,00	14.915.743,00
Receita Tributária	906.368,00	963.900,00	1.019.279,00
Receita de Contribuição	540.762,00	605.508,00	620.508,00
Receita Patrimonial	0,00	268.620,00	269.750,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.528,00	12.900,00	13.200,00
Transferências Correntes	10.869.879,00	11.619.120,00	12.152.151,00
Outras receitas correntes	920.483,40	862.564,00	840.855,00
<b>DEDUÇÕES(II)</b>	<b>2.072.938,40</b>	<b>2.136.827,00</b>	<b>2.244.534,00</b>
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	1.725.676,40	1.796.319,00	1.904.026,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	345.136,00	338.308,00	338.308,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	2.126,00	2.200,00	2.200,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(I-II)</b>	<b>11.515.582,00</b>	<b>12.195.785,00</b>	<b>12.671.209,00</b>

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010

Objetivo do programa:

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS PUBLICOS E AS OBRAS DE FORMA GERAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.067	1 A	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES	ANO (UND)	1,000	350.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>350.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010

Objetivo do programa:

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS PUBLICOS E AS OBRAS DE FORMA GERAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.083	2 A	CONSTRUÇÃO DE PONTES.	ANO (UND)	1,000	700.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE PONTES.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0053 - CONVENIO SECRETARIA DE DE:	0,00	450.000,00	450.000,00
<b>Total:</b>			<b>250.000,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

**Planilha da Lei 798/2013**

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1  
Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0003

Objetivo do programa:

ALCANÇAR EXITO NA QUALIDADE E PRESTEZA NAQUILO QUE É CONCERNENTE A AREA COM VISTAS A GARANTIA DO BEM ESTAR COMUM DA SOCIEDADE.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	2	A	AQUISIÇÃO DE UM TERRENO PARA AREA INDUSTRIAL	ANO (UND)	1,000	350.000,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE UM TERRENO PARA AREA INDUSTRIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>350.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>



**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010

Objetivo do programa:

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS PUBLICOS E AS OBRAS DE FORMA GERAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	2 A	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS A LAJOTA.	ANO (UND)	15,000	700.000,00

**II - Descrição das Ações**

PAVIMENTAÇÃO DE RUAS A LAJOTA.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0053 - CONVENIO SECRETARIA DE DE:	0,00	600.000,00	600.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0206 - CONVENIO MINISTERIO DAS CI	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

## Planilha da Lei 798/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS**  
**PRÓPRIAS COM SAÚDE**

RECEITAS	PREVISÃO		
	2014	2015	2016
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)			
Impostos	10.300.716,40	10.681.761,00	11.237.198,00
	1.672.334,40	1.551.236,00	1.5732.642,00
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	265.213,00	283.778,00	303.642,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	419.300,00	444.458,00	472.000,00
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis – ITBI	53.950,00	55.000,00	57.000,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	113.208,00	115.000,00	117.000,00
Multas, Juros de Mora e outros encargos dos Impostos	2.000,00	3.000,00	4.000,00
Divida Ativa dos Impostos	282.022,15	250.000,00	230.000,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e outros encargos da Divida Ativa de Impostos	536.641,25	400.000,00	390.000,00
Receitas de Transferências Constitucionais Legais			
Da União	5.713.162,00	6.055.952,00	6.419.309,00
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	5.684.780,00	6.025.867,00	6.387.419,00
Cota Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR	16.382,00	17.365,00	18.407,00
Transferência Financeira aos Municípios – Lei Complementar nº 87/1996	12.000,00	12.720,00	13.483,00
Do Estado	2.915.220,00	3.074.573,00	3.244.247,00
Cota Parte do ICMS	2.550.000,00	2.703.000,00	2.865.180,00
Cota Parte do IPI-Exportação	39.220,00	41.573,00	44.067,00
Cota Parte do IPVA	326.000,00	330.000,00	335.000,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM IMPOSTOS</b>	<b>10.300.716,40</b>	<b>10.681.761,00</b>	<b>11.237.198,00</b>
<b>PRIORIDADES E DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>PRIORIDADES</b>		
Por grupo de natureza de despesa	2014	2015	2016

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	1.579.358,75	1.674.120,00	1.774.567,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.579.358,75	1.674.120,00	1.774.567,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	465.572,73	470.000,00	595.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	235.000,00	215.000,00	200.000,00
INVESTIMENTOS	235.000,00	215.000,00	200.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTA(IV)</b>	<b>2.279.931,48</b>	<b>2.359.120,00</b>	<b>2.569.567,00</b>
<b>PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAUDE</b>	<b>PRIORIDADES</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE – RECURSOS PROPRIOS	1.549.212,48	1.609.082,00	1.797.952,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	30.000,00	40.000,00	50.000,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saude –SUS	700.719,00	710.038,00	721.615,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAUDE PROPRIOS (V)</b>	<b>1.549.212,48</b>	<b>1.609.082,00</b>	<b>1.797.952,00</b>
<b>PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V/I)</b>	<b>15,04</b>	<b>15,06</b>	<b>16,00</b>
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAUDE ( POR SUBFUNÇÃO)</b>	<b>2.279.931,48</b>	<b>2.359.120,00</b>	<b>2.569.567,00</b>
ATENÇÃO BÁSICA	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00
TOTAL	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	06.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO.	06.02
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	CULTURA E TURISMO	0008

Objetivo do programa:

RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE CULTURAL, PROTEGER E PROMOVER O PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO, VALORIZAR E DIFUNDIR AS CRIAÇÕES ARTÍSTICAS E OS BENS CULTURAIS, ESTIMULAR A PRESENÇA DA ARTE E DA CULTURA NO AMBIENTE EDUCACIONAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	2 A	PROJETO DE ILUMINAÇÃO NATALINA E OUTROS.	ANO (UND)	1,000	0,00

**II - Descrição das Ações**

PROJETO DE ILUMINAÇÃO NATALINA E OUTROS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Planilha da Lei 798/2013****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/1

Data: 21/10/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	07.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010

Objetivo do programa:

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SERVIÇOS PUBLICOS E AS OBRAS DE FORMA GERAL.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.069	2 A	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS A ASFALTO.	ANO (UND)	7,000	1.300.000,00

**II - Descrição das Ações**

PAVIMENTAÇÃO DE RUAS A ASFALTO.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0053 - CONVENIO SECRETARIA DE DE:	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0.1.0206 - CONVENIO MINISTERIO DAS CI	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.300.000,00</b>







**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

Data: 21/10/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.333.176,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.333.176,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.550.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-510.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	326.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-65.200,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	39.220,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-7.844,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	1.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.084.988,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.084.988,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.		161.694,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	161.694,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	161.694,00		
4.1.7.6.2.99.01.00.00	CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	141.194,00		
4.1.7.6.2.99.02.00.00	CONVENIO SSP - MULTA DE TRANSITO	8.500,00		
4.1.7.6.2.99.03.00.00	TRANSF. FEAS-BENEFICIO EVENTUAL	12.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		917.483,40	
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		538.641,25	
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	500,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	500,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	536.641,25		
4.1.9.1.3.11.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	129.794,93		
4.1.9.1.3.13.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	239.640,55		
4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	167.205,77		
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.000,00	
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		282.022,15	
4.1.9.3.1.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	282.022,15		
4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	87.090,52		
4.1.9.3.1.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	93.743,48		
4.1.9.3.1.99.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	101.188,15		
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		93.820,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			2.820.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		200.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		200.000,00	
4.2.1.1.9.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	200.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		20.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		20.000,00	
4.2.2.1.5.00.00.00.00	Alienação de Veículos	20.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.600.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.600.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	100.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	100.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00	CONVENIO MINISTERIO DAS CIDADES	100.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.500.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	2.500.000,00		
4.2.4.7.2.99.01.00.00	CONVENIO COHAB	50.000,00		
4.2.4.7.2.99.08.00.00	CONV. SEC DESENV. REGIONAL	2.450.000,00		
<b>Total das receitas:</b>			<b>13.371.038,00</b>	
<b>Total por entidade:</b>			<b>13.371.038,00</b>	

**Entidade: 2 - INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA****RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			614.262,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		10.000,00	

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

Página: 3/4  
 Data: 21/10/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		10.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	10.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	10.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	10.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		347.262,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		347.262,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	347.262,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo Civil	345.136,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. de Servidor Inativo Civil	2.126,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		254.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		254.000,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	254.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	254.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.000,00	
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			566.898,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		488.370,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		488.370,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	488.370,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	488.370,00		
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		78.528,00	
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AI		78.528,00	
4.7.9.4.0.01.00.00.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/	78.528,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>1.181.160,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>1.181.160,00</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNIC DE SAUDE SAO PEDRO DE ALCANTARA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			707.544,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		6.825,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		6.825,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.825,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	6.825,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		10.050,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		10.050,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.050,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	10.050,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	10.050,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec de Rem. de Dep. Banc. de Recursos - Vinc. F.S.	8.600,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec de Rem. de Dep. Banc. de Recursos - Vinc. F.S.	50,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec de Rem. de Dep. Banc. de Recursos - Vinc. F.S.	1.400,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		690.669,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		690.669,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	571.074,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	571.074,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIA PAB	110.170,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	TRANSFERENCIA PACS	102.600,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	TRANSFERENCIA PSF	171.120,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	TRANSF. FARMACIA BASICA	26.434,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	TRANSFERENCIA SAUDE BUCAL	53.250,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	4.800,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	4.800,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.10.00	TRANSFERENCIA MAC	4.800,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	23.500,00		
4.1.7.2.1.33.13.40.00.00	VIGILANCIA EM SAUDE	23.500,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferencia PMAQ	79.200,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	119.595,00		



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

Data: 21/10/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

**Entidade: 3 - FUNDO MUNIC DE SAUDE SAO PEDRO DE ALCANTARA****RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	119.595,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	TRANSFERENCIA - NASFI	48.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transferencia Assistência Farmaceutiva.	21.195,00		
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Transferencia Co-Financiamento	50.400,00		

**Total das receitas: 707.544,00****Total por entidade: 707.544,00****Total geral das transferências: 0,00****Total geral das receitas: 15.259.742,00****Total geral: 15.259.742,00**

**Portaria N.º 321/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 321/2013

Concede férias à servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, ocupante do cargo de Odontólogo - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/12/2013 a 03/01/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Schroeder****PREFEITURA****Decreto N.º 2.811/2013 de 29 de Novembro de 2013**

DECRETO N.º 2.811/2013 de 29 de novembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 26.621,08 (vinte e seis mil seiscentos e vinte e um reais e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.047 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SAMU

3.1.71.70.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Rateio pela Participação em Consórcio Público R\$ 1.306,85

3.3.72.39.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 25.314,23

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0002 R\$ 26.621,08

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto N.º 2.812/2013 de 29 de Novembro de 2013**

DECRETO N.º 2.812/2013 de 29 de novembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 710,50 (setecentos e dez reais e cinquenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0048 - . Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 710,50

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0048 R\$ 710,50

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Ata Tomada de Preços 04/2013-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2013 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 97/2013 <b>Data do Processo:</b> 14/11/2013

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 53/2013 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa ou pessoa física especializada em cardiologia para realização de consultas médicas e testes ergométricos com esteira para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de SCHROEDER/ SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto o presidente encerra a sessão.

Schroeder, 5 de Dezembro de 2013

**COMISSÃO:**

ORLANDO TECILLA	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Daniela Samulescki	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Nádia Cristiane Hefter Tambosi	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Membro Suplente

**Decreto Nº 2.816/2013 de 4 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 2.816/2013 de 4 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Material de Consumo R\$ 2.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0066 R\$ 4.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 2.817/2013, de 05 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 2.817/2013, de 05 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 6218/2013, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Dalila Isabel Ronchi Konell;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Dalila Isabel Ronchi Konell	Professora B	Professora C	B-12-V	C-12-V

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 2.818/2013, de 05 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 2.818/2013, de 05 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
João Esser	19	20

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Cleonice Delmaschio da Silva	C-1	C-2
Marineia Viegutz Anastácio	C-5-IV	C-6-IV
Melani Zelfeld	C-4-I	C-5-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 05 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Dispensa Nº 89/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 89/2013 - DL**

Processo Nr.: 232/2013  
 Data: 03/12/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Código: 12501

Endereço: GUILHERME ZERBIN, 288

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 15.611.245/0001-22

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de materiais para decoração natalina para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Armação Luminosa c/Mangueira Micocomp 3,5mx1,8 cm-BOAS FESTAS (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	PC	930,00	930,00
2	1,00	Armação Luminosa c/Mangueira Micocomp 4,25mx0,65cm-FELIZ NATAL (Item a ser instalado do pórtico de entrada do município)	PC	1.150,00	1.150,00
3	20,00	Cascata - 400 Lâmpadas LED - Estática 7,20x60m - 220 v. (Item a ser instalado no Prédio da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Prédio da Secretaria de Saneamento e Águas, Prédio Defesa Civil, Prédio Procon, Prédio Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer)	PC	129,00	2.580,00
4	21,00	Estrela LED Acrílico Aramado 32 L Branca c/ Flashes (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	PC	55,45	1.164,45
5	120,00	Mangueira LED Decorativa 220 v - Clara (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	M	6,11	733,20
6	40,00	Cordão LED Verde c/ 100 Leds 220 v - na cor Verde (Item a ser instalado nas palmeiras que ficam em frente ao prédio da prefeitura e nas tuílas ao redor do chafariz e praça Cristian Mathias Schroeder)	UN	19,50	780,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Justificativa 1º: Havíamos planejado o projeto de decoração natalina através da possibilidade de locação dos produtos, porém o orçamento ficou em R\$ 19.579,20 a locação dos produtos + R\$ 7.660,00 para montagem e desmontagem, conforme anexo. Justificativa 2º: Conforme verificado os processos licitatórios referentes a aquisição de material elétrico, não identificamos nenhum objeto com as características do produto requisitado. Contrato nº. 168/2013-PMS; Processo Licitatório nº. 129/2013-PMS; Pregão Presencial Registro de Preço nº. 54/2013-PMS; Contrato nº. 156/2013-PMS; Processo Licitatório nº. 117/2013-PMS; Pregão Presencial Registro de Preço nº. 45/2013-PMS; Contrato nº. 157/2013-PMS; Processo Licitatório nº. 117/2013-PMS; Pregão Presencial Registro de Preço nº. 45/2013-PMS; Contrato nº. 158/2013-PMS; Processo Licitatório nº. 117/2013-PMS; Pregão Presencial Registro de Preço nº. 45/2013-PMS; Contrato nº. 159/2013-PMS; Processo Licitatório nº. 117/2013-PMS; Pregão Presencial Registro de Preço nº. 45/2013-PMS; Justificativa 3º: Conforme e-mail recebido pelo setor de licitações, o mesmo não está mais recebendo nenhum processo para licitação, conforme anexo. Assim sendo, Pelo pouco tempo disponível para aquisição dos materiais solicitamos então a dispensa para aquisição dos materiais natalinos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 89/2013 - DL**

Processo Nr.: 232/2013  
Data: 03/12/2013

Folha: 2/2

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 3 de Dezembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

03/12/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 3 de Dezembro de 2013

**Valor da Despesa:** 7.337,65 (sete mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 97/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 97/2013-PMS

PROCESSO Nº. 213/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 05 de dezembro de 2013, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 97/2013-PMS, realizar-se-á em 19 de dezembro de 2013, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 06 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 09/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2013-PMS, PROCESSO Nº. 201/2013-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para reforma parcial da cobertura da Escola Frida Hein Krause, (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo uma área de 375,63m², localizada na Rua Marechal Castelo Branco, do Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo,

planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, nº 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC.

Valor da proposta vencedora: R\$ 46.250,41 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Contrato Nº. 273/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Contrato nº. 273/2013 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 9/2013-PMS - Processo nº. 201/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, nº 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.249-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para reforma parcial da cobertura da Escola Frida Hein Krause, (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo uma área de 375,63m², localizada na Rua Marechal Castelo Branco, do Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 46.250,41 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 141/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 141/2013-FMS

Processo de licitação nº. 104/2013-FMS - Dispensa de Licitação nº. 57/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na Aquisição de produto fornecido ao paciente por meio de ordens judiciais atendidas pelo Município de Schroeder/SC, sendo:



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Filtro Solar FPS50	06	Frasco	23,90	143,40
VALOR R\$ TOTAL					143,40

Valor do contrato: R\$ 143,40 (cento e quarenta e três reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº. 142/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 142/2013-FMS

Processo de licitação nº. 105/2013-FMS - Dispensa de Licitação nº. 58/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CARDIOPRIME S/S, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.160.251/0001-35, estabelecida Rua Amazonas, nº. 301, Garcia, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.020-900.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de Serviço de profissional médico especialista em cardiologia para realização de consultas médicas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Realização de Consultas Médicas cardiologicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.	34	Unid.	70,00	2.380,00
VALOR R\$ TOTAL					2.380,00

Valor do contrato: R\$ 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais)).

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Nº. 143/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 143/2013-FMS

Dispensa nº. 59/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 106/2013-FMS

CONTRATANTE/LOCAT: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA/LOCADORA: MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - PARÓQUIA SÃO VENDELINO, inscrita no CNPJ sob nº. 84.708.478/0048-24, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, s/n, Centro, nesta cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-00.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação do galpão da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, Schroeder I, sendo a metragem dom galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia realizados pela Equipe Estratégia Saúde da Família 0001 em parceria com o Núcleo de Apoio Saúde da Família de fevereiro a novembro de 2014, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação do galpão da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, Schroeder I, sendo a metragem dom galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia realizados pela Equipe Estratégia Saúde da Família 0001 em parceria com o Núcleo de Apoio Saúde da Família de fevereiro a novembro de 2014, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	10	Mês	275,00	2.750,00
VALOR R\$ TOTAL					2.750,00

Valor do contrato: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), sendo pagos mensalmente R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº. 274/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 274/2013 - PMS

Processo de licitação nº. 232/2013- PMS

Dispensa nº. 89/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: TAFFA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.611.245/0001-22, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 742, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais para decoração natalina para a Secretaria de Agricultura, Indústria,

Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC. conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Armação Luminosa c/ Mangueira Micocomp 3,5mx1,8 cm-BOAS FESTAS (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	1	Peça	930,00	930,00
02	Armação Luminosa c/ Mangueira Micocomp 4,25mx0,65cm-FELIZ NATAL (Item a ser instalado do pórtico de entrada do município)	1	Peça	1.150,00	1.150,00
03	Cascata - 400 Lâmpadas LED - Estática 7,20x60m - 220 v. (Item a ser instalado no Prédio da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Prédio da Secretaria de Saneamento e Águas, Prédio Defesa Civil, Prédio Procon, Prédio Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer)	20	Peça	129,00	2.580,00
04	Estrela LED Acrílico Aramado 32 L Branca c/ Flashes (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	21	Peça	55,45	1.164,45
05	Mangueira LED Decorativa 220 v - Clara (Item a ser instalado na fachada do Prédio da Prefeitura)	120	Metros	6,11	733,20
06	Cordão LED Verde c/ 100 Leds 220 v - na cor Verde (Item a ser instalado nas palmeiras que ficam em frente ao prédio da prefeitura e nas tuias ao redor do chafariz e praça Cristian Mathias Schroeder)	40	Unidade	19,50	780,00
TOTAL R\$					7.337,65

Valor do contrato: R\$ 7.337,65 (sete mil trezentos e tinta e sete reais e sessenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 06/12/2013 - Vigência: 31/12/2013  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Notificação - Processo Administrativo Nº 179/2013

NOTIFICAÇÃO  
Processo Administrativo nº 179/2013

Fica a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA-EPP, CNPJ nº 07.266.548/0001-27, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 219/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 6768/13 não efetuou a entrega do produto dentro do prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Neste caso a ordem de compra foi enviada pelo Município de Schroeder para a empresa Veterinária Sul Catarinense dia 13/11/13, sendo assim, a mesma deveria entregar os produtos dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias, ou seja até dia 20/11/13. Dia

19/11/13 a empresa encaminhou por e-mail o pedido de Prorrogação de Entrega, onde solicita o prazo de mais 15 dias. Dia 05/12/13 encerra-se o tempo adicional concedido a empresa. Por essa Notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto as penalidades previstas na Cláusula Segunda do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverá apresentar justificativa em 10 (dez) dias úteis.

Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida após o prazo de entrega, e a defesa se apresentada sendo indeferida, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Segunda do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções previstas em lei. Atenciosamente,

Schroeder, 05 de dezembro de 2013.

IVANIO DALTON LAUBE

Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

Ao

SR. FABIANO TITONI

Veterinária Sul Catarinense Ltda - EPP

CNPJ: 07.266.548/0001-27

(48) 3525-1398 / 9525-0088 / 9922-2666

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Errata de Dispensa Nº 57/2013-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 57/2013 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 104/2013</b> <b>Data: 03/12/2013</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> FARMACIA ANJO - FARMA LTDA - ME <b>Endereço:</b> AV. MAL. CASTELO BRANCO, 5033 <b>Cidade:</b> Schroeder - SC <b>CNPJ:</b> 06.944.058/0001-70	<b>Código:</b> 9934  <b>Inscrição Estadual:</b> 254.826.695
<b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de produto fornecido ao paciente por meio de ordens judiciais atendidas pelo Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Filtro solar FPS 50	FR	23,90	143,40

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**IV** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA**

Cumprimento de ordem judicial, já houverm tentativas de incluir o produto em licitações, mas estas foram desertas. Nova tentativa de incluir o produto em licitação ocorrerá em janeiro de 2014.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 3 de Dezembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 57/2013 - DL

**Processo Nr.: 104/2013**  
**Data: 03/12/2013**

Folha: 2/2

02/12/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Dezembro de 2013

**Valor da Despesa:** 143,40 (cento e quarenta e três reais e quarenta centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 975/2013

LEI MUNICIPAL Nº 975/2013.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais de conformidade com o inciso II do Art. 5º, parágrafo único da Lei nº 943/2012 de 04/12/2012,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº Lei nº 943/2012 de 04/12/2012, a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.02 - Receita de Impostos e Transferências

Despesa: 03 R\$ 150.000,00

Projeto/Atividade: 2.990 - Contribuição para o CIS-AMOSC

Natureza da Despesa: 3.3.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos

Fonte: 0.1.0002 - Receita de Impostos e Transferências

Despesa: 12 R\$ 30.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 1.510 - Construção do Centro de Eventos de Novo Horizonte

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 38 R\$ 25.209,25

Projeto/Atividade: 1.906 - Implantação de Rede Internet

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 41 R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 2.880 - Transferência a Consórcios Públicos

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Transferência a Consórcios Públicos

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 33 R\$ 5.142,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Transferência a Consórcios Públicos

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 34 R\$ 2.310,24

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Transferência a Consórcios Públicos

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 35 R\$ 1.016,00

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento de Cultura

Projeto/Atividade: 1.700 - Implantação do Museu e Casa da Cultura

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 64 R\$ 2.970,00

Projeto/Atividade: 2.700 - Manutenção das Atividades Culturais

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 66 R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 76- R\$ 9.804,00

Projeto/Atividade: 2.903 - Manutenção dos AAs

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 80 R\$ 8.621,33

Projeto/Atividade: 2.920 - Manutenção do PETI

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 81 R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 1.011 - Construção da Unidade de Abate de Suínos e Bovinos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 88 R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 2.102 - Programa de Adubação Verde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 97 R\$ 2.675,00

Unidade Orçamentária: 07.02 - Departamento de Meio Ambiente e Saneamento

Projeto/Atividade: 1.006 - Implantação de Redes de Água

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 99 R\$ 5.000,00

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento dos Transportes

Projeto/Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 102 R\$ 14.520,87

Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento de Obras e Serviços



Urbanos  
 Projeto/Atividade: 2.120 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 119 R\$ 4.749,31

Projeto/Atividade: 1.121 - Saneamento Básico/Plano de Habitação  
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 116 R\$ 10.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 117 R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 2.880 - Transferência a Consórcios Públicos  
 Natureza da Despesa: 3.1.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 128 R\$3.000,00

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade: 2.810 - Vigilância Sanitária  
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.02 - Receita de Impostos e Transferências  
 Despesa: 14 R\$4.982,00

Projeto/Atividade: 2.820 - Vigilância Epidemiológica  
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.02 - Receita de Impostos e Transferências  
 Despesa: 16 R\$5.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.  
 FRANCISCO ARTUR BOTH  
 Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
 Secretário de Administração

### **Lei Municipal Nº 976/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 976/2013

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças  
 Projeto/Atividade: 2.400 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças  
 Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 23 R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação  
 Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico  
 Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
 Despesa: 43 R\$ 102.501,14

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
 Despesa: 46 R\$ 153.534,05

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
 Despesa: 50 R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
 Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
 Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 1 R\$ 25.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 3 R\$ 13.300,00

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADM E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Pessoal e Serviços Gerais  
 Projeto/Atividade: 2.300 - Manutenção da Administração Geral  
 Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 6 R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária: 03.03 - Departamento de Indústria e Comércio  
 Projeto/Atividade: 1.310 - Programa PROINDUS  
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 18 R\$ 5.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 19 R\$ 5.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças  
 Projeto/Atividade: 1.410 - Programa de Habitação  
 Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
 Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
 Despesa: 28 R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 1.003 - Reforma e Ampliação de Centros Esportivos Educacionais

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 36 R\$ 17.735,19

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 73 R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.010 - Assistência ao Produtor Rural

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 92 R\$ 50.000,00

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Transportes

Projeto/Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 101 R\$ 130.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## Decreto 167/2013

DECRETO Nº 169/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012 em especial a Lei nº 976/2013 de 04/12/2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 2.400 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 23 R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 43 R\$ 102.501,14

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 46 R\$ 153.534,05

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 50 R\$55.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 1 R\$ 25.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 3 R\$ 13.300,00

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADM E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Pessoal e Serviços Gerais

Projeto/Atividade: 2.300- Manutenção da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 6 R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária: 03.03 - Departamento de Indústria e Comércio

Projeto/Atividade: 1.310 - Programa PROINDUS

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 18 R\$ 5.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 19 R\$ 5.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 1.410 - Programa de Habitação

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários

Despesa: 28 R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 1.003 - Reforma e Ampliação de Centros Esportivos Educacionais

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 36 R\$ 17.735,19  
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social  
Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 73 R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura  
Projeto/Atividade: 2.010 - Assistência ao Produtor Rural  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 92 R\$ 50.000,00

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Transportes  
Projeto/Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 101 R\$ 130.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 168/2013**

DECRETO Nº 168/2013  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.420,77 (um mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e sete reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 3 R\$ 1.420,77

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de

que trata o artigo anterior no valor de R\$ 1.420,77 (um mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e sete centavos), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 2 R\$ 1.420,77

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 1.420,77 (um mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e sete centavos)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 169/2013**

DECRETO Nº 169/2013  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012 em especial a Lei nº 976/2013 de 04/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças  
Projeto/Atividade: 2.400 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 23 R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação  
Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 43 R\$ 102.501,14

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 46 R\$ 153.534,05

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 50 R\$55.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 1 R\$ 25.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 3 R\$ 13.300,00

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADM E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Pessoal e Serviços Gerais  
Projeto/Atividade: 2.300 - Manutenção da Administração Geral  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 6 R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária: 03.03 - Departamento de Indústria e Comércio  
Projeto/Atividade: 1.310 - Programa PROINDUS  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 18 R\$ 5.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 19 R\$ 5.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças  
Projeto/Atividade: 1.410 - Programa de Habitação  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 28 R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação  
Projeto/Atividade: 1.003 - Reforma e Ampliação de Centros Esportivos Educacionais  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 36 R\$ 17.735,19

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social  
Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 73 R\$ 20.000,00

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura  
Projeto/Atividade: 2.010 - Assistência ao Produtor Rural  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 92 R\$ 50.000,00

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E

## SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Transportes  
Projeto/Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0000 - Recursos ordinários  
Despesa: 101 R\$ 130.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 321.035,19 (trezentos e vinte e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Dezembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## Extrato Contratual Nº 116/2013

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERV.  
Nº 055/2013  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 116/2013  
Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA  
Contratada MILLENIUM COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01 e 02 referente a Aquisição de Colhedora de Forragens e Roçadeira a trator, para incrementar o Programa da Patrulha Agrícola no Município, beneficiando os agricultores, incentivando o preparo da silagem deixando-a mais homogênea, com melhor compactação no silo e a roçadeira facilitará a limpeza de áreas degradadas, encostas, oferecendo mais praticidade e eficiência aos agricultores que necessitam desse serviço, de acordo com as especificações mínimas do item constante no anexo E do Edital supra mencionado.

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de CC nº 055/2013, juntamente com seus anexos.

Valor : Pelo fornecimento dos implementos agrícolas objeto previsto(s) na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 18.250,00 (Dezoito mil, duzentos e cinquenta reais), sendo R\$ 12.950,00 (Doze mil, novecentos e cinquenta reais) referente a aquisição da Colhedora de Forragem e R\$ 5.300,00 (Cinco mil e trezentos reais) da Roçadeira a Trator.  
Vigência 09/12/2013 á 30/12/2013.

Dotação As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos e 2.010 - Assistência ao Produtor Rural - 44.90.00 DR 0044 e DR 0001 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

SERRA ALTA, 09 de dezembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal



# Siderópolis

## PREFEITURA

### 34 2013 Resumido Edital FMS PR Combustível (2014)

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº34/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/12/2013, às 08:15 (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas para a aquisição de combustíveis, através de empresa fornecedora, para consumo nos veículos que compõem frota oficial da Secretaria de Saúde do município e que sejam fornecidos nos POSTOS DE ABASTECIMENTO do licitante vencedor, para o exercício de 2014, o edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br)

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

### 35 2013 Resumido Edital PR FMS Oxigenio Medicinal (2014)

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 35/2013.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/12/2013, às 10:30 (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas para aquisição de oxigênio medicinal (RECARGA) para as Unidades de Saúde do Município, para o exercício de 2014, o edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br)

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013.

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

### 36 2013 Resumido Edital PR FMS Lixo Saúde (2014)

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº36/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/12/2013, às 13:30 (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas Contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para execução de Serviços de Coleta e Transporte de resíduos de saúde das unidades do município de

Siderópolis, referente ao exercício de 2014, o edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br)

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

### 82 2013 Resumido PR PMS Internet (2014)

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 82/2013

A Prefeitura Municipal de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei .10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/12/2013, às 15:30h (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas para a Contratação de operadora de comunicação, para instalação e manutenção de acesso à internet de link dedicado de 5M FULL com IP e 100% de garantia e 12 pontos de acesso banda larga de 1M sem IP, nos prédios públicos do município. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br)

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013.

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

### 83 2013 Resumido PR PMS 83/2013

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 83/2013

A Prefeitura Municipal de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei .10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 23/12/2013, às 08:30h (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propos-tas para a aquisição de combustíveis, através de empresa(s), para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial e que sejam fornecidos nos POSTOS DE ABASTECIMENTO do licitante vencedor, para o exercício de 2014. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município. Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br)

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013.

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

### Edital de Chamamento 01/2013 Cadastro de Fornecedores

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 001/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder o REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES ou ATUALIZAÇÃO CADASTRAL para o exercício de 2014, conforme segue:

I - DO CADASTRO DE FORNECEDORES:



As pessoas jurídicas e as pessoas físicas, que tenham interesse em fornecer à Prefeitura Municipal de Siderópolis - SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES. Maiores informações através do e-mail: [fornecedor.sid@live.com](mailto:fornecedor.sid@live.com).

Siderópolis, 06 de dezembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

## Sombrio

### PREFEITURA

#### Decreto 217/2013

DECRETO Nº 217, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIÓ-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 438.508,27 (quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oito reais e vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

#### 04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.034 - Construção de Unidades Habitacionais Populares

4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas

R\$ 438.508,27

Art. 2º A suplementação de que trata o art. 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 24 (Transferência de Convênio - nº 0352366-56/2011)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de dezembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### Decreto 217/2013

DECRETO Nº 217, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIÓ-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 438.508,27 (quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oito reais e vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

#### 04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.034 - Construção de Unidades Habitacionais Populares

4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas

R\$ 438.508,27

Art. 2º A suplementação de que trata o art. 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 24 (Transferência de Convênio - nº 0352366-56/2011)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de dezembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### Decreto 218/2013

DECRETO Nº 218, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIÓ-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 05.04 - DIRETORIA DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.029 - Manut. Do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00087 - Aplicações Diretas

R\$ 27.000,00

#### 06.02 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SOMBRIÓ

2.059 - Gestão do Programa Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.00.00055 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 87 (Salário Educação) e 55 (FNAS/GDBF).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de dezembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 219/2013**

DECRETO Nº 219, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2012  
ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL DOS TRIBUTOS  
MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990(Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, e suas alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido o Calendário Fiscal do Município de Sombrio, para pagamento dos tributos do exercício de 2014, autorizado pela Lei nº 780, de 28 de Dezembro de 1990, (Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, obedecendo o seguinte cronograma:

1 - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

a) Pagamento em cota única com 10% de desconto.....14/03/14

b) Para valor inferior ou igual a R\$ 200,00(duzentos reais), pagamento em quatro parcelas sem desconto:

1ª - Parcela.....14/03/14

2ª - Parcela.....14/04/14

3ª - Parcela.....14/05/14

4ª - Parcela.....14/06/14

c) Para valor superior a R\$ 300,00(trezentos reais), pagamento em seis parcelas sem desconto:

1ª - Parcela.....14/03/14

2ª - Parcela.....14/04/14

3ª - Parcela.....14/05/14

4ª - Parcela.....14/06/14

5ª - Parcela.....14/07/14

6ª - Parcela.....14/08/14

2 - TLF – Taxa de Licença e Funcionamento:

- Pagamento em cota única.....10/03/14

3 - ISSQN Fixo – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

Pagamento em 04 (quatro) parcelas

1ª Parcela.....10/03/14

2ª Parcela.....10/04/14

3ª Parcela.....10/05/14

4ª Parcela.....10/06/14

4 – ISSQN Homologado;

Vigésimo (20º) dia do mês subsequente.

5 - TAS – Taxa de Alvará Sanitário;

a) Pagamento em cota única (demais Estabelecimentos).....28/02/2014

b) Pagamento em cota única (Farmácias e drogarias).....30/04/2014

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 306, de 03 de dezembro de

2012, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 02 de dezembro de 2013  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 219/2013**

DECRETO Nº 219, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2012  
ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL DOS TRIBUTOS  
MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990(Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, e suas alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido o Calendário Fiscal do Município de Sombrio, para pagamento dos tributos do exercício de 2014, autorizado pela Lei nº 780, de 28 de Dezembro de 1990, (Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, obedecendo o seguinte cronograma:

1 - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

a) Pagamento em cota única com 10% de desconto 14/03/14

b) Para valor inferior ou igual a R\$ 200,00(duzentos reais), pagamento em quatro parcelas sem desconto:

1ª - Parcela 14/03/14

2ª - Parcela 14/04/14

3ª - Parcela 14/05/14

4ª - Parcela 14/06/14

c) Para valor superior a R\$ 300,00(trezentos reais), pagamento em seis parcelas sem desconto:

1ª - Parcela 14/03/14

2ª - Parcela 14/04/14

3ª - Parcela 14/05/14

4ª - Parcela 14/06/14

5ª - Parcela 14/07/14

6ª - Parcela 14/08/14

2 - TLF - Taxa de Licença e Funcionamento:

- Pagamento em cota única 10/03/14

3 - ISSQN Fixo - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- Pagamento em 04 (quatro) parcelas

1ª Parcela 10/03/14

2ª Parcela 10/04/14

3ª Parcela 10/05/14

4ª Parcela 10/06/14

4 - ISSQN Homologado;

- Vigésimo (20º) dia do mês subsequente.

5 - TAS - Taxa de Alvará Sanitário;

a) Pagamento em cota única (demais Estabelecimentos)  
28/02/2014

b) Pagamento em cota única (Farmacias e drogarias) 30/04/2014

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 306, de 03 de dezembro de 2012, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 02 de dezembro de 2013

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Timbó**

**PREFEITURA**

**Aviso Pregão Presencial 13 2013 Aquisição de Materiais e Acessórios de Combate a Incêndio**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 000013/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS DE COMBATE A INCÊNDIO, RESGATE VEICULAR E SALVAMENTO EM ALTURA PARA USO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 10:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 19/12/2013 às 10:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 06/12/2013.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

**Aviso Pregão Presencial 137 2013 Registro de Preço Para Serviços de Limpeza e Desobstrução de Esgoto Pluvial**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 000137/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÃO DE ESGOTO/PLUVIAL, ATRAVES DE EQUIPAMENTO CONJUGADO DE HIDROJATEAMENTO E BOMBA DE VÁCUO PARA SUÇÃO DE DETRITOS E AREIA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 19/12/2013 às 08:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 06/12/2013.  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**Aviso Pregão Presencial 47 2013 Aquisição de Um Veículo Tipo Pick Up**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 000047/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO (TIPO PICK UP), NOVO, SEM USO, ESPECIFICADO NO ANEXO I (ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO) E ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE MANUTENÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 19 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 19/12/2013 às 09:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 06/12/2013.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Aviso Pregão Presencial 48 2013 Registro de Preço Para Aquisição de Produtos Químicos e Reagentes**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 48/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES E PRODUTOS PARA LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 07:30 horas do dia 20 de dezembro de 2013. ABERTURA: dia 20/12/2013 às 07:35 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 06/12/2013.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Extrato Contrato 2013.170 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/170  
LOCATÓRIO: Município de Timbó.  
LOCADOR: Mantomac Comércio de Peças e Serviços.

OBJETO: Aquisição de máquinas e implementos de mecanização agrícola, conforme contrato de repasse nº. 772197/2012, do Programa Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA.  
VALOR: R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais).  
DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

MARCIA DA ROCHA  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

**Extrato Contrato 2013.169 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/169

LOCATÓRIO: Município de Timbó.

LOCADOR: Agrinorte Comércio de Máquinas LTDA

OBJETO: Aquisição de máquinas e implementos de mecanização agrícola, conforme contrato de repasse nº. 772197/2012, do Programa Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA.

VALOR: R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2013.

MARCIA DA ROCHA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 30/2013**

Concede férias ao servidor Ruben Parno ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Conceder trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo 1º/08/2012 a 31/07/2013, ao servidor Ruben Parno, advogado na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º O servidor fruirá vinte dias das férias concedidas por este ato no período de 2 a 21 de Janeiro de 2013.

Art. 3º Converto um terço das férias concedidas em abono pecuniário, como autoriza o art. 80 da Lei Complementar nº 1/1993.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 05 de Dezembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

---

**Três Barras**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto Nº 4.304 de 01 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº 4.304 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 41.409,59, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para reforço

de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 - Secretaria de Finanças

04.122.0004.2006 - Administração de Receitas

3390.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 4.000,00

08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

13.392.0014.2029 - Atividade de Apoio à Cultura

3390.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) será utilizado os recursos proveniente das seguintes anulações:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 - Secretaria de Finanças

04.122.0004.2006 - Administração de Receitas

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 4.000,00

08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

13.392.0014.2029 - Atividades de Apoio à Cultura

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 20.000,00

Art. 3º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMASA de Três Barras, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 17.409,59 (dezessete mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e nove centavos), como segue:

16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

17.512.0036.2081 - Manutenção da Administração SAMASA

3390.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 17.409,59

Art. 4º - Para cobertura das despesas previstas no artigo anterior, no valor de R\$ 17.409,59 (dezessete mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) será utilizado os recursos proveniente das seguintes anulações:

16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

17.512.0036.2081 - Manutenção da Administração SAMASA

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 17.409,59

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 01 de outubro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.305 de 07 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº 4.305 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 18.805,48 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei



Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 18.805,48 ( dezoito mil, oitocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00 16401 Aplic. Diretas / Piso de Atenção Básica- PAB FIXO 2.000,00

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16560 Aplic. Diretas / Transf. Est. p/MAC-Media e Alta Complex. 16.805,48

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417213300010000 - Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO), vínculo 16401, no valor de R\$ 2.000,00.

-Conta Receita nº 417223300030000 - Transf. Est. p/ MAC -Média e Alta Complexidade, vínculo 16560 no valor de R\$ 16.805,48.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 07 de outubro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.312 de 18 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº 4.312 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 188.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais ), como segue:

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 31.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 411130501000000 - Imposto s/ Serviços de Qualquer Nat., vínculo 10000, no valor de R\$ 31.500,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 156.500,00 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00 16405 Aplic. Diretas / Prog. Melhoria Acesso e Qualidade- PMAQ 73.000,00

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./ Emerg. -Hosp. Retag 83.500,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417213300020300 - Pro. Melhoria Acesso/ Qualidade - PMAQ, vínculo 16405, no valor de R\$ 73.000,00.

-Conta Receita nº 417213300140200 - MAC- Redes Urg./Emerg.

-Hosp. Retaguarda, vínculo 16502, no valor de R\$ 83.500,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 18 de outubro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.317 de 25 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº 4.317 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 201.300,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 91.300,00 (noventa e um mil e trezentos reais), como segue:

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

3390.00.00 14400 Aplic. Diretas / Fundo Especial do Petróleo FEP 25.000,00

006.181.0034.2075 - Apoio a Segurança Pública

3390.00.00 15400 Aplic. Diretas / Convênio Trânsito Militar 2.000,00

015.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação Urbana (Rua Emilio Mell

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 64.300,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:



-Conta Receita nº 4172122700000000 - Cota-Parte do Fundo Esp. do Petróleo FEP, vínculo 14400, no valor de R\$ 25.000,00.  
-Conta Receita nº 419191500010000 - Conv. Transito - Policia Militar, vínculo 15400, no valor de R\$ 2.000,00.  
-Conta Receita nº 4191140000000000 - Multa e Juros de Mora - ISS, vínculo 10000, no valor de R\$ 64.300,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./Emerg - Hosp. Retag 40.000,00

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00 16405 Aplic. Diretas / Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ 30.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417213300140200 - MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retaguarda, vínculo 16502, no valor de R\$ 40.000,00.

- Conta Receita nº 417213300020300 - Prog. Melhoria Acesso/Qualidade - PMAQ, vínculo 16405 no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), como segue:

**16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA**

01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA

017.512.0036.2081 - Manutenção da Administração SAMASA

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 40.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 4160004100070000 - Tarifa de Água pó m3, vínculo 10000, no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 25 de outubro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.320 de 30 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº 4.320 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 859.500,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei

Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 426.500,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos reais), como segue:

13 - Gabinete do Prefeito

01 - Gabinete do Prefeito

004.122.0003.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 54.100,00

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 72.000,00

009.272.0006.2011 - Encargos com Inativos e Pensionistas

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 96.000,00

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

01 - Secretaria de Agricultura

004.122.0007.2012 - Manutenção da Secretaria

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 9.500,00

**08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

012.361.0013.2026 - Coordenação Geral da Educação

3190.00.00 10100 Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. De Imp-Educ 101.400,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 64.000,00

**10 - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO**

01 - Intendência Distrital

004.122.0022.2036 - Manutenção da Intendência

3190.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 29.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 411120431010000 - I.R.R.F. Retido nas Fontes - Trabalho, vínculo 10000, no valor de R\$ 215.100,00.

-Conta Receita nº 417220102000000 - Cota Parte do IPVA, vínculo 10000, no valor de R\$ 110.000,00 e no vínculo 10100, no valor de R\$ 101.400,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3190.00.00 10200 Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde 433.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220101000000 - Cota -Parte do ICMS, vínculo 10200, no valor de R\$ 433.000,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua

publicação.

Três Barras, 30 de outubro de 2013  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.321 de 04 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº 4.321 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 161.700,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), como segue:

#### **04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração  
004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração  
3390.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 30.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417210102000000 - Cota Parte Fundo Participação dos Municípios - FPM, vínculo 10.000, no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 109.700,00 (cento e nove mil e setecentos reais), como segue:

#### **12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde  
010.301.0009.2060 - Atenção Básica  
3390.00.00 16401 Aplic. Diretas / Piso de Atenção Básica- PAB FIXO 49.700,00  
3390.00.00 16405 Aplic. Diretas / Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ 60.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417233000100000 - Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO), vínculo 16401, no valor de R\$ 49.700,00.

-Conta Receita nº 417213300020300 - Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ, vínculo 16405 no valor de R\$ 60.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), como segue:

#### **13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
008.244.0010.2087 - Manutenção Programa Sacolão  
3390.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 22.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 - Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM, vínculo 10.000, no valor de R\$ 22.000,00.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 04 de novembro de 2013  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Decreto Nº 4.323 de 08 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº 4.323 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 386.437,82 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais), como segue:

#### **04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração  
004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração  
3390.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 20.000,00

#### **05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

01 - Secretaria de Finanças  
028.843.0004.2007 - Amortização da Dívida  
4690.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 180.000,00

#### **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços  
006.181.0034.2075 - Apoio a Segurança  
3390.00.00 15400 Aplic. Diretas / Convênio Trânsito - Militar 1.140,00  
4490.00.00 15400 Aplic. Diretas / Convênio Trânsito - Militar 860,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417210102000000 - Cota-Parte Fundo Participação Municípios - FPM, vínculo 10000, no valor de R\$ 200.000,00.

- Conta Receita nº 419191500010000 - Conv. Transito - Policia Militar, vínculo 15400, no valor de R\$ 2.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 184.437,82 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3371.00.00 16501 Transf a Consórcios Pub. /Média Alta Complexidade- MAC 4.437,82

3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag. 180.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 413250103070000 - Rec. Rem. Dep. Banc. MAC , vínculo 16501, no valor de R\$ 4.437,82.

-Conta Receita nº 417213300140200 - MAC - Redes Urg./Emerg. Hosp. Retaguarda, vínculo 16502 no valor de R\$ 180.000,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 08 de novembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.324 de 21 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº 4.324 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 79.384,26 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. ° 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais ), como segue:

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

008.244.0010.2087 - Manutenção Programa Sacolão

3390.00.00 10000 Aplic. Diretas / Recursos Ordinários 45.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417220101000000 - Cota-Parte Fundo do ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 45.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 34.384,26 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), como segue:

**12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC- Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16502 Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./Emerg - Hosp. Retag. 30.958,99

3390.00.00 16560 Aplic. Diretas / Transf. Est. p/MAC- Média e Alta Complex. 3.425,27

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417213300140200 - MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retaguarda, vínculo 16502, no valor de R\$ 30.958,99.

-Conta Receita nº 417223300030000 - Transf. Est. p/ MAC- Média e Alta Complex, vínculo 16560 no valor de R\$ 3.425,27.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 21 de novembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.326 de 25 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº 4.326 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 954.377,46 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº. ° 3.091 de 22 de novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito suplementar por anulação e ou transposição de dotações, ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Três Barras no valor de R\$ 420.621,91 (quatrocentos e vinte mil seiscentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), como segue:

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

012.361.0013.2026 - Coordenação Geral da Educação

3190.00.00 10100 Aplic. Dir./Rec. Imp. E Transf. Imp.-Educ. 392.621,91

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

01 - Secretaria de Administração

004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 28.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior no valor de R\$ 420.621,91 (quatrocentos e vinte mil seiscentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), será utilizado como fonte de recursos o cancelamento de dotações do orçamento vigente, como segue:

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**



**01 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

012.361.0013.2068 - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 30.000,00

012.361.0025.2041 - Manutenção Transporte Escolar

3390.00.00 10100 Aplic. Dir./Rec. Imp. E Transf. Imp.-Educ. 261.621,91

4490.00.00 10100 Aplic. Dir./Rec. Imp. E Transf. Imp.-Educ. 61.000,00

012.365.0012.1012 - Construção Ampliação e Reformas dos C.M.E.I.s

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 1.000,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 29.000,00

012.361.0026.2042 - Revitalização do CAIC

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 1.000,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 9.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

006.181.0034.2075 - Apoio a Segurança Pública

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 7.000,00

**14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL**

01 - Fundo Rotativo Habitacional

016.482.0031.1046 - Construção de casas populares

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 20.000,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 1.000,00

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso e ou provável excesso de arrecadação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 286.600,00 (duzentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais), como segue:

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

01 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

012.361.0013.2026 - Coordenação Geral da Educação

3190.00.00 11800 Aplic. Dir./Transf. FUNDEB-(aplic. Prof.) 150.000,00

012.361.0025.2041 - Manutenção Transporte Escolar

3390.00.00 12255 Aplic. Dir./Transf. Conv. Est.-Transp. Escolar 86.300,00

010.306.0016.2031 - Merenda Escolar

3390.00.00 16000 Aplic. Dir./Prog. Nac. de Aliment. Escolar-PNAE 50.300,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior no valor de R\$ 286.600,00 (duzentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais), será utilizado como fonte de recursos o excesso e ou provável excesso de arrecadação como segue:

- Conta Receita 417240100000000 - Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11800 no valor de até R\$ 150.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

- Conta Receita 417620200020000 - Transferências do Estado p/ Transporte Escolar, vínculo 12255 no valor de até R\$ 86.300,00 (oitenta e seis mil e trezentos reais);

- Conta Receita 417213503000000 - Transferências Diretas do FNDE Referente ao PNAE, vínculo 16000 no valor de até R\$ 50.300,00 (cinquenta mil e trezentos reais).

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações, ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para exercício de 2013, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), como segue:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

008.244.0010.2016 - Assistência Comunitária

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 18.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) será utilizado como fonte de recursos o cancelamento de dotações do orçamento vigente, como segue:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

008.243.0010.2089 - Manutenção Conselho Tutelar

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 13.000,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 5.000,00

Art. 7º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para exercício 2013, no valor de R\$ 126.055,55 (cento e vinte e seis mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.2060 - Atenção Básica

3390.00.00 16405 Aplic. Diretas/Prog. Melh. Ac. e Qual. - PMAQ 10.648,78

3390.00.00 16460 Aplic. Diretas/ESF -Transf. Est. p/Saúde Família 35.000,00

010.303.0009.2078 - MAC - Média e Alta Complexidade

3390.00.00 10200 Aplic. Diretas/Rec. Imp. e de Transf. Imp.-Saúde 80.406,77

Art. 8º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior no valor de R\$ 126.055,55 (cento e vinte e seis mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) será utilizado como fonte de recursos o cancelamento de dotações do orçamento vigente, como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.1008 - Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Saúde

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/Recursos Ordinários 3.741,77

010.301.0009.1009 - Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/Recursos Ordinários 41.665,00

010.301.0009.1010 - Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde

4490.00.00 10000 Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários 35.000,00

4490.00.00 16405 Aplic. Diretas/Prog. Melh. Ac. e Qual. - PMAQ 10.648,78

4490.00.00 16460 Aplic. Diretas/ESF -Transf. Est. p/Saúde Família 35.000,00

Art. 9º Abre crédito adicional suplementar por anulação e ou transposição de dotações, ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA para exercício 2013, no valor de R\$ 103.100,00 (cento e três mil e cem reais), como segue:

16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO - SAMASA

01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA

017.512.0036.2081 - Manutenção da Administração SAMASA

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 103.100,00

Art. 10 - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior no valor de R\$ 103.100,00 (cento e três mil e cem reais) será utilizado como fonte de recursos o cancelamento e ou transposição de dotações do orçamento vigente, como segue:

16 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA  
01 - Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA  
017.512.0036.1059 - Ampliação do Sistema de Tratamento de Água e Esgoto

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 1.000,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 9.000,00

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - TRÊS BARRAS

01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico -Três Barras  
017.512.0037.2093 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saneamento

3390.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 83.100,00

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários 10.000,00

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 25 de novembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Tunápolis**

**PREFEITURA**

### Processo de Licitação Nº 120/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 120/2013

Edital de Pregão Presencial nº 90/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de peças originais para o conserto do eixo do cubo traseiro da máquina Retroescavadeira 4CX JCB do DMER.

Entrega das propostas até às 16h15min do dia 23/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 06 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

### Processo de Licitação Nº 121/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 121/2013

Edital de Pregão Presencial nº 91/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR COM CONTROLE, PARA O LAR DO IDOSO, INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CORTINAS, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos.

Entrega das propostas até às 10h do dia 23/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 06 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

### Inexibilidade de Licitação Nº 05/2013

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a aquisição de 520 livros de leitura que serão destinados aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Item	Qtd.	unid	Especificações do Objeto	Preço Unit	Preço total R\$
1	260	un	Coleção "O que cabe no meu mundo"	6,50	1.690,00
2	260	un	Coleção "Clássicos favoritos"	6,50	1.690,00

### 2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que é tradição do município presentear as crianças no Natal, e que historicamente sempre foi adquiridos caixas de bombom, em reunião de diretores foi decidido que levando em consideração os objetivos da educação que é fortalecer a cidadania, entendeu-se que respeitando o princípio da economicidade e da difusão da cultura, que o presente para 2014 será um livro. Dessa forma procurou-se material de ótima qualidade e que custe menos do que os bombons. Dessa forma, obtivemos as coleções por um custo de R\$ 6,50 cada livro. Como o representante da diretoria apresentou carta de exclusividade optei pelo processo de inexibilidade de licitação.

Tunápolis – SC, 05 de dezembro de 2013

VIANEI HAMMERSCHMITT

Secretário Municipal da Educação Cultura e Esportes.

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### 3. DO FORNECEDOR.

NEODIR CARLOS BALESTRI-ME (MAGIA DOS LIVROS II)

CNPJ: 18.387.551/0001-15

Avenida: José Bressan, 1186: Centro

CEP: 89888-000

Riqueza/SC

### 4. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contrato é R\$ 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais).

O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.



**5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 04 – Secretaria Municipal da Educação / Cultura e Turismo. Projeto/Atividade 2.011 (dotação 42)	3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão 04 – Secretaria Municipal da Educação / Cultura e Turismo. Projeto/Atividade 2.012 (dotação 62)	3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Manutenção da Educação Infantil

**6. PRAZO DE VIGÊNCIA.**

O prazo de contratação para esta inexorabilidade de licitação inicia-se em 05 de dezembro de 2013 com vigência estabelecida até o dia 31 de dezembro de 2013

Tunápolis – SC, 05 de Dezembro de 2013.

**SHEILA INÊS BIEGER EIDT**

Responsável pelo Setor de Compras

**MODALIDADE INEXORABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

**8. ENCAMINHAMENTO.**

Exmo Sr.

**ENOÍ SCHERER**

Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de inexorabilidade de Licitação nº 05/2013, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis – SC, 05 de dezembro de 2013

**SHEILA INÊS BIEGER EIDT**

Responsável pelo Setor de Compras.

**MODALIDADE INEXORABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

**9. DO DESPACHO.**

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no Art. 25, inciso III, da Lei nº 8666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis – SC, 05 de dezembro de 2013.

**ENOÍ SCHERER**

Prefeito Municipal

**10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.**

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor de NEODIR CARLOS BALESTRI-ME (MAGIA DOS LIVROS II), estabelecido na Avenida: José Bressan, 1186: Centro, no Município Riqueza – SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis – SC., 05 de dezembro de 2013.

**ENOÍ SCHERER**

Prefeito Municipal

**MARCOS ANDRE BONAMIGO**

Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

# Vargeão

**PREFEITURA****Extratos de Contratos****EXTRATOS DE CONTRATOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA - ME

**OBJETO:** Contratação de empresa de representação artística (artistas de música e grupo/banda musical) para a apresentação de show e locação de lona em estrutura metálica para os eventos comemorativos ao Natal que serão realizados nas datas de 07 de dezembro de 2013 e 21 de dezembro de 2013, no município de Vargeão, SC.

**VALOR:** R\$ 42.750,00 (quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 157/2013.

Vargeão, SC, 05 de dezembro de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA ME

**OBJETO:** Aquisição de material para manutenção da educação infantil, Programa de Apoio a Creches - FNDE.

**VALOR:** R\$ 21.284,40 (vinte e um mil duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 36/2013 e Contrato nº 155/2013.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GUIOMAR M. CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

**OBJETO:** Aquisição de material para manutenção da educação infantil, Programa de Apoio a Creches - FNDE.

**VALOR:** R\$ 8.692,00 (oito mil seiscentos e noventa e dois reais).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 36/2013 e Contrato nº 156/2013.

Vargeão, SC, 04 de dezembro de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****Concorrência Nº 05/2013 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar a Concorrência nº 05/2013 - PMV. 1. OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO: BANCA DE REVIS-TAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.017/2013. 2. TIPO: MAIOR OFERTA. 3. PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até às 17:00 horas do dia 14 de Janeiro de 2014. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 17:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. 6. INFORMAÇÕES: na Avenida Manoel Roque, nº 188 ou através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 04 de Dezembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial Nº 158/2013 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2013-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 158/2013 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE INTEGRANTES DOS GRUPOS CULTURAIS, ALUNOS, PROFESSORES E RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/ PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 19/12/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 06 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0135/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0135/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0468/12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RAFAEL JEFFERSON DA SILVA DELAZZERI

CPF: 064.797.709-11

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 30 de novembro de 2013.

**Vitor Meireles****PREFEITURA****2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 38/2012**

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2012

A o quinto dia do mês de dezembro do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 38/2012 homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 38/2012.

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 5,241% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00002" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Preço Unit.	PrçTot.
00002	LITRO	Gasolina		25.000,00000	3,0700	76.750,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 05 de dezembro de 2013.

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

**3º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 11/2012 FMS**

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2012 - FMS

Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 3º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 11/2012 - FMS homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 11/2012 - FMS.

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 5,290% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" e o reajuste de preços em 5,241% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00002" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

**6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo Diesel		20.000,00000	2,4800	49.600,00
00002	LITRO	GASOLINA		20.000,00000	3,0700	61.400,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 05 de dezembro de 2013.

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

### **3º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 39/2012**

#### **3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2012**

Ao quinto dia do mês de março do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 3º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 39/2012 homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 39/2012.

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 5,29% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

**6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo diesel		100.000,00000	2,4800	248.000,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e

condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 05 de dezembro de 2013.

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

## Associações

### AMARP

#### **Ata de Abertura da Chamada Pública 01-2013**

ATA DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA 01-2013 – ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA AMARP.

Às 11h10min, do dia 05 de dezembro de 2013, reuniram-se, nas dependências da AMARP, Rua Manoel Roque, 99, bairro Alvorada Videira - SC os membros da Comissão de avaliação do edital de chamada publica n.º 01/2013, Humberto L. Dalpizzol, - Assessor Jurídico da AMARP, Ronaldo Regalin – Engenheiro Civil da AMARP, Flávio André de Oliveira – Engenheiro Civil da AMARP, Jean Marcelo Ziero – Arquiteto da AMARP, Douglas Zardo – Secretário de Administração da Prefeitura de Iomerê, Hadriel Dalmolin – Fiscal de Tributos da Prefeitura de Pinheiro Preto, nomeados pela Resolução n.º 005/2013, sob a presidência do primeiro nomeado, para recepcionar os documentos da chamada pública n.º 01/2013, que tem por objeto a contratação de empresa para a elaboração dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios integrantes da AMARP.

Conforme se constatou até o horário estipulado no Edital 02 (duas) empresas manifestaram interesse na participação do certame, sendo que a proposta da empresa Notus foi entregue em mãos na sede da AMARP através do Sr. Amalri Forlin. Aberta a sessão, procedeu-se a divulgação do nome das empresas Participantes:

Nome da Empresa	Representante Legal
DRZ – GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA	Agostinho de Rezende
NOTUS – SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA	Luiz Alberto Duarte

Ato contínuo procedeu-se à verificação dos envelopes com a documentação e solicitado aos Srs. Membros da Comissão e representantes presentes que os examinassem, ainda lacrados, quanto à regularidade de sua apresentação e rubricassem os Envelopes "Proposta e Documentação", que foram lacrados em única embalagem, a qual foi vistada pelos presentes, ficando sob a guarda da Comissão de Licitação até o momento de abertura.

Deu-se, em sequência, a abertura dos Envelopes para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão e representantes presentes, ficando a documentação disponível para consulta dos interessados.

Em seguida, análise da documentação habilitatória pelos membros

da Comissão Julgadora, lavrada a ata comunicando que o julgamento habilitatório será publicado em mural público e site oficial da AMARP.

Nada mais havendo a ser deliberado, deu-se por encerrada a Sessão e feita a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

#### MEMBROS DA COMISSÃO ASSINATURA

HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL  
RONALDO REGALIN  
FLAVIO ANDRE DE OLIVEIRA  
JEAN MARCELO ZIERO,  
DOUGLAS ZARDO  
HADRIEL DALOLIN

#### LICITANTES ASSINATURA

### Ata do Resultado do Edital de Chamada Pública

ATA DO RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2013  
- COTAÇÃO DE PREÇO.

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.828.336/0001-01, com sede na Rua Manoel Roque, 99, bairro Alvorada, Videira -SC, torna público o resultado da chamada para cotação de preço de escolha de empresa para ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS MEMBROS DA AMARP. As propostas de preço apresentadas e respectivas empresas foram:

- DRZ Geotecnologia e Consultoria LTDA - EPP, apresentou proposta no valor total de R\$; 413.555,63;

- Notus Serviços de Engenharia SC Ltda, apresentou proposta no valor total de R\$: 548.650,00 ;

Diante da documentação apresentada a comissão averiguou que se tratam de empresas idôneas que atuam na área técnica que envolve o objeto cotado, do edital supra mencionado, que possuem bons retrospectos de trabalho e acervos. A comissão uma vez salientou que o presente ato se refere a uma cotação de preços por chamada pública não vinculando estes atos ao de um processo licitatório, mas sim de cumprimento das razões já aduzidas no item "1" do Edital, em especial ao prejulgado 2105 do TCE-SC, que expressa: " Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual ou Municipal, poderão as entidades privadas sem fins lucrativos, realizar cotação prévia de preços". Feitas as devidas considerações, a comissão representativa dos Municípios, passou a análise e julgamento da proposta mais vantajosa, e considerou como vencedora a empresa DRZ - Geotecnologia e Consultoria LTDA - EPP, com o preço de R\$ 413.555,63 (quatrocentos e treze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Este resultado de julgamento com a proposta vencedora será afixado no mural público da AMARP, bem como no sítio eletrônico da AMARP ([www.amarp.org.br](http://www.amarp.org.br)) e remetido por fac-símile ou meio eletrônico às empresas participantes, para o devido conhecimento. Da presente decisão caberá recurso administrativo em até 02 (dois) dias úteis para a Assembleia de Prefeitos.

Videira(SC), 05 de dezembro de 2013.

Membro da comissão

HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL  
RONALDO REGALIN  
FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA  
JEAN MARCELO ZIERO  
DOUGLAS ZARDO  
HADRIEL DALMOLIN

Assinatura

## AMOSC

### Resolução Nº 05/2013

#### RESOLUÇÃO Nº 05/2013

ALCEU MAZZIONI, Prefeito de Cordilheira Alta e Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 26, inciso VIII do Estatuto Social:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear o Comitê Gestor para acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, dos Municípios de Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Guatambu, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, São Carlos, Serra Alta e Sul Brasil, que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, objetivando atender o Convênio firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó, conforme segue:

- I. Paulo Utzig - Secretário Executivo
- II. Jorge César Drews - Diretor Técnico
- III. Vera Rosa Back Saroretto - Diretora Administrativa
- IV. Marcelo Cardoso dos Santos - Engenheiro Agrimensor
- V. Juliana Salete Guarda - Engenheira Química

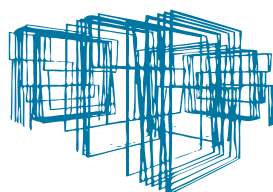
#### Art. 2º São atribuições do Comitê Gestor:

- I. acompanhar no processo de mobilização social;
- II. deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do plano;
- III. propor locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas;
- IV. sugerir alternativas sobre o ponto de vista local;
- V. validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas;
- VI. acompanhar as audiências públicas;
- VII. dar suporte ao Comitê Diretor Local e ao Grupo de Sustentação;
- VIII. ser o interlocutor entre a empresa contratada e os municípios;
- IX. coordenar os trabalhos de elaboração dos PMGIRS em conjunto com o Comitê Diretor Local formado por representantes de cada Município;
- X. escolher a empresa que elaborará os PMGIRS.

Chapecó, SC, 05 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta  
Presidente da AMOSC



Programa de  
Gestão de Obras





## Consórcios

### CIS/AMUREL

**Extrato de Edital 02/2013**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/  
AMUREL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

**REGISTRO DE PREÇOS**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL - CIS/AMUREL, para conhecimento dos interessados, informa que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para aquisição de medicamentos, na forma e quantidade constantes do edital, sob as regras da lei federal n. 10.520/02 e demais normas correlatas.

Os envelopes dos licitantes serão recebidos até às 09h00min, do dia 20 de dezembro de 2013, de modo que a sessão de abertura e lances se iniciará às 09h30min do mesmo dia.

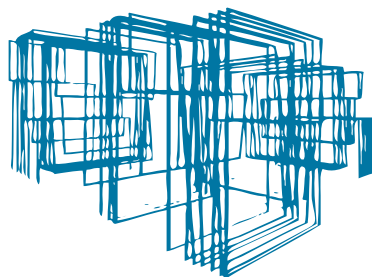
A sessão ocorrerá na sede do Consórcio, na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), local onde serão recebidos os envelopes.

A íntegra do edital poderá ser obtida, de segunda a sexta-feira, na Coordenação Administrativa do CIS/AMUREL, no endereço acima, no horário das 09h00min às 17h30min, ou em [www.amurel.org.br](http://www.amurel.org.br). Outras informações pelo telefone (48) 3626-5711 ou [cis@amurel.org.br](mailto:cis@amurel.org.br).

Tubarão (SC), 06 de dezembro de 2013.

JORGE LEONARDO NESI

Presidente do Consórcio



Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente

## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)